

MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA CARVALHO NOGUEIRA



**UM NOVO OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES
SOCIAIS DE GÉNERO
PERSPECTIVA FEMINISTA CRÍTICA NA
PSICOLOGIA SOCIAL**

**UNIVERSIDADE DO MINHO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA**

BRAGA

1996

Dissertação para o doutoramento em
Psicologia Social e das Organizações, sob a
orientação da Prof^ª. Doutora Lígia Amâncio.

À MEMÓRIA DO MEU AVÔ
CARLOS NOGUEIRA

Porque o seu *Discurso* diário, construía para mim
um mundo de possibilidades...

AOS MEUS PAIS...

Porque a sua ajuda não supõe limites...

e essencialmente,

AOS MEUS FILHOS

SOFIA E SÉRGIO

Amigos, companheiros e cúmplices...

Ao longo do tempo de “vivência” deste trabalho,
fomos construindo uma relação única de amor, que
possibilitou a concretização deste “projecto”...

PREFÁCIO

Este trabalho representa a expressão do meu percurso pessoal e da minha vivência enquanto mulher pela psicologia social e os estudos do gênero em particular, pela instituição universitária e por todas as experiências quotidianas ao longo da vida.

Cresci num ambiente onde as mulheres trabalhavam, não apenas para aumentar o orçamento familiar, mas também para progredirem nos seus domínios profissionais. Talvez por isso, muito cedo me apercebi das desigualdades que enfrentavam no dia a dia profissional e familiar. A Revolução de Abril, que vivi em plena adolescência, tornou-me uma “crente cega” na igualdade que se proclamava e que legalmente se implementava. Durante os anos que se seguiram, a problemática da desigualdade situava-se, para mim, apenas na existência de “pessoas” conservadoras que não aceitavam a nova forma de viver em sociedade. Os anos de faculdade e os amigos de percurso, mantiveram a minha crença na dita igualdade de géneros.

No entanto, como em todas as histórias de fantasia, chega um dia que nos apercebemos que a “realidade” tem outras tonalidades. Quando se atinge a idade adulta, se constitui família e se pretende prosseguir uma carreira profissional, a desigualdade até aí “encapotada”, manifesta-se, ainda que muitas vezes subtilmente. São as expectativas dos que nos cercam, a organização hierárquica profissional, os comportamentos “inconscientes” dos pares, os olhares reprovadores pelas comportamentos “contraditórios” ao papel que a sociedade entendeu que deve ser o das mulheres...

Não consigo precisar o momento em que o meu interesse e posicionamento crítico face à desigualdade se voltou a actualizar, desta vez de forma bem consciente. No entanto, tornou-se muito claro que teria de fazer algo. Este trabalho é apenas uma forma de expressão desse desejo (forma pequena e modesta, já que não são envolvimento isolados que provocam mudanças!). Fazer este trabalho, sobre esta problemática é apenas uma gota de água, mas que me faz sentir melhor comigo mesmo e com a psicologia em particular. Acreditar que é possível uma transformação social e que a psicologia pode dar um contributo importante para essa mudança é uma perspectiva animadora.

A observação das desigualdades desde a infância, a “crença cega” da adolescência, a revolta posterior ao enfrentar a “realidade”, representam os passos necessários para a consciência crítica do presente. Por todas estas razões, seria impensável não assumir a existência de parte de mim neste trabalho. As minhas experiências e reflexões acerca delas, assim como todas as discussões partilhadas com um conjunto de pessoas “significativas” fazem parte do trabalho, e este só foi possível porque tudo isso existiu, foi valorizado, e está obviamente implícito na escolha das perspectivas teóricas adoptadas e das posições assumidas.

AGRADECIMENTOS

Ao apresentar este projecto, sinto-me gratificada por ter podido contar com muitas pessoas, na sua grande maioria mulheres (não é certamente por mero acaso!). É essencialmente para todas elas que vão os meus agradecimentos. Por partilharem comigo experiências, reflexões, enfim, por eu saber que existem e que posso contar com elas.

Tenho um agradecimento muito especial a fazer à minha orientadora Lígia Amâncio. Com ela entrei no domínio da psicologia social, e para além de ter sido a melhor orientadora possível, pelos ensinamentos, desafios, encorajamentos, e essencialmente a grande liberdade de reflexão e percurso pessoal científico que me permitiu, construiu comigo uma relação de cumplicidade que foi fundamental ao longo das diferentes fases deste trabalho. Sem essa postura pessoal, este trabalho provavelmente não teria sido possível. A satisfação de a ter conhecido, e com ela ter aprendido e trabalhado é difícil de traduzir numa simples palavra de gratidão.

A todas as mulheres que entrevistei e que partilharam comigo as suas experiências de vida, agradeço não só o facto de me terem proporcionado esse material para base do meu trabalho, mas essencialmente as experiências pessoais que me permitiram viver. Conhecê-las, conversar com elas, aprender com elas, foram vivências únicas e inesquecíveis.

As minhas amigas foram essenciais neste projecto. Sem elas não teria podido discutir, reflectir, desabafar, rir ou chorar sobre qualquer aspecto de vida. Sem elas teria certamente sentido muita solidão, dado o carácter “açambarcador”

que o trabalho de tese representa para quem o faz. Cada uma à sua maneira e em diferentes aspectos acompanharam este projecto, porque obviamente ele tomou conta de grande parte da minha vida pessoal, e misturou-se com ela. Por essa razão é-me muito difícil, senão impossível, dizer qual a contribuição que cada uma delas teve e em que domínio. Assumindo que o trabalho desenvolvido ao longo dos anos para a conclusão deste “projecto” não é possível ser dissociado da vida acontecida durante esse mesmo tempo, todas elas foram, são, e serão importantes para mim. Por isso, opto por citar os seus nomes, apenas porque quero que elas estejam ligadas explicitamente (porque implicitamente sempre o estiveram) a este trabalho. A ordem alfabética, demasiado convencional, pode ser considerada de um ponto de vista pragmático, um critério adequado a determinadas circunstâncias. Assim o considero no momento. A Alice, a Céu, a Clara, a Constança, a Fátima, a Ginha, a Lucília, a Luísa e a Lurdes são mulheres especiais. Todas, e cada um delas em particular sabem, porque sentem, o que representam para mim...

Ao Keating, colega de longa data, do tempo da faculdade, e agora colega de departamento e de grupo disciplinar, agradeço essencialmente a possibilidade de manutenção da relação antiga de camaradagem.

Aos colegas do Instituto (Psicologia e não só) que me “aturaram” ao longo deste trabalho, agradeço a disponibilidade e a compreensão.

Não esqueço muitas outras pessoas, que de certa maneira seguiram este trabalho. Ao “pessoal” do Centro de Informática (especialmente o Mendes e o Manel) que tantos “prints” me tiraram das várias versões dos capítulos da tese, agradeço a paciência com que aguentavam as minhas constantes “pressas”.

Por fim, volto a repetir que o meu agradecimento vai para as pessoas que fazem parte da minha vida e que de certa maneira, e à sua maneira participaram neste “projecto”. O Pedro, que conheci por razões associadas a este trabalho, é, desde essa altura, uma referência importante para mim. Os meus filhos, os meus pais, o meu irmão Jorge Carlos e a Teresa, são apoios seguros com que sempre poderei contar. Não há agradecimentos que cheguem, para esta certeza...

RESUMO

O presente trabalho tem como ponto de partida o interesse pelo fenómeno da desigualdade de género e especificamente sobre as mulheres que ocupam posições de liderança. Pretende contribuir para a compreensão das relações sociais de género, baseadas na construção social das subjectividades a nível dos discursos, isto é, acerca da forma como a acção dos discursos dominantes possibilita a construção da realidade e das relações sociais de género em particular.

Nos capítulos I, II e III apresentam-se as perspectivas alternativas críticas à psicologia social moderna, especialmente o construcionismo social e a análise do discurso cujas origens teóricas se podem encontrar no pós-modernismo, na teoria crítica, no interaccionismo simbólico e no pós-estruturalismo. Estas novas perspectivas, ao situarem a linguagem num lugar de destaque na análise e construção da realidade social, constituem a base para a abordagem do género, nomeadamente as perspectivas críticas na psicologia social do género (capítulos IV, V e VI) e estudos sobre os generos e relações de poder (estudos I e II).

Depois da apresentação do feminismo e da forma como o discurso do género foi sendo construído na psicologia social, o capítulo VI “Um novo olhar sobre as relações sociais de género” apresenta a hipótese central do trabalho, síntese das perspectivas apresentadas e posteriormente articuladas com base no género. Assume-se que estas novas abordagens podem representar um potencial de emancipação, quando associadas a um novo vocabulário de valores, a um posicionamento realista crítico de comprometimento político. Os estudos apresentados, distintos em termos de metodologia (metodologia clássica experimental e metodologia qualitativa) incidem sobre a temática das mulheres em posições de liderança/poder.

Em conclusão, os resultados apontam a existência de uma ideologia dominante (que continua a associar profissões de prestígio e alto estatuto social a características normalmente atribuídas ao género masculino) partilhada nos discursos, e expressa quer nos dados obtidos através da metodologia clássica experimental, quer na análise do discurso das entrevistas realizadas com as próprias mulheres em posições de liderança. No entanto, da análise das entrevistas foi identificado outro tipo de discurso, (discurso colectivo/resistência), que se apresenta como uma possibilidade de crítica e de resistência face às normas estabelecidas e à ideologia dominante.

ABSTRACT

This thesis has as starting point the interest on gender inequality and specifically on women in leadership positions. It aims to clarify the understanding of gender social relations based on social construction of the subjectivities in discourse; the way how the action of dominant discourses allows the construction of reality and in particular the gender social relations.

Chapters I, II and III present the critical alternative perspectives in modern social psychology, specifically in social constructionism and discourse analysis; the theoretical background can be found on post-modernism, critical theory, in symbolic interactionism and post-structuralism. These new perspectives, by stressing language in a prominent place in the analysis and the construction of social reality, constitute the basis for the approach on gender; in chapters IV, V and VI through critical perspectives in social psychology of gender and in essays I and II through studies in genders and power relations.

After introducing feminism and the way gender discourse has been constructed in social psychology, chapter VI "A new look on gender social relations", presents the main hypothesis of this thesis, a synthesis of the above mentioned perspectives and, posteriorly, articulated with a basis in gender. It is assumed that these new approaches might represent a emancipatory potential, when associated with a new vocabulary of values, a critical realistic position with political engagement. The essays, different in terms of methodology (experimental classical and qualitative methodology) focus on the theme of women in leadership and power positions.

In conclusion, the results point to the existence of dominant ideology (that continues to associate prestige and high social status positions to characteristics usually attributed to the masculine gender) shared in the discourses, and expressed not only in the data through the classical experimental methodology, but also in the discourse analysis of the interviews with the women in leadership positions. However, another kind of discourse was identified (collective/resistance discourse), that presents itself as a possibility of critique and resistance to the established norms and dominant ideology.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Parte I	
PERSPECTIVAS ALTERNATIVAS CRÍTICAS NA PSICOLOGIA SOCIAL	9
Capítulo I	
A PSICOLOGIA SOCIAL NA CIÊNCIA MODERNA	11
INTRODUÇÃO	13
A PSICOLOGIA NA CIÊNCIA MODERNA	14
A ciência no projecto da modernidade	14
O nascimento da Psicologia	17
A EMERGÊNCIA DA PSICOLOGIA SOCIAL	23
Psicologia social sociológica /psicologia social psicológica	26
A psicologia social americana	28
A psicologia social europeia	34
A CRISE NA PSICOLOGIA SOCIAL	41
Capítulo II	
O CONSTRUCIONISMO SOCIAL	47
INTRODUÇÃO	49
ORIGENS DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL	50
O pós-modernismo	50
O pós-modernismo na Psicologia	57
A teoria crítica	59

Perspectivas sociológicas	62
O estruturalismo e o Pós-estruturalismo	64
DIFERENTES LINHAS CRÍTICAS À CIÊNCIA TRADICIONAL:	
INFLUÊNCIAS PARA O CONSTRUCIONISMO SOCIAL	67
A crítica ideológica	68
A crítica retórica-linguística	70
A crítica social	71
PRESSUPOSTOS PARA UMA CIÊNCIA CONSTRUCIONISTA SOCIAL	80
QUEM PODE SER CONSIDERADO CONSTRUCIONISTA SOCIAL?	88
IMPLICAÇÕES E CRÍTICAS	90
O CONSTRUCIONISMO SOCIAL COMO POTENCIAL POSITIVO	
PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS	93
A prática científica numa sociedade estável	94
Desestabilizar a convenção	95
A transformação cultural: novas realidades e recursos	98
Capítulo III	
ANÁLISE DO DISCURSO	101
INTRODUÇÃO	103
A ANÁLISE DO DISCURSO NA PSICOLOGIA SOCIAL	104
ORIGENS DA ANÁLISE DO DISCURSO	107
DEFINIÇÃO DE ANÁLISE DO DISCURSO	110
Repertórios interpretativos	111
Discursos	114
As articulações do discurso	117
As articulação dos discursos com o poder	121
Discurso e realidade- domínio “extra-discursivo”	125
Critérios para reconhecer os discursos	130
AS CONSEQUÊNCIAS ÉTICO/POLÍTICAS DA PESQUISA	
DA ANÁLISE DO DISCURSO	132

A ANÁLISE DO DISCURSO E O ESTUDO DA IDEOLOGIA NA PSICOLOGIA SOCIAL	135
OS PROBLEMAS DA ANÁLISE DO DISCURSO	139
Parte II	
PERSPECTIVAS CRÍTICAS NA PSICOLOGIA SOCIAL DO GÊNERO	145
Capítulo IV	
O FEMINISMO - TEORIA E CRÍTICA SOCIAL	147
INTRODUÇÃO	149
FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL	150
A primeira vaga	151
A segunda vaga	155
A terceira vaga	160
Backlash	161
TEORIA E CRÍTICA FEMINISTA	166
Teorias feministas	166
O Feminismo socialista	166
O Feminismo radical	168
O Feminismo liberal	169
O Feminismo cultural	170
Críticas feministas	171
Crítica feminista da ciência	171
Críticas feministas à família	175
Feminismo e pós-modernismo	179
O debate em torno da “igualdade” e da “diferença”	188

Capítulo V

FEMINISMO E DISCURSO DO GÉNERO NA PSICOLOGIA SOCIAL	193
INTRODUÇÃO	195
O OBJECTO MULHER NOS DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO	195
PROGRAMAS DE PESQUISA SOBRE O GÉNERO NA PSICOLOGIA SOCIAL	202
Empiricismo Feminista	203
Conceito e impacto da diferença sexual	204
Posicionamento feminista face à diferença sexual	207
A noção de Androginia	209
A Teoria do papel social	215
Pertinência do estudo sobre as diferenças sexuais	218
Críticas feministas	222
Feminismo pós-modernista	237
Uma abordagem construcionista social do género	239

Capítulo VI

UM NOVO OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÉNERO	245
INTRODUÇÃO	247
FEMINISMO E ANÁLISE DO DISCURSO	247
FEMINISMO E ANÁLISE DO DISCURSO: POTENCIAL EMANCIPATÓRIO DEBILITANTE OU LIBERTADOR?	256
PSICOLOGIA FEMINISTA	266
Para uma psicologia feminista política	272

Parte III	
ESTUDOS SOBRE O(S) GÊNERO(S) E RELAÇÕES DE PODER	275
Estudo I	
AS MULHERES EM POSIÇÕES DE LIDERANÇA	
ESTEREÓTIPOS E ATRIBUIÇÕES PARA O SUCESSO	277
INTRODUÇÃO	279
AS MULHERES EM POSIÇÕES DE LIDERANÇA	280
Os estereótipos sociais e a profissão de gestão	286
A Interface família/carreira	296
Hipóteses	302
MÉTODO	303
Sujeitos	303
Desenho experimental	305
Procedimento	305
Instrumento/variáveis dependentes	306
Tratamento estatístico	307
RESULTADOS	308
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	334
DISCUSSÃO ALTERNATIVA DOS RESULTADOS	344
Estudo II	
O DISCURSO DAS MULHERES EM POSIÇÕES “CONTRADITÓRIAS”	349
INTRODUÇÃO	351
POPULAÇÃO ENVOLVIDA	353
GUIÃO DE ENTREVISTA	355
TEXTOS	356
ANÁLISE	357
DISCUSSÃO	396
LIMITAÇÕES/CRÍTICAS	403

CONCLUSÃO	407
REFERÊNCIAS	419
ANEXO I	
ANEXO II	

INTRODUÇÃO

Na Introdução da obra *História das Mulheres. O Século XX* Françoise Thebaud (1991) refere que depois de se ter assistido a uma nítida emancipação das mulheres, não se pode considerar que a sua história tenha terminado, já que no fim do século XX ainda se enunciam grandes desafios às suas causas. Questões como "o que quer uma mulher?" ou "o que querem as mulheres?" continuam a estar na ordem do dia dos debates, inclusivé entre as diferentes teorias feministas, e muito se teoriza ainda sobre o assunto.

Mesmo que se acredite, como Collin (1991), que se está a assistir a uma passagem da metafísica dos sexos fundamentada na natureza ou na razão, para algo de distinto, o que é certo é que o sexismo não está fora de questão. Se no Ocidente as mulheres têm, no presente, um nível educacional superior, recebem no entanto menos dinheiro, têm menor poder social e continua a ser assumido como prioritária a sua responsabilidade no que diz respeito aos filhos e outros dependentes. Se algumas mulheres, em algumas sociedades ocidentais, conseguiram aceder a postos de chefia e gestão, no mundo público e no poder institucional a dominação masculina continua a ser a norma e o discurso dominante persiste em acentuar a pressão da maternidade como uma explicação para a desigualdade. A *Nova* mulher continua a ser uma ficção, assim como o *Novo* homem.

Para Evans (1994) torna-se enganoso admitir que as batalhas do feminismo nos anos 80 foram ganhas, apesar de alguns aspectos que eram profundamente opressivos para as mulheres terem começado a mudar. A organização do mundo institucional continua de forma congruente com os padrões tradicionalmente masculinos de vida social. Apesar do contínuo colapso (notório nos Estados Unidos, por toda a Europa e inclusivé em Portugal¹) da família "tradicional"

¹ Se tivermos em conta o indicador "número de divórcios" os dados são sugestivos: em 1975 verificaram-se pouco mais de dois mil e em 1993 registaram-se doze mil trezentos e vinte e dois divórcios.

nuclear, se atentarmos ao número de divórcios, crianças nascidas em famílias em que as mulheres são as designadas chefes de família e famílias monoparentais, o mundo ocidente continua incapaz de abandonar as suas fantasias de vida familiar em favor do reconhecimento da realidade histórica e contemporânea.

O feminismo tem uma longa história e em mais ou menos dois séculos muitos foram os trabalhos e as acções desenvolvidas no sentido de atacar a dominação masculina e promover a emancipação da mulher. Pode-se considerar que o objectivo principal do feminismo foi e continua a ser, a constituição de um espaço verdadeiramente comum aos homens e às mulheres, apelando para teorias de igualdade (Collin, 1991). O período que decorreu a partir dos anos 60 não teve precedentes no que diz respeito à quantidade de trabalhos e debates sobre o feminismo: poucos aspectos da vida intelectual ou académica que são hoje analisados se podem considerar imunes a qualquer influência feminista. Como resultado das lutas dos movimentos feministas muitos dos aspectos que afectavam a vida das mulheres tornaram-se pontos importantes de debate e de estudo nos meios académicos. As mulheres, que durante tanto tempo estiveram *ausentes da história*, começaram a tornar a sua existência visível, e conseqüentemente a problematizar as questões do sexo/género.

O feminismo enquanto movimento político que tenta ultrapassar a opressão das mulheres, impulsionou muitos estudos que procuravam identificar as fontes das desigualdades associadas ao sexo/género assim como a melhor forma de as combater. Por isso, os seus efeitos fizeram-se sentir no domínio de conhecimento de muitas disciplinas, como por exemplo na filosofia, na sociologia, na antropologia assim como na psicologia.

Na psicologia, os efeitos do feminismo e especificamente das diferentes teorias feministas, fizeram-se sentir no modo como se problematizaram as questões sexuais. Porque a psicologia não é "neutra", os seus modelos e conceitos resultam de um conjunto de determinantes sociais, históricos, políticos e

filosóficos que condicionam quais os problemas que são considerados importantes e quais as interpretações mais adequadas. Inserida no paradigma positivista racionalista, a psicologia social pôde começar a estudar as mulheres, incorporando-as na ciência. Desde os estudos acerca das diferenças associadas ao sexo de pertença, passando pelas críticas a esses trabalhos, à apresentação de novas teorias (androginia, por exemplo) até à introdução do termo género nas pesquisas, toda esta evolução se foi construindo pelo “entrelaçar” de diferentes teorias e perspectivas provenientes, quer das teorias feministas, quer do debate ao nível da construção do conhecimento e da epistemologia positivista característico de todo o período da modernidade.

Como resultado das críticas ao determinismo biológico sustentado pela ciência social a partir dos anos 60 e das críticas feministas do movimento da segunda vaga, o sexo, como um conceito, foi substituído em psicologia pelo conceito de género, que se usa até aos nossos dias. Esta foi uma mudança política importante, porque deixa de implicar a diferença como determinada biologicamente, e por isso imutável, para a compreender como algo psico-social, logo mutável (Hollway, 1994).

Usa-se o termo “sexo” para a classificação baseada na biologia humana, dependente dos cromossomas que cada indivíduo possui e sendo expresso nos órgãos genitais (Gilbert, Hallet & Elldridge, 1994), nos órgãos de reprodução e nas hormonas (Reskin & Padavic, 1994). O género, contrariamente ao sexo, refere-se a uma classificação que as sociedade *construíram* para exacerbar as diferenças entre homens e mulheres já que permite definir os significados sociais e culturais que são associados a cada categoria anatómica sexual; por exemplo, as crianças aprendem a comportar-se e a “passar por” membros da sua categoria sexual prescrita (Denzin, 1995). Género refere-se a todas as características psicológicas, sociais e culturais que são fortemente associadas com as categorias biológicas de homem e mulher (Deaux, 1985). Género é, portanto, o termo usado no contexto social, podendo ser definido como um esquema para a categorização

dos indivíduos, (na perspectiva da cognição social) esquema esse que utiliza as diferenças biológicas como base para a designação de diferenças sociais (Gilbert, Hallet & Elldridge, 1994).

“ É o reconhecimento de que não existe uma associação entre o sexo biológico e o sexo psicológico, fundamentado na escassez e ambiguidade dos resultados de uma psicologia diferencial dos sexos (...) , que está subjacente à emergência nos anos 70 do conceito de género, conceito que define a subjectividade do sexo biológico e se baseia no processo de categorização (Unger , 1979)” (Amâncio, 1994, p.26) .

Actualmente a teorização acerca da construção social do género passa pelo assumir da importância da linguagem na construção das subjectividades masculinas e femininas e na manutenção das relações sociais de género e de poder.

Através dos discursos da ideologia dominante, construídos, partilhados e difundidos, a nível disciplinar e político, é possível a manutenção de uma ordem social, que perpetua as desigualdades e o sexismo. Apenas tendo por base a construção social do género através da linguagem utilizada nos discursos com os quais é construída a realidade social, é possível compreender como, apesar da entrada da mulher no mundo de trabalho, e das revoltas sociais em favor da igualdade social, a discriminação sexual da mulher continua.

"A realidade actual indica (...) que a mudança estrutural representada pela entrada das mulheres de diferentes classes sociais nos diversos sectores do mundo do trabalho, não é suficiente para alterar a função da mulher na família, nem dá necessariamente origem a uma mudança na sua condição social"(Amâncio, 1989, p.33).

Ao longo deste trabalho apresentaremos as diferentes perspectivas que possibilitam uma nova intelegibilidade para este fenómeno social.

O trabalho que aqui se apresenta tem como ponto de partida o interesse pelo fenómeno da desigualdade de género, e os dados sobre o acesso limitado das mulheres a cargos de decisão e de liderança em termos profissionais.

Nos anos 60, 17% das mulheres portuguesas exerciam uma actividade profissional. Hoje essa percentagem é de 42% e dentro de alguns anos haverá mais mulheres do que homens no mercado de trabalho. Mas a força dos números não tem sido suficiente para alterar as regras do mundo de trabalho que hoje, tal como ontem, são feitas á imagem e semelhança dos homens (Nogueira, Paúl & Amâncio, 1995). Segundo um estudo recente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres intitulado "Portugal-Situação das Mulheres 1994", as mulheres portuguesas continuam a registar um elevado índice de falta de instrução e são minoritárias nos cargos de decisão. No contexto da União Europeia, Portugal é dos países com taxa de actividade feminina mais elevada, mas a sua presença é menor nos cargos de decisão e profissões de prestígio, enquanto a percentagem de mulheres sobe em áreas com remuneração mais baixa ou que os homens já abandonaram. Embora algumas profissões tenham sofrido um processo de feminização recente, como é o caso do número de juízas da primeira instância (a quem o acesso á carreira só foi permitido em 1974), (204, 22,5 %), de médicas (11.717, 39,5%), polícias (1246, 6,4%) e diplomatas (16%.), existem no entanto apenas 2 mulheres portuguesas no Parlamento Europeu, dos 305 presidentes de câmara eleitos, apenas 5 são mulheres e no Governo Constitucional, dos 59 cargos governamentais apenas seis são desempenhados por mulheres, o que indica uma baixa percentagem de mulheres nos postos da alta hierarquia do governo e postos de decisão.

Assim, o presente trabalho pretendeu contribuir para uma compreensão das relações sociais de género, baseadas na construção social das subjectividades a nível dos discursos. Mais especificamente pretendia-se compreender de que forma um grupo de mulheres (representantes minoritárias), que ocupavam posições de liderança, construíam através dos seus discursos, a realidade social do género nos contextos familiar e organizacional. Por ocuparem posições tradicionalmente associadas ao género masculino, estas mulheres ofereciam uma possibilidade de

compreensão da acção dos discursos dominantes sobre a sua realidade e sobre as relações sociais de género.

O presente trabalho encontra-se organizado em três partes.

Os capítulos que integram a primeira parte pretendem apresentar as Perspectivas alternativas críticas na psicologia social. O capítulo I, A Psicologia social na ciência moderna, analisa como o nascimento da psicologia e especificamente da psicologia social se associa a um conjunto de correntes filosóficas características de determinada época, que condicionam a escolha de determinadas teorias para a explicação dos fenómenos individuais e sociais. A apresentação de certas críticas, quer às teorias, quer aos paradigmas subjacentes, possibilita a conclusão deste capítulo e o início do Capítulo II, O Construcionismo Social.

Neste capítulo, aborda-se a escola do construcionismo social, perspectiva crítica e alternativa na psicologia social, cujas origens teóricas se podem encontrar no pós-Modernismo, na teoria crítica, em determinadas perspectivas sociológicas assim como no estruturalismo e no pós-estruturalismo. Os pressupostos desta nova corrente, assim como os seus adeptos advogam uma nova abordagem ao conhecimento, assim como à prática. Mais preocupados com os problemas locais de populações particulares do que com pesquisas descontextualizadas que se pretendem universais, os seus adeptos advogam uma transformação cultural, que possibilite a emergência de novas realidades e formas de acção.

No capítulo III apresenta-se a Análise do Discurso, que surge como uma nova perspectiva radicalmente distinta na forma como aborda os temas ou os objectos na psicologia social. Situando a linguagem num lugar de especial destaque na análise e construção da realidade social, propõe a noção de Discurso e suas articulações com a identidade, as estruturas sociais, as práticas sociais e o poder. Sendo teoria, é também método que permite a análise de textos no sentido da identificação de discursos subjacentes.

Pretende-se com os capítulos anteriormente apresentados situar a problemática do estudo do género que constitui tema da segunda e terceira parte. A linguagem utilizada, as teorias defendidas e posteriormente a metodologia usada inserem-se nesta perspectiva alternativa na psicologia social, cuja base se apresenta na primeira parte.

Na Parte intitulada Perspectivas críticas na psicologia social do género, o Capítulo IV refere-se ao Feminismo como teoria e crítica social. Depois da apresentação do feminismo como movimento social com diferentes vagas, coincidentes com períodos históricos determinados, é dada especial atenção às diferentes teorias feministas, que como já se referiu, condicionaram e continuam a influenciar a teorização sobre o género nas diferentes disciplinas e na psicologia em particular. O feminismo pós-modernista e o debate sobre a igualdade e a diferença constituem partes fundamentais para a compreensão do feminismo na actualidade, na sua diversidade ou mesmo conflito interno. Estas tensões não possibilitam que se assuma uma posição única, com uma agenda feminista definida em termos de planos ou estratégias de acção específicas a levar a cabo.

No Capítulo V, Feminismo e discurso do género na psicologia social, analisa-se como o próprio discurso do género foi sendo contruído na disciplina, resultado de diferentes períodos e epistemologias. Apresenta-se a distinção entre programas de pesquisa feministas empiricistas e pós-modernistas. É dada especial atenção às críticas feministas que possibilitaram a evolução dos conceitos e a construção de novas teorias. A abordagem construcionista social do género é enfatizada, como representando a possibilidade de colocação de “outras” questões com novas tentativas de resposta, ou pelo menos outras compreensões e interpretações.

No Capítulo VI, Um Novo Olhar sobre as relações sociais de género, apresenta-se a hipótese central do trabalho, síntese de todas as perspectivas anteriormente enunciadas e articuladas com base no género. Sugere-se que o construcionismo social e a análise do discurso podem possibilitar um potencial emancipatório libertador se associados a um novo vocabulário de valores, a um comprometimento político, a uma posição realista crítica, que não assumindo

nenhum critério de verdade universal, permita no entanto o estabelecimento de uma base de acção para a construção de uma sociedade mais igualitária. Para isso é referida a psicologia feminista como possibilitando o estudo de novas questões e a crítica ao posicionamento androcêntrico e individuocêntrico da pesquisa social tradicional.

Na terceira parte são apresentados dois estudos. No Estudo I, sobre os estereótipos e as atribuições das mulheres em posições de liderança, pretende-se avaliar as impressões que diferentes grupos de sujeitos apresentam face à categorização de actores com cargos de gestão do sexo masculino e feminino. Neste estudo, que segue uma metodologia clássica experimental, apresenta-se uma introdução teórica, seguida de um conjunto de hipóteses e a consequente metodologia. Na discussão dos resultados, para além da apresentação conforme ao processo metodológico de validação das hipóteses, apresenta-se uma breve discussão alternativa, onde se questionam algumas das características do próprio estudo, assim como das conclusões que permitiu extrair.

No Estudo II, relativo ao discurso de mulheres em posições “contraditórias”, apresenta-se a análise do discurso de mulheres que ocupam posições de destaque e liderança nos seus domínios profissionais. Para cada tema abordado (trajectória pessoal, relações com a família e percepções sobre a liderança) são analisados, porque identificados depois de leitura exaustiva, dois discursos distintos pelos seus efeitos em termos de prática social e relação social de género. São eles o Discurso Essencialista Individualista e o Discurso Colectivo/ Resistência.

PARTE I

**PERSPECTIVAS ALTERNATIVAS CRÍTICAS
NA PSICOLOGIA SOCIAL**

CAPÍTULO I

**A PSICOLOGIA SOCIAL NA CIÊNCIA
MODERNA**

INTRODUÇÃO

Começar por falar da Psicologia social e dos desafios que esta disciplina tem vindo a enfrentar nesta última década tornar-se-á mais compreensível se se recuar (embora que de forma breve) aos primórdios da emergência da Psicologia enquanto ciência, passando depois a explicar os desenvolvimentos que sofreu, nomeadamente na Psicologia Social, uma vez que estes desenvolvimentos foram sendo “construídos” pela acção conjunta de correntes filosóficas prevaletentes em determinados períodos históricos, e determinadas condições sociais e políticas. Deste modo, a Psicologia enquanto ciência não se compreende sem a referência à filosofia dominante na época da sua constituição, assim como às condições sociais, políticas e económicas desse período, tal como não se poderão compreender os desafios que agora enfrenta sem se ter presente a crítica e a corrente de pensamento filosófica desta época, que é o pós-modernismo. Neste capítulo, abordaremos de forma breve, as correntes filosóficas que estiveram na base da Psicologia como ciência, as que a foram acompanhando na sua evolução, passando depois a apresentar a distinção entre psicologia social norte americana e psicologia social europeia. Terminaremos apresentando o que se designa por “crise” na psicologia social, cujos argumentos estão na base da corrente do construcionismo social que será o segundo capítulo deste trabalho.

A PSICOLOGIA NA CIÊNCIA MODERNA

Tentar responder à difícil e complexa questão “será a Psicologia uma ciência?” implica situá-la essencialmente num plano filosófico, tomando em consideração certos conceitos, em especial o conceito de ciência (Gross, 1992) e o papel do conhecimento e das teorias do conhecimento (Gergen, 1994). Como veremos ao longo deste ponto, esta tarefa é primordial para se compreender toda a evolução que a disciplina sofreu.

Segundo Auroux e Weil (1993) todo o conhecimento coloca dois problemas, o da sua origem e o da sua legitimidade. Tradicionalmente, e para cada caso, podem-se encarar duas soluções extremas: a origem do conhecimento situa-se no espírito humano, ou na acção de um mundo sobre o sujeito, e no que diz respeito à legitimidade, o conhecimento resulta de uma demonstração racional ou de uma verificação experimental.

A psicologia como disciplina nasce quando pode ser concebida como uma ciência no sentido moderno do termo, ou seja, correspondendo a “um corpo de conhecimentos submetidos a confirmação ou refutação experimentais. É nesta prática que define o seu (ou seus) objectos” (Auroux & Weil, 1993, p.361). Por essa razão apresentaremos de seguida os pressupostos da ciência no projecto amplo da modernidade.

A ciência no projecto da modernidade

“ A questão da modernidade e das suas consequências é efectivamente, a questão do desenvolvimento do pós-Iluminismo na civilização ocidental e do projecto racionalizador com o qual tem sido articulada” (Smart, 1993, p.110). No mesmo sentido Santos (1994) refere que uma grande meta da modernidade representava a concretização dos objectivos de racionalização global da vida colectiva e individual, sendo que as suas grandes contradições se baseavam na

tentativa de articular valores tendencialmente contraditórios como a justiça, a autonomia, a solidariedade, a identidade, a emancipação, a subjectividade, a igualdade e a liberdade.

Com tal projecto racionalizador em mente, a ciência surge assim como algo de fundamental, representando ao mesmo tempo o antídoto para o “dogma” característico do período medieval (Burr, 1995). A crença na razão humana veio substituir a autoridade religiosa e conseqüentemente o pensamento Iluminista promove a visão radical de que a condição humana pode ser compreendida cientificamente e que esta compreensão promoverá o progresso e a emancipação. Assim, a característica fundamental do pensamento moderno era segundo Villegas (1992) a crença no progresso linear com conseqüências quer científicas quer sociais, sendo o progresso “sinónimo de verdade, bondade e unidade”(p.5). Podemos dizer como Rosenau (1992) que a modernidade terá entrado na história como uma força progressiva no sentido de libertar a humanidade da ignorância e da irracionalidade.

Como refere Gergen (1994) é a instauração de uma época em que o conhecimento é visto como posse individual. Torna-se tarefa dos indivíduos fazer julgamentos (baseados em evidências objectivas e científicas) acerca da realidade e saber quais as regras morais mais apropriadas para as pessoas viverem as suas vidas (Burr, 1995). No mundo moderno as ciências assumiram uma posição única e dominante baseada na proclamação do conhecimento avançado, este pretendendo ser encarado como único e por isso tomando precedência sobre outros tipos de sistemas de crenças noutros contextos (Morrow, 1994).

A noção de uma disciplina científica está ligada a duas ideias principais, que estão enraizadas na perspectiva da ciência moderna, e que se institucionalizaram, depois do século XVII. Essas ideias são: (a) que o conhecimento pode progredir através da especialização; (b) que a unidade de esforços conseguidos através desse amontoado de “coisas” empíricas, está associado a um método científico que atravessa as diferentes disciplinas (Morrow, 1994).

Do ponto de vista ontológico a ciência moderna pode-se considerar objectiva porque está associada à noção tradicional que coloca a ideia da qualidade dos factos independentes da nossa consciência deles. Desta forma, os conceitos científicos procuram copiar ou corresponder a essas realidades factuais, ou seja o realismo. Como a questão ontológica está ligada à epistemológica, porque é necessário que haja uma concepção de natureza de realidade social antes de se pretender justificar uma análise científica dessa realidade, o realismo tradicional é consistente com uma epistemologia positivista, que identifica a ciência como a descoberta de leis invariantes que determinam as relações entre factos empiricamente observáveis ou estruturas objectivas fora da consciência.

Assim, segundo Morrow (1994) uma posição clássica de ciência assume uma lógica de verificação e de verdade, cujo modo de pensamento pode ser sumariado em três proposições básicas: (a) a ideia de que certo conhecimento é possível porque pode ser baseado numa linguagem de observação (factos) neutra; (b) que as explicações tomam uma forma lógica, o que as torna universais e gerais; (c) que essa lógica das ciências avançadas fornece a base para a unidade da ciência.

A ciência moderna estabeleceu a sua reputação na objectividade, nos procedimentos rigorosos de pesquisa, no material mais que no metafísico (Rosenau, 1992). O conhecimento moderno não questiona os conceitos de teoria e verdade, e a metodologia é objectiva, normativa e positivista. Os cientistas sociais aderiram a uma visão determinista e positivista da ciência moderna, procurando competir com os seus colegas das ciências naturais.

Sintetizando, o pensamento moderno entendia que havia apenas uma verdade que devia ser descoberta progressivamente, que anularia todas as anteriores e cujo conhecimento apenas traria felicidade (Villegas, 1992) que o conhecimento se construía de forma cumulativa aproximando-se cada vez mais da verdade e que o progresso científico era facilitado por e dependente da impessoalidade, da objectividade e do não enviesamento por parte dos

investigadores (Morrow, 1994). Como refere Gergen (1994) é a época da certeza através da ciência.

O nascimento da Psicologia

As datas de 1868 (data de publicação de *Princípios de Filosofia Positiva* de A. Comte), que marca a emergência da estruturação de um novo paradigma e de 1879 (data de fundação do Laboratório de Wundt) que está ligado à autonomização da Psicologia como ciência, podem ser indicadas como pontos chave para a compreensão de toda uma época, influenciada por um forte espírito científico. De um modo geral, as ciências pareciam detentoras da última palavra e supunham-se doravante capazes de relegar para segundo plano os filósofos e sobretudo os metafísicos (Mueller, 1971). Era deste modo uma época propícia ao surgimento de uma Psicologia que reivindicasse para si os direitos a um domínio como o tinham a química ou a biologia.

Pode-se considerar que a Psicologia sofreu contribuições de diferentes domínios, linhas de desenvolvimento essas oriundas quer da ciência quer das tendências da filosofia.

No que diz respeito à influência da Filosofia as duas maiores correntes filosóficas foram sem dúvida o empirismo e o racionalismo (Gross, 1992) e posteriormente o positivismo (Morrow, 1994).

Os racionalistas, influenciados por Descartes, basearam grande parte do seu pensamento na nova ciência da matemática e depositaram uma fé ilimitada no poder da razão para deduzir, a partir de princípios evidentes, a natureza integral da realidade. Argumentavam que o conhecimento deve ser baseado na razão, e não em crenças religiosas ou nas evidências factuais. Nesta perspectiva, a verdade é formada pelas características do sujeito, seguindo o dito de Descartes “penso, logo existo”.

Os empiricistas empenharam-se em realçar a importância da observação sensorial e os limites da razão, em oposição aos racionalistas. Segundo a epistemologia empiricista a ciência é a empresa social que produz explicações com uma forma lógica específica. Uma ciência empírica refere-se à evidência derivada da experiência (por exemplo, da realidade social ou de factos sociais) em oposição à autoridade (caso das ideologias políticas ou religiosas). O empirismo implica assim uma abordagem da ciência que dá primazia à base factual do conhecimento científico através de processos de confirmação e verificação, em oposição ao puramente racional ou mesmo intuitivo.

O positivismo veio a ser determinante para as bases da ciência moderna.

O espírito positivo,

“reconhece a impossibilidade de obter as noções absolutas, renuncia procurar a origem e o destino do universo e a conhecer as causas íntimas dos fenómenos, para se ater unicamente a descobrir, pelo uso bem combinado da razão e da observação, as suas leis efectivas, quer dizer as suas relações invariáveis(...)” (Agra, 1986, p. 42-43).

Na perspectiva positivista é função da ciência encontrar as soluções para os fenómenos, descobrir as leis e as relações que as governam de forma a torná-las previsíveis e portanto controláveis. Para os filósofos positivistas a ambiguidade relativa ao conhecimento foi resolvida pela introdução de um princípio lógico de demarcação, a correspondência com os factos, para diferenciar conhecimento científico de meras crenças (Morrow, 1994).

Os positivistas requerem a postulação de um terreno absoluto e certo para a reivindicação da verdade (Morrow, 1994). Aqui a metáfora subjacente é a noção de que a ciência depende da capacidade dos seus conceitos poderem representar a realidade de uma forma análoga a "espelhá-la" ou copiá-la (Rorty, 1979).

A pesquisa psicológica emergiu assim, da contribuição dessas duas grandes tradições do pensamento ocidental, a empiricista e a racionalista. A primeira está essencialmente expressa no movimento behaviorista que dominou a psicologia durante grande parte deste século, enquanto a tradição racionalista está posteriormente manifesta no movimento cognitivista. No que diz respeito ao impacto do positivismo segundo Heather (1976, cit. Gross, 1992) existiram dois acontecimentos marcantes na Psicologia: o primeiro foi a publicação em 1859 da *Origem das Espécies* de Darwin, e a sua teoria da evolução o que permitia situar a Psicologia firmemente dentro do domínio das ciências biológicas (indivíduo como organismo), e em segundo lugar a abertura do primeiro laboratório em 1879 por Wundt, que criou o precedente para a base experimental que a Psicologia académica manteve desde então.

Foi essencialmente o behaviorismo, dentro da Psicologia, que tomou mais para si uma posição filosófica empiricista. O estudo dos processos mentais inacessíveis e privados não tinha lugar numa verdadeira psicologia científica (Leahey, 1991). O clima realista americano questionou severamente o carácter da “mente”, e sugeriu que a “consciência” não era nem definível nem tão pouco útil para o estudo dos indivíduos, sendo apenas outro nome para a “alma” dos tempos antigos (Gergen, 1994). A mudança para uma perspectiva mais exógena¹ foi estimulada pelo nascimento da filosofia lógica positivista. Se todos os argumentos em Psicologia pudessem ser associados a uma linguagem observacional e todas as linguagens pudessem ser traduzidas pela linguagem da física ou da biologia, então, a psicologia podia antecipar a sua assimilação à família das ciências naturais (Gergen, 1994), conseguindo-se assim a unidade da ciência.

Deste modo o empirismo não só deu à Psicologia uma teoria (a visão da mente como *tabula rasa*), como uma metodologia (o papel central da

¹ Na perspectiva exógena argumenta-se que, como o mundo empírico é dado a conhecer pelos sentidos, então ele deve ser considerado o determinante dos estados psicológicos. O ponto de focalização é o meio ambiente, sendo o comportamento humano dependente de, e determinado pelos acontecimentos ambientais antecedentes.

observação e da medida), o que corresponde a uma distinção importante entre dois tipos de behaviorismo - o filosófico e o metodológico. O behaviorismo filosófico, na sua forma mais extrema encontra-se em Watson, que rejeita a possibilidade de mente, e numa visão menos extrema em Skinner e na sua crença de que os conceitos mentais são irrelevantes para tentar prever e controlar o comportamento humano. O behaviorismo metodológico, por outro lado, refere-se à ênfase na observação, no acumular de dados de medida, na importância da experimentação. Apesar do declínio do behaviorismo filosófico, o behaviorismo metodológico continuou a exercer a sua influência até aos dias de hoje. Segundo Gross (1992) muitos psicólogos da actualidade são behavioristas, neste segundo sentido, e esta posição está na base da forma como a Psicologia é pensada e praticada.

A grande popularidade do behaviorismo durante a primeira metade deste século deve-se ao facto de durante essas décadas existirem e coincidirem três corpos discursivos que se apoiavam mutuamente e se sustentavam: eram eles a teoria behaviorista, as descrições da metodologia experimental e ao mesmo tempo a existência de uma perspectiva metateórica articulada pelo empirismo lógico dos filósofos (Gergen, 1994). A metateoria científica garantia uma independência fundamental entre o mundo natural e o cientista observador. Era tarefa do cientista desenvolver teoria que espelhasse com fidelidade os contornos do mundo, e fundamentalmente identificar factos com a maior precisão possível. Baseando-se na observação o cientista deveria derivar um conjunto de proposições, procurando regularidades na relação entre acontecimentos observados. Como no caso da psicologia o foco do interesse é o comportamento do indivíduo, este seria a consequência de antecedentes que estariam nas condições do mundo real. O cientista devia compreender o fenómeno no qual trabalha e compreendê-lo-ia quando, de forma bem sucedida pudesse prever as suas expressões, ou quando o seu conhecimento lhe permitisse controlar a sua expressão no sentido de conseguir certos objectivos. Assim, durante essas décadas de florescimento do behaviorismo tanto a metateoria, como a teoria estavam sincronizadas com a concepção prevalente

de metodologia². Assim, a metateoria presume um mundo ordenado de realidades mecanicamente relacionadas, o método promete um traçado preciso das ligações causais e a figura resultante do funcionamento humano é aquela em que o comportamento humano está dependente das suas condições antecedentes. Metateoria, teoria e método todos jogam em sonora harmonia.

O behaviorismo manteve-se a força dominante dentro da Psicologia mais ou menos por mais três décadas, especialmente nos Estados Unidos e também em Inglaterra. No entanto a situação privilegiada de sincronia teórica, metateórica e metodológica viria a ser colocada em questão essencialmente pela Gestalt, pela Psicanálise e posteriormente pela Revolução Cognitivista.

A reacção contra o Behaviorismo surgiu na forma da escola da Gestalt que emergiu por volta dos anos 20 e 30 na Áustria e na Alemanha. Os psicólogos da Gestalt estavam mais preocupados com a percepção e acreditavam que as percepções podiam funcionar de forma distinta do funcionamento do comportamento como acreditavam os behavioristas (Gross, 1992). A escola da Gestalt acentuava a determinação relacional dos acontecimentos psíquicos tendo este movimento sido liderado essencialmente por Kurt Lewin e Heider (Leahey, 1991).

Surgindo em 1900 na Áustria com a publicação de trabalhos sobre teoria de personalidade, onde os processos inconscientes jogavam um papel central, Sigmund Freud e a psicanálise representaram um grande desafio e a maior alternativa ao behaviorismo (Gross, 1992). A Psicanálise introduz uma ruptura profunda no comportamentalismo, postulando, a partir de uma grande variedade de fenómenos de observação, a existência de processos inconscientes (Auroux & Weil, 1993; Gross, 1992).

A Psicologia cognitiva, resultante da 1ª revolução cognitiva, veio a posicionar a psicologia novamente a nível dos processos internos,

² A manipulação das variáveis independentes pelos cientistas, permite libertar as forças causais que dirigem ou constroem o comportamento do organismo. A "actividade resultante" do organismo é capturada pelo conceito de "variável dependente" causado por e dependente da manipulação das variáveis independentes.

desentafizando a realidade externa. Como refere Gonçalves (1995) os cognitivistas pretenderam separar-se do postulado positivista acerca da existência de uma realidade externa, fixa e estável, sugerindo que “independentemente dos constrangimentos externos, os seres vivos criam realidades internas particulares e idiossincráticas” (p.4). No entanto, ao pretenderem substituir a realidade externa, acabaram por assumir a existência de uma realidade interna, tentando um compromisso, nem sempre fácil. “O cognitivismo procurava uma conciliação entre realidade interna e externa e os modelos de processamento da informação assumiam-se como uma metáfora central desta busca ecuménica”(ibidem). O que torna os processos mentais ou cognitivos diferentes do comportamento é que eles são essencialmente “privados” podendo apenas inferir-se (Gross, 1992). Agora os processos mentais (alvo das críticas behavioristas) são aceites como válidos no sentido de objecto de estudo da Psicologia, até porque podem ser objectivados e externalizados (logo tornados públicos) por exemplo, através de testes de memória, tarefas de resolução de problemas etc. Desta forma, e por consequência, aquilo que uma pessoa diz e faz é agora perfeitamente aceite como fonte de informação acerca dos seus processos cognitivos, apesar desses mesmos processos permanecerem inacessíveis ao observador, estudando-se apenas indirectamente (idem, 1992).

A Psicologia foi sempre utilizada pela sociedade em ampla variedade de áreas, tendo-se tornado crescentemente quantitativa. Se há alguma filosofia subjacente, característica dos esforços dos psicólogos na última parte do século vinte, ela é a de que nada existe a respeito do comportamento e da experiência do homem que não possa ser estudado cientificamente (Gergen, 1982).

Como refere Gergen (1994), do positivismo do século XIX ao realismo transcendental do século presente, os académicos e estudiosos têm sustentado a tradição fundacionalista, assegurando-se que a razão individual se mantenha segura no leme da acção, fé que leva à procura das bases racionais do conhecimento.

A EMERGÊNCIA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Se o fim do século passado foi um período ótimo para o crescimento da psicologia como ciência, foi ao mesmo tempo um período desfavorável ao desenvolvimento de uma psicologia social.

Assume-se praticamente como um ritual quando se fala do desenvolvimento da psicologia, a célebre frase de Ebbinghaus (1908, p.1, cit. Graumann, 1995) "A psicologia tem um longo passado mas uma curta história". Embora se refira que a história da psicologia social começou em 1908, o "passado" pode remontar a Platão, Aristóteles e mesmo à era pré-Socrática, dependendo da filosofia de ciência e de sociedade em que um historiador da psicologia social pretenda basear-se ou referir mais amplamente (Graumann, 1995).

Se se pretender ter presente o seu "passado" são essencialmente algumas questões centrais que continuam a constituir tópicos controversos no pensamento contemporâneo, que devem ser questionados, tais como a relação indivíduo-sociedade (se o indivíduo é função da sociedade ou, pelo contrário, a sociedade é um produto ou função dos indivíduos que a compõem) assim como o nível de agenticidade individual (se os indivíduos são agentes responsáveis ou, pelo contrário, determinados pelas forças naturais e sociais). Também Vala (1993a) quando concebe o quadro de paradigmas e metáforas que atravessam a psicologia social se refere a essa dicotomia. A dicotomia sujeito-agente, sujeito-actor traduz, segundo o autor, a oposição das duas orientações que dominam o pensamento da actividade humana - uma de tradição Lockiana, associacionista que concebe o homem como dependente de impulsos e de traços de personalidade entendidos como elementos exteriores à actividade cognitiva, o sujeito-agente; a outra orientação, que enfatiza a ideia do homem como uma

entidade que tem capacidade para conhecer, desejar e sentir, capaz de criar símbolos, de auto-regulação e auto-reflexibilidade, o sujeito-actor.

Dois desenvolvimentos intelectuais no século XIX contribuíram de forma significativa para a psicologia social moderna: a sociologia e a teoria evolucionista (Graumann, 1995).

Comte criou a sociologia, como termo e como programa, mas considerase ter sido Émile Durkheim (1858-1917) a iniciar uma tradição na sociologia. Este referia que os factos sociais são independentes e exteriores à consciência individual, e deste modo uma “representação colectiva” de uma dada sociedade era algo com uma existência própria. Apesar da autonomia do social face ao individual ter levado Durkheim a sugerir uma “psicologia colectiva” independente da psicologia individual, a maioria das concepções iniciais da psicologia social estavam ligadas ao modelo da psicologia individual. Só muito mais tarde Moscovici (1961) retoma e revê as ideias de Durkheim de uma teoria das representações colectivas.

No que diz respeito ao impacto da teoria da evolução, a psicologia foi influenciada por Charles Darwin (1809-82) assumindo-se que os indivíduos eram animais sociais que tinham desenvolvido a capacidade de se adaptar física, social e mentalmente a um ambiente em mudança.

A psicologia social, como hoje é conhecida, pode ser datada por volta da viragem do século, embora se possa fixar o seu nascimento em 1908, devido à publicação de dois textos considerados básicos, mas seguindo duas ênfases distintas. Assim, pode-se considerar que a inauguração formal da psicologia social teve lugar em 1908 com a publicação *Social Psychology* de Ross e *An Introduction to Social Psychology* de McDougall (Pepitone, 1981; Weber, 1992), embora segundo Pepitone (1981), as duas obras não estivessem a analisar e discutir o mesmo assunto. Ross, de orientação sociológica, referia conceitos como mente colectiva, costumes sociais, opiniões sociais e conflitos (Weber, 1992), enquanto McDougall referia que as características sociais e o comportamento se baseavam na natureza biológica (Pepitone, 1981), favorecendo os instintos biológicos e psicológicos e as motivações internas na

análise do comportamento social (Weber, 1992). Segundo Pepitone a psicologia social colectiva preconizada por Ross ter-se-ia mantido na sua grande parte na sociologia, já que para a psicologia “o indivíduo era a única realidade”. A psicologia social ter-se-á desenvolvido desta ideia.

Como refere Gergen (1994), nos últimos anos da sua carreira Wundt começou a interessar-se pelos problemas levantados pelos padrões sociais; segundo ele, as bases desses padrões não se situavam dentro da actividade do sistema nervoso, eram, essencialmente, criações sociais. Por essa razão esses padrões implicariam uma exploração distinta da que era realizada pelos experimentalistas. Nos últimos vinte anos da sua carreira Wundt ter-se-á dedicado a estas questões, o que designa de *Volkerpsychologie*, (psicologia dos povos) explorando outra alternativa de pesquisa para estes problemas. No entanto, foi Wundt o experimentalista e não o autor da *Volkerpsychologie* que a psicologia social americana escolheu para modelo de investigação. Para Gergen (1994) o conceito de psicologia social de Wundt é bastante interessante e merece atenção no presente: para Wundt o modelo científico para a psicologia social não seria o das ciências naturais mas sim o da análise histórica. Em vez de procurar leis gerais de funcionamento psicológico, a tarefa do psicólogo social seria executar uma descrição dos padrões comportamentais contemporâneos, desenvolvidos através da história da cultura, e para este fim o laboratório teria pouco a oferecer. O método da psicologia social basear-se-ia na documentação e explicação dos padrões históricos como eles emergiram ao longo do tempo.

Outro texto clássico da história da psicologia social foi o de Allport publicado em 1924 *Social Psychology*, onde o autor introduzia novas ideias acerca do behaviorismo, a escola americana de psicologia que favorecia o estudo dos comportamentos explícitos mais do que especulações acerca de processos tais como a consciência ou a motivação instintiva. Na linha dos teóricos da aprendizagem Allport mantinha que o comportamento social consistia em acções individuais aprendidas num contexto social, e deste modo marcou a separação da psicologia social da tradição sociológica (Gergen, 1994).

Allport (1924, cit. Pepitone 1981) referia não existir uma psicologia dos grupos que não fosse essencialmente e inteiramente uma psicologia do indivíduo. Os psicólogos sociais daquele tempo - behaviorismo - tinham muito a ganhar em se juntar a uma abordagem exógena já que uma mudança de ênfase para entidades observáveis trazia uma promessa de maior respeitabilidade científica (Gergen, 1994).

Psicologia social sociológica /psicologia social psicológica

No âmbito da psicologia social é possível falar-se de uma psicologia social sociológica e de uma psicologia social mais psicológica. (Jesuino, 1993). A psicologia social mais social investiga categorias sociais tais como classes sociais ou movimentos, focaliza-se em questões sociais mais amplas tais como a pobreza, aplica constructos teóricos mais sociológicos para explicar o comportamento social, como por exemplo o interaccionismo simbólico, e considera que as experiências individuais e os comportamentos se tornam significativos através das avaliações sociais que lhes dão sentido. Pelo contrário, a psicologia social mais psicológica preocupa-se com os processos individuais e as relações interpessoais assim como com os processos de pequenos grupos. Os processos individuais incluem áreas tais como a percepção e o pensamento, de que formas um indivíduo é socializado ou treinado para assumir normas e desempenhar papéis culturais.

Doise (1986) depois de ter analisado cuidadosamente os trabalhos de grande parte dos psicólogos sociais refere que estes utilizam quatro tipos de explicações ou níveis de análise: o nível intraindividual, o interindividual ou situacional, o posicional e o ideológico.

No nível intraindividual encontram-se os trabalhos que referem a forma como os indivíduos organizam a percepção e a avaliação do meio social, assim como o próprio comportamento individual face a esse meio. Apenas há a

preocupação de estudar os mecanismos utilizados pelos indivíduos para organizar as suas experiências.

No nível interindividual ou situacional podem integrar-se todos os trabalhos que estudam a dinâmica relacional entre indivíduos em situação, independentemente da posição que possam ocupar fora de determinado contexto específico.

No nível posicional podem encontrar-se os estudos que tomam em atenção a posição relativa dos indivíduos, pertencentes a diferentes categorias sociais. Finalmente no nível ideológico, podem integrar-se os modelos que pretendem justificar e analisar a ordem existente nas relações sociais.

A maior parte do conhecimento produzido pelos psicólogos sociais situa-se nos dois primeiros níveis de análise, apesar de haver alguma diferença em termos de localização geográfica de incidência de determinados níveis sobre outros. Assim, surge novamente como pertinente, a distinção proposta de psicologia social sociológica e psicologia social psicológica (Jesuino, 1993) porque parece haver, face a esta distinção, um posicionamento distinto em termos geográficos. De facto, a distinção entre psicologia social europeia e psicologia social norte-americana sugere a dificuldade e a controvérsia que esta distinção pode acarretar. O autor admite que poderá fazer pouco sentido submeter uma disciplina científica a critérios geográficos, mas "(...)se isso é válido para as ciências fortemente paradigmáticas, como a física, *sensu lato*, o mesmo não acontece no domínio das ciências sociais onde as questões epistemológicas estão mais sujeitas às influências culturais e sociais." (p.49).

A orientação dominante entre os psicólogos norte-americanos caracteriza-se por uma visão de ciência universal, não ideológica, enquanto a psicologia social europeia reconhece mais a influência do factor ideológico, é menos centrada no indivíduo e mais consciente dos contextos sócio-históricos.

Como referem Augoustinos e Walker (1995) ao contrário da psicologia social Norte Americana, na psicologia social europeia o grupo é mais valorizado que o indivíduo. Os indivíduos são conceptualizados em primeiro lugar como seres sociais, cujos significados identitários, normas comportamentais e crenças

derivam da pertença a um determinado grupo. A sociedade vista enquanto colectivo compreende o conjunto de relações intergrupais complexas que caracterizam qualquer período sócio-histórico. Assim, pode-se dizer que a tradição europeia enfatiza mais uma psicologia social sociológica, contrariamente à psicologia social norte americana mais psicológica.

A psicologia social americana

O individualismo psicossocial tem as suas raízes em certas filosofias sociais, mas com o estabelecimento de uma disciplina de psicologia social este individualismo adquiriu um aspecto metodológico.

Foi com Allport que uma concepção individualista coincidiu com uma orientação metodológica, a abordagem experimental-comportamental. Para Allport (o primeiro psicólogo social na tradição behaviorista), a psicologia social tornou-se a ciência que estudava o comportamento do indivíduo no sentido de que este comportamento induz o comportamento de outros, ou é a sua consequência (1924, cit. Graumann, 1995). A combinação da abordagem individualista "ponto de vista behaviorista" e do método experimental tornava a psicologia social uma disciplina cientificamente respeitável. Apesar das bases experimentalistas europeias³, foi essencialmente no clima social e científico dos E.U.A., depois da 1ª guerra mundial, que a psicologia social, mais do que em qualquer outro lado, se tornou a "ciência do indivíduo", sendo que a consequência mais importante foi remover da psicologia social as questões mais amplamente sociais, tendo resultado, pelo menos em termos de prática de pesquisa, no isolamento dos sujeitos dos seus contextos de vida. A preferência por desenhos experimentais (sobre os de campo), da medida (sobre a

³ Embora o trabalho de Allport tivesse lugar na América é importante referir que muitas influências foram devidas a alunos de Wundt, o que leva Pepitone a referir as "raízes germânicas da tradição experimental na psicologia social".

observação) acabou por ser institucionalizada quer nos currículos, quer na academia, e funcionar como critério de publicação e de aquisição de fundos⁴.

Historicamente houve alguns desvios deste individualismo, como no caso de Kurt Lewin (1890-1947) membro do grupo da Gestalt que influenciou a psicologia social de formas directas e indirectas. Lewin, particularmente atento e consciente ao que acontecia na Europa e especialmente na Alemanha, tornou-se num psicólogo social quando aplicou a sua teoria de campo a grupos (Lewin, 1948, 1951, cit. Grauman, 1995). Considerado menos como uma teoria e mais como uma metodologia geral, esta abordagem centrava-se no princípio da interdependência, enfatizando a primazia do todo (situação ou campo) sobre as partes, fazendo uso de métodos construtivos mais do que classificatórios. Esta ampla metodologia permitiu a Lewin e aos seus estudantes fazer experiências com grupos, mas também trabalhar com grupos na vida diária e em comunidade de forma a mudar o seu comportamento, a moral, os preconceitos etc, abordagem que se tornou conhecida por investigação-acção.

Nas décadas posteriores à 2ª guerra mundial, para além de um contínuo refinamento metodológico, surgiram duas mudanças teóricas: de um ponto de vista comportamental para um cognitivo e de perspectivas teóricas mais amplas para mais estreitas (estes desenvolvimentos não se restringem à psicologia social mas aplicam-se à psicologia em geral). Os processos cognitivos passam a ser compreendidos principalmente como as dinâmicas subjacentes do comportamento social. O conceito de cognição parece originar mini teorias que simultaneamente tendem a aplicar-se ao campo total da psicologia.

Segundo Augoustinos e Walker (1995) a psicologia social sempre se terá orgulhado de não sucumbir completamente à revolução behaviorista que foi tão importante para todos os outros domínios da psicologia. Durante os anos dourados do behaviorismo os psicólogos sociais pesquisavam constructos mentais internos tais como atitudes, valores e estereótipos. Mas precisamente ao evitar os

⁴ No entanto a designada “crise da psicologia social” iniciada por volta dos anos 70, como veremos adiante, veio questionar a falta de significado social e de relevância social deste trabalho de pesquisa, em que se atribuía superioridade aos métodos sobre os problemas.

problemas do behaviorismo a psicologia social acabou por se ligar com mais força à metáfora do indivíduo como processador da informação, que acabou por dominar a ciência cognitivista. Hoje em dia a perspectiva dominante na psicologia social norte americana é a cognição social, possuindo uma quantidade de mini teorias, conceitos e procedimentos experimentais derivados da psicologia cognitiva.

A cognição social liga-se à percepção do indivíduo e à análise lógica da informação que ele tem sobre os outros (Moscovici, 1986). O homem é visto aqui como uma “máquina pensante”. Esta concepção do homem, está presente nas teorias implícitas da personalidade pelas quais o homem da rua formula as suas hipóteses sobre as outras pessoas, na forma como tenta fazer uma análise causal das acções e das situações (teorias atributivas e atribucionais). Pressupõe a existência de esquemas, organizações cognitivas prévias pelas quais o indivíduo selecciona a realidade percebida e a interpreta (Augoustinos & Walker, 1995).

No âmbito da cognição social as abordagens são numerosas (Fiske & Neuberg, 1990; Fiske & Taylor, 1984), mas quer se focalizem na memória humana ou na formação de impressões (Fiske & Neuberg, 1990) estas teorias conceptualizam o indivíduo como um processador de informação, dedicando-se ao estudo do enviesamento perceptivo e da memória.

Apesar desta abordagem ser a da psicologia social contemporânea alguns autores colocam-lhe sérias críticas. Segundo Augoustinos e Walker (1995) apesar de todo o conjunto de teorias e mini-teorias, a cognição social parece não conseguir resolver as questões colocadas e que se inserem no domínio da já designada “crise da psicologia social”. A pesquisa e a teoria na cognição social baseiam-se numa perspectiva individualista que esquece que os conteúdos da cognição são originados na vida social, nas interacções humanas e nas comunicações. Os modelos de processamento da informação centrais na cognição social estudam os processos cognitivos abstraindo dos conteúdos e dos contextos. Deste modo, características societais, colectivas e simbólicas do pensamento humano são frequentemente ignoradas e esquecidas. A pesquisa da cognição social é individualista porque procura dentro da pessoa as causas para o

comportamento, e por isso nunca explicará adequadamente a totalidade das experiências socio-cognitivas, na medida em que se mantém num nível de análise individual.

Hogg e Abrams (1988) apresentam algumas críticas à teoria da cognição social, críticas baseadas em três aspectos fundamentais:

1. O seu modelo de ser humano é associal, na medida em que vê as pessoas como módulos isolados de processamento de informação sendo apenas social na medida em que certas fontes de informação são outras pessoas;
2. O seu universo de discurso é de natureza diferente do da psicologia social e está mais próximo da corrente principal da psicologia cognitiva. Apesar da adopção de conceitos e métodos da psicologia cognitiva ter, sem dúvida, contribuído para uma maior versatilidade e rigor experimental, o custo foi a estripação do “social” da psicologia social;
3. Em vez de analisar e discutir problemas essenciais da psicologia social como agressão, competição, cooperação, conformidade, comunicação, processo de grupo, intersubjectividade, etc, trata da memória, de julgamentos heurísticos, etc.

No mesmo sentido apontam as críticas de Markus e Zajonc (1985) por considerarem que as teorias da cognição social constróem hipóteses sobre o mundo, funcionando estas como pré-concepções que distorcem a percepção. Também para Amâncio (1989) a teoria da cognição social não supõe a articulação entre os processos cognitivos e os contextos das relações intergrupos.

Segundo Moscovici (1986), a ênfase colocada no funcionamento das atribuições, dos estereótipos, das correlações ilusórias e dos subsequentes erros sistemáticos, sugere que para a cognição social, há como que uma impermeabilidade do sujeito à informação. Para este autor, a cognição social está destinada a cair num impasse porque limita a cognição a apenas um dos seus aspectos: a percepção. A realidade, fonte de informação é considerada como

neutra, não social e presumivelmente objectiva, pondo de parte o simbólico, o que para este autor significa excluir a sua componente principal.

Se, com a chamada revolução cognitivista se assiste ao retorno de uma concepção clássica dos fenómenos psíquicos que dá mais ênfase às imagens mentais, ao raciocínio e à memória, pode concluir-se, como o faz Graumann (1986, cit. Augoustinos & Walker, 1995) que essa situação conduziu não só à “individualização do social” mas também à “dessocialização do indivíduo”.

A história da psicologia social americana revela que o indivíduo está no centro da grande maioria das escolas e movimentos mais influentes, contrariamente às teorias e programas de pesquisa que lidavam mais com grupos ou fenómenos colectivos, empregando conceitos como interdependência ou relacional, que tiveram um impacto a longo prazo menos continuado (Pepitone, 1981). Este autor enfatiza que o enviesamento individuocêntrico deriva essencialmente de doutrinas metodológicas associadas com a concepção de psicologia como uma ciência natural empírica.

Assim, pode-se dizer que o pensamento e a pesquisa sobre o indivíduo e particularmente sobre os processos teóricos intraindividuais, representam a influência mais persistente e poderosa. O enviesamento individualista poderá dever-se ao facto da psicologia social ser parte da psicologia, e nesse sentido a dominância persistente do individualismo, provém dos valores e das crenças metateóricas que dominaram a psicologia como um todo. A concepção prevalecente da psicologia, como uma ciência natural empírica, associada à aproximação organizacional, económica e política dos diferentes departamentos da psicologia, expõem os psicólogos sociais às normas que são mantidas pela academia de uma forma geral. Apesar daquilo que foi considerado como o assunto central da psicologia ter mudado, de conteúdo de consciência a associações mentais e conexões estímulo-resposta, e mais recentemente ao estudo dos processos cognitivos, manteve-se a concepção desta ciência como natural, e com ela um conjunto de normas, sugerindo como os psicólogos devem pensar acerca da psicologia, assim como acerca da prática psicológica.

Pepitone (1981) refere algumas das influências que mais contribuíram para a visão individuocêntrica na psicologia social:

- o **empirismo**, com a sua ênfase no coleccionar de dados por experimentação e ocasionalmente observação, pensando que apenas tais métodos conduziam à “verdade” científica. Daí que apenas os fenómenos acessíveis a tais métodos fossem do interesse científico e admissíveis como objecto de estudo da pesquisa psicológica. Do ponto de vista da psicologia social esta influência acabou por provocar uma negligência por todos os factores sociais mais amplos ou colectivos;
- o **materialismo**: nos debates filosóficos acerca das relações mente/corpo, a psicologia científica acabou por se associar à concepção materialista de causalidade, rejeitando as interpretações dualistas da interacção corpo-mente. Foi o materialismo (assim como o consequente reducionismo) que encorajou a pesquisa sobre os determinantes neurofisiológicos do comportamento social, desencorajando a pesquisa sobre a mediação simbólica do comportamento social ou das “forças” do grupo;
- o **mecanicismo**, que na psicologia encorajou a investigação causa-efeito;
- o **universalismo** que referia que a teoria psicológica deveria pretender alcançar o estatuto de leis que se aplicavam de uma forma universal, isto é, proposições acerca do comportamento que são invariantes dos períodos históricos, das culturas e das ideologias; e,
- o **individualismo** que referia que o organismo individual é a única realidade científica. As explicações científicas sobre os pensamentos, sentimentos e comportamentos individuais apenas podiam ser encontradas dentro dos próprios indivíduos.

A maior consequência da psicologia social individualista-reducionista foi negligenciar, em contextos sociais e físicos interdependentes, as fontes do comportamento social que residem fora do indivíduo (Pepitone, 1981).

A psicologia social europeia

Na psicologia europeia assistiu-se desde sempre ao fenómeno que Graumann (1995) refere como “a americanização”, isto é, as ideias, os problemas e as soluções eram recebidas da psicologia americana e comunicadas com uma atitude acrítica. Apesar de, nos seus primórdios, este processo ter sido encarado de forma positiva como possibilitando a reconstrução e internacionalização da ciência, com a ajuda americana, começou gradualmente a ser questionado. Entre os primeiros a procurar uma identidade para a psicologia social europeia estão Tajfel e Moscovici, que desejavam uma psicologia social mais social do que aquela estabelecida nos E.U.A. Tajfel e os seus estudantes enfatizaram a dimensão social do comportamento individual e grupal, enquanto que Moscovici (1972) referindo-se à sociedade, entendia que esta tem a sua própria estrutura, não definível em termos das características dos indivíduos. Para estes autores, a psicologia social **pode e deve** incluir nas suas preocupações teóricas e metodológicas uma preocupação directa com as relações entre o funcionamento psicológico humano e os processos sociais em larga escala, assim como com os acontecimentos que modelam esse funcionamento e são modelados por ele (Moscovici, 1972; Tajfel, 1982).

A **Teoria da Identidade Social** que se desenvolveu desde as primeiras formulações de Tajfel (Tajfel & Turner 1986; 1986a), no início dos anos 70, representa um movimento na Psicologia Social Europeia que procura escapar aos excessos individualistas da psicologia social norte americana e é constituída por um conjunto de postulados e de princípios explicativos.

Tajfel começou por estudar o processo de categorização associado a estímulos físicos (Tajfel & Wilkes, 1963) e depois generalizou-o a outros processos, como aos estereótipos sociais. A Teoria da Identidade Social é explicitamente uma teoria do comportamento intergrupar, que permite uma análise da identidade baseada na pertença a um grupo e por isso pode ser descrita como

uma das teorias psicológicas sociais mais compreensivas das relações intergrupais e dos processos grupais (Hogg, 1993).

A teoria de Tajfel assenta sobre a comparação entre categorias de pertença e ocupa-se dos aspectos da identidade social que estão em relação com a pertença dos indivíduos a certas categorias sociais (Doise, 1986). Os grupos sociais fornecem aos seus membros meios para se identificarem em termos sociais e esta identificação é, em grande medida, relacional e comparativa: definem as pessoas como diferentes, iguais, melhores ou piores (Saavedra, 1995). Deste modo os indivíduos procuram alcançar e manter uma identidade social positiva através da comparação entre o grupo de pertença e os outros grupos relevantes. Segundo Tajfel e Turner (1986), o grupo de pertença deve ser percebido como positivamente diferenciado dos outros grupos relevantes. Se a identidade social é insatisfatória, os indivíduos poderão deixar o seu grupo e juntar-se a outros grupos mais positivamente avaliados, ou /e tornar o seu grupo positivamente distinto.

Nesta perspectiva, as identificações sociais não são só descritivas e prescritivas mas também avaliativas, já que fornecem uma avaliação da categoria social e dos seus membros relativamente a outras categorias. Como as identidades sociais têm consequências auto-avaliativas, os grupos e seus membros estão motivados para adoptar estratégias para atingir ou manter comparações intergrupo que favoreçam o próprio grupo e o self através dele. Temos assim dois processos psicológicos subjacentes ao fenómeno da identidade social:

1. A categorização: processo cognitivo básico, válido para estímulos sociais e não sociais, que clarifica e organiza a informação ligando os aspectos da experiência significativos para um contexto particular. A pertença a uma categoria exclui a pertença a outra, o que implica uma diferenciação categorial. A categorização social é assim, um sistema de orientação que ajuda a criar e a definir o lugar do indivíduo na sociedade (Tajfel, 1983).
2. O auto-favorecimento ou o auto-conceito positivo, isto é, a necessidade das pessoas se verem de forma positiva em relação a outras.

Apesar da Teoria da identidade Social ter conseguido uma posição proeminente na psicologia social europeia e ter sido muito influente fora da Europa, ela foi objecto de críticas (Amâncio, 1993). Estas críticas deram origem a que actualmente se considerem dois modelos: o modelo de Bristol, consoante a teoria foi formulada por Tajfel, e o modelo da Escola de Genebra, dependendo da aceitação das críticas provenientes de autores como Deschamps, Doise e Lorenzi-Cioldi.

Assim “ (...) a identidade social refere-se, segundo o modelo de Bristol, a um envolvimento emocional e cognitivo dos indivíduos no seu grupo de pertença e às consequentes expressões comportamentais desse envolvimento no quadro da relação intergrupos ” (Amâncio, 1993, p.306). Mas, “(...) ao fazer depender a identidade de pertença aos grupos, sem considerar quer a posição objectiva destes, quer os conteúdos definidores da própria identidade, tornou-se difícil generalizar aquele modelo a outros tipos de relações intergrupos diferentes das que foram operacionalizadas ...”(p.291).

Pelo facto da Teoria da identidade social se ter limitado apenas a estudar as relações intergrupos sem significado social inerente, a generalização a outras situações é muito duvidosa.

No que diz respeito à diferenciação categorial a escola de Genebra acentua essencialmente duas divergências ao modelo original: a existência de cruzamento categorial, isto é, a diferenciação categorial nem sempre funciona de forma dicotómica, já que a realidade social é mais complexa porque se compõe por um cruzamento de categorias que influenciam o modo como ela é percebida (Deschamps & Doise, 1978) e a assimetria simbólica (Amâncio, 1989).

Segundo a Escola de Genebra, não se pode compreender a diferenciação categorial proposta por Tajfel de forma tão simples, já que a identificação ao grupo de pertença depende do estatuto do grupo num contexto intergrupual: a identificação parece ser tanto mais forte quanto o grupo é dominado (Lorenzi-Cioldi & Clémence, 1987). Existe uma assimetria na diferenciação, já que por exemplo, os membros dos grupos dominados parecem mais influenciados pelo contexto que os membros dos grupos dominantes. “ A identidade dos grupos

dominados apresenta-se sob a forma de modos de estar nos contextos particulares, enquanto a identidade dos grupos dominantes corresponde a um modo de ser, aparentemente independente dos contextos” (Amâncio, 1993, p. 219).

Os principais contributos da escola de Genebra foram por um lado, a articulação de diferentes níveis de análise, principalmente o interindividual, posicional e ideológico (Doise, 1986) e, por outro lado, a demonstração de que a preferência pelo grupo de pertença e a diferenciação grupal se manifestam de forma assimétrica, dependendo do estatuto dos grupos em questão, sejam eles sociais, sexuais ou raciais. Assim, a identidade pessoal ou colectiva que se manifesta a nível comportamental ou representacional, depende da posição que os grupos ocupam na rede de interacções sociais (Lorenzi-Cioldi, 1988).

Outra abordagem da psicologia social europeia diz respeito à **Teoria das Representações Sociais de Moscovici** (Augoustinos & Walker, 1995). Pode-se considerar que a Teoria das Representações Sociais tem sido o paradigma de maior importância na psicologia social em França, na Itália, Espanha, Portugal e América Latina desde os anos 60. Foi posteriormente introduzida na psicologia social britânica por Robert Farr e discutida a partir dos anos 80, por autores como Billig e Potter (Flick, 1995).

A teoria das representações sociais desenvolvida por Moscovici (1984) procura reinstalar a natureza colectiva e social dos constructos cognitivos como as atitudes, crenças e valores. O conceito de representações sociais refere-se ao conjunto partilhado de crenças e de conhecimento do senso comum no seio de uma colectividade que as usam para se orientarem face ao mundo social. Oferece um modelo do conhecimento social, da sua construção, transformação e distribuição, e descreve a função da experiência e do conhecimento nas práticas sociais.

Pode-se considerar que a base histórica do conceito de representação social se situa na diferenciação de Durkheim (1951, cit. Flick, 1995) entre representações individuais e colectivas. O próprio Moscovici (1984) afirma que foi Durkheim o primeiro a referir a importância das representações colectivas imbuídas na nossa

linguagem, nas nossas instituições e costumes, mostrando ao mesmo tempo em que medida esse conjunto de representações constituía o pensamento social.

Outra influência importante terá sido Piaget e os seus trabalhos sobre como as crianças usam diferentes formas e fontes de conhecimento para construir o seu mundo e imprimirem significado à realidade.

Finalmente, o conceito de interiorização Freudiano também terá sido integrado por Moscovici (Flick, 1995). Assim, a teoria das representações sociais adoptou (de Durkheim) a noção de conhecimento e representações como fenómenos colectivos (ou sociais), de Piaget o aspecto da construção social da realidade e do seu significado, e de Freud o processo pelo qual as realidades externas - sejam objectos, conceitos ou teorias usadas no meio que rodeia as pessoas - entram nas nossas visões internas do mundo (Flick, 1995).

Moscovici (1984; 1986) definiu as representações sociais como um sistema de valores, ideias e práticas com duas funções.

A primeira era estabelecer uma ordem que permitisse aos indivíduos orientarem-se e dominarem o seu mundo material e social. De acordo com Moscovici (1984) o objectivo da representação social seria tornar algo estranho em familiar. A segunda função seria permitir que a comunicação entre os membros de uma comunidade fosse possível, proporcionando-lhes um código para as trocas sociais e um código para a classificação não ambígua dos vários aspectos do mundo e da sua história, quer individual quer grupal.

Desta forma uma representação social torna-se um processo socialmente partilhado e interactivamente produzido, de compreensão dos objectos e dos processos assim como uma maneira de os comunicar aos outros. De uma maneira geral Flick (1995) considera que este processo faz parte do processo social de construção da realidade, através do conhecimento e das práticas sociais.

Para Moscovici (1988) as representações sociais são o resultado do processo interactivo, do diálogo permanente entre os indivíduos, um diálogo que é quer interno quer externo, e durante o qual as representações individuais são complementadas ou revistas. As representações adaptam-se ao fluxo da interacção

entre grupos sociais e é através dessas interações entre os grupos sociais, que as representações sociais são criadas, mudadas ou trocadas. Consequentemente elas constituem e delimitam os próprios grupos sociais. Uma das suas funções sociais é definir e delimitar os grupos sociais em relação a outros grupos através das representações partilhadas pelo grupo.

A teoria das representações sociais é distinta quer da cognição social, quer do construcionismo social, que analisaremos no próximo capítulo.

Contrariamente à cognição social, as representações sociais são um modelo teórico que descreve como o conhecimento é produzido e usado em contextos sociais específicos (Flick, 1995). Na cognição social a separação entre processos e conteúdos do pensamento social é uma questão de princípio, sendo essa separação necessária à pesquisa científica, uma vez que os conteúdos estão intimamente ligados à cultura e os processos não; a pesquisa científica deve debruçar-se sobre objectos universais e não dependentes das circunstâncias. Consequentemente a pesquisa sobre a cognição social tornou-se uma pesquisa de laboratório sobre a lógica. Segundo Moscovici, o estudo das representações sociais implica a rejeição desta distinção conteúdo/processo uma vez que esta constitui um obstáculo à apreensão integral do pensamento social (Vala, 1993b). Contudo, na maioria dos estudos de representações sociais, os investigadores caíram de uma forma geral no erro oposto ao da cognição social, negligenciando os processos e centrando-se exclusivamente na descrição dos conteúdos (Doise, 1991).

Segundo Mary Gergen (1989) se se considerar a concepção da realidade e do sujeito em psicologia e o posicionamento de Moscovici face à credenciação científica, esse autor parece reclamar para a teoria das representações sociais uma faceta construcionista social não totalmente assumida. Para esta autora, o que é importante para Moscovici é que o mundo social deve ser construído pelos psicólogos sociais como uma realidade social produzida através das representações sociais que emergem das interações nas comunidades. Nesta perspectiva, então, a autora considera que a perspectiva de Moscovici e o construcionismo social estão de acordo. Contudo, referindo-se à defesa que

Moscovici faz da paciente observação e descrição dos fenómenos, para que as leis naturais se possam manifestar, então parece que Moscovici subscreve uma filosofia da ciência tradicional.

Como vemos não parece haver grande concordância, nem muita clareza, relativamente ao posicionamento epistemológico da teoria de Moscovici e talvez por isso, dentro desta perspectiva, se encontrem pesquisas com orientações muito variadas e que se baseiam em concepções de ciência e correntes filosóficas distintas.

Resumindo, pode-se dizer que a teoria das representações sociais de Moscovici (1984) enfatiza a centralidade da pertença a um grupo social mas focaliza-se mais sobre como essa pertença modela e constitui a consciência individual. As representações sociais referem-se ao conjunto de teorias do senso comum e ao conhecimento que as pessoas têm do mundo social. As representações sociais referem-se a ideias, pensamentos, imagens e estruturas de conhecimento que os membros de uma colectividade ou de uma sociedade partilham. Estas estruturas consensuais são vistas como sendo criadas socialmente através da comunicação social e interaccional, por indivíduos e grupos. Ao reconhecer que as representações sociais são simultaneamente geradas e adquiridas retira-se-lhes o carácter préestabelecido e rígido. Não são os substratos mas as interacções que interessam. É uma ideia de sociedade em constante mutação, de uma vida social que não está já feita, mas que está em vias de se fazer. Nesta perspectiva, as representações sociais fazem pensar mais em forças dinâmicas de carácter circulante que se transformam com uma relativa facilidade. Pode-se dizer que elas fazem a ponte entre a vida abstracta do saber pessoal e das crenças e a vida concreta de indivíduos em sociedade (Doise & Palmonari, 1986).

Segundo Graumann (1995) pode ter sido a diversidade dos contextos sociais e culturais característicos da Europa que sugeriram esta preocupação com o contexto social, quer do comportamento social, quer da investigação psicológica. A preocupação com o contexto social é evidente por exemplo nos estudos de Tajfel sobre os estereótipos, o preconceito e o comportamento

intergruppal e com o trabalho de Moscovici sobre a influencia social, as minorias e as representações sociais.

No entanto, muita da pesquisa da psicologia social na Europa continua a fazer-se em função da psicologia social tradicionalmente americana, não sendo por isso completamente diferente na sua teorização e pesquisa da que se faz na América do Norte (Graumann, 1995).

A CRISE NA PSICOLOGIA SOCIAL

O início da chamada “crise da psicologia social (Gergen, 1985; Jesuíno, 1993; Soczka, 1993), situa-se por volta dos anos 60, mais especificamente na sequência da publicação de um artigo de Keneth Ring em 1967, em que o autor assumia uma posição provocatória ao classificar a psicologia social da época como frívola, por se preocupar mais em demonstrar a astúcia e a perspicácia das manipulações experimentais, do que fazer progressos sérios na tarefa de construção do conhecimento (Augoustinos & Walker, 1995). Era evidente o descontentamento com o programa empiricista-positivista da acumulação de conhecimento (Gergen, 1994).

Este estado de crise (que ainda se faz sentir, quer na Europa quer nos Estados Unidos), reside em grande parte nas dúvidas sobre o método experimental e sobre a sua adequação à complexidade e exigências do objecto de estudo (Jesuíno, 1993). As críticas ao método experimental, argumentavam que o facto deste pretender deliberadamente “controlar as variáveis”, para evitar a “contaminação” do mundo real, resultava na artificialidade desses contextos, e que, por isso, não poderia de forma alguma simular a experiência social humana. De facto, segundo Farr (1984) um bom controlo experimental é sinónimo do isolamento dos acontecimentos estudados, da sua localização no espaço/tempo no interior duma cultura particular.

Por outro lado, como refere Glória (1993)

“dois aspectos do projecto do conhecimento da psicologia social tornam a medida uma tarefa particularmente árdua neste campo: por um lado o psicólogo social interessa-se, em geral por fenómenos complexos, tais como os comportamentos dos agentes sociais, cuja unidade e linhas de clivagem naturais assentam sobre uma determinada cultura, ela própria resultante de uma evolução histórica; por outro lado, os comportamentos sociais traduzem significações para os agentes sociais, as quais não se identificam necessariamente com os factores explicativos desses comportamentos, factores cuja identificação constitui justamente o objectivo do psicólogo”(p.62).

Mas as expressões de descontentamento não eram apenas dirigidas à experimentação laboratorial.

A um nível epistemológico Gergen (1973) no seu artigo *Social Psychology as history*, referia que a psicologia social não podia ser uma ciência porque o sujeito de que trata, o seu objecto de estudo (o comportamento social humano), é especificamente histórico e cultural. Ele argumenta que todo o conhecimento, incluindo o conhecimento psicológico é específico de um momento histórico e de uma cultura particular. Este autor criticava principalmente a psicologia social experimental, já que esta abordava fenómenos de natureza cultural e histórica, num quadro conceptual completamente desinserido da significação histórica e assim do mundo prático. As regras do comportamento humano, contrariamente às das ciências naturais não podem ser estabelecidas definitivamente, porque elas flutuam em função das circunstâncias culturais e históricas. Desta forma a psicologia social é predominantemente uma “pesquisa histórica”. Esta perspectiva sugere, por isso, a utilização dos métodos de investigação de carácter histórico e sociológico. As investigações deviam estender-se do individual para o social, ter em conta o político e o económico, no sentido de se obter uma compreensão apropriada da evolução da psicologia contemporânea e da vida social. A necessidade de se encontrar a verdade absoluta e fixa era considerada imprópria já que a única característica permanente da vida social consiste no facto de esta estar sempre a mudar.

Uma parte importante das críticas apresentadas à psicologia social experimental pelos partidários da perspectiva histórica e sociológica diz respeito à relação entre os fenómenos sociais naturais e as representações teóricas e empíricas destes na prática científica, pondo em causa práticas de inferência que, do ponto de vista do método científico, se não constituem muitas vezes erros, são, pelo menos, procedimentos discutíveis.

Para Pepitone (1976,1981) e Augoustinos e Walker (1995) a localização da crise reside no nível epistemológico, na pressuposição epistemológica de que o “indivíduo está no centro de todas as coisas” e por isso deve ser a principal unidade de pesquisa e análise. Neste sentido, grande parte das teorias da psicologia social (como por exemplo a teoria da dissonância cognitiva, teoria dos jogos, a teoria das atitudes e teorias da personalidade e socialização) estão imbuídas da tese do individualismo auto-contido. Esta individualização da psicologia social é largamente atribuída à junção das forças da experimentação e do positivismo que acabaram por dominar a disciplina, mascarando-a de uma respeitabilidade científica. Segundo Farr (1989), foram essas forças que levaram também à diminuição do interesse pelos fenómenos colectivos que tinham interessado os primeiros psicólogos como Wundt e Ross. Esses psicólogos acreditavam que fenómenos culturais como a linguagem, os mitos, a religião e o nacionalismo por exemplo não podiam ser reduzidos a um nível de análise individual. Wundt acreditava mesmo que esses fenómenos não podiam ser adequadamente estudados pela tradição experimental.

Este conflito entre níveis de análise, individual por um lado - psicológico - e colectivo - sociológico - por outro lado, tem uma longa história (Doise, 1986). Os autores que apresentam uma história crítica da psicologia social parecem concordar que a dominância do primeiro nível de análise sobre o segundo se deveu à visão behaviorista de F. Allport, que era muito crítico de conceitos colectivos (Farr, 1989). A ideia de que não existe uma psicologia dos grupos que não seja inteiramente e essencialmente uma psicologia dos indivíduos, sendo a psicologia social uma parte da psicologia do indivíduo (Allport, 1924, cit. Augoustin & Walker, 1995) é referência importante para este posicionamento.

Allport considerava que os fenómenos colectivos não eram mais do que a soma total das acções e das atitudes dos indivíduos que faziam parte de uma colectividade. O seu individualismo metodológico foi uma força poderosa que ajudou a modelar a natureza subsequente de grande parte das teorias dominantes e dos métodos da psicologia social norte-americana.

No entanto, apesar deste descontentamento, pouco se escreveu sobre a “crise” desde os anos 70. Como referem Augoustinos e Walker (1995) as críticas nunca foram completamente debatidas de forma a serem resolvidas; pelo contrário, os psicólogos ou a disciplina perderam aparentemente o interesse nessas questões e, por isso, os problemas não são agora distintos do que eram nos anos 60. Isto é, a problemática da “crise na psicologia social” deixou de ser central, não porque tenha sido debatida ou resolvida mas simplesmente porque houve perda de interesse. Segundo aqueles autores, a crise foi essencialmente de epistemologia, não apenas de confiança, e os problemas epistemológicos dos anos 60 e 70 são tão problemáticos nos anos 90 como o eram antes.

No prefácio da segunda edição do seu livro *Transformation of social knowledge* em 1994, reedição do anterior de 1982, Gergen refere um certo desencanto quando avalia o que aconteceu nestes anos de intervalo entre uma edição e outra. Recorda que nessa primeira edição, levantava questões sobre o empirismo, sobre a importância dos princípios gerais (ou mesmo de forma ambiciosa, de “leis universais”), da reclamação de legitimidade dos seus argumentos favorecendo o universal e transhistórico. A promessa do empirismo era nada menos do que um conhecimento empiricamente fundamentado donde se poderiam fazer deduções para diferentes áreas de aplicação. Era uma aspiração de progresso para toda a população, para o bem público. Mas como as críticas que Gergen levantava colocavam precisamente em causa o carácter universal ou de generalização a outros contextos, culturas e momentos históricos, essas críticas (que ajudaram também ao conjunto dos argumentos para a “crise na psicologia social”) foram pouco debatidas e obviamente não resolvidas. Segundo Gergen os psicólogos sociais rapidamente saíram do descontentamento, acusaram-no de

niilista e voltaram ao quotidiano, continuando a fazer as suas pesquisas habituais, de forma que o conteúdo das questões, nunca foi devidamente debatido.

Aquilo que para alguns não passou de uma distração no decorrer normal das suas investigações, para outros tornou-se central nos seus trabalhos já que a psicologia social lhes surgiu com muitas limitações, tanto nos métodos, como na epistemologia e mesmo nas questões que levantava (Gergen, 1985). O autor salienta que na última década começou a emergir uma segunda cultura académica, muito variada nas suas origens mas unida no cepticismo face ao projecto empiricista para as ciências humanas e sociais (Gergen, 1994). O que era marginalizado começa a tornar-se central e a questão de como as suposições de conhecimento empírico podem continuar viáveis, é agora colocada. A tradição modernista da qual essas suposições são manifestação, é agora considerada problemática e as instituições racionalizadas nessa tradição estão a ser questionadas.

No presente, questões como: se não se consegue manter a tradição como será o futuro? como se conceberá a pesquisa, os trabalhos científicos e a relação entre as descrições científicas para a política, a ética e as práticas profissionais?, estão a provocar acesos debates. Alguns desenvolvimentos pós-modernos são referências importantes para as ciências sociais e humanas, assim como certas críticas da ciência, provenientes das perspectivas ideológicas, retórica-literária assim como da crítica social (Gergen, 1994).

Nas últimas décadas a psicologia tem vindo a sofrer um grande desafio à sua visão do conhecimento como algo de individual. A ciência psicológica encontra-se num impasse, parecendo ser necessária uma forma alternativa de produção de conhecimento, assim como das práticas culturais com ele relacionadas (Gergen, 1994).

CAPÍTULO II

O CONSTRUCCIONISMO SOCIAL

INTRODUÇÃO

No primeiro capítulo discutimos a emergência da psicologia social na ciência moderna e terminamos apresentando alguns dos argumentos que a “crise “ na psicologia social, foi trazendo para a disciplina. Os desafios colocados no presente à psicologia e nomeadamente à psicologia social, podem ser considerados como fazendo parte dos debates iniciados pelo pós-modernismo como corrente geral, mas que na psicologia social se organizam em torno da escola do “construcionismo social” (Gergen, 1994; 1994a; Shotter, 1993, 1995), ou mesmo da “psicologia discursiva“ (Harré, 1995; Harré & Gillett, 1994; Potter & Wetherell, 1987). Assim, neste capítulo começaremos por apresentar as origens do construcionismo social dedicando especial atenção ao pós-modernismo, sendo também apresentado o posicionamento da teoria crítica, ainda que de forma mais abreviada. A importância de determinadas perspectivas sociológicas assim como as questões levantadas por estruturalistas e pós-estruturalistas, constituem ainda ponto de atenção nas origens do construcionismo social. E porque destas influências surgiram linhas de crítica específicas à perspectiva da ciência tradicional, também elas serão apresentadas; nomeadamente serão abordados os argumentos provenientes da crítica ideológica, da retórica-linguística e da crítica social.

Depois de sistematizados os pressupostos desta corrente, terminaremos apresentando o construcionismo social como potencial positivo para as ciências humanas visando uma transformação cultural, com a emergência de novas realidades e recursos de acção.

AS ORIGENS DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

O construcionismo social como movimento especialmente importante na psicologia social, foi objecto das influências de um número de disciplinas como a filosofia, a sociologia e a linguística sendo por isso também uma abordagem de carácter essencialmente multidisciplinar. Pode-se dizer que emergiu de influências combinadas de um número de autores norte americanos, britânicos e continentais cujos trabalhos remontam a pelos menos 30 anos atrás (Burr, 1995).

À medida que a visão do conhecimento como *propriedade* individual ia chegando a um impasse, algumas transformações estavam a tomar lugar noutros domínios de estudo (Gergen, 1994). Estas mudanças, nas diferentes áreas, partilham certos temas comuns que apontam uma alternativa à concepção individual do conhecimento, nomeadamente uma visão do conhecimento como localizado dentro da esfera das relações sociais.

Tendo como pano de fundo o pós-modernismo, e as perspectivas provenientes de autores como Foucault e Derrida, as suas raízes intelectuais podem encontrar-se nas críticas ideológicas provenientes dos teóricos críticos, em determinadas perspectivas sociológicas, nos debates do estruturalismo e o pós-estruturalismo, assim como nos debates sobre a “crise” na psicologia social.

O pós-modernismo

O pós-modernismo como um movimento intelectual tem o centro de gravidade não nas ciências sociais mas na arte, na arquitectura, na literatura e nos estudos sobre a cultura (Kvale, 1992; Marshall, 1994; Rosenau, 1992; Smart, 1993).

Como refere Smart (1993) a “ideia de pós-modernidade indica uma modificação ou mudança na(s) forma(s) como experimentamos e nos

relacionamos com o pensamento moderno, as condições modernas e as formas de vida modernas, em resumo a modernidade “ (p.46).

Segundo Costa Machado (1995)

“ A pós-modernidade tanto tem servido para marcar uma ruptura epocal, como para englobar uma série de críticas aos fundamentos da razão Iluminista e ao “projecto da modernidade”; o seu significado de resto, tem variado não só através do tempo (desde a década de 30 até aos nossos dias) como também nos diversos campos e disciplinas em que tem sido usado; enfim tem sido aplicado quer como uma avaliação eufórica das transformações sociais, políticas e culturais quer como sinalização de um processo de decadência ou perda de sentido dos ideais modernos de Progresso, Liberdade e de Emancipação do saber “ (p.14-15).

O livro de Jean-François Lyotard *A Condição Pós-moderna* (1989) é um referencial importante para todo o debate sobre o pós-modernismo. Para Lyotard (1989) o pós-modernismo substancia uma condição geral da civilização ocidental contemporânea, onde as “grandes narrativas da legitimação” já não são possíveis. Para este autor, a palavra pós-modernismo “designa o estado da cultura após as transformações que afectaram as regras dos jogos da ciência, literatura e das artes a partir do século XIX” (p.11). Ele situa estas transformações relativamente ao que ele designa por crise das narrativas. De uma forma geral, pode-se dizer que o pós-moderno representa a incredibilidade relativamente às meta-narrativas, incredibilidade esta que produz uma crise na filosofia metafísica.

Como o domínio social é heterogéneo e não totalizável, a legitimação quer epistemológica quer política não pode residir nas meta-narrativas filosóficas. Implica necessariamente muitos discursos de legitimação dispersos entre a pluralidade das práticas discursivas. O pós-modernismo ao rejeitar a ideia de que o mundo possa ser compreendido em termos de grandes teorias ou metanarrativas (Lyotard, 1989), rejeita a noção de que a mudança social se baseia na descoberta e consequente alteração das estruturas subjacentes da vida social através da aplicação de uma grande teoria ou meta-narrativa.

Os pós-modernistas descrevem os ideais modernos de ciência, justiça e arte como sendo ideais que carregam consigo questões especificamente políticas e incapazes de se legitimarem como universais (Gergen, 1985). As teorias da filosofia moderna estão sob a alçada da concepção moderna da razão transcendental, uma razão capaz de separar-se do corpo, do tempo histórico e do espaço (Nicholson, 1990), uma aliança à norma da objectividade. Embora esta norma possa variar no interior da academia, uma interpretação popular é a de que a pesquisa é imune às influências não académicas, à política e aos valores (Gergen 1985; Nicholson, 1990). Do mesmo modo, a filosofia moderna foi marcada não apenas pelo seu modo universalizante, mas também pela sua forte crença na independência da adequação dos seus pressupostos relativamente ao contexto histórico da sua génese (Collin, 1991; Rose, 1990).

Os pós-modernistas obrigam-nos a reconhecer as ideias da modernidade no ocidente como imanentes a um tempo histórico específico e uma região geográfica, associados a *bagagens* políticas. Nestas *bagagens* políticas podemos encontrar as noções de supremacia do ocidente, a legitimidade da ciência (para nos condicionar na forma de usar e pensar os nossos corpos, por exemplo), assim como a distinção entre a arte e a cultura de massas (Flax, 1990; Haraway, 1990).

Os discursos pós-modernos são todos desconstrutivos, já que procuram distanciar-nos de e tornar-nos cépticos acerca das crenças relativas à verdade, ao conhecimento, ao poder, ao self e à linguagem que é utilizada e serve para a legitimização da cultura ocidental contemporânea (Flax, 1990).

O período pós-moderno é um período não só de metáforas de mudança e esperanças; é também um período de mudança nas estruturas da família, nas relações de trabalho e nas distinções de classes (Haraway 1990). Os pós-modernistas criticam tudo o que a modernidade acarretou: a acumulação da experiência do mundo ocidental, a industrialização, a urbanização, a tecnologia avançada, o Estado Nação. Desafiam as prioridades da modernidade: carreira, responsabilidade individual, burocracia, democracia liberal, tolerância, humanismo, critérios avaliativos, procedimentos neutros, regras impessoais e racionalidade (Bordo, 1990, 1992; Rosenau, 1992). Argumentam que a

modernidade já não é mais uma força para a libertação e sim uma fonte de subjugação, opressão e repressão.

As grandes dúvidas, ou as mais radicais acerca das crenças ainda prevaletentes em determinadas culturas ocidentais e derivadas do Iluminismo, são, se considerarmos Flax (1990), a discussão sobre:

- A existência de um self estável e coerente;
- A Razão permitir um conhecimento objectivo de confiança e de fundamentação universal¹;
- O conhecimento adquirido pela utilização correcta da Razão ser verdadeiro isto é, representar algo real e não mutável (universal) acerca da mente e da estrutura do mundo natural;
- A possibilidade de o conhecimento poder ser, quer neutro (estabelecido na base da Razão universal e não em interesses particulares), quer socialmente benéfico;
- A ciência como exemplo do correcto uso da Razão, sendo o paradigma para todo o conhecimento verdadeiro. A ciência como neutra nos seus métodos e conteúdos mas socialmente benéfica nos seus resultados. A possibilidade do seu processo de descoberta poder utilizar as leis da Natureza para os benefícios da sociedade. A ideia de que para a ciência evoluir, os cientistas têm de ser livres para servir as regras da Razão em vez de favorecerem interesses exteriores ao discurso racional;
- A linguagem ser, em certo sentido, transparente; a ideia de que os objectos não são linguisticamente ou socialmente construídos e que se tornam presentes na consciência através do uso correcto da linguagem.

¹ Numa perspectiva pós-modernista a noção de filosofia sofre um grande abalo já que agora pode ser considerada uma variável independente, enquanto a crítica social e a prática política podem ser consideradas variáveis dependentes (Fraser & Nicholson, 1990).

Assim, quer caracterizemos a idade contemporânea como moderna ou pós-moderna, a maioria das pessoas parece estar já preparada para admitir ou defender a ideia de que são poucos os aspectos da condição humana que sejam básicos no sentido ontológico ou transhistórico. Os pós-modernistas tornaram o convencional em arbitrário e promoveram a teoria e a política da descrença face à linguagem dos direitos, à racionalidade, aos interesses e à autonomia como características do self humanista que legitimava a vida social moderna (Di Stefano, 1990). Com o pós-modernismo caíram “os mitos da verdade e da uniformidade (Villegas, 1992, p.6).

No que diz respeito à possibilidade de uma ciência pós-moderna, esta está ainda na sua infância e como muitos paradigmas incipientes, é ainda vaga, as suas contribuições fragmentadas, misturadas ou mesmo tímidas (Rosenau, 1992).

Como refere Costa Machado (1995) sobre Lyotard este “interpreta a crise das ciências desde o século XIX não tanto como o fruto da multiplicação exponencial e desordenada das ciências, mas (...) como a consequência do próprio colapso interno do princípio da legitimação que o Saber especulativo encerrava (...). Como resultado, configura-se uma nova ordem científica: as fronteiras tornam-se fluidas, as disciplinas sobrepõem-se e a relação dos vários saberes abandona o princípio da organização hierárquica “ (p.56). Para Lyotard o mecanismo de legitimação do saber proposto pela narrativa Iluminista fundamenta-se no facto de os “cientistas” assumirem uma posição de “autonomia” em relação à sociedade e ao Estado. Nesse sentido, a descrição “objectiva da realidade feita por sujeitos independentes e livres (os cientistas) legitima o transito para o plano da prescrição e da acção “ (Costa Machado, 1995, p.56).

A ciência moderna legitimou as preferências do poder, justificou posições normativas, que eram mais preferenciais do que factos científicos. Os resultados da pesquisa científica foram utilizados para “provar” de forma *ad hoc* o valor subjectivo das preferências das ideologias políticas. A ciência moderna foi inclusivé acusada de “cobrir” os abusos dos governos, nas sociedades

democráticas e “trabalhar” para a sustentação dos regimes totalitários (Riger, 1992; Rose, 1990).

Como refere Santos (1994),

“a ciência moderna tornou possível a primeira ruptura epistemológica e com base nela separou-se do senso comum existente e isso foi um acto revolucionário que não se pode abdicar. No entanto, uma vez feita essa ruptura, o acto epistemológico mais importante é romper com ela e fazer com que o conhecimento científico se transforme num novo senso comum. Para isso é preciso, contra o saber, criar saberes e, contra os saberes, contra-saberes”(p.93).

O pós-modernismo tomou conta e aparece frequentemente nas ciências sociais de hoje. As mudanças que coloca parecem não ter fim, rejeita suposições epistemológicas, refuta convenções metodológicas, resiste às pretensões do conhecimento, obscurece todas as formas de verdade (Rosenau, 1992).

Tem versões mais radicais e outras mais moderadas, mas quer umas quer outras, representam um grande desafio para o conhecimento estabelecido no século XX. Independentemente dessas versões dentro do pós-modernismo, pode dizer-se que de uma forma muito geral os pós-modernistas nas ciências sociais recusam visões globais do mundo, sejam elas políticas, religiosas ou sociais.

Os pós-modernistas questionam qualquer possibilidade de fronteiras rígidas entre as ciências naturais e as humanidades e as ciências sociais, arte e literatura, cultura e vida, ficção e teoria, imagem e realidade.

A ênfase pós-modernista refocaliza-se naquilo que a ciência moderna nunca quis compreender (em qualquer domínio) como o irracional, o tradicional, o marginal, o rejeitado, o silencioso, o não essencial, o periférico etc. O seu interesse não é “descobrir” algo, mas sim “localizar”. Evitam o julgamento, oferecendo “leituras” e não “observações”, “interpretações” e não “resultados”. Desta forma rearranjam toda a ciência social, já que enquanto a ciência moderna isola elementos, especifica relações e formula sínteses, os pós-modernistas fazem precisamente o oposto. Oferecem o indeterminismo em oposição ao

determinismo, a diversidade em oposição à unidade, a diferença mais que a síntese, a complexidade em oposição à simplificação (Rosenau, 1992).

Numa perspectiva pós-modernista as ciências sociais tornaram-se mais subjectivas, onde o relativismo é preferível à objectividade, a fragmentação à totalização.

Em todas as disciplinas os pós-modernistas rejeitam os estilos de discurso convencional e académico, preferindo formas mais audaciosas e provocadoras. Enquanto o discurso moderno é mais exacto, preciso e rigoroso, o discurso pós-modernista é mais literário (Rosenau, 1992).

Resumindo, o pós-modernismo nas ciências sociais é, pelo menos em parte, a resposta às inadequações que se pressentem na ciência social científica. O apelo pós-modernista é amplo e variado, difícil de identificar. Para Rosenau (1992) parte da sua magia parece residir no seu poder atractivo para um mundo desiludido, assim como no seu pluralismo. Esta flexibilidade radical, esta contínua capacidade de mudança, é vista como a antítese da preocupação moderna com a ordem, a consistência e o previsível.

Seja qual for a escolha - integração e compromisso intelectual ou isolamento e pureza intelectual - o repúdio ou a aceitação do pós-modernismo relativamente à ciência social contemporânea não deixa de produzir os seus efeitos.

Para Susan Bordo (1992), o pós-modernismo teve obviamente na sua origem ideias muito importantes que não podem ser esquecidas. A heterogeneidade, a descontinuidade, a desestabilização sendo termos muito específicos do discurso pós-moderno, eles representam realmente elementos reais da nossa experiência contemporânea. Como diz Jane Flax *algo se está a passar*, já que um conjunto de alterações culturais têm mudado significativamente as nossas condições de vida, mudanças que necessitam ser nomeadas, descritas e compreendidas.

Sintetizando, o pós-modernismo representa o questionar e a rejeição dos pressupostos fundamentais do modernismo, o movimento intelectual que o

precedeu, tendo incorporado muitas das ideias intelectuais e artísticas que tinham surgido de forma desconexada desde o tempo do Iluminismo (Burr, 1995). Rejeita as ideias de verdade última, de estruturalismo (a ideia de que o mundo como o vemos é o resultado de estruturas escondidas), de que o mundo possa ser compreendido em termos de grandes teorias ou metanarrativas (Lyotard, 1989) e ao mesmo tempo enfatiza a coexistência de uma multiplicidade e variedade de formas de vida dependentes das situações (muitas vezes referindo-se a pluralismo) (Smart, 1993). Argumenta que o mundo das sociedades ocidentais é um mundo pós-moderno, que não pode ser compreendido pelo apelo a um sistema superior de conhecimento (tal como a religião, por exemplo). Os desenvolvimentos na tecnologia, nos media e nas comunicações de massa significam que se vive em condições onde há o recurso a diferentes tipos de conhecimento (variedade de disciplinas científicas, naturais e sociais, muitas religiões, medicinas alternativas, escolha de “estilos de vida”, etc) cada uma dessas formas a operar como um sistema de conhecimento relativamente auto-contido onde se pode entrar e sair com facilidade. O pós-modernismo rejeita também a noção de que, através da aplicação de uma grande teoria ou metanarrativa, a mudança social dependa da descoberta, e posterior alteração, das estruturas subjacentes da vida social. A própria palavra “descobrir” pressupõe uma realidade estável e existente que pode ser revelada através da observação e da análise (Burr, 1995).

O pós-modernismo na Psicologia

Segundo Kvale (1992) o facto da discussão da cultura pós-moderna na psicologia ter sido menos frutífera comparativamente a outras disciplinas, pode-se dever a uma incompatibilidade básica das suposições fundamentais da psicologia moderna com o pensamento pós-moderno.

“Na modernidade é enfatizada a capacidade de prevermos os comportamentos dos indivíduos e a identidade é concebida como sendo relativamente estática e equilibrada. (...) os modelos comportamentais



representam por excelência, o ideal da modernidade na psicologia - a verdade sobre o comportamento das pessoas é possível desde que conhecidos todos os determinantes externos aos sujeitos" (Gonçalves & Gonçalves, 1995, p.397).

No entanto, no que diz respeito à concepção de conhecimento, parece assistir-se a uma mudança de uma concepção abstracta, universal e objectiva para um conhecimento local e socialmente construído. De uma mudança de uma visão de conhecimento individualista, para uma de conhecimento como colectivo e relacional (Gergen, 1994).

Relativamente às questões da prática profissional, esta começa agora a ser encarada como o "gerador" do conhecimento psicológico, um local para a transformação social, com a legitimação do conhecimento a desfocalizar-se da filosofia e da teoria para se centrar ao nível da prática.

Como grande parte da legitimação psicológica provinha da aplicação de métodos científicos emulados das ciências naturais, estes métodos de pesquisa são agora rejeitados, apresentando-se uma mudança de centração do método de pesquisa para uma prática discursiva. Como refere Gonçalves (1995) " (...) o construtivismo, de inspiração pós-moderna ou pós-estruturalista, pretende que os processos discursivos, não sendo reveladores de processos internos, constituem, em última instância, o objecto de estudo da psicologia " (p.127). O processo de pesquisa não é agora encarado como uma possibilidade de espelhar a realidade social objectiva, pelo contrário, envolve a co-constituição dos objectos investigados, uma negociação e interacção com os próprios objectos. Há neste aspecto uma diferença notória, já que não se postula a separação da observação do observador. São advogados uma pluralidade de métodos com ênfase na pesquisa qualitativa e interactiva, tipo investigação-acção. Estando o processo de pesquisa imbuído numa situação concreta e local, a pesquisa torna-se uma prática negociada.

A desconstrução é relevante porque permite construir pela destruição, isto é, os velhos conceitos são desconstruídos de forma a surgirem alternativas.

A ideia de um self coerente, como o centro do mundo também é colocada em questão, assumindo-se a existência de múltiplos selfs em construção, um sujeito cuja identidade é constituída e reconstituída relacionalmente (Gonçalves, 1995). Pode-se dizer que na psicologia o pós-modernismo questiona o consciente, o lógico e o sujeito coerente (Henriques, Hollway, Urwin, Venn & Walkerdine 1984). Para Flax (1990) o pós-modernismo toma como preocupação a compreensão e a re(construção) do self, sem recorrer a formas de pensamento lineares, hierárquicas, holísticas ou binárias.

Na psicologia, é o construcionismo social a escola que melhor se adequa ao pensamento pós-moderno. Segundo Ibáñez (1994) os construcionistas criticam a “ideologia da representação” característica da modernidade, ideologia que alimenta quatro grandes mitos, agora em desconstrução. São eles:

1. O mito de um conhecimento válido que possa representar correctamente e de forma fiel, a realidade;
2. O mito do objecto como elemento constitutivo do mundo;
3. O mito da realidade como independente dos indivíduos; e
4. O mito da verdade como critério decisório.

Segundo Gergen (1994a) o pensamento pós-moderno convida a um repensar substancial das prioridades da pesquisa psicológica, e sugere que o papel mais importante da pesquisa em psicologia deve ser estar ao serviço, não de teorias abstractas, mas de problemas particulares de um determinado momento ou contexto e só nesta perspectiva a psicologia poderá ter um potencial radical de transformação da vida social.

A Teoria Crítica

Os filósofos tradicionais fazem uma distinção lógica entre questões empíricas (científicas) e normativas (valores), sugerindo que enquanto as primeiras podem ser construídas e validadas de forma científica, tal não acontece

com as últimas (Morrow, 1994). Uma vez que o posicionamento da teoria crítica assume a ideia da manutenção dos valores, pareceu-nos pertinente falar aqui desta perspectiva (Teoria Crítica) visto que ela apresenta um conjunto de críticas à ciência moderna, que se assemelham às apresentadas pelos pós-modernistas, embora assumam posições distintas relativamente às mudanças a levar a cabo.

Conforme refere Morrow (1994), as ciências sociais tiveram um papel central na formação das sociedades modernas, liberais e democráticas, e o que hoje é descrito como condição contemporânea pós-moderna, crítica e questiona as reivindicações que originalmente inspiraram o projecto Iluminista da ciência social. Este autor, no seu livro *Critical Theory and Methodology*, preocupa-se em apresentar aquilo que ele considera uma perspectiva reconstrutiva científica social, por pensar ser uma das mais poderosas respostas à crise cultural e sócioeconómica em que nos encontramos. Ele apresenta a teoria crítica como uma alternativa ao fracasso da ciência moderna.

O termo teoria crítica teve a sua origem no trabalho de um grupo alemão frequentemente designado por Escola de Frankfurt, que, por volta dos anos 20, assim designavam a abordagem específica para interpretar a teoria marxista. Os primeiros teóricos foram Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Numa segunda fase por volta dos anos 30, os teóricos críticos abandonaram uma posição política especificamente marxista, apesar da sua contínua oposição aos efeitos destrutivos do capitalismo, e numa terceira fase, sob a liderança de Habermas por volta dos anos 60, deu-se uma revisão radical na teoria crítica para permitir a sua relevância face à crítica das formas emergentes do capitalismo avançado.

Nos dias de hoje, o termo teoria crítica está associado a diferentes teóricos de outras nacionalidades e disciplinas. O termo alargou-se e estendeu-se quer para problemas que não especificamente o marxismo, quer mesmo para além da Escola de Frankfurt.

O termo "teoria crítica" era utilizado pelos diferentes autores para identificar uma abordagem contrastante, quer das formas de "teoria tradicional"

que pretendiam emular o objectivismo naturalístico das ciências naturais, quer de uma abordagem metodológica positivista. Pelo contrário, a teoria crítica sugere a necessidade de uma ciência social alternativa, que tenha em atenção a natureza da sociedade como uma totalidade histórica, e não um agregado de determinantes mecânicos ou funções abstractas. Esta abordagem não poderia ser livre de “valor” do ponto de vista da contemplação da realidade social, mas, pelo contrário, devia estar ligada ao processo da sua transformação.

Assume-se actualmente que não existe uma única teoria crítica e que muitos autores em diferentes disciplinas podem assumir-se como teóricos críticos (Morrow, 1994). Pode-se no entanto, referir algumas características que unem essas diferentes perspectivas. Assim, segundo Azevedo (1995) as características comuns são:

1. A crítica radical às noções tradicionais de ciência e prática científica, essencialmente ao positivismo e às suas aplicações nas ciências sociais, nomeadamente a ideia de objectividade científica e de neutralidade. Do mesmo modo, a ideia de medida e de variáveis pressupõe que a sociedade humana pode ser analisada em termos de factos objectivos e leis, ignorando que muitas vezes o que é tomado como sendo um facto empírico, pode não ser mais que “uma construção social baseada em influências históricas, culturais e políticas” (idem, p.30). Um dos objectivos das teorias críticas é tentar demonstrar que aquilo que surge como “natural e “eterno” são apenas meras produções sociais. Criticam também a não reflexividade característica da ciência tradicional. Estas perspectivas focalizam a sua atenção não só no modo como as pessoas constróem as suas realidades mas também como os cientistas provocam ou fazem “nascer as suas “realidades” científicas (não se pode por isso separar observador de observado);
2. A crítica às instituições sociais existentes;
3. A proposta de algumas linhas de acção para a libertação social e individual. Usam a teoria para dismistificar o mundo social, para explicar as fontes de constrangimentos humanos e apontam possibilidades de libertação (Azevedo, 1995; Osmond, 1987).

Os teóricos críticos referem que os interesses dominantes quer políticos quer sociais modelam o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, sendo discutível a sua “autonomia” e a sua neutralidade (Morrow, 1994).

A promessa de uma abordagem crítica, em qualquer disciplina científica será sempre baseada na reflexividade e no constante auto-questionamento (Azevedo, 1995), devendo assumir-se questões normativas, isto é de valores (Morrow, 1994).

Os teóricos críticos advogam um realismo crítico, isto é, rejeitam a polarização básica entre positivismo e relativismo e sugerem um pragmatismo epistemológico e metodológico, que não implique um cepticismo absoluto na ontologia. Segundo Bhaskar (1979, cit. Morrow, 1994) sem qualquer forma de realismo ontológico a conexão entre as ciências e a emancipação humana seria impossível. Este realismo crítico não implica, no entanto, qualquer teoria correspondente de verdade, através da qual os conceitos suponham espelhar a realidade. Não pretendendo substituir a metodologia positivista por uma pós-positivista, esta perspectiva pós-positivista de ciência sugere que não existe um único método correcto a seguir. No entanto, Morrow (1994) é muito claro quando alerta para o facto de um pragmatismo pós-positivista metodológico, e consequente pluralismo, poder culminar em incoerência, se não for emparelhado com uma ontologia realista crítica. Assim, mesmo que não haja um único método correcto, existem distintas estratégias metodológicas apropriadas para questões particulares e temas específicos, dependendo do objecto de pesquisa.

Perspectivas sociológicas

Muitos dos pressupostos actuais do construcionismo social parecem existir há muito tempo na sociologia, no domínio do interaccionismo simbólico e nos trabalhos de autores como Berger e Luckman (1966) que referiremos adiante.

Segundo Denzin (1995) o interaccionismo simbólico surgiu há 60 anos quando G. H. Mead escreveu o livro *Mind, Self and Society*. Nesta perspectiva, uma ideia central é a de que os seres humanos se comportam face aos outros (pessoas e acontecimentos) em função do significado que lhes atribuem, que esse significado resulta do processo da interacção social e que pode ser modificado. Isto é, os seres humanos criam o mundo experiencial no qual vivem, e os significados associados a esse mundo surgem das interacções, sendo modelados pelas auto-reflexões que as pessoas trazem para as interacções (Denzin, 1995). A interacção simbólica (fusão do self com a interacção social) é o meio através do qual os seres humanos são capazes de formar actos sociais ou co-actos. A formação destes co-actos (joint acts), a sua dissolução, conflito ou fusão constituem o que Blumer (1969) designa por vida social de uma sociedade humana. A sociedade “está” nos actos sociais ou co-actos que são formados e trazidos pelos seus membros. É fundamental para o interaccionismo simbólico a ideia de que as pessoas constróem as suas identidades e as dos outros através dos encontros diários em interacção social (Burr, 1995). O interaccionismo simbólico oferece portanto, um teoria geral da acção, dos significados, dos motivos, das emoções, das pessoas, e da estrutura social (Denzin, 1995). Pode-se dizer que os interaccionistas estudam as intersecções da interacção da biografia e da estrutura social, em momentos particulares da história.

Mas a maior influência para o construcionismo social dentro da sociologia parece ter surgido do trabalho de Berger e Luckman (1966) com o livro *The social construction of reality*. Estes autores focalizavam-se numa descrição anti-essencialista da vida social, argumentando que os indivíduos em conjunto, assim como as instituições, criavam e sustentavam todos os fenómenos sociais através das práticas sociais. Para eles existem três processos fundamentais nesta construção social da realidade: a externalização, a objectivação e a internalização. As pessoas externalizam quando agem no mundo, criando algum artefacto ou prática. Por exemplo, pode-se ter uma ideia e externalizá-la contando uma história ou escrevendo um livro. Deste modo a ideia entra na esfera social; outras pessoas

relêem a história ou o livro e deste modo a história e o livro passam a ter uma vida. A ideia que se expressava tornou-se um “objecto” de consciência para as pessoas nessa sociedade (objectivação) e assim se desenvolveu uma espécie de existência factual ou verdade: parece estar “lá fora” uma característica “objectiva” do mundo que surge como “natural”, para a própria natureza do mundo, em si mesmo, e não dependente do trabalho construtivo e das interações dos seres humanos. Finalmente, e porque as gerações futuras nascem num mundo onde esta ideia já existe, internalizam-na como parte da sua consciência, como parte da sua compreensão da natureza do mundo. Berger e Luckman mostram como o mundo pode ser socialmente construído pelas práticas sociais das pessoas, mas ao mesmo tempo ser experienciado por essas pessoas como se a natureza do seu mundo fosse pré-definida e fixa.

O estruturalismo e o pós-estruturalismo

O centro de gravidade quer do estruturalismo quer do pós-estruturalismo situa-se nas humanidades e na linguística, e por essa razão eles têm muito a oferecer a uma compreensão construcionista social da linguagem e do seu papel na vida social e psicológica.

Existem dois pontos onde quer estruturalistas quer pós-estruturalistas estão de acordo:

1. Ambos vêm a linguagem como o início ou a origem da construção da pessoa, apesar de esta não ser conseguida pelos indivíduos por si só. A linguagem é fundamentalmente um fenómeno social, é algo que ocorre entre pessoas quando estão a ter uma conversa, escrever uma carta ou um livro. É nestas trocas entre pessoas que se faz a construção de pessoa;
2. Ambas as abordagens assumem-se anti-humanistas. O humanismo refere-se a um conjunto de suposições acerca dos seres humanos que são centrais a muita da filosofia ocidental. Em particular refere-se à ideia que a pessoa é um agente único, coerente e racional, que é autor da sua experiência e do seu significado.

O humanismo é essencialista, porque assume que existem essências nos indivíduos que são únicas, coerentes e não modificáveis, e que a experiência individual e o significado que carrega consigo é originado dentro da pessoa na sua natureza essencial. Natureza essencial pode referir-se a traços de personalidade, atitudes, masculinidade etc. Nesta perspectiva, a experiência das pessoas, os seus pensamentos, os seus sentimentos e comportamentos, o sentido que dão aos acontecimentos sociais, tudo isto surge do facto, por exemplo, de serem extrovertidos ou introvertidos, de terem atitudes de preconceito ou do seu grau de masculinidade. O anti-humanismo rejeita a ideia de um self coerente e unificado. Se o self é um produto da linguagem e das interações sociais, então o self estará constantemente em fluxo, dependendo de com quem a pessoa está, em que circunstâncias, e com que objectivos (Flax, 1990). A força construtiva da linguagem na interação social dá origem a uma identidade fragmentada, temporária e mutável. Se a linguagem é realmente o lugar onde as identidades são construídas, mantidas e mudadas, então isto também quer dizer que a linguagem é o foco da mudança, quer social quer pessoal.

Através da insistência na linguagem como a fonte para o significado da experiência, estruturalistas e pós-estruturalistas deslocaram o centro de atenção, da pessoa individual para a esfera social. Isto quer dizer que se se procuram explicações para o mundo social (seja em termos do que o indivíduo pensa ou sente ou em termos de grupos, classes ou sociedades) deve-se olhar, não para dentro dos indivíduos, mas para o espaço linguístico que eles partilham com as outras pessoas.

O ponto de partida do estruturalismo para o pós-estruturalismo é a ideia de que o significado não é fixo. O argumento de que os significados associados à linguagem nunca são fixos, mas abertos a questionamento, contestáveis, e temporários, é fundamental para o pós-estruturalismo e tem grandes implicações para a compreensão de pessoa, de identidade e das possibilidades de mudança

social e pessoal. Palavras, frases, poemas, livros, anedotas, etc. podem mudar o seu significado ao longo do tempo, de contexto para contexto, e de pessoa para pessoa. O significado é sempre contestável; isto quer dizer que em vez da linguagem ser um sistema de sinais com significados fixos com os quais todas as pessoas concordam, é um lugar de variabilidade, desacordo e potencial conflito. E quando se fala de conflito, está-se a lidar inevitavelmente com relações de poder. Assim, na visão pós-estruturalista da linguagem, o falar, escrever e os encontros sociais são locais de lutas e conflitos, onde as relações de poder se manifestam e se contestam (Burr, 1995).

A teoria pós-estruturalista vê na linguagem o local onde as identidades podem ser desafiadas ou mudadas. Se a experiência pessoal tem apenas sentido e se estrutura através da linguagem, e se esses significados não são fixos mas em constante mudança, procura ou luta, então a experiência pessoal está potencialmente aberta a uma infinidade de possíveis significados ou construções. O que significa ser mulher, ser criança ou ser negro pode ser transformado, reconstruído; para os pós-estruturalistas a linguagem é a chave para essas transformações. Assim, pode-se considerar o pós-estruturalismo como uma abordagem teórica anti-humanista e anti-essencialista, posições que o construcionismo social considera de referente primordial.

Resumindo, em vez de se assumir a linguagem e o pensamento como fenómenos separados que se podem afectar mutuamente, sugere-se que são inseparáveis e que a linguagem permite a base para todo o pensamento, oferece um sistema de categorias para se dividir a experiência e lhe dar significado; os "selves" tornam-se produto da linguagem. A linguagem produz e constrói a experiência pessoal; não é o simples efeito de reflexo no "espelho", ideia subjacente à tradicional filosofia humanista ocidental.

A focalização na linguagem e na forma como as pessoas parecem ser construídas por ela e manipuladoras dela, tem sido adoptada, nos anos mais recentes, pelos psicólogos sociais no estudo do discurso, como veremos no próximo capítulo.

Nos últimos 15 anos a pesquisa em ciências sociais começou a ser confrontada, essencialmente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, com a emergência gradual de diferentes alternativas à perspectiva tradicional de análise dos seres humanos. Apesar destas diferentes abordagens surgirem com designações como “psicologia crítica”, “análise do discurso”, “desconstrução” “pós-modernismo” ou “pós-estruturalismo”, têm em comum, segundo Burr (1995), a possibilidade de poderem ser compreendidas no âmbito do construcionismo social. O construcionismo social nesta perspectiva pode ser considerado uma orientação teórica em que se apoiam essas abordagens, que oferecem alternativas radicais e críticas à psicologia e à psicologia social, assim como a outras disciplinas das ciências sociais e das humanidades².

DIFERENTES LINHAS CRÍTICAS À CIÊNCIA TRADICIONAL: INFLUÊNCIAS PARA O CONSTRUCIONISMO SOCIAL

As linhas de crítica importantes a analisar quanto à sua contribuição para a possibilidade de uma visão alternativa, que, segundo Gergen (1994), pode estar representada na emergência do construcionismo social, são três: a crítica ideológica, a crítica literária-retórica e a crítica social. O pensamento dos autores da Teoria Crítica é fundamental para a primeira linha crítica, o pensamento de Derrida fundamental para o segundo tipo de críticas, e finalmente os trabalhos de Kuhn e de Michel Foucault essenciais para a crítica social.

² A autora Vivien Burr (1995) usa o termo construcionismo social e não construtivismo, porque de acordo com Gergen (1985) o termo construtivismo é muitas vezes associado à teoria de Piaget e pode, por isso, prestar-se a confusão.

Cada uma destas linhas críticas coloca dúvidas quanto às reivindicações empiricistas e realistas de que a ciência sistemática possa produzir descrições culturalmente descontextualizadas, isto é, dizer o que é verdade sem respeitar as organizações de significado humanas. Estas formas argumentativas deram origem a debates muitas vezes vigorosos no seio da filosofia, e esses debates são indicativos da forma como os argumentos abalam as fronteiras das disciplinas tradicionais, incitando o diálogo, convidando à inovação e gerando uma forma de exploração poderosa e optimista. De facto, a própria suposição das disciplinas académicas - construídas à volta de classes naturais ou circunscritas de fenómenos, requerendo métodos de estudo especializados e privilegiando as suas próprias lógicas e ontologias - tem sido posta em causa. Na opinião de vários autores estas ideias estão na base de uma inflexão pós-moderna no mundo académico (Gergen, 1994a).

A crítica ideológica

Durante grande parte do século tanto cientistas como filósofos empiricistas procuraram manter as ciências fora do debate moral. A tarefa das ciências seria fornecer apenas descrições objectivamente correctas para os problemas em estudo. Quando as descrições teóricas e as explicações estão imbuídas de valores é-lhes retirada confiança, presumindo-se que distorcem a verdade tornando-se prejudiciais, porque acientíficas (Riger, 1992). No entanto, para os autores inseridos na Escola de Frankfurt, da Teoria Crítica, é essencial um posicionamento crítico à racionalidade do Iluminismo, posicionamento esse baseado justamente em questões morais.

De facto, o compromisso com a filosofia da ciência positivista, com o capitalismo e com o liberalismo burguês - manifestações contemporâneas da visão Iluminista - está directamente relacionado com a perda de sentido da comunidade, a deterioração dos valores morais, o estabelecimento de relações de dominância, a renúncia ao prazer e à mutilação da natureza (Gergen, 1982; Morrow, 1994). Esta

forma de análise desafia o corpo de crenças ou ideologias que suportam ou racionalizam as instituições sociais, e tem como finalidade a emancipação ideológica. A postura crítica permite a libertação dos efeitos perniciosos das verdades mitificadoras, já que reclamações de verdade científica, por exemplo, só podem ser propriamente avaliadas em termos do enviesamento ideológico que revelam.

De uma forma geral, a crítica ideológica pretende “pôr a descoberto” os enviesamentos valorativos subjacentes às reivindicações de verdade e razão. Na medida em que tais reivindicações são apresentadas como representando os interesses de uma classe, de pessoas ou de grupos, elas são desqualificadas. De facto, as linguagens e práticas das ciências sociais afectam necessariamente a sociedade para o bem ou para o mal de acordo com as posições éticas e políticas que assumem. Neste sentido, existe um enorme corpo de pesquisa crítica feminista (como veremos no capítulo sobre o feminismo), assim como de grupos minoritários que acabaram por desenvolver uma espécie de consciência comum, começando a articular as suas críticas. A teoria crítica feminista chamou a atenção para as possíveis alternativas à ciência tradicional, alternativas que pudessem representar os interesses e as sensibilidades do feminismo (Harding, 1986). Embora esta posição feminista não seja adoptada por todas as abordagens feministas, este tipo de movimento começou a juntar-se a outros, originando, uma poderosa postura crítica (Gergen, 1982).

Os psicólogos sociais nos anos 60 e inícios dos anos 70 começaram também a preocupar-se com o facto da sua disciplina, ainda que muitas vezes de forma implícita, promover os valores dos grupos dominantes. As vozes das pessoas “comuns” estavam ausentes das práticas de pesquisa, cuja focalização em comportamentos laboratoriais descontextualizados ignorava os contextos do mundo real, que dão à acção humana o seu significado. Algumas obras publicadas na altura tentaram reequacionar este problema e propor alternativas à ciência positivista, focalizando-se nas descrições das pessoas “comuns” e desafiando os usos opressivos e ideológicos que a psicologia permitia. Estas preocupações são hoje evidentes nos trabalhos dos construcionistas sociais.

A crítica retórica-linguística

Esta abordagem assume o conhecimento como uma construção linguística e coloca a ênfase nas práticas linguísticas da ciência. Foi de capital importância para esta abordagem o pensamento de Derrida, que contribuiu para o movimento desconstrucionista, mostrando como a construção da aceitação de determinado significado é produzida, assim como as contradições necessariamente inerentes nas descrições do mundo.

No mundo ocidental, as dicotomias indivíduo/sociedade, corpo/mente, razão/sentimento ou vontade/determinismo, são de tal modo fundamentais para a forma de pensar, que imaginar alternativas para além das possibilidades dicotômicas parece muitas vezes impossível (Burr, 1995; Haste, 1993). Derrida, que faz parte do movimento pós-estruturalista, questionou o significado necessariamente ligado a um significanté, dado os significados estarem constantemente a mudar, dependendo dos contextos.

As palavras podem significar coisas distintas em diferentes circunstâncias, dependendo de quem as está a usar, do quando, ou, por exemplo, do contexto da conversa anterior. As palavras só têm significado pelo facto de se relacionarem com outras palavras. Por exemplo, a palavra luz apenas tem significado pela palavra que representa a sua ausência, falta de luz, escuro. Segundo Derrida a identidade de algo é conseguida apenas por aquilo que não é, pelo que está ausente. Para este autor o significado é sempre dependente da diferença de um significante relativamente a outros significantes, e constantemente adiado, diferido, de um significante para outro, numa cadeia sem fim. Derrida usa o termo *différance* para se referir a essas características de diferença e diferimento.

Segundo Derrida é necessário revelar o funcionamento daquilo que está ausente da linguagem, quando as palavras são utilizadas. Para isso utiliza a desconstrução, pretendendo-se como a construção de um outro significado

implícito nas ausências não expressas. Neste sentido, a construção da identidade representa também o que se não é, no sentido que a presença implica a ausência.

A ideia de que não é possível desenhar uma linha a dividir a ausência da presença, aplica-se também a todas as oposições que estão presentes no pensamento característico ocidental: mente/corpo, liberdade/determinismo, saúde/doença, masculino/feminino, racional/emocional, indivíduo/sociedade. O pensamento ocidental esteve sempre fundado nesta lógica de oposição binária, em que um termo está sempre numa posição mais privilegiada do que o seu oposto, formando ideologias. Estas ideologias levam a que se acredite nesta relação de valor diferenciado, quando de facto nenhum dos lados da dicotomia poderia existir sem o outro. Para Derrida é necessário rejeitar a lógica binária do cada um/ou para se adoptar a lógica do ambos/e. Isto implica que quando se estuda qualquer fenómeno, de forma a compreendê-lo melhor, será necessário tomar como unidade de estudo o que parece ser e aquilo que parece excluir. Assim, em vez de se pensar no indivíduo e na sociedade como lados opostos de uma dicotomia, devemos pensá-los como componentes inseparáveis de um sistema em que nenhum faz sentido sem o outro; a unidade de estudo deixa de ser um dos lados e passa a ser o sistema indivíduo/sociedade.

A crítica social

No entanto, a força das críticas ideológicas e literário-retóricas à verdade, à racionalidade e à objectividade é aumentada por um terceiro movimento de importância capital para a emergência do construcionismo social, que é a crítica social.

Este tipo de criticismo aponta os vários processos sociais que estão na base da intelegibilidade científica (Morrow, 1994). Mas as implicações profundas destas visões começaram apenas a notar-se por volta dos anos 60. O livro de Kuhn *The Structure of Scientific Revolutions* de 1962 serviu como o catalisador para aquilo que se tornou uma discussão com consequências radicais.

Apesar das fontes de criticismo à filosofia positivista serem muitas, a versão que provou ser mais influente para a opinião da academia tem a ver com os trabalhos de Thomas Kuhn por volta de 1960. O ponto de partida da sua estrutura das revoluções científicas foi sociológico: ele argumentava que a ciência era algo que existia numa comunidade particular, num contexto social específico (Kuhn, 1962). Aplicou o conceito de paradigma, de forma a descrever cuidadosamente as implicações sociológicas da ciência como uma actividade social. O que verdadeiramente preocupava Kuhn era como as teorias científicas mudavam, especialmente em situação de competição teórica entre perspectivas fundamentalmente diferentes ou paradigmas. Para ele, a substituição de uma teoria por outra não acontecia da forma assumida pelos lógico empiricistas, isto é, a acumulação ou a desconfirmação da evidência forçava os pesquisadores a substituir racionalmente uma teoria antiga por uma nova e mais adequada. Pelo contrário, existe uma resistência irracional contra novas teorias por parte dos investigadores, que têm os seus interesses investidos na "ciência normal". Frequentemente a ciência teria de esperar a morte de uma antiga geração para completar o processo de uma "revolução científica". Kuhn pensava que a procura da verdade pela ciência seria uma miragem já que, segundo ele, pode-se ter que abandonar a noção, seja ela explícita ou implícita, de que as mudanças paradigmáticas conduzem os cientistas e todos os que aprendem com eles, cada vez mais perto da verdade.

Mas, para Morrow (1994), isto não acontecia apenas porque os investigadores não eram completamente racionais. Algo de mais fundamental estava em jogo. Do ponto de vista de um paradigma, os factos confirmam a sua teoria, mas é igualmente possível, para outro paradigma, desenvolver argumentos com base em diferentes factos. Uma das consequências é que se torna logicamente impossível escolher entre duas teorias utilizando noções como verificação, confirmação ou mesmo resistência à falsificação. O problema profundo é que os paradigmas constroem realidades científicas que não podem ser comparadas. O que surge como sendo o "progresso" em ciência, representa uma mudança nas perspectivas, baseada numa confluência de factores sociais. As novas teorias não

são melhoramentos das antigas em termos de poder preditivo; elas representam prioritariamente diferentes perspectivas de compreensão.

Com os trabalhos de Kuhn, pareciam estar criadas as condições para os processos sociais se tornarem a base para uma teoria do conhecimento alternativa.

Na crítica social é importante referir o trabalho de Michel Foucault (1972; 1979) sobre as relações entre poder e saber. O conhecimento do senso comum acerca da relação entre saber e poder é a noção de que o saber faz aumentar o poder de qualquer pessoa (Burr, 1995). No entanto, Foucault apresenta uma versão distinta da relação entre poder e saber.

O que se designa por “conhecimento” refere-se simplesmente à construção particular ou à versão de um fenómeno que recebeu a etiqueta de “verdade” na nossa sociedade (Gergen, 1982). Mesmo dentro do discurso da ciência, o que se pode encarar como verdade mudou de forma marcante em pouco espaço de tempo e tais mudanças não podem simplesmente ser vistas como resultado do progresso da própria ciência. Para Foucault (1972), o saber (a visão particular do senso comum acerca do mundo, prevalecente numa cultura, num dado momento) está intimamente associado com poder. Cada versão de um acontecimento acarreta consigo o potencial para uma prática social e para a marginalização de formas alternativas de funcionamento. Desta forma, o poder para agir de determinada maneira, reclamar recursos, controlar ou ser controlado depende dos “saberes” prevalecentes na sociedade.

Foucault (1979) vê o poder não como uma posse de alguns, mas sim como um efeito do discurso. Definir o mundo ou uma pessoa de determinada maneira, poder-se comportar face a ela de determinada forma, é exercer poder. Porque se define ou representa algo de uma maneira particular produz-se um “saber” particular que traz consigo poder. Como existem sempre discursos à volta de um acontecimento, cada um oferecendo uma visão alternativa, cada um trazendo com ele diferentes possibilidades de comportamento, a consequência é que o discurso dominante ou prevalecente está constantemente sujeito a contestação e resistência.

Para Foucault, o poder e a resistência são dois lados da mesma moeda. O poder implícito num discurso é apenas manifesto devido à resistência de outro.

Se o poder é o que se exerce ao produzir discursos, a visão de poder de Foucault, não tem certamente nada em comum com a ideia de que o poder está em evidência quando uma pessoa força outros a fazerem o que essa pessoa também quer, isto é, quando a sua resistência está subjugada, vencida, dominada ou conquistada. Segundo Sawicki (1991, cit Burr, 1995) a repressão e a necessidade de recorrer à força deve ser vista como falta de poder, isto é, a repressão é usada quando os limites do poder foram ultrapassados.

Foucault rejeita a ideia de poder associado essencialmente à força repressiva, vendo-o mais na sua forma (mais eficaz) produtiva, “quando produz” saber. Ele acredita que, nas últimas centenas de anos, se tem vindo a observar a emergência de uma série de práticas culturais e institucionais que têm como produto “o indivíduo” que temos hoje. Mudanças na natureza da sociedade, tais como o aumento da população, a mudança da agricultura para a economia industrial etc, trouxeram consigo práticas sociais que permitiram certos discursos (ou saberes). Esses discursos “produziram” o indivíduo da sociedade ocidental contemporânea: uma pessoa que sente que tem necessidades, motivações, traços e características e cuja livre escolha é monitorizada pela consciência. Esses saberes são muito poderosos, já que controlam eficazmente (porque sem recurso à força) a sociedade e os seus membros, através do que Foucault designa por “poder disciplinar” (1979).

Através do exemplo da sexualidade Foucault (1972) explica de que forma actua este poder. Depois de ter sido criada a concepção de população³ foi necessário analisar a taxa de nascimento, a idade de casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e frequência das relações sexuais, a forma de

³ No fim do século XVIII e devido ao aumento do crescimento populacional e consequentes problemas de saúde pública, de habitação etc, emergiu o conceito de população. Até aí, sob as regras da monarquia as pessoas eram pensadas como sujeitos locais. A ideia de população tem implicações a nível da organização que pode implicar assim como da riqueza que pode produzir, sendo por isso uma forma relativamente sofisticada de conceptualizar os habitantes de um país; além disso traz consigo as noções de gestão e controlo (Burr, 1995).

vida dos celibatários e a dos casados, etc. Surgiu um discurso no qual a conduta sexual da população foi tomada como objecto de análise e como área de intervenção (Burr, 1995). Desta forma o sexo torna-se importante para o Estado, e os que ocupavam posições de poder tornaram-se inquisidores das práticas sexuais, o que resultou não só no controlo da sexualidade, como também na construção da ideia de “normalidade”. Este processo de escrutínio do comportamento sexual assim como da confissão dos “pecados” acabou por ser internalizado, de forma que as pessoas começaram elas próprias a analisar os seus comportamentos, a colocar-se os problemas da normalidade, sendo que os inquisidores destas práticas passaram a ser os detentores actuais de autoridade, como é o caso dos médicos e dos psiquiatras em particular. A vida pessoal foi psicologizada tornando-se alvo de intervenção de especialistas.

Este controlo não se fez apenas sentir nesta área de vida, passando também pelas classificações de comportamento normal e doente (psicoses, neuroses, depressões), tipos de crimes etc. Institui-se a prática da vigilância que segundo Foucault pode ser ilustrada pela invenção de Bentham do Panopticon no século XIX⁴. Esta prática de vigilância foi internalizada por todos os vigiados (todos os membros da sociedade), provocando a auto-monitorização e o auto-controlo, em função dos cânones da normalidade. Hoje designamos auto-disciplina a esta prática.

Assim, Foucault (1979) acredita que se processou uma mudança radical na forma como as sociedades ocidentais são geridas e controladas. Houve uma mudança do “poder soberano ou real” em que o soberano controlava a população pelo poder da punição, coerção ou matando, para um “poder disciplinar” no qual as pessoas são disciplinadas e controladas de forma livre submetendo-se elas próprias ao escrutínio de outros, especialmente peritos. Este poder disciplinar,

⁴ Esta invenção que nunca chegou a ser posta em prática consistia na ideia de que as celas prisionais fossem dispostas à volta de uma torre de vigia, onde um supervisor podia manter vigilância sem esta ser notada pelos prisioneiros. Esta disposição permitiria que os próprios reclusos monitorizassem o seu próprio comportamento já que nunca sabiam quando estavam a ser vigiados.

para Foucault, é uma forma de controlo muito mais eficaz e eficiente (Foucault, 1979).

O poder disciplinar e a ciência psicológica tornam-se uma questão importante, já que torna duvidosa a posição da própria psicologia (Rose, 1990). A prática da psicologia surge, não como um projecto libertador (o conhecimento descoberto acerca dos seres humanos é usado para aumentar e melhorar as suas vidas), mas mais como uma peça na engrenagem da máquina do controlo social. A prática da vigilância requer informação acerca das pessoas para ser usada com o fim de estabelecer normas de "saúde" ou de comportamento "moralmente aceitável", normas face às quais as pessoas são avaliadas ou se avaliam a si próprias. A história da psicologia está recheada de tais produtos: testes de inteligência, inventários de personalidade, testes de masculinidade, feminilidade e androginia, testes de desenvolvimento para crianças, medidas de atitudes e crenças, etc. Toda esta informação acerca das pessoas acaba por as controlar, sob a capa de servir os seus interesses, porque ao apresentar-se com designação de "ciência", confere autoridade a tais saberes (Rose, 1990).

Relativamente à arqueologia do conhecimento, Foucault (1972) não pensa que a emergência de certos discursos particulares sejam maquinações intencionais de determinados grupos poderosos. Pelo contrário, considera que as condições de vida, e as práticas sociais fornecem uma cultura que possibilita algumas representações, mais do que outras, e que os efeitos dessas representações podem não ser imediatamente óbvios ou intencionais. No entanto, logo que um discurso se torna culturalmente disponível, pode vir a ser apropriado para os interesses dos relativamente poderosos.

Historicamente pode-se traçar a emergência de um discurso numa cultura e tentar descobrir as mudanças sociais, físicas e económicas que permitiram a criação e produção de terreno para se desenvolver, devendo-se evitar estabelecer relações causais. Foucault é muito cauteloso quanto à ideia de que certas condições sociais levam necessariamente à produção de discursos particulares. Pode-se sempre olhar para trás e ver como um discurso particular emergiu, mas

não se pode olhar para o futuro e postular que certos tipos de sociedades serão acompanhadas por qualquer representação específica da vida humana. Opõe-se, inclusive, à possibilidade de recomendação de determinados discursos face a outros, a ideia de que uns poderiam proporcionar uma sociedade melhor. Vê as possibilidades de apropriação dos discursos como não-praticáveis e os seus possíveis efeitos como um fim em aberto; recusa fazer qualquer julgamento universal, quer político quer moral, e isto em parte porque, historicamente, o que muitas vezes parece ser uma mudança para melhor tem muitas vezes dado origem a consequências indesejáveis. O seu primeiro interesse é o que designa por “arqueologia do conhecimento”, o voltar atrás para a descoberta das condições que permitiram a emergência de um certo discurso ou saber. Se se puder entender as origens dos modos de compreensão, pode-se começar a questionar a sua legitimidade e a resistir-lhes. Ao fazer isto, também se consegue trazer à superfície discursos previamente marginalizados, dar voz àqueles cujas descrições de vida não podiam ser ouvidas dentro do conhecimento prevalecente, as vozes dos loucos, dos delinquentes, do anormal, dos sem poder. Essas vozes marginalizadas e os seus discursos são vistos como fontes importantes de resistência para todos, ao desafiarem a legitimidade do conhecimento prevalecente através do qual os indivíduos se compreendem assim como às suas vidas.

Utilizando a “arqueologia” como um método de análise, Foucault (1972) “deitou fora” muitas das suposições relativas à pesquisa académica, mas também tem sido muito criticado por não ter colocado nada em seu lugar, isto é, não ter oferecido linhas mestras concretas para se conduzir uma tal arqueologia, ou para se reconhecer uma válida quando ela surgir. Não existem padrões através dos quais se possa julgar tal trabalho, nem procedimentos pelos quais se possa dizer se uma análise de um “arqueologista” é melhor ou mais adequada do que outra.

A ligação saber e poder constitui parte importante da crítica social à ciência tradicional. O poder conceptualizado desta maneira não é uma propriedade de uma pessoa ou grupo, é algo que qualquer pessoa pode exercer através do discurso. Esta posição é completamente distinta daquela que assume que o poder

está nas mãos de pessoas ou grupos poderosos, ou mesmo do Marxismo que pensa no poder em termos de uma sociedade capitalista de opressão de classes. Quando se fazem amplas generalizações deste tipo tende-se a mascarar a possibilidade de diferenças entre pessoas e das suas situações, de muitos dos tipos de poder ou de relações de poder em que estão envolvidas. Não se dá conta das lutas de poder variadas e “locais” entre pessoas, face à preocupação com os “discursos totalizadores”. Uma das implicações disto, é que algum poder está disponível para ser exercitado por cada pessoa, e pode-se usar esse poder na mudança social assim como na mudança pessoal.

Como já referimos, poder e resistência é outro par que anda sempre junto em Foucault. Os discursos prevaletentes estão sempre sob ameaça implícita, devido às alternativas que os podem desalojar da sua posição de “verdade”. Pode-se dizer que se não fosse por essa resistência não haveria necessidade de reafirmação constante da veracidade desses discursos. Esta perspectiva permite às pessoas a possibilidade de mudar através da resistência.

A própria psicologia está aqui implicada, na medida em que providenciou várias maneiras de avaliar e categorizar as pessoas, o que pode ser usado para criar normas para, por exemplo, “personalidades equilibradas” ou “comportamentos socialmente desejáveis”.

Estas ideias sobre o poder foram retomadas por muitos autores dentro do construcionismo social.

Segundo Gergen (1994) as linguagens emanam dos vários regimes de conhecimento - por exemplo religião e instituições do estado ou a ciência - e circulam através da cultura tornando-se por isso constitutivas dos padrões sociais. Como as acções são codificadas e as reacções justificadas, as pessoas acabam por compreender certos padrões de vida cultural como necessários e desejáveis (o poder disciplinar que Foucault referia). Como as linguagens sancionadas são absorvidas na sociedade, é possível estabelecer-se relações de poder. Questionar a autoridade das ciências é deste modo desafiar as relações de poder na cultura.

Numa tentativa de síntese acerca das linhas críticas à perspectiva de ciência tradicional pode-se referir que a consequência mais importante deste coro encadeado é a ameaça à pressuposição que a linguagem pode conter verdade, e que a ciência pode fornecer descrições objectivas e correctas do mundo.

Apesar destes movimentos formarem um poderoso antídoto à confiança hegemónica do empirismo e da teoria do conhecimento individual que lhe está associada, também podem produzir alguma paragem da acção, alguma dúvida constante e alguma paralisação. Segundo Gergen (1982) todas estas críticas acarretaram uma menor atenção a alternativas viáveis e projectos sucessores. Como cada uma das diferentes críticas é capaz de acusar as outras da sua ostensiva autoridade, Gergen (1994) pensa haver necessidade de se mitigar as tensões e se mover para um ponto de partida unificador. Se não se quiser perder todo o esforço da ciência humana é necessário aventurar-se para além do impulso da crítica.

Um estádio crítico deve dar lugar a um estádio transformativo - da desconstrução à reconstrução. O que é desejada é uma síntese que possa abrir possibilidades positivas. Para Gergen (1994) é a terceira linha crítica - a social - que lhe parece mais promissora para uma reconstrução da ciência, que implica uma prática científica compreendida como construção social. Se a essa crítica social se envolver também a crítica ideológica, poderá nascer um projecto sucessor, o construcionismo social (Gergen, 1994).

O construcionismo pretende sintetizar de várias formas todas as críticas já apresentadas, e mover-se para além da crítica, no sentido de uma descrição mais positiva do potencial científico. Sendo o conhecimento não o que se tem, mas o que se faz junto com outras pessoas, o objectivo da pesquisa construcionista desloca-se da natureza das pessoas ou da sociedade para as interacções e para as práticas sociais daí resultantes.

A psicologia tradicional tem-se interessado pelo que considera serem as "entidades" dos indivíduos (atitudes, motivações, cognições, traços de personalidade, etc), responsáveis pelos seus pensamentos e comportamentos de uma forma mais individual, mas também pelo efeito em fenómenos sociais como os preconceitos ou a delinquência. Pelo contrário, a sociologia tradicional tem

ênfatisado o papel das estruturas sociais (a economia, o casamento e a família) como responsáveis pelos fenômenos sociais. O construcionismo rejeita as duas posições e considera serem as práticas sociais o foco central de pesquisa; deste modo, as explicações não são para serem descobertas quer nos indivíduos quer nas estruturas, mas sim nos processos interactivos que acontecem constantemente entre as pessoas. O mais importante é a dinâmica da interacção social, o processo e não as estruturas (quer psicológicas quer sociológicas).

PRESSUPOSTOS PARA UMA CIÊNCIA CONSTRUCIONISTA SOCIAL

Segundo Burr (1995) parece não existir uma única definição de construcionismo social adequada para todos os autores; no entanto a autora pensa que partilham características uns com os outros, algo que têm em comum, ligando-os uma espécie de “parecença familiar”. Pode-se livremente classificar de construcionista social qualquer abordagem que tenha na base um, ou mais, dos pressupostos que Gergen (1994) considera como fundamentais para uma ciência construcionista social, e que se apresentam de seguida:

- Posição crítica face ao conhecimento fornecido como “verdade”.

O construcionismo social insiste que se tenha uma posição crítica face ao conhecimento disponível, às observações objectivas do mundo como sendo de “natureza” individual, e não enviesadas. Surge como oposição ao positivismo e ao empiricismo nas ciências sociais tradicionais, a suposição de que a natureza do mundo pode ser revelada através da observação, e que aquilo que “existe” é aquilo que se percebe que existe.

Sugere que as categorias com as quais se apreende o mundo não se referem necessariamente a divisões “reais”. Um exemplo mais radical desta questão diz

respeito ao género. As observações do mundo sugerem que existem duas categorias de seres humanos - homens e mulheres. Gergen (1992) questiona a necessidade de distinção entre masculinidade e feminilidade por não reflectirem nenhuma realidade palpável e independente. Embora se tenha bem claro que existem diferenças nos órgãos de reprodução que estão presentes em muitas espécies, deve-se questionar o porquê dessa distinção ter sido sempre tão importante, para que o conjunto das categorias da personalidade se baseasse nela (homem e mulher) (Burr, 1995)⁵.

Numa perspectiva tradicional o investigador opera idealmente como um registador passivo, desenhando os contornos da natureza e desenvolvendo teorias para ordenar e mapear o mundo como é observado. No entanto, dentro de cada domínio, o investigador cria através das suas lentes teóricas, os factos que são importantes serem estudados. Nesta perspectiva, os factos emergem como resultado de uma perspectiva teórica. Os sistemas de conhecimento são fundamentalmente sistemas linguísticos - sinais que são usados pelas pessoas nas relações e por isso o conhecimento emerge como vitalmente dependente das vicissitudes da negociação social. Os seus constrangimentos seriam, não essencialmente experienciais, mas sociais.

- Os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo e cada um individualmente, são artefactos sociais, produtos de interrelações entre as pessoas, com especificidade histórica e cultural.

Para os construcionistas as descrições e explicações não são, nem motivadas pelo mundo como ele é, nem o resultado inexorável de propensões estruturais genéticas dentro do indivíduo. Pelo contrário, elas são o resultado de uma acção humana coordenada. As palavras apenas possuem significado dentro de um contexto relacional. Elas são segundo Shotter (1989) o resultado não da acção

⁵ O construcionismo social sugere que poderíamos também e da mesma forma absurda, dividir as pessoas em altos e baixos ou os de olhos azuis e castanhos, por exemplo.

e reacção individual, mas de acção conjunta, da co-acção. Se, e como diz Bakhtin (1981, cit. Gergen, 1994), as palavras são inerentemente interindividuais, isto quer dizer que para conseguir inteligibilidade é necessário participar num padrão relacional reiterativo ou, se suficientemente expandido, numa tradição.

Segundo o construcionismo social as formas como se compreende normalmente o mundo, as categorias e os conceitos que se utilizam são específicos de um tempo histórico e cultural (Burr, 1995; Gergen, 1985). Quer se compreenda o mundo em termos de homem ou mulher, vida urbana ou vida rural, passado e futuro, tudo isso depende do “onde” e do “quando” do mundo em que se vive⁶. O conhecimento é relativo e depende do tempo e da cultura, isto é, não só é específico a culturas particulares e períodos da história, como também é produto dessa cultura e história e dependente dos arranjos prevalecentes quer económicos quer sociais. As formas particulares de conhecimento que abundam numa determinada cultura são artefactos dela, e não se devem assumir que determinadas formas de compreensão são necessariamente melhores (em termos de estarem mais próximas da verdade) do que outras (Burr, 1995).

Em larga medida é também a tradição cultural que permite que as palavras frequentemente apareçam como correctas e bem fundamentadas. Se determinadas formas de compreensão são já antigas e tiverem um uso suficientemente unívoco, elas podem adquirir o carácter de objectividade, no sentido de serem literais e não metafóricas. No entanto, uma ênfase na “verdade através da tradição” estará incompleta se não se tomar em conta as formas de interacção nas quais a linguagem está imbuída. Não é apenas a simples repetição ou a univocalidade que servem para reificar o discurso, mas todo o conjunto de relações das quais tal discurso é uma parte (Gergen, 1994)⁷.

⁶ Por exemplo, a noção de infância teve mudanças importantes ao longo dos séculos. O que se considera hoje “natural” que uma criança faça, mudou muito, assim como mudou aquilo que os pais esperam dela. Só muito recentemente as crianças deixaram de ser consideradas como adultos pequenos. A autora refere que não é necessário recuar muito (basta até Dickens) para nos apercebermos que a ideia de uma criança inocente e a precisar de protecção do adulto é realmente uma noção nova.

⁷ Por exemplo, é possível manter uma preocupação profunda com a “justiça “ e a “moralidade”, termos com alto grau de flexibilidade, porque elas estão imbuídas dentro de padrões mais gerais de relações. Nós elaboramos certos procedimentos como

Da mesma maneira, os conceitos científicos conseguem conclusões que transportam consigo o sentido de uma objectividade transparente. Seleccionando certas configurações para servirem como “objectos” “processos” ou “acontecimentos” e gerando consenso acerca das ocasiões nas quais a linguagem descritiva deve ser aplicada, forma-se um mundo conversacional no qual o sentido de “validade objectiva” é apenas um produto (Shotter, 1993).

- Determinada descrição do mundo ou do self é sustentada ao longo do tempo, não por validade objectiva, mas devido às vicissitudes do processo social.

Segundo Burr (1995) este pressuposto implica que o conhecimento é sustentado pelo processo social. O conhecimento do mundo e as formas comuns de o compreender não derivam da natureza do próprio mundo em si mesmo. As versões do conhecimento constróem-se através das interacções diárias entre as pessoas, no decurso da vida. Por isso, todo o tipo de interacção social e particularmente a linguagem é de grande interesse para os construcionistas sociais.

As ocorrências entre as pessoas no decurso da sua vida de todos os dias, são encaradas como práticas, durante as quais as versões partilhadas de conhecimento são construídas. O que se pensa ser a “verdade” (que varia quer histórica quer transculturalmente), isto é, as ideias correntes e aceites de compreensão do mundo, é apenas um produto não da observação objectiva do mundo, mas do processo social e das interacções nas quais as pessoas estão constantemente envolvidas umas com as outras.

No que diz respeito por exemplo, à metodologia, a abordagem construcionista social sugere que esta não fornece uma garantia ou certificação transcendente ou livre da acção do contexto (context-free) de modo a certas

a culpa ou o perdão num nível informal assim como se elaboram procedimentos a um nível institucional, em que os termos “justiça” e “moralidade” jogam um papel chave. Remover estes termos seria ameaçar toda a organização de procedimentos. Mantê-los dentro da ordem dos procedimentos é *conhecer* que a justiça e a moralidade podem ser alcançadas.

descrições e explicações surgirem como superiores (“mais objectivas” ou “mais verdadeiras”) do que outras. No entanto, no seio da comunidade científica os métodos empíricos podem ser usados (e usualmente são-no) de forma a sustentar as reivindicações de verdade, a confiança das conclusões, a veracidade do investigador e as implicações do esforço científico para a sociedade. Como aliás já se referiu, as comunidades científicas podem “inventar” ontologias locais de sustentável durabilidade, através de contínua negociação, prática ritual e socialização dos principiantes, deste modo desenvolvendo consenso sobre a “natureza das coisas”. Dentro dessas comunidades as proposições podem ser verificadas ou falsificadas. E porque os objectos, os instrumentos e as representações estatísticas são construídas nessas práticas, eles entram nos processos de verificação e falsificação. As práticas metodológicas podem ser desenvolvidas para conseguir a “existência dos fenómenos”, a sua co-ocorrência com outros fenómenos estabelecidos e a probabilidade da sua existência em largas populações.

Como o conhecimento e a acção social “caminham” juntos, as compreensões “negociadas” do mundo podem tomar uma grande variedade de formas, e por isso pode-se falar de numerosas e possíveis “construções sociais”, onde cada construção pode convidar a uma determinada acção.

- O significado da linguagem deriva do seu modo de funcionamento dentro dos padrões de relacionamento.

A linguagem é algo de único nos seres humanos. Os animais comunicam entre si, através de sons, marcas, gestos e posturas para assinalar perigo, ocupação do território, paradas sexuais, etc. Apesar desses comportamentos terem um significado que suscita respostas dos outros animais (luta, fuga, cópula, etc), este significado é sempre fixo e estável e esta é a principal diferença em relação à linguagem humana (Burr, 1995).

O papel que a linguagem desempenha na perspectiva do construcionismo social é radicalmente diferente do que é assumido pela psicologia tradicional. A

psicologia tradicional assume que a linguagem representa uma expressão fácil de compreensão do pensamento, e não que aquela é uma pré-condição deste. Quando as pessoas falam de “si” da sua “personalidade” ou de algum aspecto da sua experiência, é tradicionalmente assumido que tudo já existe e de forma independente das palavras usadas para a descrição. Pensa-se na linguagem como um conjunto de “etiquetas” que podem ser escolhidas de forma a melhor descrever os estados internos (pensamentos e sentimentos). Naquela perspectiva a natureza da pessoa surge em primeiro lugar, sendo o papel da linguagem o de encontrar a forma de expressar essa natureza, ou seja, as pessoas usam a linguagem para dar expressão a algo já existente em si mesmas ou no mundo.

A ideia tradicional, e assumida pelo senso comum da “linguagem como transparência” é questionada pelo construcionismo social que não considera a linguagem um meio claro e puro através do qual os pensamentos e sentimentos se podem tornar acessíveis aos outros, ou uma espécie de “janela sem irregularidades no vidro” que possam distorcer a visão através dela. O uso da linguagem é uma forma de acção tendo por isso um carácter “performativo”. Quando as pessoas falam umas com as outras o mundo é construído e por isso a linguagem não é apenas um veículo passivo para os pensamentos e emoções (Burr, 1995). A pedra base do construcionismo social é a insistência sobre a natureza partilhada dos códigos da linguagem, em constante mudança, e variando nos seus significados em função dos contextos.

Enquanto, por exemplo, os psicanalistas pressupõem a existência de emoções discretas e identificáveis tais como a raiva, a inveja, sob a forma de pulsões inatas resultantes da herança filogenética da espécie humana sendo as palavras associadas a elas apenas “etiquetas” que se escolhem para referência a essas entidades emocionais, uma visão construcionista, pelo contrário, diria que as palavras como raiva ou inveja e os conceitos aos quais se referem, precedem as pessoas no mundo e no processo da aprendizagem da linguagem. As pessoas não possuem outra escolha senão compreenderem-se a si próprias em termos desses conceitos. Sem o campo da linguagem para lhes dar estrutura e significado, a experiência do mundo, e talvez especialmente os estados internos ficariam

indiferenciados e inatangíveis. A forma como a linguagem está estruturada, determina a forma como a experiência e a consciência são estruturadas.

Se a forma de compreender o mundo não provém de nenhuma realidade objectiva, (antes das pessoas passadas ou presentes), isso representa que os indivíduos nascem num mundo onde já existem os campos conceptuais e as categorias usadas pelas pessoas numa dada cultura. As pessoas adquirem esses conceitos e essas categorias pelo uso da linguagem, que todos os dias se reproduz na cultura. Isto é, a forma como as pessoas pensam, os conceitos e as categorias que lhes permitem um campo de significados são fornecidos pela sua linguagem.

Para Hoffman (1992) os teóricos construcionistas sociais acreditam que as ideias, os conceitos e as memórias surgem do intercâmbio social e são mediatizadas pela linguagem. Todo o conhecimento se desenvolve entre as pessoas, no mundo quotidiano.

As proposições não derivam o seu significado da relação determinante a um mundo de referentes. O construcionismo social apropria a concepção de Wittgenstein de significado como derivado do uso social. Para Wittgenstein as palavras adquirem o seu significado dentro daquilo que ele designa por "jogos de linguagem", isto é, através das maneiras como são usadas em padrões de interrelacionamento.

Esta visão de significado, chama a atenção para a forma como as linguagens, incluindo as teorias científicas, são usadas numa cultura. A linguagem não é um mapa ou espelho de outros domínios - palavras referenciais ou impulsos internos - mas surge de modos específicos de vida, rituais de trocas relacionais, relações de controlo e dominação, etc.

- Avaliar as formas de discurso existentes é ao mesmo tempo avaliar padrões de vida cultural



Dentro de uma comunidade de intelegibilidade, onde as palavras e as acções estão relacionadas de forma segura, é possível avaliar o que se designa por

“validade empírica” de uma frase ou ideia. Apesar desta forma de avaliação ser útil quer na ciência quer na vida diária ela é essencialmente não reflexiva.

Por isso, é encorajada a avaliação crítica das várias intelegibilidades do ponto de vista de posições externas, explorando o impacto dessas intelegibilidades em formas amplas de vida cultural. O que é que a cultura ganha ou perde se se constituir o mundo em termos do economista, do estratega militar, do ecologista, do psicólogo, da feminista etc? Como é que a vida cultural é incentivada ou empobrecida em função da expansão ou proliferação de vocabulários e práticas dessas comunidades? Isto não representa privilegiar a avaliação sobre as intelegibilidades e práticas em questão. Se as avaliações podem ser comunicadas de forma que possam ser absorvidas pelos que estão sob escrutínio, as fronteiras relacionais são atenuadas. Um diálogo avaliativo pode constituir um passo significativo para uma sociedade humanizada.

Uma questão que se pode colocar é em que medida o construcionismo social é distinto da psicologia tradicional.

Segundo Burr (1995) é essencialmente o seu carácter anti-essencialista, anti-realista, a pressuposição da linguagem como pré-condição para o pensamento e como forma de acção social e o seu foco na interacção e nas práticas sociais aliada à perspectiva do conhecimento como especificamente histórico e cultural, que o diferencia da abordagem mais tradicional.

Pressupondo que o mundo social e os indivíduos são o produto de um processo social, não pode haver nada pré-determinado do ponto de vista da natureza do mundo ou das pessoas. Não existem “essências” dentro das coisas ou das pessoas que as torne o que são. Apesar de algumas formas tradicionais de psicologia como o behaviorismo, poderem estar de acordo com esta perspectiva, outras como a teoria dos traços, por exemplo e a psicanálise baseiam-se na ideia da existência de conteúdos “pré-determinados”.

O construcionismo social nega que o conhecimento seja uma percepção directa da realidade (Keating, 1993), já que cada indivíduo constrói a sua própria versão da realidade (como cultural ou social) através de um processo

interrelacional. Esta posição questiona o critério de verdade assim como de factos objectivos. Todo o conhecimento é derivado da forma particular de cada indivíduo se acercar do mundo, assim como dos interesses particulares em jogo.

A psicologia e a psicologia social não podem pretender descobrir a “verdade” da natureza das pessoas e da vida social, porque as suas explicações estão limitadas no tempo e na cultura; devem essencialmente chamar a atenção para o estudo histórico da emergência das formas correntes da vida social, assim como das práticas sociais que as criam.

Questionando os pressupostos do essencialismo e do humanismo a teoria construcionista social moveu o centro da atenção da pessoa para o domínio social. A psicologia nesta perspectiva torna-se o estudo do ser socialmente construído, o produto de discursos historicamente e culturalmente contingentes, discursos que trazem consigo uma rede complexa de relações de poder. A pessoa fica como que “encaixada” num sistema histórico, social e político do qual não pode ser retirada e estudada de forma independente.

Assim, concluindo, o construcionismo coloca as relações no foco do conhecimento, antes ocupado pelo indivíduo (Gergen, 1994a). O movimento construcionista social (Gergen, 1985, 1994) foi das “primeiras” escolas da psicologia a adoptar a crítica pós-modernista da ciência positivista-empíricista e a sua concepção de verdade e conhecimento.

QUEM PODE SER CONSIDERADO CONSTRUCIONISTA SOCIAL?

O critério de classificação utilizado por Vivien Burr (1995) assenta no facto de que os autores que agrupa como construcionistas sociais parecerem concordar (quer explícita quer implicitamente) com um ou mais dos pressupostos acima descritos. Nos Estados Unidos, Kenneth Gergen e Mary Gergen, Shotter e Sarbin são os contribuidores mais ligados ao domínio. Gergen e Gergen (1986) e

Sarbin (1986) centraram-se particularmente sobre como as pessoas se descreviam a si próprias, encarando essas construções como histórias e narrativas, e o interesse de Shotter reside essencialmente na dinâmica e no processo interpessoal de construção ao qual chama de acção conjunta ou co-acção (Shotter, 1989; 1993; 1995).

Em Inglaterra, Harré (1995) é influenciado pelo filósofo Wittgenstein que tem sido um dos expoentes chave para a visão da linguagem como providenciando as formas de compreensão do mundo.

A ideia de que o conhecimento é específico no tempo e na cultura também é central para Michel Foucault que refere o poder construtivo da linguagem. As suas ideias têm sido usadas por muitos, no campo da análise do discurso em Inglaterra, como Parker (1992) (este autor será referido em pormenor no capítulo sobre a Análise do Discurso) e Hollway, (1989). A abordagem de Foucault foi adaptada de forma muito bem sucedida por Rose (1990), que mostra como noções como “ciência” e “indivíduo” têm sido socialmente construídas. A relatividade cultural e histórica do conhecimento e a forma como as reivindicações de “verdade” são construídas, têm sido tomadas em consideração com entusiasmo por todos aqueles que pretendem dar à psicologia um posicionamento político como Kitzinger (1987;1989; 1990), Burman e Parker (1993) e Walkerdine e Lucey (1989).

A autora também inclui entre os construcionistas sociais Potter e Wetherell (1987), Edwards (Edwards & Potter, 1992) e Billig (1982; 1990) alguns dos quais preferem ser designados por psicólogos discursivos (psicologia do discurso). Ela justifica a sua inclusão devido à preocupação desses autores, primeiro com a função de realização e de orientação da acção da linguagem, assumindo que as descrições são construídas para atingir fins particulares, mais do que representando e expressando acontecimentos intra-psíquicos. Estes autores têm, no entanto, uma posição construcionista social extrema, já que argumentam que “não há nada para além do discurso”, isto é, quando se fala acerca da “realidade”, apenas se pode estar a referir a coisas que se constróem através da linguagem.

IMPLICAÇÕES E CRÍTICAS

No que diz respeito às implicações e críticas ao construcionismo social, elas situam-se essencialmente ao nível da importância da linguagem, da problemática da agenticidade humana, e da noção de “verdade” e consequente relativismo.

Na sua versão mais extrema o construcionismo implica que se pense que nada existe para além da linguagem (Burr, 1995). É como se todos os objectos do conhecimento íntimo, tudo que se pensa ou fala acerca deles, a identidade, o self (próprio e dos outros), tudo fosse construído através da linguagem, manufacturado entre os nossos discursos.

Nada tem existência essencial e independente fora da linguagem; discurso é tudo o que existe. Michel Foucault (1972) colocou esta questão de forma muito clara. Os discursos são práticas que formam os objectos dos quais falam.

Para os construcionistas, conteúdos como personalidade, atitudes, opiniões etc, são igualmente produção do discurso, objectos formados através dos discursos, que contribuem para o designado discurso do individualismo, uma forma de representar e pensar as pessoas como combinações únicas de material psíquico (inato ou adquirido através da experiência de vida), material esse que determina o tipo de vida que provavelmente terá determinada pessoa. É o caso de pessoas que possuem determinados traços que combinam com determinadas profissões (veremos adiante que esta perspectiva dos traços de personalidade está muito desenvolvida no sentido de explicar as questões de género, isto é, a desigualdade de géneros na nossa sociedade). Este discurso do individualismo permite-nos pensar em personalidade, atitudes etc, mas as palavras em si não se referem a entidades reais ou propriedades psicológicas.

A ideia da personalidade, que teve um papel tão central na compreensão pessoal e acerca dos outros, e é fundamental para o conceito do que representa ser uma pessoa, é completamente questionada por esta abordagem. A ideia de que as pessoas existem como seres separados e indivíduos descontínuos (separados, desunidos) de que as emoções são pessoais, como que expressões espontâneas de um self pessoal, representando a personalidade individual, é completamente questionada, sugerindo-se que entidades como traços, atitudes, motivações, etc. são apenas produtos de discursos, e não entidades que constituem o indivíduo.

Esta perspectiva tem duas implicações importantes: em primeiro lugar implica que aquilo que representa “ser uma pessoa” (tal como ter uma personalidade, estar motivado por necessidades, desejos, ter amores, ódios e invejas) não representa nenhuma natureza humana essencial existente, quer haja linguagem ou não. Essas “entidades” tornam-se disponíveis através da linguagem, como forma de se estruturar a experiência, e o que representa “ser uma pessoa” pode sempre ser construído de forma diferente face à diversidade de linguagens. A possibilidade de construções alternativas do self e dos outros acontecimentos do mundo, através da linguagem, é fundamental para esta visão construcionista social.

Existem no entanto alguns problemas, ainda não completamente esclarecidos pelos construcionistas sociais, e que representam o cerne da sua vulnerabilidade.

A implicação a nível da personalidade acarreta o primeiro problema, que reside na hipótese da pessoa vazia, um ser humano sem propriedades psicológicas essenciais (pelo menos nenhuma que possa ser reconhecível).

Surge a necessidade de se encontrar formas alternativas de explicação para o fenómeno que tinha sido o domínio dos conceitos do tipo “personalidade” “emoções” ou “opiniões”. As pessoas necessitam explicação para fenómenos do tipo, como se fica doente mental? o que significa estar apaixonado? porque é que certas pessoas se emocionam mais facilmente que outras, por exemplo? Se os conceitos tradicionais da psicologia, não parecem explicar estes fenómenos, então qual a alternativa? De alguma maneira, o construcionismo social vê a resposta

para isto na ideia de que a experiência subjectiva é providenciada pelos discursos nos quais as pessoas estão culturalmente inseridas. A linguagem fornece categorias como “mente” e corpo”, e as pessoas falam, pensam e experienciam-se como se essa dicotomia fosse uma realidade concreta. É como se internalizassem as formas de representar a vida humana presentes no discurso (como o discurso do “indivíduo”) e a sua experiência subjectiva surge daí. Esta perspectiva e a explicação alternativa que fornece, constitui segundo Burr (1995) uma forma completamente distinta da forma convencional de compreender a experiência subjectiva como algo que surge primeiro e depois é descrita e rotulada através da linguagem. A linguagem (na forma de discursos) fornece a experiência subjectiva do mundo.

O segundo problema diz respeito à agenticidade humana. Se as pessoas são produto do discurso, e as coisas que dizem são apenas meras manifestações desses discursos, poderá dizer-se que existe agenticidade? As acções, palavras e pensamentos dos seres humanos parecem ficar reduzidos ao nível de produtos de entidades linguísticas, das quais não nos damos conta. As esperanças, desejos e intenções tornam-se produtos de estruturas culturais e discursivas, não produtos dos agentes humanos. As pessoas mantêm a crença de que os seres humanos podem mudar assim como o mundo onde vivem através da força dos seus actos, desenvolvidos independentemente e sob o livre arbítrio. Quando as pessoas olham à sua volta e pensam estar a observar a mudança do mundo, atribuem-na normalmente à acção dos homens, o que face a esta abordagem não passará de uma ilusão. Existe um perigo real de paralisação face à ideia de que as pessoas individual ou colectivamente não podem fazer nada para mudar ou mudarem o mundo.

Outro problema relativamente ao construcionismo social diz respeito à forma como é conceptualizada a realidade e a verdade. A ideia de que “o discurso é tudo o que existe” é uma conclusão lógica resultante do argumento de que a linguagem não rotula entidades discretas no mundo real, pelo contrário, existe independentemente dele. Tudo o que a linguagem pode fazer, é referir-se a si mesma. A linguagem é um sistema auto-referente. Isto significa que qualquer

“sinal” pode apenas ser definido em termos de outros sinais existentes no mesmo sistema de linguagem. Seja qual for a natureza do mundo “real”, não se pode assumir que as palavras na linguagem se referem a esse mundo ou o descrevem. A forma extrema do argumento diria que as coisas são apenas “reais” na medida em que existem discursos para as descrever. Como existem numerosos e conflituosos discursos à volta de um “objecto”, fica-se sem noção de “verdade”. Tudo o que resta é uma variedade de discursos ou perspectivas, cada um deles aparentemente válidos. Este problema é o do relativismo. As reivindicações de cada discurso são simplesmente relativas a cada um, e não se pode dizer serem verdade ou mentira quando comparados com a “realidade”. Esta ideia levanta dificuldades, por exemplo, se se pretender dizer que a economia ou o corpo são reais e que têm efeitos reais independentes da linguagem ou se se pretender dizer que os discursos que descrevem a mulher (ou as pessoas negras ou os trabalhadores) são opressivos e se isto é mais válido que outros discursos. O relativismo que esta visão de discurso parece sugerir é “um campo de minas” e por isso, alguns autores preferem conceptualizar o discurso como uma influência formativa poderosa sobre os pensamentos e experiência mas que são insuficientes no sentido de constituírem a experiência total para os indivíduos (Burr, 1995).

O CONSTRUCIONISMO SOCIAL COMO POTENCIAL POSITIVO PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS

As várias pressuposições que se têm vindo a enunciar começam a formar uma alternativa à visão individual do conhecimento que como já se referiu é bastante problemática. Torna-se agora importante saber se essas novas alternativas fornecem possibilidades positivas para uma ciência humana reconstruída, o que é agora valorizado e o que deve ser rejeitado. Para os empiricistas, ou para os cientistas que procuram a segurança, este construcionismo pode parecer

pessimista, mesmo niilista. No entanto, segundo Gergen (1994) esses argumentos aparecem como pessimistas apenas se se mantiver uma ligação muito forte a concepções de ciência já muito “extenuadas” ou concepções ofuscantes como as de “verdade”, “conhecimento”, “objectividade” e “progresso”. Segundo o mesmo autor as concepções tradicionais empiricistas acerca da ciência acabaram por estreitar os seus fins, truncaram os seus métodos, fizeram “calar” outras expressões possíveis e circunscreveram o seu potencial para uma utilidade social. Os argumentos construcionistas, pelo contrário, contêm um potencial enorme para as ciências humanas. Esse potencial, encarado em termos de práticas sociais pode surgir de: (1) a contribuição da prática científica para as instituições existentes assim como para as formas de vida ; (2) a sua capacidade para o desafio crítico; e (3) o seu potencial para a transformação da cultura. Apresentaremos de seguida, mais pormenorizadamente, esse potencial, seguindo as ideias enunciadas por Gergen no seu livro de 1994, *Realities and Relationships*.

A prática científica numa sociedade estável

As ciências humanas têm uma contribuição substancial a fazer para as tradições existentes, tendo essencialmente duas funções importantes e interdependentes que são: a) a ciência humana e a pesquisa podem funcionar para sustentar e/ou reforçar uma forma de vida determinada; e b) podem permitir que as pessoas vivam de uma forma mais adaptada dentro dessas tradições.

A primeira função é assegurada por diferentes intelegibilidades teóricas - o modo do cientista descrever e explicar o mundo. Os cientistas encarados como os visíveis elaboradores e respeitados fornecedores da linguagem - e especificamente linguagens acerca da condição humana - podem ter um impacto considerável nas intelegibilidades dominantes de uma sociedade e por isso nas suas práticas. Tais intelegibilidades categorizam o comportamento humano, fornecem causas para o sucesso e o fracasso e dão racionais para o comportamento. Por exemplo, explicar a acção humana em termos de processo psicológico individual, tem diferentes

implicações para as práticas e para a política, do que explicar as mesmas acções em termos de estruturas sociais. As teorias do primeiro tipo permitem-nos por exemplo, censurar, punir ou tratar os desviantes numa determinada sociedade enquanto as perspectivas que valorizam as estruturas sociais favorecem a reorganização dos sistemas responsáveis por tais resultados. Em qualquer caso as intelegibilidades teóricas operam de forma a sustentar ou reforçar uma perspectiva societal específica e as suas formas de vida associadas.

A segunda função diz respeito à possibilidade de facilitar a acção adaptativa aos limites do convencional. Dados certos padrões de acção relativamente fiáveis e o acordo colectivo face à sua categorização, as ciências humanas podem fornecer as predições que permitem que as políticas se formem, que os programas se estabeleçam e que as informações úteis sejam disseminadas na cultura. Dentro das realidades comuns de uma cultura, as ciências humanas podem gerar por exemplo predições razoáveis sobre o sucesso académico, as taxas de doença mental, os padrões de votação, as taxas de crime, de divórcio etc. É dentro deste domínio de prognosticação que as tecnologias empiricistas tradicionais podem assumir o seu papel mais significativo. Os procedimentos de amostragem, de recolha de dados, os questionários, os métodos experimentais, as análises estatísticas etc,- o legado das ciências comportamentais - acabam por ser eficazes no sentido de promover as capacidades preditivas.

Desestabilizar a convenção

As contribuições para o bem público, como estão convencionalmente definidas, são de grande importância em termos de consequências para a sociedade. As pessoas referem com muita frequência que os valores culturais parecem ser todos muito precários, os padrões positivos estão constantemente em erosão e os elementos indesejáveis a crescerem. Ao mesmo tempo, as realidades culturais só muito raramente são unívocas. Vive-se num mar de intelegibilidades competidoras, onde as correntes discursivas de momentos históricos deslocados -

como por exemplo Grécia, Roma, Cristianismo, Judaísmo, etc- estão frequentemente a surgir umas contra as outras e a mistura destes passados está constantemente a dar origem a novas e apelativas (ou desprezadas) possibilidades. Mas, indiferentes às realidades culturais dominantes e às suas práticas, existem sempre grupos cujas realidades são desprezadas, sofrimentos que passam despercebidos e visões de mudança positiva que são encobertas pela segurança do convencional.

Para os construcionistas, as linguagens das ciências servem como expedientes pragmáticos, já que permitem favorecer certas formas de actividade, desencorajando outras. Deste modo, o cientista é inevitavelmente um advogado moral e político e por isso proclamar uma neutralidade de valores é simplesmente manter-se cego aos modos de vida culturais que o trabalho científico sustém ou destrói. Assim, em vez de se separar o envolvimento profissional das paixões, tentando pesquisar de forma independente factos e valores, o convite construcionista é para uma completa expressão de vida profissional - para teorias, métodos e práticas que possam permitir uma visão de sociedade melhor.

Neste sentido, o construcionismo oferece um racional para desafiar as realidades dominantes e as suas formas de vida associadas. Estas formas de desafio podem ser a crítica cultural, a crítica interna e o estudo do "desalojamento". O meio mais amplo e mais acessível para desafiar o *status quo* - de um ponto de vista discursivo- é a análise crítica. Como já se referiu, durante grande parte do século, as ciências orientadas empiricamente, tentaram sempre evitar a sua participação na ética e na política. Mas, como agora se pode ver, essa neutralidade surge como uma quimera já que o profissional afecta sempre e inevitavelmente a vida social para o bem ou para o mal, através de alguns critérios valorativos. Assim, em vez de se agir como agentes passivos, os cientistas podem legitimamente e responsabilmente expandir os seus investimentos. Em vez de se apagar ou pôr de lado as questões do "dever", deve-se activamente empregar as competências pessoais para tornar intelegíveis as questões políticas e morais relacionadas com os domínios profissionais. A crítica social apesar de nova nas ciências humanas é uma das mais importantes formas de tal expressão.

No entanto como as ciências humanas são “fornecedoras” da linguagem e das práticas que afectam a cultura, elas necessitam também de análise crítica. Adicionalmente à crítica social, a perspectiva construcionista favorece um forte investimento na crítica interna. Os cientistas devem ser convidados a monitorizar, criticar e colocar em dúvida o uso das suas próprias construções da realidade e práticas relacionadas. Por exemplo, uma avaliação crítica do paradigma behaviorista foi essencial para a revolução cognitiva, mas para o ponto de vista que aqui se defende, esta avaliação não é de grande importância em termos do seu valor para a cultura, porque não coloca a própria ciência em causa. Os valores inerentes nas ciências e as suas implicações correspondentes para a vida cultural nunca são postos em questão. O que é agora valorizado é uma forma de crítica que represente outros valores e interesses que não aqueles que beneficiam aquelas realidades científicas.

Uma terceira forma de desestabilizar o estabelecido também deve ser considerada. Quer a crítica social quer a crítica interna estão tipicamente baseadas em compromissos valorativos particulares como por exemplo a igualdade, a justiça, a redução do conflito etc. No entanto, os construcionistas convidam a uma terceira forma de pesquisa, uma menos investida numa posição valorativa particular e mais focalizada na disrupção geral do convencional. Quando qualquer realidade se torna objectivada, as relações são congeladas, as opções são postas de lado e as “vozes” deixam de se ouvir. Quando se presume que existe igualdade pode ficar-se “cego” para as desigualdades, quando um conflito é resolvido fica-se insensível ao sofrimento que acarretou. A este respeito valoriza-se então uma revolta face ao convencional. A desconstrução é bom exemplo disso, assim como certas recontextualizações culturais e históricas, já que muitas vezes certos valores locais, suposições e desejos expandem-se de uma comunidade particular, ou da verdade de uma ciência particular, na direcção do universal, isto é o bom e a verdade para todas as pessoas em qualquer tempo.

A transformação cultural: novas realidades e recursos

As ciências humanas possuem um potencial significativo para, por um lado, sustentar as instituições culturais e por outro lado, colocá-las em dúvida reflexiva. Se as construções de bom e de real são construções culturais, então grande parte das práticas culturais podem igualmente ser vistas como contingentes. Tudo o que é natural, normal, racional, óbvio e existe (em princípio), é passível de alteração. Para a transformação social são necessárias novas perspectivas e vocabulários, novas visões de possibilidade e práticas, que na sua própria realização, comecem a delinear um percurso alternativo.

As transformações culturais serão melhor servidas por novas formas de prática científica. A possibilidade de mudança social pode ser derivada de novas formas de intelegibilidade. O desenvolvimento de novas linguagens de compreensão aumenta o leque de possíveis acções. Gergen propõe o termo de teoria procriadora (generativa) para se referir a visões teóricas que estão alojadas contra ou contradizem as suposições aceites para a cultura, e que abrem novas alternativas de intelegibilidade. As teorias de Freud e Marx foram sem dúvidas, as mais procriadoras do século passado. Em cada caso o trabalho teórico colocava um grande desafio às posições dominantes e serviu de impulso para novas formas de acção. Mas tudo isto não quer dizer que esse trabalho retenha o seu potencial procriador nos dias de hoje.

É dado grande valor a novas formas de trabalhos que lentamente fazem caminho nas ciências humanas e à frente deste movimento está a produção da teoria feminista.

Se se passar da expressão teórica para a pesquisa metodológica, no modo transformativo o principal objectivo da pesquisa é vivificar a possibilidade de novos modos de acção. A pesquisa junta novas possibilidades, e até o experimento laboratorial pode servir esses fins; no entanto, são encorajadas transformações radicais no sentido de procedimentos de pesquisa alternativos, métodos que favoreçam outros valores e outras perspectivas. À medida que novos

procedimentos de pesquisa se tornam intelegíveis, novos modelos para o relacionamento são encorajados.

Deve ser finalmente dada atenção à prática profissional. Em muitos aspectos, terapeutas, conselheiros, consultores organizacionais, especialistas de educação, mais do que os académicos, têm um grande impacto na vida cultural. As suas acções podem entrar mais profunda e directamente nas práticas relacionais do que os trabalhos “abstrusos” dos académicos. Com efeito eles têm um enorme potencial para a transformação cultural e é no domínio dos modelos de prática que o seu impacto é mais poderoso. Quando um terapeuta desenvolve novas formas de interagir com os clientes, a cultura pode ser informada de formas alternativas de ajudar aqueles que necessitam, quando os consultores impõem o diálogo no *staff* de uma organização, contrariamente a soluções autoritárias. eles implicitamente criam a realidade da interdependência. Neste sentido, o profissional na prática não é um mero agente e servidor das instituições existentes ou das lógicas e resultados alcançados por outros, mas um agente potencial para a mudança. Segundo Gergen, na próxima década, o académico ganhará mais com o prático do que o inverso.

Em resumo, para as ciências humanas num modo construcionista, as práticas de pesquisa tradicionais apesar de poderem dar uma contribuição válida, têm uma acção restrita. Uma orientação construcionista expande o leque de possibilidades. As três aberturas mais significativas à inovação são a desconstrução, onde todas as pressuposições de verdade racional e de bom são dadas como suspeitas, a democratização, onde o leque de vozes a participar nos diálogos consequentes de ciência é expandido e a reconstrução onde novas realidades e práticas são previstas para a transformação cultural.

Gergen acalenta a esperança que tais investimentos possam tirar as ciências do seu estatuto actual, à margem da vida cultural, para o centro dos seus estudos e investigações.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO DISCURSO

INTRODUÇÃO

Os recentes desenvolvimentos nas ciências sociais situaram a linguagem num lugar de especial relevância na análise da realidade social. Na Psicologia Social esta relevância reflectiu-se no surgimento e na difusão do conceito de Discurso como uma teoria e método que visa a redefinição e a transdisciplinarização deste campo de conhecimento (Llombart, 1995).

Pode-se considerar a análise do discurso uma perspectiva nova e radicalmente diferente na abordagem dos temas/objectos da psicologia social (Llombart, 1993; Parker, 1992; Potter & Wetherell, 1992).

Faremos referência às origens desta abordagem, mas especificamente ao que diz respeito à filosofia da linguagem, já que muitas outras influências foram já analisadas no capítulo do construcionismo social. Serão apresentadas as definições que diferentes autores sugerem para a análise do discurso, baseados na distinção entre duas tradições específicas, que estão ligadas à utilização dos termos repertório interpretativo ou discurso. Serão apresentadas as relações entre discurso e identidade, estruturas sociais, práticas sociais e poder e ainda a importância do designado domínio “extra-discursivo”, isto é, a relação entre discurso e realidade, assim como as consequências ético-políticas da análise do discurso. Analisa-se também, ainda que de forma breve, a relação da análise do discurso com o estudo da ideologia na psicologia social. Terminaremos com a apresentação de algumas críticas, problemas e limites que esta abordagem apresenta (Burman & Parker, 1993), assim como algumas posições possíveis face elas (Gill, 1995; Llombart, 1995; Parker, 1992).

A ANÁLISE DO DISCURSO NA PSICOLOGIA SOCIAL

A análise do discurso sendo uma perspectiva nova e radical à abordagem dos temas/objectos da psicologia social (Llombart, 1993; Parker, 1992; Potter & Wetherell, 1992) surge como uma alternativa a formas mais ortodoxas de investigar a vida social (Iñiguez & Antaki, 1994).

Como referem Harré e Gillett (1994), o rápido crescimento, nos últimos cinco anos, daquilo que designam por “psicologia discursiva”, indica o aparecimento de uma “nova psicologia”. O behaviorismo passou deixando apenas a sua metodologia experimental que parece manter-se, mais por pressões institucionais do que pelo mérito dos cientistas. A psicologia experimental cresceu e desenvolveu-se a partir do programa behaviorista, programa que tinha subjacente uma teoria filosófica empiricista acerca da natureza da “mente”. A mente era encarada como uma espécie de domínio privado, não disponível como fonte de informação ou de dados passíveis de serem estudados por uma ciência do comportamento humano. Apenas as relações estatísticas entre os estímulos externos e as respostas abertas podiam ser objecto de trabalho. Esta metodologia experimental sobreviveu à negação e à desvalorização da teoria behaviorista, sendo designada por “Velho Pradigma”.

A psicologia cognitiva baseou-se num reviver das crenças mentalistas na teorização psicológica, tendo-se mantido a metodologia experimental, para analisar as consequências das hipóteses sobre o funcionamento do processamento da informação (idem, 1994). Todas as abordagens sócio-cognitivas da psicologia aderem à noção da representação mental interna (Augoustinos & Walker, 1995). A pressuposição filosófica básica em que se baseiam é a existência de um mundo cognitivo, a ser explorado e delineado tanto no seu conteúdo como nos mecanismos mentais associados. Nesta perspectiva a cognição é conceptualizada como anterior à linguagem, e esta é assumida principalmente como um meio de comunicação através do qual a cognição encontra a sua expressão. As abordagens da Psicologia Social, sejam elas comportamentalistas ou sócio-cognitivistas

subscrevem uma epistemologia realista, já que pressupõem a existência de um conjunto ou domínio de factos passíveis de conhecimento sobre a experiência humana, e sobre a consciência humana, que podem ser descobertos através da aplicação da razão e da racionalidade na ciência ou através de métodos interpretativos hermenêuticos.

A emergência de teorias sociais pós-estruturalistas e pós-modernistas dentro de uma variedade de disciplinas, veio desafiar esta epistemologia realista (Hare-Mustin & Marecek, 1990a), e representou aquilo que Harré e Gillett (1994) designaram por segunda revolução cognitiva. Esta revolução deu origem à Psicologia Discursiva (Harré, 1995). Este desafio pode ser atribuído ao crescente interesse no papel e função da linguagem, na construção social da experiência e da consciência humanas. A “viragem para a linguagem” está assim reflectida no desenvolvimento da análise do discurso e da pesquisa da análise discursiva dentro da psicologia social (Potter & Wetherell, 1987).

Para Harré e Gillett (1994) podem-se referir três princípios fundamentais que caracterizam esta nova psicologia:

1. Muitos fenómenos psicológicos devem ser interpretados como propriedades ou características do discurso; o discurso pode ser público ou privado, sendo o comportamento o discurso público e o pensamento o discurso privado;
2. Os usos privado e público dos sistemas simbólicos, que nesta perspectiva constituem o pensamento, derivam dos processos discursivos interpessoais, que são a característica principal do ambiente humano; e
3. A produção de fenómenos psicológicos no discurso, tais como emoções, decisões, atitudes ou formas de ser (personalidade) etc, dependem da competência dos actores, do seu posicionamento relativo na comunidade e das narrativas que desenvolvem.

Por ter apostado na retórica da cientificidade (McGrath, Kelly & Rhodes, 1993), para ganhar o respeito de que disfrutavam as designadas ciências duras (Hare-Mustin & Marecek, 1990; Llombart, 1995) a psicologia social tem resistido

à aproximação discursiva, que questiona, precisamente, a pertinência do positivismo e do enfoque de cientificidade, para a compreensão da realidade social. Enquanto o positivismo trata a linguagem como um espelho da realidade reflectindo um mundo “lá fora” (Morrow, 1994), as novas abordagens referem que os termos não são simples “utensílios” para ligarem objectos a algo que existe “lá fora” (Vogel, 1995).

Por outro lado, a necessidade de “objectividade” a que recorre a aproximação científica para se legitimar, acaba por relegar para segundo plano as dimensões ideológica e política necessárias, se se pretende que as propostas apresentadas tenham relevância social, mascarando os pressupostos políticos que estão presentes em qualquer leitura da realidade social (Llombart, 1995; Morrow, 1994).

Como refere Llombart (1995) as teorias, os métodos e os resultados têm subjacente uma base política, e é essa base que permite que determinado problema seja considerado pertinente, que se considerem determinadas relações entre entidades e não outras, assim como que leitura dos resultados que se vai realizar para as relações que se estabelecem.

“Já não se trata de se estabelecer unicamente a existência de uma *psicologia política*, que tanta pertinência está a ter neste momento. Trata-se, também, de iniciar uma *política da psicologia* que permita reconhecer reflexivamente o modelo da realidade social que cada programa de investigação está a construir” (idem, 1995, p.167).

Assim, e nesta perspectiva, a análise do discurso permite introduzir de uma forma aberta e explícita a dimensão política, quer na definição e interpretação dos fenómenos estudados quer na forma como são abordados (idem, 1995). Como refere Parker (1992), a análise do discurso tanto se pode considerar um sintoma, como uma cura, para a disciplina da psicologia social. Um sintoma, porque a preocupação com a linguagem na psicologia contemporânea representa a evasão de muitos académicos de uma forma de opressão material da psicologia tradicional, mas também uma cura, porque esta atenção com a linguagem pode, por seu lado, facilitar uma politização progressiva da vida quotidiana. Esta posição

representa uma ambivalência para a disciplina já que implica um afastamento do modelo de cientificidade que tem sido até agora a sua principal fonte de legitimidade (Llombart, 1995).

ORIGENS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Pode-se dizer que existem muitas influências para a “viragem para a linguagem” na psicologia social.

Embora só muito recentemente os psicólogos sociais se tenham dedicado ao seu estudo, existem numerosas razões para os psicólogos se interessarem pela linguagem. Esta é tão central em todas as actividades sociais que seria difícil imaginar a comunicação sem ela. “A linguagem é sem dúvida, o mais poderoso e eficaz sistema de comunicação - o atributo mais tipicamente humano e universalmente reconhecido como único do homem” (Bitti & Zani, 1993, p.93).

A linguagem não é apenas um código para a comunicação, mas está completamente envolvida no processo de pensamento e compreensão (Potter & Wetherell, 1987). Os autores da análise do discurso referem a importância da linguagem para a psicologia social já que esta é a forma mais elementar e penetrante de interacção entre os indivíduos, sendo que parte das actividades humanas são realizadas através dela (idem, 1987). Na perspectiva da análise do discurso a linguagem parece dirigir as percepções dos indivíduos e “faz coisas” acontecerem, construindo e criando as interacções sociais e os diversos mundos sociais (Coulthard, 1977). Assim, os diversos textos sociais, sejam eles escritos, falados, *spots* publicitários, ou comportamentos não verbais (Parker, 1992) têm um papel de construção da própria vida.

A análise do discurso coloca desafios importantes às pesquisas tradicionais e fornece uma metodologia para a interpretação dos textos sociais, não sendo apenas mais um tópico para os temas da psicologia social. Tem os seus

fundamentos na filosofia, na sociologia e na teoria da literatura (Llombart, 1993; Potter & Wetherell, 1987) e nos trabalhos de determinados grupos de autores. Aqueles que participaram e exacerbaram a já designada “crise” na psicologia social, chamaram a atenção para a importância do significado e das descrições fornecidas pelos indivíduos relativamente aos seus comportamentos (Gergen, 1973,1982; Harré, 1979,1983; Shotter, 1975,1984). Por outro lado autores como Derrida, Foucault (1972, 1979) e Lyotard (1989) contribuíram com as suas análises para o movimento pós-estruturalista e pós-modernista que tem influenciado a ciência e nomeadamente a psicologia social (Parker, 1989). Todos estes autores chamavam a atenção para a importância que a linguagem desempenha na construção da realidade social.

No que diz respeito à referência específica da linguagem, os estudos mais importantes sobre esta temática foram desenvolvidos pelos linguístas sob forte influência de Noam Chomsky. De acordo com Chomsky (1975) a linguagem possui uma estrutura profunda de representação do significado, um conjunto de regras transformacionais relacionadas com a estrutura cognitiva dos sujeitos. O seu trabalho, relativamente ao conjunto de regras gramaticais foi fundamental porque ele não via essas regras como uma forma económica de descrição, mas sim como estruturas cognitivas psicologicamente reais. Essas regras eram encaradas como representações dos sistemas cognitivos.

Em contraste com as teorias de Chomsky, os autores actuais estão mais interessados em compreender como os indivíduos realmente usam a linguagem uns com os outros, no decurso das interacções sociais.

A filosofia da linguagem e especificamente a teoria dos “actos linguísticos” (speech acts) foi uma influência fundamental para a análise do discurso.

“Da noção de base (...) segundo a qual “falar é agir”, exercer uma actividade, têm com efeito brotado numerosíssimos trabalhos centrados na consideração da linguagem do ponto de vista dos actos executados pelo falar e no falar: esses trabalhos (...) são a expressão de uma única direcção de pesquisa que tem as suas origens, fundamentalmente, nas

formulações de Austin (1962) e Searle (1969)” (Bitti, & Zani, 1993, p.114).

Esta visão social da linguagem, de que falar é “fazer algo”, é importante, já que as práticas discursivas são genuínas práticas sociais situadas num espaço interhumano e têm efeitos concretos sobre a vida social e cultural (Llombart, 1995; Potter & Wetherell, 1987). Por outro lado, ao chamar a atenção para o facto da teia de convenções sociais desempenhar um papel importante na realização das acções através do “falar”, o investigador fica sensibilizado para certas componentes do contexto social em torno do uso da linguagem.

A função da linguagem não consiste na procura de uma descrição da realidade exterior, mas pelo contrário, e segundo Wittgenstein (1953, cit. Llombart, 1995) constitui uma ferramenta que permite “jogar” com a realidade, reproduzindo-a, resistindo-lhe ou mudando-a. O trabalho de Wittgenstein, que tem um papel importante de precursor filosófico para a perspectiva relativista da linguagem, enfatiza a natureza interactiva e convencional desta como prática social, retirando-lhe qualquer significado fixo fora do contexto em que é usada (Augoustinos & Walker, 1995).

Derrida (cit. Burr, 1995) é talvez o autor que mais defende a posição de que nenhum texto tem um significado único fixo: todos os textos são passíveis de interpretações pluralistas e portanto distintas, os significados não são sempre imediatamente evidentes, sendo que muitas vezes o que não está num texto pode ter mais significado do que aquilo que lá está expresso. Para Derrida, todas as categorias e todos os textos são passíveis de desconstrução (Augoustinos & Walker, 1995).

A linguagem não surge num vazio social, pelo contrário, estrutura-se num espaço sócio-histórico e representa um conjunto de práticas de produção de significados. Segundo Shotter (1989) estes significados não se retiram nem da experiência dos indivíduos nem dos seus genes, mas sim da história da nossa cultura. E é precisamente a colocação da actividade discursiva num contexto temporal mais amplo, assim como a sua ligação com as instituições sociais que

regulam a vida social, que permite que se procure as condições que facilitaram a emergência de determinado discurso, indo assim mais além do contexto concreto onde se produz a interacção (Llombart, 1995).

DEFINIÇÃO DE ANÁLISE DO DISCURSO

Depois de se ter referido o papel crucial da linguagem na construção da experiência humana, é importante pensar-se de que forma ela é estruturada. Autores como Foucault (1972; 1979) e Parker (1992), por exemplo, referem que a linguagem é estruturada num número de discursos, e que o significado de cada significante depende do contexto do discurso em que foi usada. Os termos discurso e análise do discurso estão a ser cada vez mais usados na literatura da psicologia e especificamente na da psicologia social, e isso implica que a sua definição seja abordada, já que estes termos podem ter significados diversos dependendo das tradições teóricas dos autores que os utilizam (Burr, 1995).

Segundo Potter e Wetherell (1987) quando se fala de análise de discurso e da sua definição, apenas se encontra um ponto em comum: a completa confusão de terminologia. Esta confusão deve-se à abundância de trabalhos que começaram a surgir, ao mesmo tempo, em muitas áreas científicas como a psicologia, a sociologia, a linguística, a antropologia, os estudos literários, filosóficos, de comunicação social, etc, e que têm evidentemente, diferentes perspectivas teóricas. Como referem, este é um domínio em que é possível ter duas referências sobre análise do discurso sem nenhuma intersecção de conteúdo entre elas.

Segundo Iñiguez e Antaki (1994) não existe uma única definição de Análise do discurso que possa conter toda a variedade de teorias e práticas que actualmente se encontram sob esta designação. No que diz respeito às definições da Análise do discurso, existem várias, desde orientações mais linguísticas até mais psicossociológicas e nenhuma pretende ser absolutamente definitiva.

Burr (1995) identifica duas abordagens no estudo do discurso, provenientes de duas tradições que, não sendo incompatíveis, reflectem apenas preocupações distintas dos seus proponentes. Assim, pode-se distinguir uma linha proveniente das tradições filosóficas do estruturalismo francês e do pós-estruturalismo cujas preocupações se centram essencialmente nas questões da identidade, “selfhood”, mudança social e pessoal e relações de poder (Parker, 1992). Outra orientação com diferentes tradições, assume igualmente a existência de uma variabilidade essencial do significado da linguagem, mas está mais próxima da teoria dos “actos linguísticos”, da análise conversacional e da etnometodologia. Uma linha produtiva de pesquisa, nesta última perspectiva, focalizou-se sobre as qualidades performativas do discurso, isto é, o que os indivíduos fazem com a sua fala ou escrita e o que pretendem obter. A pesquisa e a literatura acerca do discurso, nesta tradição, centra-se na análise de como as explicações são construídas assim como nos efeitos produzidos (Edwards & Potter, 1992; Potter & Wetherell, 1987). Assim, enquanto os primeiros referem o termo discurso, os segundos preferem usar o termo repertórios interpretativos.

Começaremos por analisar os repertórios interpretativos e seguidamente os discursos, por nos situarmos mais nesta segunda perspectiva fazendo dela, por isso, uma análise mais alargada.

Repertórios interpretativos

Para os autores que se inserem nesta perspectiva, o termo discurso é utilizado num sentido amplo que cobre todas as formas de interacção verbal, formal e informal, assim como os textos escritos (Potter & Wetherell, 1987). A sua preocupação não é o discurso em si, mas o melhor conhecimento da vida social e da interacção social que o estudo dos textos sociais pode permitir.

Nesta perspectiva os indivíduos são encarados como “utilizadores de discurso” (Burr, 1995), isto é, os indivíduos usam e manipulam a linguagem e o discurso para os seus próprios fins. Potter e Wetherell (1987) designaram o

conceito de repertório interpretativo como uma forma de compreensão dos esquemas linguísticos que os indivíduos utilizam, na construção das descrições dos acontecimentos. Os repertórios interpretativos são, portanto, os “blocos de construção” que os indivíduos utilizam para construir versões das acções, dos processos cognitivos e doutros fenómenos. Qualquer repertório particular é constituído por um número restrito de termos usados de uma forma gramatical e estilística específica, podendo surgir de algumas metáforas.

Segundo Burr (1995) os repertórios interpretativos podem ser encarados como um tipo de ferramenta que os indivíduos utilizam para os seus próprios fins. Quando existe consistência nas descrições, esta não está localizada no indivíduo que fala, mas na existência de um repertório que todos usam. Deste modo os repertórios não pertencem aos indivíduos, são pelo contrário, uma espécie de recurso social, disponível para todos os que partilham uma linguagem e uma cultura. Estes repertórios interpretativos têm como função permitir que os indivíduos justifiquem as versões particulares de acontecimentos, se desculpem ou validem os seus comportamentos, evitem a crítica ou, pelo contrário, mantenham uma posição credível numa interacção. Nesta perspectiva, os indivíduos são participantes activos da vida social, ocupados em construir descrições (para vários fins), mas sem que exista nenhum conteúdo psicológico interno nos indivíduos que dirija os seus comportamentos (Potter & Wetherell, 1987). O contexto específico e funcional no qual a fala ou o discurso é mobilizado em situações específicas, é particularmente tido em atenção. Definir discurso como prática situada, proporciona um enfoque social e psicológico à análise do discurso (Augoustinos & Walker, 1995).

Potter e Wetherell (1987) consideram que as componentes da análise do discurso são a sua função, a sua construção, e a sua variabilidade, e que isto caracteriza o que designam por repertórios interpretativos. Os teóricos do discurso dão particular relevância à função da linguagem já que os indivíduos a usam para ordenar, pedir, persuadir ou acusar. Esta função não pode ser entendida de uma forma mecânica pois a linguagem não é usada de forma explícita, mas com muitas subtilezas.

A análise da função não se pode limitar a categorizar peças do discurso; é necessário ter em atenção a variabilidade ao longo do tempo. Para descrever determinada pessoa a um amigo, por exemplo, os indivíduos podem usar determinadas características, distintas daquelas utilizadas para a descrever a um parente, e nem por isso, deixam de se estar a referir à mesma personagem. A ideia principal da análise do discurso é que a função envolve a construção de versões e isso é demonstrado pela variação da linguagem. No entanto, os autores não pretendem que o processo pareça necessariamente deliberado ou intencional. Pode acontecer que a pessoa que está a fornecer a descrição não a esteja a construir conscientemente; a construção emerge quando os indivíduos dão sentido a um fenómeno, ou entram em actividades sociais inconscientes, tais como queixar-se ou justificar-se.

A construção implica uma selecção activa: alguns recursos são utilizados e outros não. A noção de construção enfatiza o poder da natureza consequente das descrições.

Os analistas do discurso referem que a linguagem que os indivíduos usam é muito mais variável do que aquela que é indicada pela abordagem “realista” da linguagem, que trata o discurso como uma rede relativamente não ambígua de acções, crenças ou acontecimentos. Os investigadores que adoptam o modo realista referem que quando os indivíduos se encontram face aos mesmos acontecimentos, acções ou crenças, as suas descrições são consistentes, assumindo assim que os acontecimentos realmente aconteceram como foram descritos. A consistência nas descrições é frequentemente exagerada devido às técnicas de agregação normalmente usadas pelos psicólogos; não há razão para supôr que a consistência nas descrições seja um indicador seguro da validade descritiva, pois pode resultar de descrições que partilham a mesma função, isto é, dois indivíduos podem ter o mesmo discurso, porque simplesmente eles estão a fazer a mesma coisa com ele. Os analistas do discurso não tentam recuperar os acontecimentos, as crenças e os processos cognitivos nos discursos, ou tratar a linguagem como um

indicador de outras situações. Pelo contrário, valorizam a construção das próprias descrições.

Resumindo, os analistas do discurso (Potter & Wetherell, 1987) sugerem que:

- A linguagem é usada para uma variedade de funções e o seu uso tem uma variedade de consequências;
- Ela é construída e construtiva;
- O mesmo fenómeno pode ser descrito de diferentes maneiras;
- Pode haver uma considerável variação nas descrições;
- Não há até agora maneira de lidar com esta variação e distinguir as descrições exactas daquelas que são retóricas ou falsas;
- A forma construtiva e flexível da linguagem constitui o próprio objecto central do estudo.

Para Potter e Wetherell (1987), os indivíduos não são apenas o produto do seu ambiente agindo em função das escolhas dos repertórios interpretativos disponíveis. Assumem que o único processo psicológico que deve ser tomado em consideração é o desejo de ter “voz” e de negociar uma posição moral viável. Pretendem assim, desvalorizar os fenómenos geralmente designados por intrapsíquicos, porque situados no interior dos indivíduos, e recolocá-los na esfera do social, no domínio do interpessoal (Burr, 1995).

Discursos

Outra tradição proveniente do estruturalismo francês e do pós-estruturalismo e cujas preocupações se centram essencialmente nas questões da identidade, selfhood, mudança social e pessoal e relações de poder, dá origem a outra abordagem ao discurso (Parker, 1992). Nesta tradição

“ Discourses do not simply describe the social world, but categorise it, they bring phenomena into sight. A strong form of the argument would be that discourses allows us to see things that are not “really” there, and that once an object has been elaborated in a discourse it is difficult *not* to refer to it as if it were real. Discourses provide frameworks for debating the value of one way of talking about reality over other ways” (p.5).

Para Iñiguez e Antaki (1994)

“un discurso es un conjunto de prácticas lingüísticas que mantienen y promueven ciertas relaciones sociales. El análisis consiste en estudiar como estas prácticas actúan en el presente manteniendo y promoviendo estas relaciones: es sacar a la luz el poder del language como una práctica constituyente y regulativa”(p.63).

Para Fairclough, (1992) discurso é um conceito difícil de definir porque há muitas definições formuladas a partir de várias teorias e pontos de vista disciplinares e que, por esse motivo, entram em conflito e se sobrepõem. É usado na linguística para referir amostras alargadas da linguagem falada e escrita, e é muito usado na análise e teoria social. Foucault (1972) usa-o quer para sugerir diferentes formas de estruturar as áreas do conhecimento e práticas sociais, quer para se referir ao desenvolvimento mais amplo e histórico das práticas lingüísticas. Os discursos não reflectem ou representam só entidades e relações sociais, eles constroem-nas ou constituem-nas. Diferentes combinações de discursos relativos a mudanças sociais específicas, produzem um novo e complexo discurso.

A perspectiva de Fairclough (1992) enfatiza o conceito tridimensional do discurso. Qualquer acontecimento discursivo é visto como sendo simultaneamente: (1) uma peça de texto; (2) uma prática discursiva; e (3) uma prática social, respeitante às circunstâncias institucionais e organizacionais do acontecimento discursivo.

Para Llobart (1995) a união entre o discurso e a realidade social, cultural, política ou de outra ordem, não se localiza nem no sujeito psicológico que fala, nem nas suas intenções, nem nos temas que o obcecaram, nem na sua pertença a

grupos ou ideologias bem definidas, localiza-se sim, nas condições de produção desse discurso. Devido ao seu carácter construtivo da realidade social, o discurso tem um efeito decisivo no modo como se configura o mundo social. As práticas discursivas são afinal práticas sociais, produzidas através de relações de poder concretas, numa época determinada; estas relações, por seu lado, apontam para certos efeitos que regulam e controlam a ordem social (idem, 1995).

A mesma autora apresenta a forma como as práticas discursivas e as relações de poder se articulam:

1. Trata-se, em primeiro lugar, de questionar o tipo de acções que se efectuam ao realizar uma interacção comunicativa;
2. Em segundo lugar, procura-se pôr a descoberto as condições de produção que permitem que em determinado contexto, um discurso tenha prioridade sobre outros;
3. Finalmente, investigam-se as consequências que estas acções discursivas têm na realidade social.

Sintetizando, pode-se dizer que um discurso é difícil de definir porque pode referir-se a um conjunto de significados, metáforas, representações, imagens, histórias, frases, etc, que conjuntamente, produzem de alguma forma, uma versão particular dos acontecimentos (Llombart, 1995). Refere-se a uma determinada “pintura” de um acontecimento (de uma pessoa ou grupo de pessoas), uma forma particular de as representar. Uma vez que através da linguagem são potencialmente disponíveis uma multiplicidade de versões alternativas de acontecimentos, então, sobre qualquer objecto, acontecimento ou pessoa, podem existir uma variedade de discursos diferentes, cada um com uma maneira diferente de o representar para o mundo. Cada discurso fornece a um objecto uma “natureza” diferente daquela que outro discurso forneceria, isto é, reivindica para si ser considerado “verdade”, estando ausente desta perspectiva qualquer referência a conceitos essencialistas, que podem sugerir a existência de um certo tipo de pessoa, ou de certa “personalidade”. Aquilo que os indivíduos dizem, as

suas “crenças” e “opiniões” não são uma “rota” para o acesso ao mundo privado e por isso não podem ser encaradas como manifestações de qualquer condição interna essencial tal como temperamento, personalidade ou atitude. Elas são apenas manifestações de discurso, aproximações de representações dos acontecimentos sobre a vida social, que têm a sua origem não na experiência privada dos indivíduos, mas na cultura discursiva em que elas habitam. Um discurso acerca de um objecto pode manifestar-se nos textos, na fala, numa conversação ou numa entrevista, em novelas, jornais, artigos ou cartas, em imagens visuais como anúncios de publicidade e filmes ou mesmo nos significados associados ao vestuário utilizado (idem, 1995). Tudo o que acarrete significado pode sugerir a presença de um ou mais discursos, e como parece não haver nenhum aspecto da vida humana que esteja isento de significado, tudo o que nos rodeia pode ser considerado “textual” de tal modo que a “vida como texto” se pode considerar a metáfora subjacente à abordagem do discurso (Burr, 1995).

A noção acerca do carácter discursivo da realidade dá muitas vezes origem a uma polémica que, de forma perversa, acaba por retirar importância aos tópicos em análise (Llombart, 1995). Esta autora refere que para não se cair nesse tipo de armadilha, basta assumir que, mesmo que se aceite que determinado objecto tem uma determinada realidade fora do âmbito discursivo (veremos adiante a problemática do “extra-discursivo”), a forma como esse objecto se apresenta no discurso está revestida de uma realidade totalmente distinta.

As articulações do discurso

Referimos atrás que a perspectiva cuja tradição assenta nas ideias pós-estruturalistas se preocupa mais com as questões da identidade, das estruturas e práticas sociais, assim como com as relações de poder.

Pode-se dizer que os discursos oferecem uma possibilidade dos indivíduos compreenderem as suas experiências e os seus comportamentos (assim como os dos outros). No entanto, podem ser encarados como associados às estruturas e

práticas sociais de forma que acabem por mascarar as relações de poder que operam numa sociedade (Parker, 1992). Face a estas constatações parece importante analisar (ainda que brevemente) a relação entre discurso e identidade por um lado, assim como a sua relação com as estruturas e práticas sociais. Para tal seguiremos as análises apresentadas por Burr (1995) no seu capítulo *What does it mean to have power?* .

Na perspectiva da análise do discurso, a identidade é conseguida pelo “entrelaçar” de diferentes componentes, contruídos através dos discursos disponíveis na cultura, como o discurso do género, da idade, da raça, da orientação sexual etc. Normalmente as alternativas são limitadas, visto que só se pode ser, por exemplo, sexualmente “normal”, isto é, heterossexual, ou “anormal” ou seja, homossexual. Isto significa que os discursos da sexualidade disponíveis na sociedade, oferecem um “menu” restrito para a “manufatura” da identidade sexual.

As diferentes versões dos discursos disponíveis combinam-se entre si, de forma a construírem a identidade. A juventude por exemplo, tem sido representada de maneiras diferentes, seja como desenvolvimento e mudança, período de crise de identidade, não conformidade; no entanto, para além disso, as diferentes versões da juventude são afectadas pelos discursos do género, da etnicidade, da classe, isto é, são afectadas pelas versões disponíveis de outros discursos.

Assim, pode dizer-se que existem uma variedade de discursos alternativos para qualquer aspecto da vida dos indivíduos, cada um oferecendo uma versão diferente do que representa por exemplo, ser jovem, homem, estudante, empregado, deficiente, etc. Mas, se algumas vezes a combinação das identidades fornecidas pelos discursos provenientes das diferentes componentes, não constitui problema, noutras o mesmo não se verifica. Esta questão é para nós particularmente importante, no que diz respeito à problemática do género associado a posições de liderança. Por exemplo, um jovem que entra na universidade adopta forçosamente a identidade de “estudante” porque os discursos prevaletentes de juventude e de educação têm muito em comum: a juventude como um tempo de desenvolvimento, exploração e agilidade mental e física,

“liga” bem com o discurso da educação que se representa como um processo de auto-desenvolvimento e preparação para a idade adulta. Os discursos da ciência e do género são também bons exemplos desta aliança. Ciência e masculinidade colocam-se entre si poucos problemas. A ciência é encarada como algo lógico, objectivo e livre ou isento de valores. A masculinidade está imbuída de racionalidade e de uma habilidade para manter as emoções afastadas do pensamento e do julgamento, para além de se construir num campo de significados abstractos e universais como a ciência. O homem que se torna cientista, pode esperar poucos problemas de identidade. Mas, para as mulheres, esta é uma área de conflito potencial e de confusão. Os discursos prevalentes de feminilidade sugerem emocionalidade, falta de lógica e intuição, atributos que não se associam à noção de ciência. As mulheres que pretendem fazer ciência enfrentam o problema de como se sair bem, relativamente à sua identidade, sem parecerem, ou mulheres pouco apropriadas, tipo “mulheres-homem” ou “más cientistas”.¹

Assim, uma multiplicidade de discursos está constantemente em acção para cada pessoa, construindo e produzindo a identidade, que não se origina dentro da pessoa, mas no domínio social, através da linguagem. Apesar das identidades não serem fixas ou determinadas por qualquer tipo de natureza essencial, não quer dizer que sejam arbitrárias ou adaptadas ocasionalmente, isto é, assumir que as identidades são socialmente construídas através do discurso não quer dizer que essas identidades sejam acidentais.

A relação entre os discursos, as estruturas e as práticas sociais é igualmente importante porque os discursos estão intimamente conectados com a forma como a sociedade funciona e está organizada.

Numa sociedade de economia capitalista as instituições como o direito, a educação, o casamento, a família e a igreja dão corpo e substância ao dia a dia de

¹ Vivien Burr dá o exemplo muito local da ex. Primeira Ministra Inglesa: seja o que for que se pense de Margaret Thatcher a sua identificação como política, mulher, mãe e esposa não parecem jogar muito bem entre si.

todos os indivíduos, porque oferecem posições sociais e estatutos: a economia capitalista torna os indivíduos trabalhadores, empregadores e desempregados, o casamento e a família implicam que os indivíduos podem ser casados, solteiros ou divorciados, mães, pais ou casais sem filhos, a educação divide os indivíduos em vários níveis, desde analfabetos a doutorados. Cada uma destas formas de estruturar a sociedade é concretizada todos os dias através das práticas sociais.

Os discursos prevalecentes de feminilidade frequentemente constroem as mulheres como dando apoio e suporte afectivo, cuidando de outros, ligadas à natureza, emocionais, empáticas e vulneráveis. A implicação imediata deste discurso surge nas recomendações para as mulheres tomarem conta das crianças, porque as mais capazes e as menos adequadas para posições de topo ou posições de responsabilidade na gestão das organizações.

Os discursos que formam a identidade estão intimamente ligados às estruturas e as práticas sociais que existem na sociedade, parecendo ser do interesse de determinados grupos que certos discursos (e não outros) recebam a designação de "verdade". Se se aceitar que os homens, relativamente às mulheres, têm mais poder, e ocupam uma posição mais vantajosa na sociedade, compreende-se como os discursos prevalecentes de feminilidade servem para manter a desigualdade de poder.

Ao analisar a relação entre estruturas sociais, práticas sociais e discursos que são do interesse de alguns grupos mais poderosos, é necessário que se tenham algumas precauções.

Em primeiro lugar, não se deve aceitar a ideia de que, pelo facto dos discursos serem dominantes, eles tenham uma posição assegurada; outros discursos alternativos podem competir com os mais fortes, sugerindo mudanças. As mudanças que se podem realizar dependem também da forma como a sociedade está organizada.

Em segundo lugar, é necessário ter uma posição crítica face à possível união entre discursos dominantes e intervenção directa dos grupos poderosos. É importante ter em conta a noção de resistência, e a ideia de que não se pode

assegurar que determinado discurso venha a produzir resultados mais positivos do que os anteriores (Foucault, 1972).

As articulações dos discursos com o poder.

A ideia que os discursos que se utilizam têm importantes implicações políticas, que devem ser investigadas se existir interesse na mudança social, é um aspecto importante a reter nesta abordagem. Apesar dos discursos fornecerem uma base para a experiência do dia a dia e servirem vários propósitos de controlo social, este processo não é reconhecido pelos indivíduos como tal. Como referia Foucault (1979) um aspecto essencial da operação do poder, consiste no facto deste ser tolerado porque essencialmente mascarado; neste sentido, o sucesso do poder é proporcional à sua habilidade para esconder os seus mecanismos. Se os indivíduos se apercebessem que são controlados, eles não se manteriam nessa posição.

Para esclarecer a forma como o poder interfere na articulação dos discursos e na construção das identidades, passaremos a apresentar alguns exemplos de trabalhos efectuados numa perspectiva construcionista social, utilizando também a análise do discurso, e que apresentam resultados que permitem esclarecer o modo como o poder funciona.

Um exemplo de grande interesse que esclarece esta problemática diz respeito às análises construcionistas sobre o “amor romântico” (Averill, 1985; Burr, 1995; Kitzinger, 1989; Wetherell, 1995). Este discurso do amor romântico, como forma de modelar pensamentos, emoções e comportamentos pode ser considerado como um dos mais prevacentes na sociedade ocidental contemporânea. Em primeiro lugar representa-se como uma característica “natural” do ser humano, com uma função de vínculo quase exclusivamente heterossexual, funcionando como uma espécie de vinculação emocional que fortalece a relação sexual entre um homem e uma mulher. O amor é a base do

casamento e da vida familiar, sendo o casamento a culminação apropriada e natural da aliança romântica.

No entanto, os discursos sobre o amor romântico, o casamento e a família podem também ser encarados como formas de se falar da vida, formas de a construir, viver e representar que mascaram arranjos sociais particulares. Por outras palavras, uma outra análise deste discurso pode indicar que os indivíduos podem (de livre vontade) escolher formas de vida que não são do seu exclusivo interesse, mas sim de grupos dominantes da sociedade. Um exemplo desta perspectiva está representado na análise clássica marxista do casamento e da família. Refere-se o seu papel, crucial para a manutenção da economia capitalista, uma vez que as mulheres asseguram a estabilidade afectiva e de manutenção familiar, para os seus maridos representarem uma força produtiva eficaz. As mulheres também asseguram a reprodução de forma gratuita: "produzem" trabalhadores. A ideia de salário familiar (um ordenado que permita a um homem poder sustentar toda a sua família) serve para legitimar a posição das mulheres como fornecedoras de serviços grátis às suas famílias. Segundo Burr (1995) esta análise marxista representa uma outra construção acerca do casamento e da família. O grupo representado pelo discurso do amor romântico/casamento/família, é a versão dos acontecimentos mais comum e mais compreendida pelo senso comum. A análise marxista apresenta razões para a constituição de uma família, que provavelmente estariam ausentes das apresentadas pelos indivíduos. Esta ideia reforça precisamente o impacto do discurso do amor romântico que redefine um arranjo económico, numa narrativa de benefícios mútuos, numa relação de "caring" livre, com base em escolhas emocionais e pessoais: homens e mulheres casam-se porque se amam, mas as mulheres tratam dos maridos e das famílias que amam.

Para Foucault (1979) o poder exercido através destes discursos tem sido eficaz, na medida em que tem conseguido obscurecer a sua operação através da difusão do amor romântico do casamento e da família. Mas estes discursos não representam, como já se disse, uma inevitabilidade ou impossibilidade de alteração, já que existem pontos fracos, que podem ser atacados. Do ponto de vista

de Foucault é importante reter a ideia de que a natureza dos discursos reside precisamente no facto de poderem ser contestados por outros discursos, isto é, a ideia de poder e resistência como operando simultâneamente. Este aspecto é fundamental porque representa a chave para a mudança pessoal e social na perspectiva construcionista social.

Kitzinger (1989) apresenta uma análise da forma como discursos alternativos podem participar na construção das identidades. Através da realização de entrevistas a mulheres lésbicas, demonstra como elas são capazes de ter discursos alternativos para a formação das suas identidades como lésbicas e para se justificarem a si próprias nas relações com os outros. Para esta análise é importante ter presente o que representa o humanismo liberal, isto é, o discurso do “indivíduo”, a imagem de um ser humano que tem direito à felicidade, à auto-realização e à livre escolha de caminhos para atingir esse ideal, a afirmação da individualidade mais do que a comunalidade. Este discurso do Indivíduo, próprio do humanismo liberal, tem um peso legitimado na sociedade em termos do discurso do dia a dia, focalizando o Indivíduo como ponto de referência chave.

Esta breve análise do humanismo liberal torna-se relevante porque as entrevistas realizadas por Kitzinger mostram como as mulheres lésbicas são capazes de associar o discurso do amor romântico ao do humanismo liberal, ao fazerem descrições de si próprias, conseguindo com isso uma construção de identidade adaptativa. Este discurso sugere uma perspectiva individualista, onde a escolha da orientação sexual não é importante, e deve pelo contrário ser aceite como fazendo parte da variedade humana, onde cada pessoa toma decisões acerca do modo como pretende viver. Para a autora, estas descrições longe de serem um passo numa direcção radical e libertadora, da aceitação do lesbianismo e da homossexualidade, servem apenas para enfatizar a aparente rectidão moral das entrevistadas e possibilitar-lhes a “entrada” na categoria mais abrangente do senso comum acerca dos seres humanos. Kitzinger conclui, na sua análise, que os próprios oprimidos são activamente encorajados a construir as suas identidades de forma a reafirmarem a validade básica de uma ordem moral dominante. Este

trabalho permite compreender como as identidades são construídas através do entrelaçar dos discursos das diferentes componentes da vida (género, idade, raça, etc) que são posteriormente debatidas e trabalhadas pelas próprios indivíduos, podendo haver resistência, ou pelo contrário, combinações alternativas que acabem por adaptar discursos aparentemente competitivos. Para Kitzinger, os discursos que ameaçam o *status quo* (e conseqüentemente todos os que dele beneficiam), que desafiam explicitamente as instituições sociais existentes, terão forte resistência e serão marginalizados. O processo de construir e negociar a identidade será um processo conflituoso, se se tentar resistir aos discursos disponíveis.

Este trabalho torna mais clara a ideia de Foucault (1979) de que o poder é algo que não se pode situar apenas nos grupos dominantes. Como a análise das entrevistas realizadas por Kitzinger mostrou, mesmo os que se situam em posições marginais, podem contribuir para a validação de discursos adaptativos.

Outro exemplo que acentua o poder como algo não absoluto, e cujo acesso não é necessariamente um ponto crucial a atingir, é o trabalho de Hollway (1984) sobre o que a autora designa de discurso da “necessidade sexual do homem” (sistema de representações da sexualidade humana, formas de pensar e falar que constituem a visão do senso comum). O discurso que constrói a sexualidade masculina como uma necessidade biológica, que não pode ser ignorada e que deve ser satisfeita, dá poder aos homens, porque permite, por exemplo, que assediem as mulheres com alguma impunidade e benefício. No entanto, este discurso não dá apenas poder aos homens, já que permite que as mulheres, por seu lado, detenham o poder de “despoletar” essa necessidade, constituindo para muitos homens fonte de perigo: podem representar a possibilidade de descontrolo ou insatisfação pessoal.

Os discursos são, assim, sistemas de significados, formas de representação pessoal, dos outros, e do mundo social, constituindo não apenas o que se pensa e se diz mas também o que se sente, deseja e se faz (Burr, 1995). Podem ser

encarados como potencialmente ao serviço do poder, de uma ideologia. As ciências sociais assim como a psicologia, têm sido analisadas como uma ideologia que é construída através de vários expedientes retóricos e práticas linguísticas (Billig, 1990; Kitzinger, 1990). Esta ideologia é usada para estar ao serviço de determinados grupos na sociedade: os conceitos “científicos” de raça e inteligência são bons exemplos disso (Burr, 1995).

Assim, nesta perspectiva, pode-se dizer que os discursos obscurecem muitas vezes relações de poder, de forma que certas perspectivas de vida e de representação pessoal, podem ser encaradas, muitas vezes, como uma ilusão (Burr, 1995). Se, por exemplo, casar e ter filhos, pode ser uma manipulação do sistema capitalista patriarcal, as implicações para a natureza da subjectividade pessoal tornam-se de capital importância.

Discurso e realidade - domínio “extra-discursivo”

O contraste entre o mundo material real e a linguagem levanta algumas questões filosóficas e políticas (Potter & Wetherell, 1987). Como se referiu no capítulo anterior, um dos problemas do construcionismo social consiste na dificuldade de se distinguir entre ideias e formas de pensamento correctas ou não, o que levanta o problema do relativismo, tornando-se conseqüentemente difícil, conceptualizar a ideia de discurso e realidade. A posição relativista extrema defende que nada existe para além do discurso, que a única realidade que as coisas têm é a realidade que lhes é dada no domínio simbólico da linguagem, e sugere que os acontecimentos com efeitos importantes sobre a vida dos indivíduos, como por exemplo a economia, as condições de vida ou a saúde, são reduzidas a simples efeitos da linguagem.

Estas suposições levantam algumas questões: o discurso é “real” e por isso a análise do discurso, sugere “coisas reais”? como se relacionam os discursos com o “mundo real”? Se se mudar os discursos, isso alterará a ordem das coisas? Para Parker (1992) estas questões são as que têm vindo a ocupar a atenção de todos os

interessados no papel das práticas discursivas na construção dos fenómenos. No seu capítulo *Realism, inside and outside texts* (1992) (que seguiremos de perto neste ponto), o autor refere existirem dois temas (já antigos) que são fundamentais neste debate: o problema ontológico (a natureza dos seres e das coisas) e o epistemológico (a natureza e fonte do conhecimento).

O problema ontológico e o equacionar das suas soluções tem consequências políticas porque implica o “como” e o “para onde” as energias dos indivíduos se devem orientar para compreender e mudar o mundo. O materialismo, onde tudo o que existe depende da matéria, do mundo real, e o idealismo onde as ideias são independentes e criam as coisas que se pensa serem reais, podem considerar-se as duas posições extremas deste debate.

Numa visão materialista, o discurso deve estar relacionado com o mundo material e a análise do discurso deve estar ligada a outros modos de investigação científica. Uma posição idealista, por outro lado, tanto pode levar a uma descrição universalista da ordem das coisas, onde as explicações espirituais são fundamentais, como ao relativismo, onde o poder do pensamento para criar as coisas significa que não existe nada mais real do que as diferentes descrições, as histórias ou as teorias. Em vez de tentar mudar o mundo, o objectivo será reinterpretá-lo. Para a perspectiva idealista o discurso é uma força independente e criativa, sendo a ciência apenas outro discurso.

No que diz respeito ao debate epistemológico, apesar deste se encontrar essencialmente na instituição académica, não deixa também de ter consequências porque permite, por exemplo, a defesa de formas de pesquisa que dão poder àqueles que investigam. Num dos lados do debate, encontra-se a posição positivista da ciência e o método empiricista que sugerem que apenas o que pode ser observado, pode ser estudado e medido; nesta perspectiva a linguagem e o discurso são apenas comportamentos verbais. No outro lado, situa-se o humanismo que valoriza as variedades de experiência e de compreensão. Foi no âmbito desta perspectiva que a “viragem para a linguagem”, durante a crise na psicologia social, deu origem ao nascimento da análise do discurso.

No entanto, os dois debates entrecruzam-se, tornando as posições num emaranhado confuso que origina posições radicais, aparentemente sem soluções alternativas. Para Parker (1992) nenhuma das posições assumidas pelos pólos do debate parecem ser acertadas. Na sua opinião, é necessário que se desenvolva uma posição realista crítica para a psicologia ou uma concepção de “realidade fora do texto” que mesmo assim permita uma posição construcionista sustentável.

Assim, o autor refere a existência de três “estatutos de objecto”: ontológico, epistemológico e ético/político.

No domínio ontológico situam-se os objectos que formam a base material para o pensamento (sem corpos e cérebros o pensamento não seria possível) e as propriedades físicas e organizacionais do meio, que sugerem fenómenos sobre que pensar. Estas coisas existem independentemente do processo de pensamento humano e da linguagem. No entanto, não se pode ter conhecimento directo delas, mesmo que tornem o pensamento possível, porque o pensamento envolve um processo construtivo, de atribuição de significado.

As coisas das quais se tem conhecimento têm um estatuto de objecto diferente, isto é, um estatuto epistemológico. Pode-se dizer que as coisas, na esfera epistemológica, “entraram no discurso”: atribui-se-lhes significado e fala-se delas.

O terceiro domínio, o estatuto ético/político é visto como uma categoria especial de coisas que têm estatuto epistemológico. Objectos como inteligência, raça ou atitudes são coisas que podem ser “chamadas a existir” através do discurso, e assim ter uma realidade que pode ter efeitos reais sobre os indivíduos (sujeitá-los a discriminação ou dar-lhes oportunidades educacionais). Algumas das coisas que existem no domínio epistemológico são representações ou formas de compreensão, outras têm estatuto ontológico (por exemplo cromossomas ou electricidade) e algumas delas são coisas que foram “inventadas” através do discurso e têm estatuto ético/político (tal como a doença mental ou a personalidade). O perigo reside no facto das coisas que têm estatuto ético/político serem tratadas como se tivessem o mesmo tipo de realidade das coisas ontológicas:

“ The epistemological status of things, then, is often contested because such things pretend to represent the real (they derive from objects that really exist) when they actually merely represent items constructed in a political rhetoric (they derive typically from ideological pictures of the real). Take the notion of “schizophrenia”, for example, which has a status as an object of knowledge (epistemological), which is now supposed to rest in chromosome 5 (ontological) but which is actually distilled from debates in medical psychiatry (moral/political”(p.31).

Assim, para Parker, existe uma realidade fora do discurso, e esta realidade fornece o material a partir do qual se pode estruturar a compreensão do mundo, através do discurso. Esta realidade reside não só nas propriedades físicas dos corpos e nas possibilidades e constrangimentos da vida corporal, mas também nas propriedades e na organização do meio social e físico no qual se vive. Parker refere que se deve considerar na categoria de “estatuto ontológico” todos os aspectos do meio físico e social que estruturam a acção, já que se nasce em sociedades onde que a vida é vivida num espaço próprio (casas, escolas, fábricas etc) que estão social e fisicamente organizadas em formas que impõem constrangimentos àquilo que é possível fazer e dizer: nas sociedades ocidentais patriarcais, por exemplo, as mulheres estão frequentemente mais localizadas na esfera privada, enquanto os homens estão frequentemente juntos em espaços de trabalho como as fábricas. Como para as mulheres, a vida de todos os dias as impossibilita de estarem tão juntas, a acção colectiva necessária de levar a cabo, de forma a promoverem a sua posição no mundo, torna-se mais difícil.

Parker (1992) oferece uma solução face ao relativismo extremista, sugerindo a existência de uma realidade fora do discurso (as coisas podem pertencer a uma categoria (p.ex ético/política) e “passarem” a pertencer a outra (p. ex ontológica) devido a fins políticos.

As relações que modelam a pesquisa do discurso são parte das estruturas sociais mais amplas, e a compreensão dessas estruturas está intimamente ligada com a compreensão da mudança. Esta ideia da importância da mudança, sugere de imediato a ligação da actividade discursiva com a acção política (Llombart, 1995)

que analisaremos no último ponto sobre a importância e os limites da análise do discurso.

Os indivíduos, as práticas sociais em que se envolvem, a estrutura social onde vivem e os discursos que estruturam o seu pensamento e a sua experiência, tornam-se aspectos de um simples e único fenómeno. Isto significa que os discursos não são nem um simples produto ou efeito lateral da estrutura social, nem provêm exclusivamente dos indivíduos; estão imbuídos na estrutura e fazem parte dela, ao mesmo tempo que servem para estruturar a identidade e a experiência pessoal. Nesta perspectiva, o discurso pode ser visto também como um recurso válido para a mudança pessoal e social (Burr, 1995).

Assim, e concluindo, a função principal dos discursos é dar aos objectos um significado, um “ser”, criar o estatuto da realidade. Os discursos permitem também posicionar os indivíduos em várias posições de sujeito convidando ou obrigando a desempenhar determinados papéis ou comportamentos: um discurso publicitário, por exemplo, coloca os indivíduos no papel de consumidoras, mas muitas vezes isso é conseguido apelando também para o estatuto e identidade de mulher, pai, trabalhador etc. Parker não restringe discurso a linguagem falada e escrita: os discursos podem ser encontrados em todos os tipos de texto, tal como na publicidade, cultura popular, comportamento não verbal e manuais de instruções de auto-ajuda. Enquanto sistemas de significado coerentes, Parker sugere que os discursos têm uma presença material, quase física que, uma vez criados, proliferam na sociedade, de tal modo que existem como entidades, independentemente dos indivíduos que os usam.

Psicológico Parker não vê os discursos em termos idealistas; vê-os baseados e modelados por realidades histórica e políticas (materiais), e não subscreve o relativismo político e linguístico, ao qual algumas abordagens da análise do discurso estão associadas. Segundo Augoustinos e Walker (1995) seria justo chamar a Parker um realista crítico cujo objectivo é desenvolver uma abordagem ao discurso sensível às condições materiais e sócio-estruturais que participam para a emergência do discurso e que lhe dão forma. O sentido político

da abordagem de Parker (1990) advém da ideia de que alguns discursos funcionam para legitimar instituições existentes, reproduzir relações de poder e desigualdades entre as sociedades, e têm certos efeitos ideológicos. Nesta perspectiva a análise do discurso deve-se tornar um tipo de investigação-acção.

Critérios para reconhecer os discursos

Para Parker (1992) uma boa definição de discurso poderia ser a de um *“system of statements which constructs an object”*(p.5). Psicológico esta definição tem que ser suportada por um número definido de condições. Estes critérios terão de ser tomados em atenção quando se pretende identificar o objecto de estudo, ou seja, quando se pretende fazer pesquisa de análise do discurso. Embora o autor não se refira a estes critérios como “método”, no sentido que devem ser usados sequencialmente, ele refere apenas que eles poderão ajudar a clarificar algumas confusões surgidas depois da incorporação das ideias dos discursos em psicologia.

Como Potter e Wetherell (1987) também referem não existe “um método analítico”. Hollway (1989), ao seguir a intuição na análise das suas entrevistas produziu, segundo Parker (1992), análises muito produtivas e fascinantes.

Para Iñiguez e Antaki (1994) nem tudo pode ser considerado um discurso, existindo dois critérios centrais para o definir:

1. se pode considerar que os participantes actuam no seu papel de representativos do grupo ou comunidade em que o investigador os tenha identificado “como protagonistas” na relação social; e,
2. se o texto tem efeitos discursivos.

No que diz respeito ao primeiro ponto, a “representatividade” na análise do discurso, não faz apelo ao conceito estatístico de amostra que se considera representativa de uma dada população. Isto não significa que o participante não necessita ser estatisticamente representativo da população, mas que esteja a actuar como se estivesse nesse papel. O que é importante sobre essa pessoa, na

interacção, não são as suas qualidades pessoais, mas o facto de que é uma pessoa daquele grupo.

O segundo critério para identificar um discurso diz respeito aos seus efeitos discursivos, que não significam efeitos psicológicos individuais no ouvinte ou falante. Um texto pode ter um efeito independente da actual percepção mental da sua mensagem por parte da audiência, ou mesmo uma mensagem intencional que o falante pode imaginar. É o caso da presença das mulheres nos anúncios dos automóveis. O que é importante para o analista do discurso não é a reacção individual, mas a análise da relação da mulher como um objecto sexual (indicado pela nudez, ou pela forma como está vestida) com o carro, identificado como um objecto de consumo masculino. Os efeitos discursivos são aqueles que operam *por cima* do nível individual. Ao trabalhar os textos devemos procurar os efeitos que o material tem “por direito próprio”: que o leitor é capaz de captar. A tarefa do analista consiste em percorrer os textos procurando todas as possíveis leituras e identificar aquelas que sejam mais adequadas para a relação social que está em consideração. É obvio que outras leituras são possíveis, pois qualquer texto é ambíguo, mas a tarefa do analista é identificar a principal, a mais importante.

Para Parker (1992) existem vários critérios que lidam com diferentes níveis de análise do discurso. Para além da necessidade de certo grau de trabalho conceptual que tem de ser realizado, antes de se entrar no material é necessário parar e voltar atrás as vezes necessárias para ter em atenção as frases que se retiraram ou identificaram. Seguindo um conjunto de critérios, é possível identificar um discurso como algo dinâmico e em mudança, mas para além disso é necessário ir mais longe se se pretender que a análise seja politicamente útil.

Parker chama a atenção para alguns aspectos do discurso que estão relacionados com as instituições, com o poder e com a ideologia.

Como os discursos suportam instituições é necessário identificar as instituições que são reforçadas quando determinado discurso é usado, ou as que são atacadas ou subvertidas. E como os discursos reproduzem relações de poder é

necessário ter em atenção as categorias que são usadas, as valorizadas e as desvalorizadas no discurso.

Tendo presente que os discursos têm efeitos ideológicos, é importante mostrar como um discurso se relaciona com outros discursos. A forma como os grupos dominantes contam as suas narrativas acerca do passado de forma a justificarem o presente, previne, em muitos casos, que outros discursos minoritários possam ter “voz”.

Assim, a pesquisa da análise do discurso deve mover-se em função de critérios necessários para a identificação dos discursos e deve considerar o papel das instituições, do poder e da ideologia. Deve implicar também reflexividade acerca das interpretações que se fazem, que devem ser sempre colocadas sob escrutínio (Parker, 1992). A análise do discurso deve tornar-se uma variedade de investigação-acção, na qual o sistema interno de cada discurso e a sua relação com os outros é desafiado. Altera e permite diferentes possibilidades para “manobra” e resistência.

AS CONSEQUÊNCIAS ÉTICO/POLÍTICAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Segundo Burman e Parker (1993) pode-se considerar que a pesquisa da análise do discurso trouxe pelo menos três contribuições úteis que é importante salientar.

Em primeiro lugar, a análise do discurso incorporou na psicologia o trabalho de Michel Foucault (1972; 1979), permitindo que as ideias deste autor servissem para uma descrição crítica da função da própria disciplina (poder disciplinar). Do ponto de vista de uma desconstrução da psicologia, Rose (1990) realiza a desconstrução da psicologia social, mostrando como os seus conceitos e

práticas podem ser vistos como parte de um fenómeno geral de emergência do indivíduo tal como ele é entendido nas sociedades ocidentais.

Em segundo lugar, a análise do discurso chamou a atenção para a forma como as descrições psicológicas operam de forma a chamar a atenção para determinadas suposições. Permitiu desafiar o estatuto de “verdade” que a disciplina promove.

Em terceiro lugar, introduziu a problemática da reflexividade, agora entendida como inerente à própria teoria e pesquisa psicológica, ou seja, a avaliação crítica e pública dos processos e dos recursos interpretativos.

Uma atenção ao discurso facilitou, portanto, uma descrição histórica do conhecimento psicológico (a forma como a psicologia está construída na cultura), uma crítica à prática psicológica desafiando as suas proclamações de verdade e uma transformação nas perspectivas metodológicas.

A popularidade da análise do discurso também lhe advém da possibilidade dos seus utensílios de pesquisa poderem ser usados para moldar uma prática política. A análise do discurso é usada para comentar os processos sociais que participam na manutenção das estruturas de opressão. Na psicologia esta abordagem tem sido utilizada, por exemplo, para trabalhar o discurso racista (Potter & Wetherell, 1992), as práticas da maternidade (Llombart, 1995), e todas as questões associadas ao feminismo (Wilkinson & Kitzinger, 1995).

É cada vez mais necessária a introdução da dimensão política numa disciplina que, como a psicologia social, deve responder ao pedido de relevância que provém dos sectores afectados pelas contradições existentes na ordem social (Gill, 1995; Llombart, 1995). Não sendo a única via, a análise do discurso pode servir este objectivo. A análise do discurso ao permitir um aprofundamento da compreensão das estratégias discursivas que moldam as formas distintas de construção do meio social, ao colocá-las abertamente sob crítica, acaba por facilitar os processos de transformação não os reproduzindo.

Tendo presente que, a nível da análise discursiva, não existem critérios definidos de correspondência para decidir ou potenciar umas versões interpretativas sobre outras, isto origina um posicionamento difícil para o

investigador: não permite uma resposta fácil quando se pergunta qual é a melhor interpretação e especialmente qual a linha de acção a seguir depois da análise. No entanto, é possível assumir uma determinada interpretação (baseada não num nível metodológico, mas pragmático), se se valorizar o potencial transformador da ordem social dominante que essa interpretação acarretará. Este critério, que depende do analista, permite assumir algumas escolhas, entre versões produzidas sobre a realidade social, não tanto em função da adequação do método utilizado mas sim no que diz respeito às implicações derivantes da análise. Avaliar os efeitos de um determinado discurso (de entre uma pluralidade de efeitos possíveis), constitui uma responsabilidade ético-política. Esta posição pode apenas ser exercida se se tiver um compromisso de crítica face à ordem social dominante e não apenas numa crítica meramente metodológica. Discutir interminavelmente como se faz uma análise, o que é um discurso, qual a sua validade, etc, pode, em muitos casos, mascarar relações de poder que constringem determinadas produções discursivas. Enfatizar as discussões e argumentações meramente metodológicas sem um mínimo de crítica social, como prioritárias face a determinado estudo, ou análise, resulta na diminuição da possível repercussão pragmática dessa análise, áparte a da manutenção da ordem estabelecida (idem, 1995).

A ANÁLISE DO DISCURSO E O ESTUDO DA IDEOLOGIA NA PSICOLOGIA SOCIAL

Quando os construcionistas sociais e os analistas do discurso referem a forma como os discursos podem obscurecer relações de poder, referem frequentemente a noção de ideologia (Burr, 1995).

Pode-se assumir os discursos como sistemas de significados, formas de representação pessoal e dos outros e do mundo social que modelam a acção.

Podem ser usados ideologicamente, ao serviço do poder, mas podem também permitir espaço de exercício pessoal e de escolha (idem, 1995).

A abordagem dominante nas ciências sociais assume a ideologia como um conjunto coerente de crenças políticas e de valores que determinados partidos políticos consideram relevantes, cuja análise implica estudar os sistemas de crenças políticas formais. A ideologia concebida como um conceito neutro e descritivo que se refere a um sistema de crenças formal foi o uso predominante deste conceito pelos psicólogos. Apesar de poder ser assim concebida, esta ideia é restritiva porque restringe a definição de ideologia a um sistema coerente de crenças políticas imbuídas dentro da retórica dos partidos políticos democráticos das sociedades ocidentais, focalizando-se nos conflitos políticos e nos processos formais de tomada de decisão política.

Esta perspectiva é restritiva já que ignora o papel que a ideologia desempenha na construção da realidade social de indivíduos e de grupos (Augoustinos & Walker, 1995). Estes autores definem o estudo psicológico social da ideologia como o estudo dos processos psicológico sociais e dos mecanismos pelos quais certas representações ou construções do mundo servem para legitimar, manter e reproduzir determinandos arranjos sociais, relações sociais e de poder dentro de uma dada sociedade.

Começou recentemente a notar-se um interesse crescente por parte dos teóricos da análise do discurso, acerca do estudo psicológico social da ideologia (Augoustinos & Walker, 1995). À parte o trabalho de Billig (1982) que estabeleceu a relação entre a ideologia e a teoria da psicologia social e que escreveu sobre o papel da ideologia na vida de todos os dias das pessoas, o debate e a argumentação sobre a ideologia manteve-se quase sempre relativamente ignorado pelos psicólogos sociais (Augoustinos & Walker, 1995). Apesar da Escola de Genebra (Doise, 1986) ter introduzido o nível de análise ideológico, este refere-se à utilização dos factores ideológicos como explicação de fenómenos sociais, e não ao estudo da ideologia em si mesma.

Abordagens mais críticas assumem a ideologia como o meio pelo qual as relações de poder, controlo e dominância são mantidas e preservadas dentro de uma dada sociedade possibilitando a justificação do sistema (Jost & Banaji, 1994).

Apesar de terem ênfases distintas, autores como Althusser (1970, cit. Burr, 1995) e Foucault (1979) identificaram os sistemas de significados simbólicos e as práticas sociais como os meios principais pelos quais as relações de poder e de dominância são mantidas e reproduzidas. Foucault refere que o poder moderno não é necessariamente económico por natureza (a perspectiva marxista clássica) nem está simplesmente imbuído e é exercido pelas classes dominantes e pelas instituições do capitalismo de estado. O poder moderno é difundido e disperso através de todas as camadas da sociedade e é largamente exercido através de rituais discursivos e comportamentais que são internalizados como normas com as quais os indivíduos vivem as suas vidas diárias.

As ciências sociais e a psicologia têm sido analisadas como uma ideologia que é construída através de vários expedientes práticos e retóricos, e que é usada ao serviço de grupos poderosos na sociedade (Billig, 1990; Cushman, 1991; Kitzinger, 1990; Rose, 1990).

O artigo de Sampson (1981) *Cognitive Psychology as Ideology* oferece uma série de críticas à psicologia cognitiva designando-a como ideológica, essencialmente num sentido perjorativo já que refere ser uma distorção sistemática que serve os interesses de alguns grupos em detrimento de outros. Sugere a existência de uma perspectiva ideológica que serve os interesses e valores da ideologia dominante, isto é, suportando e reafirmando a ordem social existente. Concentrando-se na actividade pessoal interna, a psicologia cognitiva apresenta os indivíduos como impotentes ou aparentemente não preocupados com a produção de mudanças no mundo social objectivo. Este autor propõe que se conduzam estudos que sirvam uma nova ideologia, aspirando transformar a sociedade de forma a aumentar o bem estar humano e a liberdade.

No mesmo sentido se orientam as críticas de Cushman (1991) ao referir que a psicologia descontextualizada é politicamente perigosa porque os psicólogos ao apresentarem a “verdade” como emanando de uma fonte privilegiada, credenciada e neutra (ciência), relativamente a valores e interesses ideológicos, acabam por obscurecer as ideologias que estão implícitas nas suas teorias. Este autor no seu criticismo à psicologia descontextualizada, segue o movimento pós-modernista recusando todos os princípios universais e transcendentais e sugere que o construcionismo social pode oferecer uma boa alternativa para lidar com as limitações da psicologia moderna, essencialmente porque se focaliza no contexto sócio-cultural, e propõe soluções políticas. O construcionismo deseja substituir a pesquisa psicológica pura (designada de descontextualizada) pelo estudo do que é cultural, histórica, social e politicamente localizado (Cushman 1991). O construcionismo argumenta que qualquer abordagem de pesquisa está imbuída de uma certa cultura e linguagem, o que significa que serve determinada ideologia, derivada de determinada ordem moral, assim como uma hierarquia política.

Porque os psicólogos foram treinados para acreditar que deviam e podiam separar as suas pesquisas de uma ideologia psicológica dominante, eles não conseguem reconhecer a sua influência (ideologia) no seu trabalho e examinar as suas consequências (Cushman, 1991). E porque fica por examinar, a invisibilidade da ideologia acaba por modelar todo o processo de pesquisa e por isso reproduzir o *status quo* dominante.

A ideologia é um termo que pode ter uma variedade de significados (Burr, 1995):

1. *A ideologia como “falsa consciência”* é a visão frequente do Marxismo clássico, que pressupõe que os indivíduos são criaturas potencialmente irracionais porque estão ligadas a um modo de vida que as oprime, que não é do seu interesse, mas do qual não têm consciência. Esta visão implica uma perspectiva essencialista, porque assume que existem realidades fixas e verdadeiras que os indivíduos não reconhecem. Pressupõe assim a existência de

uma dada realidade, que está para além da compreensão dos indivíduos, uma versão dos acontecimentos que é verdadeira e uma que é falsa;

2. *A ideologia como "conhecimento" ao serviço do poder* sugere que uma dada versão dos acontecimentos pode ser verdadeira ou falsa, mas só é ideológica quando é usada por determinados grupos numa sociedade no sentido de sustentar uma posição. Nesta perspectiva não são as ideias que são ideológicas, mas sim o seu uso. Assim, nesta perspectiva o estudo da ideologia é o estudo do modo como o significado é mobilizado no mundo social no interesse de grupos poderosos. A ideia de que os discursos tanto podem ser libertadores como opressivos, sugere que os discursos podem ser usados ideologicamente;
3. *A ideologia como experiência vivida* refere que a ideologia está presente não só no que se pensa, no que se sente no comportamento, assim como no padrão das relações sociais. Althusser usava o termo "aparato ideológico de estado" para se referir aos mecanismos pelos quais os indivíduos são manipuladas e controladas pela ideologia. As escolas, os meios de comunicação social, a família etc, são assim aparatos ideológicos de estado, e as ideias que esses aparatos acarretam consigo não podem ser separadas das suas práticas. As ideologias têm uma natureza material já que compreendem um "pacote" de coisas materiais, práticas e ideias que estão entrelaçadas umas nas outras. Uma ideologia existe sempre num dado aparato e nas suas práticas. A ideologia invade o dia a dia e encontra-se não só nos discursos, não apenas na linguagem mas também nas práticas sociais nas quais os indivíduos se envolvem em sociedade; e
4. *A ideologia como dilema*: a ideologia do individualismo que invadiu a vida pessoal na sociedade ocidental, manifesta-se em termos de dilema já que os indivíduos pensam se se deve dar prioridade, por exemplo, à liberdade individual ou ao colectivo. Billig assume as ideologias como inerentemente dilemáticas. As ideologias não podem ser pensadas como sistemas de ideias únicos e coerentes, já que contêm em si o outro lado, em termos de dilema. Nesta perspectiva os indivíduos assumem-se como activos pensadores, capazes

de exercer escolhas e tomar decisões acerca das forças e fraqueza das ideias e valores da sua sociedade.

Segundo Ibáñez (1994a) a ideologia, longe de constituir um sistema fechado, coerente, unívoco, determinando de algum modo as interpretações da realidade, constitui antes um sistema aberto, plural e fluido, contraditório, polissêmico tolerando uma margem importante de interpretações e ligada às inserções sociais dos sujeitos, mas não determinada por ela. A ideologia permite que os sujeitos, ou reenvia aos sujeitos, a responsabilidade de construir a sua “própria” visão dos acontecimentos.

OS PROBLEMAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Dentro do paradigma científico tradicional os experimentadores são capazes de acreditar na sua neutralidade e revelar a natureza objectiva do fenómeno em estudo, supondo que os resultados não estão contaminados pela sua própria experiência e envolvimento pessoal. Desta forma o investigador reclama a objectividade e o alcance da verdade. O discurso e a retórica desta ciência moderna, colocam nos resultados da pesquisa psicológica o selo de “conhecimento” ou “verdade”, e atribuem ao investigador ou ao psicólogo uma relativa posição de poder relativamente aos objectos de estudo. A versão dos acontecimentos fornecida pelos investigadores tem maior garantia e mais “voz” do que o sujeito que participou, cuja experiência é interpretada e à qual é dado um significado, pelo investigador.

Contudo, um construcionista social e um analista do discurso consideram que a dita objectividade dos cientistas faz parte do discurso da ciência e traduz uma determinada visão e versão da construção da vida humana (Burr, 1995).

No entanto, como a desconstrução é fundamental na análise do discurso, o carácter relativista que esta implica e a natureza problemática da sua concepção de realidade, acabam por constituir, para alguns autores, os limites desta perspectiva (idem, 1995).

Se não existe verdade, mas sim discursos paralelos (como muitos radicais da análise do discurso advogam), se todas as leituras são possíveis e igualmente válidas, qual a justificação para se dizer, por exemplo, que existem pessoas oprimidas? De que modo se pode privilegiar um discurso face a outro? (Bordo, 1990; Burr, 1995; Harding, 1986).

Para Burr (1995) o relativismo da teoria da análise do discurso torna difícil justificar a adopção de uma leitura ou acontecimentos sobre os textos, em detrimento de outros. Este é um problema que decorre da própria reflexividade da teoria, ou seja, do facto desta teoria se aplicar a si própria e à sua própria prática de pesquisa (análise do discurso).

A análise do discurso não pode portanto, ser tomada como reveladora da "verdade", sendo necessário conhecer os resultados das suas próprias pesquisas e estar aberto a outras leituras potencialmente válidas. O construcionismo social como um corpo teórico e prático precisa também de se reconhecer como uma construção social (Burr, 1995).

Outras críticas apontam para a ideia de que os analistas do discurso geralmente tomam pouco em consideração a parte que os implica no próprio processo de interacção no decurso de entrevistas (Sherrard, 1991) ou mesmo que dão pouca atenção ao processo de recolha dos dados (Figueiroa & López, 1991). Estes autores sugerem que, em muitos casos, os investigadores não oferecem informação acerca dos critérios utilizados para identificar partes de discurso ou texto como semelhantes ou diferentes. Os leitores que não estão em presença da transcrição completa do texto não estão em posição de julgar o estatuto da própria leitura do analista.

Algumas críticas provêm também de dentro da própria teoria, como é o caso da versão de análise do discurso de Potter e Wetherell (1987) que é criticada pelo facto dos autores se preocuparem apenas com o trabalho analítico "dentro" dos

textos, ignorando as suas implicações políticas. Ou mesmo, como referem Burman e Parker (1993) que os investigadores são muitas vezes tentados a "fechar" o texto a leituras alternativas, além da sua própria, e neste sentido acabam por cair na mesma falta da pesquisa tradicional, cujas preocupações se centram em critérios de validade e fidelidade.

No entanto, os autores da análise do discurso apresentam a necessidade de uma acção reflexiva, porque assumem que a produção do conhecimento psico-social se situa ao mesmo nível da análise do conhecimento analisado. Esta reflexividade dirige-se aos métodos e às técnicas de investigação, como ainda à elaboração da própria teoria. Referindo também que o resultado final da análise discursiva é, ao fim e ao cabo, outro discurso susceptível de ser analisado com as mesmas ferramentas (Llombart, 1995) e que para a orientação discursiva ambos os elementos (comportamento e explicação) são socialmente construídos, assumem que a própria praxis seja também um conjunto de práticas sociais, isto é, a análise constitui(...) uma actividade construtiva que se situa no mesmo plano ontológico que o construído que se está a analisar (idem, 1995). Por isso alguns autores sugerem discussões reflexivas sobre como os seus próprios relatos ou apresentação de interpretações analíticas, foram construídos (Asmhore, 1989; Mulkay, 1985).

No entanto, valorizar e assumir a reflexividade não implica para Llombart (1995) e Burman e Parker (1993) assumir uma posição relativista extrema, o alvo máximo das críticas a esta perspectiva.

A reflexividade pressupõe uma posição igualitária entre investigadores e "sujeitos" de investigação, isto é, o analista do discurso precisa construir um espaço onde possam caber os comentários dos participantes da mesma forma que os do investigador. Mas a circularidade que uma posição reflexiva pode implicar (assumir uma interpretação como uma construção que necessita ser novamente desconstruída) também pode colocar em perigo as estratégias que permitem o

estabelecimento de um “final analítico”, a apresentação de uma determinada conclusão (Llombart, 1995).

Levar esta reflexividade às últimas consequências implica, para Llombart (1995), uma impossibilidade de definir critérios locais que permitam assinalar o momento em que se considera a análise terminada. De facto, a desconstrução do material textual através da identificação das condições de produção do discurso, dos seus efeitos ou dos usos sociais que permite, dá origem a uma nova construção. Situar a análise numa posição sócio-histórica, mostrando as suas condições de produção e os seus efeitos discursivos não diminui a força dos resultados obtidos, mostra apenas os seus limites e permite uma nova reelaboração do estudo e das suas interpretações. Esta actividade reflexiva deve estar contextualizada num marco de compromisso social dirigido para a acção.

Embora muitas das questões colocadas à análise do discurso sejam difíceis, Burman e Parker (1993) consideram que só uma posição menos relativista e radical, e ao mesmo tempo politicamente comprometida, pode resolver esse problema, através de escolhas que sejam baseadas em compromissos políticos e não em critérios de adequação metodológica.

A análise do discurso é diferente da maioria dos métodos tradicionais de investigação social, e também por isso, mas não só, não é possível descrevê-la adequadamente em termos de “receita-tipo”. Enquanto os investigadores que utilizam metodologia experimental têm à sua disposição manuais que poderão consultar sobre as análises estatísticas e o modo de interpretar os dados, na análise do discurso apenas algumas instruções podem ser dadas relativamente à análise (Parker 1992; Potter & Whetherell, 1987) pois a natureza do discurso é ela própria subjectiva e interpretativa.

Segundo Burr (1995) e Burman e Parker (1993) a análise do discurso é uma espécie de “guarda-chuva” que cobre uma ampla variedade de práticas com metas distintas e suportes teóricos diversos. Apesar de todas essas abordagens referirem a linguagem como foco de interesse e usarem-na como material básico a partir de entrevistas, registo de conversas informais, extractos de livros, etc, tipos

diferentes de análise do discurso variam em termos do que se pode fazer com um trecho de texto, assim como sobre os métodos específicos com os quais se pode construir a análise.

No que diz respeito à ligação da análise do discurso com o construcionismo social pode-se dizer que uma posição teórica construcionista social não implica necessariamente que se utilize a abordagem da análise do discurso na pesquisa, assim como usar a abordagem da análise do discurso não significa que os investigadores que a utilizam se refiram a si próprios como construcionistas sociais. O construcionismo social, com um conjunto de pressupostos teóricos, e a análise do discurso como uma abordagem para fazer pesquisa, não têm uma correspondência unívoca. Embora a análise do discurso tenha sido entusiasticamente usada por muitos construcionistas sociais como abordagem de pesquisa (Burr, 1995), estes podem usar também qualquer outro método qualitativo (Burman & Parker 1993).

PARTE II

**PERSPECTIVAS CRÍTICAS NA PSICOLOGIA
SOCIAL DO GÊNERO**

CAPÍTULO IV

O FEMINISMO - TEORIA E CRÍTICA SOCIAL

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, começamos por apresentar o feminismo como movimento social, incluindo nesta parte, a discussão de algumas definições, e passamos depois a analisar as suas origens, assim como as suas características.

Para uma melhor compreensão deste movimento utilizaremos uma divisão proposta por Kaplan (1992) sobre a existência de três vagas no movimento feminista que correspondem a diferentes períodos temporais. Para cada uma destas três vagas, apresentaremos as circunstâncias sócio-histórico-políticas do seu surgimento, assim como as estratégias que as caracterizaram, isto é, quais as reclamações mais importantes e o modo que as activistas utilizaram, para levar a cabo as suas reivindicações. Terminaremos este ponto, apresentando o que se designa por *Backlash*, movimento reactivo negativo face ao feminismo, que caracteriza muito do posicionamento actual.

No que diz respeito à teoria e crítica feminista, começaremos por apresentar as diferentes teorias feministas, por nos parecer que ao longo dessas três vagas foram coexistindo diferentes teorias feministas com objectivos bem definidos, assim como com pressupostos claramente diferenciados. Apresentaremos a teoria feminista socialista, a feminista radical, o feminismo liberal e por fim o feminismo cultural. Estas distinções são importantes porque muito do *Backlash* a que se assiste nos dias de hoje assenta em interpretações enviesadas, ou generalizações destas diferentes teorias.

As críticas feministas à ciência, e à família constituem o ponto seguinte. A emergência do pós-modernismo veio questionar muitas das noções estabelecidas na cultura e conseqüentemente nas ciências sociais, de forma que a sua influência também se faz sentir no feminismo. Terminaremos o capítulo apresentando algumas reflexões acerca das possibilidades de mudança, e sobre as alternativas

que se colocam ao nível da orientação teórica. Estas alternativas equacionam-se de forma algo paradoxal, entre o debate em torno da “igualdade”, versus o debate em torno da “diferença”, o que para muitas autoras está a representar uma paralização da acção política.

FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL

O Feminismo pode ser definido como um "movimento social cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos" (Oliveira, 1969, p.424), uma estrutura básica de consciência (Lamas, 1995) ou ainda como refere Maria de Lourdes Pintasilgo,

"o feminismo - enquanto designação que engloba movimentos do fim do século passado e movimentos sociais de hoje - é a denúncia e a luta contra as práticas sexistas. Consideram-se sexistas as atitudes, práticas, hábitos e em muitos casos, a própria legislação, que fazem das pessoas pertencentes a um sexo- e só por esta razão- seres humanos inferiores nos seus direitos, na sua liberdade, no seu estatuto, na sua oportunidade real de intervenção na vida social" (1981, p.12).

Uma vez que o feminismo se ocupa em especial das mulheres, pode ser caracterizado como a actividade de lhes dar uma “voz” e de as fazer aceder ao poder negado (Thom, 1992). Segundo Nicolson (1996), o feminismo é essencialmente uma reacção, um produto da cultura patriarcal¹.

Pode-se dizer que o feminismo é um conceito muito controverso, já que desde as suas origens até ao presente esteve sempre envolto em polémica e

¹ Embora o conceito de patriarcado possa ter uma variedade de definições, apesar de originalmente ter sido usado para descrever a autoridade do pai na família, é actualmente a forma mais comum de descrever o contexto e o processo através dos quais os homens e as instituições dominados por homens, promovem a supremacia masculina (Nicolson, 1996).

conflitos quer com grupos opositores (Lamas, 1995) quer mesmo no seio do próprio movimento (Hirsch & Keller, 1990a; 1990b).

Passaram cerca de duzentos anos desde a publicação de Mary Wollstonecraft's *A Vindication of the Rights of Woman* em 1792, talvez o primeiro livro feminista onde a autora exigia a independência económica para as mulheres, como forma de emancipação pessoal e de respeito pela igualdade. Desde aí, o mundo sofreu profundas alterações, como o foram as grandes guerras, ou correntes de pensamento como as de Freud ou Marx, que vieram alterar profundamente a compreensão do mundo social e emocional (Evans, 1994).

Segundo Kaplan (1992) é possível identificar a existência de três vagas no movimento feminista: a primeira que se situa no meio do século XIX, a segunda associada aos movimentos do pós-2ª Guerra Mundial e a terceira vaga, a actual, que muitos designam por pós-feminismo, caracterizada por fenómenos como o do *Backlash*.

A Primeira Vaga

O início da primeira vaga do feminismo é normalmente apontado para o meio do século XIX. A emancipação das mulheres de um estatuto civil dependente e subordinado, e a reivindicação pela sua incorporação no estado moderno industrializado como cidadãs nos mesmos termos que os homens (Evans, 1994), foram as preocupações centrais deste período da história do feminismo. Podem-se considerar como principais causas (históricas, políticas e sociais) desencadeadoras do feminismo, a revolução Industrial, num primeiro momento, e as duas grandes guerras num segundo momento.

"a Revolução Industrial, de que a Inglaterra² é o modelo clássico, por aí se ter iniciado e desenvolvido com todas as suas consequências sociais e culturais, altera profundamente a vida das mulheres de todos os estratos da sociedade. Enquanto o lar antigamente era uma unidade mais ou menos auto-suficiente, sendo muitos dos seus produtos de consumo diário produzidos pelas mulheres, surge agora a concorrência das máquinas, que produzem os mesmos produtos (por exemplo, roupas, sabão e velas) em grandes quantidades, mais rapidamente e a um preço mais baixo. As fábricas por sua vez necessitam mão-de-obra, atraindo as mulheres das camadas mais pobres. Nas fábricas elas são sujeitas a vários tipos de discriminação: uma das mais flagrantes é a retribuição iníqua em comparação com os homens, chegando o seu salário, muitas vezes a metade do salário masculino. Além disso, continuavam a executar todo o trabalho doméstico. Esta vida acarretava muitas consequências negativas: prostituição, doenças venéreas, mortalidade elevada de crianças e mulheres em partos, subalimentação, baixa expectativa de vida- um círculo vicioso."(Lamas, 1995, p.19).

É importante referir que, mesmo nos seus primórdios, os objectivos que fizeram surgir o feminismo como movimento social foram de certo modo distintos em função quer das classes sociais, quer dos países e das suas circunstâncias sócio-políticas e económicas; enquanto as mulheres da classe trabalhadora pretendiam melhorar o nível económico das suas vidas, depauperado pelas consequências da revolução industrial, as mulheres das classes altas visavam a igualdade no mundo do trabalho e a liberdade individual.

Do ponto de vista da expressão do movimento, pode-se dizer que a publicação de Mary Wollstonecraft nos Estados Unidos, constituiu um passo importante, já que

" em 1848 o mesmo ano em que Karl Marx e Friedrich Engels publicaram o Manifesto Comunista, um grupo de 100 mulheres reuniu-se em Seneca Falls, nos Estados Unidos, (...). Redigiram um manifesto feminista, com o nome de Declaration of Sentiments. Nesta declaração de independência feminina são analisadas as relações de poder entre homens e mulheres. Enquanto que Marx e Engels definem a história como uma sequência de lutas entre as várias classes sociais, as autoras da Declaration of Sentiments vêem-na como uma sequência de lutas entre os

1 A Inglaterra está associada à difusão do feminismo, quer para toda a Europa quer para os Estados Unidos, onde haveria de ter um impacto importante.

dois sexos, com o domínio masculino a estender-se para além da exploração económica, tendo por isso um carácter mais essencial" (Lamas, 1995, p.17).

Entretanto em Inglaterra, um teórico importante foi John Stuart Mill que, juntamente com sua mulher, escreveu o livro *The Subjection of Women*, tendo defendido na Câmara dos Comuns a igualdade cívica das mulheres e dos trabalhadores, assim como o controlo da natalidade como condição indispensável à emancipação feminina (idem, 1995).

As principais reivindicações desta vaga foram essencialmente pelo direito ao voto, pelo qual o movimento sufragista se caracterizou e pelo acesso ao estatuto de 'sujeito jurídico'. No entanto, ainda durante o período da primeira vaga, é importante não esquecer a importância das duas grandes guerras para o movimento do feminismo e para a posição social das mulheres em geral. Com os homens a combater, foi pedido às mulheres que desempenhassem muitas das funções até aí atribuídas aos homens. No entanto, esta situação é encarada de forma contraditória: enquanto alguns autores pensam que o facto das mulheres terem mostrado competência e muitas terem assumido posições definitivas no mercado de trabalho, constituiu um dos factores mais importantes para a sua emancipação (Powell, 1993), outros pensam que constituiu apenas mais uma das situações, típicas de casos de emergência, onde as mulheres são requisitadas, para posteriormente, (quando deixa de ser necessário) se voltar a falar da sua importância e da relevância do desempenho dos seus papéis na família (Davidson & Cooper, 1986; 1992; Kaplan, 1992).

Esta situação parece sugerir que a necessidade do trabalho das mulheres durante períodos específicos, pode implicar mudança na sua posição e nos papéis que desempenham. Mas, conforme as análises o demonstram, o facto de no final das guerras, haver um forte desejo para que tudo volte à "normalidade" e à "estabilidade" do período de paz (Braybon, 1981), indica que muitas destas "conquistas" podem ser ilusórias.

Uma outra autora que realizou um trabalho sobre as mulheres durante a segunda guerra mundial, reforça também esta ideia. Apesar do desafio e das expectativas de mudança durante a segunda guerra mundial, o que aconteceu foi uma continuidade relativamente às atitudes e às práticas face às mulheres; continuidade desde o pré-guerra, quer nos domínios do trabalho doméstico quer no trabalho fora de casa, remunerado (Summerfield, 1984). Assim, a expansão das oportunidades de emprego durante e após a guerra não significou maior igualdade para as mulheres no trabalho; pelo contrário, existiram pressões contraditórias no que diz respeito à resposta das mulheres a essas oportunidades. Se, por um lado, as mulheres foram encorajadas a assumir os trabalhos que lhes eram oferecidos, por outro lado, eram "bombardeadas" com mensagens contraditórias, que acentuavam que o seu verdadeiro lugar era em casa a tratar da família. O discurso típico dos anos 50, que referia os malefícios psicológicos que uma mulher casada e com filhos a trabalhar fora de casa, poderia provocar nos seus filhos, constituiu uma mensagem de desencorajamento, provocando sentimentos de culpa e ansiedade para as mulheres que assumiam múltiplos papéis. A ideia de que o casamento, a casa e a dependência eram as condições apropriadas às mulheres não só sobreviveram aos desafios da guerra, como foram também determinantes das políticas face às mulheres.

"Durante muito tempo descrita como emancipadora para as mulheres, a guerra, cujos efeitos psicológicos e sociais se fazem sentir para além da cessação das hostilidades, e em particular a Grande Guerra, surge então como profundamente conservadora, na medida em que, longe das aspirações igualitárias e das questões de identidade, fomenta, mesmo no feminismo, o triunfo de um pensamento dicotómico em matéria sexual" (Thébaud, 1991, p.13),

Desta forma, afirma-se a ideia da mulher associada à esfera privada, e o homem à esfera pública³.

³ Por todas estas razões muitas das críticas feministas incidem sobre a família, como veremos adiante.

A Segunda Vaga

Quando se fala de segunda vaga fala-se da época que se situa por volta dos anos 60 e que se prolonga mais ou menos até meados dos anos 80 (Kaplan, 1992). Yasmine Ergas (1991) no seu capítulo *O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980*, refere o nítido renascimento dos indícios do feminismo por esta altura histórica, tendo começado em França e na Alemanha por volta de 1968. Este período histórico de mais ou menos duas décadas, representou uma época de grande actividade e inovação.

Segundo Kaplan (1992) o feminismo pertenceu também ao fenómeno dos denominados "movimentos sociais" do pós-guerra que criaram uma constelação única na história, já que todos esses movimentos foram caracterizados por uma grande dose de ambição: todos pretendiam renegociar o valor das hierarquias de valores e do poder⁴.

Apontam-se vários factores para o desenvolvimento do feminismo nesta época. A euforia empresarial resultante da explosão económica posterior ao pós-guerra e o rápido e conseqüente aumento dos padrões de vida em alguns países, deu às mulheres e ao seu trabalho, uma imagem completamente diferente. As mulheres foram chamadas a participar no mercado de trabalho, um convite substancialmente distinto daquele feito durante a segunda guerra mundial, já que naquela altura apenas lhes era pedido um esforço de trabalho circunstancial. O slogan da altura "o que é que os homens fazem que as mulheres não possam fazer?", foi também o resultado da observação das experiências das mulheres no seu combate diário (muitas delas viúvas de guerra) e não uma crença teórica.

Outros factores importantes para o desenvolvimento do feminismo, parecem ter sido as forças que nasceram e cresceram no interior do movimento estudantil

⁴ O conceito de direitos cívicos ganhou muita popularidade, e homens como Gandhi ou Luther King foram modelos importantes por demonstrarem que é possível ter sucesso utilizando determinadas estratégias face ao poder político.

do fim dos anos 60, assim como um conjunto de inovações tecnológicas e científicas⁵.

No que diz respeito às estratégias utilizadas para a expressão deste movimento, pode-se referir a importância de manifestações de rua, mas também o papel desempenhado pela literatura feminista.

Central em todas as expressões parecia ser a ideia da opressão feminina, opressão no trabalho mas também, e essencialmente, no seio da família nuclear. Como refere Segal (1995) o “estridente” ressurgir do feminismo como movimento de libertação das mulheres do Ocidente, no fim dos anos 60 tomou a forma de uma crítica fundamental à família. O que preocupava as feministas de então, era a percepção das mulheres como seres dependentes, subvalorizados e frequentemente isolados, essencialmente aquelas que se dedicavam à família a tempo inteiro. O criticismo feminista sobre a ideologia prevalecente da existência da família nuclear como uma instituição imutável, natural e necessária, sugeria que esta (ideologia), representava apenas uma mera glorificação hipócrita da maternidade, que acarretava desigualdades de poder entre os membros de um casal. Assim, depois do ataque promovido pelas activistas da segunda vaga, as críticas à família como uma união sancionada pela lei e pela igreja, aceleraram de forma violenta. O número de pessoas que questionavam o valor do casamento como uma instituição, a formalização do amor, assim como as questões parentais, foi sendo cada vez maior. Em muitos países, a legislação não acompanhou estes desafios e as reivindicações consequentes (divórcio, por exemplo), o que veio a dar origem a muitos conflitos (Ergas, 1991).

Durante o pico da segunda vaga dos movimentos feministas, foram utilizadas um conjunto de estratégias de protesto, todas elas visando aumentar a consciência da desvantagem feminina, quer no trabalho quer na família. Muito

⁵ Uma dessas inovações que teve um impacto extraordinário na vida das mulheres foi a invenção da pílula contraceptiva; esta possibilidade de controlo sobre as suas vidas e os seus corpos proporcionou um sentimento de liberdade até aí nunca sentido.

deste activismo político que ocorreu nos inícios da segunda vaga foi espontâneo e não planeado (Kaplan, 1992). Houve situações que foram altamente exaltadas⁶ pelos meios de comunicação social da época, como, por exemplo, quando em 1968 se queimaram soutiens, cintas e pestanas postiças, ou em 1970 as mulheres francesas ao depositaram uma grinalda dedicada " à mulher desconhecida do soldado desconhecido". Por outro lado, a mesma comunicação social, não noticiava outros acontecimentos importantes, como a intervenção feminista na política promovendo mudanças legislativas e de direitos, ou a criação de organizações internacionais (Ergas, 1991). Como refere Kaplan (1992), houve súbitas explosões de raiva, discursos inflamados, expressões exuberantes de solidariedade, campanhas bem organizadas de marchas e acções de grupo, assim como certos actos de desobediência civil, no sentido de reduzir a credibilidade de certas leis (como o foi a lei do aborto)⁷.

Todos estes acontecimentos foram importantes, não só pelo que representaram para o próprio movimento, como também porque foi através deles que a opinião pública avaliou, e em muitos casos ampliou, condenou ou aprovou a mensagem do movimento.

Existiram outras formas de protesto, que não exclusivamente o activismo público, como foi o caso da literatura feminista.

Uma das actividades mais importantes das feministas na época, foi a edição de jornais, folhetos e especialmente livros, que serviram para unir mulheres que, em diferentes países, partilhavam das ideias ou sentimentos expressos pelas mensagens difundidas.

Para além da contribuição francesa de Simone de Beauvoir com o livro *Le Deuxième Sexe* nos anos 40 (que precedeu outros livros feministas da era do pós-

⁶ Que alguns autores inclusivé denominam de "histeria" (Malpique, 1991).

⁷ Um acto que é exemplo da coragem que caracterizava as activistas daquela época, foi o facto de 300 mulheres francesas, entre elas Simone de Beauvoir, terem anunciado num jornal diário uma espécie de confissão do tipo "Eu abortei", num período em que esse acto era ilegal e punido por lei.

guerra por mais ou menos uma década), surgiram outros títulos, em língua inglesa e principalmente nos Estados Unidos da América, que acabaram por ser depois difundidos na Europa. O livro de Betty Friedan *The Feminine Mystique* (1963), o de Germaine Greer *The Female Eunuch* (1970), o de Shulamith Firestone *The Dialectics of Sex* (1971) e o livro *Sexual Politics* (1972) de Kate Millet, podem considerar-se as influências mais marcantes para o movimento feminista, influência essa que atravessou as fronteiras (Kaplan, 1992).

O livro de Simone de Beauvoir *Le Deuxième Sexe*, sendo uma referência importante para a história do pensamento feminista, sugere já alguns aspectos daquele que será o grande debate do pensamento feminista actual. A sua frase célebre "Não se nasce mulher; passa-se a sê-lo" diz respeito à ideia de que

"o papel e o lugar que as mulheres devem assumir na sociedade são-lhes impostos pelo poder "patriarcal", através de um sistema complexo de constrangimentos educativos, legislativos, sociais, económicos e não por inevitabilidade de nascimento" (Collin, 1991, p.341).

De uma forma geral é possível afirmar que o feminismo europeu da segunda vaga não foi apreciavelmente diferente na sua diversidade teórica, assim como nos seus objectivos pragmáticos, do feminismo noutras nações do ocidente. No entanto, os movimentos dos anos 70 e 80 tiveram diferentes expressões consoante os países, havendo, apesar disso, um carácter intrinsecamente internacional. Em quase todos os movimentos, quer se tenham iniciado nos anos 60 ou mais tarde, existiu sempre um grande sentido de solidariedade e "irmandade" entre as diferentes nações, situação que em grande parte se deve ao conhecimento partilhado que muitas obras feministas da época possibilitaram.

O facto de haver um grande sentido de "irmandade" não significou que os objectivos que as mulheres tinham em mente quando iniciavam as lutas fossem necessariamente os mesmos, em qualquer país da Europa (Kaplan, 1992). Enquanto algumas mulheres em determinados países, lutavam pela legalização do aborto ou pela existência de mais jardins de infância, outras trabalhavam na formulação de teoria e da prática da ciência e muitas outras produziam obras como

filmes, livros de poesia, novelas, pretendendo apresentar a visão das mulheres acerca da vida, das suas contradições e dos seus problemas.

Apesar de haver um conjunto de questões comuns, certos países tinham situações muito particulares. Por exemplo, os países da Escandinávia nunca experienciaram uma segunda vaga, nos termos dos parâmetros que a caracterizou, tendo prosseguido com os objectivos da primeira vaga dos anos 20, isto é, fazendo reformas, muitas delas conseguidas porque associadas a governos socialistas. Em Itália, distingue-se frequentemente três ou quatro vagas, e não duas. Em países como Portugal e Grécia, que emergiram de regimes ditatoriais, apenas nos últimos vinte anos, os movimentos das mulheres dos anos 70 e 80 parecem ser do tipo dos da primeira vaga. Estas descontinuidades no conhecimento social devem-se possivelmente ao efeito das duas grandes guerras, e às ideologias que governavam na época: qualquer movimento radical ou reformista no Ocidente teria ficado suspenso durante a segunda guerra mundial, e qualquer progresso nos movimentos feministas seria impossível nos países onde os fascistas⁸ tiveram poder, como foi o caso de Portugal e Espanha. Sob as ditaduras militares em Portugal, Espanha e Grécia, e os governos fascistas totalitários na Itália e na Alemanha dos anos 30, as mulheres europeias foram forçadas a voltar-se exclusivamente para o seu papel de procriadoras.

Assim, dentro das fronteiras nacionais, cada país foi produzindo o seu discurso feminista, cada país terá o seu conjunto de feministas liberais, radicais, socialistas ou culturais (à frente se analisará esta distinção), enfim cada um terá feito o seu contributo mais particular para o movimento. Por exemplo, as feministas francesas deram as suas melhores contribuições em debates mais abstracto-filosóficos, as italianas estiveram mais ligadas ao activismo político e à teoria política de esquerda, as alemãs mais orientadas para o pragmatismo e para a

⁸ Como refere Theweleit (cit Kaplan, 1992) o fascismo era uma forma extrema de misoginia, uma visão do mundo para, sobre e acerca de homens. Num mundo fascista, as políticas, assim como a coersão moral iam no sentido de convencer as mulheres que seriam altamente valorizadas apenas quando cumprissem com as suas funções inatas biológicas, da maternidade e da prestação de cuidados às crianças nas suas famílias (Kaplan & Adams, 1990).

história, as suecas e as finlandesas sendo mais reformistas e as norueguesas, dinamarquesas e portuguesas produzindo algumas obras literárias polémicas. No nosso país, a publicação em 1972 das *Novas Cartas Portuguesas* das então designadas Três Marias, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, foi um verdadeiro manifesto feminista, que deu origem a um processo judicial que, por sua vez desencadeou uma onda de solidariedade que ultrapassou as fronteiras, inclusivé da Europa.

A Terceira Vaga

Como já se viu, com "mais ou menos evidência, a emergência do feminismo como força política parece ter anunciado - e talvez realizado -, significativas redefinições dos alinhamentos políticos e dos acordos institucionais tradicionais" (Ergas, 1991, p.580). Mas, em meados da década de 80 o feminismo começou a ficar "fora de moda", e esta informação foi sistematicamente veiculada pelos meios de comunicação social, que referiam que as populações mais jovens estavam completamente indiferentes ao feminismo e às lutas que tiveram de ser travadas no passado. Esta é apenas uma das razões entre muitas para se designar a terceira vaga, por pós-feminismo.

Os protestos realizados pelas mulheres na europa ocidental, assim como no mundo, foram inicialmente contra as injustiças e as desigualdades legais, políticas e socio-económicas. As mulheres lutavam e reivindicavam que essas injustiças acabassem. Formalmente, e num sentido amplo de cidadania, esses objectivos foram conseguidos. Todas as mulheres na europa ocidental são agora formalmente iguais perante a lei, um direito que não existia em muitos países antes da segunda vaga dos movimentos terem começado.

O que persiste no entanto, é a distância entre a igualdade legal formal e política e a prática de todos os dias. Os direitos e os princípios mantiveram-se teóricos, especialmente em termos sócio-económicos e no que diz respeito às vidas privadas das mulheres.

Apesar de tantas mudanças, a natureza das relações entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres, assim como o mundo social permaneceram relativamente semelhantes. As mulheres, pelo menos as do mundo ocidental, controlam a sua fertilidade de formas nunca pensadas nos anos 70 e recebem pelo menos 10 anos de escolaridade obrigatória. As mulheres (ainda as do ocidente e não universalmente) têm mais liberdades formais e cívicas (para viajar, votar, ter propriedades, etc), mas, no entanto, continuam a ter a responsabilidade pelo cuidado prestado às crianças e às famílias.

A frase "biologia é destino" exprime ainda uma ideia muito verdadeira para a maioria das mulheres do mundo, embora a natureza e a condição deste destino possa diferir substancialmente (Evans, 1994). Se uma das características mais salientes dos movimentos da segunda vaga era questionar a ligação ao estatuto biológico que dava origem a um reducionismo do tipo sociobiológico (Touraine, et, Kaplan, 1992), e se como dizia Simone de Beauvoir:

"One is not born, but becomes a woman. No biological, psychological or economic fate determines the figure that the human female presents in society: it is civilization as a whole that produces this creature, intermediate between male and eunuch, which is described as feminine "(1952,p.249),

então poderá perceber-se o carácter incomodativo desta frase, ainda nos dias de hoje.

Backlash

A frase "Eu não sou feminista, mas..." que se tornou muito usual nos dias de hoje, reflecte o pensamento daquelas mulheres que experienciam e sentem a desigualdade sexual, mas rejeitam a imagem convencional do feminismo (Haste, 1993). Pensa-se que esta situação está associada ao aparecimento do *Backlash*, como movimento reactivo contra o feminismo. Este termo surgiu inicialmente nos

meios de comunicação social, associado a escritores opositores do feminismo; estes sugeriam que se o feminismo fosse longe demais haveria um *Backlash* por parte dos homens.

Alguns aspectos são relevantes para o surgimento deste movimento, aspectos que incluem quer as mudanças associadas a políticas de direita (Kaplan, 1992; Haug, 1986) quer a educação das gerações jovens nos dias de hoje, assim como a designada interface família/carreira.

No que diz respeito à educação das gerações mais novas, Kaplan (1992) refere que, enquanto durante a primeira e segunda vaga do feminismo, existia uma consciência de grupo, construída, fomentada e mantida pelas histórias das mulheres, no presente, esta passagem de “testemunho” não se verifica, resultando daí, a falta de consciência grupal. As jovens deparam-se com um discurso legal e formal de igualdade, associado a um outro discurso, de ridicularização dos movimentos feministas.

Outro aspecto a ser tomado em atenção diz respeito à designada interface família/carreira, isto é, a compatibilização de múltiplos papéis e exigências por parte das mulheres, que têm uma carreira e continuam a ser as responsáveis pela gestão doméstica (Davidson & Cooper, 1992). Durante a segunda vaga do movimento feminista era advogada a autonomia através da independência financeira. No presente, assiste-se a algum criticismo, já que os argumentos que fizeram com que as mulheres seguissem carreiras, acabaram por se virar contra o próprio feminismo: as consequências da sobrecarga de horários e trabalhos vivida por muitas mulheres, representam um desses argumentos. As mudanças necessárias para que tal transformação pudesse ser benéfica para todas as pessoas não ocorreram; isto é, não surgiram mais creches ou jardins infantis, assim como não houve mudança nas políticas de apoio à família, e envolvimento parental (Metcalf & West, 1991).

Assim, pode-se dizer que as infra-estruturas necessárias para permitir o alcance dos objectivos feministas da libertação da mulher, não estão estabelecidas adequadamente ou são mesmo inexistentes, o mesmo acontecendo relativamente à esfera privada. A partilha das tarefas é feita apenas por uma minoria de casais, já

que poucos são os casos em que os homens partilham todas as responsabilidades da casa ou o cuidado prestado às crianças⁹.

Os padrões de carreira actuais deram origem a maiores pressões psicológicas, e apesar de grandes esforços as mulheres não estão a conseguir atingir os lugares que se pensaria ser possível atingir há vinte anos atrás. Algumas das palavras chave da segunda vaga, tais como autonomia, auto-determinação e independência económica, surgem agora de forma "estranha" nos ouvidos das mulheres que escolheram combinar os papéis. Algumas mulheres acabaram por ficar num círculo vicioso estritamente definido pela vida dupla, e com um quotidiano regulado hora a hora. A glória da autonomia, tornou-se para muitas um pesadelo de obrigações, cujas recompensas financeiras não parecem justificar. A mensagem feminista surge como uma "pílula dourada" agora revelada (Haste, 1993).

Sem a reeducação dos homens de forma a funcionarem como parceiros iguais em situações afectivas e familiares ou o suporte constante de outro adulto, o stress torna-se imenso e prejudicial para muitas mulheres (Davidson & Cooper, 1992).

E é precisamente neste momento cultural vulnerável, que se pode observar o emergir de ideologias, que revertem os conceitos e as crenças. Exemplo desta situação, é o caso de algumas mulheres chegarem à conclusão que têm virtudes e forças especiais, especificamente porque são biológica e "intrinsecamente" diferentes dos homens. Esta "perspectiva de valor específico" sugere que as mulheres possuem virtudes especificamente femininas (como cuidar das crianças, e por isso ser maternal, dar suporte afectivo, etc), às quais tem sido dado pouco reconhecimento.

⁹ É preciso não esquecer o desenvolvimento da família que sofreu uma grande mudança nos últimos 100 anos. Provavelmente a perda mais importante para a moderna família nuclear foi o suporte de estruturas de parentesco, como avós, tios, cunhados, etc. Uma mulher jovem do século XX com um filho terá mais dificuldade em o criar e o educar que uma mulher no século XIX, principalmente pela quantidade de stress que essa situação implica actualmente.

Como resultado deste encadeado de situações, pode-se dizer que existem imensas razões para os esforços feministas não terem dado bom resultado ou pelo menos os resultados desejados, do ponto de vista de quem apresenta esses argumentos. Parece que actualmente se contam mais histórias das vítimas dessa nova filosofia do que dos seus sucessos.

Segundo Haste (1993) o *Backlash* contra o feminismo tem muitas facetas. Algumas têm a ver com misoginia, outras parecem estar associadas à mudança percebida nos papéis sexuais, e mais especificamente nas relações de poder. Deste forma, o *Backlash* pode ser regressivo, reactivo ou alternativo defensivo:

1. O *Backlash regressivo* pretende um retorno aos valores tradicionais relativamente aos papéis sexuais;
2. O *Backlash reactivo*, tendo em consideração todo o trabalho realizado pelas feministas, argumenta que nem os modelos teóricos, nem as estratégias políticas, conseguiram um estado desejável para a condição das mulheres. Pelo contrário, vieram trazer infelicidade a muitas mulheres que supostamente pretendiam ajudar, como por exemplo as mulheres executivas "super-exaustas", a combinação de papéis sem a mudança masculina, etc. Outra versão deste tipo de *Blacklash* é aquela que reclama que vivemos numa era pós-feminista, visto as mulheres terem atingido tudo o que pretendiam;
3. O *Backlash alternativo defensivo*, argumenta que o feminismo é o inimigo da mudança necessária, porque dar poder às mulheres, fomentando mudanças sociais e situações legais (custódia dos filhos, por exemplo) não possibilita o envolvimento dos homens na esfera privada, que é visto como necessário e mesmo desejado por eles. Este movimento apela à necessidade de gerar novas masculinidades.

A mesma autora refere que o verdadeiro *Backlash* é a expressão do medo masculino, expressão que se traduz numa distorção defensiva, um deliberado mau entendimento e representação distorcida, das diferentes orientações e teorias feministas. A caricaturização das ideias feministas, disseminadas nos discursos da

comunicação social, garantem a manutenção do poder e do controlo por parte da ideologia dominante masculina. Muitos homens sentem ainda ansiedade e incerteza relativamente aos relacionamentos afectivos com mulheres em posições de poder, ou assertivas e independentes. Estas situações podem ser encaradas de um ponto de vista “tradicional” infantilizando os homens ou reduzindo a percepção da sua “masculinidade”.

Se ser feminista, implica, no discurso tradicional, ser uma mulher mal amada, desinteressante do ponto de vista sexual, com problemas de relacionamento interpessoal ou lésbica, as mulheres podem optar por ser “verdadeiras” mulheres, afastando-se assim deste estereótipo limitativo. Assim, a frase “Eu não sou feminista, mas...” representa o facto de muitas mulheres pretenderem distanciar-se dos estereótipos veiculados pela caricaturização do feminismo veiculada pela ideologia tradicional, aceitando, no entanto, a existência de alguns problemas.

O *Backlash* tem também uma componente moral especificamente no que diz respeito à vida familiar. As posições feministas são alvo de profundas críticas, já que a vida das mulheres no trabalho, a liberdade sexual, a liberdade do ponto de vista da reprodução, a liberalização da vida marital, provocam, segundo o movimento *Backlash*, uma disrupção nos papéis tradicionais da vida familiar.

TEORIA E CRÍTICA FEMINISTA

Teorias Feministas

Existem quatro teorias feministas que continuam a ser discutidas e debatidas: o feminismo socialista, o feminismo liberal, o feminismo radical (Haste, 1993; Kaplan, 1992) e o feminismo cultural (Haste, 1993).

Apesar de todas as teorias pretenderem provocar mudanças profundas na forma de pensar o mundo social, a extensão dessas mudanças, assim como a sua direcção, diferem significativamente de uma para outra (Haste, 1993). Por exemplo, cada teoria difere na focalização relativa à importância das diferenças sexuais, à sua natureza e às suas origens. Para a questão "o que é ser mulher?" cada teoria apresenta uma explicação diferente implicando diversas definições de feminilidade, assim como diferentes definições das relações entre os sexos. Da mesma forma, os problemas considerados relevantes assim como as suas possíveis soluções, são distintos.

No entanto, objectivos como autonomia e independência fazem parte do discurso comum, assim como as críticas aos modelos dominantes. Face a estes, apresentam discursos alternativos, ou, como refere Haste (1993), promovem o seu *anti-logos* específico.

O Feminismo Socialista

De um modo geral fala-se do feminismo socialista ou Marxista-socialista, como uma tendência particularmente relevante na Europa Ocidental. O seu pressuposto básico é o de que o estatuto das mulheres e a sua posição em relação aos homens em geral, são consequências das pressões do capitalismo, e, particularmente, de uma definição de família que surge ligada à organização do trabalho.

As origens do feminismo socialista ligam-se ao socialismo dos séculos XIX e XX. As suas ideias estão associadas ao Marxismo, já que aplicam as questões associadas ao sistema económico e do trabalho, à problemática do género (Haste, 1993). Se "o estatuto das mulheres é o resultado de um processo de dominação, comandado pela exploração capitalista, que pode e deve ser ultrapassado" (Collin, 1991, p.324) compreende-se a importância de associar a luta dos sexos à luta de classes. Deste modo, o que é urgente e central, é terminar com o capitalismo e com a sua visão de família. Deste modo "o comunismo consistirá (...) na superação do capitalismo e simultaneamente do patriarcado, numa sociedade liberta de qualquer distinção de classe e de sexo e plenamente igualitária" (idem, p.325).

Como o feminismo socialista dedica especial atenção às questões estruturais, assume os papéis de género como contingentes ou como resultado do sistema, não como causa de desigualdade. Devido a esta posição, ataca profundamente o modelo convencional das diferenças sexuais e das suas origens.

A concepção de família, introduzida posteriormente à Revolução Industrial, do homem como suporte económico familiar¹⁰ veio alterar profundamente a organização do trabalho familiar, e nesse sentido originar uma clara distinção de papéis sexuais (Reskin & Padavic, 1994), alargando-se desse modo o fosso entre o público e o privado (Kaplan, 1992).

O argumento central do feminismo socialista baseia-se na crítica ao modelo convencional das diferenças sexuais que mantêm o homem com atributos de tipo "instrumental", associados à esfera pública e a mulher como submissa, expressiva e associada à esfera privada.

Para Haste (1993) o anti-logos desta teoria feminista, sugere uma minimização total das diferenças sexuais (baseadas na ideia de natureza específica), e enfatiza substancialmente os efeitos da cultura, da educação e da socialização. Desta forma, advoga um modelo de androginia, onde os dois sexos

¹⁰ A ideia de salário familiar surgiu neste contexto: pensava-se que o homem deveria ganhar um salário que lhe permitisse sustentar toda a família.

têm as características que são tradicionalmente ligadas ao masculino e ao feminino (Bem, 1974; Spence & Helmreich, 1978).

As relações entre os sexos são encaradas de forma ideal como relações entre duas pessoas (homem e mulher) que são fundamentalmente similares e certamente iguais em termos de direitos e competências. As dimensões dualísticas de interrelacionamento, tais como activo-passivo e público-privado, são interpretadas como o resultado da cultura patriarcal que é sustentada por uma relação opressiva entre os sexos no domínio privado, e pela discriminação contra as mulheres no domínio público.

O Feminismo radical

O feminismo radical ter-se-à desenvolvido em paralelo com o feminismo socialista (Haste, 1993). Esta tendência sugere que, para cada mulher se identificar como mulher, e ser identificada em termos do grupo de mulheres, é necessária a exclusão do masculino da definição de self. Pressupõe uma cultura feminina e, em certa medida, a exclusão subjectiva da cultura masculina. Para muitas feministas radicais o assumir desta posição impossibilita as relações heterossexuais com os homens. Deste modo, a identificação lésbica não é simplesmente uma questão de liberdade sexual pessoal, é também um protesto político contra o ponto fundamental da supremacia masculina, que consideram serem as relações heterossexuais compulsivas (Kitzinger, 1987). As feministas radicais ao assumirem um modelo masculino pessimista, um sujeito dotado de forças irracionais e com pouca capacidade de controlo (contrastando com as "boas" qualidades do ser feminino), sugerem que um relacionamento positivo é apenas possível com outras mulheres (Haste, 1993).

Ao darem primazia nas suas preocupações ao problema da sexualidade, sobre o conceito de patriarcado ou da divisao de classes (Kaplan, 1992), tornam a sexualidade central. Transformar os homens em "inimigos íntimos" (Lovenduski, cit Kaplan, 1992) é um problema que só pode ser resolvido pelo celibato ou pelo

lesbianismo. A formulação de um estilo de vida independente dos homens, nos grupos de feministas radicais, deu origem a organizações separatistas, a comunas só para mulheres, empresas, livrarias e terapia de grupos. Tipicamente, estas feministas tendem a expressar as suas ideias e a centrar as suas actividades, em pequenos grupos bem organizados.

O feminismo radical assume diferenças sexuais essenciais baseadas quer na biologia, quer na experiência de vida. Não assume a cultura e os factores económicos como responsáveis pela opressão das mulheres; a cultura é importante apenas porque é criada para apoio e justificação da natureza específica masculina.

O anti-logos sugere a auto-definição específica ao grupo de mulheres e rejeita a definição de Outro, característica dos discursos dominantes. Apenas criando uma cultura alternativa se pode criar uma alternativa e uma autêntica definição de feminilidade (Haste, 1993).

Sendo, para muitos críticos, irrealistas e utópicas, o seu separatismo é considerado politicamente importante por outros, porque as suas posições subversivas desestabilizam as instituições sociais existentes e os modelos masculinos prevaletentes.

O Feminismo liberal

Um terceiro modelo de feminismo é normalmente designado por feminismo liberal e está associado aos Estados Unidos e à Organização Nacional para Mulheres, que foi fundada por Betty Friedan autora do livro *The Feminine Mystique* em 1963. Depois dessa data, esta teoria e prática feministas têm sido criticadas por todas as outras teorias feministas por representarem um posicionamento reformista. Esta tendência está associada a pessoas de ambos os sexos que acreditam que os problemas da desigualdade de género podem ser resolvidos através da lei e de campanhas persuasivas para mudar as atitudes discriminatórias (Haste, 1993). Procura mudar a opinião pública através de questões formais, via legislatura, trabalhando sob a crença de que as reformas

progressivas levarão à completa igualdade das mulheres (Kaplan, 1992), e por isso assumem negociações e compromissos (Haste, 1993).

Não sendo uma voz importante na teoria feminista, é no entanto o feminismo mais conhecido e reconhecido pela opinião pública. As suas posições são apresentadas pela comunicação social, e por muitos políticos.

As críticas mais importantes a este tipo de feminismo centram-se na ideia de que este tipo de teoria e prática se preocupa apenas com a entrada de mulheres em domínios de "sucesso", no mundo definido pelos homens e "habitado" por homens. Neste sentido, é considerado elitista, porque ignora as mulheres que não são instruídas ou da classe média, e individualista, porque se baseia na crença de que se pode mudar o sistema aumentando o número de indivíduos no "clube" (isto é, aumentando o número de mulheres em lugares tradicionalmente masculinos), em vez de atacar o sistema social como um todo, gerador da discriminação.

O Feminismo cultural

Helen Haste (1993) assume uma quarta categoria, o feminismo cultural, por considerar a existência de um conjunto de trabalhos, de autoras feministas, cujas preocupações se baseiam em sistemas de significado cultural. No entanto, a própria autora refere a dificuldade e a ambiguidade desta categoria, por poderem ser aqui colocadas feministas com posições muito distintas entre si. As feministas francesas com influências de Derrida e Lacan, feministas americanas como Nancy Chodorow (1978) e Carol Gilligan (1982) e feministas provenientes de domínios como a antropologia cultural e da literatura podem-se incluir nesta categoria.

Embora reconhecendo a importância das estruturas sociais (a problemática central das feministas socialistas), acreditam no entanto que os problemas estruturais são mais profundos, porque contidos na linguagem. A linguagem cria o sentido, não sendo apenas o veículo pelo qual as ideias são transmitidas. Ao

analisar, o significado associado ao género na linguagem, acede-se ao seu significado no pensamento social e cultural.

Os trabalhos das autoras que partilham desta concepção teórica incluem muitas vezes a desconstrução de metáforas acerca da diferença e acerca da relação entre os sexos. Ao rejeitarem a androginia como a resolução para o problema tradicional da diferença sexual, não advogam, apesar disso, visões essencialistas acerca da diferença entre masculino e feminino. Para estas feministas, a diferença surge da criação de significado cultural, e da reprodução desse significado através de formas de linguagem e discurso. Assumem diferenças de género, mas consideram que o que é importante é como essas diferenças sexuais se vivem, não as diferenças por si próprias. A "essência" do género está localizada nas relações de poder, já que a cultura masculina controla a feminina.

As feministas culturais tendem a criar um logos alternativo, e não um anti-logos. Sugerem que as concepções monolíticas universais, a objectividade singular e uma visão particular da lógica não são adequadas para acompanhar o leque de formas possíveis de conhecimento, e que a autenticidade das experiências das mulheres não estão inseridas nos esquemas dominantes masculinos.

Críticas feministas

Crítica feminista da ciência

O feminismo do século XX, para além de efeitos políticos e sociais, teve efeitos ao nível do domínio do conhecimento (Collin, 1991).

A crítica feminista da ciência terá apenas surgido por meados dos anos 70. Até essa altura, as feministas que trabalhavam na, ou sobre a ciência, eram poucas. Que as mulheres estão subrepresentadas e os homens sobrerepresentados na ciência, parece ser um fenómeno universalmente reconhecido, pelo menos nos países ocidentais (Rose, 1994).

Segundo Evelyn Fox Keller (1991), uma nova crítica da ciência começou a emergir de um número considerável de trabalhos feministas, que sugeriam a existência de muitas distorções masculinas no exercício da ciência. A segunda vaga do feminismo começou muito lentamente a analisar e a contestar a ciência, a ver as conexões entre essa entidade denominada "ciência" e os problemas centrais do movimento feminista. Nessa altura, as preocupações diziam respeito, por um lado, às reivindicações de algo que era negado às mulheres e, por outro lado, à necessidade de visibilidade e de uma existência social e política (Rose, 1986).

As feministas começaram a denunciar as lacunas e mesmo as falsificações e generalizações abusivas de um saber que identifica a masculinidade com o universal (Collin, 1991), e a exclusão ou a subordinação das mulheres, seja como objecto seja como sujeito (Kamuf, 1990).

As críticas à ciência são unânimes no que diz respeito ao forte enviesamento androcêntrico, assim como à escolha de desenhos e interpretações das próprias experiências que raramente têm em conta quer o género feminino quer a experiência feminina; existem, no entanto, diferenças relativamente ao significado, assim como aos desafios que colocam (Keller, 1991). Isto é, o acordo relativamente ao desafio que se deve encetar face ao conhecimento existente, não tem paralelo no que diz respeito às soluções para o substituir (Collin, 1991). Esta autora apresenta três posições, que implicam soluções distintas, e que correspondem a três designações de estudos: estudos feministas, estudos sobre as mulheres e estudos sobre o género.

As feministas que acreditam no "essencialismo", isto é, numa especificidade de natureza feminina, sugerem um saber feminino distinto do saber dominante (masculino); quer nos métodos quer nos conteúdos, assumindo uma ruptura epistemológica com a ciência dominante - estudos feministas.

As feministas que acreditam ser possível fazer ciência não androcêntrica, tentam valorizar, nos seus domínios, aquilo que sempre terá sido esquecido, tomando as mulheres como objecto de estudo- são os estudos sobre as mulheres.

Das críticas às perspectivas anteriores, por sobrevalorizarem a visibilidade das mulheres aumentando a sua particularidade, surgem os estudos sobre o género, que pretendem estudar as relações entre homens e mulheres enquanto relações sociais.

Segundo Keller (1991) as críticas feministas à ciência variam entre posições mais “brandas” e outras mais “radicais”. As posições ditas “brandas” ou liberais, embora admitindo que a maioria dos cientistas são homens, não colocam em causa a concepção tradicional de ciência e por isso estão de acordo com os pressupostos da ciência moderna. Neste caso, as feministas estudam dentro da academia, nos moldes tradicionais de pesquisa, analisando essencialmente questões que dizem mais respeito às mulheres. As posições mais radicais questionam a objectividade e a racionalidade como bases da metodologia científica, e sugerem a relação da ciência com a política e com a ideologia; adoptam uma visão de ciência como construção social, como já foi referido ao longo da primeira parte deste trabalho.

Para Harding (1986) as críticas feministas à ciência moderna tomaram três formas: o empiricismo feminista, as teorias de *standpoint*¹¹ feminista e mais recentemente o feminismo pós-modernista. O feminismo empiricista identifica o sexismo e o androcentrismo como sendo enviesamentos sociais que podem ser corrigidos pela estrita adesão às normas da pesquisa científica. Assim, a ciência sexista é “má”. Acreditam que as distorções verificadas são devidas a influências sociais, passíveis de serem removidas.

Na segunda categoria, cuja epistemologia é mais relativista encontram-se as teorias de *standpoint* feminista, onde a perspectiva é diferenciada e específica de género: a mulher é encarada como a base primordial de toda a pesquisa (idem, 1986). Pensam que um conhecimento verdadeiramente feminista, centrado nas experiências únicas das mulheres, pode produzir melhores facetas da realidade (Rose, 1986).

¹¹ Adoptaremos a palavra inglesa, dado a sua tradução (ponto de partida ou base) não ser muito esclarecedora em termos teóricos.

O feminismo pós-moderno vai mais longe no que diz respeito ao desafio aos pressupostos do empiricismo feminista e das teorias de *standpoint* feminista (Harding, 1986). Recusa a possibilidade de qualquer discurso universalizante, mas argumenta que nos devemos focalizar em conhecimentos feministas confiáveis e localizados (Rose, 1986); versões mais radicais dentro do pós-modernismo podem no entanto inviabilizar qualquer possibilidade de conhecimento acerca do mundo social (Rosenau, 1992).

As perspectivas empiricista e de *standpoint* feminista partilham um conhecimento universal e generalizável, já que pressupõem que o conhecimento deve ser universal para o grupo "mulher". Desta forma, assumem a existência de identidades essencializadoras (Harding, 1986).

Se se aceitar que as diferenças entre mulheres, diferenças baseadas na classe, orientação sexual, cultura e etnicidade são relativamente insuficientes, quando comparadas com o que as experiências femininas têm em comum, então o movimento feminista pode tornar-se também uma ficção potencialmente opressiva e totalizadora (Evans, 1994). Para Harding (1986) é necessário um avaliar contínuo das diferentes posições: por exemplo, a pluralidade de vozes que o pós-modernismo acarreta é muito desafiador e pode em muitos casos justificar a sua adopção, mas, noutras situações, as teorias de *standpoint* feminista dão mais poder político às mulheres.

Para Keller (1991) os conflitos que estas diferentes posições feministas críticas acarretam, podem ser considerados como benefícios libertadores para a própria ciência. A pluralidade preconizada pelo pós-modernismo aliada a um posicionamento realista crítico poderá ser uma solução a valorizar.

Apesar do conhecimento feminista ter surgido a nível académico, num contexto de ciência moderna (Nicholson, 1990), a legitimidade dos estudos feministas só poderia provir de uma crítica a esses mesmos pressupostos, já que assumí-los implicava uma negação de qualquer ciência feminista. Estas razões tornam particularmente relevantes para as feministas as questões ideológicas intrincadas na ligação da objectividade com a masculinidade e deste modo dos

objectivos da própria ciência com o poder e a dominação (Haste, 1993; Keller, 1991).

Críticas feministas à família

As mulheres estão tão intimamente identificadas com a família no pensamento popular e científico, que para se reconceptualizar o género, é necessário repensar a domesticidade, e as questões domésticas, já que a família é a primeira instituição onde as relações de género na sociedade se organizam. A hierarquia de género é criada, reproduzida e mantida numa base diária através da interacção entre os membros de um agregado familiar (Nogueira & Fidalgo, 1994).

O debate acerca do lugar da mulher na família é actualmente o mesmo que debater o lugar da mulher na sociedade. Não se pode compreender a subordinação da mulher no mercado de trabalho sem tomar em conta a organização do trabalho doméstico e a responsabilidade que as mulheres têm na manutenção da casa, nem se pode compreender a exclusão das mulheres dos centros do poder político sem referir o seu encapsulamento dentro da família (Glenn, 1987).

A ciência social e o pensamento científico sobre a família têm sido centrados numa perspectiva masculina, já que o paradigma utilizado para o estudo da família está imbuído de linguagem masculina e reflecte o pensamento masculino, distorcendo as experiências femininas e negando a base de género nas experiências familiares.

As mulheres estão virtualmente ligadas à família, de tal modo que a sua existência é fusional tornando-se difícil distingui-las como indivíduos, como pessoas que actuam não só na família como fora dela. Enquanto os homens são vistos como actores numa variedade de contextos, as mulheres são vistas unicamente na sua relação com um contexto. Apenas quando se conceptualiza as mulheres separadas da família é que se pode questionar: o que é que as mulheres fazem na família? o que é que as famílias fazem às mulheres? (Glenn, 1987).

A maioria dos autores parece concordar que a família pré-industrial era patriarcal (Reskin & Padavic, 1994). Apesar da importância da contribuição das mulheres para a economia doméstica, o seu trabalho era regulado pela autoridade masculina, sendo que a maioria das mulheres casadas trabalhava sob a subordinação das necessidades masculinas. O patriarcado não pressupunha uma apreciação da complementariedade das actividades económicas masculinas e femininas.

O capitalismo industrial trouxe muitas mudanças à família, mas não trouxe um fim imediato do patriarcado. Para Bradley (1989), apesar de alguns autores descreverem essa época como de neo-patriarcado, ele considera que as continuidades foram tão marcadas que a mudança nos termos parece ser desnecessária. Os homens continuavam a assumir a supremacia política e pública na sua figura de chefes de família, estando as mulheres ausentes da esfera pública e política, apesar de se assitir a alguma variabilidade dependente da classe social de pertença. Apesar de muitas mulheres das classes trabalhadoras, especialmente raparigas solteiras, trabalharem fora de casa, escapando assim de algum modo à supervisão paterna e dos maridos, estavam no entanto sujeitas à autoridade masculina, no trabalho e em muitas casas a lei do pai continuava a manter-se. As mulheres da classe média, que tinham os seus papéis ainda mais confinados à esfera privada, sentiam por isso, mais ainda o controlo masculino (Reskin & Padavic, 1994).

No entanto, pelo fim do século XIX, o patriarcado começou a ser questionado e por isso, muitos sugeriam que o século XX seria a época da família simétrica, onde os papéis sexuais seriam menos diferenciados, assistindo-se a uma completa igualdade, quer no trabalho quer na família (Rapaport, 1978). Estudos mais recentes sobre a família não sustentam esta visão optimista. Se as famílias não são estritamente patriarcais, elas são ainda em muitos casos, as transmissoras das desigualdades sexuais (Bradley, 1989).

Se na primeira metade do século casar era fundar um lar, lançar as bases de uma realidade social perfeitamente definida e claramente legível na colectividade, a situação começa a mudar no pós-guerra. As revistas femininas difundem os discursos médicos e psicológicos, os princípios freudianos que legitimam a expressão da sexualidade o que implica, por exemplo, que a sexualidade pré-conjugal possa ser mais tolerada pela opinião pública. O casamento deixa de ser uma instituição para ser uma formalidade, passando a ser aceites no plano jurídico, as coabitações comprovadas. Celibato e união livre, simultâneos ou alternativos difundem-se, sobretudo nas classes média e alta da sociedade. Nos anos 80, em grande parte dos países europeus, as famílias monoparentais tornaram-se cada vez mais frequentes. Hoje em dia, com excepção da maternidade, a família não é mais do que a reunião dos indivíduos que momentaneamente a compõem; cada indivíduo vive a sua vida privada e espera de uma família informal que a favoreça (Duby & Perrot, 1991).

Se os casamentos modernos apresentam mais "companheirismo" e não são especificamente "patriarcais", em larga medida as famílias continuam androcêntricas, já que no seu seio as relações continuam a desenvolver-se em função dos homens. As famílias mudam-se em função das carreiras dos maridos e as mulheres condicionam as suas escolhas em função deles e das suas famílias. Apesar de muitos homens nos anos 80 não demonstrarem hostilidade perante o facto de as mulheres trabalharem fora de casa, existe ainda o pressuposto implícito que a mulher deve ter um emprego que lhe permita conciliar as tarefas domésticas, de forma que a vida familiar não seja afectada pela sua actividade profissional.

No entanto, e na designada corrente "família em crise" a questão do lugar da mulher na família emergiu como o tema central. As perspectivas mais tradicionais, vêem no crescente aumento de divórcios, nos filhos ilegítimos, na coabitação ou na violência factores de alarme, indicadores da tão falada erosão da instituição familiar e remetem para a mulher, figura tutelar, a responsabilidade da viabilização dos ideais tradicionais de família (Glenn, 1987).

No que diz respeito às críticas feministas, estas parecem organizar-se, desde os anos 60, em termos circulares, isto é, movem-se entre as críticas à família, e a exaltação do papel da mulher no seu seio (Segal, 1995). Esta situação deve-se às distintas teorias feministas, já analisadas, que foram sendo mais ou menos influentes em determinados períodos históricos.

Se nos anos 60, a crítica à família era central para as feministas que assumiam que a ligação estrita da mulher à família condicionava a sua independência e autonomia, esta situação altera-se por volta dos anos 70, começando a delinear-se a celebração da importância e significância da maternidade, e da ligação afectiva e relacional das mulheres ao meio. Foram importantes para esta situação os trabalhos de Nancy Chodorow (1978) sobre a maternidade e de Carol Gilligan (1982) sobre o desenvolvimento moral feminino. Ambos os trabalhos sugeriam uma especificidade de natureza feminina especialmente relacional e afectiva, que caracterizava universalmente todas as mulheres.

A partir dos anos 80 emergiram muitos conflitos no feminismo de forma que se torna impossível falar de *uma ou a* crítica feminista à família, ou mesmo identificar claramente um conjunto de perspectivas feministas sobre a família (Segal, 1995). No entanto, esta autora considera que apesar de toda a divergência e conflito podem enunciar-se diferentes ideias que são mais ou menos comuns a todas as perspectivas. Todas as feministas sempre desejaram combinar o amor e o comprometimento, o cuidado e a liberdade de formas que fossem menos opressivas para as mulheres. Da mesma maneira, todas reconheciam a necessidade de mudanças sociais, políticas e económicas, de forma a produzir-se uma verdadeira transformação social sobre os problemas da maioria das mulheres, problemas que essencialmente se focalizam na combinação da vida familiar e da vida profissional. Daí que o repensar da paternidade nos dias de hoje seja um tema de particular interesse para muitas feministas.

Parece-nos no entanto importante referir especificamente a perspectiva que as teorias críticas têm vindo a anunciar no que diz respeito às críticas à família, e

nestas, os trabalhos de grande maioria de feministas com influências neo-marxistas e pós-modernistas (Azevedo, 1995).

Basicamente, os teóricos das perspectivas críticas sugerem que a sociologia da família reflecte o próprio tema, mais do que o explica, e como consequência, constrói uma abordagem sociológica profundamente conservadora que limita a sua contribuição para a sociologia e serve para justificar o *status quo* na sociedade (Osmond, 1987). As suas críticas à sociologia convencional da família sublinham que esta se baseia essencialmente numa abordagem psicossociológica redutora que ignora a importância crucial dos factores macrossociais externos à família, que é reforçadora do papel de subordinação da mulher e por consequência estática e conservadora, enfatizando a regulação social e exagerando o consenso e a homogeneidade.

Uma sociologia da família crítica realça a premissa básica de que as famílias são produtos sociais e, por isso, torna-se necessário estudar a mútua interpenetração com outras estruturas. Desta forma, politiza o casamento e a família, dá particular atenção à forma como a economia política e os seus contextos históricos afectam a organização familiar e toma a problemática do género verdadeiramente em consideração. É uma perspectiva dinâmica que encara a família e todas as estruturas sociais como uma interpenetração de forças contraditórias da qual pode resultar desorganização e mudança radical. Sublinha a dimensão histórica, cultural e a relevância política. Concluindo, oferece uma nova possibilidade ao estudo da família, porque sensibiliza os investigadores para o processo diário de construção de teoria, para as ideologias que moldam a consciência humana, e para o facto de que todas as teorias são políticas.

Feminismo e Pós-Modernismo

Começar a falar de feminismo e pós-modernismo implica referir de imediato nomes que foram, e serão citados ao longo deste trabalho, e que representam referências fundamentais para quem se interesse por esta temática,

independentemente das suas distintas formações académicas de base. Nomes como Jane Flax, Donna Haraway, Nancy Fraser, Linda Nicholson ou Sandra Harding, assim como Susan Bordo, Nancy Harstsock, ou Christine Di Stefano são importantes referências para o pós-modernismo, umas pela defesa e a esperança que nele depositam, outras pelo seu posicionamento crítico.

A afinidade entre o feminismo contemporâneo e a teoria pós-modernista parece residir no facto de partilharem um profundo cepticismo sobre as reivindicações universais, acerca da existência, da natureza e do poder da razão, do progresso, da ciência, da linguagem, de um self único e unificador (Flax, 1990). Se o género foi o ímpeto original para este cepticismo, parece ser agora o caso de se prestar mais atenção e desistir do conforto e da rigidez dos conceitos, para se dar lugar a uma atenção a múltiplas diferenças, nenhuma das quais merecendo mais atenção que as outras (Harding, 1990). O pós-modernismo acarreta consigo, como já atrás afirmamos, um questionar da razão e da ordem, e permite abrir um espaço de pensamento e de relação com o mundo, que poderá vir a alterar muitas noções, e particular, a noção de "feminino" e de "masculino" (Collin, 1991)

Podem-se distinguir três formas ou tomadas de posição feministas, relativamente ao legado Iluminista racionalista da modernidade (Di Stefano, 1990)¹².

O racionalismo feminista utiliza uma noção minimalista das diferenças de género, criticando o sexismo como um conjunto de crenças e práticas irracionais, não-legitimadas. Como a herança do Iluminismo se pode encontrar no culto da racionalidade, uma das rotas do feminismo foi o argumento que as mulheres também pertenciam a essa cultura, querendo ser reconhecidas como seres racionais. Neste sentido, era necessário remover qualquer justificação de diferença que impossibilitasse as mulheres de ter acesso ao mundo da racionalidade, da

¹² Estas formas são similares às apresentadas por Harding (1986) no que diz respeito à relação do feminismo com a ciência.

autonomia e dos direitos naturais. As mulheres deviam poder juntar-se ao “clube” do qual tinham sido excluídas (Flax, 1990).

O anti-racionalismo feminista associado a fortes versões de diferenças de género, levanta a voz contra o racional/masculino, reavaliando o irracional/feminino. Esta forma reconcebe o sentido do racional de forma a tomar em consideração as actividades tradicionais femininas (estarão nesta categoria muitas das feministas radicais).

O feminismo pós-racionalista rejeita os termos e as estratégias dos anteriores, propondo que o feminismo deve fazer um corte com todo o paradigma do racionalismo que caracteriza a modernidade. Podem considerar-se inseridas nesta categoria, todas as pós-modernistas, que rejeitam a razão, a racionalidade e o conhecimento objectivo, considerados por Sandra Harding (1986) como construções masculinas.

Em geral, o conhecimento feminista dos anos 80. evidencia tendências conflituosas (Hirsch & Heller, 1990a; 1990b). Por um lado, há um interesse decrescente nas grandiosas teorias sociais (metanarrativas de Lyotard) na medida em que o conhecimento se torna mais local, orientado para problemas específicos. Por outro lado, persistem os vestígios essencialistas no uso de categorias ahistóricas como por exemplo, a identidade de género. Não se reflecte como, quando e porquê tais categorias são originadas, quando e se são modificadas ao longo do tempo (Fraser & Nicholson, 1990). Nesta perspectiva, as considerações feministas não estiveram suficientemente atentas à forma de lidar com a diversidade, apesar de politicamente a aceitarem (Evans, 1994).

Muitos dos argumentos de outras teorias feministas são postos em causa pela perspectiva pós-modernista (Fraser & Nicholson, 1990). São questionadas todas as explicações para os fenómenos sociais em particular as que se apresentam como essencialistas e monocausais.

Como já várias vezes referimos, a definição do pós-modernismo é muito contestada, sendo esta perspectiva muitas vezes representada como um discurso-camaleão, um discurso problemático (Giroux, 1991; Halberstam, 1991; Rosenau, 1992). Por isso mesmo a sua relação com o feminismo é conflituosa e problemática (Halberstam, 1991).

Para alguns autores o pós-modernismo é uma evidência de que nos encontramos a meio de uma transformação fundamental (Flax, 1990) Se para algumas autoras ele pode possibilitar uma reformulação atractiva da política feminista e da teoria da diferença (Fraser & Nicholson, 1990), assim como uma alternativa ao estudo do género e das relações de género e poder (Flax, 1990; Haraway, 1990), para outras é encarado com desconfiança (Bordo, 1990; Harstock, 1990; Harding, 1986).

De facto, se algumas feministas encaram o projecto da pós-modernidade como vantajoso, outras são mais cépticas relativamente ao valor que uma viragem para o pós-modernismo possa trazer ao feminismo (Nicholson, 1990). Como o pós-modernismo suspeita de tudo o que é universalizante e generalizável, isto pode incluir também o próprio feminismo, já que o pós-modernismo acaba por suspeitar de qualquer teoria coerente (Bordo, 1990). Segundo Di Stefano (1990) o feminismo pós-modernista ou pós-racionalista (como ela também o define) é uma tendência pós-feminista, uma espécie de inclinação que está ligada à recusa de sistematicamente documentar ou privilegiar qualquer forma particular de diferença ou identidade face a uma ideologia geral hegemónica. O pós-modernismo pode levar ao relativismo, principalmente se se concordar em absoluto com os trabalhos de Jean-François Lyotard, que promovem o relativismo e a inconsistência (Benhabib, 1990).

Christine DiStefano (1990) assume um conjunto de preocupações que agrupa numa grande questão: não será o pós-modernismo uma teoria cujo "timing" é adequado para os homens e não para as mulheres?. Como os homens tiveram a possibilidade de ter acesso a todas as implicações do Iluminismo (sendo este identificado com eles), eles podem, neste momento, suportar uma vivência de

self descentrado e assumir com humildade as suas proclamações de coerência e verdade. Pelo contrário, se as mulheres assumirem estas posições, podem enfraquecer o que nunca foi forte, isto é, as políticas feministas. Todas estas questões têm a ver com a ideia fundamental que representa o perigo do pós-modernismo destruir o próprio feminismo, já que este depende de uma noção relativamente unificada de sujeito social "mulher", uma noção que é atacada pelos pós-modernistas.

A possibilidade da categoria de género poder não sobreviver à crítica pós-moderna, é particularmente perturbadora para muitas feministas. As questões que esse grupo de feministas coloca são as seguintes: se o pós-modernismo implica o abandono do uso de categorias universais, o que acontece à categoria género? serão permitidas generalizações? se o pós-modernismo acarreta o abandono de todas as generalizações, não resultará, no fim, apenas uma política individualista?

Estas preocupações encontram-se nos trabalhos de Nancy Hartsock(1990) e Susan Bordo (1990); ambas as autoras pensam que fazer teoria implica ter pontos de partida, e um importante ponto de partida para as feministas, é o género. Invocar o ideal do fim da diferença pode representar para o feminismo, quer a auto-destruição, quer a aceitação da existência de individualismos abstractos.

Susan Bordo (1990) centraliza a sua crítica nas questões do corpo. Para ela, as metáforas utilizadas pelo pós-modernismo, de contínuo movimento e dança, assim como as descrições do corpo como fragmentado, convidam a uma "confusão de fronteiras". Ao assumir que os seres humanos "realmente" possuem corpos cuja mobilidade e flexibilidade é limitada, tentar representá-los doutro modo, é para ela uma forma de os negar.

" What sort of body is it that is free to change its shape and location at will, that can become anyone and travel anywhere? If the body is a metaphor for our locatedness in space and time and thus for the finitude of human perception and knowledge, then the postmodern body is no body at all. The deconstructionist erasure of the body is not effected, as in the Cartesian version, through a trip to "nowhere", but in a resistance to the recognition that one is always somewhere, and limited"(p.140).

Por estas razões Bordo (1990) critica Haraway por se permitir 'uma fantasia epistemológica de multiplicidade' quando fala da metáfora do cyborg¹³ (apresentá-la-emos adiante) considerando perigosos todos os projectos teóricos que perfilhem posições de sujeitos múltiplos e instáveis. Refere serem "trabalhos desconstrucionistas", os que recusam assumir uma forma pela qual deviam responsabilizar-se (Halberstam, 1991). A simples invocação da diferença abstracta pode teoricamente ser usada para fins conservadores. Bordo (1990) considera ser um acto político a insistência na diferença, assim como "nas diferenças que fazem diferença".

Susan Bordo não está sozinha na sua desconfiança relativamente à ilusão do sujeito pós-moderno. Nancy Hartsock (1990) descreve também o pós-modernismo como um perigo porque convida ao abandono da teoria, e diz muito claramente

" Somehow it seems highly suspicious that it is at the precise moment when so many groups have been engaged in "nationalisms" which involve redefinitions of the marginalized others that suspicions emerge about the nature of the "subject", about the possibilities for a general theory which can describe the work, about historical progress" (p.162).

As dúvidas de Susan Bordo (1990) na 'postura' do sujeito pós-moderno, como de Hartsock (1990) no imperativo histórico por detrás do projecto pós-modernista, parecem ser válidas. Subjacente a ambas as questões está a ideia de que o sujeito pós-moderno, fragmentado e em fluxo, não é senão uma nova encarnação do sujeito masculino característico do Iluminismo.

No entanto, Nicholson (1990) pensa que não se deve exagerar na sobrevalorização da ideia de que o pós-modernismo reduziria o poder institucional do discurso académico das feministas. Várias feministas apresentam os seus argumentos para um feminismo pós-modernista e para a prática feminista, nesta perspectiva, como veremos de seguida.

¹³ Veremos adiante como Haraway (1990) refere a metáfora do cyborg (organismo cibernético, híbrido de máquina e organismo) para referir a possibilidade do "género" no período pós-moderno.

Fraser & Nicholson (1990) referem que o feminismo e o pós-modernismo emergiram, nas últimas décadas, como dois movimentos político-culturais de grande relevância, concordando, no entanto, que a distância entre eles não tem sido fácil. Pensam que existem boas razões para explorar as relações entre eles, porque ambos oferecem um debate profundo e enriquecedor; ambos elaboram grande criticismo relativamente às relações da filosofia com a cultura, e pretendem elaborar novos paradigmas de crítica social.

Para estas autoras o pós-modernismo e o feminismo vieram de direcções opostas. Os pós-modernistas focalizaram-se inicialmente na filosofia e começaram por elaborar perspectivas antifundacionais e metafilosóficas, donde tiraram conclusões de carácter social crítico. Para as feministas, o interesse na filosofia foi sempre secundário ou consequente ao seu interesse pela crítica social. E se os pós-modernistas têm preocupações filosóficas e as feministas preocupações práticas políticas, este interesse prático salva o feminismo teórico de muitos dos mal-entendidos do pós-modernismo. As mulheres cuja teorização serve para a luta contra o sexismo, não abandonam objectivos políticos poderosos, devido apenas aos resultados dos debates internos na filosofia profissional.

Mas se os imperativos da prática política salvam a teoria feminista de uma série de dificuldades, originam também outros problemas. A necessidade de acção, de activismo, origina que muitas feministas adoptem modos de teorização parecidos com as "metanarrativas" criticadas pelos pós-modernistas. Daí que muitas teorias partilhem de uma visão essencialista, não-histórica, que caracteriza as das metanarrativas. E porque não estão suficientemente atentas à diversidade histórica e cultural, universalizam elementos da época do próprio investigador, da sua sociedade, cultura, classe, orientação sexual, étnica etc. Em geral, a recente história da teoria social feminista representa uma luta entre forças que encorajam e outras que desencorajam metanarrativas como modos de produção teórica.

Assim, como resultado de ênfase e direcção, o pós-modernismo e o feminismos acabam por ter fraquezas e forças complementares. Os pós-modernos oferecem um forte criticismo ao essencialismo, mas as suas concepções de

crítico social são mais fracas. As feministas oferecem robustas concepções de crítico social, mas acabam muitas vezes, por cair no essencialismo. Uma reflexão pós-moderna da teoria feminista revela os vestígios do essencialismo, enquanto uma reflexão feminista do pós-modernismo revela o androcentrismo e a ingenuidade política. Por estas razões, as autoras pensam que as duas abordagens têm de aproveitar o crítico mútuo para o seu desenvolvimento. A possibilidade de um pós-modernismo feminista implicaria aproveitar as forças dos dois movimentos eliminando as suas respectivas fraquezas.

Para Nancy Fraser e Linda Nicholson (1990) o pós-modernismo não necessita abandonar toda a teoria para evitar a totalização e o essencialismo. Pensam que será possível combinar uma incredibilidade face às metanarrativas com o poder social-crítico do feminismo, concebendo uma versão de crítico que seja suficientemente robusto para analisar o sexismo. Referem, por isso, que a teorização deve ser explicitamente histórica, atenta às especificidades culturais das diferentes sociedades e períodos, e aos grupos dentro dessas mesmas sociedades e períodos, isto é, que localize e situe as categorias dentro de campos históricos, e evite o perigo de generalizações falsas.

Assim, a teoria pós-moderna feminista deve pressupor múltiplas categorias, imbuídas de temporalidade, não-universalistas. Os métodos devem ser mais comparativos e não universalistas, atentos às mudanças e aos contrastes, em vez de procurarem leis; devem evitar o conforto metafísico de um único método feminista ou de uma epistemologia feminista. Finalmente, a teoria pós-moderna feminista deve substituir as noções unitárias de mulher e de identidade de género feminina, por concepções construídas, complexas e plurais de identidade social, tratando o género como algo relevante e importante entre outras coisas, atendendo também à etnicidade, à idade e à orientação sexual (Haraway, 1990).

A grande vantagem deste tipo de teoria reside na sua utilidade para a prática política feminista contemporânea, já que, nesta perspectiva, esta é cada vez mais uma questão de alianças, e não uma unidade à volta da universalidade partilhada de interesses ou identidade. Reconhecer a diversidade das necessidades e

experiências das mulheres significa não aceitar soluções únicas e universais. Nenhuma solução para questões como o cuidar das crianças, a segurança social etc, pode ser simples e única, adequada a todos as circunstâncias, já que nem todas as mulheres partilham dos mesmos interesses e enfrentam os mesmos "inimigos". Neste sentido, pode-se falar de plural como prática de feminismos (Fraser & Nicholson, 1990; Kappeli, 1991).

Flax (1990) propõe que a teoria feminista, em vez de se constituir num esforço para ganhar credibilidade dentro de um modelo monolítico de experiência, deve ser uma exploração de outras formas de vivenciar o mundo. O feminismo pode contribuir para uma perspectiva pluralista, já que o modelo monolítico de racionalidade, autenticidade e verdade foi sempre baseado numa forma (masculina) de conhecimento.

Para Halberstam (1991) a união mais bem sucedida entre o pós-modernismo e o feminismo, terá sido devida à sugestão feita por Donna Haraway (1990) no seu trabalho *"A manifesto for Cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980"* que apresenta o que Halberstam considera um começo radical para um discurso pós-moderno feminista. Haraway (1990) une o feminismo radical a uma articulação pós-moderna da história e a uma análise política da ciência e da tecnologia. Ela reclama um reposicionamento do feminismo socialista em relação com a produção tecnológica. O cyborg é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura da realidade social mas também uma criatura de ficção. O cyborg é uma espécie de experiência de ficção. É ainda " a condensed image of both imagination and material reality, the two joined centers structuring any possibility of historical transformation" (idem, p.191). Esta imagem é particularmente útil para as feministas que procuram evitar os perigos ideológicos do recurso a um self feminino autêntico. O cyborg de Haraway expõe os mecanismos do género, 'veste-se' de circuitos e de redes (networks), pratica a parcialidade, a ironia, a intimidade e a perversidade e diverte-se na confusão das fronteiras.

O período pós-moderno não é só um período de ideias em mudança, de esperanças feitas de metáfora. É também um período de mudança nas estruturas da família, nas relações de trabalho e nas distinções de classe. O pós-modernismo permite uma política que reconheça os múltiplos aspectos pregnantes e contraditórios das identidades individuais e colectivas, não exigindo para isso qualquer critério essencial de identificação (Haraway, 1990).

O debate em torno da 'igualdade' e da diferença'

Se considerarmos o feminismo como uma teoria da igualdade política, económica e social dos sexos, implicando uma mobilização necessária para eliminar as restrições que discriminam as mulheres, então, é de admitir, que no presente não há uma orientação positiva relativamente às políticas feministas contemporâneas, já que não há um discurso político unívoco (Ergas, 1991). Apesar de na década de 90 continuar a ser possível discutir distintas desigualdades entre homens e mulheres em diferentes países, continua também a ser difícil desenvolver uma única política feminista (Evans, 1994; Kappeli, 1991).

Enquanto algumas feministas afirmam a especificidade feminina como categoria de identificação política (Harstock, 1990), outras questionam a natureza da própria categoria, e, desta forma, tanto constroem como desconstroem a própria feminilidade (Flax, 1990; Haraway, 1990).

Ann Snitow (1990) no seu capítulo *A gender Diary*, apresenta uma revisão interessante daquilo que ela própria identifica como a 'feminist divide' que aqui será traduzido por tensão ou conflito. O feminismo contemporâneo demonstra uma tensão contínua, quer a nível do pensamento e da teoria, quer a nível da acção, relativamente à ideia de, por um lado, ter de construir a identidade "mulher", dando-lhe um significado político sólido, e, por outro, sentir a necessidade de destruir a categoria "mulher", desmantelando a sua tão sólida história.

Uma vez que a possibilidade de um compromisso entre estas posições parece, de momento, impossível, torna-se inevitável, do ponto de vista tático, uma constante alternância de posições. Assim, as feministas como a maioria das mulheres, vive numa relação complexa, dentro deste conflito. De um momento para o outro, fazem-se negociações psicológicas e sociais acerca de quão 'genderizada' se escolhe ser.

A autora analisa as diferentes tensões, lembrando antigas taxonomias, já que que segundo ela os diferentes lados têm variado de designação ao longo do tempo, como se novos nomes pudessem fazer avançar o trabalho político, esquecendo que tudo já tinha sido definido anteriormente. Assim, ela distingue:

- as **minimizadoras**, que pretendem subvalorizar a categoria "mulher", minimizando o significado da diferença sexual, das **maximizadoras** que pretendem manter a categoria, alterando-lhe o significado e atribuindo-lhe mais poder;
- as **radicais** que defendem que as mulheres devem estar separadas dos homens, separação necessária para escapar à dominação, das **culturais**, para quem a celebração do ser feminino é necessária (pensam ser mais fácil reabilitar a feminilidade do que abolir o género);
- as **essencialistas** que vêem o género como enraizado nas diferenças biológico-sexuais, tendo sido o termo associado à eterna natureza feminina, das **construcionistas sociais** que assumem que o significado do corpo é alterável, não possuindo uma linguagem fixa e natural, sendo a sexualidade construída de modo diverso em cada momento e espaço próprio; e, finalmente
- a **igualdade da diferença**: nesta versão do conflito a questão que se coloca é se as mulheres querem ser iguais aos homens, ou se vêem a biologia como estabelecendo a diferença que sempre irá requerer um forte reconhecimento, e, que em última instância, define possibilidades bem separadas dentro do "humano".

Algumas feministas adeptas da diferença argumentam que as mulheres têm uma moral, uma estética, ou uma capacidade de relacionamento especial, sendo da responsabilidade do feminismo maximizar essas capacidades. Pelo contrário, as adeptas do argumento da igualdade dizem que é possível as diferenças biológicas acabarem por 'definhar' enquanto base da organização social, sendo homens e mulheres semelhantes nas características (androgínia). As adeptas da diferença tendem a enfatizar o corpo (e mais recentemente o inconsciente onde se desenvolve o significado psíquico de corpo), enquanto as outras desenfazem-no, acreditando mais na capacidade de cada indivíduo desenvolver um self não circunscrito a uma lei colectiva de género. Cada posição neste debate, implica uma compreensão específica da natureza do próprio feminismo (Ergas 1991).

Igualdade e diferença são ideias muito amplas, que podem incluir um leque de definições e de expressões políticas variadas. A igualdade tanto pode implicar o argumento liberal reformista, como a redução mais radical do género à sua insignificância. Também a diferença pode significar a crença na natural superioridade feminina, ou a importância das relações inconscientes nas experiências precoces de vida.

O conflito igualdade-diferença é tão complicado do ponto de vista das estratégias práticas, quanto em termos teóricos. Por exemplo, advogadas activistas não estão de acordo acerca da importância para as mulheres, de terem "tratamento igual" perante a lei ou "tratamento especial", por exemplo, em casos de gravidez e custódia infantil. Para Snitow (1990) o ideal seria que essas estratégias não fossem mutuamente exclusivas, embora o sejam frequentemente. Muitas vezes as activistas têm de tomar decisões que implicam posicionar-se num ou noutro lado do conflito. Do ponto de vista estratégico-político a defesa dos direitos da mulher não parece implicar uma perspectiva particular da sua identidade, já que a história mostra que as mulheres conseguiram muitos direitos, quer por se reclamarem iguais aos homens quer por serem diferentes (leis da maternidade e cuidados às crianças) (Ergas, 1991).

A oscilação entre um feminismo de diferença e um de igualdade é também uma batalha e um desacordo em torno da ideia de qual é o mais emancipatório e mais capaz de mudar as condições básicas de subordinação das mulheres. Segundo Snitow (1990), do ponto de vista histórico, cada um teve a sua oportunidade para ser vanguardista e para ser reaccionário, tendo ambos ganho batalhas e feito conquistas importantes para a condição das mulheres. Se a "diferença" permitiu maior protecção para as mulheres no trabalho, numa altura em que a legislação social do trabalho era rara, a "igualdade" permitiu o acesso ao voto, por exemplo.

A posição do pensamento feminista ocidental está provavelmente num impasse teórico e espera-se mais trabalho relativamente à questão da "diferença" e da "igualdade" (Kaplan, 1992). Este conflito dualista requer um trabalho constante, e o reconhecimento que este pensamento binário é um problema, não constitui, só por si, a solução. Seja qual for o lado do conflito, nenhum oferece um percurso claro quando se trata de discutir estratégias políticas. Algumas feministas teóricas pensam que se deveria encontrar uma terceira solução, enquanto a maioria se mantém na metáfora da duplicidade.

No entanto, a frase "todos diferentes, todos iguais" (recentemente utilizada por diferentes grupos anti-racistas), parece sugerir a possibilidade de ruptura com a duplicidade, assumindo que a igualdade e a diferença se encontram em planos diferentes, isto é, enquanto a primeira se encontra no plano da lei, na base do sistema democrático, a segunda estabelece-se no plano da cultura ou da socialização.

Snitow (1990) refere que a tensão dentro do conflito, longe de ser o inimigo do feminismo é uma força dinâmica que une diferentes tipos de mulheres. A tensão dos desacordos internos faz parte do poder de continuar a chocar e a envolver uma grande quantidade de pessoas em debate público.

Actualmente portanto, o pós-modernismo, no seio dos feminismos contemporâneos (Hirsch & Keller, 1990) está associado aos dilemas da diferença (Di Stefano, 1990).

Em síntese,

" Visando a construção do sujeito mulher e presos numa contínua tensão entre a necessidade de construir uma identidade feminina e a de demolir a categoria "mulher" os feminismos contemporâneos continuam a debater a questão, apesar de a perspectiva de um mundo misto parecer cada vez mais como uma síntese desejável num futuro a construir" (Thebaud, 1991, p.8).

CAPÍTULO V

**FEMINISMO E DISCURSO DO GÉNERO NA
PSICOLOGIA SOCIAL**

INTRODUÇÃO

Referimos na introdução da tese a distinção entre os termos sexo e gênero e referimos sucintamente as suas significações. Neste capítulo abordaremos como o discurso do gênero foi construído pela disciplina da psicologia social, isto é, como o próprio conceito, as teorias explicativas que o envolvem foram construindo um significado que hoje está associado ao próprio estudo do gênero.

Depois de se analisar a forma como o Objecto Mulher, foi tratado, analisado e construído por diferentes discursos de legitimação, apresentam-se os diferentes programas de pesquisa sobre o gênero na psicologia social. A psicologia empiricista feminista, dedica especial atenção às críticas à pesquisa sobre as diferenças sexuais, apresentando-se nesta perspectiva os trabalhos sobre a androginia e a teoria do papel social de Alice Eagly. Partindo das críticas feministas que colocam em causa a própria pesquisa de diferenças sexuais acentuando a construção social do gênero, termina-se apresentando o programa de pesquisa pós-modernista e especialmente a abordagem construcionista social do gênero.

O OBJECTO *MULHER* NOS DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO

Todas as sociedades parecem reconhecer a existência de sexos diferentes e por isso agrupam as pessoas pelo seu sexo devido a diferentes motivos (Reskin & Padavic, 1994), sendo que cada ser humano quando nasce, na cultura ocidental pertence imediatamente a uma categoria sexual específica (Denzin, 1995).

Houve sempre ao longo dos tempos grande quantidade de discursos, teorias, visões acerca do corpo da mulher, principalmente devido à sua capacidade de reprodução. Esta razão terá estado na base de todas as tentativas de compreensão e descrição da “natureza” feminina. No entanto o feminino é desvalorizado, e já em Platão como em Aristóteles a mulher, em relação ao homem, é vista como “um desvio, como uma relação imperfeita” (Joaquim, 1994, p.79).

No pensamento grego, que condicionou a cultura ocidental, o homem é o criador da ordem e da lei, enquanto a mulher está associada ao desejo e à desordem, um ser inferior pela sua natureza. “É sobre estas clivagens simbólicas que se vai fundamentar a própria sociedade “(idem, p.80), desigual, mas cuja desigualdade está baseada numa presumível diferença de naturezas, atribuindo-se à mulher qualidades negativas que a impossibilitam de participar activamente de forma igual, na sociedade onde vive (Foucault, 1979).

A mulher com o estatuto de objecto, produção do discurso masculino, pensado e modelado pelos homens, fez-se sentir a nível da filosofia, da medicina ou da ciência (Farge & Davis, 1991):

“A filosofia, a medicina e a ciência - haveria que falar também do direito - não têm as “complacências” ou os prazeres da literatura ou da arte. Aqui o discurso é duro, seco, difícil e os seus meandros laboriosos escondem mal quão difícil é para o homem, médico ou filósofo, desprender-se da sua vontade autoritária de atribuir papéis em que ele encontrará, apesar de tudo, vantagens no progresso das Luzes ou da ciência”(p.298).

O discurso filosófico parece concordar com a ideia que a completa igualdade seria o fim da união conjugal e sendo assim só a atribuição de papéis bem definidos resolveria a questão da igualdade dos sexos (Crampe-Casbanet, 1991). No século XVIII, o Iluminismo apresenta-se como um discurso da filosofia que aparentemente acaba com as diferenças de raça e sexo, mas de forma algo perversa acaba por justificar a inferioridade da mulher, já que “ o discurso Iluminista é um discurso do homem, quer dizer do género humano (...) racional: as

distinções de raça e de sexo esbateram-se, ainda que tenham conservado algumas especificidades”(idem, p.369). Mas se o discurso Iluminista se dirige a todos os homens, ele é universal, o que coloca a difícil questão de se saber quem tem direito ao universal. Se no século das Luzes se estava de acordo quanto ao facto das mulheres representarem metade do género humano, o mesmo não se dizia do género masculino, isto é, que constituia metade do género humano.

“ O termo metade deve ser antes tomado num sentido funcional: a mulher coopera na reprodução da espécie, é esposa, mãe, filha e irmã, ela possui um estatuto na família e na sociedade (...) estamos em presença de uma metade que não parece, efectivamente fazer par com a outra metade: digamos que a metade feminina existe em relação à metade masculina que lhe confere o fundamento e permite a sua definição”(idem, 372).

Destas duas metades diferentes de género humano parte-se para uma dupla maneira de dizer, de escrever e de definir, sendo o sujeito desse discurso o homem e o objecto a mulher com uma interioridade no discurso, mas um estatuto de exterioridade.

“É no seio desta palavra (e desta escrita) unilateral que se misturam processos ideológicos, as mais das vezes, senão sempre, inconscientes de si próprios, e cuja finalidade justificativa e defensiva consiste em legitimar o destino reservado à outra metade. O século que combate todas as ideias que não se baseiam na razão mantém para a mulher, uma imagem estereotipada que a define pela sua beleza e coquetaria, e pelo seu papel na esfera doméstica. Mas se a ideia base é que a cabeça fala em todos os seres humanos o que acontece na cabeça das mulheres? é como se essas cabeças estivessem dominadas pelos sentidos, dominadas pelos seus órgãos sexuais, de forma que a cabeça fala a linguagem dos sentidos. Desta forma constroi-se um discurso masculino onde o recurso à natureza permite portanto produzir uma teoria racional do feminino” (Crampe-Casbanet, 1991, p.381).

Enquanto os homens sendo seres naturais mantêm com a natureza uma relação mediatizada, as mulheres passam a estar intimamente relacionadas com ela, estabelecendo-se a ligação que perdurará até aos dias de hoje (em muitos

discursos) da relação simbiótica de mulher-natureza, sendo através da sua sexualidade que se legitima a sua inferioridade.

No entanto, a noção de natureza trás consigo um conjunto de contradições: se por um lado se atribui uma faceta de desregramento sexual e desejos ilimitados, por outro lado, ela também pode dotar as mulheres de vergonha ou pudor. Destas contradições surgiram vários discursos masculinos sobre a “arte (natural?) das mulheres para agradarem, subjugarem e finalmente dominarem” (p.383). Desta forma o pudor servia fins incompatíveis, como protecção e domínio sobre os homens. “A inferioridade da mulher, enraizada na sua diferença sexual, vai ser estendida naturalmente a todo o seu ser e particularmente às suas faculdades intelectuais. Terá ela verdadeiramente, um espírito, uma capacidade racional?” (Crampe-Casbanet, 1991, p.385).

Para os filósofos Iluministas o discurso é tranquilizador, porque mais ou menos unânime relativamente à ideia de que as mulheres ou não têm razão ou têm uma razão inferior. Assim da “inferioridade sexual e intelectual da mulher, do seu papel natural na reprodução da espécie e no cuidado dos filhos decorre *naturalmente* uma definição de função e de papel(...) a mulher é essencialmente esposa e mãe”(p.388). Mas,

“admitir a igualdade dos sexos, a necessidade de uma educação comum, parece implicar que seja reconhecido às mulheres o direito de participar na vida política, o direito à cidadania. No entanto a cidadania das mulheres vem-lhes do facto de serem esposas de cidadãos, o que representa dizer que a cidadania feminina-reduzida à esfera privada-está excluída de qualquer realidade política”(idem, p.398).

Salvo algumas excepções, como Condorcet, o pensamento do Iluminismo mantém a inferioridade da mulher e justifica o seu papel numa suposta necessidade feminina. Mas, para resolver o problema teórico que provinha da diferença dos sexos, o espírito iluminista resolve o problema atribuindo à mulher uma dualidade de estatuto. Trata-se de dar às mulheres papéis sociais como esposas e mães, funções que por natureza as mulheres querem desempenhar e, por

causa delas, as mulheres podem então ser cidadãs, nunca lhes sendo reconhecido um estatuto político.

O discurso médico acaba por confirmar superstições mesmo perante factos científicos contraditórios (Berriot-Salvadore, 1991), e por isso se parte da descrição do corpo feminino como uma cópia defeituosa do corpo do homem, para a crença de uma natureza frágil sujeita às desordens provenientes dos seus órgãos reprodutivos. Desde os textos medievais, passando pelo renascimento, até ao discurso na época da revolução, o discurso médico é sempre utilizado para permitir justificar a colocação da mulher na esfera familiar, conferindo-lhe um estatuto particular na sociedade. O discurso científico legitima o lugar dado à mulher: a maternidade define-a, é este o discurso científico do século das Luzes. “Em nome de um determinismo natural, o pensamento médico confina então a feminilidade ideal na esfera estreita que a ordem social lhe destina: a mulher, sã e feliz, é a mãe de família, guardiã das virtudes e dos valores eternos” (idem, p.444).

Assim,

“ um pensamento dualista, da racionalidade e dos instintos, da paixão e do intelecto, da natureza e da cultura, que marcou a primeira relação da ciência com o masculino e o feminino, assente num paradigma sexomórfico, que persistia em encontrar nos corpos o fundamento para a inferioridade social das mulheres” (Amâncio, 1995, p.3),

acabou por ser prolongado pelo discurso da ciência. A legitimação proveniente deste discurso científico permitiu que persistisse durante toda a modernidade “um discurso sobre os sexos que, nas suas vertentes dualista, biologizante da condição das mulheres, e essencialista, pouco difere do discurso religioso da pré-modernidade” (ibidem, p.3).

Se desde a Antiguidade é expressa a desigualdade, e se os mitos que a sustentam vão ser integrados na ciência moderna, a partir do século XVII e XVIII, estes vão-se recolocar nas ciências sociais e humanas que nascem no século XIX. Por isso, esta questão é central na psicologia e especificamente na psicologia social.

Sandra Bem no seu livro *The lenses of gender* (1993) refere que se podem encontrar três crenças fundamentais relativas a homens e mulheres, ao longo da análise da cultura ocidental. São elas: (1) que homens e mulheres têm naturezas psicológicas e sexuais distintas; (2) que os homens são inerentemente superiores ou os dominantes; e finalmente que (3) quer a natureza quer a superioridade masculina, são naturais. A autora associa estas crenças ao que designa pelas *lentes do género*, que apesar de todos os desafios trazidos pelas reivindicações da primeira e segunda vaga do feminismo, persistem até aos dias de hoje, essencialmente na sociedade americana. Estas lentes de género funcionam como suposições “ocultas” enraizadas nos discursos culturais, nas instituições sociais, na psicologia individual, que invisivelmente e de forma sistemática reproduzem o poder masculino ao longo dos tempos. Assim, podem-se identificar três lentes:

1. O androcentrismo: não só a ideia da superioridade masculina, mas também a suposição que o masculino funciona como a norma e a experiência feminina como uma especificação sexual desviante dessa norma;
2. A polarização de género: não é só a percepção histórica que mulheres e homens são fundamentalmente diferentes mas o uso mais subtil e pervasivo dessa percepção como um princípio organizador da vida social e cultural;
3. O essencialismo biológico, que racionaliza e legitima as outras duas lentes tratando-as como as consequências naturais e inevitáveis das naturezas biológicas intrínsecas a homens e mulheres.

A autora refere ainda as consequências da utilização destas lentes:

“ The lenses of androcentrism, gender polarization and biological essentialism systemically reproduce male power in two ways. First, the discourses and social institutions in which they are embedded automatically channel females and males into different and unequal life situations. Second, during enculturation, the individual gradually internalizes the cultural lenses and thereby becomes motivated to construct an identity that is consistent with them “ (p.3).

Também West e Zimmerman (1991) sugerem que as sociedades produzem e mantêm diferenças de gênero, tornando-o saliente através de vários processos: a socialização, a acção das instituições sociais e a interacção entre as pessoas. Pode-se dizer que o gênero é um sistema de relações sociais que esta imbuído na forma como as grandes instituições estão organizadas, incluindo o mercado de trabalho. O gênero está em permanente construção nas interações porque é performativo (Acker, 1991; Lorber, 1991). Enquanto a diferenciação sexual, classificação dos indivíduos em categorias baseadas no sexo de pertença (Reskin & Padavic, 1994), começa no nascimento (Denzin, 1995), a feminilidade e a masculinidade são termos socialmente definidos que são associados a essas categorias biologicamente determinadas de indivíduos. O próprio termo “sexo oposto” revela a preocupação de uma sociedade com as diferenças entre homens e mulheres (Reskin & Padavic, 1994).

Veremos ao longo do capítulo como o gênero é uma construção social (Amâncio, 1994; Hare-Mustin & Marecek, 1990a; 1990b; 1990c; 1990d; Reskin & Padavic, 1994; Unger, 1989), não uma inevitabilidade biológica¹. Enquanto que para Deaux (1984) o gênero “é um processo que é influenciado pelas escolhas individuais, moldado pelas pressões institucionais e em última análise compreendido apenas no contexto da interacção social” (p.115), para Reskin e Padavic (1994) o processo de transformar homens e mulheres em dois grupos que diferem em aparência e oportunidade constitui a construção social do gênero.

¹ Esta distinção é clara na variabilidade que os antropólogos encontram entre comportamentos masculinos e femininos nas diferentes culturas (Mead, 1949, cit. Reskin & Padavic, 1994). Segundo refere Vale de Almeida (1995) “para tentar provar a plasticidade humana, Mead tem a coragem de demonstrar que as emoções sexuais são (...) construções sociais” (p.103)

PROGRAMAS DE PESQUISA SOBRE O GÊNERO NA PSICOLOGIA SOCIAL

Na psicologia assistiu-se sempre a uma grande resistência relativamente à aceitação das críticas feministas no que diz respeito aos paradigmas teóricos, possivelmente devido à ênfase positivista que dominou a disciplina, e que se fundamentava na neutralidade e na objectividade (Hare-Mustin & Marecek, 1990b;1990c). Se ser feminista implica uma clara defesa dos interesses de um grupo, assumir o feminismo na ciência psicológica seria assumir como que a sua não-neutralidade (Harding, 1994; Kitzinger, 1990). A procura do conhecimento científico supõe-se ser neutra, objectiva, desapaixonada e desinteressada (pelo menos em termos da perspectiva da ciência moderna), procurando proteger os resultados da pesquisa dos valores sociais dos pesquisadores e das suas culturas. No entanto, muitas das afirmações resultantes das pesquisas conduzidas por feministas parecem ser mais plausíveis, mais válidas, mais prováveis de serem confirmadas pelas evidências do que as crenças que vêm substituir (Eagly, 1994; Harding, 1986; 1994).

O enfoque da teorização feminista pós-moderna começou a invadir a psicologia e muitas das críticas feministas começaram a abalar inclusive os alicerces da própria produção do conhecimento. Assim, uma psicologia com envolvimento pós-modernista, e da análise do discurso, incide na crítica aos paradigmas convencionais no estudo do gênero e na análise do significado e práticas associadas ao gênero conforme eles são aceites, mantidos e reproduzidos pela sociedade moderna (Hare-Mustin & Marecek, 1988).

Assiste-se nos dias de hoje à colocação de novas questões, já que as anteriores, baseadas na substituição do objecto de análise do sexo para o gênero, não foram bem esclarecidas (Hurtig & Pichevin,1986), não tendo havido por isso mudança no modelo de análise (Amâncio, 1994).

Face a estas evidências Sandra Harding (1986) propõe uma distinção entre tipos de pesquisa realizada por feministas, que se pode aplicar a várias disciplinas.

Ela faz a distinção entre o feminismo empiricista, as teorias de ponto de *standpoint* feminista e o feminismo pós-modernista. Por nos parecer que esta distinção permite uma compreensão e fácil reconhecimento do tipo de epistemologia subjacente a muitas teorias e programas de pesquisa sobre o gênero na psicologia social, este capítulo foi estruturado em torno desta divisão (apenas no que diz respeito ao feminismo empiricista e feminismo pós-modernista). Assim, começaremos por referir toda a pesquisa e teoria elaborada mais ou menos até aos anos 80, e que se pode considerar essencialmente do tipo empiricista feminista, passando depois a analisar a teoria e a investigação realizada, e em curso, que se baseia nas críticas feministas pós-modernistas da ciência moderna.

Empiricismo Feminista

As feministas empiricistas argumentam que os enviesamentos sexistas e androcêntricos podem ser eliminados pela adesão estrita às normas metodológicas já existentes da pesquisa científica (Harding, 1994). Desafiam essencialmente o método científico que consideram incompleto, não as normas da própria ciência, isto é, embora admitam a emergência de novas questões, mantêm sem questionar a lógica do processo de pesquisa e a lógica da explicação científica.

Neste sentido, o sexismo e o androcentrismo na pesquisa científica são devidos inteiramente a uma “má ciência” (Harding, 1994). A existência de distorções é causada pelos enviesamentos sociais, e os preconceitos são o resultado de atitudes hostis e falsas crenças, provenientes da ignorância ou da superstição (Harding, 1986).

Os enviesamentos androcêntricos surgem nos processos de pesquisa particularmente ao nível da colocação dos problemas, na forma como eles são definidos e identificados, assim como na escolha dos próprios desenhos experimentais e de recolha e interpretação dos dados (idem, 1994).

A influência das críticas feministas faz-se sentir no apelo à dissipação das formas mais flagrantes de androcentrismo (Harding, 1994), já que a sua insistência

na diferença entre os sexos e na sua oposição intrínseca conduziu à consagração da superioridade masculina sob a forma de uma pretensa objectividade (Lorenzi-Cioldi, 1994).

O conceito e o impacto da diferença sexual

A pesquisa acerca das diferenças sexuais está historicamente associada ao desejo masculino de compreensão da natureza das mulheres (Hare-Mustin & Marecek, 1994) e está imbuída de conflito e mistificação desde os seus tempos mais remotos (Hare-Mustin & Marecek, 1990d).

Desde Aristóteles até à actualidade, afirmava-se a distinção entre os sexos, a superioridade masculina e o seu posicionamento como grupo de referência e comparação (Bem, 1993).

Tendo por base o *Genesis* Vale de Almeida (1995), refere:

“No mito fundador temos inscrita uma relação hierárquica entre homens e mulheres; uma definição do primeiro como superior, mas condenado ao sacrifício do trabalho, da transformação da natureza, por ter sucumbido à sua parte feminina (já que saída de si, e invertendo assim a consciência empírica de o homem nascer da mulher); e a mulher condenada à obediência ao homem e definida pela sua função reprodutiva. A expulsão do paraíso, que pode ser interpretada como fundação da vida em sociedade, assenta em razões sexuais. A sociedade nasce com a divisão sexual e, na linguagem de hoje, com a definição de dois géneros” (p.73).

Tal como qualquer outro domínio, a psicologia está situada dentro de uma matriz cultural e societal que atribui importância a determinados problemas, autoriza o escrutínio de certos “factos” e selecciona certas respostas para a disseminação profissional e popular (Hare-Mustin & Marecek, 1990c; 1990d; 1994).

Desde os tempos de Helen Thompson Wooley por volta de 1910 que se assiste à afirmação das diferenças sexuais para sustentar a inferioridade feminina,

limitando a sua esfera de acção, restringindo a sua autonomia e liberdade de movimentos .

Quando, no início do século, Terman e Miles baseando-se na premissa de que a ausência de diferenças na medida de inteligência devia indicar que estas (diferenças) se situavam a outros níveis, como sentimentos, interesses, atitudes e comportamentos, acabam por oferecer uma descrição da imagem de uma mulher típica através de uma série de oposições ao homem típico (Lorenzi-Cioldi, 1994). A partir destes trabalhos estão criadas as condições não só para o aparecimento imediato dos temperamento masculinos e femininos, como também o início de um vasto programa de pesquisa sobre as diferenças sexuais.

A imagem de uma mulher que difere do homem pela sua emocionalidade mais rica e variada, que condiciona o seu comportamento quotidiano, sendo igualmente tímida, dócil, vaidosa e sem espírito de aventura, torna-se uma espécie de protótipo de temperamento que vem assim a constituir-se como norma para um grupo. Os temperamentos, para além de se tornarem o centro de gravidade dos grupos, o que permite o entendimento da variação individual, estão organizados em função da oposição entre esfera privada e esfera pública, família-trabalho. Estruturam a organização da divisão entre a esfera produtiva e a doméstica (Giddens, 1994).

O facto de Terman e Miles pretenderem explorar uma multiplicidade de domínios, acabou por refrear a elaboração de uma teoria coerente e convincente dessas diferenças. A colaboração de Parsons e Bales (1955, cit. Lorenzi -Cioldi, 1994) ao integrarem as noções de instrumental e expressivo viria a possibilitar uma teoria da personalidade.

Segundo refere Amâncio (1994) a teoria de Parsons incide sobre a estrutura da família e a socialização dos papéis sexuais, sendo a divisão das tarefas na família a componente sociológica desta teoria. Para estes autores as esferas privada e pública traçam a linha divisória dos papéis sexuais resultando daí os temperamentos masculinos e femininos, produtos da interiorização desses papéis (Lorenzi - Cioldi, 1994).

“ A subsistência da família é assim assegurada pela figura masculina, através do trabalho no exterior da família, enquanto o bem-estar familiar é assegurado pela figura feminina, e a manutenção da estrutura familiar equilibrada, de personalidades saudáveis nos adultos e da própria sociedade, dependem desta distinção nos papéis sexuais, que, embora complementares, no seio da família, são quantitativa e qualitativamente assimétricas” (Amâncio, 1994, p.21).

O bom desempenho dos papéis (de expressividade para as mulheres e de instrumentalidade para os homens) orienta a personalidade individual, sendo deste modo encarada como um protótipo (Lorenzi -Cioldi, 1994). É através do processo de socialização dos papéis sexuais (socialização feita essencialmente no seio da família) que determinados papéis sociais são associadas a cada um dos sexos definindo-se deste modo as diferenças no perfil de personalidade de homens e mulheres (Amâncio, 1994).

Depois dos trabalhos de Terman e Miles por volta dos anos 30 e do desenvolvimento posterior realizado por Parsons e Bales, nos anos 50, toda uma corrente de pesquisa se seguiu baseada na simplicidade da dualidade de papéis, assistindo-se à redução dos temperamentos masculinos e femininos à posse simples de traços de personalidade (Lorenzi -Cioldi, 1994).

Assiste-se ao assumir de disposições individuais consistentes e estáveis, os traços, sendo as personalidades femininas e masculinas tomadas a priori para justificar, por exemplo, a desigualdade no acesso a posições de chefia, supostamente requerendo traços instrumentais, logo masculinos.

Na psicologia social, o modelo da socialização, da diferenciação sexual e dos papéis sexuais irá marcar todo um período de investigação sobre as diferenças entre os sexos a partir dos anos 60 (Amâncio, 1994).

Quando em 1974 Maccoby e Jacklin apresentam os resultados de uma revisão efectuada a 1400 trabalhos que comparavam homens e mulheres e concluíam que surgiam apenas quatro diferenças sexuais (superioridade na competência verbal das raparigas, de capacidades visuais e espaciais raciocínio numérico assim como maior agressividade nos rapazes) tudo parecia indicar a existência de mais semelhanças que diferenças entre os sexos. Segundo Maccoby

(1980) mesmo que se encontrem diferenças sexuais entre os grupos em determinados domínios comportamentais - físico, cognitivo, emocional ou social - o comportamento individual dos membros dos dois sexos é, frequentemente, muito semelhante. Homens e mulheres, rapazes e raparigas são mais parecidos que diferentes.

Centenas de estudos posteriores a 1974 procuraram verificar, modificar ou aumentar o trabalho de Maccoby e Jacklin. Devido às críticas surgidas relativamente ao método por elas utilizado para organizar os dados, surgiu um novo método - a meta-análise² sendo apresentado como superior para a realização de trabalhos semelhantes. Muitas meta-análises foram conduzidas sobre as diferenças sexuais em muitas áreas, desde as competências cognitivas até às diferenças no comportamento social (Eagly & Crowley, 1986; Eagly & Steffan, 1986; Hyde, 1984; Hyde & Linn, 1988; Hyde, Fennema & Lamon, 1990). No entanto, conforme a análise de todos estes trabalhos, as conclusões mostram-se confusas e ambivalentes.

Posicionamento feminista face à diferença sexual

Na sociedade americana moderna o Individualismo parece ter vindo substituir a ideia de Deus, o supremo absoluto das sociedades ocidentais da Idade Média (Hare-Mustin & Marecek, 1990). Devido à localização predominante da ciência sobre o indivíduo, surgem determinados termos dominantes na cultura americana, tais como a independência, a privatização, o individualismo e o controlo pessoal. A psicologia tem contribuído bastante para modelar e dar suporte às crenças de um indivíduo como uma entidade auto-contida e nobre em si mesma. Esta visão centrada no indivíduo, determinou que se elevassem as acções individuais a determinantes, acima da influência do contexto onde as acções

² A meta-análise usa métodos quantitativos sofisticados para combinar os resultados estatísticos de diferentes estudos, permitindo observar os resultados de um modo mais controlado que o método anteriormente usado.

decorriam. A independência, a autonomia e as fronteiras de um Ego bem delimitadas, tornaram-se objectivos do desenvolvimento saudável. Igualmente se pode considerar que a grande importância dada às diferenças individuais, surgiu desta ênfase no indivíduo, e no campo das diferenças, aquelas entre homens e mulheres foram, como já se referiu, as mais analisadas (idem, 1990).

Estas diferenças foram atribuídas a factores de ordem biológica, assumidas como naturais e moralmente correctas. O determinismo biológico, surgiu nos primeiros tempos como uma justificação para as desigualdades sociais (Bem, 1993). A biologia evolucionista de Darwin que assumia ser a mulher uma espécie de homem cuja evolução teria estagnado em determinado momento, ainda persiste nos dias de hoje, principalmente na crença de que a biologia é “destino”³ para as mulheres, tendo os homens conseguido atingir a racionalidade e a livre vontade. As diferenças biológicas serviram para colocar as mulheres “nos seus devidos lugares”, isto é, na esfera familiar e nas relações de suporte afectivo.

Depois de Parsons ter assumido os conteúdos dos temperamentos como sendo traços de personalidade e de ter feito depender da socialização na família nuclear a aquisição de papéis de homem e mulher, a proliferação de questionários e inventários de medidas de personalidade não se fez esperar. Apesar de muitos resultados não se revelarem concordantes com a teoria, os investigadores parecem ter “forçado” as respostas observadas a uma ligação do género (sexo cultural, social e psicológico), ao sexo biológico (Hare-Mustin & Marecek, 1990).

As incongruências observadas e salientadas pelas críticas feministas vão estar na origem essencialmente da teoria da androginia formulada inicialmente por Sandra Bem, e na teoria do papel social de Alice Eagly.

³ Ainda hoje o síndrome menstrual das mulheres está associado aos seus estados de humor, sendo este, segundo Hare-Mustin e Marecek (1990) apenas uma “construção” de médicos, baseados nas experiências de algumas mulheres. Do mesmo modo, a crença sobre a menopausa como um período propenso a depressões, é considerada uma generalização abusiva, já que para muitas mulheres representa um período, pelo contrário, muito positivo. Estas constatações mostram como a biologia e a enfatização das explicações baseadas nas hormonas mais não são do que uma construção cultural, processos determinantes para o comportamento das mulheres, mas não para os homens.

A noção de androginia.

O paradigma da diferença dos sexos, ao reduzir o gênero a uma dicotomia “natural” sugere imutabilidade e essencialismo. No final dos anos 60, durante a segunda vaga do feminismo, as críticas à bipolaridade sexual tornaram-se muito consistentes, associadas à crítica ao essencialismo e à “biologia como destino”.

Às críticas à existência de traços associados ao gênero, isto é, de masculinidade e de feminilidade e ao seu posicionamento bipolar, mutuamente exclusivo e ao sexo biológico como determinante desses traços de gênero desejáveis e apropriados para um adequado ajustamento psicológico, aliaram-se as críticas relativas aos aspectos metodológicos. Para além da afirmação de enviesamentos sexistas, começava a ser referida a existência de valores implícitos nas escalas de medida empregues na pesquisa, que assumiam as diferenças de gênero como qualidades “essenciais” privilegiando dois gêneros psicológicos distintos, consistentes com o sexo biológico e estáveis ao longo do ciclo de vida.

A noção de androginia, que surge no início dos anos 70, pretende desafiar esta perspetiva acerca dos sexos (Morawski, 1990), que prolongando e legitimando as representações sociais em vigor numa sociedade desigual, acaba por estar “confortavelmente instalada” na própria prática científica (Lorenzi-Ciodi, 1994). Uma leitura dos trabalhos realizados nos anos 60 em psicologia social, num número elevado de domínios, sugeria claramente que os investigadores dispunham, já nessa época, dos utensílios necessários para descrever o estado andrógino. Mas não o fizeram, já que o paradigma clássico da diferença dos sexos resistiu às pressões derivadas dos resultados discordantes das pesquisas: ao mesmo tempo que a investigação sobre as diferenças sexuais continuava, cresciam paralelamente os estudos empíricos cujos resultados indicavam que os indivíduos não se situavam necessariamente em termos de oposição bipolar.

A androginia sugere a combinação de atributos femininos e masculinos, eliminando a suposição do dualismo de gênero. Não assume nenhuma ligação

entre sexo biológico e género psicológico (Morawski, 1990) e pretende essencialmente que as mulheres se libertem das orientações comportamentais consideradas adequadas ao seu sexo (Amâncio, 1994).

O conceito de androginia psicológica implica que é possível para um indivíduo ser ora compassivo ora assertivo, ser expressivo e instrumental, ser masculino e feminino dependendo das circunstâncias apropriadas a estas várias modalidades (Bem, 1981). Implica ainda, que um indivíduo pode combinar estas modalidades complementares num único acto, como por exemplo, a capacidade para despedir um empregado, se as circunstâncias o exigem, mas tendo em atenção as emoções que tal acto inevitavelmente produz. Deste modo pode-se dizer que “um indivíduo andrógino dispõe, pois de um maior leque de comportamentos que lhe permitem ser autónomo, flexível e adaptado aos diversos contextos” (Saavedra, 1995, p.46).

Em 1974 Sandra Bem apresenta o seu *Bem sex Role Inventory*, um instrumento que pretendia ser uma medida dos estereótipos de género, distinta dos questionários existentes, que pressupunham a oposição entre os conceitos de masculinidade e feminidade. Esta nova medida encarava essas duas dimensões como independentes, podendo no entanto aplicar-se ao mesmo indivíduo (Saavedra, 1995). Segundo Bem (1981) o conceito de androginia, baseia-se na concepção de que as pessoas sexualmente estereotipadas estão altamente vinculadas à definição cultural de comportamento adequado ao seu sexo e usam essa definição como um ideal estandardizado através do qual o seu comportamento deve ser avaliado. Nesta perspectiva, uma pessoa sexualmente estereotipada sente-se motivada a manter o seu comportamento consistente com a imagem idealizada de masculinidade ou feminilidade, objectivo que o indivíduo realiza seleccionando comportamentos e atributos que realcem esta imagem e evitando aqueles que a violam. Em contrapartida os indivíduos andróginos estão menos vinculados a estas definições culturais de feminilidade e masculinidade e menos motivados a regular o seu comportamento por esses padrões. Através do instrumento por ela concebido, classificava-se os indivíduos em femininos (resultados elevados em feminilidade e baixos em masculinidade), masculinos

(resultados altos em masculinidade e baixos em feminilidade), andróginos (resultados elevados nas duas dimensões) e indiferenciados (resultados baixos nas duas dimensões) (Saavedra, 1995).

Segundo Lorenzi-Cioldi (1994) o impacto das ideias acerca da androginia provém da suposição de um ideal que põe fim à incompreensão entre homens e mulheres, à exploração e à dominação de uns sobre outros, ao fim do seu conflito. Sugere que se pode retirar desta teoria uma utopia, onde a personalidade andrógina reconcilia os sexos num ser novo, ultrapassando as fronteiras do masculino e do feminino e o dualismo psicológico e cultural que lhe está associado. Esta utopia edifica uma personalidade original, singular, autêntica e excêntrica em relação aos seus grupos de pertença. O retorno à androginia (no sentido dos mitos) implica a elevação a um bem-estar, à perfeição e ao fim da guerra dos sexos (Lorenzi-Cioldi, 1994). Como refere Amâncio (1994) a hipótese central do modelo de Bem sugeria que os indivíduos andróginos (que alteram comportamentos femininos e masculinos em função das situações) possuíam uma auto-estima mais elevada assim como bem estar superior.

Para Lorenzi-Cioldi (1994) esta noção de androginia sugere-lhe a metáfora de “indivíduo camaleão”. As estratégias comportamentais associadas a esta personagem fazem-se acompanhar de uma representação idealizada da interacção humana, na qual a alternância psicológica de qualidades femininas e masculinas, é vantajosa para os indivíduos, já que podem escolher um lugar na sociedade, em função de critérios que escapam a classificação baseada no género.

A noção de androginia foi tentando adaptar-se aos modelos correntes na evolução da psicologia social. Se, na sua primeira asserção, se pode considerar existir uma espécie de feminismo behaviorista (Amâncio, 1994) nas últimas asserções insere-se na perspectiva da cognição social, enfatizando os esquemas do género (Alfferman, 1995).

Mas a noção de androginia sugeria igualmente um modelo para uma política social (Morawski, 1990), já que o conceito tinha objectivos

emancipatórios. Enquanto o conceito original de atributos de género supunha normas de comportamento masculino e feminino, este modelo via os indivíduos como agentes humanos flexíveis e bem sucedidos, que funcionavam num mundo social complexo, mas não estruturado em termos de género. Estas ideias tinham grande poder emancipatório no que diz respeito à noção de comportamentos apropriados e de bem-estar mental.

No entanto, esta noção revelou-se, de forma algo paradoxal, inconveniente e desapropriada para as perspectivas feministas (Amâncio, 1994; Morawski, 1990).

A questão principal residia no facto de o modelo da androginia continuar a reconhecer os conceitos convencionais de feminilidade e masculinidade, retendo o dualismo clássico e a afirmação de algumas diferenças de género “reais”, isto é, a existência de entidades reais e internas do ponto de vista psicológico (Morawski, 1990). Para além disso, as análises quantitativas realizadas indicavam que os valores de masculinidade eram os melhores preditores do comportamento andrógino.

O modelo da androginia pôs em causa o modelo da convergência entre a orientação de papéis sexuais e de género (Whitley, 1993), sendo o seu maior contributo a ideia da independência entre o sexo biológico e as componentes psicológicas de identidade sexual (Unger, 1979). No entanto, apesar de ter aberto um novo campo aos estudos da identidade pessoal (Lorenzi-Cioldi, 1988), embora valorizando a identidade pessoal (síntese das identidades sociais) sobre a identidade social, acaba por cair numa oposição entre o masculino e o feminino, o pessoal e o social (idem, 1988), e numa valorização do modelo da masculinidade (Lau, 1989).

Se a própria androginia perpetuava um conjunto de ideais culturais que favoreciam um indivíduo cognitivamente flexível, independente e auto-contido, um modelo mais “carregado” de atributos masculinos, consistente com os papéis sociais de um agente social independente e instrumental, então o seu carácter emancipatório era questionável (Morawski, 1990).

Inserido na Escola de Genebra, onde os níveis de análise situacional e ideológico (Doise, 1986) eram equacionados, Lorenzi-Cioldi (1994) apresenta um conjunto de análises indicadoras de como a síntese do masculino e do feminino não se situa a igual distância entre os dois termos. A identidade andrógina apresenta-se sob a forma de uma identidade que privilegia o indivíduo em detrimento do grupo de pertença, acabando por ter uma implicação com o estatuto social dos próprios grupos. Este autor, centrando-se numa perspectiva mais contextualista e sociológica da androginia, apresenta uma teoria que se afasta das teorias tradicionais da androginia psicológica, em benefício de um modelo que integra o poder (elemento ausente nos trabalhos anteriores) e por isso menos localizado em níveis de análise individuais.

Assim, um conjunto significativo de pesquisas puseram em evidência as diferenças entre os indivíduos quanto à sua disponibilidade para o estado andrógino, já que a androginia psicológica é mais frequentemente observada nos homens do que nas mulheres (Lorenzi-Cioldi, 1994). Os homens utilizam mais frequentemente um esquema de diferenças individuais, enquanto as mulheres relacionam as percepções acerca de si próprias com as percepções referentes ao seu grupo de pertença, sendo assim concebidas como membros mais interdependentes da sua categoria.

Duas noções constituem as peças chave da pesquisa do autor: a noção de grupo colecção e de grupo agregado (Lorenzi-Cioldi, 1988). O grupo colecção corresponde aos grupos dominantes, uma espécie de colecção de individualidades, indivíduos particulares que compõem o grupo; é assim um grupo composto por indivíduos que são vistos e se vêem a si próprios como distintos e singulares. Neste grupo existe um modelo prototípico, cada membro endossa mais ou menos fortemente uma parte dos atributos do seu grupo, o que permite a heterogeneidade grupal.

No grupo agregado, grupos dominados, os seus membros vêem-se e são vistos de forma indiferenciada e semelhante, possuindo todos os atributos que definem o grupo enquanto tal. O pertencer a um grupo de alto estatuto, grupo dominante, favorece a personificação do indivíduo, enquanto pertencer a um

grupo de baixo estatuto, grupo dominado, torna os indivíduos mais interdependentes.

Na medida em que as noções de colecção e agregado traduzem as posições sociais e não as características intrínsecas dos grupos e dos indivíduos, não se encontra aqui o perigo de uma abordagem tipológica de personalidade sexuada, permitindo “desnaturalizar” a ideia de um ser individualizado.

Assim, para Lorenzi-Cioldi (1994) a androginia é uma representação social, que longe de ser uma disposição individual que se desenvolve ao contrário do grupo de pertença, surge antes como o produto da inserção dos indivíduos num grupo, assinalando mais do que omitindo a pertença grupal.

Le modèle de l'androgynie psychologique, en faisant l'hypothèse de l'incorporation dans le concept de Soi des exigences émanant de situations fort contrastées, aboutit à l'explication de la variabilité individuelle par les dispositions internes et stables de l'individu, ainsi apparenté à une individualité générique. Dans une société qui atténue la contrainte d'une correspondance étroite entre la position sociale de l'individu et les rôles qu'il assume, la personne androgyne est en quelque sorte une image idéale de l'individu démocratique (Lorenzi-Cioldi, 1988, p.209).

No entanto, este modelo não explica como uma representação de si individualizada (de acordo com a visão andrógina) se encontra ainda ligada à representação de si dos dominantes numa relação intergruppal (Lorenzi-Cioldi, 1988; 1994). Na perspectiva do autor uma representação de si individualizada ou singular está ligada às pertenças colectivas específicas que se actualizam de múltiplas maneiras no quotidiano.

“ L'insuffisance du modèle de l'androgynie psychologique dépend donc du postulat selon lequel l'appartenance à un groupe, quel qu'il soit, limite l'expression de comportements différenciés et variés, empêche la pleine expression du potentiel de capacités personnelles, et affecte le sentiment de bien-être de l'individu (Lorenzi-Cioldi, 1988, p.210).

Assim, parece que a noção de androginia limita as dinâmicas da identidade às situações, enquanto que os trabalhos apresentados pelo autor referem a importância quer das situações, quer da pertença grupal.

Em síntese, enquanto os estudos clássicos das diferenças entre os sexos que dominaram a psicologia até por volta dos anos 70 diziam respeito essencialmente à procura de diferenças coerentes entre os indivíduos de sexos diferentes, supondo a uniformidade dos membros no seio de cada grupo, a androginia por seu lado chamou a atenção para a variabilidade intragrupal. No entanto, esta característica que para Lorenzi-Cioldi (1988), é talvez a mais importante a reter deste modelo, conduziu à ausência do colectivo ou à indiferença face aos grupos, e por isso, não permite explicar a forma como a variabilidade inter-individual se manifesta. O caso da pesquisa sobre a androginia reflecte algumas das características irónicas do empiricismo feminista; isto é, ao substituir-se o enviesamento sexista por outros valores mais emancipatórios, obteve-se um modelo que aparentemente privilegiou a masculinidade, como significado simbólico dominante (Morawski, 1990).

A teoria do papel social

Apesar de a partir de meados dos anos 70, não se encontrar consenso entre os psicólogos quanto à existência de diferenças sexuais, a pesquisa relativa aos estereótipos de género (Ashmore, & DelBoca, 1981) revelava a existência de crenças populares e bem disseminadas quanto às diferenças sexuais. Para William e Best (1990) as definições de estereótipos de género (conforme parecem ser utilizadas pelos investigadores) caracterizam-se por um conjunto de crenças de carácter cognitivo, partilhadas pelos membros de um determinado grupo, e dizendo respeito às características de homens e mulheres. Apesar de muitos trabalhos (Deaux, 1984) apontarem a inexistência de diferenças, a generalização dos estereótipos de género foi interpretada nos anos 80, na perspectiva da

cognição social, como um enviesamento e uma rigidez no processamento da informação social.

A generalização da "evidência" de estereótipos de género relativos, por exemplo, a diferentes comportamentos sociais, competências e personalidades entre homens e mulheres, fazia com que os/as investigadores(as) assumissem o papel de "cruzados" (Eagly, 1987), ao tentarem difundir uma ideia completamente diversa.

A visão corrente na psicologia social, que encara a pessoa como um processador de informação com papel activo e construtivo, não permite uma análise eficaz das diferenças sexuais. Assim, e face ao que considerava ser uma inadequação da teoria da cognição social para a explicação das diferenças sexuais, esta autora vai fazer ressurgir noções como de papel social e influência social, embora integrando alguns aspectos extraídos do modelo da cognição social: a ênfase é dada à pessoa submetida a pressões sociais, mas é ela também quem colabora activamente na criação e na reacção a essas mesmas pressões.

Eagly (1987) considera que as crenças difundidas acerca de homens e mulheres devem ser substituídas por outras generalizações, baseadas nos resultados das pesquisas, já que a aparente discrepância entre os resultados e as crenças populares pode residir não no enviesamento perceptivo, mas nas dificuldades das próprias pesquisas e dos métodos (pouco sistemáticos) para compilar esses resultados. Assim, neste modelo, surge uma teoria, mas também uma metodologia apropriada - a meta-análise.

A tese central desta teoria é a de que as diferenças sexuais são um produto dos papéis sociais que regulam o comportamento na vida adulta (em oposição a muitas teorias das diferenças sexuais baseadas quer em factores biológicos, quer na socialização infantil precoce). Considerando que as explicações baseadas nos papéis sociais que controlam a vida adulta não tinham sido ainda alvo de qualquer tentativa unificadora, no sentido da organização de uma teoria distintiva do comportamento sexual tipificado, decidiu interpretar as diferenças sexuais no comportamento social em termos de uma única perspectiva social-normativa.

A própria autora admite que esta teoria poderá simplificar demasiado a realidade complexa das diferenças sexuais, mas considera que se justifica pela possibilidade de explicação de muitos resultados e pela sua contribuição para uma representação conceptual coerente.

Os papéis de género são definidos como aquelas expectativas partilhadas acerca das qualidades e comportamentos apropriados dos indivíduos, em função do seu género socialmente definido. Estes papéis de género induzem quer directa quer indirectamente a diferenças sexuais estereotipadas.

Directamente, porque tendem a ser confirmados comportamentalmente, já que as observações dos comportamentos das mulheres e homens afectam as crenças acerca dos comportamentos apropriados a cada género (papéis de género) e são esses papéis que (juntamente com outros factores) são responsáveis pelas diferenças sexuais no comportamento.

Indirectamente, porque essa distinta distribuição em função dos géneros é uma parte importante das expectativas das pessoas acerca das características femininas e masculinas. A distribuição de papéis em função dos contextos (privado/público) torna-se relevante para as diferenças sexuais, já que a experiência em tais papéis sugere as competências e as crenças relevantes para os comportamentos sociais.

Na medida em que homens e mulheres não estão proporcionalmente representados em papéis sociais específicos, acabam por adquirir diferentes competências e crenças que, por sua vez, afectam o seu comportamento social. Homens e mulheres estão sujeitos a diferentes expectativas às quais se conformam (em certa medida) e por isso desenvolvem diferentes competências, assim como atitudes e crenças, sendo que a causa para o comportamento socialmente tipificado parece ser a divisão do trabalho entre os sexos⁴.

Apenas uma mudança na divisão do trabalho, poderá conduzir a uma mudança substancial no conteúdo dos papéis de género, na tipificação das

⁴ A autora assume que apenas se preocupa com a análise das consequências da divisão do trabalho e não com as suas origens, que considera serem mais pertinentes para a análise sociológica e antropológica.

competências e crenças e, posteriormente, na extensão das diferenças sexuais. Finalmente, considera que a disparidade entre a mudança de atitude face a aspectos da igualdade de papéis e o conteúdo dos estereótipos de gênero, se explicam pela (ainda) reduzida participação de mulheres no mundo do trabalho.

Algumas críticas a esta teoria incidem quer na concepção de papel de gênero, como uma causa e não um efeito (Amâncio, 1994) quer sobre algumas questões que deixa por colocar (Hare-Mustin & Marecek, 1990c; 1990d). Estas autoras referem que essas questões são: quais as origens dos papéis de gênero? como se explica a dominância do homem e a subordinação da mulher? será a dominância masculina o resultado de uma fraca aprendizagem de competências por parte das mulheres?

Apesar da ênfase na socialização, defendida por Eagly, ter implicado uma desfocagem do aspecto biológico, a favor de uma ênfase no condicionamento cultural (Amâncio, 1992), o sistema social das relações de gênero continua a não ser questionado.

Pertinência do estudo sobre as diferenças sexuais

Apesar da existência de numerosos trabalhos que afirmam a inexistência de diferenças sexuais, grande número de pessoas continuam a acreditar em distintos posicionamentos de homens e mulheres face à vida, atitudes relacionadas com o trabalho ou com a família, motivações, comportamentos e traços de personalidade. Os traços como independência, agressividade e dominância continuam a ser associados a homens, e a sensibilidade, emocionalidade e gentileza às mulheres (Powell, 1993).

As pessoas acreditam nas diferenças sexuais (Crawford, 1995), tendo para isso contribuído os cientistas sociais que ajudaram a criar e a confirmar a crença, seja através da pesquisa, seja pelo desenvolvimento de teorias que se baseiam nas diferenças, escamoteando as semelhanças (West & Zimmerman, 1991). Nessa

perspectiva, as diferenças são concebidas como "situando-se" dentro dos indivíduos. A ciência e os meios de comunicação social construíram uma narrativa poderosa: que o gênero é diferença e que a diferença é estática, bipolar e categorial. Ao absorver estas mensagens, os sexos "tornam-se" opostos para o nosso entendimento (Crawford,1995). Como esta autora refere, muito do que se nos apresenta como sendo diferenças naturais, são apenas construções da interação social, mas às quais é conferida "realidade" pela pesquisa nas ciências sociais.

A questão de saber se se deve continuar a pesquisar as diferenças sexuais tem dado origem a um considerável debate (Kitzinger, 1994) entre diferentes orientações teóricas feministas.

Por um lado encontram-se as designadas minimizadoras (Snitow, 1990) que estabelecem a semelhança entre homens e mulheres, apelando à igualdade na base da semelhança, e por outro as maximizadoras que exageram as diferenças e que apelam à igualdade na diferença⁵. Para Hare-Mustin e Marecek (1990b) tanto umas como outras incorrem em erros.

Seja qual fôr o posicionamento adoptado relativo à questão sobre as diferenças sexuais, este acarreta custos quer para a teoria feminista, quer para a prática feminista e por essa razão Kitzinger (1994) questiona se será apropriado fazer da preocupação com as diferenças sexuais e com as semelhanças um conceito organizador central para a psicologia feminista.

Relativamente a esta questão existem dois tipos de respostas adoptadas por psicólogas feministas. Autoras como Hyde (1994), Eagly (1994) e Halpern (1994) argumentam a favor da continuação da pesquisa sobre diferenças sexuais, embora discordem entre si quanto à importância, por exemplo, dos factores biológicos na explicação das diferenças, enquanto Kitzinger (1994), Hare-Mustin e Marecek (1994b), Hollway (1994) e Crawford (1995) não acreditam que as diferenças

⁵ As partidárias deste tipo de posicionamento podem-se considerar inseridas nas teorias de *standpoint* feminista na perspectiva de Harding (1986). Na psicologia, Carol Gilligan pode ser considerada como representando o expoente máximo, com a sua teoria do desenvolvimento moral diferenciado para mulheres e homens.

sexuais tenham qualquer tipo de "existência"; e por isso não devam sequer ser equacionadas.

Do ponto de vista daquelas que advogam a continuação da pesquisa sobre as diferenças sexuais, Hyde (1994) refere que como os psicólogos continuarão a pesquisar as diferenças de gênero, os meios de comunicação continuarão a publicar e a dar grande ênfase a esse resultados e o público em geral continuará a ficar fascinado e influenciado por esses "relatórios", seria insensato para as psicólogas feministas abandonar a área, perdendo desse modo poder para a influenciar. Na sua perspectiva, o importante será instituir linhas de pesquisa não-sexista, para o estudo das diferenças de gênero.

A possibilidade dos dados científicos poderem oferecer correções quer para os dogmas feministas, quer para os anti-feministas, representa para Eagly (1994) uma boa razão para a sua continuação. Sugere que todos os investigadores apresentem resultados de diferenças sexuais de forma aberta. Esta estratégia rotinizaria as diferenças sexuais e, no futuro, esses relatórios seriam redundantes e, por isso, sem interesse. Para esta autora, o mais importante na pesquisa sobre as diferenças sexuais não é situá-las num continuum de magnitude, mas sim a sua interpretação, isto é, a interpretação que todos os investigadores fornecem para as diferenças e para as semelhanças. E, como essas interpretações dos cientistas são as que alastram ao público em geral, elas vão afectar o comportamento das pessoas no seu dia-a-dia e também na vida política pública. Assim, e por estas razões, as feministas devem estar atentas, serem activas para poderem competir em termos teóricos nos debates e nas interpretações.

O desaparecimento dos mitos e dos estereótipos acerca das mulheres é referido por Halpern (1994) para justificar a continuação da pesquisa sobre diferenças sexuais. Esta autora refere que uma perspectiva feminista na pesquisa sobre as diferenças sexuais é crucial para propôr novos modelos e paradigmas para o estudo da psicologia das mulheres. Para ela, esses modelos e paradigmas reconhecem os efeitos recíprocos e interactivos da psicologia, da sociologia e dos factores biológicos - um modelo no qual a influência dos factores ambientais na

biologia e a maneira como as variáveis biológicas influenciam os factores ambientais funcionam de forma conjunta, e com outras variáveis para criar as diferenças relacionadas com o sexo ou as semelhanças. A resposta à questão das diferenças sexuais não deve ser do tipo simplista; pelo contrário, deve procurar respostas que permitam a influência de múltiplos determinantes. Parece existir, para esta autora, uma ampla evidência dos efeitos mútuos de variáveis biológicas e ambientais e, por isso, deve-se lutar contra aquilo que considera ser o abuso de quem rejeita dados e corpos substanciais de pesquisa apenas porque existem factores biológicos envolvidos em algumas diferenças. Sugere a existência de um feminismo mais flexível, tolerante e inclusivo que promova o debate e encoraje uma análise cuidada e aberta de toda a evidência pertinente para estas questões, sob pena de se ficar apenas com os estereótipos e o *status quo*.

As autoras (Crawford, 1995; Hare-Mustin & Marecek, 1994; Hollway, 1994; Kitzinger, 1994) que não equacionam a continuação do estudo das diferenças sexuais, consideram que a esperança nas "verdades" que as outras autoras esperam alcançar, representa apenas uma crença ingénuas sobre uma concepção de ciência que possa oferecer instrumentos poderosos para examinar as relações entre variáveis e validações de teorias. Estas autoras, pelo contrário, acreditam que as diferenças sexuais não têm existência "real" fora de um domínio particular de conhecimento, e referem que a ciência em vez de proporcionar recursos neutros e objectivos para "descobrir" as "naturezas" fundamentais de homem e mulher, é acima de tudo uma instituição social atravessada por relações de poder. Por estas razões estas autoras respondem "NÃO" à questão de saber se a pesquisa sobre as diferenças sexuais se deveria manter. Questionar quão básicas são as diferenças de género, implica questionar quão básicas alguém deseja que elas sejam (Di Stefano, 1990), isto é, dependendo do ponto de partida epistemológico do pesquisador, assim determinadas questões se apresentam como necessárias, urgentes, pertinentes ou interessantes (Unger, 1990).

Crawford (1995) sugere que as questões a colocar são radicalmente outras, tais como: qual o contexto social e político da pesquisa sobre as diferenças

sexuais? que funções são asseguradas pelas abordagens das diferenças sexuais? que questões ficam por colocar devido à excessiva preocupação dos psicólogos com as diferenças sexuais?

Se, conforme referem Hare-Mustin & Marecek (1990c) quem sugere questionar uma pergunta errada não necessita preocupar-se com as respostas, será mais pertinente colocar outras questões e procurar outras respostas.

Com esse objectivo abordaremos as críticas feministas às diferenças sexuais, por pensarmos equacionarem novas questões, procurando novas respostas.

Críticas feministas

As afirmações acerca das diferenças ou semelhanças entre homens e mulheres não têm um significado único e fixo, antes constituem material para a construção de uma variedade de interpretações (e suas contestações), significados culturais e agendas políticas (Hare-Mustin & Marecek, 1990a).

Num período onde o que sabemos, e como acedemos a esse conhecimento, está a ser desafiado em muitas disciplinas (Rosenau, 1992) as teóricas feministas colocam questões acerca do modo como conhecemos "homens" e "mulheres". Na psicologia, as feministas desafiam o que conhecemos acerca de homens e mulheres, questionando os resultados das pesquisas convencionais que contribuíram largamente para o significado de gênero, implícito no nosso dia-a-dia (Hare-Mustin & Marecek, 1990a).

O conceito de diferenças sexuais representa a passagem da ideologia dominante ocidental da viragem do século, através da nova ciência psicológica, reforçada pela legitimação que a ciência permitia (Hollway, 1994). Quando a psicologia se separou da filosofia, a ciência psicológica adoptou um pendor predominantemente biológico que impunha a utilização de métodos experimentais e psicométricos para a medida das diferenças individuais.

É importante ter presente que os debates acerca do gênero e da diferença sexual não são meros exercícios acadêmicos: eles têm consequências evidentes e importantes. O que "fizemos" do gênero e a forma como se definir homem e mulher tem influência no modo como as pessoas se percebem a si próprias e ao mundo (Hare-Mustin & Marecek, 1990a). Mas o significado do gênero tem também influência no comportamento, nas instituições sociais e sua organização, tais como o trabalho, a reprodução, os cuidados com as crianças, a educação e a família. Por todas estas razões, os debates acerca do gênero têm conseguido grande proeminência nos meios de comunicação social, no envolvimento de figuras públicas e representativas das maiores instituições da sociedade (idem, 1994).

Segundo Crawford (1995) a ênfase nas diferenças sexuais teve importantes consequências dentro da comunidade científica e na prática profissional dos psicólogos. O discurso da diferença suporta as instituições e reproduz as relações de poder existentes, já que esta pesquisa não é, geralmente, apolítica e as ideias acerca da diferença não entram no discurso público de forma neutra. Uma grande parte da psicologia popular, desde a emergência dos movimentos contemporâneos de feminismo, pode ser encarada como uma forma de *backlash*, no qual as mulheres são patologizadas, novos problemas são inventados, como o conflito entre os sexos, o feminismo é culpado e são advogadas soluções que implicam o retrocesso para o controle de dominância masculina.

E como o *backlash* se apropria da linguagem, quer do feminismo quer da psicologia, é importante estar atento. É nesse sentido que as críticas feministas têm um papel a desempenhar.

As feministas acadêmicas e os estudos sobre o gênero, assim como as críticas à ciência tradicional, que acompanharam a segunda vaga do feminismo, contribuíram para o enriquecimento e para uma visão mais alargada das ciências sociais (Lott, 1990). Na psicologia, as feministas insistiram no reconhecimento e na afirmação do sexismo, quer no desenvolvimento de hipóteses quer nos procedimentos adotados para as validar, na reivindicação de expansão da área de pesquisa de forma a incluir um enfoque na experiência das mulheres, e na

necessidade de se estudar as consequências da dominação masculina para o desenvolvimento pessoal e para a interação social.

A perspectiva feminista na psicologia originou o levantamento de novas questões, a introdução de novos conceitos, modelos e problemas, uma ênfase no significado do gênero em termos do seu valor como estímulo, como prescrição de papel e relação de poder. Pode dizer-se que hoje o seu trabalho (quer teórico quer empírico) é reconhecido e apreciado (idem, 1990). No entanto, relativamente às críticas que apresenta, enquanto algumas são aceites e consideradas dentro da psicologia (Lott, 1990), outras representam, por si só, o ponto de partida para novas perspectivas e alternativas, que se tornam mais marginais dentro da psicologia.

No que diz respeito à pesquisa sobre as diferenças sexuais, as críticas feministas incidiram essencialmente na crítica dos métodos e dos conteúdos da própria pesquisa (Hare-Mustin & Marecek, 1990; Nicolson, 1995).

Relativamente à crítica dos métodos, Nicolson (1995) sugere que as feministas parecem ter estado sempre preocupadas com os objectivos e os métodos da ciência positivista, sendo que as críticas ganharam mais força por volta dos anos 70 (Harding, 1986).

A ciência social centrada nos homens e feita por homens desenvolveu uma hierarquia de métodos, colocando os estudos quantitativos, experimentais e laboratoriais no topo, desvalorizando o qualitativo, o experiencial e os estudos naturalistas⁶. Muitas mulheres feministas académicas desconfiam das pesquisas realizadas nos estudos feitos sobre mulheres, considerando que a ciência social corrente continua a não representar convenientemente a vida das mulheres (Crawford, 1995).

⁶ A ciência social feminista respondeu muitas vezes a esta situação invertendo essa hierarquia e colocando o qualitativo no topo, o que pode, de certo modo, ser compreensível, segundo Crawford (1995).

Assim, a crítica feminista aos métodos experimentais está muito desenvolvida e sofisticada centrando-se essencialmente em duas grandes objecções:

1. Os métodos experimentais despojam o comportamento do seu contexto social, substituindo-o por um ambiente artificial, que permite uma generalização limitada (Crawford, 1995; Nicolson, 1995);
2. Estes métodos são inerentemente hierárquicos, com um "poderoso" pesquisador que observa e manipula, negando aos sujeitos a sua subjectividade (Crawford, 1995; Hare-Mustin & Marecek, 1990a).

Para a perspectiva feminista uma característica importante destes métodos é a sua quase completa falta de reflexividade, isto é, os métodos quantitativos experimentais baseados na tradição empiricista não permitem espaço conceptual para avaliar a posição social do investigador, a experiência como uma situação social ou a sociologia das comunidades científicas (Crawford, 1995).

A linguagem desta tradição empiricista implica que os dados existem independentemente das pessoas (idem, 1995), isto é, o objectivo da ciência psicológica, através da investigação "objectiva" do comportamento humano, consiste em fazer predições, identificar e contruir leis, "verdades" acerca do comportamento humano (Nicolson, 1995a). Estas "verdades" esperam apenas ser "descobertas", já que a tradição empiricista conceptualiza a pesquisa da ciência social como a procura da "verdade" na forma de leis universais e ahistóricas do comportamento (Crawford, 1995).

No que diz respeito às críticas aos conteúdos das pesquisas, serão abordadas aquelas que sugerem um conjunto de consequências derivadas das pesquisas tradicionais acerca das diferenças sexuais. Assim, as consequências mais negativas das pesquisas sobre as diferenças sexuais caem, essencialmente, sobre: (a) a dicotomização do gênero; (b) as relações de gênero e poder; (c) a noção de mulher como categoria global; (d) a mulher como "essência"; e (e) a patologização e soluções terapêuticas daí resultantes.

No que diz respeito à dicotomização do gênero, a diferença homem-mulher é uma maneira problemática e paradoxal de construir o gênero, independentemente do tipo de posicionamento feminista adotado, face à pesquisa sobre diferenças sexuais (isto é o que distingue maximizadoras de minimizadoras). Ambos os posicionamentos são similares, já que tomam o homem como padrão de comparação, construindo o gênero como atributos de indivíduos (não como relação social). Não desafiam a hierarquia de gênero, o *status quo*, e mesmo apresentando mudanças, não desafiam o próprio sistema (Hare-Mustin & Marecek, 1990c).

Representar o gênero como um continuum de diferenças psicológicas apenas simplifica e purifica o conceito já que estabelecer uma "dicotomia" é evitar a complexidade. Apresentar o gênero como opostos obscurece a complexidade das ações humanas. Uma falsa simetria acabou por ser criada pela ideia da diferença, simetria que protegeu homens e mulheres do reconhecimento desconfortante da desigualdade. A saliência da diferença é distinta para homens e para mulheres, já que todos os que são dominantes têm interesse em enfatizar as diferenças que reafirmam a sua superioridade e negar a sua semelhança aos grupos dominados (idem, 1990). Ao representar-se relações não-simétricas como simétricas, obscurece-se as práticas sociais desiguais que perpetuam a dominância masculina.

Vimos, quando abordamos as críticas à androginia (Lorenzi-Cioldi, 1994) que mesmo quando as diferenças são minimizadas e o gênero é representado como semelhança, a igualdade é ilusória. As mulheres falam "como mulher" reservando a generalidade para o homem (Harding, 1990), e mesmo a popularidade da androginia não alterou a abordagem dualista do gênero, nem as consequências sociais daí resultantes (Lott, 1990).

Aceitando a diferença masculino-feminino como significado de gênero, as feministas acederam e legitimaram a construção da realidade do grupo dominante (Hare-Mustin & Marecek, 1990b). Por isso é necessário sair das categorias habituais que organizam o conhecimento psicológico e desafiar a linguagem de aparência fixa sobre os significados estabelecidos, para se mover "para além" da

diferença (idem, 1990). Mesmo que se aceitasse que a pesquisa acerca das diferenças sexuais era válida, e as diferenças obtidas pela investigação "verídicas", essa "verdade" seria ilusória e influenciada ideologicamente (Crawford, 1995). É importante reter que o significado da diferença sexual é um produto de negociação social, culturalmente produzido no contexto de um sistema prévio de significados, no qual a diferença é polarizada.

No que diz respeito à ligação entre o conceito de gênero e poder, a pesquisa tradicional das diferenças sexuais é, por norma, omissa. Como refere Saavedra (1995) "o que se verifica em todas estas perspectivas é que as crenças associadas ao gênero aparecem como um dado explicativo em si mesmo, ao nível individual, mas não explicam o sistema social que influencia os indivíduos e que orienta o processo de socialização" (p. 52). O gênero nas ciências sociais, tem sido modelado pela ideia da diferença e sua maximização, mas o que surge com mais frequência é a sua minimização (Crawford, 1995), não havendo estratégias que confrontem as questões de poder, do estatuto e da dominação (Hare-Mustin & Marecek, 1990b; Kitzinger, 1994). Para Kitzinger (1994), o poder tem sido essencialmente usado em psicologia mais como uma "peça de retórica" do que em termos explicativos, isto é, estando presente no uso corrente da linguagem, não é definido na pesquisa psicológica. Para esta autora existe a necessidade de uma concepção de poder que o reconheça em termos de um terreno de mudança de discursos quotidianos e profissionais.

Neste ponto é necessário fazer novamente referência à exposição de Jesuíno (1993) sobre a psicologia social europeia e a americana, sendo que na primeira, de cariz mais sociológico, as questões das ideologias e do poder são introduzidas a um nível de análise mais ideológico (Doise, 1986) reconhecendo a existência de sistemas de crenças, representações, ideologias que justificam e mantêm uma determinada ordem nas relações sociais, assim como um nível de

análise posicional que toma em linha de conta as diferentes posições sociais existentes entre indivíduos de categorias distintas⁷.

Assim, é importante referir os trabalhos realizados na Europa sobre a assimetria nas representações dos sexos, representados essencialmente nos trabalhos de Hurtig e Pichevin (1986; 1990; 1995), Lígia Amâncio (1989; 1990; 1992; 1994) e de Lorenzi-Cioldi (1988; 1994). Embora a perspectiva de alguns destes autores se situe no paradigma da cognição social e no processamento da informação categorial, as suas perspectivas sobre o estatuto e a assimetria representam contribuições importantes para o estudo do género.

Como refere Amâncio (1992) relativamente à psicologia americana, embora se possa dizer que houve uma mudança relativa ao biologismo explicativo nas diferenças de género, esta mudança orienta-se num sentido de especificidade de personalidade associada ao sexo, o que não representa um progresso significativo, dado que as explicações continuam a situar-se ao nível individual e ao assumir as diferenças como dados adquiridos.

"As propostas de modelos alternativos, integrando a especificidade feminina, como uma nova psicologia feminina (Miller, 1976) ou a de uma moralidade feminina (Gilligan, 1982) são exemplos da incapacidade da integração do comportamento das mulheres nos modelos teóricos, sem ser numa perspectiva de exclusão e especificidade (...). Estes modelos alternativos assentam também no pressuposto da identidade de género como um dado objectivo (Skevington & Baker, 1989) e tendem a considerar as categorias sexuais como grupos concretos, negligenciando a origem colectiva dos conteúdos simbólicos associados ao sexo e o facto

⁷ Como refere Nicolson (1995), a pesquisa feminista nos Estados Unidos é distinta da realizada em Inglaterra, já que aqui a psicologia feminista empregou mais cedo e mais rapidamente conceitos filosóficos e interdisciplinares de forma a desenvolver teoria e métodos especificamente relevantes para a compreensão da experiência das mulheres; nos Estados Unidos, e de uma forma geral, a designada psicologia feminista apenas parece sê-lo devido às questões que aborda, isto é, temas que dizem respeito às mulheres, e utilizando conceitos e métodos inseridos na psicologia corrente e tradicional (como se pode comprovar por uma análise da revista "Psychology of Women Quarterly"). Em Inglaterra a revista "Feminism and Psychology" é onde se podem encontrar os trabalhos neste domínio, trabalhos que abordam temas como relativismo, produção do conhecimento, etc., mas que também é mais marginalizada do que a revista dos Estados Unidos. Das leituras realizadas ressalta um número relativamente limitado de cientistas americanas com as preocupações mais similares às actuais da psicologia feminista pós-modernista europeia, e essas são essencialmente todas as citadas ao longo deste capítulo.

de que eles não se limitam a ser diferentes, mas também valorativamente desiguais" (Amâncio, 1994, p. 27).

A maior parte dos estudos sobre as diferenças sexuais raramente abordam as relações entre homens e mulheres em termos de relações assimétricas (Lorenzi-Cioldi, 1988), de forma que ficam por "esclarecer os processos de diferenciação intersexos num plano simbólico, assim como a sua relação com as posições objectivas que homens e mulheres ocupam na sociedade" (Amâncio, 1992, p. 10).

Ao analisar-se os estudos sobre papéis sexuais, assim como os conteúdos dos estereótipos, os resultados de diferentes trabalhos apontam para uma assimetria no plano normativo, tanto no que diz respeito aos papéis como aos conteúdos dos estereótipos, e essencialmente uma assimetria na representação entre os sexos a nível dos estereótipos (Amâncio, 1989; 1990; 1992; 1994); isto é, "evidenciam o facto de que os homens e mulheres partilham uma representação de pessoa feminina que a situa numa posição específica do sistema social, ao contrário da pessoa masculina que é representada como "universal"" (Amâncio, 1992, p.19).

Os estudos da psicologia social europeia do modelo das relações intergrupos (Doise, 1984; Tajfel, 1982; 1983) referem que a categorização social implica caracterizar as pessoas em função da sua categoria de pertença, e a diferenciação resultante implica procurar explicações e ajustamento comportamental a situações de interação. Como outros modelos demonstram (Deschamps, 1984; Lorenzi-Cioldi, 1988; 1994) existe assimetria nessa diferenciação, já que no universo simbólico da noção de pessoa, o masculino assume a posição dominante, sendo encarado como o universal. No contexto das relações intergrupos esta diferenciação e assimetria simbólica surge como uma espécie de ideologia que orienta o comportamento e as atitudes e crenças dos indivíduos relativamente a si próprios ou relativamente aos outros.

Lígia Amâncio (1994) refere, dos resultados dos seus estudos, que a diferenciação positiva entre os grupos, diferenciação que é feita através dos estereótipos, tem que ser vista como estando ligada a uma relação de dominação

simbólica, já que a construção social do sentido do ser feminino ou masculino se baseia numa relação de dominação simbólica, em que homens e mulheres ocupam diferentes posicionamentos sociais. As diferentes significações associadas às categorias sexuais não se baseiam apenas em informação tratada perceptivamente. Exprimem também uma hierarquização das próprias categorias no que diz respeito a uma ideia universal de pessoa adulta; o sexo masculino fica situado num nível dominante e o feminino num nível dominado. Enquanto a caracterização do ser masculino se associa a competências que estão ligadas quer ao mundo do trabalho, à autoridade sobre os outros e sobre as situações e a muitas qualidades classificadas como as mais desejáveis para uma personalidade adulta, a definição da categoria feminina apenas se refere ao domínio relacional limitando as relações ao contexto afectivo. Porque a categoria masculina se associa a uma multiplicidade de contextos, logo tem competências para lidar com todos eles. A ideia de uma subjectividade mais independente e auto-determinada é mais fácil de surgir associada a esta categoria enquanto a categoria feminina surge como mais condicionada a um determinado contexto, logo tem mais barreiras e mais constrangimentos, o que implica uma subjectividade menos valorizada.

"A definição social do ser homem e do ser mulher, como a definição social dos seus modos próprios de ser não se limitam a estabelecer uma diferenciação binária entre estas categorias sociais, mas estabelecem também uma diferenciação assimétrica entre elas. A pessoa do sexo masculino apresenta uma diversidade de competências que a constitui em referente universal, em ideal de individualidade, aparentemente liberta dos contextos, enquanto que a pessoa do sexo feminino se constitui como referente exclusivo das próprias mulheres, como ideal colectivo dessa categoria e só tem sentido dentro das fronteiras contextuais em que é definida" (Amâncio, 1994, p. 87).

Essa associação entre a categoria masculina e o ideal universal implica que o masculino representa uma posição social dominante onde a pertença a uma categoria não é incompatível com a construção de uma individualidade. A categoria feminina implica invisibilidade dos seus membros e o atingir de uma singularidade individual acarreta um conflito com a pertença colectiva (é o caso

das mulheres gestoras e da caracterização delas enquanto gestoras e enquanto mulheres). "Os contextos de trabalho ou aqueles que evocam situações ou dimensões ligadas ao exercício da actividade profissional são particularmente facilitadores da expressão da identidade dominante nos homens e da identidade dominada nas mulheres quando se acentua a relação intersexos" (Amâncio, 1994, p. 178).

Será que o direito à diferença não poderá implicar a negação do direito à individualidade? Esta é a questão que Lígia Amâncio coloca no final do seu livro *Masculino e Feminino - A construção social da diferença*, quando refere que os seus resultados apoiam a ideia de que na análise da discriminação no trabalho não é possível apontar culpados e vítimas, porque tanto homens e mulheres são actores e construtores de determinada realidade social. Como refere,

"a objectividade da diferença é partilhada por ambos os sexos na representação da situação da mulher no trabalho. No caso dos homens, a objectivação revela-se na preocupação com a identificação dessa diferença colectiva, e no caso das mulheres ela revela-se na orientação do seu esforço para a valorização de uma especificidade que corresponde à sua invisibilidade individual e contribui para a associação de uma condição colectiva a um grupo concreto" (pág. 181).

É o caso das mulheres que assumem que existe uma especificidade feminina que não querem perder e que essa especificidade apenas é desvalorizada no mundo do trabalho; nesta situação, dão mais importância ao domínio relacional e afectivo minimizando a discriminação de que são objecto, pretendendo que isso não afecte uma essência feminina que procuram conservar. É desta forma que moderam as aspirações, baixam o seu nível de comparação para outras mulheres com baixo estatuto e associam as mulheres com alto estatuto a uma libertação da sua categoria de pertença acreditando que assimilam o modo de ser masculino e todo o significado simbólico que acarreta, perdendo desta forma atributos femininos (Amâncio, 1994).

Numa perspectiva semelhante, Hurtig e Pichevin (1995) referem que as duas categorias sexuais operam diferentemente, dependendo das relações sociais de dominação entre os dois grupos sociais, e que essas diferenças têm consequências importantes para a percepção pessoal (estereotipia pessoal ou grupal) e para a cognição social, através dos processos de comparação. As noções de grupo "colecção" e grupo "agregado" sugeridas por Lorenzi-Cioldi (1988) (e já analisadas quando da noção da androginia), podem explicar este fenómeno de assimetria entre as duas categorias sexuais. Assim, parece que não é a diferenciação entre homens e mulheres que acompanha a construção social do género, mas sim a distintividade particular do grupo feminino relativamente à representação de pessoa dominante (Amâncio, 1994; 1995a).

A ciência psicológica, não problematizando o poder e o contexto, contribuiu activamente para a subordinação das mulheres através do reforço da mitologia misógina sob a etiqueta de "ciência" (Nicolson, 1995).

A pesquisa das diferenças sexuais trata as mulheres como uma categoria global, isto é, frequentemente os pesquisadores das diferenças sexuais não consideram frequentemente a diversidade das mulheres (Crawford, 1995). É um erro assumir que todas as mulheres têm necessariamente muito mais em comum umas com as outras do que com os homens, simplesmente porque são mulheres. A etnicidade, a classe social, a idade, a sexualidade são, igualmente, dimensões importantes e socialmente salientes (Hare-Mustin & Marecek, 1990b). Encarar o sexo biológico como a única e mais importante diferença, subvaloriza as outras dimensões e contribui para uma simplificação das diferenças observadas. Uma mulher saudável da classe alta terá, provavelmente, muito mais em comum com um homem da sua classe do que com uma mulher da classe trabalhadora ou pobre; as mulheres de côr partilham com os homens de côr a experiência vivida do racismo; as posições sociais das mulheres idosas são distintas das mulheres mais novas (Crawford, 1995).

Face a estas críticas, Crawford (1995) sugere que quando uma pesquisa conclui que as mulheres são diferentes dos homens será conveniente perguntar "de que mulher se trata?".

Incorporar a diversidade das mulheres na pesquisa parece ser um processo complexo que não se resolve apenas pelo adicionar das mulheres aos paradigmas centrados no masculino, nem adicionar amostras de mulheres de diferentes grupos (idem, 1995). Parece ser necessária toda uma reconceptualização das questões e dos métodos de investigação de forma a criar uma ciência social feminista.

Como já foi referido várias vezes ao longo deste trabalho, a abordagem das diferenças sexuais é uma abordagem essencialista (Crawford, 1995; Evans, 1994; Flax, 1990; Harding, 1994; Hare-Mustin & Marecek, 1994; Hollway, 1994; Kitzinger, 1994; Marecek, 1995). O essencialismo conceptualiza o género como um conjunto de propriedades ou atributos fundamentais, internos, persistentes e geralmente separados da experiência vivida (Crawford, 1995; Hare-Mustin & Marecek, 1990a; 1990b; 1990c; 1990d; 1994). O género é algo que mulheres e homens têm (Crawford, 1995): a pesquisa das diferenças sexuais assume que existe o objecto "mulher" e, por isso, o "feminino" pode ser definido em termos de qualidades inerentes (competências cognitivas, emoções, modos particulares de conhecimento) a todas as mulheres (Hare-Mustin & Marecek, 1990a). Quando o género é construído em termos de qualidades abstractas de indivíduos, as circunstâncias e experiências de vários grupos de mulheres tornam-se irrelevantes e podem ser colocadas de lado.

O essencialismo não implica necessariamente determinismo biológico ou uma ênfase importante do biológico para a explicação das especificidades do género (embora historicamente o determinismo biológico tenha sido uma forma de essencialismo referente ao género). Pelo contrário, é o facto de se assumir a existência de qualidades ou características *de e nos* indivíduos, e não as suas origens (biológicas ou sociais) que define o essencialismo (Crawford, 1995). Os modelos essencialistas assumem o género em termos de atributos internos e persistentes, mas separados das experiências de interacção que se vão sucedendo

nos contextos diários, sócio-políticos da vida (idem, 1995). Como refere Hare-Mustin & Marecek (1990), a reafirmação de qualidades essenciais negligencia a complexidade e o dinamismo do comportamento genderizado que se estabelece durante as relações sociais, fazendo entrar em colapso um jogo de diferenças que estão sempre em mudança, em dualismos estáticos exagerados (idem, 1990).

A distinção entre os termos "sexo" e "gênero", sugerida e desenvolvida durante a segunda vaga do feminismo, foi uma tentativa (significativa) de separar o sexo biológico do social -o gênero-, e deste modo possibilitar a crítica social (Crawford, 1995). No entanto, a força cultural do essencialismo acabou por manter a distinção, dando lugar a confusão, inconsistência e problemas de terminologia. Isto é, novas diferenças sexuais, virtualmente idênticas às publicadas décadas atrás, começaram e são etiquetadas como diferenças de gênero. Estas novas diferenças são iguais às antigas mas "vestidas" de outro modo, isto é, continuam a situar-se dentro do indivíduo, descontextualizadas socialmente e rapidamente biologizadas. Ironicamente, uma pretensão feminista que visava teorizar a construção social da masculinidade e da feminilidade, é agora a mesma estratégia que a obscurece (Crawford, 1995).

A própria noção de "psicologia da mulher" é essencialista porque sugere que as mulheres (como grupo unitário) partilham uma psicologia (um conjunto de qualidades, traços e capacidades, inatas ou adquiridas) que, presumivelmente, lhes condiciona o comportamento (Hare-Mustin & Marecek, 1990d).

Enquanto o comportamento do homem fôr considerado o padrão na cultura, as diferenças das mulheres relativas ao homem serão sempre encaradas como deficiências (Hare-Mustin & Marecek, 1990c). Para se ser considerado igual ao homem, a mulher deve ser "igual a" ou "tão boa como", o que promoveu um grande conjunto de trabalhos da própria psicologia feminista, que reflectia esta afirmação cultural. Baseadas no condicionamento cultural e na socialização de papel de gênero, muitas investigadoras pesquisam e analisam como o comportamento e as atitudes associadas a cada gênero são aprendidas e mantidas, como por exemplo: o medo do sucesso (Horner, & Walsh, 1974), o desânimo

aprendido, a ansiedade face à matemática, falta de qualidades de liderança, conflito de papéis ou baixa auto-estima (idem, 1990). A diferença, mesmo que originalmente conceptualizada como neutra do ponto de vista avaliativo, ela é quase sempre transformada em "deficiência", já que a cultura ocidental sempre avaliou a masculinidade como inerentemente superior à feminilidade.

Frequentemente as conclusões de muitos estudos sugerem que a posição das mulheres na hierarquia social provém da sua psicologia, por exemplo, a sua falta de assertividade pode explicar a promoção lenta das mulheres nas organizações, o que acaba por retirar a atenção do sexismo das próprias instituições (Hare-Mustin & Marecek, 1994).

Este tipo de conceitos explicativos têm o efeito de esmorecer a crítica social e encorajam as mulheres a encontrar soluções pessoais através da psicoterapia ou programas de promoção pessoal e de auto-ajuda (Crawford, 1995). Nesta perspectiva, a responsabilidade da mudança é colocada ao indivíduo, não no colectivo, sendo encorajada a vitimização e a culpa (idem, 1995).

A pesquisa das diferenças sexuais e a patologização e vitimização das mulheres acaba por subverter o slogan feminista "o privado é político"⁸ porque associar-se ao género o meramente pessoal, o contexto fica por analisar e a centração é feita na transformação pessoal, como terapias, etc., que não promovem consequentemente a justiça social (Hare-Mustin & Marecek, 1994).

Tendo apresentado grande parte das críticas ao empiricismo feminista na psicologia, é importante referir que as implicações práticas e políticas da pesquisa sobre as diferenças sexuais são de grande importância (Hare-Mustin & Marecek, 1994) por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, porque ao pretenderem

⁸ Uma das maneiras pelas quais o slogan do movimento das mulheres nos anos 60 "o privado é político" pode ser interpretado, diz respeito ao facto das mulheres terem percebido que as decisões e escolhas acerca da vida privada, baseadas em considerações afectivas e pessoais tinham consequências políticas em larga escala. Estas escolhas pessoais, assim como as decisões, seguiam padrões comuns, na medida em que se conformavam a exigências estruturais, além do facto dessas escolhas estarem já predeterminadas do ponto de vista político (Meyer, 1991). Nesta perspectiva, compreende-se que uma teoria política possa ser adaptada como relevante para a esfera das relações pessoais.

combater as afirmações exageradas da diferença, as energias das feministas são desviadas de questões da sua própria escolha (Hare-Mustin & Marecek, 1990; 1994). Em segundo lugar, porque promover o debate acerca da natureza das mulheres, contribui para prolongar o debate até aos dias de hoje. Quando as feministas se associam deliberadamente à discussão sobre a "natureza feminina" e o "lugar das mulheres", estão, inadvertidamente, a dar crédito ao próprio debate (idem, 1990; 1994).

Na psicologia, o feminismo empiricista e o seu programa incidiu sobretudo na remoção dos enviesamentos sexistas e androcênticos da pesquisa, mas permitiu ainda assim, que muito ficasse por questionar. A psicologia empiricista feminista não desafiou as crenças acerca dos sujeitos das pesquisas e dos observadores, os fundamentos do método científico, da observação, da análise, da predição e da generalização e a aquisição do conhecimento.

O facto de ter entrado numa lógica empiricista, não eliminou a marginalidade das mulheres (afinal um objectivo primordial deste feminismo), e não promoveu o pensamento reflexivo auto-crítico necessário para compreender o sexismo e promover novas ideias e novos sistemas (Burman, 1990; Wilkinson, 1986). Pelo contrário, a ciência feminista empiricista continuou a tomar o homem como a perspectiva geral, sendo a mulher o "outro" problematizado (Morawski, 1990).

A ciência sustenta, mantém e alimenta as relações sociais prevaletentes onde o conceito de género está subjacente, sendo compreendido através de lentes categoriais e dualismos. O potencial do empiricismo é, por isso, limitado devido à natureza genderizada dos seus conceitos e a uma visão do mundo sustentada por dualidades relacionadas com o género (idem, 1990).

Concluindo, as feministas teóricas assim como outros teóricos sociais desafiaram muitas das afirmações modernistas da psicologia, incluindo o seu essencialismo, individualismo e a sua fé no positivismo (Hare-Mustin & Marecek, 1994). Estas autoras pensam que as diferenças sexuais não se devem "reformular"

porque elas representam uma "má questão". Como refere Hollway (1994), até aos dias de hoje a psicologia social feminista continua armadilhada nos dualismos: sexo versus gênero e semelhança versus diferença. É necessário, por isso, um projecto psicológico feminista que rejeite o dualismo. O conhecimento científico necessita ser compreendido como poder social, não como leis universais ou parcelas de afirmação de verdade. Se a ciência for compreendida em termos sociais e relacionais, as oportunidades práticas para a pesquisa feminista poderão ser exploradas. É necessário dar-se um passo para a transformação do discurso feminista, passo que requer a separação do discurso "mestre", identificando novos valores e fazendo uma desconstrução dos discursos (Morawski, 1990).

Segundo Harding (1986), as movimentações que se têm vindo a referir, começaram a surgir por volta dos anos 80 e inscrevem-se no feminismo pós-modernista, do qual falaremos no ponto seguinte.

Feminismo Pós-Modernista

Talvez a ideia mais importante das perspectivas pós-modernas seja a negação da procura da verdade universal e absoluta (Flax, 1990; Harding, 1990; Rosenau, 1992). Esta verdade, característica do feminismo empiricista, reconhecia a existência de um "indivíduo conhecedor" estável e autónomo, a possibilidade de conhecimento objectivo e desinteressado, a existência de lógica, de racionalidade, de razão (independente de qualquer sistema social) e a crença na validade da linguagem para descrever a realidade (Benhabib, 1990; Freud, 1994; Soper, 1994).

O feminismo pós-modernista tem fornecido algumas propostas para concepções alternativas à "verdade" no sentido do progresso, assim como à produção do conhecimento (Flax, 1990; Fraser & Nicholson, 1990). Entre estas possibilidades para uma nova metateoria pode-se encontrar o reconhecimento da identidade, como fragmentada, plural, em conflito e o reconhecimento que os modelos de conhecimento e verdade dependem das relações sociais estabelecidas

num determinado contexto histórico e dependendo dos interesses individuais (Burr, 1995).

Nos trabalhos das feministas pós-modernistas, a linguagem e as relações sociais tornam-se centrais para a produção do conhecimento, e para a representação da experiência (Wilkinson & Kitzinger, 1995). O conhecimento é reconhecido como necessariamente pragmático e parcial, e o papel do conhecedor como inerentemente social e político (Flax, 1990).

Conceber a ciência como compreendida nas relações sociais, seja no sentido de ser constituída por, seja no de manter relações sociais particulares com, implica que explorar estas questões torna-se óbvio e necessário (Morawski, 1990). Assim, estudos na perspectiva feminista pós-modernista assinalam a importância de se reconhecer o conhecimento como produzido dentro, através, e para, certas relações sociais (idem, 1990). Para ultrapassar os impasses do empiricismo é necessário alterar a prática de trabalho e construir novas relações sociais e novas narrativas científicas. E como as práticas científicas são concebidas como agindo ao nível quotidiano, no relacionamento social, uma psicologia feminista requer uma vigilância reflexiva constante, uma monitorização dos actos científicos e guiar as análises para a desconstrução e a reconstrução dos códigos de género (Morawski, 1990).

Assim, o pós-modernismo aceita a multiplicidade, a incoerência e o paradoxo, tudo o que os paradigmas positivistas sempre excluíram. Nega a aparente rigidez da linguagem sobre os significados estabelecido, e é céptica acerca da natureza fixa da realidade. Reconhecendo que o significado é apenas aquilo com que concordamos, os pós-modernistas descrevem um sistema mais amplo de possibilidades, daí que o género possa ser encarado como possibilitando versões parciais e paradoxais. O género é assim construído como um processo, não como uma resposta fixa, podendo teorizar-se o género de várias maneiras (Hare-Mustin & Marecek, 1990a). Mesmo enquanto observadores, somos também construtores do género.

Uma abordagem construcionista social do gênero

A literatura psicológica sobre as diferenças entre homens e mulheres não representa um registo cumulativo de conhecimento acerca da "verdade", de como são "realmente" esses indivíduos. Pelo contrário, ela representa para Hare-Mustin e Marecek (1994) essencialmente um repositório de descrições de gênero, organizado sob domínios afirmativos particulares e reflectindo interesses igualmente particulares. O conceito de gênero apenas pode ser compreendido num contexto de "poder-conhecimento-práticas sociais" (Hollway, 1994).

As categorias do conhecimento são, então, descrições ou propostas de experiência, modeladas de acordo com os padrões culturais. Numa perspectiva tradicional, essas definições, assim como as próprias categorias, não são examinadas, sendo aceites como naturais e defendidas pelos grupos dominantes (Sampson, 1993, cit Hare-Mustin & Marecek, 1994).

Quando muitas categorias começaram a ser analisadas pelas feministas, estas surgiram como reflectindo ideias acerca da experiência centradas no masculino, privilegiando modos de ser e de se comportar associados aos homens ou que valorizam aspectos da vida das mulheres que beneficiam os homens.⁹

Para um construcionismo social feminista esta literatura psicológica das diferenças entre homens e mulheres é, portanto, um produto cultural e relacional (Hare-Mustin & Marecek, 1994).

Pode-se considerar a perspectiva construcionista social um núcleo do pós-modernismo que se propagou por todas as disciplinas (Freud, 1994). O construcionismo social é uma alternativa que pode permitir dirigir a energia

⁹ Segundo referia Tajfel (1982;1983) a consequência de existirem categorias, é maximizar as diferenças entre grupos e atenuar as diferenças intra-grupos. A categoria "mulher" deu origem a generalizações abusivas (como referimos, os conflitos que se baseiam nas diferentes experiências de mulheres com outra raça, religião, idade, etc.) o que acontece quando, arbitrariamente, se impõem categorias às pessoas é que elas começam a ter uma história comum (Freud, 1994). A tradição da ciência empírica construiu as categorias sociais de acordo com uma possível generalização e número de atributos comuns, que constituíam as espécies "naturais" sendo o comportamento social governado por regras, existindo assim as categorias para as fazer cumprir. Deste modo, as categorias, assim como a sua elaboração e compreensão estabelecem ordens de classe através das quais o comportamento pode ser regulado e governado (pelas prescrições, recomendações e tabus).

feminista para novas e mais válidas formas de pesquisa. Requer uma abordagem auto-reflexiva, e uma análise crítica das categorias estabelecidas do discurso psicológico (Hare-Mustin & Marecek, 1990a)¹⁰.

Em contraste com uma perspectiva essencialista, o construcionismo social assume o género como uma construção social, um sistema de significados que se contrói e se organiza nas interacções, e que governa o acesso ao poder e aos recursos (Crawford, 1995; Denzin, 1995). Não é por isso um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transacções: ele não existe nas pessoas mas sim nas relações sociais¹¹.

O construcionismo social enfatiza a forma como as categorias sociais, ou os processos são produzidos pelo uso da linguagem (Gergen, 1982) e, contrariamente à epistemologia positivista da realidade como "descoberta", enfatiza a construção da realidade (Burr, 1995), e refere que os fenómenos psicológicos devem ser compreendidos em termos da sua especificidade história e cultural (Gergen, 1982), já que não têm qualquer existência abstracta fora do contexto no qual ocorrem ou são estudados.

O construcionismo social (Gergen, 1982; 1994), assim como a filosofia de tendência pós-modernista (Flax, 1990) reconhecem a contradição como parte fundamental da realidade social e isso é consistente com a argumentação de que categorias importantes como o sexo e o género podem funcionar com definições distintas e em simultâneo numa situação particular. Diferentes participantes, ou

¹⁰ Esta perspectiva considera o mundo social como uma empresa humana, uma espécie de invenção humana (Freud, 1994). Nascemos num mundo que tem sido socialmente construído através das prescrições culturais, dos tabus, das crenças, das hipóteses de vida, das actividades, tudo isto através de uma história particular de uma cultura (Burr, 1995; Gergen, 1982). A nossa cultura, isto é, o meio onde nos desenvolvemos e nos construímos oferece-nos os significados para as práticas sociais, assim como para as nossas identidades (Wetherell, 1995). Ela ensina-nos uma linguagem, sintaxe, vocabulário e categorias pré-existentes que modelam a nossa construção como pessoas, constroem o nosso significado (Freud, 1994).

¹¹ Segundo Bohan (1993) a diferença entre um modo de pensamento essencialista e um construcionista pode ser ilustrado pelo exemplo que implica a diferença de se dizer que alguém é amigável, ou que uma conversação é amigável. Alguém ser amigável pressupõe um traço de uma pessoa, uma componente essencial da personalidade. Numa conversação amigável faz-se referência à natureza da interacção a ocorrer entre as pessoas. Numa abordagem essencialista o género equivaleria à ideia da pessoa amigável, enquanto numa perspectiva construcionista o género é algo análogo à ideia de uma conversação amigável.

mesmo e apenas um só indivíduo, podem, no decorrer de uma interação social, afirmar diferentes perspectivas de género, dependendo dos aspectos salientes das categorias no momento (Hare-Mustin & Marecek, 1990a).

Os processos relacionados com o género influenciam o comportamento, os pensamentos e os sentimentos dos indivíduos, afectam as interações sociais e ajudam a determinar a estrutura das instituições sociais (Crawford, 1995). Como o género é uma ideologia dentro da qual as diferentes narrativas são criadas, as distinções de género ocorrem disseminadamente na sociedade. O discurso do género envolve a construção da masculinidade e da feminilidade como polos opostos e a essencialização das diferentes resultantes.

A partir do momento em que o género é encarado não como um atributo dos indivíduos, mas como um sistema de significados, o processo que cria as diferenças sexuais e a forma como se equaciona o poder pode ser compreendido em termos de um sistema de género que funciona a três níveis: societal, interpessoal e individual.

1. O nível socioestrutural diz respeito ao género como um sistema de relação de poder, definido em termos de maioria e minoria. Como a cultura masculina é dominante em termos do poder público em muitas sociedades, controlando os governos, a lei, os discursos públicos e a academia, as visões alternativas de relações de género são culturalmente abafadas, e, por isso, as ideologias de género podem ser representadas e reproduzidas como factos "objectivos". Conceptualizar as mulheres como grupo culturalmente "abafado" ou "invisível" implica que os pesquisadores devem procurar compreender os seus sistemas de significado. Entender o género ao nível estrutural envolve a procura dos significados suprimidos, a análise da maneira como as disciplinas académicas participam na construção social do género e no "abafamento" das perspectivas alternativas através das suas práticas retóricas, nas taxas de publicação e no conteúdo desses trabalhos. Longe de serem socialmente neutras, as disciplinas académicas estão activamente envolvidas na manutenção e reprodução de relações de poder de formas nem sempre muito explícitas (Kitzinger, 1991).

Finalmente, compreender as estruturas sociais de género envolve analisar a representação do "conhecimento social" nos meios de comunicação social ¹².

2. O nível interpessoal representa género como "pista". As "pistas" de género são como os sinais que são usados para indicarem como o comportamento face aos outros, nas interações sociais, deve acontecer. A categorização sexual não é simplesmente uma forma de ver as diferenças, mas uma forma de as criar. Quando homens e mulheres são tratados diferentemente nas interacções diárias, eles têm toda a aprovação para se comportarem diferentemente também. Deste modo, o género surge como uma profecia auto-realizadora, isto é, é criado um conjunto de processos pelos quais a diferença de género é construída, as diferenças observadas são relacionadas com o sexo, e assim a crença na diferença sexual é confirmada. Sendo o género uma profecia auto-realizadora, as mulheres são diferentes dos homens, mas, paradoxalmente, não porque sejam mulheres (Bohan, 1993); apenas porque se comportam de forma genderizada, porque estão colocadas em contextos genderizados. Nas interações sociais, os actores sociais criam a sua própria realidade social, já que os traços em que acreditam (aqueles que pensam que as pessoas têm) acabam por ser produzidos pelos seus próprios modos de interacção social ¹³.
3. O nível individual representa o género como masculinidade e feminilidade. No discurso do género, existem traços, comportamentos, atitudes e interesses e comportamentos que são associados a cada sexo, e que são assumidos serem apropriados para as pessoas daquele sexo. Como também já se viu, o género é assumido como dicotómico (uma pessoa pode ser classificada como masculina ou feminina e não ambas as coisas), estando dentro dos indivíduos, e sendo o polo masculino o mais valorizado. A psicologia tradicional foi muito eficaz na construção do género, como já foi referido, e um dos seus instrumentos de

¹² Segundo Gerson & Peiss (1985, cit Unger, 1990), o funcionamento do género ao nível societal envolve a manutenção das fronteiras (por exemplo, a segregação das ocupações).

¹³ Segundo Gerson e Peiss (1985, cit Unger, 1990) a um nível interpessoal, o funcionamento do género envolve a negociação social, onde as mulheres se encontram em desvantagem devido ao difícil acesso aos recursos, à restrição às normas, e à punição pelo desvio.

construção foi a construção de escalas de medida de masculinidade e feminilidade, e dos traços de instrumentalidade e expressividade, constituindo deste modo instrumentos de controlo social, valorizando a dominância masculina e a subordinação feminina. O próprio passo da androginia, parecendo progressista, acabou por manter a dicotomia que tentava desafiar.

Numa perspectiva construcionista social, as pessoas desenvolvem o seu sentido de self, nos e através, dos discursos disponíveis à sua volta (Burr, 1995; Shotter & Gergen, 1989), como acontece com o discurso do género. Em maior ou menor grau, tanto homens como mulheres, acabam por aceitar as distinções de género visíveis a nível estrutural e que se estabelecem ao nível interpessoal, tornando-se tipificadas do ponto de vista do género, ao assumirem para si próprias os traços de comportamento e papéis normativos para as pessoas do seu sexo, na sua cultura (Crawford, 1995). Para além desta internalização de traços, comportamentos e papéis, as mulheres internalizam também a sua desvalorização e subordinação (idem, 1995).

Nesta perspectiva do género, como um sistema que funciona a três níveis, diferentes disciplinas enfatizam mais certos níveis; os sociólogos, antropólogos e sociolinguístas abordam essencialmente a nível estrutural, o nível interpessoal tem sido mais trabalhado pela psicologia social e o nível individual pela psicologia clínica, do desenvolvimento e da personalidade. No entanto, como refere Crawford (1995), mesmo que se estude apenas um nível, é importante não perder de vista o género como um sistema total.

O género é, deste modo, uma invenção das sociedades humanas, uma "peça de imaginação" com facetas multifacetadas, tais como construir adultos, homens e mulheres desde a infância, construir os "arranjos sociais" que sustentam as diferenças nas consciências de homens e mulheres, tais como a divisão das esferas da vida (privado/público) e a criação de significado, isto é, criar as estruturas

linguísticas que modelam e disciplinam a nossa imaginação (Hare-Mustin & Marecek, 1990a).

O construcionismo social permite que se coloquem novas questões (Crawford, 1995; Hare-Mustin & Marecek, 1990;), tais como: como é que o género é produzido e sustentado pelos agentes humanos em interacção uns com os outros? através de que estruturas institucionais, práticas sociais e representações culturais, códigos linguísticos e padrões de interrelação social se torna o género um facto social? quando é que determinada definição de género exerce um mecanismo de controlo social? porque é que só algumas definições de género é que são incorporadas na nossa identidade? o que permite aos indivíduos resistir a determinadas definições de género em circunstâncias particulares?.

A perspectiva feminista na psicologia pode contribuir para a compreensão de todos estes processos, tentando elucidar os mecanismos psicológicos pelos quais o género exerce o seu controlo. Devem desafiar a tendência da psicologia para aceitar a diferença, demonstrando como as categorias, quer profissionais quer culturais são construídas.

É provável que não seja fácil aceitar esta visão de construção do género. devido à tradição positivista da disciplina que tendencialmente e persistentemente usa a dicotomia homem/mulher, racional/irracional como metáforas da estruturação da realidade.

CAPÍTULO VI

**UM NOVO OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES
SOCIAIS DE GÊNERO**

INTRODUÇÃO

As feministas que partilham uma perspectiva construcionista social da realidade, aceitam que o comportamento diferenciado em função do género é construído em interacção, não uma categoria natural, pré-existente e interna. Todos os que compreendem o sistema de género como sendo criado e mantido, focalizam a sua atenção no uso da linguagem (Freud, 1994). Dar atenção particular às práticas linguísticas, pode representar um modo crucial de desmascarar as políticas e as práticas sociais repressivas. Uma perspectiva crítica feminista, recusando os significados dominantes, permite o estudo, mas também a mudança da ordem social genderizada (Crawford, 1995), assumindo as convergências entre o feminismo e a análise do discurso relativamente à questão dos métodos qualitativos mas também à experiência, à linguagem, à reflexividade e à incerteza (Hollway, 1989). Assim, neste capítulo, dedicaremos especial atenção à relação entre as perspectivas feministas e a análise do discurso, e à possibilidade desta ligação representar um potencial progressista de mudança.

Abordaremos a psicologia feminista e concluiremos apresentando um esboço do que representaria um projecto de uma psicologia feminista política.

FEMINISMO E ANÁLISE DO DISCURSO

O feminismo sempre se interessou pela associação entre a linguagem e a opressão, acreditando que a linguagem não era neutra, nem um veículo descritivo, mas, pelo contrário, profundamente implicada na manutenção das relações de

poder (Gill, 1995). Apesar das feministas terem começado a criticar as questões da linguagem (essencialmente a sua utilização no masculino, por exemplo, pronomes), isso parece não ser unicamente o que importa analisar. O esforço desenvolvido por muitas feministas (principalmente inglesas), no sentido de tornar as mulheres mais visíveis na linguagem, foi necessário, importante e chamou a atenção para o problema, mas a centração a nível das categorias que a linguagem constroí é ainda mais essencial (Feud, 1994), já que são estas que ajudam a construir a realidade e a ordem social.

Apesar do interesse pela linguagem estar associado, inicialmente, às linguistas feministas, a “viragem” para a linguagem rapidamente percorreu todas as ciências sociais e as humanidades (Gill, 1995). Subitamente o interesse pela linguagem deixou de ser exclusivo da linguística, para se alargar pela sociologia, a geografia, a filosofia, a crítica literária, a história e a psicologia social. A linguagem deixou de ser uma área sub-disciplinar ou um tópico, tornando-se uma preocupação central de pesquisa em todas as disciplinas. Esta mudança foi também devida à influência das ideias pós-estruturalistas que enfatizavam inteiramente o discursivo e a natureza textual da vida social (idem, 1995).

Como já atrás referimos, o pós-estruturalismo, de um modo geral, representa as posições teóricas que questionam como o sujeito humano é construído *em e através* das estruturas da linguagem e da ideologia (Denzin, 1995). Dois termos chave como “texto” e “desconstrução” organizam esta perspectiva. Um texto é qualquer coisa impressa, visual, oral ou de produção auditiva que está disponível para ser lida, vista ou ouvida (por exemplo um artigo, um filme ou uma canção). Os leitores criam textos na medida em que os interpretam e interagem com eles. O significado de um texto é sempre indeterminado, aberto e interaccional. A desconstrução sendo a análise crítica dos textos, é um processo que explora como um texto é construído e como um significado foi criado pelo seu autor ou produtor. Os pós-estruturalistas argumentam que existe apenas texto, isto é, a realidade objectiva dos factos sociais (por exemplo o género) é uma realização social. Esta realização é

documentada através da produção de textos sobre o assunto. O desconstrucionismo analisa como esses textos *produzem* o assunto em questão.

O trabalho de Foucault (1972; 1979), muitas vezes designado por pós-estruturalista, pós-moderno (Denzin, 1995) ou crítico (Morrow, 1994), refere que as micro-relações de poder nas sociedades capitalistas contemporâneas reproduzem continuamente sistemas de discurso (artigos de ciências sociais, a lei, a religião, a arte e/ou a literatura) que criam versões particulares de sujeitos humanos (homem, mulher e criança), de família, de estado, de ciência e de controlo social. Estes sistemas de discurso reduziram as mulheres ao estatuto de agentes socializadores da sociedade e do cuidado à família, por exemplo.

A “sociedade disciplinadora” transfere continuamente os indivíduos de um sistema disciplinar de discurso para outro (escola, universidades, trabalho, família, hospitais, prisões, etc). A intervenção do estado na economia e na família, sob a alçada do capitalismo, permite a distinção entre esferas pública e privada na vida diária, existindo, por isso, uma relação dialéctica entre a opressão das mulheres na família e a sua exploração no mercado de trabalho (Clough, 1987, cit. Denzin, 1995). Em ambas as esferas elas “fazem” trabalho emocional não pago, o que, por sua vez, acaba por aumentar a sua opressão e alienação. Os estados subjectivos, decorrentes destas experiências de vida produzidas em diferentes contextos, são produzidos pelas práticas sociais e pelos discursos das ideologias patriarcais e burguesas que reproduzem a ordem hegemónica (Denzin, 1995).

A intervenção feminista pós-estruturalista e interaccionista simbólica¹ sugere que o discurso do homem acerca da mulher está inteiramente saturado do discurso das ciências humanas (idem, 1995). O conhecimento feminista está implicado *em* e *é* uma implicação desta ordem de poder/conhecimento. Quer o interaccionismo simbólico quer o feminismo pós-estruturalista focalizam a sua

¹ Há, no entanto, diferenças entre os autores que muitas vezes são designados por pós-estruturalistas (Gill, 1995). Considerados como pertencendo a uma categoria original malentendida e cria uma falsa unidade entre as ideias de diversos pensadores, como Derrida e Foucault, por exemplo. O que se assinala é menos uma posição num sentido convencional, e mais uma interrogação acerca de muitas noções que operam como fundamentações - como a subjectividade, o significado, a realidade, a ética etc. Neste sentido, são, antes de mais, um campo de práticas críticas (Butler, 1990).

atenção analítica na produção dos significados culturais, na análise textual desses significados e no estudo das culturas e das experiências vividas. Quando aplicados ao estudo do género e da sexualidade, a produção de significados culturais envolve questões de ideologia e de economia política, na medida que esses processos produzem significados recorrentes que são ligados ao sistema de estratificação de género numa sociedade pós-moderna.

A principal indicação da importância das ideias pós-estruturalistas na psicologia pode ser encontrada no desenvolvimento de uma variedade de formas diferentes de análise do discurso. A análise do discurso é assim um campo complexo e heterogéneo, onde determinadas abordagens são mais populares do que outras. Talvez os trabalhos mais citados sejam os de Potter e Wetherell, e os de Parker (já analisados no terceiro capítulo sobre a análise do discurso) (Gill, 1995). A “viragem” para a linguagem é assim, uma característica definidora da ciência social contemporânea, e central a esta característica está a emergência do campo do discurso (Parker, 1992). Os discursos são produtos e reflexos dos factores sociais, económicos, políticos e das relações de poder (idem, 1992). É através do discurso que o poder material é exercido e as relações de poder são estabelecidas e perpetuadas (Gavey, 1989; Widdicombe, 1995).

Algumas das premissas globais características da análise do discurso encontram-se também nos estudos sobre retórica e no movimento construcionista social na psicologia social (Harré, 1995; Gergen, 1994; Shotter, 1993). Estas premissas dizem respeito essencialmente a questões como a construção da identidade e da subjectividade, da natureza da experiência, da ideologia e do papel da representação na vida social (Wetherell, 1995).

Uma abordagem do tipo da análise do discurso permite-nos colocar em discussão o que é assumido e o que é silenciado e obscurecido pela pesquisa positivista, isto é, questões acerca da construção social da realidade social e as formas como ela é discursivamente definida, ignorada, minimizada ou mantida. A linguagem não reflecte simplesmente uma realidade pré-existente, não é um meio transparente através do qual “factos” inalteráveis ou definições “precisas” são

veiculadas. A base da pesquisa na análise do discurso refere-se à ideia de que, pela linguagem e através dela, se constroi activamente a experiência (Kitzinger & Thomas, 1995). Para o positivismo, palavras, discurso e experiência são entidades bem separadas, e assim, poder-se-ia analisar quão bem as palavras se adequariam à experiência (Wetherell, 1995). A análise do discurso rejeita este modelo, do processo de representação e privilegia o linguístico ou o social/linguístico relativamente ao convencionalmente compreendido como psicológico. A análise do discurso propõe que a experiência, o psicológico, o sentimento, são sempre inevitavelmente identificados, etiquetados e construídos através da narrativa, logo, da linguagem e do discurso. É a narrativa (Sarbin, 1986) ou o discurso (Parker, 1992) que organizam, criam e produzem a identidade, ou o desejo, assim como a definição que se escolhe para uma determinada experiência (Wetherell, 1995; Wilkinson & Kitzinger, 1995).

Neste tipo de análise, uma movimentação para o discurso representa que se estabelece uma distância crítica relativamente aos conceitos de linguagem e estados mentais internos, que ignoram como a subjectividade é construída pela história, pela cultura e pelas relações de poder (Loveing, 1995). Em vez de se assumir, como os testes de atitudes o fazem ou mesmo a análise do conteúdo, que a linguagem reflecte estados mentais internos, assume-se que o discurso não descreve simplesmente o mundo social, pelo contrário, categoriza-o (Parker, 1992). Esta viragem pode tornar-se difícil porque implica desistir das formas habituais de pensamento e da prática; não só temos de ter presente que o discurso constroi os fenómenos, implica também distinguir entre teoria e prática. O conhecimento deve sempre ser concebido como prática, sendo produzido, não representando nada “real”.

Na psicologia analítica discursiva em vez de se estudar a “mente” como se ela estivesse fora da linguagem, estudam-se os textos falados e escritos, as conversações, debates, discussões, onde as imagens da mente são reproduzidas e transformadas (Burman & Parker, 1993). É através desta maneira que o indivíduo constroi ou forma a sua experiência pessoal, de self e subjectividade. O que representa ser uma pessoa individual no mundo moderno envolve tomar como

nossas as práticas discursivas através das quais nos constituímos. Uma atenção ao discurso facilita uma descrição histórica do conhecimento psicológico (e outros conhecimentos similarmente hegemónicos) e possibilita uma crítica da prática, derivada de tais conhecimentos, desafiando as suas proclamações de “verdade”. A corrente popularidade da análise do discurso deve muito ao potencial dos seus instrumentos analíticos para a prática e lutas políticas (Wilkinson & Kitzinger, 1995), já que a produção de discursos pode ter efeitos políticos (Hollway, 1995). Numa perspectiva de análise do discurso, a construção de uma dada realidade sobre outra, representa uma das técnicas utilizadas por qualquer grupo dominante de forma a manter a sua posição de poder. Daí a importância de se compreender e desconstruir as práticas discursivas usadas para justificar uma versão dominante face a outra que se torna invisível ou não-existente, assim como compreender o processo de colaboração (no sentido da versão dominante) das próprias pessoas cuja versão fica obscurecida (idem, 1995).

A análise do discurso tem sido descrita como uma nova vaga de pesquisa que se tem alastrado na psicologia social e que, muito frequentemente, é associada a pesquisa “crítica” e, em alguns casos, à pesquisa feminista (Burman & Parker, 1993). Como a preocupação com a linguagem foi sempre algo muito presente no feminismo, não é de todo surpreendente que a análise do discurso se tenha tornado tão popular entre as psicólogas feministas (Squire, 1995; Wilkinson & Kitzinger 1995). No que diz respeito à pesquisa sobre o corpo feminino uma análise do discurso pós-estruturalista permite encarar o corpo feminino como uma prática (Foucault, 1979), foco directo de controlo social. Longe de ser um objecto pré-definido e pré-existente acerca do qual a psicologia faz “descobertas”, o corpo é modelado e imprimido com a “estampa” das formas prevaletentes (históricas e culturais) de *selfhood*, desejo, masculinidade e feminilidade (Bordo, 1992).

Por exemplo, a anorexia nervosa (Hepworth & Griffin, 1995) e o assédio sexual (Kitzinger & Thomas, 1995) são em parte criados pela linguagem que é usada para os descrever, já que tais fenómenos não têm a sua origem dentro dos indivíduos (o próprio conceito de indivíduo é ele próprio um produto das práticas

discursivas ocidentais); pelo contrário, são construídos pelos indivíduos como produtos sociais. O assédio sexual é socialmente construído e discursivamente negociado, o que não representa dizer que não é “real”. Quer dizer, apenas, que a sua realidade é em larga medida construída pela linguagem e pelos significados simbólicos que são dados a certas partes do corpo, às interações homem/mulher e à forma como se interpreta a realidade social (Kitzinger & Thomas, 1995).

Na ligação do feminismo com a análise do discurso a questão da identidade é fundamental. As feministas que se dedicam à análise do discurso partilham entre si a perspectiva da linguagem, como uma actividade interactiva, mediando o conhecimento linguístico e sócio-cultural, que por ser o “local” para a construção da identidade e da subjectividade, representa também o espaço privilegiado para a resistência feminista (Wilkinson & Kitzinger, 1995). Um dos valores do pós-estruturalismo reside na afirmação de que a subjectividade é produzida através dos discursos, que por sua vez são múltiplos, possivelmente e muitas vezes contraditórios e instáveis (Gavey, 1989). Também sob a influência do pós-estruturalismo, a identidade começou a ser encarada como uma questão moral e política, não apenas uma preocupação intelectual (Widdicombe, 1995).

Dizer que a experiência é construída através da narrativa, é dizer que o auto-conhecimento, a auto-estima e as auto-descrições são organizadas discursivamente (Edwards & Potter, 1992). Nesta perspectiva a identidade é sempre uma invenção, uma construção, uma fusão e um ponto de encontro de discursos (Wetherell, 1995). Segundo Hall (1988, cit. Wetherell, 1995) o verdadeiro “eu” é sempre formado em relação com as narrativas culturais. A identidade é formada no ponto instável onde as histórias nunca “faladas” de subjectividade, encontram as narrativas da história e da cultura.

Esta ideia tem um conjunto de implicações. Aceitar esta posição implica aprender a lidar e a viver com a ambivalência, com contradições, com a fragmentação, porque os discursos que constroem um sentido de self são inconsistentes, contraditórios, variáveis e incorporados nas diferenças sociais e ideológicas (Wetherell, 1995). Embora possa haver sempre tentativas de

unificação e definição, “os verdadeiros sentimentos” serão sempre contingentes, sempre a escapar, sempre a mudar à medida que a pessoa se posiciona e repositona dentro de diferentes narrativas e discursos. Segundo Hall (1988, cit Wetherell, 1995) as pessoas num determinado momento fazem uma espécie de “paragem” e assumem-se desse modo, isto é, assumem um determinado posicionamento; deste modo surge a noção de “clausura” associada à identidade, já que a recusa de outras possíveis versões de “Mim” num momento particular, implica o fechar (a clausura) de algumas narrativas. O self, a subjectividade e a identidade são estes pontos de clausura nunca terminada, quando se estabelece um ponto de paragem.

Como a feminista Jane Gallop (1982, cit. Wetherell, 1995) argumenta, a identidade, como parte da estratégia feminista, deve ser continuamente assumida e imediatamente posta em questão. Veremos adiante que esta noção de identidade representa um dos problemas da perspectiva da análise do discurso, para o feminismo que se pretende progressista e libertador. No entanto, algumas autoras apresentam alternativas de conciliação.

O conceito de discurso é deste modo utilizado para estabelecer a legitimidade de certas questões, através do argumento de que para compreender a identidade e a subjectividade é necessário identificar os discursos relevantes e as posições que eles possibilitam ser “tomadas”. Examinar as relações de poder, as condições históricas e estruturais que permitiram o surgimento de discursos particulares e os seus efeitos ideológicos (Parker, 1992) parecem ser as questões de eleição dos analistas do discurso. E como a identidade e a subjectividade são construídas através do posicionamento individual em diferentes discursos, elas são inteiramente políticas, também porque diferentes posições nos discursos variam em termos do poder que oferecem aos indivíduos (Widdicombe, 1995). Consequentemente, é possível e torna-se uma característica integrante da análise do discurso, interpretar as identidades em termos da sua significância política (idem, 1995).

Os analistas devem estar motivados para fazerem intervenções políticas ou para exporem o modo de funcionamento ideológico de discursos particulares. Desta maneira, a análise do discurso surge como um exercício político. Qualquer trabalho que não siga e não se conforme a este critério, tais como as análises do discurso que são meramente descritivas e que não têm um carácter “emancipatório” são descritas por Burman e Parker (1993) como métodos positivistas tradicionais mascarados de análise do discurso. As interpretações políticas são encaradas como características da análise do discurso ou pelo menos da análise do discurso “digna” (idem, 1993).

É tentador para muitos críticos verem nesta exigência algumas semelhanças com as exigências feitas pela tradição corrente da psicologia, de só considerar dignas de respeito as abordagens que se conformassem com os seus critérios. No entanto, nesta abordagem esse problema pode ser contornado se se considerar que o critério político é empregue para evitar precisamente a psicologia empiricista².

Nesta perspectiva, as questões acerca do conhecimento são particularmente importantes se se aceitar que a produção do conhecimento psicológico está sempre aberto ao efeito da política (Lovering, 1995). Existe sempre o perigo da psicologia reproduzir, em vez de desafiar, resistir ou transformar as relações de poder existentes. Como consequência desta viragem para o discurso, a pesquisa deixa de se preocupar com os efeitos de certas questões, para se voltar para os discursos, para as práticas discursivas disponíveis, para os significados e para a maneira pela qual esses discursos, práticas e significados constituem, por exemplo, as subjectividades das mulheres. A análise do discurso é particularmente poderosa como um meio de investigar as práticas discursivas acerca da posição das mulheres e a forma como as suas subjectividades são construídas através das experiências no mundo social (Widdicombe, 1995).

² Veremos adiante que estas perspectivas são já o resultado de uma tomada de posição crítica relativamente a certas premissas da análise do discurso pós-modernista mais radical que assenta no relativismo.

FEMINISMO E ANÁLISE DO DISCURSO: POTENCIAL EMANCIPATÓRIO DEBILITANTE OU LIBERTADOR?

Como referia Seyla Benhabib (1990) o pós-modernismo com a sua atitude infinitamente céptica e subversiva face às proclamações normativas acerca da justiça institucional e das lutas políticas, é certamente refrescante, mas também pode ser, de certo modo, debilitante. Ao mesmo tempo que o crescente interesse da análise do discurso se propagava, esta forma de fazer pesquisa começou também a originar muita avaliação e crítica (Burman & Parker, 1993; Edwards & Potter, 1992; Parker, 1992; Potter & Wetherell, 1987).

A questão que se coloca especificamente neste contexto é a de saber se será a análise do discurso compatível com o feminismo como um projecto emancipatório (Gill, 1995). Para alguns autores (Burman, 1990; Parker, 1992) poderá não haver uma conexão clara entre a análise do discurso (como teoria e método) e uma política crítica ou progressista ou mesmo que esta tenha valor para propósitos políticos feministas (Wilkinson & Kitzinger, 1995): Para muitas feministas a ideia de uma não necessária coincidência positiva entre o feminismo e a análise do discurso é por vezes referida, podendo representar pelo contrário, implicações anti-feministas (Squire, 1995). Apesar da ligação do feminismo com a análise do discurso ter fornecido um conjunto de trabalhos interessantes, existem tensões teóricas por resolver dentro da tradição discursiva que a tornam, se não incompatível, certamente problemática para as feministas e todas as pessoas interessadas numa transformação social radical (Gill, 1995).

São precisamente as características resultantes dos compromissos teóricos da análise do discurso que a tornam tão produtiva para as feministas (a problematização sobre a concepção de “verdade”, a ênfase na natureza socialmente construída do conhecimento, a rejeição da ideia de sujeito unificado e

coerente e a atenção ao poder como prática), mas ao mesmo tempo problemática. As tensões que existem dizem respeito essencialmente à concepção de identidade, à micro-política do poder e essencialmente ao possível relativismo. Veremos cada uma destas tensões, dedicando especial atenção ao problema do relativismo.

A noção de posições de sujeito, múltiplas e fragmentadas pode levar à negação de qualquer identidade à volta da qual as feministas se possam colectivamente organizar e mobilizar (Gill, 1995; Wilkinson & Kitzinger, 1995). Wetherell (1995) refere que é muitas vezes sugerido que a análise do discurso é antitética ao feminismo e que destrói a possibilidade de intervenção política (embora não seja a posição adoptada pela autora), sugestão que se baseia na desconstrução da categoria de "feminino". Esta ideia provoca certas questões, que, como veremos adiante, estão na base das soluções apresentadas para os problemas agora descritas. As questões que coloca são as seguintes: será que a política depende de uma organização comum de experiência e de tomada de posição? será que a análise do discurso leva inevitavelmente a uma política feminista desadequada e ambivalente? será que é ilusória, reaccionária e elitista? (idem, 1995).

Para Hollway (1995) um dos perigos do pós-estruturalismo pode residir numa visão de sujeito individual que mais não é do que a soma total de todas as posições no discurso desde o nascimento; isto é, criticar a ideia de um indivíduo único e coerente, é perspectivá-lo como composto de, ou existindo, como um conjunto de posicionamentos múltiplos e contraditórios de subjectividades.

A ênfase na micro-política do poder, como é praticada em contextos discursivos particulares, pode servir para tornar as desigualdades estruturais invisíveis e levar a uma rejeição das bases institucionais do poder (Gill, 1995); isto é, pode diminuir a percepção das desigualdades macro-estruturais, já que a ênfase na simples diversidade do discurso pode mascarar as diferenças de poder (Wilkinson & Kitzinger, 1995).



O compromisso da análise do discurso com o relativismo, que levou alguns autores a identificá-la com o pós-modernismo (Parker, 1992) pode representar a eliminação de uma base para uma política feminista (Wilkinson & Kitzinger, 1995). A posição da análise do discurso pós-modernista, comprometida completamente com o relativismo, não oferece nenhuma possibilidade alternativa ao realismo, no sentido da intervenção política (Gill 1995) e da transformação social (Crawford, 1995). Não atacar a análise do discurso mas contribuir para o debate que está a acontecer na “comunidade discursiva” acerca das implicações do relativismo (Burman e Parker, 1993; Parker, 1992; Wetherell & Potter, 1992), parece ser a intenção da análise de Gill (1995) que passaremos a referir.

Enquanto as críticas feministas à filosofia ocidental mostravam a parcialidade do conhecimento produzido, as críticas pós-modernas estavam mais preocupadas com as questões epistemológicas do que com o criticismo social (Fraser & Nicholson, 1990) e, por isso, a análise do discurso ao nível teórico, está ligada a um completo relativismo ou cepticismo epistemológico (Gill, 1995). Para os analistas do discurso o conhecimento constroi em vez de reflectir a realidade e não existem versões do mundo que não sejam provisórias, susceptíveis de desconstrução, desaprovação e destruição (Edwards et al, 1995, cit. Gill, 1995). Todas as proclamações de conhecimento e de verdade são tratadas com cepticismo já que não existe nenhum ponto de partida transcendente a partir do qual o “real” possa ser directamente apreendido. Embora Gill (1995) considere que as críticas que os relativistas fazem aos realistas são pertinentes e importantes para o feminismo, o que a preocupa e por sua vez critica, é o facto de não oferecerem alternativas ao realismo; essas alternativas seriam necessárias, para através delas se poderem fazer intervenções políticas.

Como já se referiu, para algumas feministas é precisamente o comprometimento com o relativismo, que torna a análise do discurso e outras abordagens pós-modernas, incompatíveis com o feminismo. Se nenhum conjunto

de significados é mais válido do que outro, onde se pode então encontrar uma base, para, por exemplo, distinguir entre a versão de uma vítima de violação e a versão do violador? (Crawford, 1995).

Os relativistas são muitas vezes acusados de “passividade” moral e de defenderem posições que “congelam” as relações de poder nas suas formas existentes, mantendo o fraco, fraco, e o poderoso, forte (Gill, 1995).

Trabalhos recentes de Parker (1992) e Potter & Wetherell (1992) referem a relação do relativismo com os compromissos políticos e consideram uma variedade de posições teóricas a ser tomadas em consideração. Quem advoga completamente o relativismo trata-o como um bem em si mesmo, um ponto de vista de valor ao mais alto nível, quase uma qualidade teológica, onde a moral é desalojada de conteúdo. O seu projecto radical surge como não tendo objectivos, a não ser o cepticismo em si mesmo. Acabam por silenciar muitas vozes feministas porque as consideram como sendo retórica ou propostas discursivas inconsistentes, apenas porque pretendem abordar questões de opressão, injustiça, violência doméstica, pobreza ou racismo como realidades materiais (Gill, 1995). Esta posição pode também contribuir para o backlash intelectual contra o feminismo, já que permite aos regimes de direita, e aos lobbies anti-feministas, a possibilidade de negarem ou redefinirem muitas das categorias pelas quais as feministas lutaram para ganhar aceitação (Soper, 1994).

Gill (1995) não pensa que os relativistas estejam a organizar ou orquestrar um backlash contra o feminismo de forma intencional; no entanto, algumas das ideias acabam por resultar negativas ao feminismo, no sentido da intervenção política. Apesar das ideias pós-estruturalistas e o pensamento pós-modernista possuírem um carácter libertador, não só pelas suas críticas à cultura moderna ocidental mas também à ciência positivista e à concepção daí derivada de conhecimento e verdade que sempre foram negativas para o feminismo, assim como devido ao facto de ter problematizado a linguagem que usamos para intervir

politicamente, para Gill (1995) no entanto, ainda não oferece novas linguagens alternativas, e por isso o seu efeito, pode ser, no presente, debilitante.

Enquanto os realistas têm uma base coerente e princípios de fundamentação para os seus argumentos, baseados num discurso ontológico, os relativistas não o têm, já que não oferecem princípios de base para escolher as versões dos acontecimentos e dos fenómenos em jogo porque precisamente não têm compromissos ontológicos nem compromissos políticos que estejam na base do seu trabalho, existindo sempre muitas contradições (Gill, 1995).

A questão de se saber se a análise do discurso oferecia um potencial emancipatório debilitante ou libertador para o feminismo, se respondida apenas nos termos das problemas até agora colocados, seria completamente negativa. No entanto, conforme refere Gill (1995) e Crawford (1995) esta posição não é a única possível, para se pensar a relação do feminismo com o relativismo. Os termos deste debate não são exaustivos, nem se podem colocar em termos do extremo, isto é, ciência e objectivismo por um lado e a celebração do relativismo por outro lado. Por isso, algumas feministas advogam a análise do discurso e a sua conjugação com o feminismo, possibilitando daí a perspectiva de uma política feminista radical e transformadora.

Apesar de como já foi referido não haver uma clara nem necessária coincidência entre os interesses das feministas e a análise do discurso (Burman, 1990; Squire, 1995), as autoras Wilkinson e Kitzinger (1995) pensam que essa ligação pode ser frutuosa e potencialmente rica. Também para Wetherell (1995), a aliança da análise do discurso que se focaliza no posicionamento dos indivíduos nos discursos disponíveis, com o feminismo que questiona a política, as consequências e as alternativas, pode produzir um cepticismo radical e libertador.

No entanto, é necessário distinguir entre as aplicações da análise do discurso e a teoria em si mesma (Burman, 1990), porque parecem ser as características teóricas da análise do discurso, aquelas que sendo produtivas para

as feministas, também são profundamente problemáticas (Wilkinson & Kitzinger, 1995).

Do ponto de vista das aplicações, Gill (1995) refere que a análise do discurso tem muito a oferecer ao feminismo, já que fornece um método para a análise de textos, podendo deste modo revitalizar os estudos feministas sobre a linguagem, trazendo novos dados sobre velhas questões e introduzindo novas questões. Como a análise do discurso está interessada no conteúdo e na organização do discurso assim como nos seus efeitos, as feministas têm a possibilidade de a utilizar para explorar um leque de questões relativas à reprodução de relações de poder genderizadas. Estas análises abordam normalmente a prática do sexismo, frequentemente camuflado nas abordagens mais tradicionais (Gill, 1995).

Um exemplo desta situação é o trabalho de Wetherell e outros colaboradores (1987, cit. Gill, 1995) relativo às oportunidades de emprego. A análise do discurso realizada indicava como atitudes ostensivamente positivas face à igualdade de oportunidades, são muitas vezes “subvertidas” devido a diferentes discursos ou propostas discursivas. Por exemplo, a invocação mais ou menos simultânea de “considerações práticas” (tais como a questão da gravidez, doença dos filhos, etc), implica a reposição da desigualdade; isto é, o uso simultâneo no discurso de um indivíduo, de noções como “igualdade de oportunidades” e “considerações práticas” tem como efeito negar a igualdade de oportunidades, mantendo no entanto a “fachada” de uma atitude francamente positiva.

Para Squire (1995) existem essencialmente três benefícios da utilização da análise do discurso para a psicologia feminista:

- o facto desta abordagem ter uma respeitável aceitação em determinados domínios da psicologia social, o que possibilita a divulgação e discussão dos trabalhos feministas (uma razão instrumental);
- permite responder a questões acerca de método (razão pragmática); e, finalmente
- possibilita a esperança numa radicalização da disciplina (razão de teor político).

No que diz respeito à natureza da identidade na perspectiva da análise do discurso, esta era considerada problemática e já citada como debilitante para o feminismo, dada a impossibilidade de acção colectiva face à diversidade de subjectividades e à possível desconstrução do feminino. No entanto, Wetherell (1995) contrapõe esta ideia à sugestão de que uma política baseada numa noção de experiência comum de mulheres, pode também ser errada, e levar muitas vezes à marginalização, por excesso de universalismo, por exemplo das mulheres negras, da classe trabalhadora ou lésbicas. Para esta autora, o facto de se referir os fenómenos ou os acontecimentos como práticas discursivas ou discursos, não implica que os seus efeitos sejam menos “reais”. Por outro lado, as mudanças no domínio social e económico são sempre interligadas a mudanças ao nível do discurso e da subjectividade. O discurso deve ser encarado como ideologia e compete aos analistas do discurso investigar como esses discursos funcionam do ponto de vista de práticas ideológicas, levantando questões relativas aos interesses que certas posições beneficiam (Wetherell, 1995). Como se referiu relativamente à posição de Hall (cit. wetherell, 1995) face à identidade como clausura e abertura, a solução reside numa política de articulação, isto é, uma política que tente combinar esses dois movimentos aparentemente contraditórios. A noção de “clausura” é importante, porque para uma acção política eficaz é necessário definir uma “comunidade” de mulheres e uma identidade a partir da qual justificar a acção; mas a noção de “abertura” é igualmente importante já que essa comunidade de mulheres não deve ser tomada como uma base de fundamentação, porque a maneira como é construída e imaginada deve sempre ser continuamente aberta a questão (Gallop, Hirsch & Miller, 1990).

Relativamente ao maior problema da análise do discurso no sentido da sua articulação com o feminismo, o relativismo, Gill (1995) oferece uma alternativa que nos parece ser, de momento, a mais útil aos propósitos de uma psicologia que não se quer convencional nem empiricista e de um feminismo que se pretende emancipatório. Como a autora refere, paradoxalmente os cépticos acabaram por

reinstalar, em vez de desafiar, a noção de pesquisa livre de valores ou neutra, já que uma pesquisa desinteressada (ideal regulador dos relativistas) não parece ser muito distinta das ideias dos pesquisadores positivistas. Uma posição relativista é extremamente problemática para as feministas e para todos aqueles interessados na transformação social, essencialmente porque negam os compromissos políticos nas suas pesquisas. No entanto, a solução não passa por renegar o relativismo e abraçar novamente o realismo, acreditando que é possível obter conhecimento “correcto” acerca do mundo social; deve-se evitar que as escolhas recaiam numa polarização entre relativismo e realismo. Segundo Gill (1995) é possível levar a cabo uma pesquisa “não neutra” que represente uma espécie de princípio fundador da análise do discurso, uma espécie de relativismo sem vergonha de ser político, através do qual as feministas possam fazer das transformações sociais as preocupações explícitas do seu trabalho. Para isso será necessário reinventar um novo vocabulário de valores, com o qual se possam fazer intervenções políticas e sem o qual as feministas ficarão teórica e politicamente paralisadas perante as desigualdades, a injustiça e a opressão.

Para o estabelecimento de uma posição de princípio que represente um novo vocabulário de valores, é necessário, por um lado, ter uma atitude relativamente cínica face ao abandono das “metanarrativas emancipatórias” (como é sugerido pelo movimento pós-modernista em geral e por Lyotard em particular), isto é, não cair no impasse que isso acarretaria. A solução parece estar numa articulação entre as ideias pós-estruturalistas e pós-modernistas e um projecto político emancipatório, que envolva construir uma posição, partindo das vantagens de ambos os projectos.

Os relativistas, inseridos nos movimentos do pós-modernismo e do pós-estruturalismo, criticam a natureza do projecto iluminista de pensamento, a falsa universalidade e parcialidade do seu conhecimento, a noção dos homens brancos do ocidente como constituindo um sujeito unificado. Estas ideias, agora alvo de críticas, foram também muito opressivas para as mulheres. Têm razão (os relativistas) quando afirmam que não existe evidência clara, nem relação entre um

compromisso objectivista com a verdade e o avanço da justiça social (Gill, 1995). No entanto, os relativistas não se moveram para além dessa crítica, no sentido de qualquer outra posição positiva no que diz respeito à justiça social e às preocupações políticas. Foi como se apenas tivessem conseguido metade do trabalho crítico (Gill, 1995), já que a sua preocupação com o repudiar das garantias ontológicas acabou por negligenciar a discussão dos valores. A recusa dos relativistas em se ligarem a questões de valor, implica uma paralisia política, porque não permite a existência de nenhum princípio que permita justificar uma versão de um acontecimento ou fenómeno, relativamente a outra versão.

Face a estas limitações, as feministas que se envolveram com o pós-modernismo e com o pós-estruturalismo tomaram uma posição distinta, assumindo que, na ausência de garantias ontológicas, os valores, os compromissos e a política deveriam representar o princípio fundador da acção, o centro das análises. As feministas Jane Flax (1990) e Judith Butler (1990) partilham a visão dos relativistas, da descrença na conexão entre verdade e emancipação e criticam as feministas realistas que ainda mantêm a esperança de atingir um conhecimento “melhor”. Como refere Flax (1990) e relativamente às críticas das realistas que sugerem que um falso conhecimento pode ser usado para justificar e suportar a dominação, ela refere, por sua vez, que não é claro, e nunca o foi, que o “verdadeiro conhecimento” vá diminuir essa dominação. A acção política não será melhor servida pela afirmação da verdade, já que não existe evidência que sugira que a razão ou a verdade sejam as únicas estratégias eficazes para produzir mudança. O que as feministas desejam não é a verdade mas a justiça, e por isso, o que se torna necessária, é uma perspectiva que liberte as feministas de “garantias transcendentais” e “ilusões de inocência” (Flax, 1990) mas que não negue um vocabulário político de valores (Gill, 1995).

É necessária uma contestação permanente sobre o que se apresenta como auto-evidente, estando esta atitude no centro de qualquer projecto político radical (Butler, 1990). Significa que não se podem manter noções como verdade e objectividade, como garantias para o conhecimento e para a sua produção, mas

que também não se devem negar as questões de valor. Pelo contrário, deve-se fazer da transformação social uma preocupação *explícita* do trabalho feminista, reconhecendo os valores que o influenciam e em que se baseiam, e situar todas as interpretações e leituras dos acontecimentos, num domínio no qual eles possam ser interrogados e argumentados, em resumo numa arena ou domínio político (Gill, 1995).

Gill (1995) propõe a reflexividade, como uma posição que o analista deve adoptar relativamente às suas posições e interpretações, que por sua vez devem ser explícitas, reconhecidas e reveladas, sendo desta forma o responsável claro pelas suas análises. Com esta proposta pretende-se criticar a aparente reflexividade dos relativistas, que não colocando a perspectiva de valor e possibilitando a qualidade de qualquer interpretação, acabam por proteger os seus argumentos do criticismo. Embora esta forma possa ser adequada por exemplo na literatura, nas ciências sociais essa posição pode ser perigosa, dando crédito a qualquer posição social e qualquer ideologia.

Em síntese, o que é necessário é uma espécie de relativismo ou cepticismo epistemológico que não evite ou faça desaparecer a questão dos valores, um relativismo que não tenha vergonha de ser político onde as feministas possam reivindicar transformações sociais e fazer delas uma preocupação explícita de trabalho. Os valores devem ser explicitados e colocados numa arena onde possam ser discutidos, o que implica que haja um repensar da noção de reflexividade. A análise do discurso tem servido frequentemente para reforçar, em vez de desafiar, a autoridade do analista e tem sido usada como veículo para desaprovar compromissos explícitos, pretendendo dar voz a outras posições. Pelo contrário, a análise do discurso deve adoptar uma flexibilidade que enfatize a necessidade do analista reconhecer os seus próprios compromissos e de reflectir criticamente sobre eles. Procurando explicar e justificar a base para as suas leituras ou análises, a análise do discurso torna-se responsável pelas suas interpretações e pelas consequências sociais e políticas dessas interpretações (Gill, 1995).

Parece-nos que Parker (1992) faz uma leitura interessante desta problemática, quando diz que a análise do discurso tendo-se associado ao “quebrar” das ideias acerca da psicologia moderna (Kvale, 1992) tornou-se ao mesmo tempo, uma análise problemática mas igualmente curiosa, útil, perigosa, libertadora e radical.

PSICOLOGIA FEMINISTA

A psicologia emergiu como um “discurso científico individualizado” que procura produzir explicações “verdadeiras”, racionais e objectivas acerca de um sujeito unificado (Rose, 1985 cit. Lovering, 1995). Esta psicologia científica baseia as suas suposições num ideal de “verdade” e em métodos formalizados de experimentação e recolha de dados com uma ênfase na fidelidade e validade. Assume que a ciência deve ser livre, neutra e isenta em termos de política, valores e interesses o que promoverá a fidelidade das suas descrições acerca da natureza da vida social (Riger, 1992). Promove a separação dos meios de fazer pesquisa dos seus fins, a remoção do investigador do processo de pesquisa e a suposição de que os “factos” podem ser registados acerca do mundo social e que podem colocar o pesquisador na posição de simplesmente reflectir e perpetuar as relações de poder desiguais que já existem na sociedade.

Através do processo de estabelecimento de normas, os psicólogos e outros cientistas construíram um mundo no qual as suas próprias expectativas de comportamento e emoção tinham mais credibilidade que aquelas dos sujeitos da própria ciência; esta situação deveu-se à atmosfera positivista de procura de “verdade”, sendo esta identificada com o progresso contínuo (Nicolson, 1995) e cumulativo (Morrow, 1994). A psicologia criada por pessoas e para pessoas, baseia-se numa “pedra dura” que é a explicação, o que de algum modo a insere dentro da cultura moderna ocidental. Deste modo, a psicologia constroi o seu

próprio objecto de pesquisa reflectindo e perpetuando interesses sociais particulares (idem, 1990).

A psicologia feminista acompanha um grande leque de teorias e métodos (Squire, 1990) e pode ser descrita como uma psicologia *por, acerca e para* mulheres, devotada à compreensão das relações de género ou a promover a condição das mulheres (Squire, 1995). Esta autora caracteriza-a amplamente com o sector da psicologia que analisa os efeitos das desigualdades de género nas subjectividades de homens e mulheres e tenta compreender como essas subjectividades podem ser modificadas .

A psicologia convencional não questiona a produção de conhecimento, o poder ou o significado, nem toma em atenção a natureza patriarcal de muitas atitudes. Este tipo de pesquisa pressupõe aceitar os factos do senso comum. Mesmo uma metodologia qualitativa feminista na psicologia -que pretenda dar voz às mulheres- não é necessariamente muito válida por si só, se não teorizar os aspectos sociais das experiências subjectivas das mulheres e não considerar a produção ou o significado do silêncio dessas mesmas mulheres. Frequentemente este tipo de pesquisa negligencia a questão das relações sociais e de poder na formação das experiências das mulheres (Lovering, 1995).

Pode-se dizer que se assitiu na psicologia a uma marginalização do género, assim como de outros assuntos como a raça ou a sexualidade, quer nas perspectivas teóricas oferecidas, quer no equacionar das experiências das mulheres que estiveram envolvidas na disciplina, quer no ensino ou no domínio profissional (Burman, 1990).

A psicologia das mulheres é um domínio problemático porque cheio de contradições. Imagens estereotipadas de mulheres com traços de expressividade, boas mães, carinhosas e sensíveis são utilizadas pelos cientistas, quer como justificação para os seus papéis tradicionais de subordinação, quer como óptimas qualidades das quais beneficiará a espécie humana. Os trabalhos de Gilligan (1982) ilustram bem esta segunda ênfase.

No entanto, muitas feministas rejeitaram a própria psicologia por acharem que o seu conhecimento e métodos eram inadequados para os seus projetos. Outras vêem o seu papel quase como “anti-psicologia” (Squire, 1990), desenvolvendo uma crítica constante à disciplina. Como dizia Wilkinson (1986) uma perspectiva feminista é importante não só para as pesquisadoras feministas mas para toda a pesquisa em psicologia social e para a toda a ciência social, já que as ideias feministas acerca da psicologia, e da ciência, desafiam a maneira pela qual o conhecimento psicológico é compreendido, produzido, ordenado e privilegiado assim como as estruturas que legitimam aqueles que têm autoridade (Nicolson, 1995).

A construção da psicologia feminista implica um carácter interdisciplinar. A sociologia marxista e a pós-modernista, a filosofia social e o criticismo literário trouxeram contribuições ao feminismo e foram incorporados nos “estudos sobre as mulheres”. Foi através dessas diferentes abordagens que as ideias feministas acerca da subordinação da mulher, do patriarcado, da natureza da ideologia nas práticas sociais (particularmente da ciência) e da natureza relativa do conhecimento foram explicitadas. E é precisamente dessas raízes que as ideias feministas emergiram na psicologia, apesar de com algum criticismo. Assim, pode-se considerar que a dominação masculina da disciplina, o reconhecimento do sexismo nas proclamações do conhecimento (particularmente em relação com as capacidades cognitivas, a socialização e a forma como o corpo feminino foi patologizado) e o desenvolvimento da teoria feminista em sociologia e os estudos sobre mulheres em particular, constituem o contexto para o desenvolvimento de uma psicologia feminista.

A psicologia social surge como sendo um ramo fértil da disciplina no que diz respeito às ideias feministas. Isto deve-se certamente à posição periférica relativamente à própria psicologia, (à qual faz comentários críticos), às ligações disciplinares como por exemplo com a sociologia, ao facto da psicologia social

estar preocupada com a interacção humana. Apesar da maioria dos psicólogos sociais não tomarem uma posição crítica, existe um grande potencial dentro do domínio, para tentar explicar os processos sociais, incluindo o poder e o discurso.

Pode-se dizer, assim, que o centro da pesquisa feminista se baseia no processo de conceptualização da pesquisa e do conhecimento (mais a europeia) e nos temas que aborda (mais a americana). A psicologia feminista reconhece, segundo (Nicolson, 1995):

- que a produção do conhecimento é um processo discursivo, dinâmico e político ocorrendo através da interacção entre o pesquisador, os sujeitos e os discursos disponíveis;
- que não existe conhecimento estático acerca das pessoas para ser “descoberto” ou “comprovado”, através de experimentação reducionista;
- que o pesquisador toma em atenção o contexto, o significado e a mudança ao longo do tempo;
- que a flexibilidade é um ingrediente essencial na produção do conhecimento e no processo de pesquisa;
- que os valores e posições do pesquisador são explícitos.

Deste modo a psicologia feminista tem um papel a desempenhar no desafio a uma posição realista da ciência tradicional, demonstrando a maneira como as proclamações de conhecimento dos grupos dominantes surge como prioritária, devido à forma como os discursos (populares ou científicos) são construídos. Tem também um papel no desenvolvimento de discursos alternativos acerca das mulheres, dos homens e do género, assim como sobre a forma como se podem conceber as relações sociais (Nicolson, 1995).

Como feminista, Lovering (1995) considera a posição de ciência empiricista e positivista incompatível com o compromisso face à promoção da

posição das mulheres na ciência e na sociedade, sendo necessária uma teoria diferente assim como uma outra metodologia. Face a estas limitações, considera que uma viragem para uma psicologia pós-estruturalista e de análise do discurso, influenciada pelo trabalho de Foucault, seria importante. Admite no entanto, que esta viragem não é fácil e apresenta dificuldades, porque o discurso tem sido nos últimos tempos considerado algo de confuso e pouco claro.

No entanto, parecem existir implicações da análise do discurso para o desenvolvimento de uma teoria feminista e política feminista (Wilkinson & Kitzinger, 1995). Poderá definir-se uma política de articulação feminista, proposta por Wetherell (1995) passando pela adopção de um novo vocabulário de valores proposto por Gill (1995).

Uma política de articulação feminista implica traçar ou delinear as dinâmicas do poder de diferentes discursos de feminilidade, de investigar as maneiras como a comunidade das mulheres tem sido construída em diferentes contextos, de questionar abertamente a formulação de discursos dominantes sobre as mulheres, e evidenciar as alternativas até aí subordinadas (Wetherell, 1995). No entanto, é vital trabalhar com a ambiguidade, e com a ambivalência, reconhecendo que a feminilidade é uma categoria negociável, que toma uma forma particular de identidade dentro de discursos contrastantes, e num determinado contexto histórico e cultural. Ao aceitar que não existe “algo” a ser descoberto, a feminilidade deve ser encarada como um método de descrição, não um atributo psicológico. Envolve viver com o conhecimento desconfortável (para alguns), de que os discursos têm múltiplos usos e significados (Potter & Wetherell, 1992), viver com o facto de que nada é simples nem existe um significado inerente, tudo é ambíguo.

Mas a psicologia feminista não deve excluir a luta contra o sexismo e as tentativas de controlo da vida das mulheres, inclusivé através da ciência psicológica. Por estas razões é necessária uma mobilização tendo por base algumas identidades (mais do que outras), certo sentido de comunidade (mais do que outros), uma espécie de “clausura arbitrária” que pode ser satisfatória, embora

também possa ser considerada uma meia-verdade, não porque se pretenda falseá-la, ou descomprometer-se, mas devido à consciência de que a sinceridade, o sentimento de rectidão e a aura do dizer da verdade é frequentemente o melhor, mas muitas vezes também o mais perigoso e opressivo efeito discursivo.

A psicologia, como o feminismo, não é unitária, mas representa uma variedade de pontos de vista, métodos e áreas de estudo (Phoenix, 1990). A pesquisa conduzida pelas feministas tem muito a dar à disciplina da psicologia. Como já vimos atrás no capítulo do feminismo, não existe uma metodologia feminista que todas as feministas subscrevam. As feministas são distintas e têm diferentes perspectivas do feminismo. Esta diversidade afecta a pesquisa que elas escolhem fazer e os métodos que usam, existindo no entanto, grandes temas com os quais as feministas parecem concordar (Phoenix 1990; Wilkinson 1986) e que implicam normalmente, uma avaliação crítica do processo de pesquisa em si mesmo.

Devem ser usadas definições mais amplas de psicologia em substituição daquelas associadas a um leque estreito de métodos e de tópicos. O trabalho interdisciplinar pode ser útil para a compreensão psicológica do indivíduo no seu contexto. As perspectivas feministas são políticas e por isso não produzem pesquisa "objectiva". A pesquisa que se diz objectiva pode servir para manter a desvalorização do estatuto das pessoas, quando são construídas como problemas sociais, e por isso tem uma orientação igualmente política, mas implícita.

Para Kitzinger (1990) ser feminista significa ser responsável face a outras feministas pela psicologia que faz, e como psicóloga ser responsável face à psicologia pelo seu feminismo. Identificando-se com os dois grupos, pretende oferecer algo de positivo a cada um. Ao feminismo oferece as análises acerca dos perigos da psychologização que invadem o movimento feminista, os criticismos e os conhecimentos (por dentro) de uma disciplina, à psicologia oferece as análises acerca do papel da retórica dentro das ciências sociais, o assumir de uma perspectiva construcionista crítica, como uma alternativa às abordagens

positivistas-empiricistas e o conhecimento (por dentro) do feminismo. Apesar de considerar a etiqueta de psicologia feminista como uma contradição nos termos (no sentido de uma ciência neutra e objectiva) ela considera-se “apaixonada” pelo comprometimento quer com o feminismo quer com a psicologia, e a excitação intelectual e o impacto prático da pesquisa acabam por se situar no espaço criado pela própria contradição.

Para uma psicologia feminista política

A proposta de Michelle Fine e Susan Gordon (1989, cit. Crawford, 1995) de um projecto de uma psicologia feminista política que esteja ligado às condições, complexidades, assimetrias, prazeres e perigos das vidas das mulheres, desafia os investigadores a empregar quatro novas formas de aprendizagem acerca das mulheres:

1. Estudar as mulheres em interacção com outros, e não isoladas. Reconhecendo que “o sujeito é construído” é importante estudar como as mulheres se constroem a si próprias, em reflexão, relação e resistência ao outro;
2. “Dar a palavra” às mulheres, implica estudá-las em contextos femininos, estudando igualmente as estratégias de resistência que utilizam face ao sexismo e à discriminação, não apelando para a adaptação às normas masculinas;
3. Fundir teoria, prática, política e métodos. Implica uma crítica política auto-reflexiva, já que a ciência social é uma forma culturalmente privilegiada de conhecimento (fazer pesquisa é inevitavelmente um acto político);
4. Estudar o que é normalmente associado ao género. De forma a melhor se compreender o género como um conceito relacional, com fronteiras muito flexíveis, é necessário investigar não apenas o que representa e é experienciado como género, mas também aquilo que não é representado como o sendo, isto é, o que é desconhecido, o que não é imaginável acerca do género e acerca das mulheres.

Quando as investigadoras adoptarem estas perspectivas, será possível compreender a forma, o porquê e o como da injustiça social persistir, sem evidência de infelicidade ou rebelião por parte da grande maioria das mulheres, isto é, como se processa a construção social da tranquilidade ou da passividade (Crawford, 1995). Se se analisar, não só as vozes das disciplinas mas também as vozes da cultura popular, pode-se compreender como as disciplinas das ciências sociais e a psicologia popular formam uma “volta” ou “cordão” mutuamente influenciador que permite a construção social da passividade. Mas é também importante estudar e examinar a resistência das mulheres a essas formas de controlo social. Por exemplo, a utilização de livros de auto-ajuda por parte das mulheres, se, por um lado, podem induzir uma adaptação às normas estabelecidas e nesse sentido perpetuarem a passividade, podem, por outro lado, ser utilizados para a construção de um significado comum entre as mulheres, significado esse que pode promover a resistência. Além disso podem criar interpretações que competem com os autores dos livros de auto-ajuda. Através deste exemplo a autora mostra como todas as tentativas de controlo correm o risco de resistência.

Para o feminismo realizar o seu potencial transformador, as mulheres devem, por um lado, sentir-se insatisfeitas com o modo como as coisas são, e ao mesmo tempo, acreditar que podem mudar as estruturas sociais através dos seus próprios esforços³.

³ A auto-transformação encorajada pela ciência social individualista, permitiu, pelo menos, passar a mensagem às mulheres de que a sua vida estava sob o seu controlo; esta crença pode ser necessária e poderosa para todos aqueles que acreditam na mudança.

PARTE III

**ESTUDOS SOBRE O(S) GÊNERO(S) E
RELAÇÕES DE PODER**

ESTUDO I

**AS MULHERES EM POSIÇÕES DE
LIDERANÇA
ESTEREÓTIPOS E ATRIBUIÇÕES PARA O SUCESSO**

INTRODUÇÃO

Nesta parte do trabalho faremos referência aos estereótipos e atribuições para o sucesso associados a homens e mulheres em diferentes contextos profissionais, nomeadamente masculinos e, dentro destes, na Gestão. É do nosso interesse estudar de que forma estes factores actuam para a percepção das mulheres nessas posições.

Assim, começaremos por referir a literatura sobre as mulheres em posições de liderança de uma forma geral, os problemas que enfrentam nas organizações, as investigações que estudam as diferenças ou semelhanças entre os seus comportamentos, atitudes e estilos relativamente aos seus pares do sexo masculino.

Assumindo que uma das grandes barreiras que estas mulheres têm de enfrentar, constituem os estereótipos sociais, barreiras sociais muito difundidas e resistentes, que existem quer em meio organizacional, quer na sociedade em geral, terminamos com as referências aos estereótipos associados às mulheres em posições de liderança.

Tendo presente, como vimos ao longo da exposição de todo este trabalho, o papel que a família representa para a vida das mulheres, acabamos esta parte teórica analisando a designada interface família/carreira, que é sempre difícil, para todas as mulheres, mas que se torna ainda mais relevante, quando se estuda as mulheres em domínios tradicionalmente masculinos e em posições de liderança nas organizações onde trabalham.

Este capítulo termina apresentando três estudos realizados com três populações distintas onde se procurava investigar as expectativas estereotipadas e as atribuições de sucesso em função do género de uma personagem, neste caso actores do sexo feminino e masculino.

AS MULHERES EM POSIÇÕES DE LIDERANÇA

O movimento de libertação das mulheres lutou e continua a lutar contra todas as formas de preconceito e discriminação na avaliação das competências intelectuais e profissionais das mulheres e contra a tendência para desvalorizar a realização das mulheres na sociedade (Kirschler, 1993). Apesar de tudo, os empregos das mulheres continuam a ser menos gratificantes (em termos salariais, por exemplo) comparativamente aos dos homens, e estas continuam a estar essencialmente concentradas em áreas tradicionalmente femininas como a educação, a saúde e sobretudo nos serviços, ocupações estas que por sua vez também estão associadas a salários mais baixos. As posições de gestão continuam a surgir como sendo “domínio” dos homens.

Desde a Segunda Guerra Mundial, as mulheres incorporaram-se no mundo do trabalho e actualmente nas sociedades ocidentais representam aproximadamente 40% da força laboral (Pallarés, 1993). Apesar das mulheres representarem 40% da população activa no mundo ocidental, elas continuam a ser uma minoria nas posições de gestão, sendo praticamente invisíveis na gestão de topo. De acordo com dados estatísticos, a proporção de mulheres que mantêm posições de topo na hierarquia organizacional a nível mundial, situar-se-à entre os 2 e os 5% (Kirschler, 1993). Claro que há excepções, e estas situam-se a nível de algumas categorias (Apfelbaum, & Hadley, 1986), como é o caso da liderança carismática, liderança por sucessão, por eminência científica e/ou eleição mas, tomando-as todas juntas, as mulheres que atingiram posições de liderança devido a este conjunto de razões, continuam a ser consideradas excepções nas percepções das pessoas, assim como na sua imaginação, mais do que potenciais modelos.¹

¹ Os meios de comunicação social têm tendência a não ser neutros relativamente a estas mulheres acentuando a sua excepcionalidade. Como resultado deste processo elas não se tornam modelos realistas, e, para esta autora, são esses modelos realistas que são

Se se pretender fazer uma análise da hierarquia organizacional em termos dos postos ocupados por mulheres, dar-se-á conta que estas são minoritárias em postos de direcção ou de liderança nos topo das organizações. Segundo Nadelson (1989) apesar de algumas mulheres terem atingido posições de autoridade e responsabilidade em profissões tradicionalmente masculinas, ainda existe um fosso entre a proporção de mulheres com treino e formação profissional adequadas e aquelas que poderão vir a atingir posições de proeminência nas organizações.

Assim, pode-se dizer que apesar das mulheres se terem, a pouco e pouco, incorporado no mundo laboral, o efeito contrastante da sua proporção nos lugares de destaque é de considerar, já que o número de mulheres decresce progressivamente conforme se ascende ao mais alto nível da hierarquia (Nicholson & West, 1988). Segundo Powell (1993; 1994) enquanto os níveis mais baixos dos postos de direcção começam a tornar-se “neutros” os mais altos continuam “masculinizados”, e por isso fora do alcance das mulheres. As mulheres que conseguiram chegar a ocupar postos de liderança encontram-se maioritariamente concentradas em sectores de actividade económica tradicionalmente femininos como o ramo alimentar, a manufactura, os serviços, a educação e o comércio (Davidson & Cooper, 1992; Powell, 1993), tendem a estar concentradas nos níveis mais baixos da hierarquia da gestão, a supervisionar trabalhadores do seu próprio sexo, e o seu papel na decisão é essencialmente fornecer informação para os homens posteriormente tomarem qualquer decisão (Reskin & Ross, 1992). Conforme referem Blum e Smith (1988) esta situação reflecte o facto da integração ocupacional estar associada a uma segregação intraocupacional.

A atenção recente que tem sido dada à participação das mulheres no mercado de trabalho, deve-se em parte à constatação da sua presença em

domínios tradicionalmente masculinos (Nicholson & West, 1988; Arnal & Llario 1992) e muito particularmente ao caso da Gestão.

A pesquisa sobre as mulheres na gestão tornou-se um campo significativo de estudo nos últimos 20 anos (Kanter, 1980; Powell, 1993). A primeira questão que dominava a pesquisa era a seguinte: podem as mulheres ser gestoras? a questão central para as mulheres era ganhar a possibilidade de aceder a postos de gestão. Durante os anos 70 emergiu uma segunda questão: será que homens e mulheres líderes diferem nos seus comportamentos e nas suas acções nas organizações? Diferenciar entre atitudes e comportamentos de homens e mulheres em posições de liderança era um tópico muito saliente nessa literatura (Powell, 1993; Schein, 1975). A ênfase era colocada nos estudos comparativos, sendo que as mulheres na gestão podiam apenas ser compreendidas em oposição ao homens gestores (Bell & Nkomo, 1992; Calás & Smircich, 1992). A terceira questão que é hoje dominante, segundo Bell e Nkomo (1992), diz respeito à mobilidade dentro da categoria: porque é que as mulheres não atingem o topo?

Se todo um conjunto de circunstâncias sócio-político-históricas, permitiram que a resposta à primeira questão colocada não necessitasse de maior atenção, já que os lugares de liderança podiam formalmente ser alcançados por qualquer indivíduo independentemente do seu género (para esta situação muito contribuiu todo um movimento de reivindicação de direitos e a conseqüente proclamação de leis contra a discriminação laboral), o mesmo não se passou relativamente às segunda e terceira questões que estão ainda na ordem do dia. Isto é, muita da investigação sobre as mulheres e a liderança continua a centrar-se nas comparações de comportamentos e estilos entre homens e mulheres gestoras, assim como no estudo das barreiras que estas mulheres enfrentam no seu dia a dia, relativamente ao acesso a lugares de topo, (que constitui a terceira questão, e será abordada mais em pormenor no ponto seguinte deste capítulo), colocando em evidência os problemas que a mulher tem encontrado ao longo da sua trajectória profissional para chegar a um lugar de liderança (Davidson & Cooper, 1992; Horgan, 1989; Jacobs, 1992; Kanter, 1977; Pallarés, 1993; Powell, 1993; 1994).

Apesar de haver alguma evidência empírica que mostra que mulheres e homens têm diferentes estilos de liderança (Powell, 1993) a pesquisa que compara os estilos de liderança de homens e mulheres evidencia quer a presença (Eagly, Makhijani & Klonsky, 1992) quer a ausência de diferenças entre os sexos (Eagly & Johnson, 1990). Em contraste com as expectativas de género que indicam que as mulheres lideram num estilo orientado para o domínio interpessoal e os homens num estilo de orientação para a tarefa, nas meta-análises acima referidas as autoras mostram que líderes mulheres ou homens não diferem nesses dois estilos. No entanto, encontram consistência para as expectativas estereotipadas de género acerca de outro aspecto do estilo de liderança, neste caso a tendência para liderar democrática ou autocraticamente. As mulheres tendem a adoptar um estilo de liderança mais democrático ou participativo, enquanto um estilo autoritário ou directivo, é mais característico dos homens.

Segundo Chusmir, Koberg e Mills (1989) o estilo de gestão não é afectado pelo género, homens e mulheres líderes são semelhantes em autoconfiança (Chusmir & Koberg, 1991) a qualquer nível da hierarquia organizacional (Koberg, Chusmir & Carlin, 1992), assim como nas suas atitudes face à gestão e à liderança (Kovalainen, 1990) e à forma como se confrontam com os problemas associados ao trabalho (McDonald & Korabik, 1991).

No entanto parecem existir diferenças entre homens e mulheres, relativamente aquilo que apontam como:

- Fontes de stress: as mulheres referem o preconceito, a discriminação e a interface família/carreira, mais do que os seus pares do sexo masculino (Davidson & Cooper, 1992; McDonald & Korabik, 1991) assim como os estereótipos de género (Long, Kahn & Schutz, 1992);
- A utilização de recursos para o poder (Ragins & Sundstrom, 1989) sendo que o padrão para o poder para as mulheres sugere um percurso de obstáculos;
- A existência de discriminação baseada no género (Long, Kahn & Schutz, 1992) quando se comparam salários e taxas de promoção (Lewis, 1992) já que

as mulheres, considerando-se igualmente competentes, pensam que não são correctamente avaliadas pelos seus pares (Debbs & Wlaker, 1990) ou superiores hierárquicos.

A questão do salário é relevante já que segundo referem Arnal e Llario (1992) mesmo nos domínios da gestão, o salário das mulheres é por norma mais baixo que o dos homens, sendo a sua preparação profissional e académica muitas vezes superior, resultado que se repete num conjunto de investigações que sugerem que as mulheres têm maior nível educacional, mas ganham menos que os seus pares do sexo masculino (Cannings, 1991; Cox & Harquail, 1991; Glick, 1991; Ottaway & Bhatnagar, 1988). No estudo realizado por Ottaway e Bhatnagar (1988), comparando os vencimentos de gestores em duas culturas distintas, os resultados indicam que nos Estados Unidos o homem gestor ganha 41,8% mais do que a mulher gestora e na Índia o homem ganha mais 8,7%. Contrariamente a algumas crenças difundidas, as mulheres na gestão parecem valorizar o ordenado/vencimento tanto quanto os seus pares do sexo masculino, e particularmente se tiverem exclusiva responsabilidade pela família (Loscocco & Spitze, 1991).

Relativamente à avaliação das gestoras femininas quando comparadas com os seus colegas do sexo masculino, alguns estudos apontam para a ideia de que os subordinados do sexo feminino parecem gostar menos das suas chefes-mulher do que os homens, e tendem a julgá-las mais negativamente (Watson, 1988), o que sugere discriminação inclusivé proveniente de elementos da mesma categoria de género, enquanto outros estudos (Ragins, 1991) indicam que homens e mulheres não diferem significativamente nas avaliações dos subordinados, respondendo estes mais ao poder do líder, do que ao género.

Apesar da motivação, valores e comportamentos das mulheres gestoras serem semelhantes aos dos homens e apropriados ao ambiente de trabalho, uma grande proporção de mulheres na gestão, (mais do que os homens) são solteiras ou não têm filhos, diferenças de estilo de vida que têm implicações para o balanço dos benefícios organizacionais (Jaffe, 1985). Para Greenglass (1985) o

stress resultante dos conflitos entre trabalho e responsabilidades familiares está relacionado com uma alta incidência de irritação, ansiedade e depressão entre as mulheres gestoras. A autora conclui que as pressões associadas à sobreposição de papéis não são reconhecidas pelas organizações, criando uma atmosfera onde as mulheres arriscam a sua saúde ao mesmo tempo que continuam com as carreiras. O mesmo refere Woods (1985) sugerindo que os múltiplos papéis que as mulheres têm que desempenhar, podem provocar efeitos negativos a nível da saúde mental, ou um elevado aumento de stress (Davidson & Cooper, 1984; Shank, 1983). Segundo Shank (1983) estas mulheres necessitariam ter um suporte para conseguirem um estilo de vida equilibrado do ponto de vista pessoal.

Assim, as mulheres além de terem superiores habilitações académicas, têm tendência a serem solteiras e terem mais stress que os homens. Para as mulheres, sucesso e influência na profissão estão associados a fracasso e insatisfação com a vida familiar, padrão que não acontece com os homens. São mais sujeitas a pressões do meio circundante, frequentemente não colocadas aos homens (Chusmir, 1986; Pretty, McCarthy & Catano, 1992).

Como se pode constatar, a literatura é de alguma maneira confusa e ambígua relativamente à forma como as mulheres se comportam em posição de gestão (Bell & Nkomo, 1992). No entanto, tudo indica que, apesar das mulheres terem feito tudo que é necessário (ter um nível educacional semelhante ou mesmo mais elevado que os homens, manter níveis similares de poder na família, trabalhar nas mesmas indústrias, não entrar e sair do mundo laboral, darem os seus nomes para possíveis transferências) isso parece não ser realmente ainda suficiente, já que persistem disparidades muito significativas (Stroh, Brett & Reilly, 1992).

Estas situações levantam o problema da insatisfação com a profissão e o conseqüente índice de intenção de abandono, que parece estar relacionado com a discriminação baseada no género (Greenglass, 1985). Num estudo realizado por Rosin e Korabik (1991) com mulheres na gestão, sobre a intenção de deixar a organização, a análise dos resultados indicou que as mulheres que sentem que as

suas expectativas não foram atingidas, que descrevem os seus trabalhos como limitados em liderança, responsabilidade, variedade, flexibilidade de tempo e autonomia, expressam menor satisfação profissional e comprometimento organizacional e maior intenção de partir.

Sintetizando, como uma posição de prestígio está ligada à presença de grande maioria de homens (Bartol & Bartol, 1975) e os níveis mais elevados das hierarquias encontram-se “masculinizados” (Powell, 1993) é muito raro encontrar-se mulheres em altos cargos associados ao poder político ou ao mundo dos negócios (Pallarés, 1993). Aceder a postos de alto nível é muito mais fácil para os homens do que para as mulheres, mesmo quando eles estão menos bem preparados que elas. As mulheres chocam com o denominado “glass ceiling” que limita as suas promoções (Davison & Cooper, 1992). Este tecto de vidro representa todas as barreiras invisíveis mas poderosas que dificultam as carreiras das mulheres que pretendem aceder a postos de liderança. Um dessas barreiras está bem representada nos estereótipos associados à profissão da gestão e nas expectativas estereotipadas de comportamento de género. Estas mulheres experienciam um conflito entre as expectativas estereotipadas delas como mulheres e as expectativas estereotipadas delas como líderes. Segundo Schein (1973; 1975) há incompatibilidade entre o estereótipo feminino e o de gestor. O líder homem parece ser o líder normativo. Os estereótipos actuam assim a nível e na forma de conhecimento implícito.

Os estereótipos sociais e a profissão de gestão

No século XX algumas mulheres continuam a confrontar-se com as expectativas de papéis de género, que frequentemente as colocam em casa ou em carreiras tradicionalmente femininas, e não no mundo da gestão, para isso contribuindo a percepção delas, essencialmente como “fêmeas”. Este tipo de percepções impediu o progresso, ao longo dos anos, das mulheres no mundo do

trabalho em geral e nomeadamente na gestão, já que as mulheres eram vistas primariamente como esposas e mães ou potenciais esposas e mães.² Ao mesmo tempo, e como refere Lipman-Blumen (1980; 1984) a liderança feminina está associada à aceitação de certos mitos, como por exemplo a sua percepção como “homens”.

Apesar de todas as pressões sociais antagónicas, algumas mulheres individualmente, como proprietárias, empresárias ou a gerirem empresas no sector público, prepararam o terreno como modelos para a futura entrada no mundo corporativo. No entanto, o seu trabalho e a avaliação realizada dessa sua acção provocou resultados contraditórios, porque se por um lado promoveu a entrada de mais mulheres no mundo da gestão ou para posições de liderança, por outro lado acabou por prejudicar esse mesmo acesso. Começaram a ser popularizadas as imagens de mulheres executivas sózinhas (isto é, sem família, e por isso muito dedicadas à carreira) ou a desempenharem tarefas que faziam delas “supermulheres” (modelo praticamente inatingível para muitas mulheres, ou por não desejarem sentir essa pressão, ou por considerarem não possuir competências para tal).

Tradicionalmente a sociedade tinha muitas dúvidas acerca das mulheres conseguirem desempenhar com sucesso as situações difíceis da liderança. Os gestores eficazes eram percebidos como competentes, competitivos, racionais analíticos e estratégias bem sucedidos. As mulheres, por outro lado, eram percebidas como sendo meigas e expressivas, cooperantes e humanitárias, intuitivas e artísticas, em suma, demasiado emocionais para posições de topo (Kirchler, 1993).

Nesta parte, apresentaremos as investigações que relacionam a ocupação da gestão e os estereótipos sociais associados à gestão que, enquanto estereótipos ocupacionais, são definidos segundo Lipton, O'Connor, Terry e Bellamy (1992),

² A legislação laboral de protecção baseada no género, no início do século XX também impediu o acesso das mulheres a muitos postos de trabalho.

como atitudes preconcebidas acerca de uma ocupação particular, acerca das pessoas que trabalham nessa ocupação ou acerca da adequação pessoal para essa ocupação.

Para a compreensão da segregação das mulheres no mercado de trabalho a questão dos estereótipos tornou-se central para a psicologia. Segundo Reskin e Padavic (1994) as crenças da cultura ocidental não sendo obviamente universais são importantes relativamente à ligação estereotipada entre género e trabalho. A ideia de que existem diferenças sexuais inatas ainda é partilhada pelo senso comum, dizendo-se por exemplo que os homens são governados pela razão e as mulheres pelo coração; estas ideias implicam a ligação directa a tarefas para homens e tarefas para mulheres. Do mesmo modo, é assumido que “naturalmente” os homens exercem autoridade sobre as mulheres. Estes estereótipos associam-se à ideia de características necessárias para, de forma apropriada, se ser bem sucedido, se levar a cabo determinada tarefa, permitindo que se designem trabalhos como femininos e trabalhos masculinos. As crenças culturais sobre as relações entre os sexos também contribuem para a desigualdade sexual no trabalho: quer a cultura ocidental quer a oriental partilham da crença, que legitima a desigualdade de géneros, de que os homens são inerentemente superiores às mulheres (em capacidades cognitivas e características de personalidade apropriadas para o trabalho), o que implica uma maior autoridade laboral e melhor salário para homens.

A diversa literatura sobre estereótipos ocupacionais, sendo um campo vasto e rico apresenta, no entanto, uma imagem onde falta muita coesão, como poderemos analisar no caso relativa à gestão.

Os investigadores que pretendem analisar a influência das barreiras na progressão das mulheres a nível da gestão referem um conjunto de perspectivas baseadas no género que sugerem que as mulheres não possuem as competências ou comportamentos característicos para realizar os papéis de liderança, e neste contexto segundo Fagenson (1990; 1993) as mulheres são caracterizadas usando os estereótipos femininos, incluindo o ser indeciso, passivo e muito dependente.

Tais estereótipos prejudicam as próprias mulheres em termos da sua possibilidade de progressão para posições de liderança, porque tradicionalmente à posição de gestor sempre foram associados os traços de agressividade, independência e capacidade de tomar decisões (Schein, 1973,1975), estereótipos esses que estão associados ao sexo masculino. Por outro lado, alguns autores referem que as características de liderança como assertividade ou capacidade de persuasão estão fortemente associadas com o papel de género masculino. Nesta perspectiva, as mulheres têm de adoptar um comportamento masculino de forma a acederem à liderança (Eagly & Karau,1991) e entrarem em posições tradicionalmente masculinas (Eagly, Makhijani & Klonsky, 1992), pagando por isso o preço da perda das características de feminilidade aos olhos dos observadores (Nogueira, 1995).

A associação entre o estereótipo masculino e a ocupação da gestão permaneceu estável (Marshall, 1984) desde os anos 70 (Schein, 1973; 1975), aparentemente resistindo às mudanças nas posições sociais de mulheres e homens na sociedade. Um padrão de comportamento de gestão bem sucedido ainda requer um conjunto de habilidades que correspondem à identidade de género masculina e que está em conflito com a identidade de género feminina (Wiley & Eskilson,1990).

As características pessoais que se associam com a maioria dos postos de direcção, ajustam-se aos estereótipos masculinos (agressividade, competitividade, ambição etc). Os indivíduos sexualmente tipificados como masculinos podem aspirar aos níveis mais altos da chefia, porque as características associadas ao papel de liderança são mais congruentes com uma imagem masculina (Pallarés, 1993; Powell & Butterfield, 1989).

Para esta situação também podem contribuir as atribuições fornecidas para o sucesso. Enquanto o sucesso de um homem é atribuído à sua capacidade, o de uma mulher é frequentemente atribuído a trabalho árduo, sorte ou facilidade das tarefas. O fracasso de uma mulher é mais facilmente atribuído a pouca capacidade, enquanto que para o homem mais facilmente será atribuído a factor

de má sorte, falta de esforço, ou dificuldade da tarefa. Assim, e do mesmo modo, a pesquisa relativa às atribuições para um desempenho bem sucedido de homens e mulheres (Deaux, 1985) e as teorias implícitas sobre a realização (Sousa & Leyens, 1987) estão de acordo com esta perspectiva, já que as noções de sucesso e realização estão imbuídas de um significado masculino que diferencia as realizações de homens e mulheres.

Algumas autoras (Horner & Walsh, 1974) referem que as próprias mulheres podem ser responsáveis pela falta de interesse por postos de liderança porque, segundo elas, as mulheres interiorizam que para ter êxito e triunfar nesses ambientes, que requerem características como agressividade e competitividade (traços esterotipadamente masculinos), elas podem vir a ser identificadas como masculinas. No entanto, o problema inverso parece não se verificar já que os homens que escolhem profissões tradicionalmente femininas apesar de terem maior probabilidade de possuírem traços semelhantes aos das mulheres naquelas profissões, sentem-se geralmente bem consigo próprios e com a sua sexualidade masculina (Chusmir, 1990) não encontrando discriminação nessas ocupações (Williams, 1992). A discriminação, como resultado de estereótipos negativos surge de indivíduos exteriores à profissão. Contrariamente às experiências das mulheres nas mesmas situações (em domínios, ou profissões tradicionalmente masculinos) os homens nestas condições, para além de não sentirem discriminação no domínio ou profissão onde trabalham, têm vantagens estruturais que tendem a melhorar as suas carreiras, por exemplo, são frequentemente os directores e os superiores hierárquicos desses serviços, cuja população é essencialmente feminina.

Num estudo realizado por Schein, Mueller e Jacobson em 1989 (repetição de estudos similares em 1970 e 1980) com estudantes de nível médio de gestão, os autores verificaram que os estudantes do sexo masculino continuavam (desde 1970 e 1980) a aderir ao estereótipo da gestão, como uma profissão tradicionalmente masculina, para a qual as características, os modos de ser e as atitudes geralmente atribuídas aos homens continuavam a ser as mais adequadas. Pelo contrário, as estudantes do sexo feminino do referido estudo não tipificavam

sexualmente a profissão de gestão, o que representa uma mudança desde o estudo realizado em 1970, resultados que Brenner, Tomkiewicz e Schein (1989) e Karnes & D'Ilio (1990) também encontram nos seus estudos. Do mesmo modo, num estudo realizado com alunos de gestão de três países (Inglaterra, Estados Unidos. e Alemanha) sobre estereótipos de papel sexual e características percebidas como necessárias ao sucesso na gestão, os resultados indicam que os homens nos três países consideravam que os gestores de nível médio com sucesso possuíam as características, atitudes e perfis normalmente atribuídos a homens, mais do que a mulheres (Schein & Mueller, 1992).

Segundo Camden e Witt (1983) as mulheres gestoras estariam num processo tipo *double-bind* no que diz respeito ao seu estilo de gestão. Se elas se comportam com um estilo feminino estereotipado são julgadas como menos eficazes porque não se conformam aos padrões masculinos, mas se empregarem um estilo de gestão identificado como masculino, são igualmente mal vistas, principalmente do ponto de vista da sua imagem social.

Durante a última década uma grande quantidade de livros e artigos foram publicados a elogiarem as mulheres como novos líderes (Kirchler, 1992; 1993). As futuras empresas necessitariam gestores andróginos com um estilo menos masculino e mais feminino. Um comportamento cooperativo com uma grande proporção de emocionalidade era visto como mais promissor que a agressão competitiva. Recentemente, no entanto, as lutas pela igualdade entre os sexos parecem ter tido um impacto sobre os estereótipos de género. O movimento feminista, a legislação crescente banindo a discriminação com base no sexo nas práticas de emprego, as oportunidades crescentes para as mulheres adquirirem níveis educacionais mais elevados e formação profissional, assim como o crescente número de mulheres jovens com experiência profissional, sem crianças pequenas e um forte desejo por uma carreira, contribuíram para a igualdade de oportunidades no local de trabalho e podem ter afectado as imagens relativas aos homens e mulheres gestoras. Consequentemente, seria possível assumir que as imagens de género mudaram durante a últimas décadas, (o período caracterizado pelos movimentos feministas mais fortes), e nesse sentido, nos dias de hoje,

homens e mulheres gestores não deviam ser percebidos como diferentes (Kirchler, 1993). Segundo Passauer (1992, cit. Kirchler, 1993) os resultados de um estudo recente na Áustria suporta esta ideia. Num estudo baseado nos obituários de gestores homens e mulheres Kirchler refere que as imagens das mulheres gestoras mudaram consideravelmente de 1960 e 1970 para 1980, e em 1990. Apesar da mudança nas imagens das mulheres gestoras ser esperada e observada nos resultados, em 1990 as mulheres gestoras não foram percebidas como mais iguais aos homens. As mulheres continuam a ser percebidas como sendo diferentes dos homens gestores, mas também diferentes das mulheres gestoras de 1960. No passado, as mulheres gestoras eram descritas como boas pessoas, os seus colegas e subordinados lembravam-nas como adoráveis, agradáveis e “caring”, como tendo sido muito boas durante as suas vidas. Em 1990, no entanto, são atribuídas às mulheres líderes características muito mais concretas: agora as gestoras são lembradas como tendo mostrado competências de decisão, energia e sucesso, coragem e empenhamento. As mulheres gestoras são agora percebidas como lutando pelo sucesso. Em suma, enquanto os homens gestores são sempre percebidos como conhecedores e eficientes, as descrições das mulheres mudaram da “adoração” à atribuição de motivação. Em 1980 as mulheres gestoras convenceram os seus colegas pela sua motivação, comprometimento e envolvimento. Homens e mulheres gestores são ambos percebidos como trabalhando para o sucesso; mas enquanto os homens continuam a ganhar pelo conhecimento, as mulheres lutam pelo sucesso. Estes resultados atribuem o sucesso das mulheres a factores instáveis enquanto o sucesso dos homens é atribuído a factores estáveis.

No que diz respeito a toda uma ampla literatura sobre a possibilidade de uma gestão andrógina (um estilo de gestão e de gestor com traços masculinos e femininos) os autores Blanchard e Sargent (1984) sugerem que o gestor eficaz é alguém que combina as competências de liderança e a orientação para a tarefa tradicionalmente associadas com a masculinidade e os comportamentos de ajuda e suporte usualmente caracterizados de femininos. Um estilo de gestão eficaz requer, nesta perspectiva, que os homens aprendam a expressar-se mais, a

confiarem e serem mais afiliativos e as mulheres mais assertivas, usarem comportamentos mais instrumentais e expandirem o seu repertório comportamental para lidarem com o poder. Será assim o gestor andrógino.

Se existem estudos que referem que o bom gestor é andrógino e menos masculino, outros apontam como sendo melhor o masculino do que o andrógino. Os autores Powell e Butterfield (1989) referem que, apesar do considerável aumento de mulheres na gestão, o bom gestor continua a ser descrito como masculino mais do que andrógino.

Nas investigações realizadas com gestores e utilizando o Inventário de papéis sexuais de Bem os sujeitos revelavam serem mais andróginos ou masculinos na sua orientação de género e terem visões altamente igualitárias do papel das mulheres na sociedade (Sachs, Chrisler & Devlin, 1992). Muitas mulheres gestoras são andróginas, enquanto os homens gestores são quer andróginos, quer masculinos (Kapalka & Lachenmeyer, 1988).

Segundo Wiley e Eskilson (1990), nos últimos 10 anos tem havido muita discussão acerca da importância do recrutamento de mulheres para a gestão. Aumentar o número de mulheres não é apenas uma questão de igualdade, já que muitos argumentam que a sua entrada acaba por beneficiar as organizações. As mulheres gestoras podem, nesta perspectiva, tornar as organizações mais humanas trazendo para a gestão competências interpessoais e competências aprendidas como parte dos seus papéis de género. Mas, segundo estas autoras, os problemas encontrados ao tentar aumentar o número de mulheres na gestão, não se restringe às questões da aceitação e do avanço que foram documentadas atrás por Kanter (1980); envolve também tornar as carreiras da gestão atractivas para as mulheres.

Este problema chama a atenção para a questão dos estereótipos de género e ocupacionais. A pesquisa realizada nas últimas décadas sobre as qualidades de um bom gestor encontraram (não surpreendentemente) que muitas das características usadas mais frequentemente para descrever um bom gestor faziam parte do estereótipo de género masculino (Powell & Butterfield, 1989; Schein, 1973;1975; Schein, Mueller & Jacobson, 1989). Estas descrições resultam em

parte do estereótipo de um gestor mais do que das exigências de um papel de gestão ou de uma determinada ocupação de gestão, ou mesmo das práticas de gestão com sucesso (Kanter, 1980). De facto, os gestores com sucesso necessitam ser, não apenas agressivos e competitivos (estereótipo masculino), mas também compreensivos e sensíveis às necessidades dos outros (estereótipo feminino). Na medida em que os estereótipos associados à ocupação da gestão são mais congruentes com os estereótipos de género para os homens do que para as mulheres, a possibilidade dos comportamentos escolhidos serem inconsistentes com um ou outro estereótipo é muito maior para as mulheres do que para os homens. Se um homem gestor se apresenta como competitivo e agressivo, ele está a actuar de acordo com as expectativas partilhadas quer com a ocupação de gestão, quer com o estereótipo de género. Observadores externos concluirão mais facilmente que essa pessoa terá possibilidade de ser bem sucedida no trabalho e nas suas relações interpessoais. Por outro lado, o mesmo estilo agressivo e competitivo adoptado por uma mulher não será congruente com o estereótipo do seu papel, mesmo estando de acordo com o estereótipo ocupacional. Nestas circunstâncias, observadores podem esperar que essa mulher tenha sucesso profissional mas seja menos bem sucedida nas relações interpessoais. Estas expectativas parecem reflectir algo de real, já que Gutek e Nieva (1981) referem que as mulheres líderes que utilizam estilos similares aos dos seus pares homens, são percebidas como menos interessantes do ponto de vista interpessoal e heterossexual.

Trinta anos passados desde a grande força do feminismo dos anos 60 não sugerem que o optimismo, que presidiu a esses primeiros anos e consequentes reformas e leis contra a discriminação, se mantenha, já que as pessoas se questionam, actualmente acerca do que realmente foi conseguido: os salários das mulheres continuam a ser inferiores aos dos homens, as mulheres em posições de topo nas organizações continuam a estar em minoria e muitas mulheres de carreira começam a estar desiludidas devido a terem que ser “supermulheres”, a terem que jogar com múltiplos papéis, como os requisitos de uma carreira, e as responsabilidades

familiares que continuam a seu cargo (Betz & Fitzgerald, 1983). Apesar das mulheres terem como protecção um conjunto de leis anti-discriminação, os resultados da grande maioria de investigações atrás apresentadas sugerem que a legislação teve um impacto reduzido na discriminação informal. Formas subtis de discriminação continuam bem desenvolvidas funcionando como barreiras invisíveis, como o "glass ceiling", resultados de investigações que corroboram os relatos sobre tal discriminação (Davidson & Cooper, 1992).

A literatura sobre as barreiras que as mulheres enfrentam parece sugerir que as barreiras externas provêm essencialmente de duas grandes fontes: dos constrangimentos familiares e dos constrangimentos relacionados com as organizações de trabalho, onde se pode fazer sentir a discriminação formal (no que diz respeito às políticas da própria organização) e a discriminação informal (praticada pelos indivíduos, pares e superiores).

Para além dos recursos disponíveis a mulheres e homens serem diferenciados, o que coloca as mulheres em posições desfavoráveis nas ocupações tradicionalmente masculinas, alguns estudos evidenciam uma assimetria nas circunstâncias de vida de gestores e mulheres, sendo os gestores homens associados a famílias de suporte (isto é, famílias em que o outro membro do casal não trabalha fora de casa, ou, se o faz, não prossegue uma carreira, combinando as tarefas domésticas e a responsabilidade pela casa), enquanto que as mulheres, ou não pertencem a nenhuma família porque vivem sozinhas, ou pertencem a casais de dupla carreira (De Conink & Godard, 1992; Nicholson & West, 1988).

Referimos algumas investigações relacionadas com o contexto organizacional, tendo presente que os constrangimentos provenientes da instituição familiar representam um papel igualmente fundamental como barreira à ascensão das mulheres para lugares de topo.

A interface família/carreira

Como referimos atrás, o processo do género influencia as relações das mulheres com os homens no mundo do trabalho mas também na vida pessoal, nomeadamente no seio da família. Toda a insatisfação e o stress, que as formas de discriminação atrás enunciadas podem provocar na vida das mulheres, afectam a forma como as mulheres combinam e gerem as suas carreiras e as suas relações como parceiras numa relação conjugal. Na problemática da interface família/carreira, é importante não esquecer o papel das mulheres na família e nomeadamente nas relações afectivas com os seus parceiros, já que em muitas situações são estas relações afectivas que condicionam toda uma opção de vida, ou um viver stressante do quotidiano.

Uma longa história de superioridade masculina e autoridade, coincide com uma longa história de mulheres com pouca autoridade e dependendo de outros para a formação dos seus sentimentos de identidade pessoal. Uma consequência destas realidades é a sobreavaliação por parte das mulheres da importância das relações afectivas, assumindo-as como a forma para se sentirem importantes. Nos dias de hoje, muitas mulheres continuam a ser socializadas para acreditar que uma relação heterossexual estável e duradoura deverá ser a sua primeira prioridade, sentindo-se protegidas e amparadas pela existência de tal relacionamento, enquanto os homens são socializados ou condicionados a assumir as suas necessidades e desejos como prioritários face às necessidades e desejos das mulheres. Conforme refere Riedle (1991) as mães que trabalham fora de casa são percebidas como mantendo qualidades femininas, mas são descritas como menos femininas, mais masculinas e geralmente menos desejáveis que as outras mães.

Num estudo onde se procurava ver de que forma as escolhas ocupacionais (femininas e masculinas) interferiam nas percepções de mulheres e homens como parceiros em termos de relações íntimas heterossexuais, os resultados indicaram que as mulheres descritas como procurando ocupações tradicionalmente masculinas eram percebidas, quer por homens, quer por mulheres, como menos

preferíveis como parceiras românticas ou mesmo para relações de amizade (Pfof & Fiore, 1990). Realmente a literatura indica que muitas mulheres pensam que dão mais do que recebem do ponto de vista afectivo, mas ao mesmo tempo sentem-se relutantes em desafiar a dominação masculina e os seus privilégios devido ao medo de perder a relação (Gilbert, 1988; 1993).

Uma consequência do continuado exercício de poder e autoridade masculinas é, como vimos, a sobreavaliação por parte das mulheres da importância das relações conjugais, para a formação e reforço da sua identidade pessoal (Gilbert, 1993). Desta forma, as relações afectivas são hipervalorizadas, continuando a socialização dos dias de hoje a reforçar nas mulheres a crença de que terem parceiros ou serem casadas é a primeira prioridade na vida de uma mulher; atingir independência financeira e reconhecimento de carreira é secundário para os seus papéis como "caregivers" e parceiras.

Que o sentido de vida das mulheres esteja dependente da sua ligação aos homens e que, em recompensa, os homens as protejam, continua a ser uma poderosa metáfora do universo feminino. As autoras Hare-Mustin e Marecek (1990) referem que as mulheres vivem sob uma espécie de patriarcado que é, ou está representado, não por uma opressão clara, mas por uma não confessada supremacia aos desejos dos homens e a subordinação à sua vontade.

As mulheres têm de enfrentar uma escolha difícil entre o casamento e a família por um lado, e a carreira por outro (Metcalf, 1987), dando esta situação origem a muitos conflitos (Nevill & Damico, 1975; Wiley & Eskilson, 1988). A crença de que as mulheres que trabalham têm frequentemente conflitos internos e culpas morais (Piotrkowski & Repetti 1984), problemas em combinar a maternidade e uma carreira ambiciosa (Spruell, 1985) são comuns na literatura sobre a interface família/carreira.

Num estudo realizado com estudantes de MBA no Canadá (Goh, 1991) os resultados indicam que as mulheres, quando comparadas com os homens, percebem-se a si próprias como menos assertivas nas situações de trabalho e

continuam ainda a enfatizar mais a vida familiar sobre o sucesso na carreira e o avanço profissional.

A opção entre a carreira e a família continua a ser um factor de perturbação no percurso de vida feminino, já que as mulheres com receio de perderem a relação heterossexual, podem ter que subordinar os seus planos de carreira aos desejos do outro. Muito raramente se ouve um homem estar preocupado com o facto de ser muito competente na sua carreira. O mesmo não se aplica por norma, às mulheres, já que persiste a crença da incompatibilidade do papel tradicional feminino e o prosseguimento de uma carreira. Ser muito competente para a mulher pode querer dizer que os outros a percebem como menos feminina (Nogueira, 1995).

Na realidade, a combinação dos diferentes papéis torna-se um problema a ter em conta no dia a dia das mulheres. Uma família que não funciona de forma igualitária na partilha das tarefas domésticas representa um factor de stress acrescido, e segundo referem Nyquist, Slivken, Spence e Helmreich (1985) na maioria das casas as tarefas domésticas são divididas em termos de padrão de género tradicionais.

Muitas mulheres querem estabelecer relações igualitárias com os homens no mundo do trabalho e nas suas relações íntimas. Mas a sociedade continua a questionar como será possível que dois indivíduos, ambos orientados para carreiras, possam de forma bem sucedida, conseguir uma relação amorosa, com filhos e igualmente progredir nas suas carreiras. A literatura sobre os casais de dupla-carreira (onde ambos os parceiros têm uma carreira para gerir) parece indicar que são as mulheres que desistem mais dos seus interesses e objectivos pessoais do que os homens, de forma que a relação conjugal funcione (Apostal & Helland, 1993)

Particularmente crucial para as relações entre homens e mulheres é a ideia de que qualquer dos parceiros não esperará que a mulher se acomode à hipótese de superioridade masculina nem que os homens tenham qualquer tipo de autoridade sobre as mulheres. Mas infelizmente entre a teoria e a realidade há

muitas vezes muitos desfasamentos, e isto acontece também nos casamentos de dupla-carreira.

Realmente muito do interesse e excitação acerca dos padrões das famílias de dupla-carreira, centra-se nas mudanças das relações de poder entre homens e mulheres; estas mudanças parecem cruciais se se quiser encarar esta forma familiar como um padrão emergente.

Parece haver dificuldade em equilibrar de forma satisfatória a carreira e as exigências relacionais (Desjardins & Langelier, 1983). Um dos estereótipos difundidos pela cultura popular continua a associar uma mulher solitária como alguém indesejável, não-atractiva ou amarga, logo pouco feminina. Esta crença pode originar sentimentos de vergonha e inadequação, mesmo para aquelas mulheres que experienciam o sucesso nas suas carreiras. As mulheres heterossexuais pensam frequentemente que têm que escolher entre a carreira e o marido, ou a acomodação a um casamento, e se o parceiro for incapaz de lidar com uma relação igualitária a mulher pode ter que enfrentar a escolha entre a igualdade ou o casamento.

De forma a manter a família, as mulheres de dupla-carreira que experienciam estes medos podem não se mostrar tão competentes profissionalmente, desinvestir profissionalmente ou mesmo subordinar os seus desejos de carreira aos planos e aspirações dos parceiros (Lerner, 1983).

Todas estas crenças e estereótipos socialmente difundidos, quer pela ciência quer pela cultura popular não possibilitam um prognóstico positivo no que diz respeito à possibilidade de relações amorosas igualitárias, quer para o desenvolvimento de carreiras das mulheres ou mesmo para o desenvolvimento de políticas familiares amigáveis para os dois sexos.

Nicholson e West (1988) concluem que as mulheres se encontram em todas as áreas de gestão mas estão menos representadas ao mais alto nível, a sua carreira na gestão parece significar sacrifícios superiores aos dos homens, nomeadamente

no que se relaciona com a esfera afectiva, têm formação de nível mais elevado, ocupam posições mais especializadas a qualquer nível da hierarquia da gestão, têm consciência dos problemas que enfrentam sendo "viajantes num mundo de homens" (Marshall, 1984) e vêem-se a si próprias como sendo discriminadas pelas políticas organizacionais. As mulheres em posições de liderança vêem as suas posições imbuídas estruturalmente num conjunto de relações sociais antagónicas entre os géneros, porque frequentemente podem sentir o tipo da dupla marginalidade e os custos que daí advêm de estar "nem em terra de mulher, nem em terra de homem" porque quebraram os estereótipos associados ao seu género, isto é, entraram em domínios tradicionalmente masculinos. Nas últimas décadas, no entanto, os esforços dispendidos por muitas mulheres nessas posições pode vir a implicar uma diminuição dessa dupla marginalidade (Apfelbaum, 1993). Num mundo de normas em mudança acerca do que são os lugares socialmente desejáveis, qualquer mobilidade social e de estatuto das mulheres implica necessariamente um certo custo social e psicológico. Sendo o domínio teórico da emergência das mulheres no mundo do poder e da tomada de decisão, em primeiro lugar uma perspectiva da psicologia social, é importante acentuar a convergência ou interface do indivíduo com os factores socio-históricos, e o balanço desses elementos. Segundo Apfelbaum (1993; 1995) não se vive num mundo homogéneo, já que cada sociedade possui os seus modos de organização política e estruturas próprias. Existe também grande heterogeneidade no controlo da disseminação de ideias, estereótipos e propaganda através dos meios de comunicação social, das instituições educacionais e de outros canais de mudança de opinião pública. Essas diferentes sociedades podem ter valores sociais distintos assim como práticas sociais, envolvendo por exemplo diferentes noções do que representam as fronteiras entre público e privado, ou como conduzir as políticas, ou mesmo o que constitui um assunto político. A um nível mais abstracto pode existir um conjunto de valores simbólicos que modelam a imaginação e as representações sociais de uma sociedade, sobre a família, sobre a natureza, ou mesmo sobre o amor. Cada um destes elementos contribui diferenciadamente para o amplo contexto cultural de

uma sociedade onde as interacções de todos os dias se concretizam e devem ser decifradas (Apfelbaum, 1993)

Tendo em atenção todos os resultados apresentados da revisão da literatura, foi nossa intenção estudar as expectativas estereotipadas e as atribuições para o sucesso que são associadas a homens e mulheres em diferentes contextos profissionais, nomeadamente os tradicionalmente masculinos e, dentro destes, o caso da Gestão.

Assim, as hipóteses que apresentamos dizem respeito aos três conjuntos de sujeitos que foram alvo desta primeira investigação (alunos do ensino secundário, alunos do ensino superior e trabalhadores da Administração Pública) enquanto que a última hipótese diz respeito à comparação entre os três grupos envolvidos. A escolha destes três grupos deveu-se a duas razões fundamentais: em primeiro lugar, porque consideramos o facto dos indivíduos envolvidos serem distintos em termos de idade e conseqüentemente possuírem vivências distintas de contacto (directo ou indirecto) com as personagens hipotéticas utilizadas no estudo, e em segundo lugar porque os estudos prévios que serviram de base para este trabalho envolviam estudantes e trabalhadores, como adiante referiremos.

Por razões de facilitação da apresentação dos estudos, apresentam-se os três trabalhos (utilizando cada um deles uma amostra distinta) em conjunto, no que diz respeito ao método experimental, nomeadamente na apresentação das hipóteses (são as mesmas para cada um dos três grupos), assim como na apresentação do desenho experimental, do procedimento, do instrumento utilizado e na explicação do tratamento estatístico utilizado. No entanto, quando da apresentação dos sujeitos e dos resultados, os grupos surgem diferenciados como sub-álneas. No que diz respeito à discussão dos resultados, esta será apresentada tendo em atenção as hipóteses enunciadas, discutindo o resultado de cada um dos grupos dentro de cada hipótese.

Hipóteses

No que diz respeito às características associadas ao gestor com sucesso, assim como às explicações para o sucesso na carreira:

1. esperamos que, quer traços masculinos quer femininos sejam mais fortemente associados ao actor do sexo feminino do que ao actor do sexo masculino;
2. do mesmo modo, esperamos que tanto as causas internas como as externas sejam mais fortemente associadas ao actor do sexo feminino do que ao actor do sexo masculino;
3. para além disso, esperamos que os efeitos anteriores sejam mais fortemente afectados pelo estado civil no caso do actor do sexo feminino do que no caso do actor do sexo masculino;
4. finalmente e assumindo que o sector da electrónica é mais tipicamente masculino, do que o sector da educação, esperamos que o actor do sexo feminino que trabalhe numa firma de electrónica suscite mais traços masculinos do que o mesmo actor no sector da educação;
5. esperamos que os efeitos mencionados nas duas hipóteses anteriores se verifiquem igualmente no que diz respeito às causas para o sucesso;
6. não esperamos encontrar diferenças nas teorias implícitas usadas pelos três grupos no que diz respeito às expectativas estereotipadas e às atribuições de sucesso na gestão.

MÉTODO

Sujeitos

- Grupo 1

(alunos do ensino secundário)

Por razões associadas a facilidade de acesso, a constituição da amostra obedeceu a um critério aleatório simples. Estiveram envolvidos neste estudo alunos provenientes de duas escolas secundárias: uma delas do Grande Porto (quatro turmas do 11º ano de escolaridade e uma turma do 12º ano de escolaridade) e outra do centro da cidade de Braga (quatro turmas do 11º ano de escolaridade e uma turma do 12º ano de escolaridade). Em ambas as escolas as turmas pertenciam aos turnos da manhã.

Participaram 313 alunos, sendo 78,5% do 11º ano de escolaridade (n=245) e 21,4% do 12º de escolaridade (n=68), com uma média de idades de 17 anos, variando entre os 14 e os 29 anos, 30% dos alunos tinham 16 anos, 32,6% 17 anos, 20,8% 18 anos e 10,2% 19 anos; as idades entre os 20 e os 29 anos representam apenas 5% do total.

Destes 313 estudantes 123 eram do sexo feminino, e 188 do sexo masculino.

No que diz respeito ao nível de instrução dos pais, em 52,7% dos casos o nível de instrução do pai correspondia ao nível baixo (máximo 2º ciclo do ensino básico), em 28,8% o pai possuía instrução equivalente ou ligeiramente inferior ao ensino secundário, e apenas em 18,3% dos casos o pai possuía um nível superior (licenciatura). Relativamente ao nível de instrução da mãe, em 53,7% dos casos a mãe possuía apenas até ao 2º ciclo do ensino básico, 19,8% até ao ensino secundário e 26,2% com nível superior.

• Grupo 2

(alunos do ensino superior)

Igualmente por razões de facilidade de acesso, os alunos envolvidos neste estudo frequentavam o 1º e 2º anos de cursos do ensino superior público de Letras e de Engenharia da Universidade do Porto e dos mesmos domínios da Universidade do Minho.

Participaram 237 estudantes de diferentes cursos, dos domínios acima referidos. A média de idades era de 21 anos sendo que 17,7% tinham 18 anos, 16,9% 19 anos, 13,5% 20 anos, 14,8% 21 anos e 11% 22 anos. As suas idades variavam entre os 17 anos e os 29 anos.

Destes estudantes 97 eram do sexo feminino e 140 do sexo masculino.

No que diz respeito ao nível de instrução dos pais em 47,3% dos casos (n=97) o pai possuía apenas instrução ao nível do 2º Ciclo do Ensino Básico, 26,6% (n=63) o ensino Complementar e em apenas 21% (n=45) dos casos o pai possuía o equivalente à licenciatura. Relativamente à instrução da mãe, em 40,2% dos casos (n=80) a mãe possuía instrução ao nível do 2º Ciclo do Ensino Básico, 27,4% (n=65) o Ensino Complementar e em 22,4% dos casos (n=53) a mãe possuía o equivalente à licenciatura.

• Grupo 3

(trabalhadores)

Participaram neste estudo 250 trabalhadores de um organismo da Administração Local. As categorias profissionais de todos os sujeitos resumiam-se a duas que implicavam um nível de instrução entre o 9º e o 12º anos de escolaridade (de forma a não ultrapassarem o nível educacional dos elementos

envolvidos nos dois estudos anteriores). Destes sujeitos 134 eram do sexo feminino e 64 do sexo masculino. As idades variavam entre os 21 e os 63 anos de idade, mas a média situava-se nos 37 anos de idade.

- Comparação dos três grupos
(alunos do ensino secundário/alunos do ensino
superior/trabalhadores)

Para a comparação dos resultados, tomamos em consideração o total de sujeitos, isto é, os três grupos de sujeitos atrás apresentados.

Desenho experimental

As respostas foram recolhidas colectivamente nas salas de aula³, tendo os sujeitos sido distribuídos aleatoriamente pelas condições experimentais de um desenho factorial de 2x2x2x2. As variáveis independentes eram o sexo dos sujeitos, o sexo do actor, o estado civil (divorciado/casado) e o sector de actividade (educação/electrónica).

Procedimento

Este estudo foi apresentado como sendo uma investigação no domínio da formação de impressões, isto é, da associação entre categoria de pertença e atributos e não de caracterização típica dos testes de personalidade. Pedia-se aos sujeitos que lessem com atenção um curto texto (anexo II) com a manipulação de

³ No caso do grupo de trabalhadores da Administração Pública, os questionários foram distribuídos aleatoriamente por diferentes secções e depois recolhidos.

3 das 4 variáveis independentes (cada sujeito recebia apenas uma das oito descrições possíveis). Na última parte do texto, que era comum a todas as versões, dizia-se que a firma em questão tinha registado um acentuado sucesso desde que o/a designado/a gestor/a tinha assumido as suas funções. Depois de lerem o texto era-lhes pedido que descrevessem o actor (a percepção acerca do actor) numa lista de traços e que explicassem o sucesso da mesma personagem do episódio através de uma lista de causas (anexo 2). Finalmente, perguntava-se aos sujeitos em que medida gostariam de vir a atingir a posição da personagem apresentada no texto.

Instrumento/variáveis dependentes

Para a descrição da actriz/actor, foi utilizado como instrumento uma lista de 29 traços e uma lista de atribuições..

A escolha dos 29 traços baseou-se num estudo prévio elaborado por Lígia Amâncio (1989). Nesse trabalho (que por sua vez representava um refinamento de estudos anteriores), foram apresentados a 182 sujeitos que apresentavam características semelhantes aos indivíduos envolvidos nos estudos anteriores (homens e mulheres, estudantes e trabalhadores) uma lista de 94 traços, pedindo-se que os classificassem como tipicamente masculinos e tipicamente femininos. As instruções sugeriam que os sujeitos respondessem de acordo com os estereótipos masculinos e femininos na sociedade portuguesa e não de acordo com a sua opinião pessoal. Os consensos foram obtidos através do critério de 75% de respostas numa forma de classificação, cruzando as variáveis sexo e inserção profissional (homens/estudantes, mulheres/estudantes, homens/trabalhadores, mulheres/trabalhadoras), de forma que o consenso obtido representou o consenso dos consensos. Como resultado deste trabalho surgiram 31 traços.

Foram escolhidos para o presente trabalho apenas aqueles considerados como pertinentes para o que se pretendia avaliar. Por exemplo, o traço viril que

se apresentava como consensual para o sexo masculino, pareceu-nos pouco interessante para a percepção sobre homens e mulheres gestores. Para além dos traços consensualmente considerados, foram também introduzidos traços/ características não consensualmente avaliados mas que, pelas mesmas razões apresentadas para a exclusão de outros consensuais (pertinência para o estudo presente) nos pareceram merecer atenção particular. Foi o caso por exemplo, de digno de confiança que, não sendo consensual, nos pareceu poder fornecer dados interessantes a este estudo.

Assim, os sujeitos recebiam uma lista de 29 traços, apresentados por ordem alfabética, seguidos por uma escala tipo Likert de 5 pontos (5=este traço caracteriza completamente a personagem até 1= este traço não caracteriza nada esta personagem). A lista apresentada incluía 9 traços masculinos e 9 femininos consensualmente classificados. Os outros 11 traços incluíam algumas características classificadas não de forma consensual, assim como características que estão relacionadas com os contextos familiares e profissionais.

Para explicar o sucesso da atriz/actor, os sujeitos recebiam 14 atribuições, também apresentadas por ordem alfabética, que incluíam causas relacionadas com o contexto familiar, causas como sorte, a dificuldade da tarefa, o esforço e a capacidade, consideradas em toda a literatura sobre atribuições. Cada causa era seguida pelo mesmo tipo de escala apresentada para os traços (tipo Likert) de 5 pontos (5= a causa contribuiu muito para o sucesso da personagem e 1= a causa não contribuiu de modo nenhum para o sucesso da personagem). A questão relativa ao desejo de atingir a mesma posição no futuro, foi também apresentada com uma escala igual às utilizadas anteriormente (5=desejaria muitíssimo e 1= não desejaria nada).

Tratamento estatístico

Para a análise dos resultados que se apresentarão seguidamente (grupo 1- alunos do ensino secundário, grupo 2- alunos do ensino superior e grupo 3-

trabalhadores da Administração Local) foi utilizado o procedimento ANOVA (four-way) para cada uma das variáveis dependentes em estudo (29 traços e 14 atribuições), em função das quatro variáveis independentes (sexo dos sujeitos, sexo do actor, estado civil e empresa). Este procedimento foi utilizado essencialmente para possibilitar o teste das hipóteses 1 e 2 atrás enunciadas, possibilitando igualmente a apresentação de interacções que por sua vez seriam utilizadas para testar as hipóteses 3, 4 e 5. Depois de encontrados efeitos de interacção, as médias de cada cruzamento das variáveis independentes, duas a duas, foram comparadas usando o teste t-student para amostras independentes.

No caso da comparação entre os três grupos envolvidos (alunos do ensino secundário, alunos do ensino superior e trabalhadores), realizou-se uma análise factorial com rotação varimax para extracção de factores. Esta decisão de extracção de factores e não do estudo de todas as variáveis dependentes analisadas de forma isolada, deveu-se a um critério de simplificação de dados. Depois da extracção dos 5 factores no estudo dos traços e dos 4 factores no estudo das atribuições, cada um deles foi considerado como uma variável dependente, sendo por isso facilitado o procedimento de One-Way Anova e consequente análise post-hoc através do teste de Scheffé, possibilitando assim o teste da hipótese 6.

RESULTADOS

Para cada grupo apresentaremos os resultados obtidos relativamente aos traços, às atribuições para o sucesso e à personagem como modelo (este último apenas não se apresenta no grupo 3 por serem sujeitos trabalhadores). Os quadros respectivos serão apresentados em anexo (anexo I).

- Grupo 1

(alunos do ensino secundário)

A - Estudo dos Traços

Antes de passarmos aos resultados obtidos através das análises de variância efectuadas, apresentamos no Quadro 1 as médias e desvios-padrão obtidos para cada traço. São apresentados os traços por ordem decrescente da sua importância para a caracterização da personagem. Cada traço é acompanhado da sua classificação como (consensualmente) feminino ou masculino (ver quadro 1).

Quadro 1

Médias e desvios-padrão dos traços para a caracterização da personagem-gestor
com sucesso
(totais da população)

Traços	Média <2,5 e desvio-padrão (não caracteriza a personagem)	Traços	Média > 2,5 e desvio-padrão (caracteriza a personagem)
Afectuoso (F)	2.17- 1.10	Bem. suc. profission.	4.51-0.85
Sensível (F)	2.08- 1.14	Dedic. carreira	4.41-0.85
Dependente (F)	2.07-1.23	Comp. profiss.	4.32-0.83
Bom pai/mãe	2.05-1.16	Lutador (M)	4.14-0.94
Emotivo (F)	2.05-1.14	Ambicioso (M)	3.95-1.13
Submisso (F)	2.03-1.08	Seguro (M)	3.71-1.11
Afável (F)	1.99-1.08	Corajoso (M)	3.61-1.18
Meigo (F)	1.95-1.06	Racional (M)	3.51-1.18
Sentimental (F)	1.88-1.02	Dig. Confiança	3.50-1.19
Elegante (F)	1.86-1.11	Sério (M)	3.41-1.14
Atraente	1.84-1.11	Empreend. (M)	3.41-1.18
Frágil (F)	1.56-0.97	Independente (M)	3.40-1.34
		Audacioso (M)	3.16-1.24
		Dominador (M)	3.09-1.23
		Autoritário (M)	3.04-1.38
		Forte (M)	2.80-1.35
		Curioso (F)	2.63-1.22

(a)-Aparecem a bold os traços consensualmente caracterizados como masculinos ou femininos em estudos anteriores (Amâncio, 1989).

(b)- Na coluna da direita aparecem os traços cuja média é igual ou superior a 2,5, já que 3 na escala apresentada para cada traço correspondia ao limite da caracterização, isto é, um traço com média inferior, pressupõe que não caracteriza a personagem.

Relativamente às análises de variância realizadas, apresentamos, de seguida, os efeitos principais das variáveis independentes nos traços e

seguidamente todos os efeitos de interacção encontrados. No anexo 1 podem-se encontrar os quadros respectivos a cada um dos resultados aqui apresentados onde se poderão observar e analisar os resultados obtidos, com base nas médias.

Foram encontrados efeitos principais das quatro variáveis independentes: sexo dos sujeitos, sexo da actriz/actor, estado civil e tipo de empresa. Os efeitos principais da variável **sexo dos sujeitos** (quadro 1, anexo I) mostram que sujeitos do sexo masculino acentuam mais os traços Dependente ($F(1,297)=4.22$, $p<.041$), Submisso ($F(1,297)=6.484$, $p<.011$), Ambicioso ($F(1,297)=9.68$, $p<.002$), Audacioso ($F(1,297)=7.04$, $p<.008$) e Autoritário ($F(1,297)=6.32$, $p<.012$), enquanto que os sujeitos do sexo feminino acentuam mais os traços, Dedicado à Carreira ($F(1,297)=13.33$, $p=.000$), Bem Sucedido Profissionalmente ($F(1,297)=6.62$, $p<.011$) e Competente ($F(1,297)=4.14$, $p<.04$).

Relativamente aos efeitos principais da variável **sexo do actor**, (quadro 2, anexo I) verificou-se que os traços Curioso ($F(1,297)=4.40$, $p<.037$), Corajoso ($F(1,297)=11.31$, $p<.001$), Forte ($F(1,297)=11.13$, $p<.001$), Independente ($F(1,297)=4.2$, $p<.041$) Atraente ($F(1,297)=7.177$, $p<.008$) e ainda Autoritário ($F(1,297)=5.06$, $p<.025$) se aplicam mais ao actor do sexo feminino.

Apenas se encontrou um efeito principal da variável **estado civil** (quadro 3, anexo I) no traço Independente ($F(1,297)=5.13$, $p<.024$) que caracteriza melhor a personagem Divorciado/a.

Efeitos principais da variável **sector de Actividade** (quadro 4, anexo I) verificaram-se nos traços Digno/a de Confiança ($F(1,297)=5.28$, $p<.022$) e Forte ($F(1,297)=4.5$, $p<.035$) mais associados à empresa de electrónica, enquanto o traço Afável ($F(1,297)=4.27$, $p<.040$) aparece mais associado à empresa do sector da educação.

Relativamente aos efeitos de interacção, apresentamos de seguida aquelas em que apenas estão envolvidas duas variáveis independentes e terminamos com a apresentação das interacções entre três variáveis independentes. Depois da apresentação dos resultados obtidos através da análise de variância, as

interacções são interpretadas tendo por base o t-test. Em muitos casos, apesar de se encontrar um efeito de interacção significativo, as análises posteriores realizadas para a sua possível interpretação, resultam na não existência de diferenças significativas entre as médias, comparadas duas a duas dentro de cada cruzamento das variáveis independentes que interagem. Tal facto não contraria a significância encontrada na análise de variância, pois a comparação não avalia a interacção, apenas sugere a existência de diferenças entre os pares de médias, que incluem quer os efeitos de interacção como os efeitos principais.

A interacção entre o **sexo do actor e o tipo de empresa** (quadro 5, anexo I) verificou-se nos traços Corajoso ($F(1,297)=8.85, p<.003$) Emotivo ($F(1,297)=4.12, p<.043$) Lutador ($F(1,297)=6.35, p<.012$) e Digno de confiança ($F(1,297)=6.43, p<.012$). Como resultado do procedimento posterior utilizado para estudo desta interacção, podemos dizer que são os actores do sexo masculino do sector da electrónica que, comparativamente aos do sector da educação são percebidos como mais corajosos ($t=2.89, p<.004$), mais dignos de confiança ($t=3.20, p<.002$) e mais lutadores ($t=2.23, p<.027$).

Verificou-se ainda uma interacção do **sexo dos sujeitos e tipo de empresa** (Quadro 6, anexo I) nos traços Dependente ($F(1,297)=8.25, p<.004$) Ambiciosa ($F(1,297)=3.82, p<.052$) Bem sucedido profissionalmente ($F(1,297)=4.31, p<.039$). São os sujeitos do sexo feminino que percebem os actores da empresa da electrónica como mais dependentes ($t=2.60, p<.010$) comparativamente aos actores do sector da electrónica.

A interacção **sexo dos sujeitos e sexo do actor** (quadro 7, anexo I) nos traços Independente ($F(1,297)=5.30, p<.022$) e Autoritário ($F(1,297)=4.52, p<.034$), depois de analisado posteriormente explica que são os sujeitos do sexo masculino, comparativamente aos sujeitos do sexo feminino que associam mais o traço autoritário ($t=3.59, p<.001$) aos actores do sexo masculino.

Apenas no traço Bom Pai/Mãe ($F(1,297)=4.17, p<.040$) se encontrou uma interacção entre o **estado civil e o tipo de empresa** (quadro 8, anexo I), apesar da diferença entre as médias não ser significativa..

Verificou-se uma interacção entre as variáveis **sexo do actor, estado civil e sexo dos sujeitos** (quadro 9, anexo I) no traço Digno de Confiança ($F(1,297)=4.45$, $p<.036$), não apresentando as análises posteriores qualquer diferença significativa entre as médias:

Uma interacção entre a variável **tipo de empresa, estado civil e sexo do actor** (quadro 10, anexo I) encontra-se nos traços Frágil ($F(1,297)=6.35$, $p<.012$) e Bem sucedido profissionalmente ($F(1,297)=3,84$, $p<.05$). O traço frágil ($t=2.24$, $p<.028$) é mais associado aos actores divorciados do sector da electrónica do sexo masculino, comparativamente aos do sexo feminino.

A interacção das variáveis **tipo de empresa, sexo do actor e sexo dos sujeitos** (quadro 11, anexo I) verificou-se nos traços Independente ($F(1,297)=4.93$, $p<.027$), Seguro ($F(1,297)=7.15$, $p<.008$) e Bom pai/mãe ($F(1,297)=6.43$). Ser bom pai ou boa mãe ($t=2.24$, $p<.028$) é mais associado pelos sujeitos do sexo feminino, comparativamente aos sujeitos do sexo masculino, aos actores do sexo feminino do sector da educação. No entanto, são os sujeitos do sexo masculino, quando comparados com os sujeitos do sexo feminino, que referem serem os actores do sexo masculino da educação mais independentes ($t=2.83$, $p<.006$) e mais seguros ($t=2.15$, $p<.035$).

A interacção entre o **tipo de empresa, o sexo dos sujeitos e o estado civil** (quadro 12, anexo I) verifica-se no traço Racional ($F(1,297)=4.33$, $p<.038$), sugerindo a análise posterior que são os sujeitos do sexo feminino que referem serem os actores do sector da electrónica casados, comparativamente aos divorciados, mais racionais ($t=1.93$, $p<.05$).

B-Estudo das Atribuições

Antes de se passar a análise dos resultados obtidos nas análises de variância, apresentamos as médias e desvios-padrão obtidas para cada causa, como o fizemos para os traços, com as atribuições ordenadas por ordem

decrecente de importância na explicação para o sucesso da personagem do estudo.

Quadro 2

Médias e desvios-padrão das atribuições para o sucesso da personagem
(totais da população)

Atribuições	Média <2.5 e desvio-padrão	Atribuições	Média > 2,5 e desvio-padrão
Parent. c. donos empresa	2.14-1.27	Competência Profissional	4.69-0.68
		Dedicação à empresa	4.41-0.72
		Esforço pessoal	4.39-0.83
		Grau de auto-confiança	3.95-0.93
		B. relações no m. empresarial	3.88-0.99
		Motivação para o sucesso	3.80-1.05
		B. rel.c.donos empresa	3.44-1.13
		Cap. de controlo de emoções	3.16-1.23
		Ambiente familiar	3.17-1.22
		Ajuda da família	3.07-1.19
		Facilidade do trabalho	3.06-1.13
		Sorte na vida	2.83-1.33
		Antiguidade na empresa	2.78-1.15

Os efeitos principais significativos das diferentes variáveis independentes obtidos na análise de variância efectuada para cada uma das atribuições, verificaram-se na variável estado civil, sexo dos sujeitos e sexo do actor/actriz.

Os efeitos principais da variável estado civil (quadro 13, anexo I) obtidos nas análises de variância efectuadas mostram que as causas Ajuda da família ($F(1,297)=51.98$, $p<.001$) e Ambiente familiar ($F(1,297)=60.86$, $p<.001$)

explicam mais o sucesso do actor casado/a enquanto que a Motivação para o sucesso ($F(1,297)=4.20$, $p<.041$) explica mais o sucesso dos divorciados.

Os efeitos principais da variável **sexo dos sujeitos** (quadro 14, anexo I) mostram que as causas Parentesco com os donos da empresa ($F(1,297)=4.19$, $p<.042$), Sorte na vida ($F(1,297)=10.72$, $p<.001$) e Antiguidade na empresa ($F(1,297)=4.59$, $p<.033$) explicam mais o sucesso para os sujeitos do sexo masculino, enquanto a causa Ajuda da Família ($F(1,297)=4.07$, $p<.044$) é mais utilizada pelos sujeitos do sexo feminino.

Os efeitos principais da variável **sexo do actor** (quadro 15, anexo I) mostram que as causas Ajuda da família ($F(1,297)=8.12$, $p<.005$) e Esforço pessoal ($F(1,297)=5.96$, $p<.015$) explicam mais o sucesso da personagem feminina, enquanto a causa Facilidade do Trabalho ($F(1,297)=3.72$, $p<.015$) explica mais o sucesso da personagem masculina.

Não foram encontrados efeitos de interacção entre as variáveis.

C-A personagem como Modelo

No que diz respeito ao interesse demonstrado pelos sujeitos em atingirem uma posição semelhante à personagem modelo ($F(1,297)=7.13$, $p<.008$) verificou-se uma interacção entre o **sexo dos sujeitos e o sexo da actor** (quadro 16, anexo I) que sugere que são os sujeitos do sexo feminino que demonstram uma aspiração maior de atingirem um nível semelhante ao do actor do sexo masculino ($t=2.56$, $p<.012$), comparativamente aos actores do sexo feminino.

- Grupo 2

(alunos do ensino superior)

A- Estudo dos Traços

Antes de passarmos aos resultados obtidos através das análises de variância efectuadas, apresentamos as médias e desvios-padrão obtidos para cada traço. São apresentados os traços por ordem decrescente da sua importância para a caracterização da personagem. Cada traço é acompanhado da sua classificação como (consensualmente) feminino ou masculino (ver quadro 3).

Quadro 3

Médias e desvios-padrão dos traços para a caracterização da personagem-gestor
com sucesso
(totais da população)

Traços	Média <2,5 e desvio-padrão (não caracteriza a personagem)	Traços	Média > 2,5 e desvio-padrão (caracteriza a personagem)
Sensível (F)	2.06-1.07	Bem. suc. profission.	4.57-0.67
Afável (F)	1.97-1.01	Dedic. Carreira	4.32-0.88
Elegante (F)	1.91-1.15	Competente	4.30-0.83
Atraente (F)	1.91-1.11	Ambicioso (M)	4.07-1.05
Boa mãe/pai	1.86-1.08	Empreend. (M)	3.95-0.94
Afectuoso (F)	1.84-1.89	Lutador (M)	3.94-1.05
Emotivo (F)	1.81-0.95	Seguro (M)	3.51-1.15
Dependente (F)	1.80-1.11	Corajoso (M)	3.45-1.16
Meigo (F)	1.75-0.93	Racional (M)	3.45-1.19
Sentimental (F)	1.73-0.92	Audacioso (M)	3.41-1.11
Frágil (F)	1.46-0.76	Independente (M)	3.29-1.36
Submisso(F)	1.42-0.76	Digno confiança	3.12-1.23
		Forte (M)	3.01-1.28
		Sério (M)	2.96-1.23
		Autoritário (M)	2.84-1.32
		Dominador (M)	2.80-1.34
		Curioso (F)	2.54-1.16

(a)-Aparecem a bold os traços consensualmente caracterizados como masculinos ou femininos em estudos anteriores (Amâncio, 1989).

(b)- Na coluna da direita aparecem os traços cuja média é igual ou superior a 2,5, já que 3 na escala apresentada para cada traço correspondia ao limite da caracterização, isto é, um traço com média inferior, pressupõe que não caracteriza a personagem.

Relativamente às análises de variância realizadas, apresentamos, de seguida, os efeitos principais das variáveis independentes nos traços e

seguidamente todos os efeitos de interacção encontrados. No anexo I podem-se encontrar os quadros respectivos a cada um dos resultados aqui apresentados onde se poderão observar e analisar os resultados obtidos, com base nas médias.

Foram encontrados efeitos principais das quatro variáveis independentes: sexo dos sujeitos, sexo da actriz/actor, estado civil e tipo de empresa. Os efeitos principais da variável **sexo dos sujeitos** (quadro 17, anexo I) mostram que os sujeitos do sexo feminino acentuam mais os traços Digno de Confiança ($F(1,211)=4.02$, $p<.04$), Curioso ($F(1,211)=5.59$, $p<.019$) Dedicado à carreira ($F(1,211)=9.03$, $p<.003$), Corajoso ($F(1,211)=3.83$, $p<.052$), Dominador ($F(1,211)=5.01$, $p<.026$) Forte ($F(1,211)=7.50$, $p<.007$), Independente ($F(1,211)=4.98$, $p<.027$) Racional ($F(1,211)=5.14$, $p<.024$) e Seguro ($F(1,211)=7.47$, $p<.007$) para caracterizar as personagens da descrição.

Relativamente aos efeitos principais da variável **sexo do actor**, (quadro 18, anexo I) verificou-se que os traços como Digno de confiança ($F(1,211)=7.86$, $p<.006$), Dependente ($F(1,211)=4.23$, $p<.041$), Corajoso ($F(1,211)=13.17$, $p<.001$), Dominador ($F(1,211)=8.83$, $p<.003$), Elegante ($F(1,211)=5.53$, $p<.020$), Emotivo ($F(1,211)=4.35$, $p<.038$), Empreendedor ($F(1,211)=5.67$, $p<.018$), Forte ($F(1,211)=16.37$, $p<.001$), Independente ($F(1,211)=9.31$, $p<.003$), Lutador ($F(1,211)=4.04$, $p<.046$) e finalmente Seguro ($F(1,211)=6.10$, $p<.014$) se aplicam mais ao actor do sexo feminino.

Apenas se encontraram efeitos principais da variável **estado civil** (quadro 19, anexo I) nos traços Ambicioso ($F(1,211)=3.74$, $p<.054$), e Lutador ($F(1,211)=8.70$, $p<.004$) que caracterizam melhor a personagem Divorciado/a.

Efeitos principais da variável **tipo de empresa** (quadro 20, anexo I) verificaram-se nos traços Audacioso ($F(1,211)=3.93$, $p<.049$) e Dominador ($F(1,211)=4.35$, $p<.038$) mais associados à empresa de electrónica, enquanto os traços Afectuoso ($F(1,211)=9.73$, $p<.002$), Afável ($F(1,211)=10.17$, $p<.002$), Meigo ($F(1,211)=5.05$, $p<.026$), Sensível ($F(1,211)=6.49$, $p<.012$) e Sentimental ($F(1,211)=5.63$, $p<.018$) aparecem mais associados à empresa de educação.

Relativamente aos efeitos de interacção, apresentamos de seguida aquelas em que apenas estão envolvidas duas variáveis independentes e terminamos com a apresentação das interacções entre três variáveis independentes.

A interacção entre o **sexo do actor e o tipo de empresa** (quadro 21, anexo I) verificou-se nos traços Afectuoso ($F(1,211)=5.11, p<.025$) e Independente ($F(1,211)= 3.89, p<.050$). São os actores do sexo masculino do sector da educação, quando comparados com o do sector da electrónica que são considerados como mais afectuosos ($t=3.61, p<.001$).

Verificou-se ainda uma interacção do **estado civil e do sexo dos sujeitos** (quadro 22, anexo I) nos traços Corajoso ($F(1,211)=6.17, p<.014$), Bem sucedido profissionalmente ($F(1,211)=5,31, p<.022$) Dominador ($F(1,211)=5.27, p<.023$) e Sentimental ($F(1,211)=3.85, p<.051$). A análise posterior realizada sugere serem os sujeitos do sexo feminino, comparativamente aos sujeitos do sexo masculino, que associam mais aos actores casados os traços de bem sucedido profissionalmente ($t=3.30, p<.001$), corajosos ($t=3.30, p<.001$) e dominadores ($t=3.45, p<.001$).

A interacção **estado civil e sexo do actor** (quadro 23, anexo I) acentua os traços Dominador ($F(1,211)=5.69, p<.018$), Emotivo ($F(1,211)=4.31, p<.039$) e Empreendedor ($F(1,211)=3.96, p<.048$). São os actores divorciados do sexo feminino, quando comparados com os do sexo masculino, que são percebidos como mais dominadores ($t=3.69, p<.001$), emotivos ($t=3.03, p<.003$) e empreendedores ($t=2.90, p<.004$).

Verificou-se uma interacção entre as variáveis **sexo do actor, tipo de empresa e estado civil**, (quadro 24, anexo I) nos traços Bem sucedido profissionalmente ($F(1,211)=3.83, p<.05$), Forte ($F(1,211)=3.77, p<.054$), Independente ($F(1,211)=7.94, p<.005$) e Lutador ($F(1,211)=4.30, p<.039$). São os actores do sexo feminino do sector da electrónica divorciados, quando comparados com os casados, que são percebidos como mais independentes ($t=4.43, p<.003$), assim como os actores do sexo masculino da educação divorciados, quando comparados com os casados ($t=2.90, p<.04$). No que diz

respeito ao traço lutador, este foi percebido como caracterizando preferencialmente os actores do sexo feminino da electrónica divorciados, comparativamente aos casados ($t=2.73$, $p<.008$) assim como os actores do sexo masculino da educação divorciados, quando comparados com os casados ($t=2.50$, $p<.017$).

Uma interacção entre a variável **sexo do actor, sexo dos sujeitos e tipo de empresa** (quadro 25, anexo I) verificou-se nos traços Boa mãe/pai ($F(1,211)=9.37$, $p<.002$), Emotivo ($F(1,211)=4.63$, $p<.032$), Lutador ($F(1,211)=4.59$, $p<.033$) e Sério ($F(1,211)=4.37$, $p<.038$). Os sujeitos do sexo feminino associam o ser boa mãe ($t=2.07$, $p<.042$) aos actores do sexo feminino da educação, comparativamente aos da electrónica, enquanto os sujeitos do sexo masculino percebem como mais emotivos ($t=2.61$, $p<.014$) os actores do sexo masculino da educação, comparativamente aos da electrónica.

A interacção das variáveis **estado civil, tipo de empresa e sexo dos sujeitos** (quadro 26, anexo I) verificou-se no traço Frágil ($F(1,211)=5.32$, $p<.022$) sendo este associado aos actores casados da educação essencialmente pelos sujeitos do sexo masculino, quando comparados com os sujeitos do sexo feminino ($t=2.61$, $p<.014$).

B- Estudo das Atribuições

Antes de se passar a análise dos resultados obtidos nas análises de variância, apresentamos as médias e desvios-padrão obtidas para cada causa, como o fizemos para os traços, com as atribuições ordenadas por ordem decrescente de importância na explicação para o sucesso da personagem do estudo.

Quadro 4

Médias e desvios-padrão das atribuições para o sucesso da personagem
(totais da população)

Atribuições	Média <2.5 e desvio-padrão	Atribuições	Média > 2,5 e desvio-padrão
Parent. c. donos empresa	2.09-1.28	Competência Profissional	4.64-0.62
		Dedicação à empresa	4.47-0.69
		Esforço pessoal	4.44-0.71
		Motivação para o sucesso	4.13-0.84
		Grau de auto-confiança	4.12-0.84
		B. rel.mundo empresarial	3.87-0.94
		B. rel.c.donos empresa	3.60-1.21
		Cap. de controlo de emoções	3.36-1.20
		Facilidade do trabalho	3.10-1.22
		Ambiente familiar	3.06-1.25
		Ajuda da família	2.92-1.17
		Sorte na vida	2.84-1.29
		Antiguidade na empresa	2.59-1.11

Os efeitos principais significativos das diferentes variáveis independentes obtidas das análises de variância efectuadas para cada uma das atribuições, verificaram-se na variável estado civil, sexo dos sujeitos e sexo do actor/actriz.

Os efeitos principais da variável **estado civil** (quadro 27, anexo I) obtidos nas análises de variância efectuadas mostram que a causa Ambiente familiar ($F(1,211)=46.54, p<.001$) é mais associada aos actores casados enquanto que a causa Dedicação à empresa ($F(1,211)=4.97, p<.027$) é mais associada aos actores divorciados.

Os efeitos principais da variável **sexo do actor** (quadro 28, anexo I) obtidos nas análises de variância efectuadas mostram que a causa Auto-confiança ($F(1,211)=4.98, p<.027$) é associada ao actor do sexo feminino enquanto que a causa Sorte ($F(1,211)=9.11, p<.003$) é mais associada ao actor do sexo masculino.

O efeito principal da variável **sexo dos sujeitos** (quadro 29, anexo I) mostra que a causa Competência profissional ($F(1,211)=6.66, p<.011$) é mais atribuída pelos sujeitos do sexo feminino.

Encontrou-se uma interacção entre o **estado civil e o tipo de empresa** (quadro 30, anexo I) para a causa Ajuda da família ($F(1,211)=3.80, p<.052$), embora a diferença entre os pares de médias não seja significativa.

A interacção entre o **estado civil e o sexo dos sujeitos** (quadro 31, anexo I) verificou-se nas causas Parentesco com os donos da empresa ($F(1,211)=5.58, p<.021$), Boas relações com os donos da empresa ($F(1,211)=7.29, p<.041$) e Capacidade de controlo de emoções ($F(1,211)=6.55, p<.011$). Aos actores casados são atribuídas como importantes para o sucesso a sua capacidade de controlo de emoções ($t=2.08, p<.040$) e o seu parentesco com os donos da empresa ($t=2.89, p<.005$) essencialmente pelos sujeitos do sexo feminino, comparativamente aos do sexo masculino.

A interacção entre o **tipo de empresa e o sexo do actor** (quadro 32, anexo I) acentuou a causa Sorte ($F(1,211)=4.27, p<.040$) para os actores da educação do sexo masculino comparativamente aos do sexo feminino ($t=3.42, p<.005$).

A interacção entre o **estado civil e o sexo do actor** (quadro 33, anexo I) verificou-se na causa Ambiente familiar ($F(1,211)=4.16, p<.042$) sendo esta mais associada aos actores divorciados do sexo feminino, comparativamente aos do sexo masculino.

Relativamente à interacção entre o **sexo dos sujeitos, o tipo de empresa e o estado civil** (quadro 34, anexo I) as causas Ajuda da família ($F(1,211)=7.69, p<.006$), Antiguidade na empresa ($F(1,211)=5.64, p<.018$) e Auto-confiança

($F(1,211)=7.67, p<.006$) revelaram-se significativas. Os sujeitos do sexo feminino consideram que a ajuda da família ($t=2.85, p<.006$) parece contribuir para o sucesso dos actores da educação casados, comparativamente aos divorciados, assim como para os actores da electrónica casados, comparativamente aos divorciados ($t=4.45, p<.001$); os sujeitos do sexo masculino consideram a mesma ajuda familiar ($t=3.08, p<.003$) ser mais importante para os actores da electrónica casados, comparativamente aos divorciados.

A interacção entre o **sexo do actor, o tipo de empresa e o estado civil**, (quadro 35, anexo I) verificou-se na causa Ajuda da família ($F(1,211)=4.08, p<.045$). São os actores do sexo feminino da electrónica que parecem beneficiar mais da ajuda da família ($t=4.42, p<.001$) quando casados, contrariamente a divorciados, assim como os actores do sexo masculino da educação casados, comparativamente aos divorciados ($t=3.02, p<.005$). O mesmo acontece para os actores do sexo masculino da electrónica quando casados, comparativamente aos divorciados ($t=3.52, p<.001$). Não se encontraram diferenças significativas no que diz respeito aos actores do sexo feminino da educação independentemente de serem casados ou divorciados.

Finalmente a interacção entre o **sexo do actor, o sexo dos sujeitos e o tipo de empresa** (quadro 36, anexo I) indicou as causas Antiguidade na empresa ($F(1,211)=6.69, p<.01$) e Auto-confiança ($F(1,211)=6.62, p<.01$). São os sujeitos do sexo masculino que referem que a antiguidade na empresa ($t=2.38, p<.022$) e o grau de auto-confiança ($t=2.48, p<.017$) tem mais influência para os actores do sexo feminino no sector da electrónica comparativamente ao sector da educação.

C-A personagem como Modelo

No que diz respeito ao interesse demonstrado pelos sujeitos em atingirem uma posição semelhante à personagem modelo ($F(1,211)=4.87, p<.028$) verificou-se o efeito principal do sexo do actor, o que sugere que o actor do sexo feminino suscita mais identificação que o actor do sexo masculino. Verificou-se,

também o efeito da interação entre o estado civil e a empresa para a mesma variável Modelo ($F(1,211)=3.75, p<.054$) (quadro 30, anexo 1) embora não existam diferenças significativas entre as médias.

- Grupo 3

(trabalhadores)

A- Estudo dos Traços

Antes de passarmos aos resultados obtidos através das análises de variância efectuadas, apresentamos as médias e os desvios-padrão obtidos para cada traço. São apresentados os traços por ordem decrescente da sua importância para a caracterização da personagem. Cada traço é acompanhado da sua classificação como (consensualmente) feminino ou masculino.

Quadro 5

Médias e desvios-padrão dos traços para a caracterização da personagem-gestor
com sucesso
(totais da população)

Traços	Média <2,5 e desvio-padrão (não caracteriza a personagem)	Traços	Média > 2,5 e desvio-padrão (caracteriza a personagem)
Autoritário (M)	2.41-1.25	B. suc. profession.	4,44-0.86
Bom pai/mãe	2.39-1.43	Dedic. Carreira	4.31-0.89
Afável (F)	2.35-1.25	Competente	4.30-0.83
Afectuoso (F)	2.24-1.18	Lutador	4.10-0.95
Meigo (F)	2.22-1.31	Empreend. (M)	3.97-0.91
Elegante (F)	2.21-1.27	Ambicioso (M)	3.88-1.19
Emotivo (F)	2.20-1.16	Dig. Confiança	3.80-1.17
Sentimental (F)	2.11-1.22	Seguro (M)	3.80-0.99
Atraente (F)	2.17-1.31	Corajoso (M)	3.71-1.20
Dependente (F)	2.08-1.31	Audacioso (M)	3.39-1.23
Submisso (F)	1.95-1.27	Independente (M)	3.39-1.35
Frágil (F)	1.74-1.04	Racional (M)	3.35-1.18
		Curioso (F)	3.06-1.35
		Forte (M)	2.98-1.30
		Dominador (M)	2.74-1.35
		Sensível (F)	2.61-1.29

(a)-Aparecem a bold os traços consensualmente caracterizados como masculinos ou femininos em estudos anteriores (Amâncio, 1989).

(b)- Na coluna da direita aparecem os traços cuja média é igual ou superior a 2,5, já que 3 na escala apresentada para cada traço correspondia ao limite da caracterização, isto é, um traço com média inferior, pressupõe que não caracteriza a personagem.

Relativamente à análise de variância realizada, apresentamos primeiro os efeitos principais obtidos e seguidamente as interações.

O efeito principal do **sexo do actor** (quadro 37, anexo I) mostra que os traços Afável ($F(1,234)=5.06, p<.025$), Corajoso ($F(1,234)=11.90, p<.001$), e Meigo ($F(1,234)=6.60, p<.013$) se associam essencialmente à personagem feminina.

Relativamente ao **sexo dos sujeitos** (quadro 38, anexo I) apenas se verifica diferença no traço Ambicioso ($F(1,234)=4.04, p<.046$), sendo os sujeitos do sexo masculino os que mais o aplicam para caracterizar a personagem.

O efeito da variável **estado civil** (quadro 39, anexo I) verificou-se nos traços Boa Mãe/Pai ($F(1,234)=10.77, p<.001$) e Emotivo ($F(1,234)=4.32, p<.039$), sugerindo uma associação destes com os indivíduos casados.

Apenas no traço Meigo ($F(1,234)=5.08, p<.025$) se nota o efeito da variável **tipo de empresa** (quadro 40, anexo I) sendo aos actores do sector da educação que este traço é mais associado.

A interacção entre o **estado civil** e o **tipo de empresa** (quadro 41, anexo I) verificou-se nos traços Afável ($F(1,234)=4.75, p<.031$), Afectuoso ($F(1,234)=4.94, p<.027$), Curioso ($F(1,234)=5.97, p<.015$), Boa Mãe/Pai ($F(1,234)=5.85, p<.017$), Dedicado à carreira ($F(1,234)=7.72, p<.006$) e Dependente ($F(1,234)=5.72, p<.018$). Os actores divorciados da educação são percebidos como mais afáveis ($t=2.49, p<.014$), afectuosos ($t=2.39, p<.019$) e boa mãe ou pai ($t=2.81, p<.006$) comparativamente aos do sector da electrónica. Por outro lado são os actores casados do sector da electrónica, que quando comparados com os da educação parecem ser mais dedicados à carreira ($t=2.38, p<.019$).

A interacção entre **sexo dos sujeitos** e **sexo do actor** (quadro 42, anexo I) verificou-se nos traços Empreendedor ($F(1,234)=3.93, p<.049$), Digno de Confiança ($F(1,234)=6.29, p<.013$) e Dedicado à carreira ($F(1,234)=4.19, p<.042$). São os sujeitos do sexo feminino que consideram que os actores do sexo feminino, comparativamente aos do sexo masculino, são mais dignos de confiança ($t=2.44, p<.016$).

A interacção entre a **variável sexo do actor e tipo de empresa**, (quadro 43, anexo I) surge associada ao traço Empreendedor ($F(1,234)=4.30$, $p<.039$) e Dominador ($F(1,234)=3.61$, $p<.050$). São os actores do sexo feminino do sector da educação, comparativamente ao sector da electrónica, que são considerados mais dominadores ($t=2.04$, $p<.04$).

Uma interacção entre o **sexo dos sujeitos e o estado civil** (quadro 44, anexo I) no traço Digno de Confiança ($F(1,234)=3.85$, $p<.05$), apesar de significativa, não apresenta diferenças significativas entre as médias. .

A interacção entre três variáveis como **sexo do actor, estado civil e tipo de empresa**, (quadro 45, anexo I) mostrou-se nos traços Afável ($F(1,234)=4.34$, $p<.039$), Boa Mãe/pai ($F(1,234)=8.18$, $p<.005$), Empreendedor ($F(1,234)=4.00$, $p<.047$), Lutador ($F(1,234)=5.15$, $p<.024$), Sensível ($F(1,234)=3.94$, $p<.049$), Séria ($F(1,234)=4.88$, $p<.029$) e Bem sucedido profissionalmente ($F(1,234)=3.67$, $p<.05$). São os actores do sexo feminino, divorciados do sector da educação, que, comparativamente aos da electrónica, são percebidos como mais afáveis ($t=2.61$, $p<.012$), boas mães ($t=2.47$, $p<.009$), lutadoras ($t=2.28$, $p<.026$), sensíveis ($t=2.65$, $p<.010$) e sérias ($t=2.48$, $p<.017$); relativamente aos actores do sexo feminino casados, são percebidos como boas mães as do sector da electrónica ($t=2.50$, $p<.017$). No que diz respeito ao traço empreendedor ($t=2.36$, $p<.023$), são os actores do sexo masculino divorciados da electrónica que, quando comparados com os da educação, são percebidos com possuindo este traço de forma mais acentuada.

A interacção entre o **sexo dos sujeitos, sexo do actor e o estado civil** (quadro 46, anexo I) apenas se verificou no traço Elegante ($F(1,234)=4.36$, $p<.038$). São os sujeitos do sexo feminino que consideram que os actores do sexo feminino casados, quando comparadas com os divorciados, se apresentam como mais elegantes ($t=3.15$, $p<.002$).

B-Estudo das Atribuições

Antes de se passar a análise dos resultados obtidos nas análises de variância, apresentamos as médias e os desvios-padrão obtidos para cada causa, como o fizemos para os traços, com as atribuições ordenadas por ordem decrescente de importância na explicação para o sucesso da personagem do estudo (ver quadro 6).

Quadro 6

**Médias e desvios-padrão das atribuições para o sucesso da personagem
(totais da população)**

Atribuições	Média <2,5 e desvio-padrão	Atribuições	Média > 2,5 e desvio-padrão
Parent. c. donos empresa	2.02-1.26	Competência Profissional	4.60-0.63
		Dedicação à empresa	4.36-0.76
		Esforço pessoal	4.34-0.76
		Motivação para o sucesso	4.12-0.85
		Grau de auto-confiança	4.08-0.83
		B. r. mundo empresarial	3.89-0.92
		Facilidade do trabalho	3.77-1.09
		B. rel.donos empresa	3.66-1.09
		Cap.cont. das emoções	3.64-1.05
		Ambiente familiar	3.13-1.29
		Sorte na vida	3.00-1.38
		Ajuda da família	2.86-1.31
		Antiguidade na empresa	2.79-1.21

No que diz respeito às análises de variância efectuadas, apresentamos os efeitos principais das diferentes variáveis na atribuição para o sucesso.

Assim o efeito da variável **sexo dos sujeitos** (quadro 47, anexo I) sugere que a causa Facilidade do Trabalho ($F(1,234)=3.93$, $p<.049$) é mais usada pelos sujeitos do sexo feminino.

O efeito da variável **sexo do actor** (quadro 48, anexo I) mostra que o Ambiente familiar ($F(1,234)=4.60$, $p<.033$) assim como o Esforço pessoal ($F(1,234)=4.03$, $p<.046$) se associam mais à personagem do sexo feminino.

No que diz respeito à variável **estado civil** (quadro 49, anexo I) as causas Ajuda da família ($F(1,234)=9.64$, $p<.002$), o Ambiente familiar ($F(1,234)=24.71$, $p<.001$) e a Antiguidade na empresa ($F(1,234)=4.01$, $p<.047$) são mais associadas ao actor casado/a.

A causa Grau de Auto-confiança ($F(1,234)=4.75$, $p<.031$) apenas aparece associada ao **tipo de empresa**, (quadro 50, anexo I) sendo o valor superior para a empresa de electrónica.

A interacção entre o **sexo dos sujeitos e o sexo do actor** (quadro 51, anexo I) verifica-se na causa Dedicção à empresa ($F(1,234)=5.06$, $p<.026$), embora não existam diferenças significativas entre os pares de médias.

A interacção entre o **sexo do actor e o estado civil** (quadro 52, anexo I) verifica-se para a causa Sorte na vida ($F(1,234)=4.71$, $p<.031$). O factor sorte ($t=2.38$, $p<.019$) é atribuído mais aos actores do sexo feminino casados, quando comparadas com os divorciados.

O efeito de interacção entre o **sexo dos sujeitos, o sexo do actor e o estado civil** (quadro 53, anexo I) aparece associado às causas Ajuda da Família ($F(1,234)=3.92$, $p<.049$) e Motivação para o sucesso ($F(1,234)=4.71$, $p<.031$). São os sujeitos do sexo masculino que consideram que os actores do sexo masculino divorciados, comparativamente aos casados, possuem mais motivação ($t=2.31$, $p<.028$) explicando desse modo o seu sucesso, enquanto a ajuda da família ($t=3.53$, $p<.001$) parece ter mais peso para os actores do sexo feminino casados, quando comparados com os divorciados, na perspectiva dos sujeitos do sexo feminino.

A interacção entre o sexo dos sujeitos, o estado civil e o tipo de empresa (quadro 54, anexo I) verificou-se na causa Dedicção à empresa ($F(1,234)=6.83$, $p<.010$) sendo os sujeitos do sexo masculino que consideram que os actores divorciados da electrónica se dedicam mais à empresa ($t=2.88$, $p<.007$), quando comparados com os do sector da educação.

- Comparação dos três grupos
(alunos do ensino secundário/alunos do ensino superior/trabalhadores)

A comparação dos resultados dos três grupos (alunos do ensino secundário, alunos do ensino superior e trabalhadores) para cada uma das variáveis dependentes dos estudos apresentados anteriormente, resultaria num complexo conjunto de resultados, que embora de todo o interesse, não consideramos pertinente para este estudo e para a resposta apenas a uma das hipóteses atrás apresentadas. Apresentaremos, assim, apenas as diferenças obtidas entre os três grupos de sujeitos nos escores factoriais das soluções factoriais obtidas para cada sub-conjunto de variáveis dependentes (traços e atribuições).

A-Estudo dos traços

No Quadro 7 apresenta-se a solução factorial encontrada para os 29 traços estereotipados. Foram extraídos 5 factores com valores próprios superiores a 1 e explicando 55.4% da variância total. De acordo com estes resultados, os traços parecem estar organizados num cluster de expressividade feminina (factor 1), um cluster de instrumentalidade masculina em contextos organizacionais (factor 2) dois traços relacionados com a autonomia (factor 3), um cluster de traços

negativos do ponto de vista interpessoal (factor 4) e três traços masculinos de orientação para o sucesso (factor 5).

Quadro 7

Análise factorial dos Traços

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	Factor 5
Afável	.79095	.18582	-.14667	.15754	.13534
Meigo	.78437	.11084	.21014	.14724	.05371
Afectuoso	.74517	.23786	-.16468	.00878	.19138
Sensível	.71304	.1732	.38654	.02721	.12256
Sentimental	.70498	.08250	.30645	.23356	.16201
Boa mãe/pai	.69262	.11782	.16468	.10285	.0750
Atraente	.58759	-.06286	.16142	.24282	.43026
Emotivo	.57760	.09615	.25989	.20404	.13849
Elegante	.56817	-.02058	.37898	.24841	.26588
Competente	.01949	.75334	-.01462	-.04910	.09247
Ded. Carreira	.06354	.69764	.11031	.16282	.13625
Lutador	.14631	.59435	.33786	.06193	.18438
Dig. Confiança	.38970	.58852	.03300	.07541	.05419
Seguro	.23301	.58664	.45319	.05429	.10145
Corajoso	.19845	.54129	.23984	.22082	.20417
B. Suc. Prof.	-.08458	.53703	-.5893	.02107	.21203
Sério	.32659	.53190	.23846	.22303	.10018
Racional	.20702	.50808	.42785	-.00215	.10644
Independente	.14972	.21587	.64306	.15004	.17194
Forte	.24405	.24418	.58074	.00600	.25098
Submisso	.32926	.09861	-.12546	.65109	.14131
Autoritário	.02841	.01970	.18135	.64348	.43163
Dominador	.00150	.27084	.30923	.61653	.21786
Dependente	.24731	.06997	-.06581	.60251	.03575
Frágil	.31177	-.14903	.31810	.41759	.19139
Curioso	.32853	.23305	.25472	.37706	.23240
Audacioso	.11289	.22246	.14671	.02898	.71969
Ambicioso	.01154	.33365	.10054	.19506	.61129
Empreendedor	.15136	.39199	.30604	-.16013	.41938
% de variância explicada	30.6	10.4	6.0	4.4	4.0

Da análise de variância (one-way) realizada, apenas encontramos diferenças significativas no que diz respeito ao factor 1, 2, 4 e 5.

A análise de variância, factor 1 (expressividade feminina) em função dos três grupos de sujeitos (grupo 1- alunos do ensino secundário, grupo 2- alunos do

ensino superior e grupo 3- trabalhadores) mostrou existirem diferenças significativas ($F(2,740)=15.00$ $p<.001$). A análise post-hoc, baseada no critério de Scheffé ($\alpha=0.05$), revelou que o grupo dos trabalhadores apresenta um valor superior relativamente aos outros dois grupos, os quais formam um grupo homogéneo, no sentido em que as médias destes dois grupos não são significativamente diferentes.

Em relação ao factor 2 (instrumentalidade masculina em contextos organizacionais) a análise da variância indica uma diferença significativa entre os três grupos ($F(2,740)=7.17$, $p<.001$); a análise post-hoc permite organizar os grupos em termos decrescentes dos resultados, da seguinte forma: grupo 1, grupo 3 e grupo 2, existindo apenas diferença significativa entre o grupo 1 e o grupo 2.

No que diz respeito ao factor 4 (traços negativos do ponto de vista interpessoal) a análise de variância ($F(2,740)=18.971$ $p<.001$) revela uma diferença significativa entre os grupos em estudo. O grupo 1 apresenta um valor superior e significativamente diferente dos outros dois grupos, que por sua vez constituem um grupo homogéneo.

O factor 5 (traços masculinos de orientação para o sucesso) apresenta diferenças significativas entre os grupos ($F(2,740)=13.53$ $p<.001$). Neste caso, o grupo 2 apresenta valores superiores e significativamente diferentes em relação aos outros dois grupos, que, por apresentarem valores muito próximos, constituem um grupo homogéneo.

B-Estudo das Atribuições

No quadro 8 apresentamos a solução factorial obtida para as 14 causas. Foram extraídos 4 factores com valores próprios superiores a 1 e que explicavam 58% da variância total. Esta organização factorial revela uma dimensão interna de atribuições (factor 1), uma dimensão de atribuições de dimensão relacional e organizacional (factor 2), duas atribuições relacionadas com o contexto familiar (factor 3) e duas atribuições externas (factor 4).

Quadro 8

Análise factorial das atribuições

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4
Esforço pessoal	.77416	.07309	.07383	.12709
Dedic. empresa	.74616	.14445	-.03652	.13636
Comp. prof.	.68679	.08340	.05403	.18740
Auto-confiança	.66698	.14825	.10595	.17006
Motivação suc.	.62442	.07186	-.02130	.37854
B. Rel. mundo empres.	.18550	.76269	.06986	.02166
B. Rel. donos empresa	.04122	.70581	.02142	.32706
Antiguidade	-.09726	.65736	.24518	.06417
Facilidade do trabalho	.21893	.55662	-.01201	.08169
Cap. controlo emoções	.28414	.41407	-.04583	.19963
Ajuda familiar	.06443	.06708	.92480	.06201
Ambiente familiar	.07550	.11993	.91771	.01977
Sorte na vida	-.02151	.08012	.02216	.80203
Parentesco donos empresa	-.09157	.17983	.05599	.71345
% de variância explicada	23.9	14.5	11.6	8

A análise de variância realizada (one-way) revelou não existirem diferenças significativas em relação aos factores 1 e 4.

O factor 2 (dimensão de atribuições de dimensão relacional e organizacional) apresentou uma diferença significativa ($F(2,740)=3.81, p<.023$), com os resultados da análise post-hoc (critério de Scheffé $\alpha=0.05$) revelando uma ordenação decrescente dos três grupos, da seguinte forma: grupo 3, grupo 1 e grupo 2. Sé existe uma diferença significativa entre o grupo 3 e o grupo 1.

O factor 3 (contexto familiar) apresenta uma diferença significativa ($F(2,740)=4.37, p<.013$), sendo a ordem decrescente dos resultados do tipo: grupo 1, grupo 2 e grupo 3. Apenas se encontra diferença significativa entre o grupo 1 e o grupo 3.

DISCUSSÃO

Referimos atrás que por razões de facilitação da apresentação dos estudos, estes se apresentariam em conjunto no que diz respeito ao método experimental, excepto para a apresentação das amostras e para os resultados obtidos.

Nesta parte de discussão dos resultados, optamos pela discussão em função das hipóteses, por considerarmos que desta forma se poderia obter uma visão de conjunto sobre as expectativas estereotipadas e as atribuições para o sucesso.

Apresentaremos para cada hipótese, a discussão dos resultados tendo em conta os três grupos envolvidos, passando posteriormente para a discussão de alguns dos resultados obtidos, que embora não explicitados previamente em termos de hipóteses, nos parecem de interesse, quer para o presente trabalho, quer para orientação de futuros trabalhos. Depois da confrontação dos resultados e sua discussão em função da revisão da literatura apresentada no início deste capítulo, terminaremos apresentando algumas limitações do presente estudo, propondo alternativas de desenvolvimento para trabalhos futuros.

- **Hipótese 1- esperamos que, quer traços masculinos quer femininos sejam mais fortemente associados ao actor do sexo feminino do que ao actor do sexo masculino.**

No que diz respeito à interpretação desta hipótese podemos dizer que esperávamos um efeito de androgenização das personagens femininas, isto é, se trabalhar num domínio tradicionalmente masculino, como o da gestão, poderia implicar uma associação com traços masculinos, pensávamos que esse facto não induziria a uma perda dos atributos estereotipados femininos.

Para a discussão dos resultados relativamente a esta hipótese, analisamos essencialmente as diferenças significativas encontradas no que diz respeito aos efeitos principais obtidos para a variável independente, sexo do actor.

No grupo 1 (alunos do ensino secundário), os traços associados de forma significativamente diferente aos actores do sexo feminino quando comparados com os actores do sexo masculino, foram os traços consensualmente masculinos como Corajoso, Forte, Independente e Autoritário, e apenas dois traços femininos como Curioso e Atraente. No entanto, se tivermos em atenção as médias apresentadas no quadro 2 (anexo I) podemos observar que o traço Atraente apresenta uma média de 2.00 e o traço Curioso, 2.78. Assim, apesar destes dois traços femininos surgirem como significativamente diferentes no que diz respeito à associação entre actores do sexo feminino e actores do sexo masculino, eles são no entanto, pouco importantes para a caracterização da personagem (referimos atrás, que um traço com média inferior a 2.5, representava não caracterizar a personagem).

No que diz respeito ao grupo 2 (alunos do ensino superior), os resultados apontam novamente para uma associação de traços masculinos ao gestor do sexo feminino (Digno de Confiança, Corajoso, Dominador, Empreendedor, Forte, Independente, Lutador e Seguro). Apesar dos traços Dependente e Elegante serem também associados de forma significativamente diferente, as suas médias são respectivamente de 1.92 e 2.10 (quadro 18, anexo I), resultados que tomados no seu conjunto, voltam a perceber o actor do sexo feminino como essencialmente “masculino” e não andrógino.

Para o grupo 3 (trabalhadores), a discussão dos resultados relativos a esta hipótese sugerem uma análise traço a traço. Se tomarmos apenas em consideração as diferenças significativas encontradas podemos sugerir uma ligeira androgenização da personagem já que são associados essencialmente ao actor do sexo feminino os traços femininos como Afável e meigo, surgindo apenas um traço masculino, Corajoso. Mas, ao analisar as médias para esses mesmo traços (quadro 37, anexo I) pode-se observar que o traço Afável apresenta uma média de 2.53, Meigo uma média de 2.44 e Corajoso uma média de 3.99; isto é, os traços femininos surgem no limite mínimo de caracterização da personagem enquanto o traço masculino apresenta uma média muito superior.

Concluindo, a discussão dos resultados relativos a esta primeira hipótese indica que, contrariamente ao esperado, os resultados obtidos em cada um dos três grupos (alunos do ensino secundário, alunos do ensino superior e trabalhadores), não confirmam esta hipótese já que indicam essencialmente uma associação de traços essencialmente masculinos com o actor do sexo feminino, surgindo este mais como “masculino” do que andrógino.

- **Hipótese 2- esperamos que tanto as causas internas como as externas sejam mais fortemente associadas ao actor do sexo feminino do que ao actor do sexo masculino.**

Considerando o facto da gestão representar um sector conotado como tradicionalmente masculino, esperávamos um peso mais elevado de atribuições quer internas quer externas para o sucesso, para os actores do sexo feminino.

Para a discussão dos resultados relativamente a esta hipótese, analisamos essencialmente as diferenças significativas encontradas no que diz respeito aos efeitos principais obtidos para a variável independente, sexo do actor, neste caso relativamente às atribuições.

O grupo de estudantes do ensino secundário (grupo 1) atribui como importante para o sucesso do actor do sexo feminino uma causa interna (esforço pessoal) e uma causa externa (ambiente familiar), enquanto os alunos do ensino superior (grupo 2) associam ao sucesso do actor do sexo feminino o seu nível de auto-confiança. O ambiente familiar e o esforço pessoal são novamente as atribuições principais e significativamente diferentes comparativamente aos actores do sexo masculino, dos trabalhadores (grupo 3), para o sucesso do actor do sexo feminino.

Estes resultados apontam para uma não confirmação desta hipótese de atribuição quer de causas internas quer externas superiores para os actores do sexo feminino, sendo que as atribuições internas e controláveis parecem ser menos salientes do que aquelas relacionadas com as condições familiares,

essencialmente para os grupos 1 e 3. É importante no entanto não esquecer, que apesar de não haver uma grande diferença relativamente aos dois actores, o esforço pessoal (grupos 1 e 3) e a auto-confiança (grupo 2) surgem como atribuições internas, importantes para o sucesso de um actor do sexo feminino numa ocupação de gestão.

Concluindo, não se assiste a uma forte atribuição, por nenhum dos grupos (1, 2 e 3) essencialmente para o actor do sexo feminino.

- **Hipótese 3- esperamos que os efeitos anteriores sejam mais fortemente afectados pelo estado civil no caso do actor do sexo feminino do que no caso do actor do sexo masculino.**

A hipótese relativa ao efeito da variável independente, estado civil na associação de traços masculinos e femininos para o actor do sexo feminino, assim como na força das atribuições quer internas quer externas, é possível ser discutida tendo em atenção a interacção entre as variáveis independentes estado civil e sexo do actor, quer para todos os traços quer para as atribuições.

Contrariamente às nossas predições os resultados indicam que o estado civil não tem uma forte influência na associação de traços masculinos ou traços femininos, quer para o grupo 1 (alunos do ensino secundário) quer para o grupo 3 (trabalhadores). Apenas os resultados obtidos com os alunos do ensino superior (grupo 2) suportam ligeiramente esta hipótese, sendo os traços masculinos mais acentuados para o actor do sexo feminino divorciado, como o indicam os traços Dominador e Empreendedor (quadro 23, anexo I).

O mesmo se pode dizer no que diz respeito a este efeito do estado civil no peso das atribuições para o sucesso, isto é, quer para os alunos do ensino secundário (grupo 1) quer para os trabalhadores (grupo 3), esta associação não se verifica para nenhuma das variáveis dependentes em estudo. Para o grupo dos alunos do ensino superior (grupo 2) embora não se possa dizer que se verifica completamente a hipótese, parece-nos no entanto interessante o

resultado da atribuição Ambiente familiar ser preferencialmente associada aos actores do sexo feminino divorciadas, mas neste caso, contrariamente aos actores do sexo masculino divorciados e não relativamente aos actores do sexo feminino casados.

- **Hipótese 4-** assumindo que o sector da electrónica é mais tipicamente masculino, do que o sector da educação, esperamos que o actor do sexo feminino que trabalhe numa firma de electrónica suscite mais traços masculinos do que o mesmo actor no sector da educação.

Para a discussão dos resultados relativamente a esta hipótese, analisamos essencialmente as diferenças significativas encontradas no que diz respeito aos efeitos de interacção obtidos entre as variáveis independente, sexo do actor e sector de actividade.

Os resultados obtidos para qualquer dos grupos não suportam de todo a hipótese de que ser um gestor feminino numa firma de electrónica requeira mais características masculinas do que um gestor numa empresa de educação. É interessante notar, no entanto, que existem diferenças associadas ao sector de actividade, mas essencialmente quando em consideração os actores do sexo masculino. Por exemplo, os alunos do ensino secundário (grupo 1) associam traços masculinos como Corajoso, Lutador e Digno de confiança (quadro 5, anexo I) essencialmente aos actores do sexo masculino da electrónica quando comparados com os da educação, sendo que o contrário se verifica no grupo dos alunos do ensino superior (grupo 2) que associam mais o traço Afectuoso, aos actores do sexo masculino da Educação comparativamente aos da Electrónica.

Estes resultados parecem-nos indicar que a percepção de actores do sexo masculino a trabalharem em sectores tipicamente femininos terá mais significância, em termos de expectativas estereotipadas e em função dos contextos, do que para os actores do sexo feminino.

- **Hipótese 5- esperamos que o efeito anterior se verifique igualmente no que diz respeito às causas para o sucesso.**

No que diz respeito ao efeito do sector de actividade na atribuição de causas para o sucesso no caso dos actores do sexo feminino, este não se verifica para nenhum dos três grupos envolvidos.

- **Hipótese 6- não esperamos encontrar diferenças nas teorias implícitas usadas pelos três grupos no que diz respeito às expectativas estereotipadas e às atribuições de sucesso na gestão.**

Contrariamente às nossa expectativas, os resultados (neste caso organizados em factores, e não variável a variável) indicam a existência de diferenças significativas entre os três grupos de sujeitos nas percepções estereotipadas e nas atribuições para o sucesso na gestão.

Em primeiro lugar, o grupo dos trabalhadores (grupo 3) associa traços femininos e explicações relacionadas com relações interpessoais e organizacionais com o sucesso. Este resultado pode ser explicado pelo elevado número de mulheres (superior ao dos homens) neste grupo de sujeitos e também devido ao elevado número de mulheres na Administração Pública. As teorias implícitas subjacentes a estes resultados sugerem a importância das competências relacionais no desempenho bem sucedido da gestão.

Por outro lado, o grupo de estudantes mais novos, (grupo 1/alunos do ensino secundário) associa quer os traços masculinos instrumentais quer os negativos interpessoais com o sucesso na gestão, e para esses sujeitos o suporte da família está também relacionado com o sucesso. Estes resultados podem indicar que para os estudantes mais jovens o mundo adulto e o sucesso profissional, em particular, requerem a perda de competências interpessoais. Se a nossa interpretação estiver correcta, então a teoria implícita pode funcionar como

uma barreira para a identificação das jovens raparigas com os modelos de sucesso na gestão.

Além disso, os estudantes do ensino universitário (grupo 2) mostram uma teoria implícita fortemente orientada para o sucesso já que explicam o sucesso através das atribuições internas baseadas na competência e também percebem os gestores com sucesso através de traços instrumentais masculinos. De acordo com estes resultados o contexto pode contribuir para promover uma orientação interna para o sucesso.

Depois de apresentada a discussão relativa exclusivamente às hipóteses enunciadas, parece-nos interessante discutir alguns dos resultados obtidos e significativos, por nos parecerem pertinentes para o tipo de problemática aqui estudada, mas também por poderem possibilitar decisões relativas a trabalhos posteriores (discutiremos adiante algumas das limitações deste estudo e possíveis extensões para melhor compreensão de alguns dos fenómenos encontrados).

Relativamente às diferenças significativas encontradas nos efeitos principais da variável independente estado civil, constata-se que os actores divorciados são percebidos essencialmente como possuindo traços masculinos, como por exemplo no grupo 1 (alunos do ensino secundário) que associam o traço Independente, essencialmente aos actores divorciados (quadro 3, anexo I), no grupo 2 (alunos do ensino superior) que associam os traços Ambicioso e Lutador aos mesmos actores (quadro 19, anexo I), enquanto o grupo 3 (trabalhadores) associam traços femininos como Boa mãe/pai e Emotivo (quadro 39, anexo I) aos actores casados. Estes resultados parecem indicar que o estado civil de divorciado se associa essencialmente a uma "masculinização", ou pelo menos a uma perda de atributos associados à feminilidade. Estes dados parecem estar de acordo com os resultados obtidos na revisão da literatura que acentuam a importância das relações afectivas e da existência de uma relação heterossexual estável para as mulheres, como sinónimo de maior simpatia e maior atractividade do ponto de vista da feminilidade.

De acordo com a revisão da literatura no que diz respeito à associação de traços estereotipados a profissões tradicionalmente femininas e masculinas, os nossos resultados apontam para uma diferenciação clara em termos de atributos.

Como se pode analisar no quadro 4 (anexo I) os alunos do ensino secundário (grupo 1) associam o traço Afável aos actores do sector da Educação, os alunos do ensino superior (grupo 2) associam aos actores do mesmo sector os traços Afectuoso, Afável, Meigo, Sensível e Sentimental (quadro 26, anexo I) e os trabalhadores (grupo 3) o traço Meigo (quadro 40, anexo I). Por sua vez apenas no grupo 2 (alunos do ensino superior) se encontraram efeitos significativos associados ao sector de actividade de Electrónica sendo agora os traços masculinos como Audacioso e Dominador os mais salientes (quadro 20, anexo I).

Para terminar no que diz respeito à discussão dos resultados obtidos é importante ter em atenção o resultado obtido relativamente à variável Modelo (desejar no futuro vir a atingir uma posição semelhante). São os sujeitos do sexo feminino do grupo 1 (alunos do ensino secundário) que aspiram, de forma significativamente diferente, vir a atingir uma posição semelhante ao modelo, mas quando este é do sexo masculino. Este resultado parece indicar a sobrevalorização das posições profissionais masculinas relativamente às femininas, inclusivé para os próprios sujeitos do sexo feminino.

Relativamente à revisão de literatura realizada para este trabalho, podemos neste momento referir que os sujeitos envolvidos neste trabalho, continuam a manter o estereótipo feminino como algo de primordial não sendo influenciado por outras situações, como o estado civil e a empresa; isto é, enquanto para os homens parece haver alguma flexibilidade na atribuição de atributos em função dos contextos, o estereótipo feminino continua a sobrepor-se a qualquer influência ou a qualquer indicação de incongruência, como o é, ter uma profissão tradicionalmente masculina. Queremos com isto dizer que enquanto se assiste no presente a uma valorização (teórica) dos gestores (ou outras ocupações tradicionalmente masculinas) como personagens que deveriam

ser considerados andróginos, as teorias implícitas não se ressentem dessa informação continuando a desvalorizar, em termos de perda de atributos femininos as personagens femininas, que trabalham em sectores tradicionalmente masculinos. O próprio facto das personagens femininas não serem consideradas modelos para as adolescentes é um sinal típico dessa situação. Os resultados deste trabalho (apesar de todas as suas limitações, que adiante abordaremos) parecem indicar uma manutenção de estereótipos fortemente enraizados na cultura e difíceis de alterar.

Na parte que se segue da discussão alternativa, indicaremos uma possível interpretação, tendo em atenção outras perspectivas teóricas, nomeadamente o papel dos discursos disseminados pela ideologia dominante, que poderão trazer uma clarificação para os resultados aqui obtidos através desta metodologia experimental.

Relativamente às limitações deste estudo podemos referir essencialmente limitações relativas à constituição da amostra, e conseqüentemente algumas limitações no desenho experimental⁴, mantendo no entanto como invariável a lista dos traços e atribuições, quer organizadas de forma independente quer organizadas por factores.

No que diz respeito à amostra, e face aos resultados obtidos, seria interessante tomar em atenção novas variáveis independentes. Para isto seria necessário no grupo 1 (alunos do ensino secundário), tomar em atenção as idades, os anos de escolaridade, assim como o nível de instrução dos pais. Igualmente importante poderia ser a área geográfica de proveniência dos alunos, isto é, seriam necessários alunos de áreas urbanas e rurais. Introduzindo estas novas variáveis, a amostra deveria ser substancialmente largada.

Ainda tomando como limitação a constituição da amostra, e relativamente ao grupo 2 (alunos do ensino superior) seria igualmente importante ter em

⁴ Nesta parte das limitações e da apresentação das alternativas para trabalhos futuros, continuamos a apresentar as situações, tendo por base todo o trabalho experimental clássico e tradicional na psicologia social.

atenção as idades, mas também os cursos superiores que frequentam, o que implicava igualmente um aumento substancial da amostra e um controlo de sujeitos pelas novas variáveis independentes em consideração.

Dado que os resultados obtidos através da comparação dos três grupos, mas tendo como base a análise factorial apresentaram análises distintas, poder-se-ia ou utilizar a lista dos traços e das atribuições organizadas por factores (redução das variáveis dependentes a factores), para um novo estudo recorrendo aos mesmos grupos, ou tomar como variável independente cada um dos grupos (uma variável independente ter três níveis, representando cada um dos grupos envolvidos) e analisar os dados através das mesmas listas de traços e atribuições.

Se qualquer das alterações atrás referidas implicavam alteração no desenho experimental (aumentar variáveis independentes, e diferentes níveis dentro dessas variáveis) haveria também a possibilidade de organização do mesmo trabalho tomando como variáveis independentes essencialmente as oito possibilidades de histórias. Isto é, cada versão da história representaria apenas um nível da variável independente, que neste caso teria oito níveis. Através desta modalidade, os resultados apareceriam organizados em função do conjunto das três variáveis independentes; agora tomadas em conjunto, tendo por variáveis dependentes as mesmas listas de traços e atribuições.

Face aos resultados obtidos relativos ao facto dos estereótipos associados aos actores do sexo masculino parecerem serem mais dependentes do contexto, do que dos actores do sexo feminino, seria interessante, fazer um estudo em que, para além de uma mulher a trabalhar num sector tipicamente masculino, se introduzisse a hipótese de um homem a trabalhar num sector tipicamente feminino, e analisar as diferenças encontradas face a essa situação contrastantes.

Interessante seria também, estudar os estereótipos associados a actores do sexo feminino e masculino essencialmente em função do estado civil, do sexo e das idades dos sujeitos.

Concluindo, certamente existem muitas outras limitações deste estudo, assim como tantas outras possibilidades de desenvolvimento. Esta representa

uma área de trabalho em que muitas possibilidades podem parecer interessantes de explorar.

DISCUSSÃO ALTERNATIVA

Nesta parte do trabalho, pretendemos apresentar uma discussão alternativa, à anteriormente realizada, já que aquela se baseou estritamente nas regras difundidas de trabalho experimental típico em psicologia social.

Começaremos por colocar algumas questões relativas ao próprio instrumento utilizado, isto é, à apresentação de um conjunto de traços e um conjunto de causas para percepção das personagens, e terminaremos por apresentar algumas das possibilidades de explanação dos resultados obtidos, baseando-nos essencialmente nos modelos apresentados ao longo da parte teórica deste trabalho e especificamente no papel do discurso e da ideologia na psicologia social. Tendo como pano de fundo essas perspectivas tentaremos não só interpretar estes dados, como também questionar a pertinência desta metodologia.

Do ponto de vista do questionário utilizado, a apresentação de um conjunto de traços e de causas para o sucesso, acarreta imediatamente um conjunto de implicações: (a) os sujeitos têm já à sua disposição os dispositivos para a categorização. Esses dispositivos são fornecidos pelo investigador, logo fazem parte da sua cultura, e ideologia implícita; (b) ao apresentar traços e causas que pretendem categorizar diferenciadamente mulheres e homens, assume-se claramente a possibilidade dessa diferenciação.

Segundo Ibáñez (1994) os membros de um grupo poderão ter traços comuns, mais como uma consequência do que como uma causa da diferenciação grupal. No processo de constituição dos grupos e das categorias sociais, as

ideologias implícitas na sociedade desempenham um papel essencial. Assim, os traços e as atribuições resultantes do estudo elaborado representam essencialmente peças de discurso, partilhado pela comunidade sobre as personagens em exposição. A ideologia dominante continua a sobrevalorizar a designada natureza feminina, com traços de expressividade e emocionalidade. Paralelamente continua a associar a determinadas ocupações de alto estatuto, traços normalmente atribuídos aos homens. Por um efeito de partilha discursiva e prática discursiva no quotidiano, estas ideias acabam por estar implícitas nos discursos. Quando numa investigação, se faz apelo precisamente a essa ideologia, será de esperar que esta se manifeste precisamente, e não o contrário. Isto é, seria de esperar que em termos das amostras deste trabalho, os sujeitos se conformassem a essa ideologia e não o contrário, o que parece ter acontecido, como referimos na discussão dos resultados feito anteriormente (as nossas hipóteses não se confirmaram). As hipóteses enunciadas no início do trabalho supunham a existência de diferenciação de atributos em função de contextos, e não precisamente essa partilha discursiva que se sobrepõe a qualquer informação aparentemente discordante.

Para melhor se compreender estes argumentos, referiremos o papel dos consensos, pouco significativos para o trabalho experimental, mas que poderão explicitar melhor estes argumentos.

Apesar de se terem encontrado algumas diferenças, quer dentro de cada grupo estudado, quer entre os grupos, é importante ter em atenção o papel que na metodologia experimental clássica é atribuído aos consensos. O facto de se basear a discussão dos resultados essencialmente nas diferenças que são consideradas significativas, implica que se esqueça, frequentemente, que estas escondem, por vezes, determinados consensos, que por sua vez podem ser mais elucidativos que as próprias diferenças. Ao longo da exposição dos resultados deste trabalho, apresentamos para cada grupo um quadro com as médias atribuídas aos traços (bem como para as atribuições). Estes quadros permitem-nos ter acesso aos consensos relativamente à caracterização das personagens. Apresentamos, nesses quadros, os traços (e as atribuições) cuja média era

superior a 2,5 e aqueles cuja média era inferior a 2,5. Consideramos 2,5 já que a partir daí até 5, implica que os traços e as atribuições são associados às personagens.

Quando questionamos a metodologia clássica experimental, e sugerimos a existência de um discurso partilhado, baseamo-nos não só em considerações teóricas, mas também, numa análise das médias apresentadas nos referidos quadros. Se se pretender analisar os consensos, e tendo em conta os resultados apresentados (médias) para todos os traços, encontramos uma nítida separação dos traços considerados masculinos dos femininos, no que diz respeito à questão da caracterização das personagens. Como se pode analisar, em todos os grupos, são os traços masculinos que se apresentam na coluna da direita, aqueles que são referidos para a caracterização das personagens. Isto é, apesar de existirem diferenças significativas, estas são muitas vezes encontradas apenas tendo em consideração um dos lados da caracterização e, por isso, não põem em causa um consenso relativo à profissão da gestão, consenso esse que é essencialmente a ligação explícita ao estereótipo masculino⁵.

Concluindo, com este tipo de investigação, não só se reforça a ideia da diferenciação de género, como se mantém a filosofia essencialista. Ao apresentar-se um conjunto fixo de traços e causas não se permite que os indivíduos construam outra interpretação, que não aquela que é possível pelo próprio procedimento; impossibilitando-se a acção do sujeito como parte integrante da investigação inviabiliza-se a construção de versões alternativas de resistência aos discursos estabelecidos e dominantes. Continuar a reforçar e a divulgar trabalhos em que se apresentam resultados como os obtidos neste trabalho, de forma perversa, poderá servir para reforçar a ideologia dominante, mesmo que “inconscientemente” (poderíamos dizer antes, agindo acriticamente dentro do paradigma corrente) não seja esse o objectivo dos investigadores e

⁵ Por exemplo, embora no grupo 3 se tenha dito que os traços afável, corajoso e meigo se associam essencialmente à personagem feminina, se se analisar em termos das médias para cada traço, podemos reparar que o traço afável se apresenta com uma

funcionem apenas de acordo com as normas de objectividade e neutralidade características de todo o trabalho experimental tendo por base toda uma filosofia empiricista.

ESTUDO II

**O DISCURSO DAS MULHERES EM POSIÇÕES
“CONTRADITÓRIAS”**

INTRODUÇÃO

O material que se apresenta nesta parte do trabalho provém de entrevistas em profundidade, individuais e não directivas, que foram realizadas a dezoito mulheres de diferentes idades e estados civis, mas que desempenhavam funções ou cargos de liderança, quer em organizações do estado, quer particulares, de natureza industrial, científica e política. Estas mulheres foram escolhidas de entre um conjunto (restrito) de mulheres que se posicionam no topo da hierarquia das organizações em que se encontram. Neste estudo, apresentamos uma proposta e exemplificação do seu discurso. Depois da apresentação da população envolvida, do guião utilizado para a entrevista, e dos textos que foram a base para a análise posterior, apresentamos uma discussão desta, e finalmente a apresentação de algumas limitações/críticas inerentes a estes trabalhos e a este trabalho em particular.

A justificação da escolha da desta população deveu-se a certos factores de ordem psico-sócio-históricos que importa referir. O número de mulheres em posições de poder é ainda muito restrito, assistindo-se no presente a debates sobre o aumento do seu número em lugares de decisão. Relativamente às poucas que ocupam esses lugares é frequente a opinião pública apresentar discursos aparentemente contraditórios, do tipo, super-mulheres ou então mulheres-homem. Nos dois casos, a componente feminina é sobrevalorizada quer por excesso (super-mulheres) quer por carência (mulheres-homem). Isto é, essas mulheres ou são apresentadas como mulheres invulgarmente dotadas e com uma resistência pouco comum, por conseguirem combinar na “perfeição”, ou eficazmente, os papéis tradicionais femininos (gestão da casa e responsabilidade e cuidado dos filhos), e os papéis tradicionalmente associados aos homens (a gestão de uma carreira exigente onde exercem poder e liderança), ou, pelo contrário, são apresentadas como mulheres que desistem do seu papel tradicional, que optam pelo papel masculino (sendo normalmente apresentadas como

mulheres solteiras ou sem família), mas às quais também se atribuem as características de personalidade associadas ao estereótipo masculino. Em ambos os casos, existe uma suposição inequívoca da existência de papéis tradicionais e de características de personalidade a eles associados.

A hipótese central deste trabalho sugere que este tipo de discursos representam os efeitos de uma ideologia dominante sobre a construção da subjectividade feminina. A escolha das mulheres em posições de poder como objecto de estudo, em termos dos discursos que emitem, deveu-se essencialmente ao facto de pensarmos que a vivência dessas “contradições” de papéis (papel tradicional feminino/ papel tradicional masculino), expectativas e identidades poderia constituir um local privilegiado e complexo para a construção de versões da subjectividade feminina.

Sendo estas mulheres sujeitos com posicionamentos contraditórios, isto é, ocupando posições que as identificam com uma subjectividade masculina, neste trabalho procuramos analisar de que forma a subjectividade feminina construída pelo senso comum, e pela ideologia dominante, transparece das próprias identificações destas mulheres, ou se pelo contrário elas desenvolvem formas de resistência a essa subjectividade. Procura-se assim a identificação da subjectividade através do discurso. Um discurso, que como refere Iniguez e Antaki (1994), representa um conjunto de práticas de produção de significados sócio-históricos com a dimensão de formação de realidades. Assim, o objecto de análise é a categoria social mulher (com posicionamento contraditório), sujeito discursivo que se desenha através dos conteúdos discursivos utilizados e que por sua vez é sujeito produtor do discurso e efeito do próprio sentido da sua interpretação.

É importante ter em atenção que os efeitos dos discursos que estas mulheres elaboram actuam a dois níveis: para a construção e adaptação das suas próprias identidades, e para a construção das suas identidades como modelos apresentados pela comunicação social e em todos os sectores da vida social.

POPULAÇÃO ENVOLVIDA

No que diz respeito à caracterização da população, do ponto de vista da amostra, a única preocupação não residiu nem no tamanho, nem na representatividade no sentido tradicional, já que isso não assume um papel de relevo na análise do discurso; o nosso interesse na escolha das entrevistadas residiu num critério de natureza estratégico isto é, procurou-se maximizar a variabilidade discursiva. Pensamos que esta variabilidade discursiva era possível, elegendo personagens cujas características sócio-históricas particulares permitiam que se esperasse emitirem discursos diferenciados. Nesse sentido, procuramos mulheres que se situavam em categorias heterogéneas, isto é, que tivessem idades diferentes, distintos estados civis (solteiras, divorciadas e casadas), diferentes formações e profissões, assim como serem, ou não, figuras públicas. Como refere Llombart (1995), é precisamente a heterogeneidade da amostra que permite que se atribua um maior peso retórico às semelhanças discursivas que se identificam à medida que se transcreve e analisa as entrevistas.

Assim, o passo inicial para a escolha das potenciais entrevistadas consistiu na execução de uma listagem de nomes, em primeiro lugar conhecidos através dos meios de comunicação social e por isso figuras públicas devido ao seu estatuto profissional, e em segundo lugar na análise de um suplemento anual da revista *Fortuna* intitulado "Quem é quem". Este suplemento fornece informações relativas a pessoas que ocupam cargos de direcção nos diferentes níveis (direcção intermédia e de topo), essencialmente no domínio dos negócios, da indústria e serviços. Da apreciação deste documento e com as informações existentes de outros sectores da vida social isolamos cerca de 60 nomes de mulheres, que ocupavam essencialmente posições de topo nos domínios e nas instituições profissionais em que se inseriam.

Este primeiro passo resultou numa listagem de nomes e contactos (essencialmente moradas e telefones), através da qual foi possível enviar cartas. Na carta, depois de uma breve apresentação, e da explicitação dos objectivos

pretendidos, solicitávamos a possibilidade de concessão de uma entrevista (que seria gravada) salvaguardando no entanto, a confidencialidade. Por esta razão, assumíamos que apenas se usariam extractos exemplificativos do discurso, mas que de modo nenhum poderiam implicar uma identificação posterior; em muitas situações, este cuidado reduziu a possibilidade de apresentação de peças de discurso, por serem de algum modo passíveis de possibilitar identificação (é importante não esquecer, que estas mulheres por estarem no topo, e serem muito poucas em alguns domínios, são facilmente reconhecidas). No final da carta referíamos que no espaço de uma semana seriam contactadas telefonicamente, para se tentar marcar uma data para a entrevista, no caso de acederem ao pedido.

Depois de todas as cartas enviadas e posterior contacto telefónico (nem sempre fácil, dada a dificuldade de contacto directo e as dificuldades inerentes a vidas profissionais que implicam reuniões, viagens ao estrangeiro, etc), foi possível começar a estabelecer um calendário para algumas entrevistas. No entanto, enquanto era possível começar algumas entrevistas, ainda persistia a fase de contacto telefónico (em muitos casos de forma insistente) para obter a informação relativa à concessão ou não da entrevista.

Todo este trabalho, que durou cerca de 7 meses, possibilitou apenas a apresentação de 18 entrevistas, e isto, devido a algumas razões: em primeiro lugar muitas dessas mulheres apresentavam uma agenda muito carregada implicando a marcação da entrevista para uma data que ultrapassava o limite imposto para a realização do trabalho, e em segundo lugar devido à recusa clara de participação, alegando sempre razões de sobrecarga de trabalho.

Concluindo, foram realizadas 18 entrevistas a mulheres com idades compreendidas entre os 38 anos e os 57 anos (4 entre os 38 e os 43 anos, 9 entre os 44 e 45 anos e 5 entre os 56 e 57 anos); no que diz respeito ao estado civil 5 eram solteiras, 5 casadas (1º casamento), 3 casadas (2º casamento) e 5 divorciadas. Em termos de habilitações académicas todas possuíam no mínimo a licenciatura (algumas eram doutoradas). Relativamente às esferas de envolvimento profissional, 8 exerciam cargos em organizações industriais ou de

serviços, 3 exerciam cargos na política, 2 estavam ligadas à ciência e 5 ao direito. Destas 18 entrevistas apenas 4 se realizaram no Porto, sendo que todas as outras se realizaram em Lisboa. Esta situação não é de todo estranha, dada a centralização do poder político e não só, a nível da capital do país.

As entrevistas realizaram-se no ambiente de trabalho das entrevistadas, isto é, nos seus gabinetes particulares, o que nalguns casos, implicou ser na residência particular. Nestes contextos tornou-se possível um ambiente ainda mais informal e relaxado, possibilitando a conversação.

GUIÃO DE ENTREVISTA

O guião da entrevista incluía um conjunto de temas abertos e muito gerais, não pressupondo sequer uma ordem pré-estabelecida. Esta situação permitiu que, muitas vezes, a conversação se iniciasse por certos assuntos, e muitas vezes se desviasse de algumas das questões colocadas. A entrevistadora intervinha também na conversação, de forma espontânea e não controlada.

Os assuntos que se pretendia abordar diziam respeito, unicamente, a três grandes temas: a trajectória pessoal e profissional até ao momento da entrevista, a ligação entre a esfera privada e a pública e as suas posições relativamente à liderança exercida por homens e à exercida por mulheres.

No início da entrevista era referido que esta abordaria essencialmente esses três grandes temas, podendo as entrevistadas iniciar a conversa por qualquer deles.

Assim, apesar de intitularmos esta secção por guião de entrevista isto pode ser questionado, já que para além desses três assuntos não se pressupunha mais nenhuma questão específica.

TEXTOS

A análise do discurso que apresentaremos na secção seguinte baseou-se na análise das transcrições totais das 18 entrevistas realizadas.

O primeiro passo numa análise deste tipo consiste na leitura lenta e na releitura do material. Em muitos casos implica fazer paragens e voltar a reler os mesmos textos passado algum tempo, para tentar testar alguma interpretação, ou detectar algum significado que possa ter escapado.

Durante essa fase de leituras contínuas, procuram-se temas repetitivos, frases que pareçam representar situações de forma mais ou menos coerente e de significado similar, metáforas que possam implicar imagens específicas ou mesmo palavras com significados particulares. Isto implica sublinhar e passar para outro papel essas frases, de forma a facilitar a sua organização posterior. Procuram-se, como já se referiu, semelhanças, diferenças, pensando-se em simultâneo que tipo de efeitos discursivos poderão estar implicados.

Uma das diferenças da análise do discurso relativamente à análise do conteúdo, é que nesta, as palavras ou as frases são apenas codificadas numa única categoria, enquanto na análise do discurso, uma mesma frase ou palavra pode implicar um significado distinto dependendo da forma como se insere numa frase ou na continuação ou antecedência de outra.

Depois de todo este procedimento foram identificados discursos que pareciam construir a forma de experienciar a vida das mulheres em posições de topo em termos profissionais em termos de formas distintas e contrastantes.

Depois de identificados os discursos, que passaram pelas acções discursivas emitidas, o passo seguinte, e dos mais importantes, consistiu no estudo das suas implicações, isto é, dos efeitos discursivos. Quais são, por exemplo, as consequências de se assumir uma trajectória pessoal baseada na existência de competências pessoais particulares, ou pelo contrário na existência de conflitos, negociações, reflexões pessoais face a contradições ou

aprendizagens contínuas? As implicações, ou os efeitos discursivos baseiam-se essencialmente na tentativa de interpretação a questões deste tipo.

Seguidamente apresentaremos para cada um dos grandes temas abordados os extractos que pareceram identificar e clarificar o significado e consequências atribuídas à utilização ou ao recurso a cada discurso particular. A apresentação de peças de texto (em alguns casos extensas) pareceu-nos uma forma mais clara para a apresentação da interpretação efectuada, já que em si mesmos, os próprios extractos representam a informação ou o conteúdo do que nos pareceu caracterizar cada discurso. Quando nos extractos surgem a *bold* palavras, ou frases, pretende-se reforçar ou orientar mais facilmente a leitura para a interpretação realizada.

ANÁLISE

A análise do discurso utilizada baseou-se nas ideias de Foucault (1979), isto é, tratou-se de fazer aparecer as práticas discursivas na sua complexidade. Mostrar que falar é fazer algo, algo distinto de expressar o que se pensa, traduzir o que se sabe, distinto de pôr em jogo as estruturas de uma língua; mostrar que agregar um enunciado a uma série pré-existente de enunciados é fazer um acto complicado e custoso que implica certas condições e que comporta regras. Como o próprio Parker (1992) refere, a ideia de Discurso pode surgir da noção de Formação Discursiva de Foucault, e por isso utilizaremos a noção de Discurso.

Segundo Burr (1995), uma forma possível de desconstrução está aliada à análise do discurso, sendo que a identificação dos discursos parece ser em larga medida um processo intuitivo e interpretativo. Nesta perspectiva, as questões que se nos colocavam era como decidir que determinado texto pertencia a uma formação discursiva ou discurso específico. Do ponto de vista do construcionismo social, a interpretação realizada pode ser considerada apenas uma interpretação possível entre outras igualmente prováveis, mas nem por isso inválida. Outros leitores poderão não considerar importante a análise efectuada,

os discursos identificados, assim como os efeitos discursivos explicitados. Nesta perspectiva o que parece ser importante não é se os discursos identificados são *verdadeiros* ou não, se reflectem algo de estável que existe nas pessoas, mas apenas uma compreensão possível do que pode implicar a utilização desses discursos por esse conjunto de mulheres entrevistadas (neste nosso caso particular). Para o construcionismo social o autor de qualquer “peça de texto” é irrelevante, já que o que esse texto representa é apenas uma manifestação de discursos existentes, e não se pretende “localizar dentro” dos sujeitos, para procurar as suas origens. Isto não implica que não haja alguma regularidade, apenas que a regularidade no discurso não se pode provar a nível do “falante” individual (Potter & Wetherell 1992).

Assim, tendo presente todas as ideias enunciadas atrás e essencialmente (porque mais explícitas) as enunciadas por Llombart (1995) sobre as acções discursivas e os efeitos discursivos, na análise que efectuaremos teremos estas distinções em mente. Isto é, para a apresentação dos extractos que considermos as acções discursivas, na fase prévia de análise tivemos em mente os seus efeitos discursivos; no entanto, estes mesmos efeitos discursivos serão apresentados na secção intitulada Discussão, por nos parecer que desta forma se poderia obter uma visão mais compreensiva da interpretação.

Apresentaremos para cada tema, e para cada discurso, o que consideramos serem as acções discursivas emitidas, deixando para fase posterior a sua discussão.

Podemos dizer que as acções discursivas através das quais as mulheres que ocupam posições de poder definem a sua trajectória, a ligação com a esfera familiar e as percepções sobre a liderança, são várias, mas pensamos que podemos considerar dois discursos (duas formações discursivas ou duas relações sócio-discursivas) distintos qualitativamente. Estes discursos diferem essencialmente em função dos efeitos ou consequências que acarretam para a construção das suas identidades, e para a construção das identidades que os outros fazem delas.

Podemos referir o Discurso Essencialista Individualista e o Discurso Colectivo/ Resistência. Veremos na discussão como as diferenças qualitativas entre estas duas formas de falar sobre os temas em debate se referem essencialmente aos efeitos produzidos e à construção da subjectividade feminina.

Apresentaremos para cada uma dos temas em análise que constituíam a base do designado guião de entrevista (A-Trajectória pessoal, B-Relação com a família e C-Percepções sobre a liderança) uma interpretação em função dos dois discursos identificados.

A-TRAJECTÓRIA PESSOAL

Na análise do material das entrevistas, pensamos poder assumir um grande tema que designamos por trajectória pessoal, onde as mulheres entrevistadas, ao falarem sobre o seu próprio percurso, emitem opiniões sobre a relação homem/mulher no que diz respeito ao trabalho, sobre as posições da sociedade relativamente ao estatuto da mulher, etc.. Nesta parte apresentaremos extractos de entrevistas onde se podem identificar os discursos emitidos sobre a discriminação no trabalho, sobre as perspectivas de acção e sobre o posicionamento pessoal face aos discursos dominantes.. Na maioria dos casos, os próprios extractos apresentam-se como material de base para a interpretação, e, por isso, ocupam grande parte do texto apresentado.

Apresentaremos em primeiro lugar os extractos relativos ao Discurso identificado como de Essencialista Individualista no que diz respeito às acções discursivas, apresentando de seguida, e relativamente aos mesmos parâmetros, os extractos que pretendem exemplificar o Discurso identificado como de Colectivo/Resistência.

Discurso Essencialista Individualista

Um dos pontos frequentemente expressos neste tema, e neste discurso, representa a **negação, frequentemente “veemente”, do facto de terem sofrido qualquer tipo de discriminação.** Muitas vezes referem serem impermeáveis a essas questões. No entanto, frequentemente no seu discurso, emitem frases, que podem ser contraditórias face a essa negação. Assim consideramos que todo este discurso e sobre este tema se centra essencialmente sobre a negação da discriminação. Os extractos que apresentaremos dizem todos respeito e têm por base esta grande constatação, embora os vamos analisar, ponto a ponto, quer no que diz respeito às razões para se sentirem dessa forma, assim como às contradições que emitem no discurso, sempre tendo por base essa negação.

Estas mulheres que emitem este tipo de discurso, negam essa discriminação e frequentemente assumem que a sua trajectória de sucesso se deve a qualidades pessoais muito particulares. Não negam que possa haver discriminação no geral, apenas se situam a um nível particular, fora do grupo, fora da categoria “mulher”, assumindo-se deste modo como pessoas singulares.

(E.10)

“(...) não, nunca me senti discriminada!. Eu acho que... eu também não ligo para essas coisas, está a perceber? não... não ligo(...) pronto, eu acho que estou... impermeável contra essas coisas. (...) eu acho que isso faz com que eu não veja. Claro, eu tenho conhecimento de... assuntos... de problemas de discriminação, que eles existem, efectivamente, existem.”

(E.4)

“(...)eu não tenho sentido isso, pronto. Eu sinceramente, portanto... isso diz-se que é assim, (...) está provado que é assim, mas eu digo-lhe com a máxima sinceridade, e já disse isto a várias pessoas, eu durante a minha vida profissional, eu nunca senti, eu nunca senti esse tipo de atitude dos homens.”

“(...)que eu tenho sentido sempre o máximo respeito por parte deles...”

(E.2)

*ESTÁ A DIZER-ME QUE NUNCA SE SENTIU DISCRIMINADA POR SER MULHER...” (...)**não, nunca!**”*

“(...)não posso dizer que o facto de ser mulher me tem prejudicado ou... ou valido de alguma coisa na minha carreira. Eu sempre fui habituada a lutar pelas minhas ideias, e sempre o fiz... e tenho continuado a conseguir...”

(E.8)

“(...)não senti nenhuma discriminação pessoal, mas não senti nenhum apoio especial! nada, nem pensar nisso! isso, são coisas diferentes! (...) pelo facto de ser mulher, eu nunca tive apoio! tive, sempre, que me organizar como tal.”

No entanto e frequentemente, mesmo negando a discriminação, referem que têm circunstâncias de vida diferentes, ou que têm que lutar mais para alcançar os mesmos objectivos que os seus colegas do sexo masculino. Adoptam em muitos casos uma postura de indiferença face a essa constatação, ou pelo menos não a encaram como um dos efeitos da discriminação.

(E.5)

“(...)eu não, não ligo nenhuma a isso. Aprendi a viver com isso. Não, não ligo assim muito, nem acho que de facto deva ligar”

“(...)eu nunca me senti discriminada, verdade seja dita, nunca, nunca senti.(...) sim, discriminada na carreira, embora... embora, volte a referir que para não ser discriminada na carreira, eu tenho que ser mais cumpridora e mais zelosa do que muitos homens.”

“(...)portanto, assim, abertamente, nunca tive problemas nem nunca senti, o chamado machismo, ou críticas por ser mulher, agora, que ele existe, existe, manifestamente, e que, às vezes, até eu própria me deixo, um bocado, levar por isso, ou seja, às mulheres é exigido 10 vezes mais do que aos homens, para serem reconhecidas. (...) precisam de ser 10 vezes melhor, 10 vezes mais dedicadas. Se um homem falta porque foi ao futebol, é absolutamente compreensível. Se uma mulher falta porque foi levar um filho ao médico, “é uma chatice as mulheres exercerem estas funções”. Pronto, isto é um comentário absolutamente comum, e...irrita-me bastante, agora, reconheço, realmente, as mulheres para conseguir serem conhecidas têm que ser muito, muito, muito melhores, é-lhes muito mais exigido, são muito mais facilmente criticadas, qualquer falha que tenham é porque... é mulher”

(E.2)

"(...)eu acho que é absolutamente igual, pondo unicamente de parte... a parte de família, digamos. Eu sou divorciada, eles são todos casados, eu tenho que fazer tudo o que há, em minha casa..."

(E.17)

"(...)efectivamente, não fui... não fui prejudicada, na carreira... (...) não, não, não(...)pois é evidente que eu tive que trabalhar mais do que muitos deles, mas também muitos deles tiveram mais que trabalhar que outros! não sei se está a ver."

Também assumem muito particularmente a sua distintividade, quer dos homens, quer inclusivé de todas as outras mulheres.

(E.2)

"AH, ENTÃO NÃO É IGUAL! (...)não... como é que eu hei-de explicar isto? esta minha reacção é normal! (...) não é por ser mulher! eles também fazem isso aos outros, percebe? talvez eles esperassem que uma mulher se fosse abaixo mais facilmente. Eles já sabem que comigo... eu não vou a baixo, percebe? eles podem ter facilidade, ou podem tentar fazer o mesmo com outras mulheres, mas não fazem comigo percebe? É só isso:"

"(...)falam da mulher em geral, depois olham para mim, depois riem-se muito, eu rio-me com eles, porque eles já sabem que para mim aquilo não... não é aplicado. Aliás, por isso é que o dizem com tanto à vontade. Até brincamos com isso, porque eles sabem que não me atingem. Sou mais atacada por mulheres do que, propriamente, por aqueles que trabalham comigo, no dia-a-dia..."

Normalmente o discurso da negação da discriminação surge associado ao assumir de características pessoais, de personalidade e natureza que as fazem ultrapassar os problemas e as possíveis, ou prováveis, discriminações.

(E.16)

"(...)não. Nunca senti isso. Não, creio que não. (...) não, o que eu... o que eu consegui..., portanto, eu tenho uma certa, digamos, habilidade para o consenso (...) digamos, eu tenho habilidade para compor as coisas! Eu posso ser diplomata, eu tenho... mas outro homem também pode ter! Isso não é intuição feminina, são qualidades pessoais"

(E.4)

"(...)que eu tenho muita vaidade em referir este aspecto, porque em todos os lugares por onde tenho andado, eu não me tenho sentido menosprezada, não tenho sentido qualquer marginalização. Ao contrário do que muitas mulheres dizem, eu, sinceramente, não tenho sentido isso. Portanto, acho que tenho sido sempre acompanhada e recebida com muito carinho, enfim, nesse tal ambiente essencialmente masculino. Acho que isso tem muito a ver com a maneira como nós nos integramos nesse ambiente; portanto, eu nunca senti essa preocupação, quer dizer, nunca me senti preocupada por ser mulher, assumi, tenho sempre assumido essa situação como mulher, funciono no feminino e não tento alterar aquilo que sinto. Eu penso que é essa espontaneidade e essa verdade que têm contribuído para que eu também seja respeitada, porque eu acho que quanto mais tentamos alterar aquilo que sentimos e aquilo que somos é que, talvez, possamos cair no ridículo e não nos respeitarem tanto. "

(E.17)

"(...)sendo lutadora, eu nunca admito... nunca admito que... nem sequer me passa pela cabeça que algo me seja recusado, ou que algo me seja proibido, pelo facto de ser mulher! portanto, isso nem me passa pela cabeça, eu lido, sempre, com isso sem preconceito. E talvez, que isso também provoque, da parte contrária... se por ventura existiria uma reacção inicial de diferença ou de segregação, entre aspas, é capaz disso desaparecer pela própria maneira como encaro as coisas! e não tenho dúvidas de que se isso acontecesse, se notasse essa discriminação, pois mudaria... dentro do possível, porque há discriminações... poderá haver... eu estou a falar hipoteticamente, porque não me sinto vítima dela".

Muito frequentemente quando fazem apelo a características pessoais, como atrás se referiu, estas são especificamente e tradicionalmente femininas. Consideram serem estas características as responsáveis pelo sucesso e pela inexistência de discriminação.

(E.16)

"(...)eu nunca tive, rigorosamente, nenhum problema, nada! E penso que isso não tem a ver nem com mulher nem com homem. Tem a ver com a personalidade da mulher ou do homem que desempenha o lugar. Eu nunca tive problemas, conheço homens que também nunca tiveram, conheço mulheres que tiveram e homens que tiveram."

"(...)eu acho que é uma questão... de saber tratar com as pessoas. Ora, saber tratar com as pessoas... o homem ou a mulher devem saber tratar com as pessoas."

(E.2)

"(...)para mim, o que é importante é uma pessoa saber-se impor, saber-se respeitar e saber fazer-se respeitar. E acho que foi isso que eu, sempre consegui, isso aliado a bons resultados que eu fui obtendo, em termos de imagem da empresa. Creio que foi isso que me pôs, hoje, no lugar que eu tenho."

"(...)eu considero-me uma pessoa bastante feminina e eu acho que tenho de ser feminina em todos os aspectos da minha vida!... Feminina como mulher com os meus amigos, com a minha família, no emprego também... eu sou feminina, não vou esconder isso atrás de uma capa, que não sou eu."

"(...)sou feminina, todos os dias me preparo, de manhã, e tenho o cuidado de estar bem e gosto de me olhar ao espelho, sou incapaz de andar em casa sozinha mal arranjada, gosto sempre de andar arranjada... podia pôr o roupão e as chinelas... não ponho, porque... isso faz parte de mim! Portanto, faz parte de mim em qualquer momento..."

(E.6)

"(...)o compromisso exclusivo a uma ideia é incompatível com um compromisso exclusivo a uma criança. Eu se tivesse um filho, desligava, quer dizer, via a família e os filhos como compromissos exclusivos. (...) exclusivo, sim. Numa fase da vida da criança, absolutamente!"

(E.17)

"(...)eu não sou partidária que o homem e a mulher são iguais... ;são iguais em direitos, isso sem dúvida nenhuma, nunca aceitaria uma coisa diferente. Mas, que são iguais não são! Há certas coisas que o homem terá a aprender com a mulher, e também haverá coisas que a mulher terá que aprender com o homem. Mas, há factores, também constitucionais, pronto, quer na natureza feminina, quer na natureza masculina, quer, depois, na educação que é dada às pessoas..."

"(...)porque o facto de uma pessoa expôr as coisas com maior naturalidade, com maior simpatia, também pode constituir uma qualidade! Ou de conseguir convencer as pessoas de uma forma mais agradável, de criar um melhor ambiente de trabalho, de não ser tão stressada, eu acho que os homens... a minha experiência diz-me que os homens são muito mais vulneráveis ao stress profissional do que são as mulheres (...)"

(E.8)

“(...)eu acho que não sou nada assim. Eu dou muita importância à feminilidade, dou muita importância... e não me estou a ver nada. Por exemplo, como mulher-homem. Eu acho que essas mulheres são mulheres frustradas, são mulheres que não se conseguiram realizar, há qualquer azedume, há qualquer coisa que não está bem, há qualquer coisa que falta... de equilíbrio; e para a gente ter uma carreira e para as coisas também correrem bem, pois também tem que haver equilíbrio, o equilíbrio é muito necessário, para ser natural, senão não é natural.”

Estas mulheres referem também, muito frequentemente, custos pessoais, sem assumirem que isto possa ser o resultado de qualquer tipo de discriminação.

(E.5)

“(...)é uma função muito apaixonante, eventualmente, demasiado apaixonante. (...) demasiado, exactamente, porque depois fica para trás o resto. Tudo. Fica para trás a família, ficam para trás a vida pessoal, fica para trás as distrações, fica tudo para trás ...a profissão em si é interessante, realmente é extremamente absorvente. A família sai um bocado prejudicada, mas...”

“(...)às vezes quando me sinto mais cansada, (...), às vezes, fico a pensar se realmente..., se as mulheres que trabalham, que têm filhos, têm família, tem marido não são, não será a geração das mulheres estúpidas. Ou seja, a geração da minha mãe não será a mais inteligente? ficou em casa sossegadamente, não (...) até nem havia grandes dificuldades económicas, viveu uma vida, comparada com a minha, regalada. Eu, nesse aspecto, acho, que ao fim das contas, tenho levado uma vida muito mais estúpida.”

(a entrevistadora neste momento resolve interpretar todo o discurso anterior como “custos pessoais”, até aí não emitido no discurso da entrevistada, no entanto, esta responde imediatamente que sim)

“ENTÃO, ACREDITA QUE, AS CARREIRAS, PARA AS MULHERES TÊM MUITOS CUSTOS? Ai, pois têm, pois têm, têm muitos custos!”

“(...)quando uma mulher diz que resolve os assuntos porque o marido a ajuda, eu fico chocada, porque eu não considero que o meu marido me ajude. Eu considero que cada um de nós realiza a sua parte nas tarefas domésticas, a criar os filhos, etc., considero que cada um cumpre a sua obrigação. Não estou a receber uma ajuda. É claro que, isto teoricamente, é tudo muito bonito, na prática uma pessoa sai sempre

lixada, parece que a mulher tem mais jeito para fazer tudo, infelizmente.

Discurso Colectivo/Resistência

As mulheres que emitem este discurso passam frequentemente do ponto de vista pessoal (e da utilização da 1ª pessoa) para falarem das mulheres em geral. Assumem terem sido discriminadas, mesmo não referindo a palavra em si, sugerem a ideia de terem feito esforços adicionais para acederem ao poder. Referem algumas contradições, por exemplo, a ideia de que é muito fácil andar “iludida”, mas que quando se toma consciência nada pode ficar do mesmo modo. Assumiremos como ponto base deste discurso a consciência da discriminação, e da importância do grupo “mulheres”.

(E.16)

“(...)nós não podemos falhar. As consequências são muito diferentes... não são iguais. (...)e até se ouvem afirmações desse género, não é? "ah, deve-se ter zangado com o marido, em casa", não é? (...). os homens... "ah, está mal disposto". (...)”

(E.19)

“(...) é o tempo. Eu acho que a grande... a grande injustiça, hoje, em termos de género, é a gestão do tempo. É a coisa mais importante, daí, vêm as outras todas. A gestão do tempo desequilibra completamente... (...)até à fase adulta há um certa equidade... onde as desigualdades começam a valer é quando as pessoas constituem família, ou quando organizam a sua vida de adulto. E de facto, a maneira de gerir o tempo, entre homens e mulheres é, drasticamente, desigual. (...) a maneira como ocupam o tempo(...)aquilo que a pessoa é solicitada a fazer(...)”conte-me as suas 24 horas”, e comparem-se as 24 horas de uns e de outros, e a gente vai ver como é que é. Porque se, realmente, se consome uma grande parte do tempo com a intendência, nem é sobrevivência... para a intendência; a intendência consome um tempo brutal, diário e semanal que esgota as possibilidade de intervir no resto, e portanto, aqui há uma questão crucial de organização da sociedade, distribuição de papéis...”

“(...)no mercado de trabalho... no mercado de trabalho e na constituição de família, nestas duas áreas, é nestas duas áreas...”

porque na universidade a nível de notas, em princípio não há grande discriminação (...), mas a nível de projectos de investigação, candidaturas a mestrados, candidaturas a doutoramentos, aí, meu amigo, já pia mais fino. Portanto, assim que se começa a subir os escalões... pronto! (...) aliás, isto é uma coisa perversa, se quiser. Porque, o que a gente sente é que certas áreas sociais, quando se feminizam, desvalorizam. Nunca se percebe se desvalorizam porque feminizaram, ou se as mulheres consideram que já estava desvalorizado.

O assumir de dificuldades no início das carreiras e a discriminação aberta por parte dos colegas do sexo masculino, parecem ser evidentes para este grupo de mulheres.

(E.3)

"(...)o que custa mais, no meu entender, são as fases iniciais, até nos tomarem a sério."

(E.9)

"(...)ai sim, senti! senti, é evidente que as mulheres são, diariamente, submetidas a testes consecutivos, e que têm de provar que são melhores, porque, à partida, há preconceitos e desconfianças, e as mulheres têm que provar que são melhores do que os homens para serem aceites para os mesmos lugares que os homens são (...)"

"(...)portanto, as mulheres têm capacidade... e são, até, em maioria, a terminar os cursos superiores. No entanto, depois nos conselhos de administração, nos órgãos de decisão e de poder, são os homens que preenchem maioritariamente isso! portanto, há algo que está mal... também penso que a própria sociedade, não está estruturada para facilitar a vida à mulher, e a mulher tem muita dificuldade em conciliar as coisas todas."

(E.1)

"(...)quando principiei era olhada como lixo, como algo, assim de esquisito. Eu era rejeitada, e eu queria ultrapassar isso."

"(...)o respeito pelas mulheres em termos profissionais, é muito pouco. Os homens, penso que por defesa, continuam um bocado numa de "eles é que são homens é que sabem, as mulheres são de gabinete, ou são de trabalhos menos importantes" (...)"

"(...)há discriminação no trabalho, há!, há uma tendência para fazer chacota da mulher. Portanto, a mulher em termos de trabalho, mesmo

em iguais a nível de curso, tem que ter um cuidado enorme na maneira como executa os trabalhos, porque a um homem é permitido um esquecimento, um deslize, a uma mulher não é. É-lhe permitido, é óbvio, mas serve para chacota ou o episódio fica sempre registado, e portanto, a gente tem que ter alguma, alguma manha, na maneira de reagir a essas coisas, mesmo que as faça, porque as faz, é óbvio (...)

"(...)portanto, a nível de colegas, tentam sempre arranjar ver algo da nossa, daquilo que eles acham que é a nossa fragilidade feminina, apanhar-nos os pontos fracos, todos temos e eles também os têm. A mulher, normalmente, não usa os pontos fracos dos homens, os homens tentam usar os pontos fracos da mulher."

(E.13)

"(...)mas acho que sim, que houve alguma discriminação decorrente de eu ser mulher, a esse nível"

"(...)entre duas pessoas, diria, com a mesma capacidade intelectual, com a mesma capacidade de intervenção, com as mesmas qualidades, se é que isso existe... os homens terão prioridade sobre as mulheres. portanto, é preciso que uma mulher se distinga (...) é preciso que uma mulher se distinga para obter um lugar. (...)não tenho dúvidas (...) que é preciso ser melhor. (...)

"(...)as mulheres são, absolutamente, excepção em cargos de topo, enquanto que qualquer homem, qualquer homem serve para ocupar lugares...um homem pode chegar a um determinado lugar, com características muito comuns. Para chegar ao mesmo lugar, a mulher precisa de ter características acima da média. Percebe o que eu digo? pronto, é um pouco isto que eu sinto."

Como já referimos no início, referem que frequentemente as mulheres podem andar "iludidas", isto é, não terem consciência da discriminação.

(E.14)

"(...)e penso que todas as mulheres pensam isso (que nunca foram discriminadas), até ao momento em que entram em conflito(...) até porque isso, às vezes, existe em coisas muito diluídas. Acho que quando cai a máscara, quando as pessoas se apercebem(...) pronto, mas acho que a gente vai andando, vai reflectindo, vai..."

"(...)quer dizer, é possível uma pessoa andar iludida... e durante algum tempo, e depois, só quando chega a determinados momentos é que se apercebe (...) o que está por trás da... da cortina"

“(...)e é importante uma pessoa ter, um bocado, noção de que, às vezes, as pessoas... e eu, também... pronto, acho que pensei isso... pensei muitas vezes isso, também, no meu percurso..., há alturas em que eu não tenho consciência, e começo a ter consciência. Depois, o que é que acontece, depois daí, não sei muito bem. Se calhar, passa-se a ser muito mais estratégico...”

“(...)aprende-se sempre, e, às vezes, a pessoa não... não tem consciência de quando aprendeu, não é? e penso que conhecer melhor o mundo em que a gente se mexe é importante.”

“(...)agora, dizer que, por causa disso, vou-me remeter ao meu canto, porque não me apetece lutar contra o sistema, não, isso não!. de maneira nenhuma, quer dizer, isto dá-me mais... mais gana (...) incita-me mais a ir à luta(...).

MAS COM OUTRA CONSCIÊNCIA, SE CALHAR?

Sim, com outra consciência. Eventualmente, com outro tipo de armas, ou de protecção, relativamente a uma série de coisas. Mas, de facto, não... não me dá... vontade nenhuma de dizer: "ai, tão triste é um mundo de homens! deixa-me ir, cá para o meu cantinho, e não me consumir mais! (...)acho que... que este país precisa de levar encontrões, que as pessoas precisam de tentar mudar esta hipocrisia, porque senão isto não tem jeito nenhum. Acho que é... que é um, subdesenvolvimento tão grande, tão grande, tão grande...”

Algumas vezes colocam em causa determinados momentos do seu próprio trajecto.

(E.3)

“(...)e a gente às vezes quase que tem uma tentação para se deixar, dentro de um grupo profissional, tratar um bocadinho como um berloque, e depois essa história do berloque tem consequências, não é tão inocente, da parte dos homens como isso. Às vezes eles tentam tratar-nos muito bem, muito bem do ponto de vista pessoal e com muita consideração como mulheres, e às vezes tratam-nos grosseiramente e carroceiramente como profissionais.”

(E.13)

“Também temos uma carga social muito grande, não é? é assim... de séculos. E acho que ainda não há ninguém completamente liberto disso”

Quando referem características pessoais estas são apresentadas como resultado de experiências e lutas pessoais.

(E.19)

"(...)a cultura feminina, como esteve sempre enfiada no privado, não é valorizada! portanto, aquilo que eu acho, a primeira tarefa é, de facto, valorizar aquilo que as mulheres sabem e são capazes de fazer, não só na área privada mas nas outras".

"(...)é a tal grande questão, sempre saber se uma pessoa deve actuar de uma forma mais radical ou de uma forma mais reformista... aí, também não há grande receita, também depende muito de... do juízo de ocasião..."

"(...)estou-lhe a dizer é que nós adquirimos... nós acumulamos, por razões várias, saberes... ,o facto de nos ter sido privada uma dimensão da vida, não quer dizer que a gente não tenha tido outra, e nessa outra dimensão acumulamos uma data de saberes que, neste momento, são extraordinariamente necessários à humanidade, não é? e a gente sabe-os. Mais do que eles..."

Assumem um posicionamento crítico face às mulheres de uma forma geral, principalmente face àquelas que não tomam atenção à sua situação de discriminadas.

(E.19)

"(...)as mulheres são muito ambiciosas! as mulheres, por exemplo, são altamente ambiciosas no que diz respeito à sua vida privada. São altamente ambiciosas. As chamadas super-mulheres não largam nada, quer dizer, só por ambição é que uma pessoa consegue ter não sei quantas tarefas, e se a gente perguntar: "largas alguma?" "não!". quer ser mãe, quer ser esposa, quer ser amante, quer ser profissional, quer ter sucesso na profissão, quer ainda se possível, ter algum protagonismo público e (...)! isto é... a ambição! e é muito pesada, é muito pesada. Anda tudo esbaforido, mas ninguém larga nada."

"ENTÃO, TAMBÉM ACHA QUE AS PRÓPRIAS MULHERES... não puxam! nem têm consciência de que é preciso puxar. Não têm consciência de que precisam puxar. (...) basta-lhes estar lá. Não se apercebem que a força delas é puxar umas pelas outras. Às vezes até impedem! às vezes até impedem, que é o comportamento típico de minoria, não é? (...)e se a pessoa pertence a uma área que tem estado

excluída, de repente tem uma oportunidade, ocupa-a logo...a mobilidade, um elemento só (...)Não, tem que implicar um arrastar, para que as coisas se vão mudando..."

(E.3)

"(...)o problema é, muitas vezes, que a mulher deixa-se envolver por aquela ideia de que é um berloquesinho muito engraçadinho que engraa as reuniões, que diz umas coisinhas muito engraçadinhas e que ameniza o nosso grupo de trabalho (...) está a enfeitar o ramallete."

(E.11)

"(...)algumas mulheres, umas por convicção, outras por comodismo, digamos, sempre pretenderam mais lá chegar como se fosse uma espécie de... digamos, de prémio, ou de... reconhecimento, e não por uma verdadeira luta que a pessoa ... tem que mostrar, tem que se debater,... tem que ousar, tem que apostar, de arriscar, e que... não vejo que isso, que em Portugal isso... isso se faça".

"(...)as mulheres..., no fundo, que tiveram uma oportunidade... não... não a usaram, não a têm usado, continuam a não a usar, do meu ponto de vista e não têm nenhuma noção de solidariedade. (...) e portanto, essa falta de solidariedade, a meu ver, tem muito a ver com o facto de cada mulher se querer afirmar contra as outras, frente aos homens."

(E.14)

"(...)também acho que há uma grande falta de interesse, de luta, digamos assim, neste campo, por parte das mulheres (...) isto é, as mulheres... até porque isto é uma chatice, em termos de luta, digamos assim, não é uma chatice o trabalho em si, mas o enquadramento do trabalho... (...) os custos latentes, implícitos ou explícitos, são... são muitos, e grandes, e... acho que há muitas mulheres que se remetem para a posição de fundo, dizem que aquilo que as enche mais, são, pronto, os filhos, os sentimentos... pronto, a arte... e afastam-se, de facto, das estruturas de poder e deixam-nas aos homens."

Raramente assumem a ideia de custos, preferindo a palavra opção.

(E.14)

"A IDEIA DOS CUSTOS PESSOAIS..

(...)não! isso... isso é completamente errado. (...) porque a gente só faz as coisas que quer! portanto, se isso lhe dá gozo, se isso lhe dá prazer! (...)não é custo, é opção. Não é custo. (...) não é custo, de maneira

nenhuma. Porque, se eu quisesse... ninguém me obriga a andar nesta corrida, portanto... se eu quiser volto para casa, não é?"

No próprio discurso apresentam soluções para a mudança social.

(E.19)

"(...)portanto, o que está a faltar são as referências morais, e as redes, valores..."

"(...)há uma consciência muito grande nesta década de 90 destes problemas da chamada paridade...mas, há também uma consciência muito aguda de que estamos aqui enfiados, também, num paradoxo, que é este: se você luta pela igualdade, (e levámos uma data de décadas a lutar pela igualdade), chega ao ponto, que é, se lutamos tanto pela igualdade, se somos todo iguais, para que é que falo em mulheres e em homens? porque a própria lógica da igualdade faz com que, se são todos iguais não há uns mais iguais do que outros. Por outro lado, se contrapondo a isto começo a falar da diferença, chega a um ponto em que se está, realmente, a fabricar a desigualdade...esta história entre igualdade e diferença é um grande paradoxo. E aí, eu penso que o conceito de paridade, que é um conceito importante, hoje, nas novas correntes feministas, é um conceito que permite dizer que nós vamos ter que nos debater... vamos ter que reconhecer, a todos os níveis, que, de facto, a humanidade é composta por homens e mulheres. Não é a mesma coisa, somos todos pessoas... somos todos pessoas mas não é indiferente nascer-se homem ou nascer-se mulher. E portanto, as duas componentes é que fazem a humanidade. Portanto, metade da humanidade está com a outra metade. As duas componentes é que fazem a humanidade. Isto é mais do que o direito à igualdade. É dizer que são intermutáveis, é dizer que, sem estarem ambos isto não está completo (...) paridade absoluta: não quer dizer que seja 50% em todo o lado, mas quer dizer, que é... é o equilíbrio das coisas, é uma partilha se quiser, é uma partilha de responsabilidade, é uma partilha de poderes, é uma partilha de tempos, é uma partilha de todas as coisas. Mas... não tanto porque as mulheres são iguais aos homens e têm tantos direitos como os homens, mas porque está incompleto se não estiverem as duas partes. O conjunto fica incompleto. Portanto, é uma visão global e não apenas a visão individual(...)há dois pólos e têm que estar sempre presentes"

B-RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

Ao longo das entrevistas, um dos temas que surgia com muita intensidade, quer do ponto de vista do envolvimento com o próprio tema, quer em termos da quantidade de exemplos utilizados a propósito de qualquer dos outros temas, era a problemática da relação com a família. Apesar de em todas as entrevistas as mulheres considerarem que a conciliação da vida profissional com a gestão familiar é algo de complicado e difícil, no entanto continuam a surgir discursos bem diferenciados relativamente ao posicionamento pessoal face a essa “complicação”. Os posicionamentos distintos de aceitação, análise ou de resolução, sugerem que se pode continuar a considerar os dois tipos de discursos emitidos no tema anterior, dado que os efeitos conseguidos em termos de realidade social parecem-nos ser semelhantes.

Discurso Essencialista Individualista

A conciliação entre a carreira e a família é assumida frequentemente como algo de muito problemático, que acarreta grandes custos, muito sofrimento, mas que finalmente acaba por trazer uma grande satisfação pessoal por um lado, ou pura e simplesmente desistência de conciliação.

(E.4)

“(...)eu tenho dito que a minha vida tem sido fácil, e, portanto, profissionalmente não tenho tido dificuldades pelo facto de ser mulher, mas eu tenho sofrido muito, sofrido entre aspas, mas portanto, tenho trabalhado muito e tenho feito um esforço enorme para conciliar a minha vida profissional com o aspecto social, isso sim. Se me perguntarem se tem sido fácil, não! tem sido extremamente, extremamente difícil. E aí sim! aí, nesse aspecto tenho sofrido e não tem sido fácil, repito. Principalmente porque sou muito mãe-galinha, eu não me consigo libertar dos meus filhos e às vezes é doloroso... nós estamos numa reunião e estamos a pensar: será que o miúdo já chegou a casa, será que está tudo bem, e...”

"(...)mas de facto, tem sido um esforço que tenho feito, muito grande, e às vezes quase, sei lá, direi quase sobre-humano, tentar conciliar isso, tentar conciliar aquele desejo e aquela vontade que eu tenho de acompanhar mais a minha vida familiar e por outro lado não prejudicar a minha vida profissional, e principalmente, não mostrar às pessoas na empresa que eu estou preocupada com a minha vida familiar...(...)e se há problemas em casa... isso não pode, não pode transparecer, eu acho que não deve transparecer, acho que não deve transparecer."

"(...)não sei se é vaidade, é capaz de ser vaidade, mas eu tenho dias em que me sinto um super-ser, eu sinto-me um super-ser, às vezes. Sim, sim, eu tenho dias em que, pronto, quando me vou deitar, e analiso o que eu fiz nesse dia, percebe... eu acho que muito poucas pessoas o conseguem fazer, porque tenho dias infernais, mas mesmo infernais... não no aspecto de acontecerem coisas negativas, não é isso. Mas o que eu consegui fazer naquele dia, percebe, o que eu consegui fazer em termos de empresa, ter uma série de reuniões, decidir uma série de coisas importantíssimas, o ter um filho doente e ter de ir ao médico com ele, ter de ir às compras, sei lá... ter visitas à noite, e ter de ir para casa e ainda ter que fazer o jantar e fazer um doce..."

"(...)não é propriamente os outros aspectos que as mulheres referem de terem de trabalhar mais, não, isso trabalhar mais é natural para mim, agora, está a ver, tentar conciliar estas duas situações, às vezes é que é doloroso..."

"(...)o que me faz importante, de facto, é eu conseguir ser mãe, ser dona de casa, não me ter divorciado ainda, que eu acho que é extremamente importante, porque quantas mulheres com a minha posição têm que se divorciar, a maioria são divorciadas. Eu acho que esse esforço continuo é que me faz sentir importante, e de alguma maneira realizada, se me perguntar se eu me tenho realizado, eu acho que sim. Eu sinto-me realizada."

(E.5)

"(...)e a gestão de toda esta família, o marido, não é, absolutamente, nada fácil, e eu reconheço-me bastante incompetente, do ponto de vista doméstico, embora, obviamente, lá vou conseguindo... por acaso, tenho tido muita sorte, em termos de pessoal doméstico..."

(E.8)

"(...)há mulheres que são, perfeitamente, mulheres-homem, que decidem ficar na profissão, decidem ser boas na profissão e, toda a sua vida de esposa, de mãe de família... abdicam dessa vida! Mas há

outras que não, para a mulher, é extremamente importante o ser mãe, o ter filhos, o ter de construir o seu mundo..

“(...)isso é que eu acho que as mulheres têm, eu acho que as mulheres têm um... uma capacidade de energia...isso exige muito mais das mulheres! isso exigiu-me, inclusivamente, um esgotamento, muito grande...isto não se faz, nada disto é impune! isto custa! paga-se um preço!”

“(...)eu acho que boa mãe... boa mãe é quase de natureza ser, ou é porque eu sou boa mãe, não sei; acho que é difícil uma pessoa não ser boa mãe.”

(E.10)

“(...)os meus filhos nunca foram ao médico com a criada nem com o pai, foram com a mãe. eu levava-os(...), eu ia buscá-los(...), eu acompanhava os trabalhos deles, portanto, estas coisas todas... conciliar isto não é fácil, mas eu, mas consegui... consegui, e bem. Eu acho que a coisa melhor que eu já fiz na vida, o papel melhor que eu já fiz na vida, em que eu me considero, na verdade, uma mulher de sucesso é, na verdade, em ter sido mãe. Eu acho que eu consegui conciliar muito bem isso.”

(E.16)

“(...)as coisas resolvem-se, na altura resolvem-se, de alguma maneira se resolvem, pode ser mais à custa... dum desgaste pessoal, mas elas resolvem-se...”

(E.2)

“(...)é mesmo muito difícil, é mesmo muito difícil porque eu estava sempre com uma pressão constante..., aquela coisa de exigirem profissionalmente, e aqui ninguém perdoa, aqui exigem mesmo qualidade em tudo aquilo que nós fazemos, e eu sabia fazer e a minha frustração era maior quando eu não fazia porque já não tinha tempo, porque tinha que ir a correr... era duro demais. era duro demais...”

Ao assumirem a esfera familiar como algo que faz parte da natureza feminina que se faz ou muito bem ou então muito mal, quando acontece a percepção desta última situação é frequente surgir a ideia de culpabilidade. A existência de sentimentos de frustração, por não conseguirem totalmente e satisfatoriamente abarcar as duas esferas de vida, é uma ideia muitas vezes enunciada.

(E.5)

"(...) compete-me a mim as coisas horríveis de ir às compras, de ir ao supermercado que eu odeio, e de organizar as refeições, e claro que faço essas coisas todas (...) a coisa não é tão, apesar de tudo, não é tão má assim. Mas ando sempre a correr, pronto. Ando sempre a correr... e depois, penso que, qualquer mulher que trabalhe, em qualquer profissão, que goste do trabalho, que acontecerá sempre a mesma coisa. Nunca nada fica completamente bem feito: nem o trabalho, nem a casa, nem os filhos, nem o marido, está tudo assim por umas pontas..."

"(...) têm muitos custos, as carreiras, é evidente... até porque depois, todas as falhas que houver na família, todos os incidentes que houver, são sempre imputados à conta da carreira... isso é sempre. Quer dizer, eu, pelo menos estou convencida que isso acontece com todas as mulheres, não é? não há uma asneira que o miúdo faça, que não seja logo... a responsável é sempre a mãe, não é?"

(E.2)

"(...) não foi muito fácil, não foi muito fácil, eu separei-me na altura, mesmo, em que entrei para aqui, (...) mas, se não me tinha separado nessa altura, pode ter a certeza que dali, também não tinha passado. Porque a ocupação de tempo aqui, é impressionante! faço trabalho cerca de 10 a 12 horas por dia aqui, quando não estou aqui, viajo muito. Passo muito tempo fora de Portugal, e hoje em dia faço isso porquê? faço isso porque já estou separada, porque já não tenho os meus filhos em casa, mas naquela altura em que me separei, os meus filhos vieram viver comigo, eu passei... sofria muito (...) e sentia-me frustrada, como mãe, apesar de tudo o que eu lhes pudesse dar, de carinho, de tudo, os momentos de solidão deles nunca poderão ser compensados, e tinha bastantes problemas... bastantes problemas interiores. Interiormente sofria muito."

Também parece surgir a ideia de que um retrocesso aos padrões tradicionais ou a recusa de uma esfera de vida poderão ser soluções possíveis para este "sofrimento".

(E.5)

"(...) a mulher continua a ser o suporte familiar... é uma questão muito complicada e é por isso que eu há bocado dizia que, às vezes me interrogo a mim própria se será correcto o que eu tenho vindo a fazer

ou se a minha mãe é que não fez bem: porque às vezes, digo a mim própria, de repente: "se calhar estou a ser tola".

(E.17)

"(...)que é muito mais fácil, penso que é mais fácil, sobretudo para exercer determinados lugares que exerci, a pessoa ser solteira, porque é extremamente desgastaste, o nosso trabalho"

Frequentemente ao assumirem a família como a esfera essencialmente feminina, assumem determinadas posições como, por exemplo, desculpabilizarem o papel dos homens, pensarem que a solução poderia ser a simples inversão dos papéis ou simplesmente demonstram muito satisfação pela "ajuda" ou "apoio" dos maridos.

(E.4)

"(...)o meu marido não partilha muito comigo. Gostamos muito um do outro, somos muito amigos mas ele não partilha muito esse sentimento, porque ele é mais... ele não compreende esse tipo de preocupação que eu tenho permanentemente, porque ele liberta-se, ele pensa que naturalmente as coisas correm bem, que os miúdos defendem-se muito bem sozinhos..."

"(...)eu digo-lhe sinceramente, prefiro fazer eu do que deixar o meu marido fazer; em vez de sofrer pelo facto do meu marido não me ajudar, porque o meu marido, de facto, não faz estas coisas, eu às vezes até fico contente dele não querer fazer, porque eu prefiro fazer, percebe, dá-me mais prazer ser eu a fazer, por exemplo, ir ao médico com os miúdos... eu nem sequer gosto que o meu marido se ofereça para ir ao médico com os miúdos... eu é que quero ir ao médico..."

(E.5)

"(...)reconheço que é muito difícil para um homem, ser casado com uma pessoa com uma profissão, como é que eu hei-de dizer, com uma profissão de, não direi bem prestígio, mas uma profissão muito, muito identificada, socialmente muito, muito marcante..."

"(...)reconheço que é muito difícil manter uma vida familiar... acho que é muito mais fácil, mesmo assim, com os filhos do que com o marido. Os maridos, os homens são assim umas crianças os filhos são crianças enquanto são crianças e depois crescem. Acho que é mais fácil o relacionamento com os filhos numa vida muito ocupada do que com o marido."

(E.6)

"(...)claro que pode fazer(...), pode fazer o que quiser, mas coisas que exijam um compromisso de ideia absoluto, você não pode! é incompatível, é incompatível com tudo, quer dizer, a não ser que tivesse a compreensão, a tal compreensão absoluta dum homem que se dedicasse a si e para a sua vida, como as mulheres se dedicavam aos homens..."

"(...)no dia em que aparecer um homem que, realmente, é capaz de sacrificar a vida dele à...pois então se eles não se chateavam, porquê que a gente se havia de chatear? os homens não se chatearam durante séculos com a mulher lá em casa a fazer de jantar, porquê que se havia de chatear a gente agora..."

(E.8)

"(...)sou casada com um homem extraordinário, nós nos damos muito bem e... quem tratou dos meninos com sarampo fui eu, quem tratou das rubéolas fui eu, quem mudou as fraldas fui eu, quer dizer, a carga na mulher... é muito maior! a carga de trabalho! e quantas vezes... se são bebês, é uma carga física, quando eles começam a crescer, os problemas são muito grandes também! e há um acompanhamento, (...) esse acompanhamento é sempre... eu acho que a mãe, aí, tem que ter uma disponibilidade total, e quando a gente não tem essa disponibilidade total, acontecem estas coisas que a gente vê... que os meninos só querem ver a televisão e ficam... e ficam sozinhos!"

"(...)eu acho que nós nos damos invulgarmente bem...não é por acaso! ...acho que não é por acaso! acho que eu faço um esforço diário, nesse sentido, e ele também! são coisas que se conquistam. Nós estamos casados há (...)anos e digamos que é uma conquista de (...) vezes 356 dias! realmente, temos feito um esforço, os dois, nesse sentido, e o esforço é... não é sempre igual... não é sempre igual..."

"(...)o meu marido achava que era uma negação para as crianças, de maneira que tinha que ir eu! portanto, quando, por exemplo, algum acordava de noite a chorar... eu tenho um sono pesadíssimo! caio a dormir e fico a dormir... ele tem um sono levíssimo, ele acordava, podia-se dizer, ele ia... não, acordava-me a mim, que estava a dormir, para eu ir atender ao bebé. Porque ele não era capaz, realmente, de fazer aquilo. Mas eu percebia-o tão bem, achava que aquilo, realmente, que era... não insistia..."

"(...)para lhe dizer com franqueza, às vezes refilo, mas... refilo por cansaço, talvez. Não muito convencida... quer dizer, o meu marido é de uma geração que não aprendeu a fazer isto, (...). nunca fez. Eu

também nunca fiz... a minha mãe também não me punha a fazer nada em casa, eu era a menina que estudava, bem, mas eu habituei-me a fazer isto."

"(...)eu acho que nós tendemos a desculpar ao homem o estar mal disposto, o trabalhar, a gente tende a desculpar porque, tradicionalmente, o homem trabalhava, a mulher não trabalhava... a gente tem uma carga, realmente, extremamente grande! mas, eu acho que esta carga, se a gente a levar bem... quer dizer, é o saber viver que nos dá muita alegria! ACHA QUE PODE SER ENRIQUECEDOR ESSE EXCESSO? ah, pois acho! há coisas que eu deito fora... eu sacrifico coisas! eu sacrifico coisas..."

(E.10)

"(...)sempre me apoiaram, sempre... e o meu marido também, de certa forma, ele apoiou-me, ajudou-me, ele apoiou-me..."

(E.15)

"(...)muito complicado, não? complicado e gera muito sofrimento, não é?! portanto, eu penso que os problemas que eu tenho... são um bocadinho diferentes dos problemas que o meu marido tem, não sofre tanto, não é? é o feitio, o feitio masculino é mais... desligado, de facto."

Assumem frequentemente que a feminilidade é algo que se deve manter a qualquer custo. Esta ideia implica que no espaço familiar tudo deve ser feito de forma que nada se ressinta do facto de se ter, por exemplo, "trabalhado de forma extenuante" ou de se "ter tido muito stress".

(E.8)

"(...)não gostam nada que eu chegue a casa, tire os sapatos, tire o fato, (...) eles detestam que eu faça isso..."

"(...)eu acho que a mulher pode ser profissional e pode ser mãe de filhos, acho que a feminilidade não se pode perder! nada disso pode ser perdido. E isso é que é difícil... a gente ter o sorriso, ter graça para falar com o marido, para falar com os amigos... acho que é muito importante a gente não perder."

Discurso Colectivo/Resistência

Assumem frequentemente um posicionamento crítico face às expectativas e aos papéis tradicionalmente esperados delas, mesmo que em muitos casos (na maioria), os seus comportamentos diários sejam consonantes com essas expectativas; isto é, são geralmente elas que assumem a gestão da vida familiar, mas neste caso, a sua atitude é de questionamento e crítica. Não assumem este seu papel e tarefas como algo de indiscutível e inalterável.

(E.3)

"(...) porque tanto faz sacar ao homem como sacar à mulher, desde que não haja a possibilidade de co-responsabilização na educação dos filhos, é completamente desumano. (...)

"(...) hoje há muita tendência, realmente, de partilhar, embora o peso da responsabilidade fique muito na mulher. A mulher é que vai mais preocupada... se é preciso sair mais cedo para ir (...) é ela."

(E.19)

"(...) eu costumo dizer que a gente tem 3 dimensões na sua vida (...) que são básicas... que é a dimensão profissional, a dimensão pessoal... (não estou a pôr por ordem nenhuma), e dimensão cívica, e portanto, a realização da pessoa é nestas 3, não é só numa. O que acontece ainda hoje, em Portugal, em 1994 é que a dimensão profissional e cívica, sobretudo a cívica, é basicamente masculina, a intervenção profissional já está muito repartida, mas a intervenção privada é basicamente feminina. Nem se trata, sequer, de saber se os homens ajudam em casa, não é disso que eu estou a falar! as mulheres passam muito tempo na sua dimensão privada, e são preparadas para isso. Elas assumem toda a dimensão da solidariedade social"

"(...) não é opção, é que não há alternativa, por enquanto, nem sequer há! caiu-nos em cima da cabeça e a gente tem que a aguentar, e aguentamos, estamos... estamos treinadas e preparadas... quer dizer, não passa pela cabeça de ninguém que a mulher não acuda aos pais se estiverem doentes, ou às crianças se estiverem doentes ou, se tiver um deficiente na família, acaba por ser a mulher que fica com ele..."

(E.9)

"(...) a própria sociedade não lhe consente a mesma disponibilidade que consente aos homens, porque se uma mulher chega tarde a casa, é a própria sociedade a criticar, é a família, também. Portanto, há toda

uma luta que tem de ser travada no seio da família e na própria sociedade. A sociedade e a família são muito tolerantes, são muito tolerantes em relação ao homem, e em relação à mulher não são. Portanto, só pelo facto de se ter nascido mulher duplicam-se as dificuldades, (...) embora se possa reconhecer que à mulher tem o mesmo direito à realização profissional depois na prática verificamos que, se ela quer isso, ela tem de acumular isso tudo com as tarefas tradicionalmente acometidas à mulher, e com responsabilidades que lhe continuam a ser atribuídas: a educação dos filhos, a gestão da casa e etc. Portanto, ela tem de trabalhar, a mulher não tem horário, normalmente, não tem horário de trabalho. Tem um horário de realização profissional, mas não tem um horário de trabalho, porque tem de acumular o trabalho fora de casa com o trabalho de casa”.

“(...)são raras as mulheres que conseguem ter uma vida profissional muito intensa e absorvente, ou uma carreira política enquanto os filhos são pequenos...”

(E.1)

“(...)claro que há preços que se pagam, e há opções, pronto...SERÃO PREÇOS OU SERÃO OPÇÕES? pronto, as opções têm preços. Eu penso que quando nós fazemos uma opção na vida, pagamos um preço, eu penso que o difícil na vida é saber qual é o caminho que se vai escolher... o difícil está em escolher o caminho... às vezes, surge a dúvida...”

“(...)enquanto fui casada, enquanto achei que valia a pena, fiz coisas que me custaram. Não tenho dúvidas nenhuma que me custaram... eu optava por não ter problemas, portanto, a opção era minha. Por isso é que eu não me queixo. Se as opções que eu fiz valeram a pena ou não, isso já será outra questão, não é. mas também não vale a pena, agora, interrogar-me...”

“(...)eu criei os meus filhos sozinha. Portanto, aquilo que eu chamava de desvantagens de ser casada e desvantagens de viver sozinha. Não tinha quem me ajudasse, não tinha com quem passar bons momentos...paguei um preço muito alto, porquê? porque depois, chegava a casa e tinha os banhos, as papas, as não sei quê, mais os choros, de manhã acordar e dar os biberões... tudo isso sozinha. E depois, a seguir aos biberões, foram as fases todas, as doenças, as vacinas, ir ao médico sozinha...eu fazia aquilo tudo, não é, e carregava, e ia, com os sacos, e sozinha, quer dizer, ía sozinha...”

(E.11)

“(...)as condições em Portugal, são bastante difíceis, porque a família é uma coisa extremamente forte, com um peso muito grande, (...) os

homens têm uma presença ausente na família, portanto não fazem, da família, a lei, portanto, de facto, repousa tudo junto em cima das mulheres e... e obviamente que... pronto, é difícil."

(E.13)

"(...)também temos uma carga social muito grande, não é? é assim... de séculos. E acho que ainda não há ninguém completamente liberto disso. A ideia de que o serviço da casa é para a mulher, e que o homem ajuda... acho que as mulheres ainda se sacrificam mais pelos homens do que os homens pelas mulheres..."

Não assumem sequer como possibilidade fazerem tudo bem, isto é rejeitam a ideia das super-mulheres; falam mais frequentemente de opções em função dos momentos de vida.

(E.19)

"(...)o que eu penso que é, de facto, a dimensão privada da vida que acaba por compensar o resto, e é o que lhes falta a eles, que os descompensa muito, (...) portanto, a conciliação, para mim, não é... não é negativa, por outro lado não é fazer tudo ao mesmo tempo. Isso é impossível. Não... não consigo fazer duas coisas ao mesmo tempo, ou quando se faz uma larga-se a outra. Portanto, há umas coisas, pelo caminho, que se vão prejudicando. Agora, nem sempre são as mesmas coisas que se prejudicam. Uma vez prejudica-se mais a vida privada, outras vezes prejudica-se mais a dimensão profissional, outras vezes prejudica-se mais a dimensão cívica, a gente não consegue fazer tudo ao mesmo tempo..."

"(...)são opções. Opções que uma pessoa tem perante as oportunidades e perante as urgências, a gente vai optando, e também depende, um bocado, das urgências..."

(E.9)

"(...)a partir do momento em que alguma coisa dessas falha... e, necessariamente, tem de falhar... quando uma mulher tem um grande envolvimento, porque... não há super-mulheres! e se a mulher trabalha 12 horas por dia, na empresa, ou (...)é evidente que não tem depois, tempo para descansar e para, ainda, ir tratar das compras, nem disposição! e portanto, as coisas começam a falhar! "

Relativamente ao papel dos homens nas relações conjugais em geral, ou com quem vivem em particular, criticam a ideia do “apoio” e da “ajuda” assumindo a existência de comportamentos desiguais.

(E.3)

“(...)normalmente elas ficam muito limitadas, a um nível médio de carreira, porque carregam as questões da direcção da família, porque por muito que digam que os homens tenham evoluído, que o homem que ajuda muito, o que é certo é que diz que ajuda, e quando se diz “ajuda”, está tudo dito. Quem fica, quem vai a pensar que é preciso não esquecer de dar o comprimido à miúda a horas, ou que é preciso telefonar ao médico porque a análise tinha não sei quê, é a mulher que fica, e se é preciso ficar em casa, quem fica é ela.”

(E.19)

“(...)as mulheres ficam muito irritadas com a conciliação porque é uma pergunta que nunca se faz aos homens. Porque lá está, porque se presume que eles não têm esse problema, falta uma dimensão da vida deles, que ninguém pergunta.” e a vida privada deles, ponto de interrogação? o que é que andam a fazer? porque é que nunca têm tempo? porque é que nunca têm tempo para ver nascer os filhos, para acompanhar familiares idosos? nós também não temos, não é? mas, quer dizer... acabamos por ter, e pelos vistos não perdemos no negócio, não perdemos no negócio... porque curiosamente, trabalhando nós tanto, e considerando que a população activa portuguesa até é das mais activas, curiosamente a nossa esperança de vida é maior que a deles! dá uma certa vontade de rir...”

(E.9)

“(...)ou é uma pessoa muito excepcional, que não seja susceptível às pressões da própria sociedade e da família, porque como sabe...as pessoas que têm os amigos a dizer: “ai, e tal, então a tua mulher, e não sei quê? então vamos combinar isso...” “ai, não posso, porque a minha mulher, se calhar, não está disponível” “mas como é isso?”, ainda há um tipo de formação, um tipo de educação... sabe que as mentalidades ainda não se alteraram e que isto ainda continua a ser... vivemos numa sociedade machista! há muitas pressões sociais, muitas pressões familiares. Portanto, ou a pessoa... ou o marido tem o mesmo tipo de actividade, e enfim, tem capacidade para perceber e aceitar, ou então... é muito difícil! quase impossível de conciliar. A maior parte das mulheres... quase todas elas acabaram ter divórcios, ou então, quer dizer, situações assim... que as pessoas vão aguentando! (...) (...) é muito difícil.”

"(...)o ego masculino, se a mulher tem maior evidência ou maior projecção, se ganha mais, eles tem muita dificuldade em engolir isso. Portanto, há muitas... dificuldades... e depois, também, a mulher não está para estar a aguentar, constantemente, todos os dias, queixas (...) "e então, porque é que hei-de ser eu, porque é que não és tu?", e cria-se, assim, um determinado clima."

(E.1)

"(...)é óbvio que mais tarde vim a pagar isso com custos altos, que acabou numa separação (...). Penso que é um problema que não é só meu, que terá a ver com muita gente, nunca o dramatizei...acho que paguei um preço alto (...), porque eu tinha a noção da diferença que tínhamos, e tinha a noção da luta que ele tinha...até que um dia, porque foi para ele difícil de aguentar a competição que ele tinha em relação a mim... pronto, estas coisas acontecem..."

(E.14)

"(...)acho que há um conflito muito grande... acho que os homens foram criados por mães domésticas, a grande parte deles, foram criados num quadro muito fechado, eu acho que teve influência... e creio que os homens formados nesse tipo de ambiente, têm uma determinada leitura do que é o homem; as mulheres, até pela própria circunstância da vida, porque precisam de trabalhar, porque, de facto, um rendimento só não dá para as pessoas viverem decentemente, as mulheres que foram criadas nesse ambiente, muitas vezes, não chegam ao ponto de se revoltarem quando lhes impõem a estrutura anterior, mas têm de gerir esse conflito, porque, por um lado têm que trabalhar e têm que conciliar... enquanto que noutra país qualquer, sei lá, Inglaterra, as pessoas têm plena consciência que estão a fazer mais do que aquilo que devem, num caso português, eu acho que do padrão de família tradicional, aparece uma espécie de sentimento de culpa, dizendo: "bem eu tenho de ser mulher e de fazer isto tudo, mas além disso eu também tenho de trabalhar e de fazer aquilo... a outra coisa toda" e eu acho que esta é uma geração de mulheres um bocado violentadas, nesse sentido".

"(...)não verbalizam, nem têm a coragem, eventualmente, de o fazer, mas dentro da sua própria maneira de funcionar, estão aqueles valores(...) pois, teórico, não é? (...) mas, internamente, o padrão de família deles é esse. E portanto, a pessoa pode dizer: "ah, o meu marido é bestial, e não sei quê...", mas, eu duvido que esses maridos bestiais, entre aspas, cheguem a casa e se ponham a cozinhar, se for necessário. Naturalmente não o fazem, naturalmente sentam-se, e lêem o jornal; portanto, eu acho que isto cria um problema, muito mais dentro de casa do que fora de casa, relativamente à presença das mulheres no mercado de trabalho. E acho que as pessoas... pronto, vão

tolerando, mais ou menos, umas coisas e outras, vão desculpando, vão fazendo, mas acho que há ali um problema latente que... há casos em que ele é resolvido, há casos em que não é resolvido, há casos em que outras coisas compensam isso, mas não acho que seja um problema... ultrapassado, digamos assim, na nossa geração. Isso, acho que não."

Em muitos casos assumem que se os seus casamentos não fossem de determinado tipo, teriam optado por se separar.

(E.3)

"(...)tive muita sorte com o meu marido, também não sei o que aconteceria se não fosse assim, acabava por lhe ter raiva ... sim, acho que acabaria por me separar."

(E.11)

"(...)preferem manter o casamento, algumas acabam rompendo..."

Assumem um posicionamento crítico relativamente ao papel das próprias leis de protecção às mulheres, sugerindo que estas acabam por exercer um efeito perverso na carreira das mulheres. Do mesmo modo também criticam o comportamento e o discurso emitido por muitas mulheres relativamente ao seu papel na sociedade.

(E.3)

"Eu acho que tem sido muito contra as mulheres o abuso que têm feito da utilização das leis sociais, neste caso. não podem ao mesmo tempo três meses, não sei se é três meses se é mais, ou que sejam quatro meses e a seguir metem baixa de seis meses, e depois metem baixa de seis meses, e depois não sei quê, quer dizer, não podem, quer dizer, não se pode, ao mesmo tempo querer fazer carreira e aproveitar isto. Eu sei que os infantários são desumanos, mas alguma coisa tem que funcionar..."

(E.19)

"(...)há uma situação, aqui, ambígua, e até, de certo ponto, até paradoxal. Mas o facto de não querer largar nada do que tinham antes, faz-me a mim voltar às ideia inicial das três dimensões da vida. Quer dizer, elas não estão dispostas a prescindir de uma dimensão importante da sua vida, para ter as outras. O que elas querem é ter as três e é importante, se calhar, que essa esfera privada... que as

mulheres também estejam dispostas a abrir mão dessa esfera! agora, é a contrapartida. As mulheres têm que abrir mão dessa esfera, da mesma maneira que a gente pede ao homem para partilhar as outras, também temos que partilhar esta. Portanto, o que não é legítimo é a gente querer partilhar as outras esferas, a gente tem que partilhar essa. Agora, o que eu acho é que essa partilha é muito mais do que a partilha das tarefas domésticas, e irrita-me muito reduzir isso ao problema da partilha das tarefas domésticas, a partilha do privado é muito mais do que isso, é a partilha de emoções, é a partilha de expressão de emoções.”

Apresentam ideias e sugestões para tentar solucionar a questão da gestão familiar.

(E.3)

“(...)e as pessoas de idade, senhoras reformadas, que estão deprimidas, porque é que não fazem de profissão tomar conta de meninos; aos miúdos é muito aconselhável, em meu entender, o convívio com pessoas mais velhas...”

(E.19)

“(...)nunca reduzir ao mínimo, quer dizer, reduzir as relações de um conjunto de crianças ao mínimo de contactos pai e mãe é uma tragédia! (...) para a mulher e para os miúdos, porque acho que os miúdos precisam de um ambiente de várias gerações! e se esse ambiente não existe na família, existe em amigos, concerteza. É possível fazer as crianças conviver com gente diversa, essa convivência e essa possibilidade de pertencer a uma tribo mais alargada...ou uma rede, relativamente mais ampla do que a rede nuclear, (...) parece-me fundamental. Pode ser vizinhança, etc...”

(E.9)

“(...)com a família? a compatibilização é difícil, é difícil, agora, não é impossível... (...)acho que o importante é valorizar o tempo que se está junto, que seja bem aproveitado...”

C-PERSPECTIVAS SOBRE A LIDERANÇA

Outro dos temas que nos interessou abordar dizia respeito às percepções sobre o exercício da liderança por parte de homens e mulheres. Nesta parte, encontra-se uma quase completa unanimidade relativamente à valorização do exercício de liderança por parte das mulheres, um discurso de sobrevalorização de grupo, e logo de si próprias. O mesmo acontecia aliás, no tema anterior relativamente à unanimidade relativa à dificuldade de conciliação com a família.

Apesar desta aparente concordância pensamos poder identificar os mesmos dois discursos, mas, neste caso, relativos às razões que estas mulheres apresentam para essa valorização. Estes dois discursos têm novamente efeitos distintos e da mesma ordem dos encontrados nos temas anteriores, de forma que continuaremos a considerá-los para a análise.

Discurso Essencialista Individualista

Neste tipo de discurso assiste-se frequentemente à valorização da liderança feminina, essencialmente devido à existência de características pessoais que distinguem as mulheres. Essas características assumem uma estabilidade naturalizadora e essencialista como sendo características de “todas” as mulheres, do “feminino”, por oposição a características de “todos” os homens, do “masculino”. Os traços como sensibilidade, ternura, emocionalidade, pureza, surgem como caracterizadores da “natureza” feminina e os traços como rispidez, e agressividade caracterizando o lado masculino.

(E.10)

“(...)são coisas aparentemente pequeninas...mas têm outra dimensão. No tratamento com as pessoas...portanto, ela tem uma maneira de estar totalmente diferente, e depois, quando ela quer puxar pela sua veia de sensibilidade e pôr... pronto, aquelas, todas suas capacidades em jogo para captar certas e determinadas coisas, pois com certeza, ela é capaz de o fazer muito bem. E o homem é muito frio, nessas coisas,

não tem essa percepção, essa sensibilidade. Não quer dizer que elas todas sejam assim...”

“(...)sou uma pessoa extremamente sensível para as questões alheias, confio nas pessoas, mas, também quando deixo de confiar... sou complicada, quando deixo de confiar... quando perco a confiança em alguém, sou complicada... os homens são capazes de andar mais com rodeios...”

“(...)eu acho que é mais fácil que uma mulher diga aquilo que sente... logo à partida ela reage, muito mais, com o coração do que com a cabeça... o homem não...”

(E.15)

“(...)nestas funções que exerço tudo é feito com a máxima radicalidade, portanto, no sentido da máxima pureza, portanto, eu parto para a decisão abrindo-me a todos os argumentos, aos contrários e àqueles que mais rejeito, até, em termos de sensibilidade, e aos outros, e com a máxima ingenuidade...”

“(...)a abordagem feminina, neste tipo de coisas... é mais emotiva. é mais emotiva, mais apaixonada...”

(E.17)

“(...)eu penso que é em grande parte já é da sua natureza, eu acredito que o homem e a mulher são diferentes, (...)natureza e educação e tudo isso!”

(E.2)

“(...)hoje em dia, eu acho que sabe bem entrar num escritório qualquer, de uma empresa qualquer e ver um número igual, ir para uma reunião e ver mulheres à volta da mesa, e não digo, propriamente, os homens nas secretárias, (...), mas mulheres à volta da mesa! depois, eu acho que nós completamos, um bocadinho, com o nosso bom senso... certas coisas que eles não vêm... isso é que eu acho que... às vezes, sou muito útil aí.”

(E.4)

“(...)as mulheres-chefe são mais sensíveis que os homens, eu penso que sim, aliás, eu atribuo um pouco, também o êxito da minha carreira ao facto de ser mulher, neste aspecto. Eu acho que as mulheres têm mais capacidade (...) porque as mulheres não são tão rígidas, tão drásticas e perante uma situação de impacto ou de confronto, a mulher consegue negociar e consegue chegar ao objectivo duma maneira menos agressiva e menos ríspida, essa ternura, essa flexibilidade, essa atenção, a sensibilidade...um sentido mais

humanístico , principalmente mais flexível, mas é esta capacidade de esperar, por exemplo, também é outra característica que eu acho que as mulheres têm que os homens não têm, essa capacidade de esperar...”

“(...)acontecerem sem grande alarido...é preferível que a nossa conduta seja mais discreta, mas que de facto tenha um rumo, e que em cada dia se tenha um pequenino êxito, do que tentar,(...)no fundo a gente está a conseguir tudo o que queremos de uma maneira muito subtil e muito, muito discreta, mas não os agredimos, não os agredimos...”

(E.2)

“(...)digo-lhe francamente que... talvez seja a única coisa que eu posso dizer que os homens não têm... não sei se é o 6º sentido que me dá isto, percebe? mas, não têm tanta sensibilidade para aspectos, aparentemente menores, só vêm a questão imediatamente acima; temos uma maior sensibilidade, por isso é que eu acho que uma equipa com mulheres e homens, acho que é muito mais completa do que uma só de homens ou de que uma só de mulheres.”

(E.8)

“(...)mas a mulher tem uma sensibilidade que o homem não tem...a sensibilidade feminina... é muito importante! nós temos uma sensibilidade... o homem tende a ser simplista...eu acho que, realmente, o homem é diferente da mulher, a mulher é, um bocadinho, mais complicada. também acho que a mulher é mais complicada. Eu, também, não ponho, assim, tantos elogios nas mulheres quanto isso! os homens têm, realmente, qualidades que nós não temos. (...) resolvem as questões, pão-pão, queijo-queijo. São mais assim, nós somos mais complicadas, também!”

(E.17)

“(...)ah, eu acho que sim, muito diferente, totalmente diferente. Penso que é a mulher que é muito mais informal e que não tem receio, eu penso que a mulher não tem tanto receio, também salvo excepções, não tem receio de ter menos poder, pelo facto de ser mais acessível; eu acho que isso é uma forma mais inteligente de exercer o poder. Porque normalmente, os homens, têm tendência a confundir o poder a reverência, medo, ou digamos, a intimidação , e eu penso que a mulher não está tão preocupada com isso, está mais preocupada que as suas decisões sejam aceites, e que sejam compreendidas e que sejam cumpridas! eu acho que, a princípio, não abdica disso. Mas como não tem aquele tipo de preocupação que o homem tem, a sua maneira de exercer o poder é mais informal, é mais leve!...são mais maleáveis, são menos agressivas... eu penso que ao contrário do que se diz, eu penso

que serão menos agressivas, entre aspas, mas no sentido de serem menos carregadas de distância, autoritarismo”

Surge com frequência a ideia da “humanização”, algo que seria devido e melhorado pela entrada das mulheres em posições de liderança.

(E.10)

“(...)eu acho que ela vê coisas que o homem não vê, é capaz de olhar para essas coisas pequeninas, mas é enquanto essas pequenas coisas humanizam a sua profissão. Isso, o homem não vê...”

(E.8)

“(...)eu penso que as mulheres estão muito mal aproveitadas, na nossa sociedade, no dia em que a mulher tiver um papel diferente, e que tudo puder ser organizado mais na base da mulher, tudo será mais humanizado!”

(E.2)

“(...)tenho um diálogo permanente... permanente (...)criar um espírito de equipa que os ponha, completamente à vontade não sou pessoa de andar aos gritos mas tenho a firmeza suficiente para quando qualquer coisa me desagrada, mesmo, para eles percebem, eu não grito mas “ela não gostou nada disto!”, portanto, acho que é mais todo o contacto humano...”

Referem que, por norma, as mulheres não gostam do poder, apresentando a falta de “satisfação” como a razão para essa atitude. Essa insatisfação é também apresentada como “sofrimento” proveniente dos “raciocínios” masculinos que têm que ter em alguns casos.

(E.15)

“(...)eu acho que as mulheres, em geral, não gostam do poder...eu tenho, realmente, algumas razões objectivas para dizer que eu nunca desejei o poder pelo poder, porque isso não me dá, pura e simplesmente, satisfação, não me dá satisfação...”

(E.8)

“(...)a gente vive num mundo masculino, mesmo que a gente não queira, inclusivamente, nós, mulheres, copiamos modelos masculinos,

temos raciocínios masculinos, quando estamos a gerir. Quando eu estou a liderar, eu tenho raciocínios masculinos! ai, noto! noto, noto! mas ... eu sofro, e eu vejo que os homens não... porque eu tento ver a implicação do despedimento..."

Discurso Colectivo /Resistência

Neste discurso, as mulheres quando referem algum tipo de especificidade feminina referem essencialmente características não naturalizadoras ou essencialistas. Sugerem a existência de competências ou traços adquiridos, construídos e negociados pela experiência. Acontece referirem que a experiência com as tarefas domésticas lhes permite adquirir competências de gestão e organização. Assumem muitas vezes contradições e ambivalências.

(E.14)

"(...)eu sou uma pessoa muito frontal, muito directa, e creio que isso me trouxe algumas solidariedades, talvez porque ponho alguma força mais... maior frontalidade na maneira como funciono, de maior abertura, de maior convicção, portanto, eu acho que as mulheres tentam mais convencer as pessoas do que mandar nelas,(...)acho que uma mulher tende a ser mais persuasiva."

"(...)mas acho que o ser mulher, por vezes, reflecte essa tal maneira de estar que, é mais em torno dos objectivos, dos valores, entende o poder enquanto tal..."

"(...)se calhar a forma diferente que têm na empresa e em casa, a gente não sabe qual é que ajuda qual mas, se calhar, isso funciona para que as mulheres sejam, realmente, diferentes nas empresas...acho que as mulheres têm um... digamos, um espírito muito mais ginastocado, muito mais treinado, para uma quantidade... para muitas coisas, para múltiplas coisa, e que um homem não tem...são muito mais polivalentes as mulheres... porque mesmo que não as façam, têm que gerir, realmente, um conjunto de coisas, mesmo em termos de planificação de família, não é? de família, de casa, (...) e portanto, acaba por lhes dar essa capacidade, essa flexibilidade."

(E.19)

"(...)e, agora até começam a ser copiadas pelos homens, o que é engraçado... a língua feminina no poder será o quê? exercício de persuasão mais do que coacção, tentar seduzir e não tentar mandar,

capacidade de fazer equipas, trabalhar em conjunto, à volta da mesa mais do que de cima para baixo, capacidade de ouvir, que é uma coisa típica da cultura feminina. As mulheres, durante gerações e gerações, tiveram essa particularidade, essa função de apoio, a função de suporte, portanto, saber ouvir. Outra coisa que eu acho que é feminino, é o sentido prático; ao contrário do que para aí se diz, é outro preconceito, as mulheres têm imenso sentido prático, há montes de exemplos disto, por exemplo, os horários das reuniões: se uma reunião for dirigida por uma mulher, não vai entrar em cima das horas das refeições, porque a gente tem a noção que àquela hora alguém está a fazer o comer para alguém, e não faz jeito nenhum ficar tudo pendurado, quer dizer... temos sentido prático. Menos preocupação de protagonismo e visibilidade, e portanto muitas vezes, um exercício do poder com menos discurso, menos conversa e mais acção... mais acção. Portanto, esta... com estas componentes todas constrói-se uma linguagem que é uma linguagem mais feminina..."

(E.3)

"(...)os homens, normalmente gerem muito na vertical, colocam-se no topo, o Sr. presidente e por aí fora, e vêm num esticão por aí a baixo... eles gerem no topo. A mulher, normalmente, gere no centro, não se contenta com o que diz o director, é capaz de vir um bocadinho mais abaixo, e tem mais tendência, ou porque não confia, e quer recolher contributos todas as tendências, tem uma certa tendência a traçar linhas horizontais na estrutura. A sua intervenção é menos hierarquizada, trabalha mais com toda a gente e tem uma tendência maior para difundir a informação. (...)Pode ser por insegurança, por sentir que é mais facilmente posta em causa do que o homem. Eu costumo dizer, o homem quando falha, foi um erro, teve azar, a mulher quando falha é porque é mulher, é mulher pronto...(...)O homem normalmente é mais egoísta, reserva informação que tem para ele brilhar, a mulher tem uma tendência maior, e daí alguns sucessos femininos em gestão, exactamente por o querer emanar a informação que tem para outros utilizarem e poderem encruzar as várias áreas de intervenção, porque gerir não é tanto, no meu ponto de vista, uma ciência, é uma técnica de saber reunir os contributos das diferentes áreas. Portanto, ou é porque confia menos, ou é porque é mais possessiva, ainda não percebi, ou é porque está deslumbrada, eu isso não sei muito bem (...) no fundo tudo isso ajuda, (...) a gestão familiar, também, não é uma má escola. A gente tem que gerir a empresa, empregados, ao mesmo tempo tem que gerir o miúdo que está não sei com quê (...) e normalmente é a mulher que gere as finanças domésticas (...)"

"(...)eu acho que as mulheres, normalmente, são muito duras, acabam por ser mais duras que os homens, porque são mais exigentes, pode ser

devido à insegurança que têm, ou pode ser pelo facto de para terem ascendido onde ascenderam, tiveram que passar muitos obstáculos, tiveram que lutar por muita coisa, e isso endurece-as. (...) há uma grande dureza na procura dos objectivos, e um certa afabilidade formal, no discurso. Essas mulheres são mulheres que tiveram que passar muito, e portanto é natural que...

(E.6)

"(...)eles lideram também com o espírito de equipa, mas de uma maneira geral, a equipa está toda a fazer o que eles querem...mas eu acho que são autoritários por causa disso, percebe, são autoritários... porque precisam que lhe liguem, enquanto que, por exemplo, o meu gosto é ver as outras pessoas a fazerem coisas e encorajá-las "

(E.9)

"(...)eu acho que os homens são um bocadinho menos corajosos do que as mulheres..."

(E.1)

"(..)eu costumo dizer que se uma mulher cria filhos, é capaz de fazer qualquer coisa (...) não posso dizer isto à frente dos homens do meu trabalho, porque eles acham logo que isto é mesmo mentalidade tacanha, mas eu, honestamente, acho que uma pessoa que gere uma casa, um orçamento familiar, manifesta uma capacidade de gerir muito superior à de um homem"

"(..)a mulher, em termos de gestão, tem mais preocupação com o capital humano, das empresas, globalmente não tem tanta preocupação, os homens têm mais tendência a beneficiar os homens que lhe dizem "amem", os técnicos como eles, e os indivíduos que eles acham que são os responsáveis, independentemente de serem responsáveis. A mulher, normalmente, preocupa-se mais em que toda a massa funcione(..)portanto, a experiência que eu tenho é que a mulher é capaz de liderar de uma forma mais serena as coisas, tem uma noção mais de conjunto do que o homem tem, tem uma noção de mais justiça do que o homem tem, porque a mulher não faz uso das suas capacidades de mulher para fazer pressão ou opressão sobre os seus subordinados."

Apresentam soluções ou estratégias de acção e têm em consideração a forma como devem empreender um determinado curso de acção.

(E.14)

"(..)ah, eu acho que existem, claramente! redes de uma imensa solidariedade entre eles...(..) mas eu acho que é possível criar-se

outras redes. Penso que há dois tipos de redes: há as redes entre mulheres, uma apercebe-se que tem de ir buscar o filho, hoje, amanhã vai a outra etc, e nisto o homem aqui, não levanta problemas porque entende perfeitamente isso, mas também há redes que podem incluir homens e mulheres em torno dos valores que uma mulher incute na gestão e que o homem não incute, portanto uma rede mais pelo estilo de gestão.”

“(...)é ir fazendo, reflectindo, fazendo, reflectindo, fazendo, reflectindo, porque há muita gente que vai fazendo, não reflecte, e depois (...) para trás e é tempo perdido, não é? ir ouvindo experiências de outras pessoas para, pelo menos, terem a ideia de que há um conjunto de coisas que funciona de determinada maneira, e que podem optar por elas ou não”

(E.19)

“(...)a questão toda está em por um lado, mudar qualitativamente, mas... o grande paradoxo é que você tem que mudar é qualitativamente, mas não consegue mudar qualitativamente se não mudar quantitativamente, está a perceber?...portanto, andamos aqui... numa espécie de pescadinha de rabo na boca, em que sem mudar quantitativamente não pudemos mudar qualitativamente, mas temos a consciência que não é quantitativamente que vamos mudar nada. De facto, é importante, por um lado, que haja mais mulheres e por outro lado que as mulheres dêem mais força à sua própria cultura, porque haver mais mulheres e se elas não derem força à sua experiência... se elas não trazem essa força lá para dentro, então não adianta nada...”

(E.9)

“(...)para entrar no mundo dos homens e ser respeitada nesse mundo... também, certamente, é necessário um conjunto de estratégias...”

Com frequência posicionam-se criticamente quanto às outras mulheres por adoptarem, quer comportamentos masculinos, quer comportamentos tradicionalmente femininos.

(E.11)

“(...)há, obviamente, uma resistência natural dos homens, que consideram, ainda, culturalmente que a liderança lhes compete, e por outro lado, acho que não há, da parte das mulheres, nem solidariedade, nem verdadeira vontade individual de ocupar... não é de ocupar, (claro que têm vontade de ocupar, todas têm... todas não, mas bastantes têm) mas verdadeira vontade de fazer o que é necessário para lá chegar... é evidente que as coisas são muito difíceis... talvez se

houvesse mais solidariedade... se a gente fosse capaz de reconhecer duas ou três mulheres e trabalharmos todas para que elas lá chegassem isso fosse possível... é o que os homens fazem, exactamente”

(E.14)

“(...)acho que há uma tendência positiva. positiva, a nosso favor, digamos assim, mas depende da maneira como as pessoas se posicionarem aí, porque também se as mulheres vão entrar nessas estruturas e cedem completamente aos códigos masculinos...”

Referem que as mulheres não têm tanta apetência pelo poder mas não referem (por norma), questões de satisfação. A ideia de interesses distintos, outras atitudes e motivações, que lhes advêm do próprio estilo de vida que a sociedade as “condiciona” a ter, surge como mais importante.

(E.17)

“(...)eu acho que a mulher não tem tanta apetência do poder pelo poder, como tem o homem... também haverá mulheres que têm, mas do poder pelo poder eu penso que a mulher, em geral, não é tão tentada por isso, é mais tentada por fazer coisas, por realizar coisas, por ter acesso a coisas...”

“(...)os homens têm mais o poder porque são mais atraídos pelos aspectos exteriores... em parte, uma grande parte são, também, muito sensíveis aos aspectos exteriores do poder, aos sinais exteriores do poder, às vantagens ou deferências que o poder lhe pode trazer, e também, ao gosto que eles têm em exercer...não digo em relação a todos os homens, não digo que seja em relação a todos os homens...”

(E.19)

“(...)na generalidade dos casos (...)ambição de fazer coisas, e não de desempenhar este cargo ou aquele cargo, a ambição de fazer...”

“(...)os instrumentos de acesso ao poder estão muito dominados por essa divisão hierárquica do poder, e isso torna muito difícil, às mulheres, quer ir contra essa divisão, e portanto, encontrar eco, lá dentro. Muitas vezes nem sequer têm paciência para o efeito, porque... não estão disponíveis para aquela conversa! porque têm mais que fazer! porque aquilo não lhes diz nada, não... não as entusiasma aquelas reuniões longuíssimas, aquelas conversas entre eles...”

portanto, há um efeito de afastamento, provocado por isso...daquela maneira a gente não quer, a gente quer mas é de outra maneira."

(E.9)

"(...)uma vez que não fomos nós que definimos as regras do jogo, foram eles, e portanto, se nós aceitamos jogar temos de aceitar, também, à partida essas regras e, adaptá-las, usá-las da melhor maneira...para depois serem criadas condições para alterarmos as regras do jogo. Do modo que, se é preciso, em determinado momento, nós utilizar-mos a linguagem deles, a gente tem de a utilizar, mas reclamando em simultâneo, o direito à diferença... não mostrando qualquer tipo de inferioridade,(...) é preciso, também, muito trabalho, muita persistência, muita determinação, muita convicção e o acreditar-se que... naquilo que se está a fazer e naquilo que se quer fazer."

"(...)eu acho que eles se instalam mais, porque eles tiveram, sempre, a vida muito mais facilitada, e um acesso ao poder muito fácil, e portanto estão habituados a ter poder, sempre, mesmo que tenham mudado ou saltitado de uns sítios para os outros. E com as mulheres não acontece isso. Portanto, acho que as mulheres querem o poder para fazer coisas, para intervir, para deixar a sua marca, para mostrar... para realizar obra! e os homens, às vezes, querem poder só para exercer poder, só para estarem no poder, só para se instalarem! portanto... aceitam... os homens aceitam, muito mais, serem figuras decorativas do que as mulheres no poder..."

"(...)as mulheres querem participar e querem realizar, intervir activamente, não têm uma atitude passiva..."

DISCUSSÃO

Apresentamos até agora na secção da análise o que consideramos serem as acções discursivas emitidas. Mas, do ponto de vista da análise do discurso é importante analisar os efeitos produzidos. Nesse sentido faremos uma interpretação do que consideramos serem os efeitos sociais mais importantes da acção destes discursos,

Assim, no que diz respeito à **trajectória pessoal**, uma acção importante e base do discurso Essencialista/Individualista parece ser o não assumir qualquer discriminação. Na nossa perspectiva, esta negação implica que do ponto de vista discursivo não se assume a consciência desse “facto” e por isso não se tem necessidade de agir perante ele. Assumindo a perspectiva de Foucault de que a consciência da acção do poder implica resistência, podemos interpretar a negação da existência de discriminação como uma negação consequente da necessidade de resistência e por isso uma passividade resultante face à ideologia dominante. Assim, o efeito mais óbvio deste discurso poderá ser a reprodução da ideologia dominante. Como a ordem social não é questionada, assiste-se ao assumir de uma natureza feminina e masculina fixas e distintas e de uma política individualista baseada nas competências. Nesta perspectiva, as mulheres acedem ao poder porque possuem competências, ou traços de personalidade, ou comportamentos adequados. Não é necessária qualquer tipo de estratégia, nem intenção de intervenção. Não há resistência à norma social dominante.

Isto é, estas mulheres têm noção que existem problemas das mulheres na sociedade, interessam-se teoricamente por eles, mas não se colocam pessoalmente em causa nesses problemas. Frequentemente emitem contradições no discurso, que representam situações por nós consideradas como típicas de discriminação social sobre as mulheres, mas que aqui não são assumidas como tal. Posicionando-se fora desses assuntos, e na perspectiva por nós assumida, reproduzem a ideologia dominante, e o modelo e papel tradicional masculino, que obviamente interessa a quem pretende perpetuar a ordem estabelecida, já que não representam qualquer perigo de desestabilização da ordem, isto é, são poucas, são diferentes e basta....Inclusivé podem surgir frases do tipo:

(E.7)

“(...)não, eu não me sinto nada mal por ser a única mulher, até acho muita graça, diga-se de passagem...”

Este discurso fornece mulheres modelo, como super-mulheres, mulheres únicas e lutadoras, cujas competências pessoais e luta pessoal possibilitou o

acesso a esses cargos. Apesar de não questionarmos que possivelmente esse discurso é por elas assumido e usado para explicação do seu sucesso, do ponto de vista da mudança social e de uma sociedade igualitária ele não questiona a ideologia e o sistema, o que, segundo o nosso posicionamento não possibilita o encetar de qualquer mudança social.

Do ponto de vista dos efeitos discursivos do discurso Colectivo/Resistência, parece-nos que estas mulheres assumem um discurso reflexivo, crítico e estratégico, apresentando em alguns casos um posicionamento claro de transformação social, criticando a ideologia dominante. Ao assumirem claramente a discriminação pessoal, quase sempre no seu próprio trajecto, posicionam-se criticamente. Não se apresentam como super-mulheres, assumem necessidade de luta, mas também de estratégias para lidar com as situações. Referem frequentemente a problemática para todas as mulheres, daí o seu discurso ser considerado de colectivo.

Por terem muita consciência da discriminação e da desigualdade podem agir intencionalmente no sentido da crítica e para a transformação.

Do ponto de vista dos efeitos discursivos relativos à **relação com a família** o discurso essencialista/individualista não questiona a ordem social, isto é, o lugar das mulheres como prioritariamente associado à família, antes pelo contrário, acentua esse discurso. O facto de serem mulheres com carreiras muito exigentes e ao mesmo tempo assumirem, sem questionamento, o seu posicionamento familiar, torna-as quer modelos tradicionais (do ponto de vista do papel da mulher), quer modelos do tipo super-mulheres. Este último tipo de "modelo" que assume a necessidade de muito sofrimento e muita competência para satisfazer as duas vertentes da vida, a profissional e a pessoal, pode ser um modelo pouco sedutor para uma grande maioria de mulheres: quer pela acentuação do "sofrimento", dos custos envolvidos, quer pela carga hipervalorizada da competência pessoal.

Este discurso parece construir a subjectividade das mulheres sem resistência às normas sociais vigentes, com a adesão indiscutível ao papel

tradicional de responsabilidade pela esfera familiar. Ao manter a ideologia dominante, acentua essencialmente o individualismo, o que pode acabar por restringir de forma eficaz as aspirações de muitas mulheres a postos onde podem exercer poder.

A utilização do discurso colectivo/resistência, pelo contrário, permite questionar a ordem social vigente, principalmente no que diz respeito à aceitação inequívoca da responsabilidade feminina pela esfera privada. Apesar de existirem contradições no plano da gestão diária (contradições que elas próprias assumem) criticam as normas estabelecidas e vão propondo estratégias de acção para a mudança social.

No que diz respeito aos efeitos discursivos relativos às **percepções sobre a liderança**, no discurso essencialista/individualista as mulheres assumem-se como “naturalmente” diferentes dos homens, com características que as diferenciam no sentido positivo; frequentemente assumem uma complementaridade de comportamentos e atitudes necessárias, porque humanizam os contextos. Sugerem a ideia de que a esfera afectiva (associada à família) não se dissocia das suas subjectividades, levando inclusive para a profissão essa componente.

No discurso colectivo/resistência, apesar das mulheres sobrevalorizarem também a gestão exercida pelas mulheres as palavras utilizadas são frequentemente de luta, negociação, persuasão, realizar coisas, aprender com as regras masculinas para poder fazer diferente, levar competências adquiridas devidas a gestão doméstica para a vida profissional, enfim toda uma utilização de experiência de vida, e não atributos como sensibilidade, ternura, humanização mais características estereotipadas femininas e essencialistas.

Concluindo, e tentando fazer um apanhado de todas as ideias atrás enunciadas, podemos dizer que no primeiro **Discurso Essencialista Individualista** as mulheres reproduzem um discurso onde mulher e homem são construídos como entidades separadas por essências específicas. Sugerem

atribuições fixas de qualidades e essências que não são delimitadas nem contextualizadas, mas gerais e estáticas com respeito ao outro gênero.

Referem muito obrigações internas, expressões gerais de emoções, atributos essencialmente femininos, uma centração na acção individual face ao êxito. Defendem a igualdade da mulher e do homem na esfera pública, mas diferenciam-se no plano privado. Utilizam o discurso na primeira pessoa e negam quase sempre a hipótese de terem sido discriminadas. Não assumem discriminação pessoal na profissão, mas referem sempre a sobrecarga de papéis com que têm que lidar. Não questionam explicitamente o significado dessa aparente contradição. Assumem culpas, conflitos e expressão geral de emoções.

Sugerem que a obtenção de cargos com poder depende, essencialmente, dos atributos pessoais, e valorizam a "mulher", como um ser que luta incansavelmente e com muito sofrimento e sofre frustrações para conseguir abarcar as duas esferas da vida a pública e a privada, referindo que com isto alcançam a completa realização. São ou as super-mulheres, ou as que consideram apenas a escolha de uma esfera. Poderemos dizer que, como o o sujeito discursivo não intervém na ordem estabelecida, apenas se limita a copiar algo pré-estabelecido, não se supõe redefinição das categorias homem e mulher.

Sendo um discurso que não critica o discurso dominante acaba por o reproduzir. Implica, por isso, um posicionamento individualista, centrado em competências e nas "personalidades". Como assumem que com elas é diferente, logo é possível ser diferente se as pessoas fizerem trabalho individual, não sendo por isso necessário mudar a ordem estabelecida. Ao negarem a discriminação, negam as relações de poder, ficando o poder, deste modo, como que mascarado.

Pelo contrário, no **Discurso Colectivo/Resistência** as mulheres ao referirem a sua trajectória e as suas opiniões e experiências falam muitas vezes no plural, têm noção de uma ideologia sobre o género feminino ou da existência de um discurso sobre as mulheres em geral, e mesmo sobre as mulheres naquelas posições. Assumem a existência de discriminação. Referem, muitas vezes, não obrigações internas, mas opções de vida. Sugerem a importância da existência de

estratégias, isto é, depois de terem a consciência da discriminação tentam resistir-lhe. Apontam para soluções. Não escondem algumas ambivalências e contradições, mas, essencialmente, tomam uma posição crítica face à construção tradicional do masculino e do feminino, apontando as vantagens quer de homens, quer de muitas mulheres, para a sua manutenção.

É interessante salientar que as mulheres que usam o primeiro discurso utilizam essencialmente a primeira pessoa para falarem da sua experiência, mas sem que isso acarrete uma reflexão sobre o estado das coisas e a sua possível transformação. Aquelas que utilizam o segundo discurso, falando muito mais vezes no plural (as mulheres), acabam por referir mais vezes a sua própria experiência pessoal como base para reflexão, crítica e posicionamento transformativo em termos de estratégias, quer individuais, quer de grupo. Neste discurso, as mulheres assumem muitas vezes a ruptura entre a dimensão pública e privada (esta das mulheres), constatando contradições, ambiguidades que referem também como produto de uma situação sócio-histórica e não como resultado de essências particulares que as ligariam à afectividade e à esfera privada.

Assim, a utilização da experiência pessoal como base de resistência, a manifestação de propósitos de acção e a contextualização dos discursos são frequentes nesta formação discursiva. A identidade discursiva é construída como fruto da diferenciação e polémica do sujeito discursivo relativamente às normas estabelecidas. A experiência constitui a base para resistir ao normativo e permite intervir no mundo. Com o recurso à experiência vivida, os enunciados que suportam as afirmações próprias não apontam para o reconhecimento de um auditório universal, antes pelo contrário, constituem uma afirmação individual destas vivências, que é o fruto da resistência à definição normalizada da subjectividade.

Como mostram propósitos, intencionalidade ou vontade de agir, cujo efeito é desenhar um sujeito discursivo com vontade de intervenção, isto implica que se apresentam como capazes de transformar o próprio mundo em virtude das suas intenções e desejos, o que as responsabiliza directamente pelas suas acções.

Porque negam as definições normativas e recorrem à sua experiência para um discurso com um carácter mais reflexivo, emitem um discurso que possibilita a transformação social, relativizando os discursos aceites, e sugerindo muitas vezes a redefinição e construção de novas subjectividades quer masculinas, quer femininas, isto é, sugerem muitas vezes a ideia de uma construção social de sujeito não baseada no género e não possuindo uma hierarquização. Este discurso implica um posicionamento em “relação” não individualista. Ao terem consciência da existência de um discurso partilhado pela maioria dos homens e de muitas mulheres, já que é o discurso da ideologia dominante, estas mulheres podem resistir-lhe (ao poder implícito). Ao referirem as suas experiências pessoais, passam muito facilmente para a reflexão sobre a ideologia e o discurso de género tradicionais, para o colocarem em causa.

Tendo em atenção apenas os temas da relação coma família e da percepção sobre a liderança, pode-se dizer que a nível familiar, embora seja claro para todas as mulheres que é difícil a conciliação, as que adoptam o discurso individualista referem muito mais o sofrimento, o complexo de culpa, e a dificuldade ou incapacidade de conciliação, enquanto as outras, não deixando obviamente de ter os mesmos problemas, não os referem tão centrados em si (embora possam ter os mesmos sentimentos); referem os problemas na perspectiva da crítica, do que está mal, do que devia mudar. As primeiras não questionam o porquê das suas culpas ou conflitos internos. Nas mulheres que emitem um discurso mais colectivo e de resistência, este é possível porque têm muita consciência do poder que é exercido sobre elas, e esse conhecimento permite-lhes reflectir, encetar estratégias, pensar criticamente, logo não se deixar subjugar completamente.

No que diz respeito às percepções sobre a liderança, os discursos apontam para uma diferenciação total no posicionamento, quer de homens, quer de mulheres. No entanto, enquanto as mulheres que utilizam um discurso individualista assumem a sua diferenciação pela positiva, mas apelando para as

suas qualidades e atributos de natureza feminina, as mulheres que fazem apelo a um discurso mais colectivo de transformação também referem uma diferenciação muitas vezes positiva, mas apelam para competências adquiridas através da experiência e das negociações que tiverem que ser empreendidas para ultrapassar os problemas, em vez de apelar para qualidades essencialistas e naturalizadoras. A qualidade da gestão, no discurso das segundas, advém-lhes das estratégias pensadas, reflectidas e utilizadas para ultrapassar a discriminação e os obstáculos, enquanto que a qualidade na gestão, para as primeiras, é o resultado da existência dos atributos ou da sobreposição pura e simples dos papéis, sem colocarem em causa a organização estabelecida.

LIMITAÇÕES/CRÍTICAS

Existem algumas limitações inerentes ao próprio trabalho de análise dos textos. Em primeiro lugar, é típico da análise do discurso uma análise muito longa, sendo que mesmo pouco material pode implicar muitas horas de trabalho analítico, o que faz da análise do discurso um procedimento que consome muito tempo. Muitas vezes o resultado apresentado parece ser demasiado simplista, quando exposto, o que leva a algumas críticas, principalmente quando se adopta uma posição de investigação tradicional já conhecida, e cujas regras são já bem difundidas nos trabalhos de investigação. Em segundo lugar, apesar dos analistas referirem que utilizam critérios de codificação na análise, estes são frequentemente não descritos e não são explicitados, o que pela mesma perspectiva pode levar a desconfianças, relativamente às interpretações realizadas.

No entanto, na análise do discurso assume-se que a leitura foi pessoal, intuitiva e certamente subjectiva, não sendo o resultado de aplicação de qualquer conjunto de regras previamente estabelecidas. Comparativamente à pesquisa psicológica tradicional este procedimento pode ser considerado muito suspeito, já que naquela abordagem se procura a “verdade” a “realidade” dos factos e se essa

lógica for aplicada a esta análise poder-se-á afirmar que não pode haver verdade num procedimento feito apenas por uma pessoa, realizado de forma não sistemática, sem regras e subjectivo.

Por outro lado, uma análise do discurso deverá ser realizada por mais que uma pessoa; uma análise feita por mais que uma pessoa que, de forma independente fazem a sua leitura pessoal dos mesmos textos, quando se juntam podem produzir trabalho analítico e sugerir implicações de forma mais confiante, já que certas temas podem ser identificados e reavaliados em conjunto com outras interpretações. Conforme refere Parker (1992) os discursos são "transindividuais", isto é, eles não estão localizados "dentro" das pessoas particulares, pelo contrário existem numa comunidade linguística, num conjunto de pessoas e grupos de pessoas. Assim, pedaços desses discursos surgem em "textos" de todos os tipos. Duas ou mais pessoas da mesma comunidade linguística usando processos de associação livre para palavras evocadas ou frases, poderão estar melhor colocadas para identificar os discursos a funcionar dentro de um texto de que uma simples pessoa.

Uma outra limitação deste tipo de análise, diz respeito à interpretação dos efeitos discursivos. Temos consciência que essa interpretação pode, ela própria, ser alvo de nova interpretação. Neste trabalho não se assume qualquer "descoberta", apenas a apresentação de uma interpretação comprometida ideologicamente no que diz respeito às questões de género e da igualdade social.

Todas as limitações ou críticas consequentes que se apresentaram para análises deste tipo, se aplicam também a este trabalho particular.

Apesar de ter explicado de que forma foi abordado o material, não se apresenta aqui, as diversas folhas, que foram sendo construídas para a posterior identificação dos discursos. Não é possível explicitar, em que textos, e porquê certos extractos foram utilizados e não outros, embora se assuma de forma muito frontal, uma não neutralidade na abordagem a esse material. Igualmente teria sido importante a análise ter sido interpretada por mais que uma pessoa, mas essa é uma limitação do próprio trabalho de pesquisa que se pretende ser um trabalho individual.

Durante a análise surgiram muitas dúvidas relativamente a quais os extractos que melhor poderiam exemplificar os discursos e também, a existência de certo material, que parecia não ser possível analisar face aos discursos que se identificaram. Isto é, depois de todas as leituras e releituras efectuadas, e dos discursos identificados, uma ou duas entrevistas, pareciam ser pouco aproveitáveis, para esta análise. As dúvidas relativas a esta dificuldade foram elevadas: dever-se-ia identificar outro discurso? ou pura e simplesmente ignorá-las para a análise?. Tendo iniciado pela primeira alternativa constatamos que o material era de tal forma inconsistente do ponto de vista discursivo, que seria apenas interessante se tomado para estudo de caso individual. Entendemos aqui por inconsistente, material que frequentemente formava peças de discursos contraditórias ao longo das diferentes fases da entrevista. Ora emitiam certas acções discursivas, como outras ou outras, um discurso pouco convincente, e difícil de interpretar em termos de efeitos discursivos para se inserirem num conjunto de outras entrevistas.

Concluindo, achamos que este tipo de análise, apesar de toda a subjectividade que o caracteriza, permite compreender melhor, não como essas pessoas são ou dizem ser (não interessam aqui as personagens como pessoas particulares) mas sim como elas utilizam certos discursos, para em certas ocasiões (como o foi a situação de entrevista) narrarem e construir um sentido para as situações que lhes propunhamos explorar.

CONCLUSÃO

“ A não ser que tenhamos consciência de que não se pode evitar tomar posição, tomamos posição sem darmos conta”¹

Referiu-se na Introdução deste trabalho que se pretendia analisar o papel do discurso da ideologia dominante na construção da subjectividade feminina. Especificamente assumimos que onde melhor podia emergir essa ideologia com posicionamento passivo, ou reflexivo e resistente, era nas mulheres em lugares de poder/liderança, ou em posições “contraditórias” no plano da ideologia do género.

Para tal apresentámos todo um conjunto de alternativas teóricas que estão na base deste pressuposto, da importância do discurso para a construção da subjectividade e subjectividades de género, que por sua vez constróem uma realidade social que continua a perpetuar a desigualdade entre homens e mulheres. Do ponto de vista dos trabalhos/estudos realizados pretendíamos analisar por um lado, de que forma as expectativas estereotipadas actuavam sobre as mulheres nestas posições, através do recurso às teorias implícitas do senso comum e em segundo lugar, a forma como essas mesmas teorias eram usadas (enquanto discursos) pelas próprias mulheres nessas posições.

Do ponto de vista teórico assumimos que o construcionismo social e a análise do discurso (influenciados pelo pós-modernismo) apresentando-se como alternativas à psicologia social tradicional, estão na base das perspectivas abordadas e das posições assumidas.

¹ “ Unless one is aware that one cannot avoid taking a stand, unwitting stands get taken” (Spivak, 1988).

Os discursos pós-modernos são todos desconstrutivos já que procuram distanciar-nos de, e tornar-nos cépticos acerca das crenças relativas à verdade, ao conhecimento, ao self e à linguagem que é utilizada e serve para a legitimação da cultura ocidental contemporânea. Numa perspectiva pós-moderna as ciências sociais tornam-se mais subjectivas, onde o relativismo é preferível à objectividade, a fragmentação à totalização. O pós-modernismo representa o questionar e a rejeição dos pressupostos fundamentais do modernismo, isto é, da verdade, do estruturalismo, da crença de que o mundo possa ser compreendido em termos de grande narrativas, e enfatiza a coexistência de uma multiplicidade e variedade de formas de vida dependentes dos contextos.

O construcionismo social pretende substituir a pesquisa psicológica social (descontextualizada) pelo estudo do que é cultural, histórico, social e politicamente localizado. Numa perspectiva construcionista social é importante a desconstrução, a democratização e a reconstrução de novas realidades e práticas para a transformação cultural.

A abordagem da análise do discurso permite-nos colocar em discussão o que é assumido e o que é silenciado e obscurecido pela pesquisa positivista, isto é, questões acerca da construção social da realidade social e as formas como ela é discursivamente definida, ignorada, minimizada ou mantida.

Pode-se considerar como relações de género, uma categoria que pretende incluir em si mesma, um complexo conjunto de processos sociais. O género, como categoria analítica e como processo social, é relacional, isto é, as relações de género são processos complexos e instáveis constituídos por e através de partes interrelacionadas e interdependentes, o que significa que cada parte não tem sentido de existir sem a outra parte.

No presente, as relações de género implicam divisões assimétricas e diferenciadas de atribuições de traços e capacidades. Através das relações de género são criados dois tipos de pessoas, homem e mulher, que são encarados como categorias exclusivas: só se pode ser de um género, nunca o outro, ou ambos. As relações de género, pelo menos até ao momento presente, foram

sempre relações de dominação, isto é, as relações de género foram essencialmente definidas e controladas por um dos aspectos interrelacionados e interdependentes- o “homem”.

No entanto, o conteúdo actual do ser “homem” ou “mulher” e a rigidez das próprias categorias, estão a ser colocadas em causa, já que são altamente variáveis, em função das culturas e da história.

Numa perspectiva feminista, um tema unificador de todos os tempos, foi o desejo de mudar as relações de poder entre os sexos no sentido da implementação da igualdade. Diferentes estratégias para atingir esse objectivo reflectiram diferentes interpretações para as causas dessa situação. Uma dessas grandes tarefas, foi a reivindicação por direitos iguais. No entanto, os movimentos feministas começaram a compreender que a mudança das leis não é suficiente. Mudar as leis, sem mudar as concepções subjacentes de papéis de género que criaram e sustentaram essas leis, parece não produzir resultados satisfatórios.

Frequentemente a leitura da desigualdade permanece no mesmo espaço discursivo que manteve a desigualdade entre os sexos ao longo do tempo. Isto é, reivindicar um espaço de igualdade para “as mulheres” sem questionar a construção da categoria “humano” e a relação com a categoria social “mulher”, implica reproduzir uma ideia abstracta e a-social de sujeito, que não toma em consideração todas as diferenças e desigualdades sociais de base, e não questiona diferenças associadas à cultura, à raça, à classe social, à idade, etc.

Na medida em que alguns discursos feministas definem a sua problemática como “mulher”, acabam também, ironicamente, por privilegiar o “homem” como não-problemático na determinação das relações de género. É importante afirmar que na perspectiva das relações sociais, tanto homens como mulheres são prisioneiros do género (mesmo que de formas diferenciadas e assimétricas).

Assim, para as relações de género serem úteis como uma categoria de análise social devemos ser tão social e auto-críticos quanto possível acerca dos

significados que são usualmente atribuídos a essas relações e à maneira como pensamos acerca delas, senão, corremos o risco de replicar as relações sociais que estamos a tentar compreender.

As teorias feministas estão carregadas de tentações. Como as mulheres fazem parte da sociedade, o seu pensamento não pode ser livre da cultura a que pertence. Tanto homens como mulheres internalizam as concepções de género, partilhadas pelos discursos da ideologia dominante, de masculinidade e feminilidade. Enquanto não se “olhar” para o género como uma relação social, em vez de pólos de uma dicotomia de seres inerentemente diferentes, não seremos capazes de identificar a variedade e a limitação de poder das mulheres, e de homens, e a opressão existente em sociedades particulares.

“ Perhaps what women have to offer in the world today, in which men and women both must learn to deal with a new order of complexity and rapid change, lies in the very rejection of forced choices: work or home, strength or vulnerability, trust or questioning. Truth may not be so simple (Bateson, 1989, p.232).

Assim, as teorias feministas devem articular os seus pontos de vista com o mundo social envolvente, que afecta homens e mulheres, pensar criticamente sobre a forma como as abordagens a esta problemática podem reflectir relações de poder implícitos e essencialmente imaginar possibilidades para a transformação desse mesmo mundo. O activismo feminista para além de promover a vida das mulheres e trabalhar para uma sociedade mais justa, deverá atribuir um valor elevado quer a homens quer a mulheres, procurando analisar a forma como os processos e práticas sociais constroem as escolhas de todos.

Como refere Augusto Santos Silva (1996),

“ Como os outros movimentos socio-culturais, o feminismo precisa de ser assertivo e não apenas reivindicativo. Mas precisa também, ao que creio, de ser inclusivo. (...). Posta assim a questão, ela seria então finalmente, não uma questão de mulheres, ou das mulheres, mas de

todos nós. Este feminismo inclusivo, por sê-lo, incluir-nos-ia a todos, os que recusamos qualquer forma permanente de discriminação social” (p.15).

As teorias feministas, com influências pós-modernistas, encorajam o assumir da ambivalência, da ambiguidade e da multiplicidade.

Uma política feminista implica traçar ou delinear as dinâmicas do poder de diferentes discursos de feminilidade, de investigar as maneiras como a comunidade das “mulheres” tem sido construída em diferentes contextos, de questionar abertamente a formulação de discursos dominantes sobre as “mulheres” e evidenciar as alternativas até aí subordinadas. No entanto, é vital trabalhar com a ambiguidade e com a ambivalência, reconhecer que a feminilidade é uma categoria negociável, que toma uma forma particular de identidade dentro de discursos contrastantes e num determinado contexto histórico-social.

Implica viver com o conhecimento possivelmente “desconfortável” de que os discursos têm múltiplos usos e significados, viver com a falta de simplicidade, de significados fixos e possíveis “descobertas”.

“We hope the various truths of women’s and men’s lives today and in the future will reflect, and more importantly, accept, this complexity. Challenging que existing order undoubtedly will guide the continuing journeys of feminist scholars (Sollie & Leslie, 1994, p.283).

Aceitando-se que não existe “algo” a ser descoberto, a feminilidade deve ser encarada como um método de descrição, não um atributo psicológico.

No que diz respeito aos trabalhos realizados podemos enunciar algumas das conclusões de cada um deles em particular, ainda que brevemente, já que nas discussões apresentadas tentamos uma interpretação dos resultados/interpretações obtidas, assim como uma integração dos dados obtidos².

² Esta integração basear-se-á exclusivamente na interpretação realizada na parte da discussão alternativa dos resultados, já que o trabalho clássico de metodologia

Referimos na discussão alternativa dos resultados que o facto dos sujeitos envolvidos nesses trabalhos continuarem a associar traços estereotipados masculinos aos actores femininos que ocupavam posições de liderança, representa a acção de discursos disseminados pela cultura e por todas as práticas sociais, que inclusivé resistiam a informações contrastantes (mulheres em posições tradicionais masculinas). Os resultados apontavam para um discurso partilhado de masculinização dessas mulheres. É interessante notar, e aqui tentamos uma integração desses estudos, como nas entrevistas realizadas muitas mulheres referiam um discurso de manutenção de características femininas, de forma muito acentuada, tentando ultrapassar esse mesmo discurso de masculinização. Estes dados contraditórios permitem que se levante uma grande questão: se essas mulheres acentuam de forma tão veemente a não discriminação e uma feminização permanente, o que lhes permite não tomar posições de resistência face a uma discriminação existente, esta posição apenas lhes salvaguarda a sua auto-estima e justificação de não envolvimento colectivo, já que do ponto de vista do senso comum e das teorias implícitas dos sujeitos comuns, este discurso não é integrado. Estas mulheres continuam a ser encaradas essencialmente como mulheres-homens, apesar de todo o seu discurso construtivo de manutenção de feminilidade.

A análise da interpretação realizada às entrevistas das mulheres que ocupavam posições de liderança, que definimos como posições “contraditórias”, já que divergentes dos papeis tradicionais assumidos para o seu género, podemos tentar equacionar duas implicações fundamentais, uma de carácter teórico e outra de carácter mais prático e de estratégia política.

Do ponto de vista teórico, podemos dizer que o facto de assumirem posições de liderança, implica que construam para si próprias um posicionamento que lhes possibilite o relacionamento com os outros e uma dada construção de subjectividade feminina. Referimos como um conjunto de mulheres ao construírem um discurso essencialista individualista, isto é, apelando para a

experimental não é possível ser comparado com um trabalho que pressupõe uma outra filosofia de base não empiricista, como o é a análise do discurso.

construção de homem e mulher como entidades distintas em função de qualidades de natureza específica, e para a utilização de competências e de personalidades específicas como “recurso” ao acesso a postos de liderança, acabam por perpetuar as categorias, o seu carácter universal e perpetuado que obscurece as relações de poder e nega a discriminação. Inclusive, este seu discurso não parece ser disseminado pela cultura e nas práticas sociais, como o indica a conclusão dos estudos realizados sobre as expectativas estereotipadas. Aquelas que constroem um discurso colectivo e de resistência, ao terem consciência de relações de poder subjacentes nas relações sociais de género, resistem-lhes, apresentam a experiência pessoal como fonte de reflexão, e permitem a construção de uma alternativa discursiva que coloca a ordem social em questão, logo as relações sociais de género e a discriminação.

Desta interpretação retemos como ideia principal, o facto das próprias mulheres, por não reflectirem sobre os “dados” adquiridos e os fenómenos sociais “naturais”, acabam por manter a matriz de relacionamento como masculina e não alteram as normas sociais. Desta forma pode-se ver como os discursos da ideologia dominante podem ser de tal modo poderosos, de forma a serem partilhados e reconstruídos no sentido da desigualdade. Um discurso é tanto mais poderoso quanto menos elicite resistência.

Estes discursos existem na nossa cultura, são disseminados, e podem ser consumidos de forma acrítica ou pelo contrário de forma resistente, dependendo da perspectiva ideológica de quem os pretenda utilizar. O discurso essencialista/individualista é por norma mais utilizado para caracterizar as mulheres em situações de liderança, quando da disseminação pelos meios de comunicação social, o mesmo não acontecendo com o outro. Admite-se ser realmente mais fácil, porque mais difundido e compreensível a utilização deste discurso; ele é também muito mais conveniente a uma ideologia dominante, que permite a “algumas mulheres” “especiais” certas posições, mas que não organiza a sociedade de forma igualitária para “todas” as outras mulheres.

Do ponto de vista das implicações práticas e políticas, esta interpretação permite assumir que um mero aumento do número de mulheres em cargos de decisão, se não acompanhado de uma reconstrução, resistência e partilha de experiências por parte das mulheres, apenas aumenta o número no “clube” e não altera a ordem estabelecida, e por isso não possibilita uma radical transformação social. Ser uma mulher isolada não parece ser solução de futuro. São necessárias acções paralelas, de aumento do número de mulheres em postos de liderança, mas também o desenvolvimento de discursos alternativos acerca de homens e mulheres e acerca das relações afectivas.

Vimos como nos resultados dos estudos realizados, a problemática das relações afectivas estava sempre presente, e isto porque, obviamente a dinâmica das relações íntimas influencia tanto a vida de homens como de mulheres.

No estudo realizado sobre os estereótipos e atribuições associadas a mulheres em posições de liderança, os sujeitos (essencialmente os estudantes) continuam a associar traços “masculinos” a esta profissão, implicando por isso uma percepção de perda de “feminilidade”, nas personagens ligadas a esses domínios. Embora afirmando que estes resultados expressam apenas o discurso partilhado de uma ideologia dominante, que continua a assentar numa distintividade naturalizadora dos sexos/géneros, o que é facto é que estes sujeitos internalizam essa ideologia e comportam-se em função dela. Se as mulheres em profissões tradicionalmente consideradas masculinas, são percebidas como menos “femininas”, então, a possibilidade de constituírem um modelo torna-se muito problemática, dada a valorização das relações afectivas.

Face a esta valorização (encontrada quer no estudos sobre estereótipos quer nas entrevistas realizadas), parece-nos que, possivelmente uma das rotas para a construção da igualdade possa passar (para além de outras estratégias) por uma reconstrução da vida afectiva e da intimidade.

Concluindo, assume-se a necessidade de uma psicologia feminista que partilhe de uma perspectiva construcionista social da realidade, aceitando que o comportamento diferenciado em função do género é construído em interacção, através dos discursos partilhados numa dada cultura, num tempo determinado.

Os discursos implícitos nas ideologias dominantes e partilhados através das práticas sociais permitem que o género continue a ser encarado como uma categoria distintiva e essencializadora, definidora de naturezas femininas e masculinas. Assim, os esforços iniciais para diferenciar sexo de género no sentido de desenfaturar o determinismo biológico, acabam por se mostrar infrutíferos, já que a ideia de uma identidade de género definida, imutável e universal, acaba por perpetuar o mesmo sistema de distintividade, diferenciação e consequente assimetria nas relações sociais e nas relações de poder.

Nesta perspectiva não se aceitam categorias como conceitos naturais, pré-existentes e internos e por isso coloca-se em causa todo o pensamento ocidental baseado em dicotomias, como a de homem e mulher, por exemplo. As categorias de género, utilizadas pela psicologia, serviram apenas para rotular, definir e hierarquizar as relações humanas, mascarando relações de poder.

Alguns dos pressupostos do pós-modernismo se aliados a uma posição teórica crítica, possibilitam uma base de trabalho para uma psicologia feminista.

O feminismo pós-modernista baseia-se nas suposições de que a ciência não reflecte a realidade, pelo contrário, cria-a. A relação entre poder, género e verdade é de importância capital, porque permite compreender de que forma o poder permite definir qual a verdade ou a realidade, e como as definições de realidade e verdade beneficiam uma ideologia dominante. O desafio que se apresenta implica desconstruir o conhecimento existente e identificar os valores que perpetuam ou os fins que servem.

A teoria crítica é produzida por grupos de teóricos e cientistas de diferentes disciplinas que trabalham juntos para produzir uma teoria crítica do presente pretendendo uma transformação radical socio-política; não admite fronteiras disciplinares precisas podendo considerar-se um projecto que requer uma síntese filosófica colectiva e supradisciplinar de ciências e políticas. Por

estas razões, a teoria crítica, incorporando algumas noções pós-modernas, pode possibilitar um base de acção para as psicólogas feministas.

Assim, a psicologia tem um papel importante a desempenhar nesta transformação que se pretende radical. Assumir uma psicologia feminista, que reconheça que a produção do conhecimento é um processo discursivo e político, que não pretenda “descobrir” as razões para os fenómenos, antes intervir na sua alteração, implica assumir um posicionamento reflexivo, crítico, e de comprometimento, isto é, a necessidade de um novo vocabulário de valores.

E se, numa perspectiva positivista não se pode considerar ciência uma psicologia feminista, porque ela não é neutra antes comprometida, então podemos afirmar como faz Kitzinger (1990) que,

“o desafio da contradição parece infinitamente mais criativo que o conforto do compromisso”.

REFERÊNCIAS

- Acker, J. (1991). Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. In J. Lorber & S. A. Farrell (Eds.), *The social constructing of gender* (pp. 162-179). California: Sage Publications, Inc.
- Agra, C. (1986). *Science, maladie Mentale et dispositifs de l'enfance - du paradigme biologique au paradigme systemique*. Lisboa: Inic.
- Alfermann, D. (1995). Women and the Androgyny: are androgynous women better prepared for a professional career? In L. Amâncio & C. Nogueira (Eds.), *Gender, Management and Science*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Amâncio, L. (1989). *Factores Psicossociológicos da discriminação da mulher no trabalho*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Lisboa: ISCTE.
- Amâncio, L. (1990). *Defining the limits of feminine behaviour. The assymetrical functions of gender stereotypes*. Paper presented at the IX General Meeting of the EAESP, Budapest.
- Amâncio, L. (1992). As assimetrias nas representações do género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-21.
- Amâncio, L. (1993). Identidade Social e Relações Intergrupais. In J. Vala e M. B. Monteiro (Eds.) *Psicologia Social*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (1995) *Género e ciência no percurso da psicologia social*. Seminário estudos sobre as Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta, 30-31 Março.
- Amâncio, L. (1995a). Social identity and social change: the case of gender relations. In L. Amâncio & C. Nogueira (Eds.), *Gender, Management and Science*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Apfelbaum E. (1995). Quand le pouvoir vient aux femmes. In L. Amâncio & C. Nogueira (Eds.), *Gender, Management and Science*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Apfelbaum, E. (1993). Norwegian and French women in high leadership positions. The importance of cultural contexts upon gendered relations. *Psychology of women quarterly*, 17, 409-429.
- Apfelbaum, E., & Hadley, M. (1986). Leadership Ms.-Qualified: II. Reflections on and initial case study investigation of contemporary women leaders. In C. F. Graumann & S. Moscovici (Eds.), *Changing Conceptions of leadership* (pp. 198-221). New York: Springer-Verlag.
- Apostal, R. A. & Helland, C. (1993). Commitment to and role changes in dual career families. *Journal of Career Development*, Win Vol 20(2) 121-129.
- Arnal, R. B. & Llarío M. D. G. (1992). *Hombres o Mujeres: cuestion de poder*. *Informacion Psicologica* (Diciembre), 4-11.
- Ashmore, M. (1989). *The reflexive thesis: Wrighting sociology of scientific knowledge*. Chicago: University Chicago Press.
- Ashmore, R. D. & Del Boca, F. K. (1981). Conceptual Approaches to Stereotypes and Stereotyping. In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Pub.

- Augoustinos, M. & Walker, I. (1995). *Social cognition. An Integrated Introduction*. London: Sage.
- Auroux, S. & Weil, Y. (1993). *Dicionário de Filosofia. Temas e autores*. Porto: Edições Asa.
- Averill, J. (1985). The social construction of emotion: with special reference to love. In K. J. Gergen & K. J. Davis (Eds.), *The social construction of person*. New York: Springer-Verlag.
- Azevedo, J. (1995). *Systemic-constructivist theory and the couple: theoretical and methodological study*. Dissertação de Doutorado não publicada. Cardiff.
- Bartol, K. M., & Bartol, R. A. (1975). Women in managerial and technical positions: The United States and Soviet Union. *Industrial labor*, 5, 31-45.
- Bateson, M. C. (1989). *Composing a life*. New York: Atlantic Monthly Press.
- Bell, E. L. & Nkomo, S. M. (1992). Re-Visioning Women Managers Lives. In A. J. Mills & P. Tancred (Eds.), *Gendering Organizational Analysis*. London: Sage.
- Bem, S. (1981). *Bem sex-role Inventory: professional manual*. Palo Alto: CA Consulting Psychologist.
- Bem, S. L. (1974). The measurement of psychological androgyny. *Journal of Counseling and Clinical Psychology*, 42, 155-162.
- Bem, S. L. (1993) *The Lenses of Gender*. London: Yale University Press.
- Benhabib, S. (1990). Epistemologies of Posmodernism: A rejoinder to Jean-François Lyotard. In L. Nicholson (Ed), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Berger, P.L. & Luckmann, T. (1966). *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. Harmandsworth: Penguin.
- Berriot-Salvadore, E. (1991). O discurso da medicina e da ciência. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres*. Vol (3) . Porto: Edições Afrontamento.
- Betz, N. E. & Fitzgerald, L. (1987). *The career Psychology of Women*. New York: Academic Press, Inc.
- Billig, M. (1982). *Ideology and social Psychology: Extremism, Moderation and Contradiction*. Oxford: Blackwell.
- Billig, M. (1990). Rhetoric of social psychology. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing Social Psychology*. London: Routledge.
- Billing, Y. D. & Alvesson, M. (1989). Four ways of looking at women and leadership. *Scandinavian Journal of Management*, Vol 5(1) 63-80.
- Bitti, P. R. & Zani, B. (1993). *A Comunicação como processo social*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Blanchard, K. H. & Sargent, A. G. (1984). The one minute manager is an androgynous manager. *Training and Development Journal*, May Vol 38(5) 83-85.
- Blum, L. & Smith, V. (1988). Women's mobility in the corporation: a critique of the politics of optimism. *Journal of Women in Culture and Society*. 13(5), 528-545.
- Blumer, H. (1969). *Symbolic Interactionism*. Englewood Cliff, NY: Prentice Hall.

- Bohan, J. (1993). Regarding Gender: essencialism, constructionism and feminist psychology. *Psychology of women quarterly*, 17, 5-22.
- Bordo, S. (1990) Feminism, postmodernism and gender-scepticism. In L. Nicholson (Ed), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Bordo, S. (1992). Review Essay: postmodern subjects, postmodern bodies. *Feminist Studies*, 18, 1, 159-175.
- Bradley, H. (1989). *Men's work, Women's work. sociological history of the sexual division of labour in employment*. Cambridge: Polity Press.
- Braybon, G. (1981). *Women Workers in the first world war*. London: Routledge.
- Brenner, O. C., Tomkiewicz, J. & Schein, V. E. (1989). The relationship between sex role stereotypes and requisite management characteristics revisited. *Academy of Management Journal*, Sep, Vol 32(3) 662-669.
- Burman E. & Parker, I. (1993). *Discourse Analytic Research*. New York: Routledge.
- Burman, E. & Parker, I. (1993). Introduction-discourse analysis: the turn to the text. In E. Burman & I. Parker (Eds.), *Discourse analytic research. Repertoires and readings of texts in action*. London: Routledge.
- Burman, E. (1990). *Feminists and psychological practice*. London: Sage Publications, Inc.
- Burman, E. (1995). "What is it"? Masculinity and Femininity in Cultural Representations of Childhood. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Burr, V. (1995). *An introduction to Social Constructionism*. London: Routledge.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: feminism and teh Subversion of identity*. New York: Routledge.
- Calás, M. B., & Smircich, L. (1992). Using the "F" word: feminist theories and the social consequences of organizational research. In A. J. Mills & P. Tancred (Eds.), *Gendering organizational analysis* (pp. 222-234). California: Sage Publications, Inc.
- Camden, C. T. & Witt, J. (1983). Manager communicative style and productivity: A study of female and male managers. *International Journal of Women's Studies*, May-Jun Vol 6(3) 258-269.
- Cannings, K. (1991). An interdisciplinary approach to analyzing the managerial gender gap. *Human Relations*, Jul Vol 44(7) 679-695.
- Childress, G. P. (1986). Myths and realities of women in management. *Organization Development Journal*, Spr Vol 4(1) 44-48.
- Chodorow, N. (1978). *The reproduction of mothering*. Berkeley: University of California Press.
- Chomsky, N. (1975) *Reflexões sobre a linguagem*. Coleção Signos. Edições
- Chusmir, L. H. & Koberg, C. S. (1991). Relationship between self-confidence and sex role identity among managerial women and men. *Journal of Social Psychology*, Dec Vol 131(6) 781-790.
- Chusmir, L. H. (1990). Men who make nontradicional career choices. *Journal of Counseling and Desenvolpente*, Sep-Oct, Vol 69(1) 11-16.

- Chusmir, L. H., Koberg, C. S. & Mills, J. (1989). Male-female differences in the association of managerial style and personal values. *Journal of Social Psychology*, Feb Vol 129(1) 65-78.
- Chusmir, L. (1986). Gender differences in variables affecting job commitment among working men and women. *Journal of Social Psychology*, Feb Vol 126(1) 87-94.
- Chusmir, L., Koberg, C. S. (1991). Relationship between self-confidence and sex role identity among managerial women and men. *Journal of Social Psychology*, Dec Vol 131(6) 781-790.
- Collin, F. (1991). Diferença e diferendo. A questão das mulheres na filosofia. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres. O século XX*. Porto: Edições Afrontamento.
- Costa Machado, E. A. (1995). *Pós-modernidade e Educação em Jean François Lyotard*. Dissertação de Doutorado não publicada. Braga: Universidade Católica.
- Coulthard, M. (1977). *An Introduction to Discourse Analysis*. London: Longman.
- Cox, T. H. & Harquail, C. V. (1991). Career paths and career success in the early career stages of male and female MBAs. *Journal of Vocational Behavior*, Aug Vol 39(1) 54-75.
- Crampe-Casbanet, M. (1991). A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres*. Vol (3). Porto: Edições Afrontamento.
- Crawford, M. (1995). *Talking Difference. On gender and language*. London: Sage.
- Crosby, F. (1984). The denial of personal discrimination. *American Behavioral Scientist*, Jan-Feb Vol 27(3) 371-386.
- Cushman, P. (1991). Ideology Obscured. Political uses of the self in Daniel Stern's *Infant*. *American Psychology*, 46, 206-219.
- Davidson, M. J. & Cooper, C. L. (1984). She needs a wife: Problems of women managers. *Leadership and Organization Development Journal*, Vol 5(3) 3-30.
- Davidson, M. J. & Cooper, G. L. (1986). Executive women under pressure. Special Issue: Occupational and life stress and the family. *International Review of Applied Psychology*, Jul Vol 35(3) 301-326.
- Davidson, M. J., & Cooper, C. L. (1992). *Shattering the glass ceiling-the woman manager*. London: Paul Chapman Publishing, Ltd.
- De Coninck, F. & Godard, F. (1992). Itinéraires familiaux, itinéraires professionnels: vers de nouvelles biographies féminines. *Sociologie du Travail*, 1, 65-79.
- Deaux, K. (1984). From individual differences to social categories: Analysis of a decade's research on gender. *American Psychologist* (39), 105-116.
- Deaux, W. (1985). Sex and gender. *Annual review of Psychology*, 36, 49-81.
- Denzin, N.K. (1995). Symbolic Interactionism. In J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.), *Rethinking Psychology*. London: Sage.
- Deschamps J. C. (1984). Identité sociale et différenciations catégorielles, *Cahiers de psychologie cognitive*, 4, 449-474.

- Deschamps, J. C. & Doise, W. (1978). Crossed category memberships in intergroup relations. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups*. London: Academic Press.
- Desjardins, E. & Langelier, R. (1983). Un couple, deux carrieres: Quelques considerations. (One couple, two careers: Some considerations). *Canadian-Counsellor*, Apr Vol 17(3) 105-111.
- Di Stefano, C. (1990). Dilemmas of difference: feminism, modernity and postmodernism. In L. Nicholson (Ed) *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge...
- Doise, W. & Palmonari, A. (1986). Caractéristiques des Représentations Sociales. In W. Doise e A. Palmonari (Eds.), *L'étude des Représentations Sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Doise, W. (1984). Social representation, intergroup experiments and levels of analysis. In R.M. Farr & S. Moscovici (Org.), *Social representations*. Londres: Cambridge University Press.
- Doise, W. (1986). *Levels of explanation in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Doise, W. (1991). L'Ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 405, 189-195.
- Duby, G., & Perrot, M. (1991). *Histoire des femmes en Occident*. Paris: Plon.
- Eagly, A. H. & Johnson, B. T. (1990). Gender and leadership style: A meta-analysis. *Psychology Bulletin*, Sep 108(2) 233-256.
- Eagly, A. H. & Steffan, V. J. (1986). Gender and aggressive behavior: a meta-analytic review of the social psychological literature. *Psychological Bulletin*, 100, 309-330.
- Eagly, A. H. (1987). *Sex differences in social behavior: A social-role interpretation*. N.Y.:Erlbaum.
- Eagly, A. H. (1994). On comparing women and men. *Feminism and Psychology*, 4(4), 513-522.
- Eagley, A. H. & Crowley, M. (1986). Gender and helping behavior: a meta-analytic review of the social psychological literature. *Psychological Bulletin*, 100, 283-308.
- Eagly, A. H., & Karau, S. J. (1991). Gender and the emergence of leaders: a meta-analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 60(5), 685-710.
- Eagly, A. H., Makhijani, M. G. & Klonsky, B. G. (1992). Gender and the evaluation of leaders: A meta-analysis. *Psychology Bulletin*, Jan Vol 111(1) 3-22.
- Eagly, A. H., Makhijani, M. G., & Klonsky, B. G. (1992). Gender and the evaluation of leaders: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, vol. 111(1), 3-22.
- Edwards, D. & Potter, J. (1992). *Discursive Psychology*, London: Sage.
- Ergas, Y. (1991). O sujeito Mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres. O século XX* (pp 579-607). Porto: Edições Afrontamento.

- Etzion, D. (1987). Burning out in management: a comparison of women and men in matched organizational positions. *Israel Social Science Research*, 5(1-2), 147-163.
- Evans, M. (1994). *The woman question*. London: Sage Publications.
- Fagenson, E. A. (1990). Perceived masculine and feminine attributes examined as a function of individual's sex and level in the organizational power hierarchy: a test of four theoretical perspectives. *Journal of Applied Psychology*, vol. 75(2), 204-211.
- Fagenson, E. A. (1993). *Women in Management. Trends, Issues and Challenges in Managerial Diversity*. London: Sage Publications.
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- Farge, A. & Davis, N. Z. (1991). Introdução. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres*. Vol (3) . Porto: Edições Afrontamento.
- Farr, R. (1989). The social and collective nature of representations. In J. Forgas and J.M. Innes (Eds.), *Recent advances in social psychology: An international perspective* (pp157-66). North Holland: Elsevier.
- Figueroa, H. & Lopéz, M. (1991). *Commentary on Discourse Analysis workshop*. Conference paper for second Discourse Analysis Workshop. Manchester: Manchester Polytechnic.
- Fiske S. T. & Neuberg, S. L. (1990). A continuum of impression formation from category-based to individuating processes: influences of information and motivation on attention and interpretation. In M. Zanna (Ed), *Advances in Experimental social psychology*, 23, New York: Academic Press.
- Fiske, S. & Taylor S. (1991). *Social Cognition*. New York: McGraw- Hill.
- Flax, J. (1990). *Thinking fragments: psychoanalysis, feminism and Postmodernism in the Contemporary West*. Berkeley: University of California Press.
- Flick, U. (1995). Social representations. In J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.), *Rethinking Psychology*. London: Sage.
- Foucault, M. (1972). *The Archaeology of Knowledge*, London: Tavistock.
- Foucault, M. (1979). *The History of sexuality*. London: Allen Lane.
- Fraisse, G. & Perrot, M. (1991). Introdução: Ordens e Liberdades. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres*. Vol (4). Porto: Edições Afrontamento.
- Fraisse, G. (1991). Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres*. Vol (4) . Porto: Edições Afrontamento.
- Fraser, N. & Nicholson, N. (1990). Social criticism without philosophy: an encounter between feminism and Postmodernism. In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Freud, S. (1994). The Social Construction of Gender. *Journal of Adult Development*, 1(1), 37-45.
- Gallop, J. , Hirsch M. & Miller, N. K. (1990). Criticizing feminist criticism. In M., Hirsch & E. F. Keller (Eds.), *Conflicts in Feminism*. London: Routledge.
- Garen, M. E. (1982). A management model for the '80s. *Training and Development Journal*, Mar Vol 36(3) 41-49.

- Gavey, N. (1989). Feminist poststructuralism and discourse analysis: contributions to feminist psychology. Special issue: theory and method in feminist psychology. *Psychology of Women Quarterly*, vol. 13(4)(Dec.), 459-475.
- Gerber, G. L. (1988). Leadership roles and the gender stereotype traits. *Sex roles*, vol. 18(11/12), 649-668.
- Gergen, K. J. & Gergen, M. M. (1986). Narrative form and the construction of psychological science. In T. R. Sarbin (Ed.), *Narrative Psychology: the storied nature of human conduct*. New York: Praeger.
- Gergen, K. J. (1973). Social Psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 309-330.
- Gergen, K. J. (1982). *Toward Transformation in social knowledge*. London: Sage.
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-75.
- Gergen, K. J. (1989). Warranting voice and the elaboration of the self. In J. Shotter & K.J. Gergen (Eds.), *Texts of Identity*. London: Sage.
- Gergen, K. J. (1992). *Lo yo saturado*. Barcelona: Paidós.
- Gergen, K. J. (1994). *Realities and relationships. Soundings in Social construction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gergen, K. J. (1994a). Exploring the posmodern. Perils or potenciales? *American Psychologist*, vol 49, 5,412-416.
- Gergen, M. (1989). Induction and construction: Teetering between words. *European Journal of Social Psychology*, 19, 431-437.
- Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Lisboa: Celta.
- Gilbert, L. A. (1988). *Sharing it all: the rewards and struggles of two career families*. New York: Plenum.
- Gilbert, L. A. (1993). *Two Careers / One Family*. London: Sage.
- Gilbert, L. A., Hallett, M., & Eldridge, N. S. (1994). Gender and dual-career families: implications and applications for the career counseling of women. In W. B. Walsh & S. H. Osipow (Eds.), *Career Counseling for women*. London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Gill, R. (1995). Relativism, Reflexivity and Politics: interrogating discourse analysis from a feminist perspective. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Gilligan, C. (1982). *In a different voice. Psychological theory and women's development*. Harvard: Harvard University Press.
- Giroux, H. A. (1991). *Postmodernism, Feminism, and Cultural politics: Redrawing educacional Boundaries*. Albany: State University of New York Press.
- Glenn, E. N. (1987). Gender and Family. In B. B. Hess & M. M. Ferree (Eds.), *Analysing Gender. A Handbook of social science research* (pp. 348-380). London: Sage.
- Glick, P. (1991). Trait-based and sex-based discrimination in occupational prestige, occupational salary, and hiring. *Sex Roles*, Sep Vol 25(5-6) 351-378.

- Glória, J. (1993). Orientações metodológicas na Psicologia Social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goh, S. C. (1991). Sex differences in perceptions of interpersonal work style, career emphasis, supervisory mentoring behavior, and job satisfaction. *Sex Roles*, Jun Vol 24 (11-12) 701-710.
- Gonçalves, M. M. & Gonçalves, O. (1995). Funções políticas do conceito de identidade: a psicologia, o self e o poder. *Análise psicológica*, 4, 395-403.
- Gonçalves, O. (1995). Cognição, Constructivismo e narrativa: a procura de um sentido para as sílabas. *Revista de psicoterapia* (no prelo).
- Gonçalves, O. (1995). Pós-modernidade e realidade discursiva: dos relatos representativos à ausência de realidades essenciais. *Avaliação Psicológica: Formas e contextos*, 3, 127-132.
- Graumann, C. F. (1995). Introduction to a history of social psychology. In M. Hewstone, W. Stroebe, J. Codol & G. M. Stephenson (Eds.), *Introduction to Social Psychology* (pp 3-19). Cambridge: Blackwell.
- Greenglass, E. R. (1985). Psychology implications of sex bias in the workplace. Special Issue: Gender roles. *Academic Psychology Bulletin*, Sum Vol 7(2) 227-240.
- Gross, R. D. (1992). *Psychology. The science of mind and behaviour*. London: Hodder & Stoughton.
- Hallberstam, J. (1991). Automic gender: postmodern feminism in the age of the intelligent machine. *Feminist Studies*, 17,3,439-460.
- Halpern, D. F. (1994). Stereotypes, science, censorship and the study of sex differences. *Feminism and Psychology*, 4(4),523-530.
- Haraway, D. (1990). "A manifesto for Cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980. In L.J. Nicholson (Ed.), *Feminism/postmodernism*. London: Routledge.
- Harding, S. (1986). *The science question in Feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Harding, S. (1990). Feminism, Science and the anti-enlightenment critiques. In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Harding, S. (1994). Feminis and Theories of Scientific Knowledge. In M. Evans (Ed.), *The woman question*. London: Sage Publications.
- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1988). The meaning of difference: gender theory, postmodernism and psychology. *American Psychologist*, 43, 455-464.
- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990a). *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Hawen, CT: Yale University Press.
- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990b). On making a difference. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Hawen, CT: Yale University Press.
- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990c). Beyond Difference. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Hawen, CT: Yale University Press
- Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990d). Gender and the meaning of difference: postmodernism and psychology. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.),

- Making Difference. Psychology and the construction of gender.* New Haven, CT: Yale University Press.
- Hare-Mustin, R. & Marecek J. (1994). Asking the right questions: feminist psychology and sex differences. *Feminism and Psychology*, 4(4), 531-537.
- Harré, R. (1979). *Social Being. A theory for social psychology.* Oxford: Basil Blackwell.
- Harré, R. (1983). *Personal Being: A theory for Individual Psychology.* Oxford: Basil Blackwell.
- Harré, R. (1995). Discursive Psychology. In J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.), *Rethinking Psychology.* London: Sage.
- Harré, R. & Gillet, G. (1994). *The discursive mind.* London: Sage.
- Hartsock, N. (1990). Foucault on Power: a theory for women? In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism.* New York: Routledge.
- Haste, H. (1993). *The Sexual metaphor.* London: Harvester, Wheatsheaf.
- Haug, F. (1986) Women and Politics. *European Forum of Socialist-feminists*, 1, 29, 4-6.
- Henriques, J. Hollway, W. Urwin, C. Venn, C. & Walkerdine, V. (1984). *Changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity.* London: Methuen.
- Hepworth, J. & Griffin C. (1995). Conflicting Opinions? 'Anorexia Nervosa', Medicine and Feminism. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives.* London: Sage.
- Hirsch, M. & Keller, E. F. (1990a). *Conflicts in Feminism.* London: Routledge.
- Hirsch, M. & Keller, E.F. (1990b) Conclusion: practicing conflict in feminist theory. In M., Hirsch & E. F. Keller (Eds.), *Conflicts in Feminism.* London: Routledge.
- Hoffman, C. & Hurst, N. (1990). Gender stereotypes: Perception and rationalization? *Journal of Personality and Social Psychology*, Feb Vol 58(2) 197-208.
- Hoffman, L. (1992). Una postura reflexiva para la terapia familiar. In S. McNamee & K.J. Gergen (Eds.), *La terapia como construcción social* (pp25-44). Barcelona: Paidós.
- Hogg, M. A. & Abrams, D. (1988). *Social Identifications: a social psychology of intergroup relations and group processes.* New York: Routledge.
- Hogg, M. A. (1993). Group Cohesiveness: A Critical Review and Some New Directions. *European Review of Social Psychology*, 4, 85-111.
- Hollway, W. (1984). Gender Difference and the production of subjectivity. In J. Henriques, W. Hollway, C. Urwin, C. Venn & V. Walkerdine (Eds.), *Changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity.* London: Methuen.
- Hollway, W. (1989). *Subjectivity and Method in Psychology.* London: Sage.
- Hollway, W. (1994). Beyond sex differences: a project for feminist psychology. *Feminism and Psychology*, 4(4), 538-546.
- Hollway, W. (1995). Feminist discourses and women's heterosexual desire. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives.* London: Sage.

- Horgan, D. D. (1989). A cognitive learning perspective on women becoming expert managers. *Journal of business and psychology*, vol. 3(3)(Spr), 299-313.
- Horgan, D. D. (1989). A cognitive learning perspective on women becoming expert managers. *Journal of Business and Psychology*, Spr Vol 3(3) 299-313.
- Horner, M. S. & Walsh, R. (1974). Psychological Barriers to success in Women. In *Women Success*. New York: Kundsinn Editor Morrow and Co.
- Hurtig, M-C & Pichevin M-F (1990). Salience of the sex category system in person perception: contextual variations. *European Journal of Social Psychology*, 22, 369-395.
- Hurtig, M-C & Pichevin, M-F (1995). The sex category system: two asymmetrically processed social categories. In L. Amâncio & C. Nogueira (Eds.), *Gender Management and Science*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Hurtig, M. C. & Pichevin, M. F. (1986). *La différence des sexes*. Paris: Editions Tierce.
- Huysen, A. (1990). Mapping the postmodern. In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Hyde, J. S. & Linn, M. C. (1988). Gender differences in verbal ability: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 104, 53-69.
- Hyde, J. S. (1984). How large are gender differences in aggression? a developmental meta-analysis. *Developmental Psychology*, 20, 722-736.
- Hyde, J. S. (1994). Should psychologists study gender differences? Yes, with some guidelines. *Feminism and Psychology*, 4(4),507-512.
- Hyde, J. S., Fennema, E. & Lamon S.J. (1990). Gender differences in mathematics performance: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 107, 139-155.
- Ibáñez, T. (1994). Constructing a representation or representing a construction? *Theory and Psychology*, 4, 363-381.
- Ibáñez, T. (1994a). Idéologie et relations intergroupes. In R.Y.Bourhis & J-F. Leyens (Eds.), *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes*, (pp.321-346) Mardaga.
- Iñiguez, L & Antaki, C. (1994). El analisis del discurso en psicologia social. *Boletín de psicologia*, 44, Septiembre, 57-75.
- Jaffe, B. (1985). A forced fit. *Training and Development Journal*, Sep Vol 39(9) 82-83.
- Jameson, F. (1984). Postmodernism or the cultural logic of late capitalism. *New Left Review*, 146, 53-92.
- Jesuino, J. C. (1993). A psicologia social europeia. In Jorge Vale & M. B. Monteiro (Eds.), *A Psicologia Social*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian.
- Joaquim, T. (1994). Menina e Moça. Dissertação de Doutoramento não publicada. Lisboa: ISCTE.
- Jost, J. T. & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.

- Kamuf, P. (1990). Replacing feminist criticism. In M. Hirsch & E. F. Keller (Eds.), *Conflicts in feminism* (pp. 105-111). New York: Routledge, Inc.
- Kanter, R. M. (1980). How the top is different. In H. J. Leavitt, L. R. Pondy, & D. M. Boje (Eds.), *Readings in managerial psychology* (pp. 522-534). Chicago: The University of Chicago Press.
- Kapalka, G. M. & Lachenmeyer, J. R. (1988). Sex-role flexibility, locus of control, and occupational status. *Sex Roles*, Oct Vol 19(7-8) 417-427.
- Kaplan, G. & Adams, C. (1990) Early women supporters of National Socialism. In J. Milfull (Ed.), *The Attractions of fascism* (pp.186-203). New York: Berg Publishers.
- Kaplan, G. (1992) *Contemporary Western European feminism*. London: UCL Press.
- Kappeli, A.M. (1991). Cenas feministas. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres*. Vol (4) . Porto: Edições Afrontamento.
- Karnes, F.A. & D'Ilio, V. (1990). Sex-role stereotyping of leadership positions by student leaders. *Perceptual and Motor Skills*, 70, 335-338.
- Keating, J. B. B. (1993). *Managerial cognitions in technological innovation processes. The study of interpretative processes*. Unpublished PhD Thesis. Birmingham: The University of Aston.
- Keller, E. F. (1991). Feminism and science. In R. Boyd, P. Gasper & J. D. Trout (Eds.), *The Philosophy of science*. Massachusetts: The MIT Press.
- Keller, E. F. (1991). The Wo/man Scientist. In H. Zuckermann, J. Cole & J. Bruer (Eds.), *The outer circle: women in the scientific community*. New York: Norton.
- Keller, E. F. (1992). *Secrets of life: secrets of death*. New York: Routledge.
- Kirchler, E. (1992). Adorable women, expert men: Changing gender images of women and men in management. *European Journal of Social Psychology*, Jul-Aug Vol 22(4) 363-373.
- Kirchler, E. (1993). *Female and male leaders. Changes of social stereotypes*. Paper presented at the EAESP general Meeting, Lisbon, Portugal, 15-20 September.
- Kitzinger, C. & Thomas, A. (1995). Sexual harassment: a discursive approach In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Kitzinger, C. (1987). *The social construction of lesbianism*. London: Sage.
- Kitzinger, C. (1989). The regulation of lesbian identities: liberal humanism as an ideology of social control. In J. Shotter & K.J. Gergen (Eds.), *Texts of Identity*, London: Sage.
- Kitzinger, C. (1990). The rhetoric of pseudoscience. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing Social Psychology*. London: Routledge.
- Kitzinger, C. (1991). Feminism, psychology and the paradox of power. *Feminism and Psychology*, 1, 111-129.
- Kitzinger, C. (1994). Sex differences: feminist perspectives. *Feminism and Psychology*, 4(4), 501-506.

- Koberg, C. S., Chusmir, L. H. & Carlin, W. B. (1992). Gender and hierarchical level coalignment with managers' self-confidence. *Psychology A Journal of Human Behavior*, Vol 29(2) 14-17.
- Kuhn, T. S. (1962). *The Structure os Scientific Revolutions*. Chicago: Chicago University Press.
- Kvale, S. (1992). *Psychology and postmodernism*. London: Sage.
- Lamas, R.W-N. (1995). *Mulheres para além do seu tempo*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Lau, S. (1989). Sex role orientation and domains of self-esteem. *Sex-Roles*, 21, 415-422.
- Leahey, T. H. (1991). *A history of modern Psychology*. New Jersey: Prentice - Hall. Inc.
- Lerner, H. G. (1983). Female dependence in context: some theoretical and thecnical considerations. *American Journal Orthopsychiatry*, 53(4), 667-705.
- Lewis, G. B. (1992). Men and women toward the op: Backgrounds, careers, and potencial of federal middle managers. *Public Personnel Management*, Win Vol 21(4) 473-491.
- Lipman-Blumen, J. (1980). Female leadership in formal organizations: must the female leader go formal. In H. J. Leavitt, L. R. Pondy, & D. M. Boje (Eds.), *Readings in managerial psychology* (pp. 341-362). Chicago: The University of Chicago Press.
- Lipman-Blumen, J. (1984). *Gender roles and power*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Lipton J.P., O'Connor, M., Terry, C. & Bellamy, E. (1992). Neutral job titles and occupational stereotypes: when legal and psychological realities conflict. *The Journal of Psychology*, 125(2), 129-151.
- Llombart, M. (1993). Mujer, relaciones de género y discurso- *Revista de Psicología Socia*, 8 (2), 201-215.
- Lombart, M. (1995). Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidade. *Revista de psicologia Social aplicada*, 5, nº1/2, 165-184.
- Long, B. C., Kahn, S. E., & Schutz, R. W. (1992). Causal model of stress and coping: women in management. *Journal of Counseling Psychology*, vol. 39(2)(Apr.), 227-239.
- Lorber, J. (1991). Dismantling Noah's ark. In J. Lorber & S. A. Farrell (Eds.), *The social constructing of gender* (pp. 355-369). California: Sage Publications, Inc.
- Lorenzi- Cioldi, F. & Clémence, A. (1987). Effects du Statut du groupe d' appartenance sur l'Identité de Soi. *Revue Suisse de Psychologie*, 46 (1/2), 17-25.
- Lorenzi-Cioldi, F. & Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identity. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.), *Social identity theory: constructive and critical advances*, (pp 71-88). New York: Harvester Wheatsheaf.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groupes dominés*. Grenoble: Presses Universitaires.

- Lorenzi-Cioldi, F. (1994). *Les androgynes*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Loscocco, K. A. & Spitze, G. (1991). The organizational context of women's and men's pay satisfaction. *Social Science Quarterly*, Mar Vol 72(1) 3-19.
- Lott, B. (1990). Dual natures or learned behavior. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Lovering, K. M. (1995). The bleeding body: adolescent girls talk about menstruation. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Lyotard, J. F. (1989). *A Condição Pós-moderna*. Viseu: Gradiva.
- Maccoby E. E. & Jacklin, C. N. (1974). *The psychology of sex differences*. Stanford CA: Stanford University Press.
- Maccoby, E. E. (1980). *Social Development: psychological growth and parent-child relationship*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- Malpique, C. (1991). *Feminismo e Psicanálise: um mal-entendido histórico*. Conferência apresentada no VII Colóquio da Sociedade Portuguesa de Psicanálise. Coimbra, Portugal.
- Marecek, J. (1995). Gender, politics and psychology's ways of knowing. *American Psychologist*, 50, 3, 162-163.
- Markus, H. & Zajonc, R. B. (1985). The cognitive perspective in social psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (3ª ed). New York: Random House.
- Marshall, B. L. (1994). *Engendering Modernity. feminism, social theory and social change*. Cambridge: Polity press.
- Marshall, J. (1984). *Women managers-travellers in a male world*. Chichester: John Wiley & Sons.
- McDonald, L. M. & Korabik, K. (1991). Sources of stress and ways of coping among male and female managers. Special Issue: Handbook on job stress. *Journal of Social Behavior and Personality*, Vol 6(7) 185-198.
- McGrath, J. Kelly, J. R. & Rhodes, J. E. (1993). A feminist perspective on research methodology: some metatheoretical issues, contrasts and choices. In S. Oskamp & M. Costanzo (Eds.), *Gender issues in contemporary society*. London: Sage.
- Metcalfe, A. B. & West M. A. (1991). Women managers. In J. Firth-Cozens & M. A. West (Eds.), *Women at work*. Buckingham: Open University Press.
- Metcalfe, B. A. (1987). Male and female managers: An analysis of biographical and self-concept data. Special Issue: Women and work. *Work and Stress*, Jul-Sep Vol 1(3) 207-219.
- Morawski, J.G. (1990). Toward the unimagined: feminism and epistemology in psychology. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Morrow, R. A. (1994). *Critical theory and methodology*. London: Sage.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son Image et son publique*. Paris: P.U.F.
- Moscovici, S. (1972). *La Société contre Nature*. Paris: Union G. d'Éditions.

- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. M. Farr e S. Moscovici (Eds.), *Social Representations*. Cambridge: University Press.
- Moscovici, S. (1986). L'ère des représentations sociales. In W. Doise et A. Palmonari (Eds.), *L'étude des Représentations Sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Mueller, F.L. (1971). *A psicologia Contemporânea*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Mulkay, M. (1985). *The word and the world: explanations in the form of sociological analysis*. London: Allen & Unwin.
- Nadelson, C. C. (1986). Male-female relationships: 600 years of change. Special Issue: Toward a new psychology of men: Psychoanalytic and social perspectives. *Psychoanalytic Review*, Win Vol 73(4) 600-605.
- Nadelson, C. C. (1989). Professional issues for women. *Psychiatric Clinics of North America*, Mar Vol 12(1) 25-33.
- Nevill, D. & Damico, S. (1975). Role conflict in women as a function of marital status. *Human Relations*, Vol 28(5) 487-497.
- Nicholson, L. (1990). *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.
- Nicholson, N., & West, M. A. (1988). *Managerial job change: men and women in transition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nicolson, P. (1995). Feminism and Psychology. In J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.), *Rethinking Psychology*. London: Sage.
- Nicolson, P. (1996). *Gender, power and organization*. London: Routledge.
- Nieva, V. F. & Gutek, B. A. (1981). *Women and work, A psychological perspective*. New York: Praeger.
- Nogueira, C. & Fidalgo, L. (1994). *As filhas de Pandora: do mito à ilusão do poder duradouro*. Portalegre: APPORT.
- Nogueira, C. (1995). Gender representations and perceptions of managerial success. In L. Amâncio & C. Nogueira (Eds.), *Gender Management and Science*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Nogueira, C., Paúl, C. & Amâncio, L. (1995). Women in management in Portugal: a demographic overview. In L. Amâncio & C. Nogueira (Eds.), *Gender Management and Science*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Nyquist, L., Slivken, K., Spence, J. T. & Helmreich, R. L. (1985). Household responsibilities in middle-class couples: The contribution of demographic and personality variables. *Sex Roles*, Jan Vol 12(1-2) 15-34.
- Oakley, A. (1981). *Subject Woman*. Harmondsworth: Penguin.
- Oliveira, A. (1969). *Feminismo*. Enciclopédia Luso-Brasileira. Lisboa: Verbo.
- Osmond, M. W. (1987). Radical- Critical theories. In M. B. Sussman & S. K. Steinmetz (Eds.), *Handbook of Marriage and the family*. New York: Plenum Press.
- Ottaway, R. N. & Bhatnagar, D. (1988). Personality and biographical differences between male and female managers in the United States and India. Special

- Issue: Women's occupational plans and decisions. *Applied Psychology An International Review*, Apr Vol 37(2) 201-212.
- Pallarés, S. (1993). *La Mujer en la Direccion*. Tesis de Doutorado . Barcelona: Universidade Autónoma.
- Parker, I. (1989). Discourse and power. In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds.), *Texts of Identity*. London: Sage.
- Parker, I. (1990). The abstraction and representation of social psychology. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing Social Psychology*. London: Routledge.
- Parker, I. (1992). *Discourse Dynamics: Critical Analysis for social and individual psychology*. London: Routledge.
- Pepitone, A. (1981). Lessons from the history of social psichology. *American Psychologist*, 36, 9, 972-985.
- Pfost, K. S. & Fiore, M. (1990). Pursuit of nontraditional occupations: Fear of success or fear of not being chosen? *Sex Roles*, Jul Vol 23(1-2) 15-24.
- Phoenix, A. (1990). Social research in the context of feminist psychology. In E. Burman (Eds.), *Feminists and psychological practice* (pp. 89-103). London: Sage Publications, Inc.
- Pintasilgo, M. L. (1981). Feminismo - Palavra velha?. *Reflexão Cristã*, 26,12-16.
- Piotrkowski, C. S. & Repetti, R. L. (1984). Dual earner families. Special Issue: Women and family: Two decades of change. *Marriage and Family Review*, Fal-Win Vol 7(3-4) 99-124.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and Social Psychology*. London: Sage Publications Inc.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1992). *Mapping the Language of Racism. Discourse and legitimation of explotation*. London: Harvester Wheatsheap.
- Powell, G. N. & Butterfield, D. A. (1989). The "good manager": Did androgyny fare better in the 1980s? *Group and Organization Studies*, Jun Vol 14(2) 216-233.
- Powell, G. N. (1993). *Women & Men in Management*. London: Sage.
- Powell, G. N. (1994). *Gender and Diversity in the workplace*. London: Sage.
- Pretty, G. M., McCarthy, M. E. & Caetano, V. M. (1992). Psychology environments and burnout: Gender considerations within the corporation. *Journal of Organizational Behavior*, Dec Vol 13(7) 701-711.
- Ragins, B. R. & Sundstrom, E. (1989). Gender and power in organizations: A longitudinal perspective. *Psychology Bulletin*, Jan Vol 105(1) 51-88.
- Ragins, B. R. (1989). Power and gender congruency effects in evaluations of male and female managers. *Journal of Management*, Mar Vol 15(1) 65-76.
- Ragins, B. R. (1991). Gender effects in subordinate evaluations of leaders: Real or artifact? *Journal of Organizational Behavior*, May Vol 12(3) 259-268.
- Rapaport, R. (1978). The dual career family. In L. S. Hansen & R. S. Rapoza (Eds.), *Career development and counseling of women* (pp. 387-420). Springfield: Charles C. Thomas Publisher.
- Ravetz, J. R. (1971). *Scientific knowledge and its social problems*. London: Oxforf University Press.

- Reskin, B. & Padavic, I. (1994). *Women and men at work*. London: Pine Forge Press.
- Reskin, B. F. & Ross, C. E. (1992). Jobs, authority and earnings among managers: The continuing significance of sex. Special Issue: Sex segregation and gender stratification. *Work and Occupations*, Nov Vol 19(4) 342-365.
- Riedle, J. E. (1991). Exploding the subcategories of stereotypes: Not all mothers are the same. *Sex Roles*, Jun Vol 24(11-12) 711-723.
- Riger, S. (1992). Epistemological debates, feminist voices: science, social values, and the study of women. *American Psychologist*, 47 (6), 730-740.
- Rorty, R. (1979). *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton: Princeton University Press.
- Rose, N. (1990). Psychology as a "social" science. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing Social Psychology*, London: Routledge.
- Rose, S. (1986). Gender at work: Sex, Class and industrial capitalism. *History Workshop Journal*, 21, 113-131.
- Rosenau, P. M. (1992). *Post-modernism and the social sciences. Insights, Inroads and Intrusions*. New Jersey: Princeton University Press.
- Rosin, H. M. & Korabik, K. (1991). Workplace variables, affective responses, and intention to leave among women managers. *Journal of Occupational Psychology*, Dec Vol 64(4) 317-330.
- Rothwell, S. (1985). Is management a masculine role? Special Issue: Men and women in organisations. *Management Education and Development*, Sum Vol 16(2) 79-98.
- Saavedra, L. (1995). *Identidade do gênero e escolha da carreira em adolescentes*. Dissertação de Mestrado. Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- Sachs, R., Chrisler, J. C. & Devlin, A. S. (1992). Biographic and personal characteristics of women in management. *Journal of Vocational Behavior*, Aug Vol 41(1) 89-100.
- Sampson, E. E. (1981). Cognitive Psychology as ideology. *American Psychologist*, 36, 730-743.
- Sampson, E. E. (1989). The deconstruction of the self. In J. Shotter & K.J. Gergen (Eds.), *Texts of Identity*. London: Sage.
- Sampson, E. E. (1990). Social psychology and social control. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing social Psychology*. London: Routledge.
- Santos, B. S. (1994). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos Silva, A. (1996). Manifesto por um feminismo inclusivo. *Público*, 11 de Julho. Espaço público.
- Sarbin, T. R. (1986). *Narrative Psychology. The storied nature of human conduct*. New York: Praeger.
- Sarbsy, J. (1985). Sexual segregation in the Pottery industry. *Feminist Review*, 21, 67-93.
- Sargent, A. G. (1983). Women and men working together: Toward androgyny. *Training and Development Journal*, Apr Vol 37(4) 70-76.

- Schein, V. (1973). The relationship between sex-role stereotypes and requisite management characteristics. *Journal of Applied Psychology*, 57, 95-100.
- Schein, V. (1975). Relationship between sex-role stereotypes and requisite management characteristics among female managers. *Journal of Applied Psychology*, 60, 340-344.
- Schein, V. E. & Mueller, R. (1992). Sex role stereotyping and requisite management characteristics: A cross cultural look. *Journal of Organizational Behavior*, Sep Vol 13(5) 439-447.
- Schein, V. E., Mueller, R. & Jacobson, C. (1989). The relationship between sex role stereotypes and requisite management characteristics among college students. *Sex Roles*, Jan Vol 20(1-2) 10-110.
- Segal, L. (1995). A feminists looks at the family. In J. Muncie, M., Wetherell, R., Dallos & A. Cochrane (Eds.), *Understanding the family*. London: Sage.
- Shank, J. (1983). Self-nurturance through leisure: An issue in the counseling of dual career women. *Women and Therapy*, Spr Vol 2(1) 63-68.
- Sheppard, D. L. (1989). Organizations, power and sexuality: the image and self-image of women managers. In J. Hearn, D.L. Sheppard, P. Tancred-Sheriff & G. Burrell (Eds.), *The sexuality of organization*. London: Sage.
- Sherrard, C. (1991). *Developing discourse analysis*. Journal of General Psychology.
- Shotter, J. & Gergen, K. J. (1989). *Texts of identity*. London: Sage.
- Shotter, J. (1975). *Images of Man in Psychological Theory*. London: Methuen.
- Shotter, J. (1984). *Accountability and selfhood*. Oxford: Basil Blackwell.
- Shotter, J. (1989). Social Accountability and the social construction of "you". In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds.), *Texts of identity*. London: Sage.
- Shotter, J. (1993). *Conversational realities*. London: Sage.
- Shotter, J. (1995). Dialogical Psychology. In J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove (Eds.), *Rethinking Psychology*. London: Sage.
- Simon, B. (1992). The Perception of Ingroup and Outgroup Homogeneity: Reintroducing the Intergroup Context. *European Review of Social Psychology*, 3, 2-30.
- Smart, B. (1993). *A pós-modernidade*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Snitow, A. (1990). A gender diary. In M. Hirsch & E. F. Keller (Eds.), *Conflicts in feminism* (pp. 9-43). New York: Routledge, Inc.
- Soczka, L. (1993). Para uma perspectiva ecológica em Psicologia social. In Jorge Vale & M. B. Monteiro (Eds.), *A Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sollie, D. L. & Leslie, L. A. (1994). Feminist journeys: final reflections. In D. L. Sollie & L. A. Leslie (Eds), *Gender, families and close relationships* (pp263-284). London: Sage.
- Soper, K. (1994). Feminism, Humanism and Postmodernism. In M. Evans (Ed.), *The woman question*. London: Sage Publications.
- Sousa, E. & Leyens, J. (1987). A priori vs. spontaneous models of attribution: the case of gender and achievement. *British Journal of Social Psychology*, 26, 281-292.

- Spence, J. T. & Helmreich, R. (1978). *Masculinity and Femininity: Their psychological dimensions, correlates and antecedents*. Austin: University of Texas Press.
- Spence, J. T. (1993). Women, men and society: plus ça change, plus c'est la même chose. In S. Oskamp & M. Costanzo (Eds.), *Gender issues in contemporary society*. London: Sage.
- Spivak, G. C. (1988). *In other worlds*. London: Routledge.
- Spruell, G. R. (1985). Making it, big time--is it really tougher for women? *Training and Development Journal*, Aug Vol 39(8) 30-33.
- Squire, C. (1990). Feminism as antipsychology: learning and teaching in feminist psychology. In E. Burman (Ed.), *Feminists and psychological practice* (pp.76-88). London: Sage Publications, Inc.
- Squire, C. (1995). Pragmatism, Extravagance and Feminist Discourse analysis. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Stangor, C. & Ford, T. E. (1992). Accuracy and Expectancy- confirming Processing Orientations and the Development of Stereotypes and Prejudice. *European Review of Social Psychology*, 3, 58- 89
- Stangor, C. & Lange, J. E. (1994). Mental Representations of Social Groups: Advances in Understanding Stereotypes and Stereotyping. *Advances in Experimental Social Psychology*, 26, 357-416.
- Stanley, L. & Wise, S. (1983). *Breaking out*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Stroh, L. K., Brett, J. M. & Reilly, A. H. (1992). All the right stuff: A comparison of female and male managers' career progression. *Journal of Applied Psychology*, Jun Vol 77(3) 251-260.
- Summerfield, P. (1984). *Women workers in the second world war. Production and patriarchy in conflict*. London: Routledge.
- Tajfel H. & Turner, J.C. (1986). An integrative theory of intergroup conflict In W.G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The Psychology of intergroup relations*. Monterey: Brooks/Cole.
- Tajfel, H. & Turner. J. C. (1986a). The social identity theory of intergroup relations. In S. Worchel & W. G. Austin (Eds.), *The Psychology of intergroup relations* (pp 7-24). Monterey : Brooks/Cole.
- Tajfel, H. & Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgement. *British Journal of Social Psychology*, 54, 101-114.
- Tajfel, H. (1969). Cognitive Aspects of Prejudice. *Journal of Social Issues*, 25 (4), 79- 96
- Tajfel, H. (1982). *Grupos Humanos e Categorias Sociais: Estudos em Psicologia Social*. Vol I. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais*. Vol II. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tancred-Sheriff P. (1989). Gender, Sexuality and the labour process. In J. Hearn, D. L. Sheppard, P. Tancred-Sheriff & G. Burrell (Eds.), *The sexuality of organization*. London: Sage.
- Tannen, B. (1990). *You just don't understand: women and men in conversation*. New York: William Morrow.

- Taylor, S. E. & Fiske, S. T. (1978). Salience, Attention and Top of the Head Phenomena. In L. Berkowitz *Advances in Experimental Social Psychology*, 11, 249-287.
- Thébaud, F. (1991). Introdução. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres. O século XX*. Porto: Edições Afrontamento.
- Thom, D. (1992). A lop-sided view: feminist history or the history of women? In K. Campbell (Ed.), *Critical Feminism. Argument in the disciplines*. Buckingham: Open University Press.
- Turner, J. C. (1978). Social Comparison and Social Identity: Some Prospects for Intergroup Behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 5 (1), 5-34.
- Unger, R. K. (1979). Pour une nouvelle definition du sexe et du genre. In M. C. Hurtig & M. F. Pichevin (Eds.), *La Difference des Sexes*. Paris: Editions Tierce.
- Unger, R. K. (1985). Toward a redefinition of sex and gender. In J. H. Williams (Eds.), *Psychology of women-selected readings* (pp. 132-146). New York: W. W. Norton & Company.
- Unger, R. K. (1990). Imperfect reflections of reality: psychology constructs gender. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Vala, J. (1993a). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*. 123-4, (4-5), 887-919.
- Vala, J. (1993b). Representações Sociais- para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala e M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian.
- Vale de Almeida, M. (1995). *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Edição Fim de Século.
- Villegas, M. (1992). Analisis del discurso terapêutico. *Revista de Psicoterapia*, 10/11, 23-66.
- Vogel, D. (1995). Perspectivas narrativas en la teoria y en la pratica. *Revista de Psicoterapia*, VI,22/23, 21-37.
- Walby, S. (1986). *Patriarchy at work*. Cambridge: Polity Press.
- Walkerdine, V., & Lucey, H. (1989). *Democracy in the kitchen-regulating mothers and socialising daughters*. London: Virago Press, Ltd.
- Waters, M. (1989). Patriarchy and viriarchy: an exploration and reconstruction of concepts of masculine domination. *Sociology*, 23, 2, 193-211.
- Watson, C. (1988). When a women is the boss: Dilemmas in taking charge. *Group and Organization Studies*, Jun Vol 13(2) 163-181.
- Weber, A. (1992). *Social Psychology*. New York: HarperCollins Publishers, Inc.
- Weeks, J. (1986). *Sexuality*. London: Tavistock.
- West, C., & Zimmerman, D. H. (1991). Doing gender. In J. Lorber & S. A. Farrell (Eds.), *The social construction of gender* (pp. 13-37). California: Sage Publications, Inc.
- Westman, M. & Etzion, D. (1990). The career success/personal failure phenomenon as perceived in others: Comparing vignettes of male and female managers. *Journal of Vocational Behavior*, Oct Vol 37(2) 209-224.

- Wetherell, M. (1995). Romantic Discourse and feminist analysis: interrogating investment, power and desire. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Whitley, B. E. (1983). Jr. Sex-role orientation and self-esteem: a critical meta-analytic review. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 765-778.
- Widdicombe, S. (1995). Identity, politics and talk: a case for the mundane and the everyday. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Wiley, M. G. & Eskilson, A. (1988). Gender and family/career conflict: Reactions of bosses. *Sex Roles*, Oct Vol 19 (7-8) 445-466.
- Wiley, M. G. & Eskilson, A. (1990). What Price success? Evaluations of male and female managers. *Sociological Focus*, 23, nº2 115-127.
- Wilkinson S. & Kitzinger, C. (1995). *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.
- Wilkinson S. (1986). Sighting possibilities: diversity and commonality in feminist research. In S. Wilkinson (Ed.), *Feminist Social Psychology: Developing Theory and Practice*. Milton Keynes: Open University Press.
- William, C. L. (1992). The glass escalator: Hidden advantages for men in the "female" professions. *Social Problems*, Aug Vol 39(3) 253-267.
- Williams, J. E., & Best, D. L. (1990). *Measuring sex stereotypes-A multinational study*. Newbury Park: Sage Publications, Inc.
- Woods, N. F. (1985). Employment, family roles, and mental ill health in young married women. *Nursing Research*, Jan-Feb Vol 34(1) 4-10.

ANEXO I

- Grupo 1

A-Estudo dos Traços

Efeitos Principais

Quadro 1
Sexo dos sujeitos

	Mulher	Homem	F	Sig
Ambicioso	3.70	4.11	9.68	.002
Audacioso	2.93	3.31	7.04	.008
Autoritário	2.80	3.20	6.32	.012
Bem sucedido prof.	4.66	4.41	6.62	.011
Competente	4.44	4.25	4.14	.040
Dedicado à carreira	4.62	4.27	13.33	.000
Dependente	1.90	2.19	4.22	.041
Submisso	1.84	2.16	6.48	.011

Quadro 2
Sexo do actor

	Feminino	Masculino	F	Sig
Atraente	2.00	1.67	7.17	.008
Autoritário	3.21	2.87	5.06	.025
Corajoso	3.83	3.39	11.31	.001
Curioso	2.78	2.48	4.40	.037
Forte	3.05	2.54	11.13	.001
Independente	3.54	3.24	4.20	.041

Quadro 3
Estado Civil

	Casado	Divorciado	F	Sig
Independente	3.23	3.56	5.13	.024

Quadro 4
Empresa

	Educação	Electrónica	F	Sig
Afável	2.11	1.86	4.27	.040
Digno de confiança	3.35	3.66	5.28	.022
Forte	2.64	2.96	4.50	.035

Efeitos de Interacção

Quadro 5
Sexo do actor/Empresa

	Actor do sexo feminino		Actor do sexo masculino		F	Sig
	Educação	Electrónica	Educação	Electrónica		
Corajoso	3.94	3.72	3.10	3.68	8.85	.003
Digno de confiança	3.56	3.53	3.14	3.79	6.43	.012
Emotivo	2.28	1.99	1.86	2.08	4.12	.043
Lutador	4.33	4.14	3.87	4.21	6.35	.012

Quadro 6
Sexo dos sujeitos/Empresa

	Mulher		Homem		F	Sig
	Educação	Electrónica	Educação	Electrónica		
Ambicioso	3.52	3.90	4.14	4.07	3.82	.052
Bem sucedida prof.	4.58	4.75	4.53	4.31	4.31	.039
Dependente	1.64	2.19	2.33	2.04	8.25	.004

Quadro 7
Sexo dos sujeitos/Sexo do actor

	Actor do sexo feminino		Actor do sexo masculino		F	Sig
	Mulher	Homem	Mulher	Homem		
Autoritário	3.17	3.23	2.41	3.16	4.52	.034
Independente	3.72	3.43	3.00	3.39	5.30	.022

Quadro 8
Estado Civil/Empresa

	Casado		Divorciado		F	Sig
	Educ.	Electrón.	Educ.	Electrón.		
Bom pai/mãe	2.00	2.28	2.09	1.82	4.17	.040

Quadro 9
Sexo do actor/Estado Civil/Sexo do sujeito

	Sexo do actor feminino				Sexo do actor masculino				F	Sig
	Casado		Divorciado		Casado		Divorciado			
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem		
Digno de conf.	3.83	3.42	3.24	3.63	3.58	3.65	3.36	3.25	4.45	.036

Quadro 10
Empresa/Estado Civil/Sexo do Actor

	Educação				Electrónica				F	Sig
	Casado		Divorciado		Casado		Divorciado			
	A. S. Fem.	A.S.Masc.	A.S.Fem.	A.S.Masc.	A.S.Fem.	A.S.Masc.	A.S.Fem.	A.S.Masc.		
Bem Suced.Prof.	4.55	4.33	4.51	4.79	4.38	4.58	4.46	4.49	3.84	.050
Frágil	1.50	1.69	1.69	1.41	1.53	1.34	1.41	1.89	6.35	.012

Quadro 11
Empresa/Sexo do actor/Sexo do sujeito

	Educação				Electrónica				F	Sig
	Sexo Actor Fem.		Sexo Actor Masc.		Sexo Actor Fem.		Sexo Actor Masc.			
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem		
Bom pai	2.50	1.87	1.93	1.96	1.93	2.16	2.28	1.87	6.43	.012
Independente	3.88	3.38	2.53	3.42	3.53	3.47	3.48	3.37	4.93	.027
Seguro	4.00	3.73	3.10	3.71	3.67	3.84	3.90	3.65	7.15	.008

Quadro 12
 Empresa/Sexo do sujeito/Estado Civil

	Educação				Electrónica				F	Sig
	Mulher		Homem		Mulher		Homem			
	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.		
Racional	3.03	3.53	3.55	3.34	3.83	3.30	3.69	3.58	4.33	.038

B- Estudo das atribuições

Efeitos Principais

Quadro 13
 Estado Civil

	Casado	Divorciado	F	Sig
Ajuda da família	3.51	2.62	51.98	.000
Ambiente familiar	3.66	2.67	60.86	.000
Motivação p/ sucesso	3.68	3.93	4.20	.041

Quadro 14
 Sexo do sujeito

	Mulher	Homem	F	Sig
Ajuda da família	3.25	2.95	4.07	.044
Antiguidade na empr.	2.61	2.89	4.59	.003
Parentesco com donos	1.97	2.26	4.19	.042
Sorte	2.53	3.03	10.72	.001

Quadro 15
 Sexo do actor

	Sexo do actor feminino	Sexo do actor masculino	F	Sig
Ajuda da família	3.25	2.89	8.12	.005
Esforço pessoal	4.50	4.27	5.96	.015
Facilidade	2.94	3.19	3.72	.054

Efeitos de Interacção

Quadro 16
Sexo do sujeito/Sexo do actor

	Mulher		Homem		F	Sig
	S.A.Fem.	S.A.Masc.	S.A.Fem.	S.A.Masc.		
Modelo	3.90	4.32	4.14	4.03	7.13	.008

• Grupo 2

A-Estudo dos Traços

Efeitos Principais

Quadro 17
Sexo dos sujeitos

	Mulher	Homem	F	Sig
Corajoso	3.54	3.23	3.83	.052
Curioso	2.68	2.31	5.59	.019
Dedicado à carreira	4.43	4.06	9.03	.003
Digno Confiança	3.20	2.87	4.02	.046
Dominador	2.94	2.53	5.01	.026
Forte	3.18	2.70	7.50	.007
Independente	3.45	3.00	4.98	.027
Racional	3.57	3.21	5.14	.024
Seguro	3.66	3.24	7.47	.007

Quadro 18
Sexo do actor

	Feminino	Masculino	F	Sig
Corajoso	3.67	3.15	13.17	.000
Dependente	1.92	1.60	4.23	.041
Digno de Confiança	3.27	2.87	7.86	.006
Dominador	3.02	2.51	8.83	.003
Elegante	2.10	1.72	5.53	.020
Emotivo	1.94	1.68	4.35	.038
Empreendedor	4.07	3.80	5.67	.018
Forte	3.31	2.67	16.37	.000
Independente	3.54	3.00	9.31	.003
Lutador	4.08	3.79	4.04	.046
Seguro	3.67	3.34	6.10	.014

Quadro 19
Estado Civil

	Casado	Divorciado	F	Sig
Ambicioso	3.93	4.20	3.74	.054
Lutador	3.72	4.13	8.70	.004

Quadro 20
Empresa

	Educação	Electrónica	F	Sig
Audacioso	3.23	3.51	3.93	.049
Afectuoso	2.07	1.70	9.73	.002
Afável	2.24	1.82	10.17	.002
Dominador	2.57	2.92	4.35	.038
Meigó	1.91	1.64	5.05	.026
Sensível	2.30	1.94	6.49	.012
Sentimental	1.91	1.62	5.63	.018

Efeitos de Interacção

Quadro 21
Sexo do actor/Empresa

	Actor do sexo feminino		Actor do sexo masculino		F	Sig
	Educação	Electrónica	Educação	Electrónica		
Afectuoso	1.93	1.82	2.24	1.56	5.11	.025
Independente	3.39	3.63	3.13	2.92	3.89	.050

Quadro 22
Estado Civil/Sexo do sujeito

	Casado		Divorciado		F	Sig
	Mulher	Homem	Mulher	Homem		
Bem sucedido	4.77	4.37	4.51	4.55	5.31	.022
Corajoso	3.74	2.97	3.40	3.49	6.17	.014
Dominador	3.05	2.15	2.86	2.90	5.27	.023
Sentimental	1.82	1.58	1.63	1.92	3.85	.051

Quadro 23
Estado Civil/Sexo do actor

	Casado		Divorciado		F	Sig
	S.A.Femin.	S.A.Masc.	S.A.Femin.	S.A.Masc.		
Dominador	2.74	2.66	3.22	2.37	5.69	.018
Emotivo	1.74	1.78	2.08	1.57	4.31	.039
Empreendedor	3.98	3.94	4.14	3.66	3.96	.048

Quadro 24
Sexo do actor/Empresa/Estado Civil

	Sexo do actor Feminino				Sexo do actor Masculino				F	Sig
	Educação		Electrónica		Educação		Electrónica			
	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.		
Bem Suced.Prof.	4.83	4.34	4.68	4.68	4.53	4.44	4.52	4.53	3.83	.051
Forte	3.18	3.31	3.11	3.54	2.11	2.79	2.97	2.65	3.77	.054
Independente	3.42	3.38	3.03	4.17	2.68	3.58	2.91	2.94	7.94	.005
Lutador	4.08	4.13	3.76	4.33	3.26	4.06	3.81	3.91	4.30	.039

Quadro 25
Sexo do actor/Sexo do sujeito/Empresa

	Sexo do actor Feminino				Sexo do actor Masculino				F	Sig
	Mulher		Homem		Mulher		Homem			
	Educaç.	Electrón.	Educaç.	Electrón.	Educaç.	Electrón.	Educaç.	Electrón.		
Boa mãe/pai	2.31	1.76	1.67	1.97	1.45	1.75	2.27	1.63	9.37	.002
Emotivo	2.09	1.91	1.92	1.85	1.57	1.76	2.00	1.29	4.63	.032
Lutador	4.22	4.17	3.83	3.91	3.55	4.04	3.80	3.35	4.59	.033
Sério	3.09	3.11	2.42	3.00	2.74	2.92	3.13	2.53	4.37	.038

Quadro 26
Estado Civil/Empresa/Sexo do sujeito

	Casado				Divorciado				F	Sig
	Educação		Electrónica		Educação		Electrónica			
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem		
Frágil	1.20	1.82	1.48	1.18	1.43	1.56	1.45	1.78	5.32	.022

B- Estudo das atribuições

Efeitos Principais

Quadro 27
Estado Civil

	Casado	Divorciado	F	Sig
Ambiente familiar	3.60	2.65	46.54	.000
Dedicação à empresa	4.35	4.55	4.97	.027

Quadro 28
Sexo do actor

	Sexo do actor feminino	Sexo do actor masculino	F	Sig
Auto-confiança	4.23	3.99	4.98	.027
Modelo	4.08	3.79	4.87	.028
Sorte	2.60	3.11	9.11	.003

Quadro 29
Sexo do sujeito

	Mulher	Homem	F	Sig
Competência	4.72	4.49	6.66	.011

Efeitos de Interacção

Quadro 30
Estado civil/ Empresa

	Casado		Divorciado		F	Sig
	Educação	Electrónica	Educação	Electrónica		
Ajuda da família	3.19	3.43	2.76	2.48	3.80	.052
Modelo	4.06	3.89	3.76	4.07	3.75	.054

Quadro 31
Estado civil/Sexo dos sujeitos

	Casado		Divorciado		F	Sig
	Mulher	Homem	Mulher	Homem		
Boas relações donos	3.90	3.46	3.34	3.76	7.29	.041
Cap. Controlo Emoç.	3.47	2.97	3.32	3.68	6.55	.011
Parentesco c/ donos	2.58	1.79	1.95	2.03	5.58	.021

Quadro 32
Empresa/ Sexo do actor

	Educação		Electrónica		F	Sig
	A.S. fem.	A.S. Masc.	A.S. Fem.	A.S. Masc.		
Sorte	2.32	3.29	2.76	3.00	4.27	.040

Quadro 33
Estado civil/Sexo do actor

	Casado		Divorciado		F	Sig
	A.S. Fem.	A.S. Masc.	A.S. Fem.	A.S. Masc.		
Ambiente Familiar	3.56	3.65	2.88	2.32	4.16	.042

Quadro 34
Sexo dos sujeitos/Empresa/Estado civil

	Mulher				Homem				F	Sig
	Educação		Electrónica		Educação		Electrónica			
	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.		
Ajuda da família	3.50	2.57	3.50	2.53	2.64	3.19	3.32	2.36	7.69	.006
Antiguidade	2.74	2.33	2.76	2.58	1.91	2.63	2.71	2.86	5.64	.018
Auto-confiança	4.20	4.26	4.02	4.26	3.45	4.06	4.18	4.00	7.67	.006

Quadro 35
Sexo do actor/Empresa/Estado civil

	Actor do sexo Feminino				Actor do sexo Masculino				F	Sig
	Educação		Electrónica		Educação		Electrónica			
	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.		
Ajuda da família	2.75	2.94	3.58	2.62	3.47	2.47	3.25	2.30	4.08	.045

Quadro 36
Sexo do actor/Sexo dos sujeitos/Empresa

	Actor do sexo Feminino				Actor do sexo Masculino				F	Sig
	Mulher		Homem		Mulher		Homem			
	Educação	Electrón.	Educação	Electrón.	Educação	Electrón.	Educação	Electrón.		
Antiguidade	2.65	2.76	2.00	2.85	2.24	2.56	2.60	2.63	6.69	.01
Auto-confiança	4.34	4.28	3.58	4.29	4.09	4.04	4.00	3.71	6.62	.01

- **Grupo 3**

A-Estudo dos Traços

Efeitos Principais

Quadro 37
Sexo dos sujeitos

	Mulher	Homem	F	Sig
Ambicioso	3.76	4.13	4.04	.046

Quadro 38
Sexo do actor

	Feminino	Masculino	F	Sig
Afável	2.53	2.20	5.06	.025
Corajoso	3.99	3.41	11.90	.001
Meigo	2.44	2.05	6.60	.013

Quadro 39
Estado Civil

	Casado	Divorciado	F	Sig
Boa Mãe/Pai	2.76	2.06	10.77	.001
Emotivo	2.35	2.05	4.32	.039

Quadro 40
Empresa

	Educação	Electrónica	F	Sig
Meigo	2.45	2.06	5.08	.025

Efeitos de Interação

Quadro 41
Estado Civil/ Empresa

	Casado		Divorciado		F	Sig
	Educação	Electrónica	Educação	Electrónica		
Afável	2.47	2.64	2.55	1.97	4.75	.031
Afectuoso	2.30	2.51	2.48	1.93	4.94	.027
Boa Mãe/Pai	2.66	2.90	2.48	1.75	5.85	.017
Curioso	2.94	3.49	3.19	2.84	5.97	.015
Dedicado carreira	4.05	4.47	4.53	4.29	7.72	.006
Dependente	1.80	2.21	2.59	1.98	5.72	.018

Quadro 42
Sexo do Sujeitos/Sexo do actor

	Mulher		Homem		F	Sig
	A.S. Fem.	A.S.Masc.	A.S. Fem.	A.S.Masc.		
Dedic. Carreira	4.43	4.21	3.85	4.19	4.19	.042
Digna de Confiança	4.00	3.48	3.94	4.23	6.29	.013
Empreendedor	4.05	3.81	3.91	4.20	3.93	.049

Quadro 43
Sexo do actor / Empresa

	Actor do sexo Feminino		Actor do sexo Masculino		F	Sig
	Educação	Electrónica	Educação	Electrónica		
Dominador	3.26	2.67	2.54	2.63	3.61	.050
Empreendedor	4.12	3.91	3.81	4.10	4.30	.039

Quadro 44
Sexo dos Sujeitos/Estado civil

	Mulher		Homem		F	Sig
	Casado	Divorciado	Casado	Divorciado		
Dign. Confiança	3.93	3.58	3.90	4.22	3.85	.050

Quadro 45
Sexo do Actor/Estado civil/Empresa

	Actor do sexo Feminino				Actor do sexo Masculino				F	Sig
	Casado		Divorciado		Casado		Divorciado			
	Educ.	Electr.	Educ.	Electr.	Educ.	Electr.	Educ.	Electr.		
Afável	2.50	3.15	2.89	2.03	2.45	2.11	2.26	1.86	4.34	.039
B. Suc. Prof.	4.13	4.55	4.47	4.57	4.52	4.44	4.13	4.59	3.67	.050
Boa Mãe/Pai	2.36	3.43	2.47	1.56	2.87	2.32	2.48	2.10	8.18	.005
Empreendedor	3.86	3.80	4.40	3.97	3.90	3.89	3.70	4.27	4.00	.047
Lutador	4.04	4.24	4.55	4.03	3.90	3.84	3.96	4.36	5.15	.024
Sensível	2.57	2.79	3.21	2.22	2.87	2.60	2.52	2.57	3.94	.049
Sério	3.70	4.00	4.10	3.17	3.61	3.21	3.48	3.38	4.82	.029

Quadro 46
Sexo dos Sujeitos/Sexo do actor /Estado civil

	Mulher				Homem				F	Sig
	A. S. Fem.		A.S. Masc.		A. S. Fem.		A.S. Masc.			
	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.		
Elegante	2.85	1.83	2.18	2.21	1.85	2.00	2.53	2.13	4.36	.038

B- Estudo das atribuições

Efeitos Principais

Quadro 47
Sexo dos sujeitos

	Mulher	Homem	F	Sig
Facilidade Trabalho	3.88	3.55	3.93	.049

Quadro 48
Sexo do actor

	Feminino	Masculino	F	Sig
Amb. familiar	3.24	2.98	4.60	.033
Esforço pessoal	4.46	4.21	4.03	.046

Quadro 49
Estado Civil

	Casado	Divorciado	F	Sig
Ajuda família	3.16	2.60	9.64	.002
Amb. Familiar	3.55	2.71	24.71	.000
Antiguidade	2.98	2.64	4.01	.047

Quadro 50
Empresa

	Educação	Electrónica	F	Sig
Auto-confiança	3.94	4.25	4.75	.031

Efeitos de Interacção

Quadro 51
Sexo dos sujeitos/Sexo do actor

	Mulher		Homem		F	Sig
	A.S.Fem.	A.S.Masc.	A.S.Fem.	A.S.Masc.		
Dedicado empresa	4.51	4.28	4.18	4.39	5.06	.026

Quadro 52
Sexo do actor/Estado civil

	Actor do sexo Feminino		Actor do sexo Masculino		F	Sig
	Casado	Divorciado	Casado	Divorciado		
Sorte	3.52	2.83	2.77	2.98	4.71	.031

Quadro 53
Sexo dos Sujeitos/Sexo do actor/Estado civil

	Mulher				Masculino				F	Sig
	A. S. Fem.		A.S.Masc.		A. S. Fem.		A.S.Masc.			
	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.	Casado	Divorc.		
Motivação Suc.	4.12	4.46	4.03	3.90	4.15	4.05	3.75	4.33	4.71	.031
Ajuda família	3.59	2.50	3.06	2.67	2.85	2.95	2.88	2.27	3.92	.049

Quadro 54
Sexo dos Sujeitos /Estado civil/Empresa

	Mulher				Homem				F	Sig
	Casado		Divorciado		Casado		Divorciado			
	Educ.	Electr.	Educ.	Electr.	Educ.	Electr.	Educ.	Electr.		
Ded. Empresa	4.23	4.48	4.48	4.45	4.19	4.08	4.00	4.78	6.83	.010

ANEXO II

ANO ____ Curso _____ IDADE ____ SEXO _____
 Profissão do Pai _____ Profissão da mãe _____
 Nível de instrução do pai _____ Nível de instrução do mãe _____

LEIA COM ATENÇÃO A SEGUINTE DESCRIÇÃO

" A Dra Fernanda M. é casada e é gestora de uma grande empresa do ramo da educação que entrou numa fase de expansão, desde que a Dra Fernanda assumiu as suas funções."

Na sua opinião, em que medida considera que cada um dos seguintes traços caracteriza a pessoa descrita acima. Responda assinalando em cada traço uma posição da seguinte escala: 1= não caracteriza nada, 2= caracteriza pouco, 3=caracteriza, 4= caracteriza bem, 5= caracteriza muito bem.

Afável	1	2	3	4	5	Dominadora	1	2	3	4	5
Afectuosa	1	2	3	4	5	Elegante	1	2	3	4	5
Ambicioso	1	2	3	4	5	Emotiva	1	2	3	4	5
Atraente	1	2	3	4	5	Empreendedora	1	2	3	4	5
Audaciosa	1	2	3	4	5	Forte	1	2	3	4	5
Autoritária	1	2	3	4	5	Frágil	1	2	3	4	5
Bem sucedida						Independente	1	2	3	4	5
profissionalmente	1	2	3	4	5	Lutadora	1	2	3	4	5
Boa mãe	1	2	3	4	5	Meiga	1	2	3	4	5
Competente	1	2	3	4	5	Racional	1	2	3	4	5
Corajosa	1	2	3	4	5	Segura	1	2	3	4	5
Curiosa	1	2	3	4	5	Sensível	1	2	3	4	5
Dedicada á carreira	1	2	3	4	5	Sentimental	1	2	3	4	5
Dependente	1	2	3	4	5	Séria	1	2	3	4	5
Digna de confiança	1	2	3	4	5	Submissa	1	2	3	4	5

Na sua opinião, em que medida considera que cada uma das seguintes razões contribuiu para que a pessoa descrita atingisse aquele nível profissional. Responda assinalando em cada razão uma posição da seguinte escala: 1= não contribuiu nada, 2= contribuiu pouco, 3=contribuiu, 4= contribuiu bastante, 5= contribuiu muito .

Ajuda da família	1	2	3	4	5
Ambiente familiar	1	2	3	4	5
Antiguidade na empresa	1	2	3	4	5
Boas relações no mundo empresarial	1	2	3	4	5
Boas relações com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Capacidade de controlo das emoções	1	2	3	4	5
Competência profissional	1	2	3	4	5
Dedicação á empresa	1	2	3	4	5
Esforço pessoal	1	2	3	4	5
Facilidade do trabalho	1	2	3	4	5
Grau de auto-confiança	1	2	3	4	5
Motivação para o sucesso	1	2	3	4	5
Parentesco com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Sorte na vida	1	2	3	4	5

Numa escala de 1 a 5 (em que 1= não gostaria nada, e 5=gostaria muito), assinale em que medida gostaria de atingir a posição dessa pessoa na sua carreira profissional futura.

1 2 3 4 5

ANO ____ (TURMA ____ Nº ____) Curso _____ IDADE ____ SEXO _____
 Profissão do Pai _____ Profissão da mãe _____
 Nível de instrução do pai _____ Nível de instrução da mãe _____

LEIA COM ATENÇÃO A SEGUINTE DESCRIÇÃO

" A Dra Fernanda M. é divorciada e é gestora de uma grande empresa do ramo da educação que entrou numa fase de expansão, desde que a Dra Fernanda assumiu as suas funções."

Na sua opinião, em que medida considera que cada um dos seguintes traços caracteriza a pessoa descrita acima. Responda assinalando em cada traço uma posição da seguinte escala: 1= não caracteriza nada, 2= caracteriza pouco, 3=caracteriza, 4= caracteriza bem, 5= caracteriza muito bem.

Afável	1	2	3	4	5	Dominadora	1	2	3	4	5
Afectuosa	1	2	3	4	5	Elegante	1	2	3	4	5
Ambiciosa	1	2	3	4	5	Emotiva	1	2	3	4	5
Atraente	1	2	3	4	5	Empreendedora	1	2	3	4	5
Audaciosa	1	2	3	4	5	Forte	1	2	3	4	5
Autoritária	1	2	3	4	5	Frágil	1	2	3	4	5
Bem sucedida						Independente	1	2	3	4	5
profissionalmente	1	2	3	4	5	Lutadora	1	2	3	4	5
Boa mãe	1	2	3	4	5	Meiga	1	2	3	4	5
Competente	1	2	3	4	5	Racional	1	2	3	4	5
Corajosa	1	2	3	4	5	Segura	1	2	3	4	5
Curiosa	1	2	3	4	5	Sensível	1	2	3	4	5
Dedicada á carreira	1	2	3	4	5	Sentimental	1	2	3	4	5
Dependente	1	2	3	4	5	Séria	1	2	3	4	5
Digna de confiança	1	2	3	4	5	Submissa	1	2	3	4	5

Na sua opinião, em que medida considera que cada uma das seguintes razões contribuiu para que a pessoa descrita atingisse aquele nível profissional. Responda assinalando em cada razão uma posição da seguinte escala: 1= não contribuiu nada, 2= contribuiu pouco, 3=contribuiu, 4= contribuiu bastante, 5= contribuiu muito .

Ajuda da família	1	2	3	4	5
Ambiente familiar	1	2	3	4	5
Antiguidade na empresa	1	2	3	4	5
Boas relações no mundo empresarial	1	2	3	4	5
Boas relações com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Capacidade de controlo das emoções	1	2	3	4	5
Competência profissional	1	2	3	4	5
Dedicção á empresa	1	2	3	4	5
Esforço pessoal	1	2	3	4	5
Facilidade do trabalho	1	2	3	4	5
Grau de auto-confiança	1	2	3	4	5
Motivação para o sucesso	1	2	3	4	5
Parentesco com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Sorte na vida	1	2	3	4	5

Numa escala de 1 a 5 (em que 1=não gostaria nada, e 5=gostaria muito), assinale em que medida gostaria de atingir a posição dessa pessoa na sua carreira profissional futura.

1 2 3 4 5

ANO ____ (TURMA ____ Nº ____) Curso _____ IDADE ____ SEXO _____
 Profissão do Pai _____ Profissão da mãe _____
 Nível de instrução do pai _____ Nível de instrução do mãe _____

LEIA COM ATENÇÃO A SEGUINTE DESCRIÇÃO

" A Dra Fernanda M. é casada e é gestora de uma grande empresa do ramo da electrónica que entrou numa fase de expansão, desde que a Dra Fernanda assumiu as suas funções."

Na sua opinião, em que medida considera que cada um dos seguintes traços caracteriza a pessoa descrita acima. Responda assinalando em cada traço uma posição da seguinte escala: 1= não caracteriza nada, 2= caracteriza pouco, 3=caracteriza, 4= caracteriza bem, 5= caracteriza muito bem.

Afável	1	2	3	4	5	Dominadora	1	2	3	4	5
Afectuosa	1	2	3	4	5	Elegante	1	2	3	4	5
Ambiciosa	1	2	3	4	5	Emotiva	1	2	3	4	5
Atraente	1	2	3	4	5	Empreendedora	1	2	3	4	5
Audaciosa	1	2	3	4	5	Forte	1	2	3	4	5
Autoritária	1	2	3	4	5	Frágil	1	2	3	4	5
Bem sucedida						Independente	1	2	3	4	5
profissionalmente	1	2	3	4	5	Lutadora	1	2	3	4	5
Boa mãe	1	2	3	4	5	Meiga	1	2	3	4	5
Competente	1	2	3	4	5	Racional	1	2	3	4	5
Corajosa	1	2	3	4	5	Segura	1	2	3	4	5
Curiosa	1	2	3	4	5	Sensível	1	2	3	4	5
Dedicada á carreira	1	2	3	4	5	Sentimental	1	2	3	4	5
Dependente	1	2	3	4	5	Séria	1	2	3	4	5
Digna de confiança	1	2	3	4	5	Submissa	1	2	3	4	5

Na sua opinião, em que medida considera que cada uma das seguintes razões contribuiu para que a pessoa descrita atingisse aquele nível profissional. Responda assinalando em cada razão uma posição da seguinte escala: 1= não contribuiu nada, 2= contribuiu pouco, 3=contribuiu, 4= contribuiu bastante, 5= contribuiu muito .

Ajuda da família	1	2	3	4	5
Ambiente familiar	1	2	3	4	5
Antiguidade na empresa	1	2	3	4	5
Boas relações no mundo empresarial	1	2	3	4	5
Boas relações com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Capacidade de controlo das emoções	1	2	3	4	5
Competência profissional	1	2	3	4	5
Dedicação á empresa	1	2	3	4	5
Esforço pessoal	1	2	3	4	5
Facilidade do trabalho	1	2	3	4	5
Grau de auto-confiança	1	2	3	4	5
Motivação para o sucesso	1	2	3	4	5
Parentesco com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Sorte na vida	1	2	3	4	5

Numa escala de 1 a 5 (em que 1=não gostaria nada, e 5=gostaria muito), assinale em que medida gostaria de atingir a posição dessa pessoa na sua carreira profissional futura.

1 2 3 4 5

ANO ____ (TURMA ____ Nº ____) Curso _____ IDADE ____ SEXO _____
 Profissão do Pai _____ Profissão da mãe _____
 Nível de instrução do pai _____ Nível de instrução do mãe _____

LEIA COM ATENÇÃO A SEGUINTE DESCRIÇÃO

" A Dra Fernanda M. é divorciada e é gestora de uma grande empresa do ramo da electrónica que entrou numa fase de expansão, desde que a Dra Fernanda assumiu as suas funções."

Na sua opinião, em que medida considera que cada um dos seguintes traços caracteriza a pessoa descrita acima. Responda assinalando em cada traço uma posição da seguinte escala: 1= não caracteriza nada, 2= caracteriza pouco, 3=caracteriza, 4= caracteriza bem, 5= caracteriza muito bem.

Afável	1	2	3	4	5	Dominadora	1	2	3	4	5
Afectuosa	1	2	3	4	5	Elegante	1	2	3	4	5
Ambiciosa	1	2	3	4	5	Emotiva	1	2	3	4	5
Atraente	1	2	3	4	5	Empreendedora	1	2	3	4	5
Audaciosa	1	2	3	4	5	Forte	1	2	3	4	5
Autoritária	1	2	3	4	5	Frágil	1	2	3	4	5
Bem sucedida						Independente	1	2	3	4	5
profissionalmente	1	2	3	4	5	Lutadora	1	2	3	4	5
Boa mãe	1	2	3	4	5	Meiga	1	2	3	4	5
Competente	1	2	3	4	5	Racional	1	2	3	4	5
Corajosa	1	2	3	4	5	Segura	1	2	3	4	5
Curiosa	1	2	3	4	5	Sensível	1	2	3	4	5
Dedicada á carreira	1	2	3	4	5	Sentimental	1	2	3	4	5
Dependente	1	2	3	4	5	Séria	1	2	3	4	5
Digna de confiança	1	2	3	4	5	Submissa	1	2	3	4	5

Na sua opinião, em que medida considera que cada uma das seguintes razões contribuiu para que a pessoa descrita atingisse aquele nível profissional. Responda assinalando em cada razão uma posição da seguinte escala: 1= não contribuiu nada, 2= contribuiu pouco, 3=contribuiu, 4= contribuiu bastante, 5= contribuiu muito .

Ajuda da família	1	2	3	4	5
Ambiente familiar	1	2	3	4	5
Antiguidade na empresa	1	2	3	4	5
Boas relações no mundo empresarial	1	2	3	4	5
Boas relações com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Capacidade de controlo das emoções	1	2	3	4	5
Competência profissional	1	2	3	4	5
Dedicação á empresa	1	2	3	4	5
Esforço pessoal	1	2	3	4	5
Facilidade do trabalho	1	2	3	4	5
Grau de auto-confiança	1	2	3	4	5
Motivação para o sucesso	1	2	3	4	5
Parentesco com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Sorte na vida	1	2	3	4	5

Numa escala de 1 a 5 (em que 1= não gostaria nada, e 5=gostaria muito), assinale em que medida gostaria de atingir a posição dessa pessoa na sua carreira profissional futura.

1 2 3 4 5

ANO ____ (TURMA ____ Nº ____) Curso _____ IDADE ____ SEXO _____
 Profissão do Pai _____ Profissão da mãe _____
 Nível de instrução do pai _____ Nível de instrução do mãe _____

LEIA COM ATENÇÃO A SEGUINTE DESCRIÇÃO

" O Dr Fernando M. é casado e é gestor de uma grande empresa do ramo da educação que entrou numa fase de expansão, desde que o Dr Fernando assumiu as suas funções."

Na sua opinião, em que medida considera que cada um dos seguintes traços caracteriza a pessoa descrita acima. Responda assinalando em cada traço uma posição da seguinte escala: 1= não caracteriza nada, 2= caracteriza pouco, 3=caracteriza, 4= caracteriza bem, 5= caracteriza muito bem.

Afável	1	2	3	4	5	Dominador	1	2	3	4	5
Afectuoso	1	2	3	4	5	Elegante	1	2	3	4	5
Ambicioso	1	2	3	4	5	Emotivo	1	2	3	4	5
Atraente	1	2	3	4	5	Empreendedor	1	2	3	4	5
Audacioso	1	2	3	4	5	Forte	1	2	3	4	5
Autoritário	1	2	3	4	5	Frágil	1	2	3	4	5
Bem sucedido						Independente	1	2	3	4	5
profissionalmente	1	2	3	4	5	Lutador	1	2	3	4	5
Bompai	1	2	3	4	5	Meigo	1	2	3	4	5
Competente	1	2	3	4	5	Racional	1	2	3	4	5
Corajoso	1	2	3	4	5	Seguro	1	2	3	4	5
Curioso	1	2	3	4	5	Sensível	1	2	3	4	5
Dedicado á carreira	1	2	3	4	5	Sentimental	1	2	3	4	5
Dependente	1	2	3	4	5	Sério	1	2	3	4	5
Digno de confiança	1	2	3	4	5	Submisso	1	2	3	4	5

Na sua opinião, em que medida considera que cada uma das seguintes razões contribuiu para que a pessoa descrita atingisse aquele nível profissional. Responda assinalando em cada razão uma posição da seguinte escala: 1= não contribuiu nada, 2= contribuiu pouco, 3=contribuiu, 4= contribuiu bastante, 5= contribuiu muito .

Ajuda da família	1	2	3	4	5
Ambiente familiar	1	2	3	4	5
Antiguidade na empresa	1	2	3	4	5
Boas relações no mundo empresarial	1	2	3	4	5
Boas relações com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Capacidade de controlo das emoções	1	2	3	4	5
Competência profissional	1	2	3	4	5
Dedicação á empresa	1	2	3	4	5
Esforço pessoal	1	2	3	4	5
Facilidade do trabalho	1	2	3	4	5
Grau de auto-confiança	1	2	3	4	5
Motivação para o sucesso	1	2	3	4	5
Parentesco com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Sorte na vida	1	2	3	4	5

Numa escala de 1 a 5 (em que 1=não gostaria nada, e 5=gostaria muito), assinale em que medida gostaria de atingir a posição dessa pessoa na sua carreira profissional futura.

1 2 3 4 5

ANO _____ (TURMA _____ Nº _____) Curso _____ IDADE _____ SEXO _____
 Profissão do Pai _____ Profissão da mãe _____
 Nível de instrução do pai _____ Nível de instrução do mãe _____

LEIA COM ATENÇÃO A SEGUINTE DESCRIÇÃO

" O Dr Fernando M. é casado e é gestor de uma grande empresa do ramo da eletrónica que entrou numa fase de expansão, desde que o Dr Fernando assumiu as suas funções."

Na sua opinião, em que medida considera que cada um dos seguintes traços caracteriza a pessoa descrita acima. Responda assinalando em cada traço uma posição da seguinte escala: 1= não caracteriza nada, 2= caracteriza pouco, 3=caracteriza, 4= caracteriza bem, 5= caracteriza muito bem.

Afável	1	2	3	4	5	Dominador	1	2	3	4	5
Afectuoso	1	2	3	4	5	Elegante	1	2	3	4	5
Ambicioso	1	2	3	4	5	Emotivo	1	2	3	4	5
Atraente	1	2	3	4	5	Empreendedor	1	2	3	4	5
Audacioso	1	2	3	4	5	Forte	1	2	3	4	5
Autoritário	1	2	3	4	5	Frágil	1	2	3	4	5
Bem sucedido						Independente	1	2	3	4	5
profissionalmente	1	2	3	4	5	Lutador	1	2	3	4	5
Bompai	1	2	3	4	5	Meigo	1	2	3	4	5
Competente	1	2	3	4	5	Racional	1	2	3	4	5
Corajoso	1	2	3	4	5	Seguro	1	2	3	4	5
Curioso	1	2	3	4	5	Sensível	1	2	3	4	5
Dedicado á carreira	1	2	3	4	5	Sentimental	1	2	3	4	5
Dependente	1	2	3	4	5	Sério	1	2	3	4	5
Digno de confiança	1	2	3	4	5	Submisso	1	2	3	4	5

Na sua opinião, em que medida considera que cada uma das seguintes razões contribuiu para que a pessoa descrita atingisse aquele nível profissional. Responda assinalando em cada razão uma posição da seguinte escala: 1= não contribuiu nada, 2= contribuiu pouco, 3=contribuiu, 4= contribuiu bastante, 5= contribuiu muito .

Ajuda da família	1	2	3	4	5
Ambiente familiar	1	2	3	4	5
Antiguidade na empresa	1	2	3	4	5
Boas relações no mundo empresarial	1	2	3	4	5
Boas relações com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Capacidade de controlo das emoções	1	2	3	4	5
Competência profissional	1	2	3	4	5
Dedicação á empresa	1	2	3	4	5
Esforço pessoal	1	2	3	4	5
Facilidade do trabalho	1	2	3	4	5
Grau de auto-confiança	1	2	3	4	5
Motivação para o sucesso	1	2	3	4	5
Parentesco com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Sorte na vida	1	2	3	4	5

Numa escala de 1 a 5 (em que 1=não gostaria nada, e 5=gostaria muito), assinale em que medida gostaria de atingir a posição dessa pessoa na sua carreira profissional futura.

1 2 3 4 5

ANO _____ (TURMA _____ Nº _____) Curso _____ IDADE _____ SEXO _____
 Profissão do Pai _____ Profissão da mãe _____
 Nível de instrução do pai _____ Nível de instrução da mãe _____

LEIA COM ATENÇÃO A SEGUINTE DESCRIÇÃO

" O Dr Fernando M. é divorciado e é gestor de uma grande empresa do ramo da electrónica que entrou numa fase de expansão, desde que o Dr Fernando assumiu as suas funções."

Na sua opinião, em que medida considera que cada um dos seguintes traços caracteriza a pessoa descrita acima. Responda assinalando em cada traço uma posição da seguinte escala: 1= não caracteriza nada, 2= caracteriza pouco, 3=caracteriza, 4= caracteriza bem, 5= caracteriza muito bem.

Afável	1	2	3	4	5	Dominador	1	2	3	4	5
Afectuoso	1	2	3	4	5	Elegante	1	2	3	4	5
Ambicioso	1	2	3	4	5	Emotivo	1	2	3	4	5
Atraente	1	2	3	4	5	Empreendedor	1	2	3	4	5
Audacioso	1	2	3	4	5	Forte	1	2	3	4	5
Autoritário	1	2	3	4	5	Frágil	1	2	3	4	5
Bem sucedido						Independente	1	2	3	4	5
profissionalmente	1	2	3	4	5	Lutador	1	2	3	4	5
Bom pai	1	2	3	4	5	Meigo	1	2	3	4	5
Competente	1	2	3	4	5	Racional	1	2	3	4	5
Corajoso	1	2	3	4	5	Seguro	1	2	3	4	5
Curioso	1	2	3	4	5	Sensível	1	2	3	4	5
Dedicado á carreira	1	2	3	4	5	Sentimental	1	2	3	4	5
Dependente	1	2	3	4	5	Sério	1	2	3	4	5
Digno de confiança	1	2	3	4	5	Submisso	1	2	3	4	5

Na sua opinião, em que medida considera que cada uma das seguintes razões contribuiu para que a pessoa descrita atingisse aquele nível profissional. Responda assinalando em cada razão uma posição da seguinte escala: 1= não contribuiu nada, 2= contribuiu pouco, 3=contribuiu, 4= contribuiu bastante, 5= contribuiu muito .

Ajuda da família	1	2	3	4	5
Ambiente familiar	1	2	3	4	5
Antiguidade na empresa	1	2	3	4	5
Boas relações no mundo empresarial	1	2	3	4	5
Boas relações com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Capacidade de controlo das emoções	1	2	3	4	5
Competência profissional	1	2	3	4	5
Dedicação á empresa	1	2	3	4	5
Esforço pessoal	1	2	3	4	5
Facilidade do trabalho	1	2	3	4	5
Grau de auto-confiança	1	2	3	4	5
Motivação para o sucesso	1	2	3	4	5
Parentesco com os donos da empresa	1	2	3	4	5
Sorte na vida	1	2	3	4	5

Numa escala de 1 a 5 (em que 1= não gostaria nada, e 5=gostaria muito), assinale em que medida gostaria de atingir a posição dessa pessoa na sua carreira profissional futura.

1 2 3 4 5